

Revista Ágora



DOSSIÊ
Feminismos e patriarcado

22

Jul.-dez.

2015

Revista Ágora

ISSN 2318-9304

FICHA TÉCNICA

Editores

Fabio Muruci dos Santos (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Luiz Cláudio M. Ribeiro (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Conselho Consultivo

Antonio Carlos Amador Gil (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Cleonara Maria Schwartz (Universidade Federal do Espírito Santo)

Erivan Cassiano Karvat (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)

Estevão Chaves de Rezende Martins (Universidade de Brasília, Brasil)

Leila Rodrigues da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Luis Fernando Beneduzi (Universidade Ca' Foscari de Veneza, Itália)

Luiz Geraldo Santos da Silva (Universidade Federal do Paraná, Brasil)

Marcos Pereira Magalhães (Museu Paraense Emílio Goeldi, Brasil)

Simonne Teixeira (Universidade Estadual do Norte Fluminense, Brasil)

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti (Universidade Católica do Salvador, Brasil)

Secretária

Janaína Souza

Editoração, revisão técnica e capa

João Carlos Furlani

Revisão

Os autores

Realização

Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo

Contato

Av. Fernando Ferrari n. 514, IC-3,
Segundo andar/CCHN - Campus de Goiabeiras
Vitória, ES, CEP: 29075-910
Telefone: 55 27 4009-2507
E-mail: revistaagoraufes@gmail.com

Objetivo

Uma das maiores dificuldades enfrentadas por discentes e docentes no âmbito dos programas de pós-graduação no Brasil é, seguramente, divulgar os resultados parciais e/ou finais obtidos com a execução dos projetos de pesquisa. Diante de uma situação como essa, é imprescindível a adoção de iniciativas no sentido de permitir que os trabalhos acadêmicos sejam compartilhados com a comunidade científica e com a sociedade em geral.

Por essa razão, propomos a criação da *Revista Ágora*, veículo eletrônico de periodicidade semestral voltado para a divulgação, sob a forma de artigo científico, do produto das pesquisas desenvolvidas por alunos e professores dos Programas de Pós-Graduação. A principal finalidade do periódico é constituir um espaço virtual de debate, de discussão que resulte em ideias originais e iniciativas transformadoras, como outrora se dava entre os gregos, os patriarcas do pensamento ocidental e precursores do conhecimento histórico. E é com esse espírito que convidamos a todos a acessar e contribuir com a manutenção da revista.

Além de artigos, *Ágora* acolhe o envio de resenhas, entrevistas, traduções e documentos historiográficos. Sua periodicidade é semestral e ela recebe colaborações em fluxo contínuo. O acesso ao conteúdo de *Ágora* é gratuito.

Ficha catalográfica

Revista Ágora. Vitória: Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica/
Programa de Pós-Graduação em História, 2015, número 22, dezembro,
2015. 360p.

Semestral
ISSN 1980-0096

1. História - Periódicos

CDU 93/99

Dossiê

Feminismos e patriarcado

- 8 Apresentação
Maria Beatriz Nader
- 10 Gênero e patriarcado em denúncias: violência contra as mulheres idosas em Vitória/ES (2010-2012)
Luciana Silveira
- 30 “Ven esta noche a mi puerta”: a desconstrução da “mulher frágil” em ‘El burlador de Sevilla y convidado de piedra’
Vitor Bourguignon Vogas
- 56 “O feminismo triumphal!”: mulher e a imprensa patriarcal em Fortaleza na década de 1920
Kella Rivetria Lucena Xavier
- 70 A mulher militar brasileira no século XXI: antigos paradigmas, novos desafios
Elaine Borges Tardin
Lana Lage da Gama Lima
- 83 Feminismos, patriarcado e violência de gênero: as denúncias registradas na DEAM/Vitória/ES (2002-2010)
Mirela Marin Morgante
- 111 A outra Florbela Espanca
Renata Oliveira Bomfim
- 124 Os comerciais e a representação da mulher: a exploração do corpo e da imagem feminina na mídia
Fernanda Tais Brignol Guimarães
Vinícius Oliveira De Oliveira
- 136 Problematizando gêneros: um olhar sobre o cinema brasileiro em busca de resistência ao patriarcado
Aline Ariana Alcântara Anacleto
Fernando Silva Teixeira-Filho
- 158 ‘Patriarcado público’: estereótipos de gênero e acesso à justiça no Brasil
Cristiane Araújo de Mattos
- 170 Palavras e silêncios: a ausência de centros de reabilitação de autores de violência doméstica no Brasil e as questões de gênero
Ana Carolina Eiras Soares
Neide Célia Ferreira Barros

- 186 "Vagaba Penha": representações sociais e práticas de administração de conflitos de gênero nas delegacias de polícia de Campos dos Goytacazes
Suellen André de Souza
- 199 O acesso à justiça no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher no município de Campos dos Goytacazes
Luana Rodrigues da Silva
- 218 Gênero e políticas públicas: uma análise do projeto 'mulheres da paz' de Terra Vermelha/ES
Ana Carla de Oliveira Pinheiro
Lana Lage da Gama Lima
- 231 Família, demografia e mulheres: diálogo entre campos históricos
Francesco Suanno Neto
- 249 Infâmia, escândalo e pecado: relações de concubinato no Brasil Colônia
Ana Lucia Santos Coelho
- 258 Os contos de fadas no cinema: uma perspectiva das construções de gênero, sua história e transformações
Renata Santos Maia
Cláudia J. Maia
- 275 Violência contra as mulheres e o patriarcado: um estudo sobre o sertão de Pernambuco
Kalline Flávia S. Lira
Ana Maria de Barros
- 298 Representações sociais do casamento: um estudo intergeracional
Cristiane Galvão Ribeiro
Lúcia Maria dos Santos Barreto
Amanda Saraiva Maia
Janiele Santos da Silva
José Valter Fernandes da Silva
Josefa Valéria Eneas Leite de Sousa
Linderson Christian Sales de Oliveira
Tamara Maia Gurgel

Artigos

- 317 Burocracia e banalidade do mal: uma articulação entre os pensamentos de Weber e Arendt
Samuel Henrique Machado
Ernesto Schönle Junior

- 328 Valores de consciência: crítica historiográfica, experiência e orientação em Manoel Bomfim
Clayton José Ferreira
- 350 Geopolítica do Brasil: a trajetória de Golbery do Couto e Silva e sua perspectiva no campo intelectual
Alex Faverzani da Luz

Dossiê

Feminismos e patriarcado

Apresentação

Intitulado “Feminismos e patriarcado” o objetivo deste dossiê é reunir estudos de história dos feminismos, na perspectiva de movimento social emancipatório que afirmou a igualdade e a liberdade para as mulheres, e do patriarcado, enquanto discurso normativo de papéis sociais de gênero.

Neste sentido, os artigos de Luciana Silveira, ‘Gênero e patriarcado em denúncias: a violência contra as mulheres idosas em Vitória/ES (2010-2012)’; de Vitor Bourguignon Vogas, “Ven esta noche a mi puerta”: a desconstrução da “mulher frágil” em *El Burlador De Sevilla y Convidado De Piedra*’; de Kella Rivetria Lucena Xavier “O Feminismo Triumpha!”: mulher e a imprensa patriarcal em Fortaleza na década de 1920’; de Elaine Borges Tardin e Lana Lage da Gama Lima, ‘A mulher militar brasileira no século XXI: antigos paradigmas, novos desafios’; de Mirela Marin Morgante, ‘Feminismos, patriarcado e violência de gênero: as denúncias registradas na DEAM/ Vitória/ES (2002-2010)’; e de Renata Oliveira Bomfim, ‘A Outra Florbela Espanca’, abordam ações de cunho feministas com as quais as mulheres superaram as múltiplas opressões e explorações patriarcal-capitalistas que demarcam a sua experiência como ser social. E, os artigos de Fernanda Tais Brignol Guimarães e Vinícius Oliveira de Oliveira, ‘Os comerciais e a representação da mulher: a exploração do corpo e da imagem feminina na mídia’; de Aline Ariana Alcântara Anacleto e Fernando Silva Teixeira-Filho, ‘Problematizando gêneros: um olhar sobre o cinema brasileiro em busca de resistência ao patriarcado’, analisam a articulação do patriarcado ao capitalismo e ao sistema social de opressão das mulheres.

Por sua vez, os estudos apresentados por Cristiane Araújo de Mattos, “Patriarcado Público’: estereótipos de gênero e acesso à justiça no Brasil’; de Ana Carolina Eiras Soares e Neide Célia Ferreira Barros, ‘Palavras e silêncios: a ausência de centros de reabilitação de autores de violência doméstica no Brasil e as questões de gênero’; de Suellen André de Souza, “Vagaba Penha”: representações sociais e práticas de administração de conflitos de gênero nas delegacias de polícia de Campos dos Goytacazes’; de Luana Rodrigues da Silva, ‘O acesso à justiça no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher no município de Campos dos Goytacazes’; de Ana Carla Oliveira Pinheiro e Lana Lage da Gama Lima, ‘Gênero e políticas públicas: uma análise do projeto ‘Mulheres da Paz’’, priorizam discussões no âmbito da responsabilização do Estado e das políticas públicas na conquista de melhores condições de vida da população feminina e masculina que sofre violência de gênero. E, os trabalhos de Francesco Suanno Neto, ‘Família, demografia e mulheres: diálogo entre campos históricos’; de

Ana Lucia Santos Coelho, 'Infâmia, escândalo e pecado: relações de concubinato no Brasil Colônia'; de Renata Santos Maia e Cláudia J. Maia, 'Os contos de fadas no cinema: uma perspectiva das construções de gênero, sua história e transformações'; de Kalline Flávia S. Lira e Ana Maria de Barros, 'Violência contra as mulheres e o patriarcado: um estudo sobre o sertão de Pernambuco', e, por fim, de Cristiane Galvão Ribeiro *et al.*, 'Representações sociais do casamento: um estudo intergeracional', apresentam resultados de pesquisas que fazem reflexões sobre as relações entre as práticas do patriarcado e o comportamento feminino e masculino no âmbito da história social das relações de gênero.

O objetivo fundamental desse número da *Revista Ágora* é o de estimular, a despeito das conquistas sociais e dos dispositivos legais que postulam a igualdade de direitos entre homens e mulheres, novos estudos que levantem questões da prescrição normativa patriarcal, como uma forma de violência de gênero e de violação dos direitos humanos das mulheres, assim como a criativa e subversiva capacidade de resistência humana a prescrições impostas, em especial a resistência histórica das mulheres e dos homens nos diversos feminismos.

Desta forma, este dossiê contempla artigos que tratam da temática 'Feminismos' em seus múltiplos aspectos, assim como do tema 'Patriarcado' em suas várias vertentes, configurando diversas formas de dominação em diferentes períodos históricos.

GÊNERO E PATRIARCADO EM DENÚNCIAS: VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES IDOSAS EM VITÓRIA/ES (2010-2012)*

*Luciana Silveira***

Resumo: Este trabalho pretende analisar a violência contra as mulheres idosas, especialmente a praticada pelos filhos (as) e netos (as), na cidade de Vitória (ES). Para tanto, foram utilizados como fontes os boletins de ocorrência registrados pela Delegacia de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa (DAPPI), em seus dois primeiros anos de existência, de dezembro de 2010 a dezembro de 2012. Argumenta-se que as mulheres idosas são vítimas, em primeiro lugar, das desigualdades construídas e perpetradas pelo patriarcado, que tendem a colocar o homem numa posição de poder em relação à mulher. Além disso, as mulheres idosas são vítimas das desigualdades geracionais, que produzem uma hierarquia semelhante a presente nas relações de gênero no que diz respeito à idade. Soma-se a isso, a construção de uma imagem negativa da velhice, que a associa à improdutividade, decadência, dependência e fragilidade e que termina por potencializar a vulnerabilidade à violência experimentada pela mulher durante toda a sua vida.

10

Palavras-chave: Gênero; Patriarcado; Violência contra mulheres idosas.

Abstract: This work intends to analyze the violence against older women, especially practiced by children and grandchildren, in the city of Vitória (ES). For this purpose, were used as sources the police reports recorded by the Station of Care and Protection to the Elderly Person (DAPPI), in their first two years of existence, from December 2010 to December 2012. It is argued that older women are victims, firstly, built and inequalities perpetrated by patriarchy, which tend to put the man in a position of power in relation to the woman. In addition, older women are victims of generational inequalities, producing a hierarchy similar to the gender relations with regard to age. Added to this, the construction of a negative image of old age, that associates the poorness, decadence, dependency and fragility and ending by increase the vulnerability to violence experienced by women during all her life.

Keywords: Gender; Patriarchy; Violence against older woman.

* Artigo submetido à avaliação em 13 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 19 de setembro de 2015.

** Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo e graduada em História. Integra o Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência – LEG/UFES.

A categoria gênero à luz dos estudos feministas

O uso do gênero, como categoria de análise das construções sociais do feminino e do masculino, inegavelmente, tem uma história que é atrelada à trajetória do movimento feminista. Essa surge na década de 1970, ganhando força nos anos 1980, como uma forma de expressar a rejeição ao determinismo biológico, fazendo ver que uma série de características atribuídas aos corpos de homens e mulheres é, na verdade, construída socialmente. Ou seja, o gênero destaca que as diferenças entre os sexos são fundamentalmente parte de uma organização social. Com isso, as feministas contestavam as implicações e limitações que as prescrições de gênero tinham sobre as mulheres e suas possibilidades de trabalho, de formação, de exercer a sexualidade e até mesmo sobre o fato de ser alvo e ter que tolerar uma violência porque o seu sexo assim a determina.

Como destaca Andréa Lisly Gonçalves (2006, p. 74), “se chegava ao ponto mais alto da desnaturalização das diferenças entre homens e mulheres”. Ao mesmo tempo, as feministas colocavam em cheque a oposição binária expressa de forma fixa e permanente no par masculino *versus* feminino, insistindo, de acordo com Rachel Soihet (1997), ao contrário, no caráter histórico e variável dessa oposição, “em lugar de aceitá-la como óbvia ou como estando na natureza das coisas — antevendo-se para o futuro a transcendência dessa dualidade cultural”.

Além da recusa ao determinismo biológico e a ênfase no caráter social das distinções entre os sexos, as feministas destacaram, de acordo com a historiadora norte-americana, Joan Scott (1992), o aspecto relacional da categoria gênero. Isto é, argumentava-se que os sexos eram definidos um em função do outro, sendo assim, as mulheres não poderiam ser apreendidas se a análise não levasse em consideração sua relação com os homens, bem como uma análise sobre os homens, não deveria ir adiante se estes não fossem concebidos em contraste com as mulheres.

Dentre as (os) estudiosas (os) do gênero estava ainda a preocupação com a articulação dessa categoria com, ao menos, outras duas, classe e raça. Isso demonstra uma atenção às variações não somente históricas e geográficas das demandas e disposições de gênero, como também às especificidades relativas às condições econômicas e de cor dos indivíduos. Ademais, antevia que as relações de classe e raça também são relações de poder, assim como as relações de gênero ou, ainda, que as desigualdades deveriam ser percebidas tendo como referência no mínimo essas três dimensões, gênero, classe e raça.

A compreensão da categoria gênero defendida por Scott alcançou enorme sucesso entre as (os) historiadoras (es) feministas, especialmente entre as (os) brasileiras

(os), e o seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, traduzido pela primeira vez no Brasil em 1990, vem sendo amplamente citado nos trabalhos. Nele, Scott (1995)¹ expõe de forma complexa e detalhada sua definição de gênero, que, segundo ela, é composta por duas partes, que estão inter-relacionadas, mas devem ser discutidas em separado para a sua compreensão.

A primeira parte da definição de Scott diz respeito ao gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças observadas entre os sexos. Nesse sentido, o gênero apresenta diversos subconjuntos ou elementos, dos quais Scott elenca ao menos quatro. O primeiro deles são símbolos, as representações culturalmente construídas e utilizadas enquanto modelos de mulher, por exemplo Eva e Maria, na tradição cristã ocidental. Em segundo lugar, fazem parte do gênero os conceitos normativos dados pelo discurso religioso, educativo, científico, político ou jurídico, responsáveis por atribuírem aos símbolos um significado preciso e limitado a partir de uma oposição binária fixa, que determina o que é ser mulher e o que é ser homem na sociedade. Um terceiro aspecto das relações de gênero é a referência às instituições e à organização social, instituições essas envolvidas naquele processo de produção dos conceitos normativos e autores de uma noção de fixidez que acompanha as representações binárias de gênero. Por último, a autora argumenta que o gênero compreende também a identidade subjetiva. E não basta, nesse sentido, somente explicar a forma como as identidades generificadas são construídas, mas relacioná-las a toda uma série de atividades, organizações e representações sociais que compõem os contextos específicos.

A segunda parte da definição de Scott consiste no vínculo entre gênero e poder, sendo o gênero, segundo ela, uma primeira forma de dar significado às relações de poder. É no interior da esfera do gênero ou por meio dela que o poder é concebido, construído e estabelece-se a sua distribuição, a partir de uma ótica hierárquica sobre as diferenças sexuais. Entretanto, Scott defende que é preciso entender o poder não como algo unificado, coerente e centralizado, mas enquanto “constelações dispersas de relações desiguais constituídas pelo discurso nos ‘campos de forças’”. Ou seja, o gênero e a sociedade constroem-se reciprocamente e em meio a esse processo há também espaço para a atuação e reação dos sujeitos generificados.

¹ Essa é uma versão revisada por Tomaz Tadeu da Silva a partir do original inglês. Entretanto, em 1990, também em *Educação & Realidade*, já havia sido publicado o artigo traduzido da versão francesa por Guacira Lopes Louro.

Patriarcado: o sistema de dominação das mulheres pelos homens

O patriarcado surge, enquanto abordagem das análises de gênero, na década de 1970. Contudo, ele não se estabelece como uma unanimidade entre as pesquisadoras feministas, pois nem todas enxergavam no conceito a melhor maneira de teorizar sobre as desigualdades entre homens e mulheres. Joana Maria Pedro (2012) afirma que, dentro do movimento social e político, o patriarcado, entendido como o sistema de dominação masculina sobre as mulheres, também não adquiriu consonância.

Heleieth Saffioti (2004) que se destacou no cenário nacional pela sua defesa do conceito, observa ao menos três tendências entre as teóricas. Aquelas que fazem a opção pelo conceito de patriarcado, outras que escolhem trabalhar somente com o conceito de gênero e, ainda, as que decidem adotar os dois conceitos conjuntamente, considerando o gênero para toda a história das relações entre homens e mulheres e o patriarcado como uma fase recente e específica dentro da história, que tornou tais relações hierárquicas.

Entre aquelas que se posicionam pela superação do conceito de patriarcado estão Mary Castro e Lena Lavinias (1992). Ao analisar o estado da produção sobre mulher e trabalho na década de 1980 no Brasil, as autoras elaboraram uma crítica sobre a suposta fixidez do termo. Afirmam que, ao pensar as desigualdades de gênero em termos de dominação masculina, o conceito de patriarcado não só não permite pensar as transformações nas relações entre homens e mulheres, como determina que as últimas estejam sempre no lugar de objeto. Dessa forma, as adeptas do conceito incorreriam no reforço daquilo que pretendiam justamente questionar. Na mesma direção segue a crítica de Elisabeth Souza Lobo (1992, p. 259), ao argumentar que “a formulação do patriarcado, mesmo relativizada pelas diferenciações históricas, permanece no quadro de referências a uma estrutura determinante”. A autora advoga pelo uso do gênero, pois esse remete a relações sociais e simbólicas construídas culturalmente e, por isso, passíveis de transformação, ao invés de relações estabelecidas por uma mecânica de determinação, como implicaria o conceito de patriarcado.

Lia Zanotta Machado (2000), por sua vez, não tem como premissa a recusa ao conceito de patriarcado. Ela defende que as relações patriarcais se bem definidas em suas condições e contornos próprios são possíveis de serem identificadas na atualidade, podendo-se falar em um “patriarcado contemporâneo”. Da mesma forma, ela entende que os conceitos de gênero e patriarcado não devem ser tomados como opostos, nem que o conceito de gênero tenha vindo a substituir o de patriarcado. Entretanto, a autora não se enquadra no grupo daquelas que se dedicam à defesa do uso do conceito de patriarcado, mas, assim como Lobo (1992), advoga pelo uso

não só conceitual, como também político do vocábulo “relações de gênero”. Machado (2000, p. 3) argumenta que o uso da formulação patriarcado implica numa significação totalizadora e universalizante, aprisionando os lugares dos homens e das mulheres na História, enquanto o conceito de relações de gênero, “não define, *a priori*, os sentidos das mudanças, e permite construir metodologicamente uma rede de sentidos, quer divergentes, convergentes ou contraditórios”.

As críticas das autoras tratadas até então parecem se encontrar, primeiramente, no fato de acreditarem que o conceito de patriarcado implica em condenar a mulher a um lugar de objeto na história, ser passivo e que não contraria a autoridade patriarcal. Entretanto, apesar de o patriarcado estabelecer determinadas funções não só para as mulheres, mas também para os homens, não há, para as teóricas adeptas do conceito, garantias de que ambos cumpram fielmente tais ordenamentos. Aliás, Saffioti (2004) afirma que, as mulheres, por exemplo, podem trabalhar no sentido de cooperar ou solapar as bases do patriarcado. Cooperam, pois, são socializadas na ordem patriarcal de gênero e são poucas as que não portam as ideologias dominantes, exercendo a discriminação contra outras mulheres e educando os filhos para a reprodução do sistema.

Contudo, isso não deve induzir a conclusão de que as mulheres são as principais responsáveis pela perpetuação do regime. Para Saffioti (1992), essa afirmação é perigosa, pois, uma das táticas do patriarcado é justamente a culpabilização das mulheres, especialmente pelos insucessos no seio da família. E, ainda que as mulheres contribuam para o processo, elas não recebem qualquer benefício com isso, pelo contrário, o saldo negativo maior é delas.

Além disso, a relação patriarcal, definida por Saffioti (2004), como uma relação de dominação-exploração das mulheres pelos homens, não pressupõe a anulação total do sexo feminino, uma ausência completa de poder, nem mesmo que as mulheres não se oponham com resistência. Pelo contrário, “sempre que há relações de dominação-exploração, há resistência, há luta, há conflitos, que se expressam pela vingança, pela sabotagem, pelo boicote ou pela luta de classes” (SAFFIOTI, 2004, p. 130).

Sobre o caráter fixo e/ou a-histórico do conceito de patriarcado, Saffioti (2004, p. 101) argumenta que o patriarcado, enquanto fenômeno social, está em constante mutação e “nenhum(a) estudioso(a) sério(a) consideraria igual o patriarcado reinante na Atenas Clássica ou na Roma antiga ao que vige nas sociedades urbano-industriais do Ocidente”. Existem diferenças patentes nos níveis de poder exercidos pelos homens sobre as mulheres. Na Roma antiga, por exemplo, o patriarca, investido do *patria potestas*, podia decidir sobre a vida e a morte da esposa e filhos. Hoje, ao menos juridicamente, esse poder não existe mais. Por outro lado, segundo Saffioti, homens

continuam agindo violentamente contra suas parceiras, “às vezes com requintes de crueldade, esquartejando-as, ateando-lhes fogo, nelas atirando e as deixando tetraplégicas”.² Dessa forma, o caráter do fenômeno (da violência contra a mulher) continua o mesmo, naturalizado e legitimado pelo patriarcado.

A violência de gênero institucionalizada e legitimada pelo patriarcado

A violência é um fenômeno que atravessa a história brasileira. Ela pode ser definida, de acordo com Maria Beatriz Nader (2009, p. 163), como “uma ação intencional, realizada por um indivíduo ou grupo, dirigida a outro, que resulte em óbito, danos físicos, psicológicos e/ou sociais, implicando a utilização da força física ou da coação psíquica ou moral”. A autora, partindo de uma tipificação empreendida por Maria Cecília Minayo (1990), ainda discute a violência enquadrando-a em três formas: estrutural, delinquente e cultural. A violência é estrutural quando ligada a contextos de desigualdades sociais, de escassez ou falta de oportunidades de trabalho e acesso aos bens de sobrevivência; é delinquente quando praticada por sujeitos ou grupos contra cidadãos ou patrimônio; e, por fim, é cultural, quando motivada por valores socialmente construídos. A violência de gênero, nesse sentido, pode conter traços da violência estrutural, envolvendo fatores como pobreza, álcool, vício em drogas, desemprego, mas sua explicação está primeiramente no plano cultural, como expressão das relações e desigualdades entre homens e mulheres.

15

Caso notório, o assassinato de Ângela Diniz, na década de 1970, por seu companheiro, Doca Street, constitui-se, segundo Lana Lage e Maria Beatriz Nader (2012), num divisor de águas na discussão a respeito da violência contra as mulheres no Brasil. Sob a argumentação de “legítima defesa da honra”, de que teria “matado por amor”, em face do suposto adultério da amante e vítima, Doca foi condenado a apenas dois anos de prisão, sendo beneficiado logo em seguida com a suspensão da pena. Após a absolvição de Doca, o que se seguiu foi uma intensa agenda de manifestações públicas, lideradas pelas feministas, sob o *slogan* “quem ama não mata”, inspirado no argumento utilizado pelo assassino. O resultado foi que, com a pressão das feministas, Doca teve o caso revisto, foi levado novamente a julgamento e condenado a quinze anos de prisão.

² Símbolo na luta pelos direitos das mulheres, Maria da Penha Maia Fernandes foi vítima de violência doméstica e de sucessivas tentativas de assassinato pelo ex-marido, uma das quais a tornou paraplégica. Seu caso impulsionou a adoção de políticas públicas voltadas às vítimas de violência doméstica e deu nome à Lei 11.340, de 2006, que coíbe a violência contra as mulheres.

A partir daí a violência de gênero assumiu importância pelo fato de o movimento feminista e a academia, conforme Azevedo (1985, p. 56), começarem a vê-la como um “braço forte do machismo” patriarcal, “mantendo para com ele uma relação de duplo sentido: ao mesmo tempo que o reforça é legitimado por ele”. Tal legitimação da violência é vista como uma ferramenta utilizada pelos homens quando esses se veem impossibilitados de exercerem seu papel social de macho dominador. Sendo assim, para Sócrates Nolasco (1993, p. 61), “a violência move a balança de poder entre os homens, na medida em que funciona como dispositivo para reverter ou manter determinada correlação de forças que lhes é solicitada socialmente”. Ao mesmo tempo, a violência é uma forma de controle social sobre a mulher, na tentativa de mantê-la em seu papel social de frágil, recatada, confinada ao ambiente doméstico e obediente à ordem patriarcal.

A partir da emergência do tema da violência no movimento feminista e na academia, acentua-se a luta por mudanças legais para o seu enfrentamento. Uma das conquistas iniciais, nesse sentido, foi a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM's), implementadas primeiramente em São Paulo na década de 1985, mas que logo se espalharam por outras regiões do país. A ideia das DEAM's é, segundo Saffioti (2004, p. 89), propiciar às vítimas de violência de gênero “um tratamento diferenciado, exigindo, por esta razão, que as policiais conhecessem a área das relações de gênero”. Na prática, não só os poderes públicos não implementam a ideia original, proporcionando às autoridades policiais treinamento adequado, como esses funcionários muitas vezes ainda trabalham no reforço do patriarcado, relativizando as situações de violência e culpabilizando as vítimas pelo ocorrido.

Além da criação das delegacias especializadas, outra conquista importante do movimento feminista, no campo legislativo, foi a criação, em agosto de 2006 da Lei 11.340, denominada popularmente de Lei Maria da Penha. A lei foi um importante instrumento no sentido de garantir a integridade física e psicológica da mulher, tornando mais rigorosas as penalidades, introduzindo medidas de proteção às vítimas e criando, de acordo com Lage e Nader (2012, p. 304), “um juízo único com competência civil e criminal através de Varas Especializadas de Violência Doméstica”.

Porém, as dificuldades enfrentadas na aplicação da legislação nas delegacias de polícia, além dos índices ainda mais alarmantes de violência contra a mulher, demonstram que o enfrentamento do problema vai além das tentativas de penalização, mas requer uma redefinição dos valores da sociedade como um todo, em especial, aqueles engendrados pelo regime patriarcal.

Violência contra mulheres idosas: o caso de Vitória/ES

Se os esforços para o enfrentamento da violência contra as mulheres ainda são insuficientes, para o desnudamento da questão da violência contra as mulheres idosas ainda resta um longo caminho a percorrer. Nesse sentido, Alda Britto da Motta (2009) critica o feminismo, tão eloquente no tocante à denúncia da violência doméstica contra as mulheres jovens, mas que ignora as manifestações de violência quando a mulher atinge idade avançada, terminando por contribuir para a opressão e o desempoderamento das mulheres mais velhas. A autora prossegue afirmando que a violência contra mulheres idosas, apesar de guardar similaridades com a violência de gênero sofrida pela mulher em outras etapas da vida, apresenta contornos próprios, pois está intimamente ligada não só às relações e desigualdades de gênero, mas também às questões relativas à velhice e às gerações, dado que é perpetrada, principalmente, pelos filhos, filhas, netos e netas.

Assim, o interesse pelo tema da violência contra mulheres idosas advém dessa percepção de que de que a discussão sobre a violência de gênero não tem contemplado a diversidade de mulheres e contextos em que a violência ocorre. Centrando-se nas mulheres em idade jovem e nos conflitos conjugais.

Marco legal na prevenção e repressão da violência contra homens e mulheres idosas, o Estatuto do Idoso, aprovado em 2003, estabelece em seu artigo de nº 4, que “nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei”. A partir do art. 95 o Estatuto ainda tipificou um dos crimes, estabelecendo para os responsáveis medidas punitivas. Além disso, no art. 19, previu que “os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra os idosos sejam obrigatoriamente comunicados a: autoridades policiais, Ministérios Públicos ou Conselhos Estaduais e Municipais do Idoso”.

Segundo Carla Maria Alves (2008), as primeiras experiências de Delegacias de Proteção aos Idosos (as), no Brasil, foram implantadas na década de 1990, na cidade de São Paulo, dado que demonstra a ocorrência da violência cometida contra idosos antes da promulgação do Estatuto do Idoso. Amanda Marques de Oliveira (2008) confirma tal informação e declara que no Estado de São Paulo as Delegacias do Idoso chegaram a totalizar 11, mas foram fechadas, sob o argumento de que eram responsáveis por um número pouco significativo de casos, restando apenas duas na região metropolitana de São Paulo.

A configuração das Delegacias do Idoso foi inspirada, de acordo com Oliveira (2008), nas Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAMs), devido ao sucesso obtido

por essas, que ao contrário das primeiras só se multiplicaram. A explicação para o fato está, segundo a autora, na atuação dos grupos femininos, que não só conquistaram a institucionalização das delegacias especializadas, como continuam a denunciar a violência e a discriminação contra as mulheres.

No Espírito Santo, a primeira e única Delegacia de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa (DAPPI) foi criada em setembro de 2010 e localiza-se em Vitória, mas atende a toda Região Metropolitana da Grande Vitória, que compreende além da capital, seis outros municípios: Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana, Guarapari e Fundão. Considera-se que, com a inauguração da delegacia, os casos de abusos contra idosas e idosos tiveram maior visibilidade, sendo frequentes notícias nos jornais a respeito, o que explica recorrer-se a ela como campo de estudos.

Durante o período pesquisado, foram transcritos e contabilizados 719 boletins de ocorrência. A partir deles, pretendeu-se traçar um perfil sócio-demográfico das pessoas que procuram a DAPPI e os demais envolvidos no caso denunciado e, ainda, perceber, através das entrelinhas do histórico presente ao fim desses registros, concepções acerca da velhice, em especial, da velhice feminina, e as especificidades da violência que a mulher sofre nessa etapa da vida.

Os 719 boletins de ocorrência estão assim distribuídos entre os municípios atendidos pela instituição:

18

Tabela 1 - Número de boletins por município. Dezembro de 2010 a dezembro de 2012

Município	Quantidade	%
Vitória	305	42,42%
Vila Velha	154	21,41%
Cariacica	136	18,91%
Serra	101	14,04%
Viana	8	1,11%
Guarapari	6	0,83%
Fundão	1	0,13%
Outros ³	8	1,11%
Total	719	100

Fonte: Sistematização da pesquisadora, a partir dos dados dos boletins de ocorrência da DAPPI.

³ Os outros oito boletins registrados durante o período correspondem aos municípios que não fazem parte da jurisdição da DAPPI, localizados nas regiões norte e sul do estado, como é o caso de Castelo, Mimoso do Sul, São Mateus e Cachoeiro de Itapemirim, dado que demonstra que há uma demanda por esse tipo de serviço e por novas unidades da Delegacia do Idoso no Espírito Santo.

Nesse sentido, a localização da delegacia poderia contar como fator favorável a alta concentração de boletins nestes que são os municípios do entorno, Vila Velha, Cariacica e Serra, mas, em especial, no caso de Vitória, que apresenta o maior número de registros e é o local onde está instalada a instituição. Todavia, admite-se que a explicação para tal fato esteja, sobretudo, no processo de violência que marca a história da capital e justifica a sua escolha como recorte espacial da pesquisa.

Há algumas décadas, o estado do Espírito Santo e, em especial, a capital, Vitória, tem se destacado no cenário nacional pelos altos índices de violência. Nader (2009) relaciona o fenômeno ao crescimento demográfico ocorrido a partir dos anos de 1970, quando foram implementados os Grandes Projetos Industriais no estado. A instalação da população que chegava em Vitória, atraída pelas ofertas de trabalho nas indústrias recém-surgidas, num espaço reduzido e em condição social desigual promoveu, segundo a autora, um quadro de violência nunca antes experimentado pelos moradores de Vitória.

E, apesar dessa violência atingir aos mais diversos grupos sociais, o estado e a capital lideram, principalmente, os índices relacionados a algumas manifestações específicas do fenômeno. Segundo dados do Mapa da Violência de 2012, produzido por Julio Waiselfisz (2011), o Espírito Santo ocupa o primeiro lugar no *ranking* nacional de feminicídios, o assassinato de mulheres, com taxa de 9,8 mortes por 100 mil mulheres. Isso corresponde ao dobro da média nacional naquele ano (4,6) e quase quatro vezes a taxa de Piauí (2,5), o estado que apresenta o menor índice do país. Vitória, por sua vez, é a capital brasileira mais violenta com o sexo feminino, apresentando taxa de 13,2 homicídios a cada 100 mil mulheres.

O estudo também mostrou que, entre 2000 e 2010, o Espírito Santo saltou da quinta posição para a segunda na lista das unidades federativas brasileiras com as maiores taxas de homicídio de crianças e adolescentes (de 1 a 19 anos). Durante toda a década, Vitória se manteve na segunda posição entre as capitais com maiores taxas de homicídio nessa faixa etária, a frente de Salvador, João Pessoa e Recife. Além disso, o Mapa da Violência do ano de 2013 apontou que o estado ocupa atualmente a 2ª posição no *ranking* nacional de homicídios de jovens negros no Brasil, com taxa de 144,6 mortes violentas por cada grupo de 100 mil habitantes.

Com base em tais dados, é possível concluir que existem segmentos da sociedade capixaba que estão mais expostos à violência, são as crianças, os adolescentes, os negros, as mulheres, em todas as idades, e os idosos, ainda que não contemplados pelas pesquisas estatísticas.

Ao se analisar os boletins de ocorrência registrados em Vitória, uma primeira classificação introduzida foi a por sexo das vítimas (Tabela 2).

Tabela 2 - Sexo das vítimas que recorrem à DAPPI. Vitória, dezembro de 2010 a dezembro de 2012

Sexo	Quantidade	%
Feminino	205	67,21%
Masculino	96	31,47%
Casal ⁴	4	1,31%
Total	305	100

Fonte: Sistematização da pesquisadora, a partir dos dados dos boletins de ocorrência da DAPPI.

Nelas as mulheres correspondem a mais de 60% das vítimas, o que se assemelha aos números obtidos em outras pesquisas, como a realizada pela Central Judicial do Idoso do Distrito Federal, onde a média de vítimas mulheres dentro da população idosa, no período de 2008 a 2012, foi de 63, 82%. Poder-se-ia conjecturar que a sua predominância é uma consequência lógica do processo de feminização da velhice, frequentemente mencionado nos estudos sobre o tema e que se expressa no fato da longevidade feminina ser maior que a masculina.

Entretanto, apesar de ser importante elemento na análise, acredita-se que a feminização da velhice não seja suficiente para explicar o fato de que as mulheres sobressaíam também enquanto vítimas nos boletins de ocorrência da DAPPI. A vitimização de mulheres pela violência de gênero é um fenômeno histórico, institucionalizado e legitimado pelo patriarcado e este sistema não age sob critério de idade. O que ocorre é que antes da criação de delegacias especializadas em atendimento ao idoso (a), tais casos eram invisibilizados, por se diluírem no universo de ocorrências registradas em delegacias comuns ou nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), das quais as denúncias que ganham realce são aquelas em que a vítima é jovem.

Por outro lado, a opção por focalizar as ocorrências em que as vítimas são mulheres, não implica em ignorar a violência que é praticada contra os homens idosos, que representam mais de 30% das vítimas (Tabela 2). Inclusive, Oliveira (2008) verificou, em pesquisa de observação de comportamentos e entrevistas em um Distrito Policial de São Paulo, que a violência contra o homem idoso tem sido feminizada pelos policiais, chegando esses a afirmar que casos assim inexistem naquele distrito, sendo exclusivamente encontrados na Delegacia da Mulher. Como afirma Oliveira, os homens idosos também são vítimas da violência doméstica, inclusive conjugal, e essa violência pode ser analisada sob a perspectiva de gênero, na medida em que envolve conflitos entre masculinidades e feminilidades pré-determinadas.

⁴ Em quatro episódios, a DAPPI foi procurada pelo casal ou por um dos cônjuges para denunciar a violência que ambos vinham sofrendo, especialmente, por parte do filhos e netos. Nesses casos, o investigador responsável pelo atendimento registrou apenas um boletim para as duas vítimas.

Vale ressaltar que até mesmo o constrangimento associado ao fato do homem idoso, ao denunciar, se colocar em uma posição de vítima, de fragilidade, invertendo, desse modo, os papéis tradicionais de gênero podem resultar em uma subnotificação da violência contra o homem idoso. Desse modo, concorda-se com Roberta Daniel Borba (2011, p. 100), quando diz que as políticas não devem focar-se especificamente em ações voltadas para o público feminino, mas “para os homens também devem ser pensadas ações de modo a inseri-los nas políticas”.

Porém, o fato de comumente se vincular ao feminino uma suposta fragilidade física, afetiva e social, faz com que, segundo Motta (2009), a violência de gênero seja exercida sobretudo sobre as mulheres, especialmente durante a velhice, quando somam-se a essa as próprias concepções acerca da idade. É importante acentuar que acredita-se ser a construção de uma imagem de fragilidade física e psíquica que impulsiona a violência contra as mulheres idosas e não o fato de serem necessariamente frágeis. O processo de envelhecimento é entendido aqui como biológico e cultural, por isso a mulher idosa não sofre violência por ser mais frágil, mas porque a mulher é considerada mais frágil social e culturalmente essa violência é legitimada. A violência é um instrumento de reforço da dominação e da posição social dos envolvidos.

Dos tipos de violência identificados nos casos atendidos pela DAPPI, de modo geral, independente do vínculo das mulheres idosas em relação aos autores(as), predomina a violência de caráter psicológico (Tabela 3). Enquadram-se aí as agressões verbais ou gestuais, os insultos, as ridicularizações, as ameaças, os constrangimentos, que visam, nas palavras de Minayo (2005, p. 15), “aterrorizar os idosos, humilhá-los, restringir sua liberdade ou isolá-los do convívio social”.

Tabela 3 - Tipos de violência dos quais as mulheres idosas são vítimas. Vitória, dezembro de 2010 a dezembro de 2012

Natureza da ocorrência	Quantidade	%
Violência psicológica	90	43,90%
Múltiplos	43	20,97%
Violência econômica ou financeira	17	8,29%
Negligência	8	3,90%
Violência física	8	3,90%
Abandono	1	0,48%
Outros	38	18,53%
Total	205	100

Fonte: Sistematização da pesquisadora, a partir dos dados dos boletins de ocorrência da DAPPI.

Sendo assim, apesar de estar exposta a todos os crimes possíveis existentes, como afirma Mônica Lindoso (2004), diferente da violência de gênero cuja a vítima é a mulher jovem, a violência contra a mulher idosa não tem como finalidade principal o físico, mas o psíquico, o emocional e o moral. Segundo a autora, é comum que em outras etapas da vida da mulher, em casos de agressões, marquem-lhe o rosto e barriga, que representam, respectivamente, sua identidade e o lugar onde encontram-se seus órgãos reprodutores, sua capacidade de gerar e dar à luz. Durante a velhice, no entanto, os órgãos reprodutores perderam a funcionalidade, o rosto já foi marcado pela idade, está gasto, feio e o meio para atingir as mulheres idosas passa a ser o “seu bom nome, sua boa fama, suas lembranças, sua integridade psicológica e sua paz” (LINDOSO, 2004, p. 76).

Ao analisar as denúncias registradas pela DAPPI, nota-se que a categoria geração não pode deixar de ser considerada. Isso porque, um primeiro traço característico da violência contra mulheres idosas é o de que, diferente da violência sofrida pelas mulheres mais jovens, em geral, de caráter conjugal, a violência contra as primeiras é perpetrada, principalmente, pelos filhos e filhas, netos e netas (Tabela 4).

Tabela 4 - Vínculo entre a vítima e o autor. Vitória, dezembro de 2010 a dezembro de 2012

Vínculo	Quantidade	%
Filho(s) e filha(s)	44	21,46%
Desconhecidos	32	15,60%
Vizinho(s) e vizinha(s)	27	13,17%
Cônjuge e ex-cônjuge	16	7,80%
Conhecidos	14	6,82%
Genro e ex-genro, nora e ex-nora	12	5,85%
Instituição	6	2,92%
Múltiplos	6	2,92%
Sobrinho(s) e sobrinha(s)	5	2,43%
Neto(s) e neta(s)	4	1,95%
Irmão(s) e irmã(s)	4	1,95%
Não fornecido	35	17,07%
Total	205	100

Fonte: Sistematização da pesquisadora, a partir dos dados dos boletins de ocorrência da DAPPI.

Nesse sentido, uma contribuição de Motta (2009) se dá no sentido de ver/analisar a violência contra as mulheres idosas considerando a categoria gênero em conjunto

com a de geração, entendendo as relações entre gerações também como relações de poder, assim como as de gênero, raça e de classe social. A geração, segundo essa autora, “representa a posição e atuação do indivíduo em seu grupo de idade e/ou de socialização no tempo” (MOTTA, 2009, p. 9). Sendo que muitos conflitos de gerações são conflitos entre sistemas de aspirações constituídos em épocas diferentes.

Motta (2009, p. 10) acredita que “muito da violência contra os velhos [...], deve-se à recusa, consciente ou até instintiva destes, a ocupar o (não)lugar social e vital que os mais jovens enxergam para eles e lhes designam”, qual seja, “de retirar-se da posse dos bens — da aposentadoria, da pensão, da casa — ou até de retirar-se da própria vida, incômodas criaturas que atravancam os espaços e as redes de relações, e dão trabalho”.

Assim, é comum que nos relatos mencione-se, que os(as) filhos(as) e netos(as) desejam a morte da mãe ou avó, que as mesmas saiam de casa, que não querem saber dela, mas só da herança e do que possui. Em boletim registrado em 2012, pela filha da vítima, senhora Amélia,⁵ de 77 anos, viúva, pensionista, moradora de Santos Dumont, contra a outra filha, de 50 anos, separada, residente no mesmo endereço da vítima, destaca-se que

sua irmã, constantemente agride psicologicamente a vítima com palavras de baixo calão: “safada, ordinária, velha doida, que a mãe é doente porque é castigo de Deus”, que às vezes ameaça a mãe dizendo que a mãe tem que sair da casa, porque é dela por herança, que “quem teria que ter morrido era a senhora e não o meu pai”.

23

Nota-se que as ofensas proferidas pelos autores encontram respaldo nas construções negativas acerca da velhice, que a associam ao desgaste físico e mental, às doenças, à inutilidade e à feiura, como “velha doida”, “velha pelancuda”, “maluca”, “caduca”, “velha inútil”. Pelo viés de gênero, os insultos mais recorrentes são “safada”, “ordinária”, “vagabunda”, “piranha”.

Fatores como o vício em álcool e drogas e a dependência econômica estão presentes nos relatos dos boletins de ocorrência. Assumem papel importante no desencadeamento da violência, entretanto, não são suficientes para explicar a violência contra mulheres idosas. Por isso, acredita-se ser necessário inserir ainda a questão dos papéis sociais femininos sob o regime do patriarcado.

Hoje, além do sustento da casa e da autoridade e chefia familiar, as mulheres idosas desempenham uma série de tarefas domésticas, pois aos cuidados com a casa e com os filhos, somam-se os cuidados com os(as) netos(as). Como afirmam Gleice Luz

⁵ Todos os nomes utilizados no artigo são fictícios.

e Clarice Peixoto (2007), são poucas as creches e as escolas maternas da rede pública e as do ensino fundamental que funcionam em período integral e dada a necessidade econômica dos pais de trabalharem fora de casa, o cuidado, a educação e até mesmo o sustento dos netos acabam ficando sob a responsabilidade dos avós e essas atividades muitas vezes sobrecarregam as idosas.

Além disso, de acordo com Nader (2008, p. 82), as tarefas realizadas dentro de casa, ainda hoje, não são levadas em conta, "não são consideradas como trabalho produtivo, apesar de as mulheres seguirem sendo as principais responsáveis pelas atividades desenvolvidas no espaço doméstico e pelo cuidado com os filhos e demais familiares". A autora prossegue afirmando que, estando ou não inseridas no mercado de trabalho, as mulheres que desempenham tarefas dentro de suas casas são depreciadas e essas atividades não são apuradas nas estatísticas, que classificam como "inativas" ou "domésticas". Tal visão sobre as mulheres e o trabalho doméstico são identificadas inclusive no que se refere às idosas, principalmente, quando trata-se da violência do tipo psicológica.

Em seus relatos, é comum que essas mulheres declarem que as palavras ofensivas e os xingamentos proferidos pelos(as) filhos(as) e netos(as) atingem a sua honra, sendo que a maioria desses estão relacionados a uma suposta debilidade psíquica dessas mulheres, ao fato de não desempenharem adequadamente as funções relativas ao cuidado com a casa, a comida e os filhos, sendo chamadas de "velhas", "caducas" e péssimas mães e cozinheiras.

É o caso da senhora Helena, de 65 anos, divorciada, pensionista, que reside com o filho de 34 anos, no bairro Goiabeiras. Usuário de drogas e álcool, o mesmo a agride, xinga com palavras de baixo calão, além disso,

quando a mãe chama-o de filho, o autor diz "quem mandou a senhora me botar no mundo, estou sofrendo"; que quando a mãe chama para almoçar ou jantar, ele não vai, dizendo que a comida parece uma "lavagem", que só quer o dinheiro para comprar marmite; que quando está embriagado quebra as coisas de dentro de casa.

Igualmente interessante é o caso da senhora Rosa, de 62 anos, casada, diarista, moradora de Itararé, que compareceu à DAPPI para registrar uma ocorrência contra o esposo, de 66 anos, e os filhos, de 36 e 38 anos. Todos residentes no mesmo endereço que a vítima. Rosa declara que

seu esposo, era usuário de bebida alcoólica, neste período a vítima sofreu maus tratos por parte do esposo. Devido o desgasto [sic] do relacionamento de 42 anos, o casal está em processo de separação, os filhos acima citados não desejam que os pais se separem e agridem a mãe verbalmente, proferindo palavras de baixo calão.

O “histórico do fato” demonstra, em primeiro lugar, que a mulher enfrenta um processo de violência, que começa no casamento e se estende com o nascimento da prole, atravessando diferentes idades da vida. Além disso, o casamento continua fazendo parte da identidade da mulher, não sendo aceitável, em determinados contextos, que a mesma tome a iniciativa pelo seu rompimento, ainda que sob uma situação de violência. Ao mesmo tempo, a violência se configura enquanto ferramenta de controle sobre o comportamento da mulher, ainda na velhice, pois é dessa forma que os filhos expressam seu descontentamento com a separação dos pais.

Deve-se ressaltar que em 31, das 48 denúncias, os filhos e netos são do sexo masculino, enquanto as autoras mulheres totalizam 17 denúncias (Tabela 5).

Tabela 5 - Sexo dos(as) filhos(as) e netos(as) autores(as). Vitória, dezembro de 2010 a dezembro de 2012

Sexo dos autores(as)	Filhos(as)	%	Netos(as)	%
Masculino	29	65,90%	2	50%
Feminino	15	34,09%	2	50%
Total	44	100%	4	100%

Fonte: Sistematização da pesquisadora, a partir dos dados dos boletins de ocorrência da DAPPI.

Todavia, a percepção de um número ainda significativo de autoras não descaracteriza essa violência como uma violência de gênero, pois, como afirma Saffioti (2004, p. 70), o gênero “deixa aberta a possibilidade do vetor da dominação-exploração” e é preciso de fato, segundo a autora, ampliar esse conceito para além das relações homem-mulher, englobando também as relações homem-homem e mulher-mulher. Da mesma maneira, a categoria patriarcado não deve ser ignorada, pois, apesar de marcar a presença masculina no pólo da dominação-exploração, conforme Saffioti, refere-se a um regime sob o qual homens e mulheres são socializados, podendo ambos cooperarem para a sua perpetuação através do reforço da ideologia e do uso da violência.

Considerações finais

A análise dos boletins de ocorrência da DAPPI reafirma a percepção de que os esforços direcionados ao enfrentando da violência de gênero devem se concentrar não somente na repressão policial, mas há a necessidade de se investir também no

empoderamento das mulheres de todas as idades e não só econômico. O receio em denunciar ou levar o caso adiante é muito grande e a coerção sofrida na relação familiar com o autor da violência, o medo do rompimento dos vínculos familiares, do abandono e da solidão, implica numa resistência à denúncia das violências sofridas, contribuindo para a subnotificação.

Além disso, é preciso rever os estereótipos acerca da velhice, correntes na sociedade e, ainda, as condições sócio-econômicas que as gerações mais jovens experimentam, que acabam por potencializar a violência contra os longevos. Ou seja, como afirma Simone de Beauvoir (1990, p. 665), quando se trata da condição dos velhos,

não podemos contentar-nos em reivindicar uma 'política da velhice' mais generosa, uma elevação das pensões, habitações sadias, lazeres organizados. É todo o sistema que está em jogo, e a reivindicação só pode ser radical: mudar a vida.

Isso implica que as experiências de envelhecimento sejam compreendidas em sua complexidade, a partir das condições de gênero, classe e etnia que as atravessam. Do mesmo modo, a análise da violência contra mulheres idosas não deve ignorar as singularidades que a diferencia da violência praticada contra as mulheres em outras etapas da vida, dentre as quais o presente trabalho procurou destacar seu caráter geracional e a influência das construções sociais em relação à idade.

26

Admite-se que coexistem atualmente na sociedade diferentes formas de se enxergar a velhice. A noção de envelhecimento ativo não substituiu a anterior, negativa, porém, ela colabora para escamoteá-la. A investigação a partir de entrevistas e das histórias de vida das mulheres idosas que recorrem à DAPPI talvez permita identificar de que maneira elas são afetadas por aquelas diferentes imagens acerca da velhice. Ao destacar sua predominância na posição de vítimas das representações preconceituosas, não se pretende, entretanto, fragilizá-las. Essas mulheres vivenciam uma experiência única e oportunidades que possivelmente não tiveram durante sua vida, como a independência financeira e a chefia da família.

Por isso, após a visibilização das questões relativas aos envelhecidos de um modo geral, considera-se importante para a visibilização das demandas das mulheres idosas o envolvimento das demais gerações de mulheres e mulheres feministas. É curioso notar, a exemplo de Simone de Beauvoir e Alda Britto da Motta, que as pesquisadoras feministas que vem se interessando pelo tema são aquelas que, na expressão de Motta (2006), vem "chegando para a idade".

Deste modo, conclui-se que há muito o que avançar nas discussões sobre a violência contra as mulheres. Em termos acadêmicos e de políticas públicas, a violência

contra mulheres idosas, por exemplo, ainda recebe pouca atenção. Acredita-se que ela guarda contornos próprios e deve ser analisada e enfrentada considerando suas especificidades, como as construções sociais acerca da velhice e os papéis sociais que a mulher deve desempenhar nessa etapa de vida.

Referências

- ALVES, Carla Maria Lobato. Rompendo com o silêncio: uma breve análise sobre violência familiar contra idosos em São Luís, Maranhão. **Revista Kairós**, v. 11, n. 2, dez. 2008, p. 81-94.
- AZEVEDO, Maria Amélia. Mulheres espancadas. **A violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1985.
- BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BORBA, Roberta Daniel de Carvalho Fernandes. **Um estudo sobre a estruturação da rede de proteção social voltada à população idosa no município de Vitória**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Política Social, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.
- BRASIL. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1º de outubro de 2003.
- _____. **O mapa da violência contra a pessoa idosa no Distrito Federal**. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Elaborado pela Central Judicial do Idoso. Brasília: MPDFT, 2013. Disponível em: <www.tjdft.jus.br>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 216-251.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher. Da legitimação à condenação social. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 286-312.
- LINDOSO, Mônica Bezerra de Araújo. A violência praticada contra a mulher idosa e os direitos humanos. In: **Direitos Humanos no cotidiano jurídico**. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, 2004, p. 71-101 (Séries Estudos, n. 14). Disponível em: <www.pge.sp.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2013.

- LOBO, Elisabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- LUZ, Gleice Mattos; PEIXOTO, Clarice Ehlers. De uma morada à outra: processos de re-coabitação entre as gerações. **Cadernos Pagu**, n. 29, jul.-dez. 2007.
- MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? **Série Antropologia**, Brasília, 2000. Disponível em: <www.compromissoeatitude.org.br>. Acesso em: 26 abr. 2013.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência na adolescência: um problema de Saúde Pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 6, n. 3, p. 278-292, 1990.
- _____. **Violência contra idosos**: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005. Disponível em: <www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br>. Acesso em: 5 out. 2012.
- MOTTA, Alda Britto da. Chegando para a idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos Antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 223-235.
- MOTTA, Alda Britto da. **Violência contra mulheres idosas**: questão feminista ou de gênero? Preparado para apresentação no Congresso de 2009 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos). Rio de Janeiro, junho de 2009. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu>>. Acesso em: 01 fev. 2012.
- NADER, Maria Beatriz. Cidades, aumento demográfico e violência contra a mulher: o ilustrativo caso de Vitória-ES. **Dimensões - Revista de História da Ufes**, v. 23, p. 156-171, 2009.
- _____. **Paradoxos do progresso**: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho. Vitória: Edufes, 2008.
- NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- OLIVEIRA, Amanda Marques de. **A feminização da velhice e a invisibilidade da violência contra o idoso**. Um estudo sobre o atendimento de velhos nas delegacias de polícia. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.
- PEDRO, Joana Maria. O feminismo de "segunda onda". In: PEDRO, Joana Maria Pedro; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.
- _____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul.-dez. 1995.

_____. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Domínios da História**: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 275-296.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012**. Instituto Sangari: São Paulo, 2011. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 16 ago. 2014.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013**. Homicídios e juventude no Brasil. Secretaria Nacional de juventude: Brasília, 2013. Disponível em: <www.juventude.gov.br>. Acesso em: 16 ago. 2014.

“VEN ESTA NOCHE A MI PUERTA”: A DESCONSTRUÇÃO DA “MULHER FRÁGIL” EM ‘EL BURLADOR DE SEVILLA Y CONVIDADO DE PIEDRA’*

Vitor Bourguignon Vogas

Resumo: O objetivo do presente artigo é propor uma reflexão acerca da representação das personagens femininas apresentadas na peça *El burlador de Sevilla y convidado de piedra* (1630), do dramaturgo espanhol Tirso de Molina, que inaugura o mito de Dom Juan na literatura. Baseando as nossas formulações principalmente em Fabio Luciano e em Ester Abreu Viera de Oliveira, buscamos distinguir e apontar no próprio texto alguns elementos contrários à concepção generalizadora de uma mulher necessariamente submissa e resignada à condição de vítima, durante a Idade Moderna. Com base em algumas características verificadas nas personagens femininas de Molina – as quais as distanciam da noção de fragilidade e vitimização femininas –, procuramos discutir como a peça, em certa medida, coaduna estudos historiográficos contemporâneos que buscam, precisamente, relativizar os discursos e representações consagrados pela historiografia tradicional acerca da mulher da Idade Moderna.

30

Palavras-chave: Dom Juan; Tirso de Molina; Representações femininas.

Abstract: This article aims to bring up a discussion about the way feminine characters are represented in the play *El burlador de Sevilla y convidado de piedra* (1630), from Spanish playwright Tirso de Molina, who introduced the myth of Don Juan in literature. Based mostly in Fabio Luciano and Ester Abreu Viera de Oliveira, our goal is to identify and extract from the play's original text some elements that contradict the general idea of women as necessarily submissive and resigned to playing the part of victim, during Modern Age. In Molina's feminine characters, we can point out some features that distance them from the traditional notion of women's fragility, which is why our attempt is to discuss the way the play, in a certain level, confirm some contemporary historical studies whose purpose is to show how the discourses and representations established by traditional History towards women in Modern Age must be reconsidered, including other possibilities.

Keywords: Dom Juan; Tirso de Molina; Feminine representations.

* Artigo submetido à avaliação em 11 de setembro de 2015 e aprovado para publicação em 15 de outubro de 2015.

Sevilla a voces me llama
el Burlador, y el mayor
gusto que en mí puede haber
es burlar una mujer
y dejalla sin honor
(Dom Juan Tenorio, de Tirso de Molina).

Introdução

O objetivo do presente artigo é propor uma reflexão acerca da representação das personagens femininas apresentadas na peça *El burlador de Sevilla y convidado de piedra* (1630), de Tirso de Molina, que inaugura o mito de Dom Juan na literatura.

Após uma brevíssima biografia do autor, partimos para a caracterização do protagonista da peça. Na sequência, buscamos identificar, no próprio texto da peça, alguns dos elementos que retratam a situação de opressão e dominação a que a mulher, em geral, estava submetida em princípios do século XVII – e que, numa perspectiva contemporânea, poderiam bem ser reinterpretados como expressões do machismo.

Finalmente, baseando as nossas formulações principalmente em Fabio Luciano e em Ester Abreu Viera de Oliveira, buscamos distinguir e apontar no próprio texto alguns elementos contrários às representações tradicionalmente atribuídas à mulher da Idade Moderna. Com base em algumas características verificadas nas personagens de *El burlador de Sevilla y convidado de piedra* – as quais as distanciam da noção de fragilidade e vitimização femininas –, procuramos discutir como a peça, em certa medida, coaduna estudos historiográficos contemporâneos – especificamente, Davis e Farge – que buscam, precisamente, relativizar os discursos e representações consagrados pela historiografia tradicional acerca da mulher da Idade Moderna.

31

Tirso de Molina

Tirso de Molina, pseudônimo do Frade Gabriel Téllez (Madrid, 24 de março de 1579 – Almazán, 12 de março de 1645), foi um religioso espanhol que se destacou como poeta, narrador e, principalmente, dramaturgo do Barroco. Influenciado pela literatura de Lope de Veja, é até hoje um dos mais destacados dramaturgos do Século de Ouro espanhol. Seu trabalho fundamental, *El burlador de Sevilla y convidado de piedra* (1630), é a primeira obra literária baseada no mito de Dom Juan. Seus títulos se destacam pela engenhosa construção de situações, pelo olhar aguçado sobre o

contexto social da época e pelo desenho das personagens (sobretudo femininas), junto a uma mescla do popular com o erudito. Outras de suas peças são o drama histórico *La prudencia en la mujer* (1622) e as comédias *El condenado por desconfiado* (1635), *El vergonzoso en palacio* (1606-1611) e *Don Gil de las calzas verdes*.

A caracterização de Dom Juan

Filho da nobreza espanhola, Don Juan é um jovem libertino e aventureiro, um conquistador de donzelas que dedica a vida a burlá-las e desonrá-las. Assim, engana as senhoritas a fim de seduzi-las, deixando-as sem alternativa senão buscar casar-se com outro que eventualmente a aceite (mesmo desvirginada) ou ingressar em um convento. Rebelde, desdenha das regras morais e sociais da época e não se importa nem um pouco com eventuais castigos divinos, apesar das insistentes advertências de seu criado, Catalinón (espécie de voz da consciência do amo, seguidamente ignorada), o que lhe custa caro no desfecho da trama. Narcisista e hedonista ao extremo, Don Juan é um homem autocentrado. Para ele, não existe nada além de seu orgulho, sua vontade, seu desejo e sua soberba. O mundo exterior a si mesmo pouco lhe importa, tampouco os sentimentos das outras pessoas.

32

Como nos recorda Fabio Luciano, no artigo “O comportamento da filha do comendador no processo de decadência do seu ‘conquistador-burlador’”, “José Escobar diz que, por ímpeto, Don Juan é capaz de mobilizar cabanas, conventos, claustros e deixa sua memória amarga por todas as partes” (ESCOBAR *apud* LUCIANO, 2008, p. 790-791).

É o que se percebe, por exemplo, logo no início da peça. A primeira cena do primeiro dos três atos dá-nos uma demonstração inequívoca desse comportamento egoísta do atrevido sedutor. Iniciada *in media res*, a cena nos apresenta um Dom Juan que acabara de se deitar com a duquesa Isabela mediante um bem-sucedido estratagema (a burla) – qual seja, passar-se pelo noivo da donzela – e que, agora, está prestes a ter a verdadeira identidade descoberta por ela.

JORNADA PRIMERA

[*En Nápoles en el palacio real*]

Sale DON JUAN TENORIO e ISABELA, *duquesa*.

ISABELA Duque Octavio, por aquí
podrás salir más seguro.

D. JUAN Duquesa, de nuevo os juro
de cumplir el dulce sí.

ISABELA Mis glorias, serán verdades
promesas y ofrecimientos,

regalos y cumplimientos,
voluntades y amistades.
D. JUAN Sí, mi bien.
ISABELA Quiero sacar
una luz.
D. JUAN Pues, ¿para qué?
ISABELA Para que el alma dé fe
del bien que llevo a gozar.
D. JUAN Mataréte la luz yo.
ISABELA ¡Ah, cielo! ¿Quién eres, hombre?
D. JUAN ¿Quién soy? Un hombre sin nombre.
ISABELA ¿Que no eres el duque?
D. JUAN No.
ISABELA ¡Ah de palacio!
D. JUAN Detente.
Dame, duquesa, la mano.
ISABELA No me detengas, villano.
¡Ah del rey! ¡Soldados, gente! (MOLINA, p. 2).

O orgulho do próprio egoísmo

Mais do que seguir a burla como “estilo de vida”, o jovem sedutor de Sevilha sente-se inebriado pelo próprio orgulho masculino. Ao longo da peça, notamos um Dom Juan orgulhoso do próprio egoísmo. Como, invariavelmente, ele tem êxito e escapa ileso a suas aventuras (até a sequência final, é certo), isso o leva a sentir-se inatingível, acima das leis morais e sociais, e glorificado pelo triunfo do seu próprio egoísmo. Em diversas passagens, o próprio protagonista faz questão de se enaltecer, proclamando-se *El Burlador* e exaltando suas próprias conquistas e seu “estilo de vida”, como se pode averiguar nos fragmentos selecionados abaixo:

33

D. JUAN Sevilla a voces me llama
el Burlador, y el mayor
gusto que en mí puede haber
es burlar una mujer
y dejalla sin honor (MOLINA, p. 31).
D. JUAN Tío y señor,
mozo soy y mozo fuiste;
y pues que de amor supiste,
tenga disculpa mi amor.
Y pues a decir me obligas
la verdad, oye y diréla:
yo engañé y gocé a Isabela,
la duquesa.
D. PEDRO No prosigas (MOLINA, p. 3).
CATALINÓN ¿Al fin pretendes gozar
a Tisbea?
D. JUAN Si burlar
es hábito antiguo mío,

“Ven esta noche a mi puerta”

¿qué me preguntas, sabiendo
mi condición?
CATALINÓN Ya sé que eres
castigo de las mujeres (MOLINA, p. 21).

A ironia e o deboche

O orgulho, a arrogância e a empáfia de Dom Juan se manifestam também sob a forma do deboche e da ironia que carregam alguns de seus comentários, mesmo que de si para si. É o que se observa, a título de exemplo, quando declara explicitamente a Catalinón a intenção de “hacerle el daño a Aminta” (isto é, prejudicar a moça), mas, antes, pretende repará-lo, pedindo que o padre lhe autorize o “engano”.

D. JUAN Con el honor le vencí,
porque siempre los villanos
tienen su honor en las manos,
y siempre miran por sí.
Que por tantas variedades
es bien que se entienda y crea
que el honor se fue al aldea
huyendo de las ciudades.
Pero antes de hacer el daño
le pretendo reparar;
a su padre voy a hablar
para autorizar mi engaño (MOLINA, p. 45).

34

Da mesma forma, a ironia está contida no trecho em que, interpelado pelo tio após ter enganado a duquesa Isabela, o Burlador de Sevilha não hesita em afirmar que o triste ocorrido que causara à pobre moça desonrada foi, na verdade, um acontecimento alegre para ele mesmo.

D. PEDRO Mis cartas te avisarán
en qué para este suceso
triste, que causado has.
D. JUAN (Para mí alegre dirás.)
Que tuve culpa confieso.
D. PEDRO Esa mocedad te engaña.
Baja, pues, ese balcón.
D. JUAN (Con tan justa pretensión,
gozoso me parto a España) (MOLINA, p. 4).

O encanto pessoal

Mais do que a engenhosidade e a habilidade em pôr em prática ardis que quase nunca falham, Dom Juan é, primordialmente, um grande galanteador. Uma virtude que ninguém pode lhe negar é sua capacidade de manejar as palavras de modo hipnótico e irresistível para as vítimas que vai enfileirando e deixando pelo caminho, como se fosse um encantador de mulheres. Não conquista as suas damas mediante apenas truques e enganos, mas combinando a essas estratégias o seu magnetismo pessoal e o seu poder de sedução. Melhor exemplo disso talvez seja a sua abordagem em face de Tisbea, segunda das vítimas em série que vai fazendo à sua passagem e, seguramente, aquela que lhe opõe maior resistência num primeiro momento. Para vencer-lhe essa resistência inicial, o sedutor coloca em ação toda a sua verve, dirigindo-lhe galanteios arrebatadores de modo a encantá-la e dobrar-lhe a vontade em seu favor.

Vase CATALINÓN. Coge en el regazo TISBEA a DON JUAN.

TISBEA Mancebo excelente,
gallardo, noble y galán.
Volved en vos, caballero.
D. JUAN ¿Dónde estoy?
TISBEA Ya podéis ver,
en brazos de una mujer.
D. JUAN Vivo en vos, si en el mar muero.
Ya perdí todo el recelo
que me pudiera anegar,
pues del infierno del mar
salgo a vuestro claro cielo.
Un espantoso huracán
dio con mi nave al través,
para arrojarme a esos pies,
que abrigo y puerto me dan.
Y en vuestro divino oriente
renazco, y no hay que espantar,
pues veis que hay de amar a mar
una letra solamente.
TISBEA Muy grande aliento tenéis
para venir [sin aliento],
y [tras] de tanto tormento,
mucho tormento ofrecéis (MOLINA, p. 14).

35

A coragem

Por fim, uma característica típica dos jovens representantes da tradição cavalheiresca é o destemor – ou, pelo menos, a prontidão em aparentar destemor

“Ven esta noche a mi puerta”

– diante de situações potencialmente perigosas. Expressa-o Dom Juan em várias ocasiões, como nas abaixo elencadas.

D. PEDRO ¡Prendelde!
D. JUAN ¿Quién ha de osar?
Bien puedo perder la vida,
mas ha de ir tan bien vendida
que a alguno le ha de pesar.
D. PEDRO ¡Matalde!
D. JUAN ¿Quién os engaña?
Resuelto en morir estoy,
porque caballero soy
del embajador de España (MOLINA, p. 2).
D. JUAN Cenemos.
D. GONZALO Para cenar
es menester que levantes
esa tumba.
D. JUAN Y si te importa
levantaré esos pilares.
D. GONZALO Valiente estás.
D. JUAN Tengo brío,
y corazón en las carnes (MOLINA, p. 66-67).
D. GONZALO Dame esa mano.
No temas, la mano dame.
D. JUAN ¿Eso dices? ¿Yo temor? (MOLINA, p. 68).

36

Manifestações do machismo em 'El burlador de Sevilla'

Ao longo da peça, há inúmeras manifestações por parte das personagens masculinas que, numa perspectiva contemporânea, não hesitaríamos em classificar como machismo. É o que ocorre quando as mulheres em geral são tachadas de inconstantes, incapazes de zelar pela própria honra.

Temos um exemplo logo na primeira cena da peça, quando, para proteger o sobrinho Dom Juan Tenorio, Dom Pedro Tenorio, embaixador de Espanha em Nápoles, convence o próprio Rei de uma mentira: para livrar o sobrinho do castigo certo por ter gozado a duquesa Isabela, diz que a própria donzela confessara ter sido desonrada pelo noivo, o duque Octavio (por quem o burlador de Sevilha se fizera passar). Embora depositada na mulher, a honra é tratada como virtude característica do homem, a qual a mulher, leviana, não estaria em condições de preservar.

D. PEDRO La mujer, que es Isabela,
– que para admirarte nombro –
retirada en esa pieza,
dice que es el duque Octavio

quien, con engaño y cautela,
la gozó.
REY ¿Qué dices?
D. PEDRO Digo
lo que ella propia confiesa.
REY ¡Ah, pobre honor! Si eres alma
del [hombre], ¿por qué te dejan
en la mujer inconstante,
si es la misma ligereza? (MOLINA, p. 5).

Sem se preocupar em ouvir a versão da moça, o rei imediatamente a condena. Injustificada e envergonhada, a duquesa assume e aceita a sua culpa (afinal, fosse quem fosse o varão que a gozara, ela havia mesmo consentido em perder a virgindade). Mas mantém a esperança de que o malfeito possa ser remediado, caso o seu noivo, o duque Octavio, ainda aceite desposá-la.

CRIADO ¿Gran señor?
REY Traed
delante de mi presencia
esa mujer.
D. PEDRO Ya la guardia
viene, gran señor, con ella.

Trae la GUARDA a ISABELA.

ISABELA ¿Con qué ojos veré al rey?
REY Idos, y guardad la puerta
de esa cuadra. Di, mujer,
¿qué rigor, qué airada estrella
te incitó, que en mi palacio,
con hermosura y soberbia,
profanases sus umbrales?
ISABELA Señor...
REY Calla, que la lengua
no podrá dorar el yerro
que has cometido en mi ofensa.
¡Aquél era del duque Octavio!
ISABELA Señor...
REY [No], no importan fuerzas,
guardas, criados, murallas,
fortalecidas almenas,
para amor, que la de un niño
hasta los muros penetra.
Don Pedro Tenorio, al punto
a esa mujer llevad presa
a una torre, y con secreto
haced que al duque le prendan;
que quiero hacer que le cumpla
la palabra, o la promesa.
ISABELA Gran señor, volvedme el rostro.
REY Ofensa a mi espalda hecha,
es justicia y es razón
castigalla a espaldas vueltas.

“Ven esta noche a mi puerta”

Vase el REY.

D. PEDRO Vamos, duquesa.

ISABELA Mi culpa

no hay disculpa que la venza,

mas no será el yerro tanto

si el duque Octavio lo enmienda (MOLINA, p. 5-6).

O próprio Dom Pedro Tenorio, embaixador de Espanha em Nápoles, vai ao encontro do duque Octavio, para cumprir o mandado de prisão, em nome do Rei. O embaixador, então, dá voz de prisão ao duque, informando-lhe a suposta confissão de Isabela. Sabendo-se inocente e muito apaixonado pela noiva, Octavio fica perplexo com a notícia de que ela passara a noite com outro homem. Mas, apesar da incredulidade inicial, ele acaba refletindo e concluindo: no fundo, Isabel era mulher e, como tal, passível da inconstância que acomete e define a todas.

OCTAVIO Marqués, yo os quiero creer.

No hay [ya] cosa que me espante,

que la mujer más constante

es, en efeto, mujer.

No me queda más que ver,

pues es patente mi agravio.

D. PEDRO Pues que sois prudente y sabio,

elegid el mejor medio.

OCTAVIO Ausentarme es mi remedio.

D. PEDRO Pues sea presto, duque Octavio (MOLINA, p. 10).

38

Algo semelhante se observa quando Dom Juan engambela o camponês Batricio, que acabara de contrair matrimônio com a sua querida Aminta, na aldeia de Dos Hermanas. O burlador chega ao local bem no momento em que se celebram as bodas do jovem casal e, imediatamente, decide-se a fazer uma nova vítima. Logo após a ceia, Dom Juan se acerca a Batricio e inventa uma história que o noivo aceita como fato: diz que, dias atrás, ele já havia desonrado a noiva e que fora ela mesma, Aminta, que reclamara a sua presença na festa. O noivo crê que a lorota na realidade confirma os indícios do que ele já suspeitava e, tal como fizera Octavio, conclui: “ao fim e ao cabo, é mulher”.

D. JUAN ¡Batricio!

BATRICIO Su señoría,

¿qué manda?

D. JUAN Haceros saber...

BATRICIO (¿Mas que ha de venir a ser alguna desdicha mía?)

D. JUAN ...que ha muchos días, Batricio,

que a Aminta el alma di,

y he gozado...

BATRICIO ¿Su honor?

D. JUAN Sí.
BATRICIO (Manifiesto y claro indicio
de lo que he llegado a ver;
que si bien no la quisiera,
nunca a su casa viniera;
al fin, al fin es mujer) (MOLINA, p. 44).

Em vez de duvidar do cavalheiro ou pelo menos ouvir o que Aminta tinha a dizer para confrontar as versões, Batricio prefere abrir mão da noiva, insatisfeito com a sua desonra. Deixa, assim, o caminho aberto para Dom Juan desfrutá-la.

BATRICIO Si tú en mi elección lo pones,
tu gusto pretendo hacer,
que el honor y la mujer
son males en opiniones.
La mujer en opinión
siempre más pierde que gana,
que son como la campana
que se estima por el son.
Y así es cosa averiguada
que opinión viene a perder,
cuando cualquiera mujer
suen a campana quebrada.
No quiero, pues me reduces
el bien que mi amor ordena,
mujer entre mala y buena,
que es moneda entre dos luces.
Gózala, señor, mil años,
que yo quiero resistir,
desengañar y morir,
y no vivir con engaños. (MOLINA, p. 45)

O mercado do matrimônio

Outro elemento fortemente presente na peça e que reflete o modelo patriarcal predominante no contexto social representado por Tirso de Molina são os muitos casamentos arranjados, no âmbito da nobreza cortesã, pelos chefes das famílias de “sangue azul”, entre os respectivos filhos e filhas. Nessa tradição, os arranjos matrimoniais eram verticalizados e à donzela, por evidente, não se dava o direito de opinar sobre o próprio destino. O casamento era tratado como um negócio entre famílias e, nesse bazar matrimonial, as filhas, com os respectivos dotes, eram oferecidas pelos pais como um objeto de valor e entregues àqueles que por elas fizessem a melhor oferta.

É o que registramos, por exemplo, quando Sua Majestade, o Rei de Espanha, recebe no Palácio Real de Sevilha outro embaixador da Coroa espanhola: Gonzalo de Ulloa, que acaba de retornar de importante viagem oficial empreendida a Lisboa. Devido

“Ven esta noche a mi puerta”

ao sucesso da missão diplomática, o Rei fica exultante e decide regalar o embaixador, patrocinando pessoalmente o casamento da bela filha de Dom Gonzalo, a jovem Dona Ana, em Sevilha. Por seu sangue nobre, o escolhido é justamente Dom Juan Tenorio, filho de Dom Diego Tenorio, patriarca de família de alta estirpe e magistrado da Coroa. “Eu o aceito por ela”, sintetiza Dom Gonzalo, respondendo à “generosa e dignificante” oferta feita pelo próprio Rei.

REY Más estimo, don Gonzalo,
escuchar de vuestra lengua
esa relación sucinta,
que haber visto su grandeza.
¿Tenéis hijos?
D. GONZALO Gran señor,
una hija hermosa y bella,
en cuyo rostro divino
se esmeró naturaleza.
REY Pues yo os la quiero casar
de mi mano.
D. GONZALO Como sea
tu gusto, digo, señor,
que yo lo aceto por ella.
Pero, ¿quién es el esposo?
REY Aunque no está en esta tierra,
es de Sevilla, y se llama
don Juan Tenorio (MOLINA, p. 20).

40

Na sequência da peça, mais uma vez, a mão conciliatória do Rei volta a intervir diretamente nos assuntos e arranjos matrimoniais. Buscando a harmonia entre os seus nobres súditos, o magnânimo procura cerzir com a própria “linha real” os enlaces e desenlaces nupciais.

Na ocasião, chegara ao Palácio Real em Sevilha o duque Octavio em pessoa, requerendo audiência com o Rei. Àquela altura, ele já tinha conhecimento da infâmia praticada por Dom Juan em Nápoles e vinha com o intuito de pedir a Sua Majestade autorização para duelar com o rival. Mas o pai de Dom Juan, Dom Diego, intercede junto ao Rei e pede-lhe que não o permita, por “honra de pai”. Compreensivo, o Rei recebe Octavio e decide pôr em marcha um plano a seu ver melhor e mais diplomático: para recompensá-lo pela injustiça sofrida em Nápoles, propõe a Octavio outra união, costurada por ele mesmo, com lastro real. Oferece-lhe a mão de Dona Ana, a filha de Dom Gonzalo de Ulloa (não mais prometida a Dom Juan), donzela que, em suas palavras, supera em beleza a duquesa Isabel. Assim, o Rei pretende consertar tudo o que Dom Juan havia desconsertado com as suas traquinagens.

El REY Yo os casaré en Sevilla, con licencia
y [también]con perdón y gracia suya;

que puesto que Isabela un ángel sea,
mirando la que os doy, ha de ser fea.
Comendador mayor de Calatrava
es Gonzalo de Ulloa, un caballero
a quien el moro por temor alaba,
que siempre es el cobarde lisonjero.
Éste tiene una hija en quien bastaba
en dote la virtud, que considero,
después de la [beldad], que es maravilla,
y el sol de ella es estrella de Castilla.
Ésta quiero que sea vuestra esposa (MOLINA, p. 26).

Logo em seguida, satisfeito com o novo arranjo proposto pelo Rei, Octavio relata o resultado da audiência a seu amigo, Ripio, que, objetivamente, lhe pergunta: "Afinal, [o Rei] chegou a te oferecer mulher?".

RIPIO Con razón el nombre adquiere
de generoso en Castilla.
¿Al fin te llegó a ofrecer
mujer?
OCTAVIO Sí, amigo, mujer
de Sevilla; que Sevilla
da, si averiguallo quieres,
porque de oílo te asombres,
si fuertes y airosos hombres,
también gallardas mujeres (MOLINA, p. 27).

41

Ao fim e ao cabo, a ironia maior reside em um detalhe: ainda que a opinião das mulheres pouco ou nada importe naquele universo patriarcal, os homens com frequência atribuem-lhes o defeito de "terem opiniões demais", ou "serem só opiniões e pareceres", com o propósito de desqualificá-las.

REY También podéis a Octavio prevenille.
Desdichado es el duque con mujeres;
son todas opinión y pareceres (MOLINA, p. 62).

O valor da honra feminina

Em obediência aos códigos de conduta que regulavam o comportamento social dos membros daquele universo cortesão (os códigos comportamentais), o valor máximo a ser preservado e defendido pelas senhoritas filhas da nobreza era precisamente a honra, que se confundia com o conceito de virgindade. Uma mulher desonrada, "gozada" antes de contrair núpcias, faria a desonra abater-se sobre o pai (e demais homens do clã) e, por extensão, sobre toda a sua família.

“Ven esta noche a mi puerta”

De acordo com Luciano,

[...] o termo *honor* se usa em outra acepção de honra. Esta, no tocante à esfera social, também apresentaria uma dimensão diacrônica, que a liga à linhagem familiar da pessoa, e ainda uma dimensão sincrônica, que faz referência ao bom nome que liga a pessoa a sua comunidade. Em linhas gerais, entendemos que alguém “desonrado” desonra também sua família e sua cidade (LUCIANO, 2011, p. 23).

Já nas palavras de Pedraza Jiménez e Rodríguez Cáceres,

La causa más común de la deshonor, en la estructura dramática de la comedia, es de orden erótico e sexual. Concebida la mujer como una pertenencia, la seducción de la soltera por el galán o el adulterio de la casada constituyen un despojo que el *pater familias* (padre, hermano o marido) no puede consentir. Las leyes del honor son rígidas a ese respecto: el agraviado ha de tomar inmediata venganza, si la ofensa es pública; o mediata y meditada, si el agravio es secreto (PEDRAZA JIMÉNEZ; RODRÍGUEZ CÁCERES, 1995, p. 88).

42 A gravidade de tal situação é vivamente expressada na peça de Tirso de Molina, pela voz de suas personagens femininas. Como sintetiza Fabio Luciano, “a honra é o grande tema da comédia e o código característico da sociedade espanhola, logo, Don Juan manipula o código de honra ao seu interesse e acaba prisioneiro dos seus feitos” (LUCIANO, 2008, p. 789).

Uma a uma, as donzelas que atravessam o caminho de Dom Juan vão sendo por ele burladas e defloradas, ao que se segue um padrão facilmente verificável: a reação de desespero e abatimento e o sentimento de culpa das (não mais) donzelas uma vez consumada a desonra, à qual se sujeitam enganadas, mediante falsas promessas de matrimônio ou acreditando-se na presença do verdadeiro amado. Senão vejamos:

Isabela

Sale el REY DE NÁPOLES, con una vela en un candelero.

REY ¿Qué es esto?

ISABELA ¡El rey! ¡Ay, triste!

REY ¿Quién eres?

D. JUAN ¿Qué ha de ser?

Un hombre y una mujer.

REY Esto en prudencia consiste.

¡Ah de mi guarda! Prendé
a este hombre.

ISABELA ¡Ay, perdido honor! (MOLINA, p. 2).

Tisbea

Sale TISBEA.

TISBEA ¡Fuego, zagales, fuego, agua, agua!
¡Amor, clemencia, que se abrasa el alma!
¡Ay choza, vil instrumento
de mi deshonra, y mi infamia!
[...]
¡Ah, falso huésped, que dejas
una mujer deshonrada!
Nube que del mar salió,
para anegar mis entrañas.
¡Fuego, zagales, fuego, agua, agua!
¡Amor, clemencia, que se abrasa el alma!
Yo soy la que hacía siempre
de los hombres burla tanta.
¡Que siempre las que hacen burla,
vienen a quedar burladas!
Engañóme el caballero
debajo de fe y palabra
de marido, y profanó
mi honestidad y mi cama.
Gozóme al fin, y yo propia
le di a su rigor las alas
en dos yeguas que crié,
con que me burló y se escapa (MOLINA, p. 23).

43

Dona Ana de Ulloa

Sale DON GONZALO con la espada desnuda.

D. GONZALO La voz es
de doña Ana la que siento.
ANA ¿No hay quien mate este traidor,
homicida de mi honor?
D. GONZALO ¿Hay tan grande atrevimiento?
Muerto honor, dijo, ¡ay de mí!,
y es su lengua tan liviana
que aquí sirve de campana. (MOLINA, p. 36)

A representação da mulher na Idade Moderna: concepções historiográficas

Historicamente, a concepção predominante sobre a mulher na Idade Moderna sempre esteve ligada a uma ideia de submissão e resignação a um status subalterno ao homem. Entretanto, é preciso matizar tal concepção generalizante, a qual tem sido colocada em xeque por estudos historiográficos mais recentes. É o que se observa, por

exemplo, em *A história das mulheres no Ocidente*, monumental coletânea organizada por Duby e Perrot.

No terceiro volume da coleção (*A história das mulheres no Ocidente: Paradoxos do Renascimento e do Iluminismo*), os autores se debruçam sobre o período que vai do século XVI ao XVIII, dentro do qual delimitam a Idade Moderna – e bem no meio do qual se deu a produção de Molina. Na introdução do volume, assinada por Natalie Zemon Davis e Arlette Farge e intitulada “Woman as historical actors”, as autoras salientam essa necessária matização. Segundo elas, a obra analisa a história das mulheres a partir de vários ângulos com o intuito de pôr abaixo o mito convencional de que elas foram sempre dominadas, enquanto os homens sempre teriam sido opressores.

A realidade é muito mais complexa. Havia desigualdade, é certo, mas havia também uma zona inconstante na qual as mulheres encontravam e adotavam incontáveis estratégias para além dos papéis de inevitáveis vítimas ou excepcionais heroínas a fim de se promoverem à condição de agentes ativas da história (DAVIS; FARGE, 1995, p. 3-4).

De acordo com as mesmas autoras, apesar da inegável presença da mulher em todos os âmbitos da vida social, artística e intelectual da época, os historiadores preferiram, por muito tempo, negligenciá-las no *corpus* dos estudos, como estratégia com vistas a legitimar o domínio masculino e manter a mulher em uma posição inferiorizada.

44

Além da presença real das mulheres na vida cotidiana, elas também figuravam em um grau extraordinário no reino dos discursos e das representações, mitos e sermões, ciência e filosofia. Paradoxalmente, o discurso abundante e repetitivo sobre a mulher era parte de uma estratégia para mantê-las em xeque, por um mal disfarçado desejo de converter sua presença em uma espécie de ausência ou, em certo nível, em uma discreta presença dentro de limites estreitamente definidos, como um jardim cercado.

Claramente, o que os homens diziam e escreviam sobre elas não capturava a realidade da presença feminina. Eles percebiam as mulheres somente por meio de uma imagem, aquela de Mulher, potencialmente perigosa em sua extravagância, embora necessária para uma função essencial: a maternidade. A mulher não foi revelada, mas inventada [...]. Não surpreende que os historiadores do início da Idade Moderna também tenham negligenciado, por tanto tempo, a presença da mulher (DAVIS; FARGE, 1995, p. 1-2).

Em seguida, Davis e Farge abordam justamente um ponto fulcral da presente discussão: apesar de as mulheres serem caracterizadas, individualmente, por atributos diversos, positivos e negativos (como, de resto, qualquer pessoa), os discursos hegemônicos acabaram, premeditadamente, por privilegiar características negativas vinculadas às mulheres ao longo da história, como parte da estratégia acima referida. Com o passar do tempo, porém, acompanhando as mudanças de toda ordem que

sacudiram a Europa ao longo da Idade Moderna, os papéis e o status da mulher também passaram por progressivas transformações. Algumas representantes do sexo feminino passaram a reivindicar direitos, igualdade e participação em várias esferas – malgrado a resistência das autoridades masculinas –, o que redefiniu não só as relações entre os gêneros, mas também a relação das próprias mulheres com o mundo.

O persistente conflito entre homens e mulheres constitui uma constante histórica cujas formas mudaram em função das mudanças de tempo e circunstâncias. Textos, imagens e arquivos nos conduzem ao coração da disputa: mulheres eram consideradas maliciosas, imperfeitas, extravagantes, diabólicas, mortais e mentirosas. É claro que elas também eram dóceis e submissas, mas a crueldade e o excesso sexual logo se sobrepuseram a essas qualidades na maioria das descrições sobre o sexo feminino; na França, em 1622, Mademoiselle de Gournay respondeu aos detratores do sexo feminino; algumas décadas depois as Précieuses fizeram reivindicações em favor da independência literária e intelectual das mulheres, apesar da gargalhada de escárnio de Molière; na década de 1670, François Poullain de la Barre usou a separação cartesiana entre corpo e mente para argumentar que “a mente não tem sexo”.

Os exemplos acima vêm da França. Contudo toda a Europa foi tomada pela turbulência de acontecimentos e pelo vigoroso debate acerca da questão da mulher. Esses três séculos de convulsão econômica, política, cultural e religiosa modificaram o status da mulher e redefiniram a sua relação com o mundo. Mulheres protestantes e católicas se envolveram com a cultura e o aprendizado de variadas maneiras que afetaram a sua relação com a família e a comunidade. Epidemias, a fome e a guerra levaram muitas mulheres a uma forma ou outra de resistência e de transgressão, o que as trouxe, assim, à arena pública. As relações entre homens e mulheres, entre o “masculino” e o “feminino”, transformaram-se na medida em que o mundo se transformou, às vezes tornando o equilíbrio de poder mais simétrico, às vezes não (DAVIS; FARGE, 1995, p. 2-3).

45

Por fim, cabe assinalar uma importante ressalva feita pelas autoras: nessa “história da emancipação feminina”, não se pode desconsiderar o corte socioeconômico. Vale dizer que as oportunidades e a margem de “ação transgressora” por parte das mulheres variavam consideravelmente em função da classe social ocupada por cada uma. O potencial transgressor de uma mulher, ou os resultados efetivos de suas reivindicações individuais, seriam tanto maiores quanto maior fosse a sua ascendência na hierarquia social.

Por meio de uma crescentemente ampla cadeia de atividades, as mulheres encontraram formas de escapar tanto das realidades opressoras quanto dos discursos sufocantes a respeito da natureza feminina. Mesmo assim [...], o espaço disponível para transgressões variava muito conforme a classe social da mulher. As ricas podiam desafiar a ordem sem violar a lei, enquanto as pobres ameaçavam tanto a lei como a ordem, invariavelmente com sérias consequências. Mulheres abastadas desenvolveram modos individuais de se libertar dos papéis que as delimitavam. Felizes em apontar sua inteligência em direções proibidas, elas usaram suas mentes para compreender o mundo. Nos

salões, como Précieuses, como jornalistas, essas mulheres não só firmaram uma reivindicação à razão, mas também insistiram em contribuir para a filosofia, a ciência e a renovação do pensamento político. Algumas delas pagaram caro por isso (DAVIS; FARGE, 1995, p. 5-6).

Inserções de um feminismo antecipado e desconstrução da “mulher frágil” em *El burlador de Sevilla y convidado de piedra*

Apesar de todos os elementos que, numa perspectiva atual, podem ser considerados machistas na peça *El burlador de Sevilla y convidado de piedra*, também podemos identificar componentes mais ligados ao feminismo na mesma obra de Tirso de Molina, ao contrário do que nos ditaria o senso comum.

É que, seguindo a tradição barroca, as mulheres de Tirso de Molina, mesmo as que têm o caminho atravessado por Dom Juan Tenorio e que são por ele *burladas* e *gozadas*, estão longe de poderem ser caracterizadas como mulheres frágeis, dóceis, recatadas e passivas – o que, inclusive, as distancia daquelas que figuram em *Don Juan Tenorio*, de José Zorrilla, uma das muitas versões subsequentes da peça, escrita em princípios do século XIX, e expressão, por sua vez, da estética romântica. Ali, sim, as mulheres se mostram lânguidas e querem redimir o amante por meio do amor. Na obra original de Molina, *todo lo contrario*. As mulheres barrocas que passeiam por seu palco são varonis, vão em busca de desforra. Embora sejam igualmente burladas por Dom Juan, são muito mais autodeterminadas do que aquelas da versão romântica de Zorrilla.

Em “Personagens femininas de *El Burlador de Sevilla* e de *Don Juan Tenorio*, aproximadas a mitos gregos, pelo prisma de Jung”, artigo que integra a coletânea *O mito de Don Juan e sua relação com Eros e Thanatos* (2013), Ester Abreu Vieira de Oliveira propõe uma aproximação comparativa entre as peças de Tirso de Molina e José Zorrilla, destacando precisamente a iniciativa das mulheres do primeiro autor na busca por vingança e reparação da própria desonra – tarefa que, em Zorrilla, compete ao pai e ao noivo extensivamente desonrados.

As personagens femininas não são muito numerosas nem em *El burlador de Sevilla*, nem em *Don Juan Tenorio* e são em número menor que as masculinas; contudo, têm um papel significativo na trama e na caracterização de Dom Juan. Na obra de Tirso, *El burlador de Sevilla*, são quatro belas mulheres ultrajadas que buscam vingança ou reparação da sua desonra e que se reunirão no final da história, na corte do rei. Nelas, não há amor dadivoso, mas, sim, ódio. Há uma personagem, Ana, que fica todo o tempo invisível e inativa em cena, mas não no enredo da obra. Em Zorrilla, muitas são mencionadas, porém só há duas que atuam: uma invisível em cena, Dona Inês, e a outra invisível, Dona Ana. Coube ao pai e ao noivo a ofensa da honra e a vingança final (DE OLIVEIRA, 2013, p. 254).

No artigo “O comportamento da filha do comendador no processo de decadência do seu conquistador-burlador”, Fabio Luciano, recorda-nos o que afirma Díaz-Plaja a respeito da mulher na estética barroca: “En el Barroco, en cambio, la mujer es un fragmento palpitante de vida; un poco de carne puesta a arder” (DÍAZ-PLAJA, 1945, p. 105).

Ramón Menéndez Pidal vai ainda mais longe e, ainda segundo Luciano, “faz referência ao feminismo como um traço caracterizador do teatro de Tirso devido à liberdade expressada pelas mulheres, o que nos revela atitudes femininas próprias e independentes em relação ao homem, ainda que não chegue a um feminismo mais extremado” (MENÉNDEZ PIDAL *apud* LUCIANO, 2008, p. 790).

Luciano destaca, ainda, que não se deve esquecer que os versos feministas existem em quase todos os dramaturgos do século XVII. Além disso, para o autor, “Tirso de Molina conhecia bem a psicologia feminina, possivelmente por sua experiência obtida através dos confessionários, como apontam alguns estudiosos” (LUCIANO, 2008, p. 790).

Vejamos como esse “feminismo fora de época” se manifesta nas principais personagens femininas da peça de Molina:

Tisbea

É na costa de Tarragona que Dom Juan e nós, leitores, vamos encontrar o exemplar mais bem acabado, dentre o rol de personagens femininas que povoam a peça em apreço, da donzela que subverte a ideia preconcebida e ditada pelo senso comum acerca da mulher da época (início do século XVII). Trata-se da bela Tisbea, jovem pescadora cortejada por todos os rapazes da aldeia, mas que desdenha da corte de todos eles. Como toda donzela que se preze, Tisbea valoriza e zela pela própria honra – valor máximo a ser resguardado por uma donzela, conforme o código que estabelecia as normas comportamentais naquele contexto histórico.

Entretanto, a bela pescadora faz pouco caso do amor, zomba das amigas que se deixam enamorar e se orgulha de passar ilesa a esses enleios e arrebatamentos da paixão, ao contrário de todas as demais. Desconstrói, assim, aquela sedimentada ideia de donzela que vive em busca de um bom casamento e/ou de um amor idealizado, como se constata na passagem em que ela mesma se apresenta ao público:

[En la playa de Tarragona]
Sale TISBEA, pescadora, con una caña de pescar en la mano.

TISBEA Yo, de cuantas el mar
pies de jazmín y rosa

“Ven esta noche a mi puerta”

en sus riberas besa,
con fugitivas olas
sola de amor exenta,
como en ventura sola,
tirana me reservo
de sus prisiones locas.
En pequeñuelo esquife
y ya en compañía de otras,
tal vez al mar le peino
la cabeza espumosa,
y cuando más perdidas
querellas de amor forman,
como de todos río,
envidia soy de todas.
¡Dichosa yo mil veces,
amor, pues me perdonas,
si ya por ser humilde,
no desprecias mi choza!
Obeliscos de paja,
mi edificio coronan
nidos; si no, hay cigarras
o tortolillas locas.
Mi honor conservo en pajas
como fruta sabrosa,
vidrio guardado en ellas
para que no se rompa.
De cuantos pescadores
con fuego Tarragona
de piratas defiende
en la argentada costa,
desprecio soy, encanto,
a sus suspiros sorda,
a sus ruegos terrible,
a sus promesas roca.
[...]
porque en tirano imperio
vivo, de amor señora,
que halla gusto en sus penas
y en sus infiernos gloria.
Todas por él se mueren,
y yo todas las horas
le mato con desdenes:
de amor condición propia,
querer donde aborrecen,
despreciar donde adoran,
que si le alegran muere,
y vive si le oprobian.
En tan alegre día,
segura de lisonjas,
mis juveniles años
amor no los malogra (MOLINA, p. 10-12).

Eis que chega Dom Juan e abala as convicções da moça. Mediante palabras galantes e a promesa de matrimônio, ela acaba se deixando seduzir e é desvirginada

na própria cabana. Não sem antes, contudo, opor grande desconfiança e grande resistência ao galã:

TISBEA Parecéis caballo griego
que el mar a mis pies desagua,
pues venís formado de agua
y estáis preñado de fuego.
Y si mojado abrasáis,
estando enjuto, ¿qué haréis?
Mucho fuego prometéis,
¡plega a Dios que no mintáis! (MOLINA, p. 15).

Ao fim, todavia, a jovem pescadora acaba por ceder aos encantos de Dom Juan, que, após a burla, escapa-se dali com o criado, Catalinón, antes que a burlada possa se dar conta do ocorrido. Mas, ao descobrir o ardil, Tisbea fica irada e promete clamar por vingança ao Rei de Espanha – o que, novamente, revela uma postura proativa por parte da mulher barroca. Uma mulher que não se resigna a se prostrar passivamente em face do mal provocado por um galã traiçoeiro, que não se satisfaz em ficar purgando o sofrimento e a infâmia que um malvado varão lhe impingiu; antes, toma a iniciativa de proclamar vingança ao malfeitor e de buscar cumprir a ameaça lançada contra ele, a fim de “limpar a própria honra”.

49

TISBEA Seguilde todos, seguilde.
Mas no importa que se vaya,
que en la presencia del rey
tengo de pedir venganza.
¡Fuego, zagales, fuego, agua, agua!
¡Amor, clemencia, que se abrasa el alma! (MOLINA, p. 24).

Propondo uma rede de paralelismos entre as personagens femininas de Tirso e aquelas da mitologia grega, Ester Abreu Vieira de Oliveira relaciona Tisbea a Artemis, por sua personalidade livre e independente e seu gosto pela natureza livre:

Guardiã de sua virgindade, Tisbea era insensível aos rogos dos galãs apaixonados, mas se entregou a Dom Juan. Enquanto virgem, invulnerável, pode ser relacionada a Artemis, irmã gêmea de Apolo, como também sua personalidade ativa e independente e seu gosto pela natureza livre (DE OLIVEIRA, 2013, p. 255).

Isabela

Para executar a vingança que jurara a Dom Juan, Tisbea conta com a ajuda de outra vítima *burlada* e *gozada* por ele: a Duquesa Isabela. Em sua viagem rumo a

“Ven esta noche a mi puerta”

Sevilha, a jovem que partira de Nápoles faz uma breve parada na praia de Tarragona, onde conhece a entristecida pescadora e escuta a sua história. Após uma breve irritação (afinal, tratava-se do mesmo Dom Juan com quem ela estava indo se casar), Isabela se solidariza com a companheira de infortúnio e permite que ela a acompanhe até Sevilha para requerer justiça ao Rei. Afinal, como a própria Isabela se queixa, também ela está sendo levada a Sevilha para casar-se contra a sua vontade e, como ela mesma conclui, “Tu não tens culpa” e “Não há vingança a meu mal que tão bem se encaixe”. Por intermédio da outra, Isabela também deseja ver-se vingada do mal que lhe causara o mesmo Dom Juan. Conforme conclui Tisbea, perdida está a mulher que confia nos homens.

TISBEA ¿Sois vos la Europa hermosa
que esos toros os llevan?
ISABELA [A Sevilla]
Llévanme a ser esposa
contra mi voluntad.
TISBEA Si mi mancilla
a lástima os provoca,
y si injurias del mar os tienen loca,
en vuestra compañía
para serviros como humilde esclava
me llevad, que querría,
si el dolor o la afrenta no me acaba,
pedir al rey justicia
de un engaño crüel, de una malicia.
Del agua derrotado
a esta tierra llegó don Juan Tenorio,
difunto y anegado;
amparéle, hospedéle en tan notorio
peligro, y el vil güésped
víbora fue a mi planta e[n] tierno césped.
Con palabra de esposo,
la que de esta costa burla hacía
se rindió al engañoso.
¡Mal haya la mujer que en hombres fía!
Fuése al fin, y dejóme:
mira si es justo que venganza tome.
ISABELA ¡Calla, mujer maldita!
¡Vete de mi presencia, que me has muerto!
Mas, si el dolor te incita
no tienes culpa tú. Prosigue el cuento.
TISBEA ¡La dicha fu[e]ra mía...!
ISABELA ¡Mal haya la mujer que en hombres fía!
¿Quién tiene de ir contigo?
TISBEA [Anfriso, un pescador; y] un pobre padre
de mis males testigo.
ISABELA (No hay venganza a mi mal que tanto cuadre.)
Ven en mi compañía.
TISBEA ¡Mal haya la mujer que en hombres fía! (MOLINA, p. 52-53).

Em seu esquema de analogias traçadas com as deusas da mitologia grega, Ester Abreu Vieira de Oliveira compara Isabela à deusa Atená, pelo uso da razão, da frieza e da ponderada reflexão.

Por sua hierarquia nobre, duquesa, pode-se aproximá-la à deusa Atená, filha que Zeus gerou na cabeça, símbolo de inteligência e de *animus*. Depois de tornado público o seu engano e ultraje à sua honra, aceitou casar-se com Dom Juan. Sua reflexão calma a faz dominar os seus impulsos e tramar, friamente, uma vingança para o sedutor, quando, indo para Sevilha, em Tarragona, se encontrou com Tisbea e ficou sabendo sobre a aventura que ela teve com Dom Juan: “Mas si dolor te incita / no tienes culpa tu. Prosigue el cuento”. Como Atená, Isabela é regida pela razão e pelo arrebatamento afetivo (DE OLIVEIRA, 2013, p. 254).

Dona Ana de Ulloa

Possivelmente nenhuma outra personagem feminina de *O burlador de Sevilha* se compare à sevilhana Dona Ana de Ulloa em “potencial subversivo”. Para confirmá-lo, recordemos a sua primeira (não) aparição em cena.

Amigo íntimo de Dom Juan e antigo companheiro de conquistas e aventuras libertinas em Sevilha, o incauto Marquês de la Mota revela ao outro que está profundamente apaixonado por uma prima: Dona Ana de Ulloa. Esta lhe corresponde o amor e inclusive lhe escreve cartas. Era aquele, contudo, um amor impossível, pois o próprio Rei havia prometido a mão dela a um ignorado cavalheiro.

Após o desabafo, Mota se retira e, encontrando-se só em cena, Dom Juan é surpreendido por uma voz feminina. A moça não aparece diante dele, mas lhe entrega um bilhete em mãos e pede-lhe que o repasse ao real destinatário: o Marquês de la Mota. Ao ler o bilhete, o burlador descobre que a misteriosa mulher era uma emissária da própria Dona Ana. No bilhete, a donzela se queixa da “traição do pai”, que, à sua revelia, prometera a sua mão a outro homem. Desesperada de amor, Ana diz a Mota, no bilhete a ele endereçado, que está disposta a se entregar ao amado naquela mesma noite, esperando-o com a porta aberta em seus aposentos, às 23 horas. Dá-lhe uma senha e instrui-lhe a vestir uma capa colorida.

Vase CATALINÓN, habla por una reja una MUJER.

MUJER Ce, ¿a quién digo?
D. JUAN ¿Quién llamó?
MUJER Pues sois prudente y cortés,
y su amigo, dalde luego
al marqués este papel;
mirad que consiste en él
de una señora el sosiego.
D. JUAN Digo que se lo daré;

“Ven esta noche a mi puerta”

soy su amigo y caballero.
MUJER Basta, señor forastero,
adiós.
[...]
D. JUAN Ya está abierto el papel,
y que es suyo es cosa llana,
porque aquí firma doña Ana.
Dice así: «Mi padre infiel
en secreto me ha casado,
sin poderme resistir;
no sé si podré vivir,
porque la muerte me ha dado.
Si estimas, como es razón,
mi amor y mi voluntad,
y si tu amor fue verdad,
muéstralo en esta ocasión.
Porque veas que te estimo,
ven esta noche a la puerta,
que estará a las once abierta,
donde tu esperanza, primo,
goces, y el fin de tu amor.
Traerás, mi gloria, por señas
de Leonorilla y las dueñas,
una capa de color.
Mi amor todo de ti fío,
y adiós». ¡Desdichado amante!
¿Hay suceso semejante?
Ya de la burla me río.
Gozaréla, ¡vive Dios!,
con el engaño y cautela
que en Nápoles a Isabela (MOLINA, p. 30-31).

52

Com o novo golpe oferecido a ele de bandeja, Dom Juan mal termina de ler o bilhete e já começa a arquitetar um plano para enganar o próprio amigo. À primeira vista, a cena pode parecer apenas o estopim de mais uma virtual burla do sedutor de Sevilha. Mas uma análise mais aprofundada nos permite interpretá-la de outro modo, destacando e extraindo dela um forte teor de transgressão por parte da senhorita em questão. Inconformada com a decisão do pai de casá-la com um terceiro, sem nem sequer se preocupar em consultá-la previamente, e apaixonada pelo Marquês de la Mota, a moça toma a iniciativa de se entregar ao amado. Já que de todo o modo estava perdida, antes ser desonrada por ele do que “guardar a honra” para um outro qualquer.

O potencial subversivo de tal decisão é flagrante. Ao proceder dessa forma, Dona Ana contraria todo o código comportamental então vigente, pelo qual as donzelas cortesãs deveriam se guiar e orientar as suas ações (ou, antes, sua inação). Uma análise mais detida, portanto, retirado esse véu da superfície (ou a cortina atrás da qual se esconde a criada de Dona Ana ao passar o bilhete às mãos do suposto aliado), leva-nos a deparar com uma Ana que se rebela contra esse código de normas sociais que determinava muito claramente o lugar que a mulher deveria ocupar na estrutura social da Corte.

Ao descrever a personagem, De Oliveira salienta a astúcia empregada por ela para rebelar-se contra um casamento imposto:

No 2º ato, passa a existir, mas não com a presença corporal. Dá-se a conhecer pela palavra escrita e falada: a escrita, na carta interceptada, casualmente, por Dom Juan, na 3ª cena, e a falada, na 14ª cena. Ela é uma espécie de junção Atená/Hera. Fiel ao seu amor pelo Marquês de la Mota, reconheceu, imediatamente, Dom Juan, quando este, usando a capa do Marquês, na hora prevista para o encontro, quis passar por seu amado, quando ela pediu socorro. Porém, não foi feliz com o seu grito, porque junto ocasionou a morte de seu pai. Astuciosa, revolveu como fazer para rebelar-se contra um casamento imposto (DE OLIVEIRA, 2013, p. 255).

Fabio Luciano, por seu turno, ressalta “a experimentação do desejo de liberdade que adquire a filha, que pode ser associada a uma figura representativa da honra familiar da Espanha do século XVII” (2008, p. 786). De acordo com ele, o pai (Dom Gonzalo) e a filha (Dona Ana) se encontram “distantes” por compartilharem desejos opostos: o matrimônio imposto frente à impossibilidade de escolha da filha.

Para o autor, “o discreto comportamento da filha” pode ser analisado no âmbito de uma transgressão. “A transgressão é uma característica que podemos associar aos feitos da personagem feminina no teatro do século XVII” (2008, p. 788). No caso, a ação transgressora de Ana estaria vinculada a um “desejo de esperança” que ela guardaria consigo, aquele que é comum às filhas honradas:

[...] casar-se com o jovem de quem se encontrava enamorada. Nesse caso, [ela] não hesita em tomar a iniciativa [...] e, desse modo, a sua liberdade de escolha será algo constante em sua condição de mulher que habita um cenário caracterizado pelos gloriosos feitos masculinos” (LUCIANO, 2008, p. 788).

Em sua dissertação de mestrado, *A representação de um “discreto fingir”: a filha do comendador em El burlador de Sevilla*, defendida na USP em 2011, o mesmo autor dedica especial atenção ao caso de Ana de Ulloa, personagem que ele entende impulsionada por uma “feiçãõ varonil”. “A Filha enfrenta os homens com a postura de equivalência entre os gêneros e ainda conquista o reconhecimento de suas ações diante dos homens” (LUCIANO, 2011, p. 58). Na visão do autor, a predileção da senhorita pelo primo, o desventurado Marquês de la Mota, a impele a tomar uma atitude que caracteriza uma escolha, “o que também a equipara aos homens em suas atitudes típicas” (2011, p. 50). Para ele, Dona Ana é a única personagem da peça cujo ato de “querer” ultrapassa os limites de sua condição de filha e, portanto, submissa. “Suas ambições são reconhecidas pelo próprio Rei, posto que ela sempre expressa suas vontades diante dos homens” (2011, p. 52). Tanto é assim que, na minuta dirigida ao seu querido, a donzela emprega verbos no modo imperativo (*muéstralo, ven*).

“Ven esta noche a mi puerta”

Ao manifestar e fazer valer a sua vontade, Dona Ana se aproxima de um comportamento masculino – ou, ao menos, comumente atribuído aos homens de então –, como assinala Luciano:

[Ela] se encontra em pleno dilema por ter de seguir a ordem do pai, o que lhe conduz a uma ação contingente e, ao apresentar uma reação inesperada para uma figura feminina da época, destaca-se por assemelhar-se às atitudes masculinas. Para tanto, a personagem opõe uma resistência contra o que não está de acordo com seus anseios e suas vontades (LUCIANO, 2011, p. 28).

Assim, conclui o autor, Dona de Ulloa é uma personagem de referência na peça – muito embora, lembremos, mal apareça em cena, ou, dependendo da montagem, nem sequer precise aparecer.

Mesmo representando uma filha de comendador e estando suas vontades condicionadas às decisões do pai, essa figura feminina expressa uma atitude: o poder de decisão pelo encontro com o primo. Assim, após a morte do pai, ela é reconhecida pelo Rei, pois a Filha do Comendador deseja um marido [...]. Entendemos que a caprichosa Dona Ana ganha uma relevância sintomática, ou seja, a condição de submissão perante a autoridade do sexo masculino pode ser mudada pelas mulheres. [...] sem se humilhar, [Ana] aponta as falhas em seu sedutor e requisita uma providência por parte dos administradores da justiça acerca do atentado contra a honra (LUCIANO, 2011, p. 52- 54).

54

Considerações finais

Os elementos que buscamos discernir e extrair da peça em apreço relativizam aquela primeira ideia de uma mulher submissa e inferiorizada, que aceita passivamente a condição de vítima. Seja pela frieza e pelo raciocínio ponderado de Isabel, que busca se desferrar do burlador por sua própria iniciativa; seja pelo comportamento de Tisbea, que primeiramente desdenha do amor e, uma vez desonrada, também clama por vingança; seja pela ação transgressora de Dona Ana de Ulloa, que se recusa a preservar a honra em favor de um marido renegado por ela, o fato é que essas personagens ressignificam a condição da mulher barroca e a reposicionam no plano das relações de gêneros.

Referências

DAVIS, Natalie Zemon; FARGE, Arlette. Women as historical actors. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). **A history of women in the West**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

- DE OLIVEIRA, Ester Abreu Vieira. **O mito de Don Juan e sua relação com Eros e Thanatos**. Vila Velha: Opção, 2013.
- DÍAZ-PLAJA, G. **Hacia un concepto de la literatura española**. Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1945.
- ESCOBAR, J. **Don Juan, vendaval erótico romántico, en Espronceda y Zorrilla**. Canadá: York University Toronto, [s.d.].
- LUCIANO, Fabio. O comportamento da filha do comendador no processo de decadência do seu conquistador-burlador. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISPANISTAS, 5. **Anais...** Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2008.
- _____. Dramatização. In: ENCONTRO IBEROAMERICANO DE EDUCAÇÃO, IV: FORMAÇÃO DO EDUCADOR, TRABALHO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS. **Anais...** Unesp; FCLAR, Araraquara, 2009.
- MOLINA, Tirso. **El burlador de Sevilla**. Edição de Alfredo Rodríguez López Vázquez. Madrid: Cátedra, 1989.
- PEDRAZA JIMÉNEZ, Felipe Blas; RODRÍGUEZ CÁCERES, Milagros. **Manual de Literatura Española: barroco – teatro**. Pamplona: Cénlit, 1995.
- ZORRILLA, José. **Don Juan Tenorio**. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

“O FEMINISMO TRIUMPHA!”: MULHER E A IMPRENSA PATRIARCAL EM FORTALEZA NA DÉCADA DE 1920*

*Kella Rivetria Lucena Xavier***

Resumo: O artigo pretende analisar como os ideários de modernização no Brasil, durante a Primeira República (1889-1930), caracterizavam a educação como uma arma de mudança social, que estabeleceria as bases para a transformação da sociedade brasileira segundo o modelo europeu. Esse processo foi disseminado pela crescente imprensa escrita que exerceu o papel de apoio. E um dos públicos mais atingido por esses discursos foram as mulheres. Logo, o aumento da instrução e o acesso às informações permitiram que as fortalezenses tornassem alvo de debates que sobre suas atribuições nos campos políticos, econômicos e sociais. Incentivando-as à permanência dos papéis sociais constituídos dentro de uma cultura patriarcal.

Palavras-chave: Mulher; Imprensa; Patriarcal.

Abstract: The article aims to analyze the modernization ideals in Brazil during the First Republic (1889-1930), characterized education as a weapon of social change, which would establish the basis for the transformation of Brazilian society according to the European model. This process was disseminated by the growing print media that played the supporting role. And one of the public most affected by these speeches were women. Therefore, increasing education and access to information have allowed fortalezenses become debates target on its responsibilities in the political, economic and social fields. Encouraging them to stay social roles established within a patriarchal culture.

Keywords: Woman; Press; Patriarchal.

* Artigo submetido à avaliação em 5 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 10 de setembro de 2015.

** Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Ceará (2002) e mestrado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2008).

A modernidade brasileira e a educação feminina

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por grandes transformações na sociedade brasileira. O processo de modernização estava no seu auge, pois o governo, os intelectuais e outros setores sociais almejavam a consolidação de um projeto político, social, econômico e cultural, que ascendessem o país ao patamar dos Estados Unidos e dos países desenvolvidos da Europa (GIDDENS, 1991).

A modernidade era um reflexo da crescente racionalidade e cientificidade que se apoderou das sociedades norte-americanas e europeias, em meados do século XIX, atingindo principalmente as classes mais abastadas financeiramente que utilizavam ciência e razão para explicar os acontecimentos naturais e humanos. A modernidade se apresentou como uma nova visão do mundo e dos homens, pois privilegiava o conhecimento, mas também procurava segmentar seus ideais no conceito de civilização, formando a partir da união dos comportamentos das famílias nobres europeias e nos valores da crescente burguesia que dominava a economia mundial. Em suma, a modernidade foi um movimento caracterizado pela luta político-social entre os componentes do Antigo Regime e os burgueses, para assumir a primazia na construção dos comportamentos sociais e lideranças políticas.

O conceito de modernidade pode ser compreendido como um mecanismo que moveria a sociedade, uma vez que ampliava o raio de ação das classes sociais, revitalizando e renovando os papéis sociais anteriormente estipulados. Além disso, fornecia uma nova forma de mobilidade social, que teria seus valores fundamentados na ciência, racionalidade, escolaridade e intelectualidade do indivíduo, em contraposição com os valores advindos do Antigo Regime, que tinham como base a origem hereditária. Esse conceito se formulou, principalmente, com a ascensão da burguesia, que detinha poder econômico, mas não *status quo* igual ao do nobre.

Deste modo a modernidade se caracterizou como criação ideológica (FAORO, 1992). Para alguns pesquisadores havia uma diferença tênue entre as acepções de modernidade e modernização (Cf.: GIDDENS, 1991; FAORO, 1992). De acordo com estes, dependendo da região onde foram levadas essas ideias, elas se aplicavam distintamente, variando de acordo com os preceitos sociais e cotidianos que determinavam a estrutura da sociedade.

A modernização, para Giddens (1991), seria a substituição das formas de sociedade tradicionais baseadas na agricultura pelos complexos institucionais da modernidade, que eram: poder administrativo e militar, capitalismo e industrialização. Em termos políticos, a modernização passava pela criação de Estados fortes, organizados de forma burocrática e racional ao administrar sua

população, produzindo a sensação de lei e ordem. Tal racionalização administrativa permitiria o desenvolvimento de um estado envolvido em sua sobrevivência. Essa correlação dos conceitos de modernidade e de modernização atua de maneira significativa para um maior entendimento desse processo, no qual o indivíduo passou a ser mais influenciado pela sociedade. E isso representava a ascensão da burguesia industrial como classe dominante que passou a controlar os meios produtivos e as instituições políticas.

Elias (1994) afirma que, na sociedade ocidental, a partir do século XIX, se disseminaram novos modelos sociais baseados na mistura dos padrões comportamentais próprios da aristocracia europeia como o controle das paixões, a elegância, a educação refinada, os valores da burguesia representados pela valorização do trabalho, e a intelectualização, gerando assim, um padrão comportamental que ficou conhecido como civilidade.

A ideia de civilidade ganhou destaque mundial, devido ao aumento da circulação de informações, conseguida pela expansão da imprensa e o desenvolvimento das atividades capitalistas burguesas.

No Brasil, esses conceitos encontraram amplo respaldo nas camadas mais abastadas da sociedade, no meio político e intelectual, que passaram a perceber que a educação era um dos meios mais eficazes para disseminar tais ideias.

58

Além disso, existia entre os intelectuais uma decepção com os rumos da República brasileira causados por problemas como: coronelismo, corrupção, nepotismo, fanatismo religioso, entre outros. Então, durante a década de 1920, a “causa educacional” apresentou-se com resposta a todos os incômodos causados pelo regime político, pois representava uma ação social de transformação que resultaria em uma sociedade mais escolarizada, politizada e qualificada profissionalmente.

Um movimento se destacou nesse contexto, o da “Escola Nova”, que tencionava modelar a escola para que ela se tornasse um instrumento de fomentação do nacionalismo, na criação de uma identidade para o povo brasileiro, além de formadora de uma sociedade culta e com forças produtivas mais qualificadas.

O entusiasmo pela educação característico do pensamento republicano na época e o otimismo pedagógico que mais tarde se constituiu no ideário escolanovista, difundindo a crença de que a multiplicação das escolas e a disseminação da educação a grandes camadas da população seria colaboração fundamental ao progresso nacional, colocando o Brasil entre as nações mais desenvolvidas. Seria a reforma da sociedade por meio da reforma do homem. E a escolarização passa a ser vista como instrumento decisivo de aceleração do desenvolvimento. Consequentemente, abriu-se espaço a debates e frequentes reformas educacionais. Devido à descentralização, a maioria das iniciativas de reforma atingirá os estados apenas de forma indireta (OLIVEIRA, 2013).

No Ceará, a reforma da educação cearense começaria em 1922, durante o governo de Justiniano de Serpa, que era um intelectual, membro da Academia Cearense de Letras, um entusiasta da República e das novas perspectivas educacionais. Para comandar essas mudanças empossa o Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá como diretor da Escola Normal, conhecido médico que passou temporada na Europa e assimilou as práticas relacionadas à psicologia e à educação. E, a pedido do diretor, convida Lourenço Filho para implantar essas propostas de mudanças na Escola Normal,¹ como maneira de melhorá-la e nivelá-la com as instituições de ensino paulistas, que já ratificavam as novas práticas educacionais.

Essas atitudes colocaram o Ceará na vanguarda da educação brasileira, pois aqui “amplia-se o conceito de pioneirismo cearense, não só no que diz respeito à penetração do escolanovismo, como também, no tratamento de questões como: conselhos escolares e obrigatoriedade de ensino” (OLIVEIRA, 2013).

As alterações na educação foram apresentadas à sociedade pela imprensa, que se mostrou um aliado importante na consolidação dessa proposta de mudança fundamentada no processo educacional, pois transmitia os fatos em uma rede de comunicação que simbolizava as relações de poder do Estado Brasileiro.

Alguns dos meios de comunicação mais utilizados na época eram as revistas ilustradas: *A Jandaia*, *Ba taclane Ceará Ilustrado*, que divulgavam os acontecimentos, em alguns momentos opinando contra ou favoráveis, levando essas discussões à sociedade.

A imprensa, no século XX, passou a desempenhar um papel de destaque na consolidação dos comportamentos sociais que deviam ser incorporados pela sociedade dita moderna. Uma das principais preocupações dos intelectuais, políticos, juristas e outros membros da ordem pública era “ensinar” ou normatizar os comportamentos sociais para que esses se adequassem aos novos paradigmas (CARVALHO, 1995).

Onde se tem de procurar a causa principal desse estado antes de inorganização do que de desorganização do aparelho escolar, é na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins da educação (aspecto philosophico e social) e da applicação (aspecto technico) dos methodos scientificos aos problemas da educação. Ou, em poucas palavras, na falta de espirito philosophico e scientifico, na resolução dos problemas da administração escolar (CARVALHO, 1995).

Os escolanovistas, como outros setores da sociedade, atribuíam à família uma função importante na consolidação de seus ideais. A família, historicamente, sempre teve sua dimensão associada à mulher (NADER, 2013), ela era responsável pela educação das

¹ As escolas normais podem ser comparadas as escolas de ensino médio atualmente. Para Schaffrath (2008) forma um projeto Imperial no Brasil, que tinha como intuito formar professores para o ensino primário. Esse projeto teve continuidade na República.

crianças e pela formação inicial, seu papel social fundamental era ser mãe. Logo, tornou-se alvo de campanhas da imprensa, ações governamentais para que ela se firmasse como o alicerce da modernidade e das transformações educacionais que se desejava implantar no Brasil. Temas como: o casamento, a sexualidade, a maternidade e a educação feminina assumiram uma enorme importância (BESSE, 1999). Logo, a mulher tornou-se centro de intensas discussões e seu comportamento passou a ser objeto de estudo.

Entretanto, para que a mulher realizasse tal tarefa, de colaborar com os ideais escolanovistas, era necessário que ela fosse educada aos moldes dos reformistas. Durante a década de 1920, escolas femininas foram ampliadas e o curso normal que qualificava as moças ao magistério, popularizou-se. Essa conquista das mulheres levou-as a exercer a profissão de professoras primárias nas escolas.

O aumento da escolarização das mulheres além de proporcionar políticas de desenvolvimento do país, fim do analfabetismo e criação do sentimento nacionalista, também, impulsionou-as a discutir seu espaço na sociedade.

O fato é que a escolarização abriu para as mulheres a possibilidade de tomar conhecimento de novas realidades, inclusive da sua realidade, fazendo-as enxergar cada vez mais claro a opressão a que eram submetidas, o que as levou a buscar romper essa estrutura (FRANCO, 2005).

60

Então, pode-se constatar que o projeto reformista, conhecido como “Escola Nova”, divulgado pela imprensa, compreendeu que a mulher, devido à sua importância na estrutura familiar, seria uma parte importante do processo de transformação da sociedade brasileira.

As ações elaboradas pelos escolanovistas, executadas pelo poder público e debatidas na imprensa durante a década de 1920, influenciaram a educação feminina por criar uma série de normas de conduta, reafirmando as relações de dominação já existentes na sociedade brasileira e, em contrapartida, estimularam a emancipação das mulheres, pois o conhecimento deu suporte a reflexão de sua própria condição social.

E, nesse sentido apropriar-se do processo educacional, ter acesso a instrução foi de fundamental importância, pois, embora a instrução oferecida às mulheres tivesse por objetivo reproduzir a submissão, ela garantia paradoxalmente uma abertura para o questionamento (FRANCO, 2005).

Imprensa patriarcal e o comportamento feminino

O crescimento da escolaridade entre as classes médias e altas na sociedade cearense durante a década de 1920 refletiu no aumento de revista e jornais na capital

alencarina. Dentre esses, destaca-se a revista ilustrada de arte e literatura, *A Jandaia*, que apesar de seu curto período de circulação, logo encontrou nas mulheres um público ansioso por novidades e informações.

A Jandaia, publicada em 1924, era de propriedade de Aldo Prado, intelectual cearense, entusiasta da ideia de transformar Fortaleza em uma Paris latina. A publicação tinha uma visão mais mundana, na criação de concursos de beleza, menções sobre os acontecimentos internacionais e nacionais, páginas de literatura e colunas sociais. Segundo Ponte (1999) “[...] *A Jandaia*, revistas voltadas para a celebração do mundanismo elegante e, por isso mesmo, preocupadas com a assepsia e conforto urbano”.

Apesar de não ter a prioridade no tratamento do público feminino, foram elas que se apoderaram dos seus conteúdos para abalizar seu comportamento social. E em uma região marcada pela religiosidade, patriarcalismo e submissão feminina (SILVA, 2002), as mudanças no comportamento feminino causavam críticas:

Victalinas antes do tempo. Fortaleza pode-se orgulhar de possuir um bom número de meninas graciosas e chic. Goza mesmo da fama de ser a cidade das moças bonitas. Entretanto os casamentos aqui rareiam e os rapazes não são lá muito raros. Há os até bastante. Mas preferem apreciá-las apenas. E muitos há que, se, se querem prender, vão aos sertões e de lá vem com suas sertanejas interessantes e lindas. Mas não são mais lindas do que as fortalezenses que, além de o serem, possuem elegância encantadora. Deve de haver razões mais plausíveis, motivos mais fortes para o abstencionismo dos nossos rapazes (ROSCELINO MONTALVO, 1997).²

61

No trecho anterior, a ideia de modernidade ainda causava desconforto na sociedade cearense, principalmente no que se refere a presença feminina nos espaços públicos, pois isso não era um costume comum, já que as mulheres eram enclausuradas em casa (cultura “comum” até o final do século XIX).

Entretanto, observa-se que a revista fazia muitas menções a elegância, mostrando como era “chic” se apresentar nos ambientes sociais dentro dos padrões da moda, evidenciando o estímulo que a revista dava para que as mulheres da elite frequentassem locais públicos, onde pudessem ser vistas e cortejadas.

Constantemente interpeladas e retratadas pelos meios de comunicação [...] as mulheres tornavam-se alvo de um discurso normativo que, insistindo no que elas deveriam ser, constituiu uma imagem que contribuía para a naturalização de estereótipos (CARVALHO, 1995).

O conceito de elegância incentivou a criação de concursos de beleza, que atraíam as jovens da elite, gerando uma competição entre as moças, pois esses eventos

² Fortaleza, *A Jandaia*, 26 de novembro de 1927. Coluna Notas e Comentários.

tornavam-se vitrines para a família da competidora e criavam um novo *status quo* para a mesma.

A realização dos concursos nos revela a interação entre homens e mulheres da alta sociedade para a consolidação do projeto de modernidade de Fortaleza. Ao ser escolhida, a participante expunha não só a sua imagem, mas sua vida pessoal e a da família que passavam a ser observadas até o resultado final. Assim, as moças envolvidas tinham que seguir os padrões modernos de educação e moda, além de frequentar os melhores locais da sociedade (SILVA, 2002).

Os concursos contribuíram na reestruturação dos padrões de beleza, que salientavam a higiene, a educação física para as mulheres, incorporando o modelo de corpo mais rígido, esguio e limpo.

O vestuário feminino agregou esses valores ao introduzir roupas mais leves, que deixavam a mostra braços e pernas, além encurtar os cabelos. Isso gerou críticas a essas “modernidades”.

[...] A moda, nos dias que correm, amigo, já chegou a tal ponto de exaggêro que, difficilmente, conseguimos distinguir o sexo fraco do forte!
É o efeito da civilização, dizem uns; é a falência da moral, affirmam outros.
A mulher está totalmente masculinizada: usa meia cabeleira, collarinho, gravata e bengallinha, às vezes.³

62

Segundo o autor, a moda da época se preocupava demais com higiene e limpeza, o que levava a uma inversão, ou melhor, uma mistura entre os dois sexos, o que era prejudicial à moral da sociedade.

E, nesse ponto, os discursos se contradiziam, de um lado os médicos, intelectuais divulgavam o bem-estar da atividade física, da vaidade feminina, da mudança no modo de se vestir; no polo oposto encontravam-se grupos ligados à Igreja Católica com pensamento mais moralista, que denunciava essa modernização como uma decadência social.

Esses antagonismos, entre moderno e moral, abriram as portas do mundo público para as mulheres, entretanto, apesar de poder frequentar clubes, cafés, bailes, só manteria uma imagem de “mulher virtuosa” aquela que fosse acompanhada pelos pais.

Não era de bom tom uma moça sair sem a companhia dos pais, em todos os lugares parecia ser fundamental a presença da família. O fato de que uma “moça de família” – termo da época para designar a moça rica – estivesse sempre acompanhada por familiares caracterizava a diferenciação em relação às demais e a exposição do *status* social da família de elite. Ao sair nas ruas, as famílias eram identificadas de acordo com a profissão exercida e com o grupo ao qual pertenciam. Assim, “a moça de família” trazia a marca do sucesso econômico e moral da sua família (SILVA, 2002).

³ Fortaleza, *A Jandaia*, 17 jan. 1925.

A maior aparição da mulher na cidade criou situações onde o contato entre os sexos, a vigilância da família era fundamental para que a moça “não ficasse mal falada”, como se dizia na época. E os flertes, paqueras passaram a se realizar pela revista, pois em 1927, a *secção feminina* foi retirada da revista, substituída por recados amorosos, flertes de enamorados:

Foottingando no Passeio Público.

[...] Entre as que passeiavam, destacava-se um grupo de três, tão chics como graciosas. De braços entrelaçados, riam e conversavam a bom gosto, relembrando talvez...alguma aventura de seus corações desejados...“A mais alta das três” alvitrou: — vamos nos sentar. Aqui está tão bom e tem tanta sombra...E as outras se sentaram também com decisão e prazer. — Ah! A propósito, a “A Jandaia” de hoje trouxe o teu retrato. Eu vi e gostei muito. Está muito bom e expressivo. - Quem é o director d’A Jandaia? — Oh! Você ainda não conhece! — É o Aldo Prado. Elle gosta muito de por em sua revista retratos de Rainhas e Princesas! — Então elle é um príncipe de gentileza, disse. A banda iniciava um tango requebrado e provocante. As três levantaram-se com toda a elegância de moça chic acompanhando em seus passos cadenciados o compassado rithimado da musica.⁴

Segundo D’Incao (1997) o amor romântico acabou se tornando um refúgio existencial para as mulheres burguesas, pois devido à vigilância constante e às expectativas sociais restritas era através do sonho do “príncipe encantado” que as mulheres adoçavam sua vida pessoal.

Apesar do seu caráter mais frívolo, *A Jandaia*, também discutiu temas polêmicos, que estavam em pauta na Europa. Um deles foi a questão do voto feminino. O aumento da escolaridade feminina e o crescimento dos movimentos sufragistas no velho continente mostrava que as mulheres lutavam por mais espaço na sociedade. Esse assunto causou grande polêmica na publicação.

O jornalista Josaphat Linhares escreveu um texto intitulado “O voto feminino” no qual compara o direito do voto à abolição da escravatura:

[...] Quer-se emancipar a mulher e uma lei do Congresso Nacional decreta a sua emancipação, como um decreto imperial que liberta outrora os escravos [...] escravidão anti-humana e, se bem não preparados para a liberdade, nelles o sofrimento e o trabalho haviam robustecido o espírito e fortificado o organismo, suprindo a lei do instinto de conservação na lucta pela vida, as deficiências de sua mentalidade apoucada.

Mas aquella, a mulher não se procura saber se está apta para ingressar no cenário da vida pública.⁵

⁴ Fortaleza, *A Jandaia*, 7 dez. 1925.

⁵ Fortaleza, *A Jandaia*, 25 de dezembro de 1925.

Continuando o artigo, o autor, reconheceu as qualidades políticas das mulheres, citando exemplos como Catarina da Rússia e a Elisabeth, rainha da Inglaterra, quando afirma: “É verdade que lhe não podemos desconhecer aptidões para efficiente cooperar com o homem na grande organização político-social”.⁶

Em seguida o autor afirma a incapacidade feminina de exercer o poder de voto, por causa de sua educação deficiente, que era pautada na moral cristã, sem o embasamento científico necessário ao exercício da atividade pública.

Ella que tem uma mentalidade infantil, que é educada para agradar e attrair o homem [...] O que devemos é desenvolver as qualidades e as energias latentes do seu espirito, acorda-lhe o amor ao trabalho e a coragem para a lucta, libertá-la de futilidades, educa-la na verdadeira compreensão da religião e da moral crhistã [...].⁷

A instrução intelectual da mulher seguiu muitas direções, contudo o rumo sempre foi traçado pelos homens, que a atrelavam ao papel de mãe, esposa e numa posição de submissão (BESSE, 1999).

Em um segundo texto o mesmo jornalista, Josaph Linhares, ainda discutindo sobre o voto feminino, questionou a maior presença das mulheres em ambientes públicos em Fortaleza:

64

[...] Com o advento do regimem republicano, ainda sobraram homens de valor, de ideal, de vontade. Isto até o período em que o elemento feminino se limitava aos affazeres do lar e da escola. Agora tudo mudou e se desmantelou... As mulheres invadiram o correio, o telegrapho, o commercio, as estradas de ferro, as officinas; em compensação, porém abandonaram o lar...
[...] Se o nosso próprio homem ainda não está preparado para dirigir e orientar, como é então que a mulher se outorga a si esse direito?
Dahi, a desorganização. A mulher empregada, no Brasil, não tem noção da responsabilidade. Faz o que quer e o que entende nas repartições.
O sexo forte, sentimental ao extremo, se desmancha em amabilidades...
[...] porque abandonaram o lar as creadas que são o morbus mais perigoso da educação brasileira se encarregarão de perverter os filhos. E patria sem mães, Patria sem cidadãos.⁸

As polêmicas sobre o voto feminino se iniciaram em meados do século XIX, com escritoras como Josefina Álvares de Azevedo que questionaram a ausência de direitos políticos e o sistema educacional voltado para as mulheres. Para a imprensa da época, isso se dava pela deficiente formação intelectual da mulher (FRANCO; PRADO, 2012, p. 210).

⁶ Fortaleza, *A Jandaia*, 25 de dezembro de 1925.

⁷ Fortaleza, *A Jandaia*, 25 de dezembro de 1925.

⁸ Fortaleza, *A Jandaia*, 7 de dezembro de 1925.

Porém, já havia mulheres com escolaridade elevada como Maria Augusta Meire de Vasconcelos, formada em Direito pela faculdade do Recife e a dentista gaúcha Isabel de Sousa Matos, que insistiam no direito ao voto e à candidatura, pois a Constituição de 1891 garantia o sufrágio aos alfabetizados.

Nas décadas de 1910 e 1920 o debate intensificou-se, principalmente nas camadas mais altas da sociedade que possuíam escolaridade. As mulheres desse grupo social questionavam a sua participação no mercado de trabalho, no mundo político e na família (SOIHET, 2012, p. 218).

Em 1910 foi fundado o Partido Republicano Feminino dirigido por Leolinda Daltro, tinha com intuito reforçar junto aos políticos brasileiros a necessidade do sufrágio feminino.

Outras militantes da luta de emancipação feminina, Bertha Luz e Maria Lacerda Moura levantaram, também, a discussão sobre o voto e a participação feminina na sociedade. Bertha chegou a escrever um texto para o *Rio Jornal*, argumentando sobre a importância do voto feminino, dos benefícios de uma educação mais científica para as mulheres e como essas mudanças seriam saudáveis para a consolidação da República brasileira.

Tais aspirações encontravam entraves na sociedade brasileira, fundamentada numa cultura patriarcal, onde “o homem detinha o poder econômico e decisório e toda família era submetida à autoridade do mesmo” (NADER: 2001, p. 51).

Assim, cabia à mulher cuidar da casa e dos filhos. Sua identidade social foi sendo atrelada ao casamento e à família. A medicina legitimava isso com o discurso da fragilidade e docilidade femininos, os políticos negavam-lhes os direitos civis e a imprensa apoiava o patriarcalismo.

[...] a ciência da época considerava as mulheres, por suas supostas fragilidades e menor inteligência, inadequada para as atividades públicas, afirmando que o lar era o local apropriado à sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária. Críticas ácidas às demandas femininas estavam presentes também em peças teatrais, crônicas, caricaturas e em diversas matérias na imprensa, que inclusive, ridicularizavam as militantes (SOIHET, 2012, p. 219).

O texto apresenta a imagem desejada para a mulher cearense segundo os padrões de virtudes burguesas, civilizadas e modernas. A ideia que o destino social da mulher era o casamento, o lar, os filhos e o mundo privado (NADER, 2001).

As pressões sobre o comportamento feminino atingiam principalmente as mulheres de classe média e alta da capital cearense, pois elas possuíam educação formal e estavam inseridas no meio social onde predominavam os conceitos patriarcais.

“O feminismo triumpha!”

PATRIARCALISMO pode ser definido como uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura. Nesse sentido, o patriarcado funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional, nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidade, são marcados pela dominação e violência (BARRETO, 2004, p. 64).

E aquelas mulheres que destoassem do papel social a elas imposto, eram criticadas pela revista, como podemos ver no texto a seguir, sem assinatura do autor que faz uma crítica às mulheres intelectuais:

MENINAS INTELLECTUAIS

Aqui, como em toda parte certamente, há as meninas intellectuais. Meninas que declamam e gostam de versos. Cercam-se de poetas, de literatos [...] Frequentam os serões literarios. Apreciam o desleixo dos plumitivos gênios regionaes. Escrevem cartinhas frívolas nas quermesses. Falam alto no Passeio Público. Exhibem-se mudam de andar. Agitam-se. [...] Culminam, enfim, o ridículo. Depois, passa um anno. Passa outro anno. Passa o terceiro. E as meninas intellectuais tornam-se mocinhas, não mas espirituaes, mas procurando noivos que não sejam, de preferencia, literatos...⁹

66

Percebe-se, no artigo, que a ideia da mulher frequentadora dos círculos intelectuais, lendo autores importantes ou textos científicos, era considerada intolerável ou apenas um capricho, e se diluiria no momento que a mulher casasse.

Na revista *A Jandaia*, durante as edições de 1924 e 1925, criou-se uma seção voltada para as mulheres – *A secção feminina*. Organizada com textos sobre moda, poesia romântica e propagandas, que incentivava o consumo e a normatização do comportamento feminino.

Mesmo querendo concatenar com o discurso normatizador da época, muitas vezes *A Jandaia* acabava por trazer questões que levantavam os temas contrários à dominação e favoráveis à emancipação feminina. Como aconteceu no texto de Hélio Montana, na seção *Latada de Madresilvas*:

O FEMINISMO TRIUMPHA!

Felizmente as nossas gentis conterrâneas já vão compreendendo que nem só do lar vive a mulher. A sua missão é grandiosa e dilatada. Vae a todas as espheras. Perlustra todos os caminhos. Com que prazer, não resgatamos elogios a uma jovem que se atreve escrever algumas linhas para um jornal ou uma revista elegante. No ceara, felizmente, não sabemos se à imitação de Suzana Guimarães, Rita de Queluz e outras, já consagradas, aos poucos, vamos encontrando a collaboração feminina, recheiando e abrilhantando periódicos. É uma conquista que engrandece um Estado. Incentivemos o

⁹ Fortaleza, *A Jandaia*, 3 de maio de 1925

cultivo intellectual das conterrâneas e científiquemos a todas ellas, sem medo, sem pejo, que o feminismo triumpha em todo o mundo crescendo animado.¹⁰

O entusiasmo do autor contrasta com o pequeno número de mulheres que escreviam na revista. E aquelas que publicavam, não escreviam os nomes, ou usavam pseudônimos, com medo de represálias.

[...] Apesar de tanto os tradicionalistas quanto os favoráveis à modernidade argumentarem que as mulheres pertenciam ao lar, os segundos alargavam o significado do papel familiar feminino ao enfatizar o poder das mulheres de direcionar o desenvolvimento moral de seus filhos e filhas e fornecer bons cidadãos (homens) à nação. Ao relacionarem a maternidade com o progresso e o patriotismo, atribuíram às mulheres um papel mais significativo na vida da nação, mas tal papel era para ser desempenhado somente no lar (HAHNER, 2012, p. 57).

Contudo, analisando os dois artigos, observa-se que a revista tinha como intuito mostrar aos cearenses os valores da modernidade, os valores burgueses de civilização, que atrelavam a imagem feminina ao casamento e à vida privada, mas também apresentavam comportamentos rebeldes que levaram a um questionamento do papel feminino na sociedade.

67

Considerações finais

A revista *A Jandaia*, dentro da sociedade fortalezense, realizou o papel de mediadora entre o espaço público e o privado, pois ao mesmo tempo em que pregava uma mulher submissa e boa mãe, também, acabava por mostrar exemplos de mulheres mais emancipadas ou mesmo situações em que elas apresentavam certa autonomia e igualdade intelectual com os homens. Há o caso dos artigos, por exemplo, sobre o voto feminino, que, para a sociedade cearense da época, era um dos assuntos totalmente novos e inusitados.

A publicação era o retrato de uma época em que se lutava pela modernidade, ansiava-se pela ruptura com todas as tradições que lembrassem o Império brasileiro, mas, ao mesmo tempo, simbolizava a perpetuação dos mesmos.

Assim, os discursos sobre a mulher representavam essa dicotomia estruturação da sonhada modernização. Logo, a revista tornou-se um mecanismo de “reflexão para pensar o presente e o futuro, enxergando a mulher, não como um complemento

¹⁰ Fortaleza, *A Jandaia*, 10 set. 1927.

de família, mas como importante agente de mudanças pela função que exerce na sociedade” (CARVALHO, 1995).

Isso causou um conflito entre a imagem que se queria da mulher burguesa e os exemplos repassados pela publicação. A revista *A Jandaia*, portanto, também foi o retrato de uma época em que se lutava pela modernidade dos costumes, rompendo-se com muitos dos valores tradicionais. Mesmo que, em tal contexto, as mulheres tenham sido alvo de discursos, principalmente por parte da imprensa, que procuravam normatizar seus comportamentos, acreditando que assim transformariam o Brasil num país civilizado e moderno, como a Europa e os Estados Unidos, o que se notou ali foi um conflito entre as ideias modernas e os velhos hábitos da cultura brasileira, ligados ao conservadorismo moral, quando as mulheres puderam exemplificar, por meio dos vários antagonismos que cercavam suas condutas, como se davam os mais variados paradoxos.

Referências

- AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luís Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu**, v. 27, p. 213-254, jul.-dez. 2006.
- BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica. **Revista Ártemis**, v. 1, p. 64-73, 2004.
- BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1998.
- CARVALHO, Kátia. A imprensa feminina no Rio de Janeiro, anos 20: um sistema de informação cultural. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FRANCO, Sebastião Pimentel. A escolarização como canal de ampliação de espaços para a mulher na Primeira República. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIII. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0932.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- FRANCO, Stella Scatena; PRADO, Maria Ligia. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

- FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**, v. 6, n. 14, p. 7-22, 1992.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- INEP. Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 1, n. 1, jul. 1944.
- OLIVEIRA, Jacqueline Holanda Tomaz. *História da educação no Ceará: A reforma de 1922 e o escolanovismo*. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, XI; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, II; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE, IV: Formação para mudanças no contexto da educação: políticas, representações sociais e práticas. **Anais...** Pontifícia Universidade do Paraná, Curitiba, 23-26 de set. 2013. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/8039_6411.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2014.
- NADER, Maria Beatriz. **Mulher: do Destino Biológico ao Destino Social**. Vitória: Edufes, 2001.
- _____. **Paradoxos do progresso: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho**. Vitória: Edufes, 2013.
- PECAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.
- PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social, (1860-1930)**. 2. ed. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 1999.
- SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. Escola Normal: o projeto das elites brasileiras para a formação de professores. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA EM ARTES, I. **Anais...** Curitiba, 2008, p. 142-152. Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos2009/Extensao/I_encontro_inter_artes/20_Marlete_Schaffrath.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- SOIHET, Raquel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- SILVA, Diocleciana Paula. **Do recato à moda: moral e transgressão na Fortaleza dos anos de 1920**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

A MULHER MILITAR BRASILEIRA NO SÉCULO XXI: ANTIGOS PARADIGMAS, NOVOS DESAFIOS*

Elaine Borges Tardin^{*1}
Lana Lage da Gama Lima^{*2}

Resumo: A entrada de mulheres nas instituições militares, ocorrida principalmente a partir da década de 1970 nas sociedades ocidentais, acabou por romper com as representações da guerra como um terreno exclusivamente masculino. Tal inserção não se deu por acaso, mas foi fruto de demandas do movimento feminista por direitos políticos e sociais igualitários, uma vez que as relações sociais de gênero também passaram por profundas transformações no século XX. O discurso oficial das instituições militares brasileiras, apesar de aceitar a incorporação feminina, adverte contra vários problemas que decorreriam dessa participação, sobretudo no combate em zonas de conflito, pois suas responsabilidades específicas junto às famílias e suas limitações físicas as impediriam de ocupar todas as funções da carreira militar, tal como ocorre com os homens. A visão implícita é que o destino natural da mulher é o cuidado da família, e que o engajamento na vida militar seria contrário a essa dedicação, ameaçando o modelo de família patriarcal ainda presente na sociedade brasileira. Portanto, a inserção de mulheres nas instituições militares e as demandas por um tratamento igualitário com relação à divisão do trabalho constituem um desafio a velhos paradigmas, ainda presentes e valorizados em nossa sociedade.

Palavras-chave: Gênero; Militarismo; Divisão sexual do trabalho.

Abstract: The entry of women in military institutions, which took place mainly from the 1970's in Western societies, eventually broke the representations of war as an exclusively male domain. Such integration did not occur by chance, but was the result of demands of the feminist movement for political and social rights egalitarian, since the social gender relations have also undergone profound changes in the twentieth century. The official discourse of Brazilian military institutions, despite accepts the female incorporation, warns against a number of problems that would arise from such participation, especially if women fought in conflict zones, because their specific responsibilities with families and their physical limitations, which would prevent them from occupying all functions in military career, as occurs with men. The implicit view is that the natural destiny of the woman is the family care, and that engagement in the military would be contrary to this dedication, threatening the patriarchal family model still present in Brazilian society. Therefore, the inclusion of women in military institutions and demands for equal treatment with respect to the division of labor is a challenge to old paradigms, still present and valued in our society.

Keywords: Gender; Militarism; Sexual division of labor.

* Artigo submetido à avaliação em 20 de outubro de 2015 e aprovado para publicação em 19 de novembro de 2015.

^{*1} Mestra e doutoranda em Sociologia Política pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro. E-mail: elainetardin@yahoo.com.br.

^{*2} Professora titular de História Social da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, onde coordena o Núcleo de Estudos de Exclusão e da Violência (NEEV). Possui doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1990). E-mail: lage.lana@gmail.com.

Introdução

O processo de inserção feminina nas Forças Armadas de diferentes países não significa somente uma mudança interna dessas instituições, mas expressa um processo maior da transformação da condição feminina ocorrida principalmente no século XX, época de importantes transformações nas relações de gênero. Apesar das instituições militares possuírem um código de valores próprio, que definem um *ethos* específico, elas não estão isoladas da sociedade. Assim, as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais interferem em sua constituição, recrutamento e incorporação.

De acordo com Carreiras (1997, p. 1), a incorporação feminina nas Forças Armadas é resultado de um processo decorrente de profundas mutações que atravessam o conjunto da sociedade, “marcando, desde a II Guerra Mundial, tanto a gestão da violência e a estrutura sócio-organizativa das instituições militares como as relações intersexos e o padrão de participação social das mulheres”. Partindo desse princípio, entendemos como urgente uma reflexão sobre a incorporação feminina nas Forças Armadas brasileiras que leve em consideração as diferentes variáveis em jogo. Percebemos que mesmo no século XXI velhos paradigmas continuam a limitar a presença feminina em igualdade de condições com os homens, o que demonstra a persistência, no Brasil, da ideologia patriarcal e da crença de que a mulher deveria seguir seu “destino biológico”: ser mãe e esposa acima de qualquer outra coisa.¹ Nesse sentido, a maternidade tornar-se-ia um impedimento para o sucesso profissional da mulher.

A conquista de um espaço no mercado de trabalho foi um processo demorado para as mulheres, deslançado após a Primeira Guerra Mundial e intensificado com a Segunda. Sobretudo nas profissões consideradas masculinas, essa conquista enfrentou inúmeros obstáculos. Historicamente, a guerra tem sido vista como um terreno masculino, apesar do registro da participação feminina em muitas delas, como nos mostra Quétel (2009). A profissão militar sempre foi associada à virilidade, o que faz com que a mulher seja vista como um corpo estranho nesse meio específico e sua participação – mesmo quando necessária e solicitada – seja considerada uma exceção temporária. Com o fim dos conflitos, espera-se que as mulheres regressem às suas funções “naturais” na sociedade, em que se destacam o cuidado da casa e dos filhos.

Nesse contexto, como podemos analisar a participação das mulheres nas Forças Armadas em tempos de paz? Pode uma mulher ser aceita numa profissão cuja finalidade

¹ Maria Beatriz Nader (2001) analisa o papel social da mulher na família no Brasil, desde a Colônia até os dias atuais, apontando a ocorrência de uma “virada histórica” na situação das mulheres, que romperiam com o que era considerado seu “destino biológico” (mãe, submissa, bem educada, sóbria e casta) para assumir um “destino social”, conquistando o mercado de trabalho e a liberdade de escolher outros rumos para a sua vida.

é a preparação para uma eventual guerra, sem que, portanto, essa participação constitua uma exceção, justificada pelas necessidades imperiosas do momento?

Para entendermos o debate em torno da incorporação das mulheres nas instituições militares brasileiras e também o papel que lhes tem sido atribuído nessas instituições, devemos ter em mente que a apreensão do real se dá sempre a partir de categorias que o representam. Roger Chartier (1990) aponta que as representações sociais não são neutras, indicam posições diferentes na sociedade, sendo concorrentes entre si. Embora aspirem à universalidade, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam e constituem elementos importantes nas disputas por poder e dominação. A articulação do conceito de representação social com o conceito de gênero torna-se interessante para compreendermos o impacto que a presença feminina tem causado nas Forças Armadas. Considerando o gênero como uma apropriação social sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995) e, portanto, uma construção histórica, pode-se entender como as representações de gênero determinam os lugares sociais de homens e mulheres, atribuindo-lhes características e comportamentos que são vistos como “naturais” e, como tal, biologicamente determinados. Assim, as dificuldades e preconceitos que as mulheres ainda sofrem caso optem por se incorporarem às Forças Armadas acabam por serem justificados por representações de gênero que a veem, acima de tudo, como mãe e esposa, e que, por outro lado, consideram a vida militar como intrinsecamente masculina.

72

Militares brasileiras do século XXI

A incorporação de mulheres nas Forças Armadas brasileiras ainda é muito recente, se comparada a outros países.² Como afirma Giannini (2014, p. 12), estudos sugerem que no Brasil a entrada de mulheres nas Forças Armadas ocorreu a partir de um interesse interno dos próprios militares no contexto da redemocratização com o fim da ditadura que se seguiu ao golpe militar de 1964.³ A visão de que a entrada de contingentes femininos, por si só, poderia melhorar uma imagem manchada pelos excessos cometidos durante o regime constitui uma evidência das representações de gênero dominantes, em que a mulher é vista através de uma imagem estereotipada, em que predominam características consideradas naturalmente femininas, que

² No Chile, por exemplo, a incorporação de mulheres nas Forças Armadas, especificamente como praças na Marinha, se deu a partir de 1937. No caso do México, o Exército permitiu a entrada de mulheres como oficiais e praças em 1938 (DONADIO; TIBILETTI, 2014, p. 66).

³ Como aponta a autora, é possível consultar as análises de Mathias (2005; 2009); D’Araújo (2003); Giannini (2009) a respeito da entrada de mulheres nas Forças Armadas brasileiras.

amenizariam a imagem de brutalidade deixada pelos sequestros, assassinatos e tortura dos opositores do regime.

No Brasil, a inserção feminina nas Forças Armadas não foi pautada por uma política federal específica e homogênea, mas cada força administrou de uma maneira independente tal entrada, seguindo contextos e momentos particulares (GIANINNI, 2014).⁴ A Marinha foi pioneira, com a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva, em 1980; na Aeronáutica, em 1982, através do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica; no Exército, apenas em 1992, na Escola de Administração do Exército (ExAEx), atualmente chamada de Escola de Formação Complementar (EsFCEEx)

Para que se entenda melhor tal inserção, é preciso diferenciar corpo auxiliar e de combate. No primeiro caso, militares, homens ou mulheres, cursaram graduação no mundo civil e somente depois foram incorporados, podendo ser militares de carreira ou temporários. É o caso de médicos, dentistas, veterinários, enfermeiros, psicólogos ou professores. Para atuar na linha de combate é necessário ser formado nas Academias Militares – no caso do Exército, na Academia Militar das Agulhas Negras; no caso da Marinha, na Escola Naval; na Aeronáutica, na Academia da Força Aérea. No Brasil não há militares femininas de carreira em postos de combate, a não ser na Academia de Força Aérea, localizada em Pirassununga, São Paulo.

Atualmente, o posto mais alto atingido por uma mulher na Força Aérea é a de tenente-coronel, e a expectativa de carreira é a de Tenente-Brigadeiro-do-Ar.⁵ Sendo a primeira instituição militar brasileira a aceitar mulheres combatentes. Em 2006, a Força Aérea formou a primeira turma de aviadoras militares. Em relação à Marinha e ao Exército, há indícios de mudança: em agosto de 2012 as leis que estabelecem os requisitos para o ingresso de militares de carreira em suas respectivas academias foram alteradas.⁶ No caso do Exército, a presidenta da República Dilma Rousseff estabeleceu um prazo de cinco anos para o ingresso de mulheres militares na linha bélica.

A Marinha foi pioneira na inserção de mulheres em dois momentos. Foi a primeira a aceitar mulheres em seus quadros (em 1980) e em novembro de 2012 uma médica anestesista foi promovida a contra-almirante. Dalva Maria Carvalho Mendes fez parte da primeira turma do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, em 1981, e foi a primeira mulher a atingir o posto de generalato no Brasil. Afirmou em uma entrevista que é preciso “um estudo muito aprofundado” antes de inserir mulheres na linha bélica. Ainda acrescentou:

⁴ O mesmo ocorreu com Portugal, onde houve a aplicação da legislação de forma autônoma e descoordenada em cada ramo das Forças Armadas (CASTELÃO, 1999, p. 115).

⁵ Fonte: Site da Força Aérea Brasileira. Disponível em: <http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?page=afa_requisitos>. Acesso em fevereiro de 2013.

⁶ Em relação à Marinha do Brasil, a Lei é a 12. 704, de 08/08/2012; do Exército é a 12. 705, de 08/08/2012.

A gravidez é um problema. Já entrou num navio de guerra? Aquele cheiro de óleo é um problema. Já pensou para quem está grávida? É incompatível. Mulher não vai suportar aquilo. E quando estiver amamentando? Não é simplesmente colocar a mulher no navio.⁷

Pelo depoimento podemos perceber que é comum observar a associação quase automática da mulher à maternidade. Apesar de atualmente a maternidade ser uma escolha, e não uma imposição, ainda é perceptível que as representações de gênero acabam por justificar o impedimento de mulheres em postos semelhantes aos homens por uma suposta condição natural feminina como mãe.

Cumprindo a legislação, em 2014, a Marinha abriu concurso oferecendo doze vagas para mulheres e 41 para homens, constituindo a primeira turma de mulheres na Escola Naval. Para receber as doze alunas, a Escola passou por modificações estruturais, como obras na enfermaria, no alojamento e nos banheiros. Além disso, três

oficiais do sexo feminino foram incluídas no Comando do Corpo de Aspirantes, com a função de acompanhar a formação das alunas.⁸ Porém, é preciso ressaltar que às mulheres não são oferecidas as mesmas oportunidades que aos homens, pois elas somente podem ingressar na área de Intendência, ou seja, no setor administrativo. Aos homens são ofertadas as áreas de Intendência, Armada e Fuzileiros Navais.

Podemos observar o contingente feminino nas Forças Armadas brasileiras da seguinte maneira, tendo como ano-base 2014:

Tabela 1 - Contingente feminino nas Forças Armadas brasileiras

Instituições	Efetivo total	Mulheres	%
Exército	186. 722	6. 009	3, 2%
Marinha	68. 604	6. 922	10, 08%
Aeronáutica	67. 614	9. 322	13, 78%

Fonte: Ministério da Defesa, 2014.

O percentual total de mulheres nas forças armadas brasileiras é de 7, 4%, correspondente a um efetivo total de 22. 253. Em comparação com outros países, temos:

⁷ Reportagem "Primeira general diz que é preciso cautela com mulher militar". Disponível em: <<http://vindospampas.blogspot.com.br/2012/12/primeira-general-diz-que-e-preciso.html>>. Acesso em dezembro de 2012.

⁸ Informações disponíveis em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2014/02/primeira-turma-de-aspirantes-mulheres-ingressa-em-escola-militar>>. Acesso em novembro de 2014.

Tabela 2 - Contingente feminino nas Forças Armadas

País	Total de mulheres	%
Israel	58. 245	33%
Estados Unidos	294. 780	20%
Canadá	8. 372	13%
Reino Unido	17. 900	9, 1%

Fonte: Dados OTAN de 2010. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/8511010.stm>>.

Mesmo considerando representativos os números aqui expostos, não se deve ter uma visão meramente quantitativa a respeito da incorporação feminina. Simplesmente incluir mulheres não é suficiente nem satisfatório para se concluir que elas estão em situação de igualdade com os homens. É preciso investigar e refletir sobre os postos que essas mulheres ocupam, se há liderança feminina, se há casos de assédio moral e/ou sexual e se possuem as mesmas perspectivas de carreira que seus pares masculinos.

Em abril de 2014 o Ministério da Defesa do Brasil criou sua Comissão de Gênero, tendo como finalidade primeira “estudar e propor ações visando à atuação do Ministério da Defesa na efetivação dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero, observando as peculiaridades das Forças Armadas”. De caráter consultivo, a Comissão busca ser um local de discussão sobre igualdade de gênero no âmbito institucional. Mas, apesar da existência dessa comissão e dos números animadores relativos à entrada feminina nas Forças Armadas, ainda existem muitos obstáculos para o estabelecimento de uma efetiva igualdade de gênero nas Forças Armadas. As representações de gênero predominantes nas instituições militares constituem um deles.

75

A mulher militar e o mundo do trabalho

A militância do movimento feminista, presente em diversos países a partir da segunda metade do século XX, permitiu que mulheres entrassem em postos de trabalho historicamente masculinos, dentre eles, o militar. Certamente tal admissão não ocorreu sem protestos e justificativas contrárias diversas, enfatizando as condições específicas das mulheres, decorrentes de fatores biológicos, como obstáculo para o seu bom desempenho nos quadros das Forças Armadas.

A divisão sexual do trabalho decorre da ideia de que cabe aos homens o trabalho produtivo e a esfera pública e às mulheres, o trabalho reprodutivo e a esfera privada. Ela é justificada pela incompetência feminina para certas tarefas e profissões,

dentre elas, a militar, a partir da visão de que existem atributos naturais diferentes para homens e mulheres. O movimento feminista utilizou o conceito de gênero para colocar em xeque essa visão, desnaturalizando as desigualdades verificadas entre homens e mulheres e considerando-as histórica e socialmente determinadas, portanto, passíveis de mudança.

De acordo com Roger Chartier (1990, p. 12), as representações nos permitem “compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, valores que são os seus e o seu domínio”. Partindo dessa afirmação, percebemos que a exclusão feminina de certas profissões se dá pela visão de que nem todas as atividades são adequadas às mulheres, sendo preferível que elas busquem aquelas consideradas mais conformes à sua natureza.

O mais forte argumento utilizado para justificar a ausência feminina nas instituições militares, no papel de combatentes, são as diferenças físicas e psicológicas entre homens e mulheres, que a deixariam em situação de inferioridade diante das exigências da vida militar, vista como tipicamente masculina.

Na verdade, a afirmação sobre uma inferioridade biológica não é algo novo, como afirma Ferreira (1995/1996):

76

As justificativas para essa inferioridade basearam-se (sobretudo no século XIX) nas características biológicas e físicas do sexo feminino: a “fragilidade natural” e o potencial reprodutivo do corpo feminino seriam determinantes de sua natureza passional e passiva, de suas funções na sociedade (a saber, a maternidade e o cuidado do lar e das crianças), de sua inteligência inferior à do homem e, como consequência disso, de sua subordinação ao mesmo: a mulher seria a representante da Natureza, enquanto que o homem representaria a Ciência.

Sobre a incompatibilidade física de mulheres assumirem funções de combate nas Forças Armadas brasileiras, o ex-Ministro da Marinha de 1995 a 1999, Mauro César Rodrigues Pereira afirma, em entrevista ao CPDOC/ FGV (D’ARAÚJO, 2003, p. 8):

Há justificativas de ordem física. Bota 40 quilos de mochila nas costas de uma fuzileira e manda ela caminhar 10 quilômetros. Não chega. Não agüenta. Nos Estados Unidos, fizeram essa experiência. Num grupo enorme de mulheres, apenas uma chegou. Provavelmente, não era bem mulher...Dentro do navio há coisas pesadíssimas para serem feitas. Por exemplo, tem que fazer o escoramento com toras de madeira enormes. A mulher não ia agüentar e o homem teria que trabalhar duas vezes: por ela e por ele. Então, não dá. Não pode ser. Tem que raciocinar. Quando tinha que suspender um navio nunca perguntei a um marinheiro, a um oficial meu, se o filho estava com febre, se a mulher estava doente. Íamos embora passar 10, 30 dias fora. Eu posso fazer isso com uma mãe? Não posso. É diferente [...] E se tiver que morrer, é preferível morrer o homem do que a mulher.

Neste caso, as diferenças biológicas se transformam em justificativas para a “diferença socialmente construída entre os gêneros, e principalmente, da divisão social do trabalho” (BOURDIEU, 2011, p. 20). Entre as dificuldades a serem enfrentadas pelas mulheres militares são arroladas a “acentuada mobilidade geográfica, separação periódica da família em virtude de treinos, exercícios ou embarques, instabilidade de horários em certas funções, possível residência em países estrangeiros ou mesmo o risco de ferimento e morte” (CARREIRAS, 1997b, p. 4). Esse discurso constitui ao mesmo tempo uma forma de desencorajamento e uma prévia justificativa para a não aceitação de mulheres na carreira militar.

A peculiaridade da profissão armada se dá por uma identidade social específica, ou como afirma Castro (1990, p. 12), um “espírito militar”. Esse “espírito” acaba por diferenciar militares e “paisanos”⁹ desde o primeiro ano de um aspirante a oficial em uma acadêmica militar, uma vez que (CASTRO, 1990, p. 31):

comparada a outras profissões, a militar representaria um caso-limite sociológico, contribuindo para uma grande coesão ou homogeneidade interna (espírito de corpo), mesmo que frequentemente aos preços de um distanciamento entre os militares e o mundo civil.

De acordo com Huntington (1996, p. 29), a administração da violência é a característica que distingue os militares dos civis, uma vez que a função do militar é o combate armado bem-sucedido, com monopólio do Estado, à serviço da sociedade. Apesar de ser possível identificar um *ethos* militar específico, as Forças Armadas não estão isoladas internamente ou alheias às mudanças sociais. O militar não paira sobre a sociedade, mas nela está inserido e dela recebe influências diretas. As Forças Armadas acabam por reproduzir o modelo socialmente dominante, em que há a concepção normativa da masculinidade, representada pela força física e virilidade, contribuindo assim para a reprodução de estereótipos sexuais (CARREIRAS, 1997, p. 45). Assim, a ideia de que existem certas profissões tipicamente femininas e masculinas acaba por limitar o acesso de mulheres nas Forças Armadas de forma igualitária. Segundo Bourdieu (2011, p. 115):

A violência de certas reações emocionais contra a entrada das mulheres em tal ou qual profissão é compreensível, se virmos que as próprias posições sociais são sexuadas, e sexualizantes, e que ao defender seus cargos contra a feminilização, é sua ideia mais profunda de si mesmo como homens que os homens estão pretendendo proteger, sobretudo no caso de categorias sociais como os trabalhadores manuais, ou de profissões como a das forças armadas, que devem boa parte, senão a totalidade, de seu valor, até mesmo a seus próprios olhos, à sua imagem de virilidade.

⁹ Forma pejorativa de chamar civis. “Milico” é o correspondente a militar.

Assim, em favor da manutenção da imagem de virilidade à mulher deve apenas ser oferecido funções em que o uso da força física não seja um pré-requisito.

A maternidade é um tema polêmico em relação à integração das mulheres nas Forças Armadas, pois, ao mesmo tempo em que o "dom natural" para ser mãe é considerado positivo para que ela utilize seu "instinto materno" para assumir um papel essencialmente pacificador e assistencialista em zonas de conflito; por outro lado, a maternidade representa um entrave para a profissão militar, cujas obrigações seriam prejudicadas com a licença maternidade e com as obrigações maternas com relação aos filhos e à família.

Em uma publicação da Marinha do Brasil (LOMBARDI, 2009), a maternidade é vista como um obstáculo para a profissão, uma vez que "sair no horário para pegar os filhos na escola ou faltar porque uma criança ficou doente, parecem ser episódios considerados de forma negativa na carreira das oficiais e praças". A visão implícita nessa declaração é que o destino da mulher é o lar, com seu marido e filhos, e que a carreira militar a tiraria de seu espaço natural para exercer uma carreira que exigiria muita dedicação.

Em março de 2015, por meio da Lei nº 13.109,¹⁰ foi concedida às mulheres militares os mesmos benefícios das servidoras públicas civis, como a licença- maternidade de seis meses e o direito às adotantes e aos militares pais, que têm oficializada a licença de cinco dias corridos a partir do nascimento do filho. Em nota, o Ministro da Defesa Jaques Wagner afirmou:

É para mim uma satisfação notar esses grandes passos dados pela Defesa na direção da equidade de gênero, e ajudar a assegurar que o ministério seja cada vez mais aberto para a contribuição profissional e atencioso das mulheres brasileiras.

No dia internacional da mulher, dia 08 de março de 2015, o Ministério da Defesa postou um vídeo em seu perfil oficial do *facebook* "em homenagem às mulheres militares e civis do Ministério da Defesa".¹¹ De fundo musical sexy, com a trilha sonora de Nina Simone "*Feeling good*", o vídeo mostra mulheres passando rímel, mesas com detalhes rosa, porta caneta em forma de salto alto, enfim, passando uma imagem de feminilidade. Os depoimentos mostram a complexidade das relações entre o que consideram características e obrigações femininas, incluindo

¹⁰ Acesso em abril de 2015. Lei disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=26/03/2015>>.

¹¹ Acesso em abril de 2015. Vídeo disponível em: <<https://www.facebook.com/video.php?v=785952034831165&fref=nf>>.

aí os cuidados com a casa e a família, e a sua vida profissional em um *locus* definido como masculino.¹²

Quando a gente entra na instituição militar a gente aprende que nós não temos por definição o sexo, ou um lugar, então nós aprendemos que nós vamos aderir à identidade militar e ocupar um lugar como oficial ou como praça de acordo com a nossa graduação. [...] Ao longo da carreira ocupei locais que não seriam aparentemente femininos, mas dentro da instituição militar isso é um valor e é algo que considero altamente positivo para as mulheres.

Capitão-de-corveta Ana Paula – Psicóloga – Hospital das Forças Armadas

É uma tripla jornada, porque nós não trabalhamos em horário comercial, são três turnos – de manhã, a tarde e madrugada. Às vezes eu chego em casa de madrugada e fico com minha neném, e assim a gente vai na rotina”.

Sargento Isabel – Controladora de voo.

Acordo, levo a filha na escola, aí depois vou pra casa, venho pra cá, e depois que termino o expediente vou buscar minha filha, aí chego em casa, preparo a janta, dar uma olhada na mochila, se tem roupa pra lavar, se tem comida pra amanhã, deixar o almoço pronto pra ela. Enfim, tem coisas que eu realmente gosto de fazer então não me atrapalha muito.

Major Cristina, Adjunta de Mídias Sociais do Exército.

O militar dá mais valor pra gente do que o próprio civil. [...] A mulher tem que cuidar de casa, tem que cuidar dos filhos, tem que cuidar de marido e ainda mais o trabalho, quando ela trabalha fora. Mas a mulher ela concilia tudo, ela tem um jeitinho, Deus fez a mulher já pronta pra isso.

Maria das Graças Araújo, servidora civil do Ministério da Defesa.

79

O discurso dessas mulheres mostra como as representações tradicionais de gênero persistem, reproduzindo uma visão de mundo em que a mulher ainda pertence ao lar e reiterando seus compromissos com o cuidado com filhos e o marido. Mesmo mulheres que optaram por entrar em uma carreira considerada tipicamente masculina, não conseguem se desvencilhar desses estereótipos. A presença feminina no espaço público se defronta, assim, com os limites constituídos pelas obrigações assumidas no espaço privado, consideradas naturalmente femininas.

O conceito de dominação masculina (BOURDIEU, 2011, p. 22) expressa a violência simbólica sofrida pelas mulheres, que faz com que seus pensamentos e atos sejam condizentes com as “estruturas da relação da dominação que lhes é imposta”. Assim, “seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão”. De acordo com Bourdieu (2011, p. 46), “os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais”. A violência simbólica seria, portanto, uma

¹² Os nomes das depoentes são referenciados no vídeo.

violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2011, p. 7).

Bourdieu (2011) enfatiza que a “ordem masculina do mundo” é sustentada sob formas de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, e é ratificada ideologicamente por instituições que acabam por reproduzir a desigualdade de gênero, como escola, imprensa e Igreja. O empoderamento feminino e a aquisição da consciência de que a mulher pode ocupar diferentes papéis na sociedade, decorrente da desnaturalização das desigualdades historicamente constituídas não é uma tarefa fácil, sobretudo em uma sociedade patriarcal e conservadora como é a brasileira.

Os depoimentos dessas mulheres militares mostram que elas não questionam o que foi determinado como sendo o seu “destino biológico”, procurando conciliar com ele a escolha de uma carreira que elas mesmas ainda reconhecem como masculina, mesmo com a presença de um número cada vez maior de mulheres em seus quadros.

Antigos paradigmas continuam, assim, a limitar o acesso e permanência de mulheres em diferentes postos da carreira militar. Segundo Carreiras (1997, p. 48), os arquétipos que predominam no meio militar sobre as mulheres, como frágil/submissa/passiva (a obediente), como objeto sexual (meio de confirmação da masculinidade que remove qualquer dúvida quanto à virilidade) e como a mulher intocável (o ser protegido em que é necessário defender da violência do combate e dos horrores da guerra), não se aplicam à mulher militar. Essa mulher permanece então como alguém cuja identidade é ambígua, inclassificável, um ser que partilha os dois mundos - o masculino e o feminino – mas não pertence a nenhum deles. Coloca-se, então o problema de como conciliar uma “feminilidade natural” com a masculinidade exigida na vida de caserna.

80

Considerações finais

Portanto, podemos concluir que o simples aumento quantitativo de mulheres nas Forças Armadas não garantirá avanços na perspectiva da igualdade de gênero. Essa mudança constitui um processo lento e cheio de obstáculos, pois exige que se repense as relações entre homens e mulheres na sociedade como um todo e não apenas dentro dos quartéis. As relações de gênero perpassam por toda a vida social e, como aponta Scott (1995), constituem uma forma primeira das relações de poder. As práticas sociais são imbricadas com as visões de mundo, que tanto estruturam a

realidade, como são também estruturadas por ela. As críticas feministas à divisão social do trabalho, ao lado de fatores econômicos e sociais, ajudaram a abrir as portas de muitas profissões, antes exclusivamente masculinas, para as mulheres. Mas a igualdade efetiva entre homens e mulheres nesses espaços ainda é uma conquista a ser realizada, inclusive no Brasil.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- CARREIRAS, Helena. **Mulheres nas Forças Armadas portuguesas**. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.
- _____. Família, maternidade e profissão Militar. **Revista Estudos feministas**, v. 5, p. 69-81, 1997b.
- _____. O olhar dos homens: resistência e cumplicidade nas respostas masculinas à integração de mulheres nas Forças Armadas. In: MATHIAS, Suzeley Kalil. **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- CASTELÃO, M. P. L. **Homens e mulheres em Armas: duas dinâmicas de identidade?** Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 1999.
- CASTRO, Celso. **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. Mulheres e questões de gênero nas Forças Armadas brasileiras. In: SEMINÁRIO SOBRE INVESTIGACIÓN Y EDUCACIÓN EN ESTUDIOS DE SEGURIDAD Y DEFENSA. **Actas...** Santiago del Chile, 2003. Disponível em: <<http://www.resdal.org/Archivo/d0000216.htm>>. Acesso em fevereiro de 2013.
- DONADIO, Marcela; Mazzotta, Cecilia. **La mujer en las instituciones armadas y policiales: resolución 1325 y operaciones de paz en América Latina**. Buenos Aires : RESDAL, 2009.
- _____; TIBILETTI, Maria de la Paz. **Atlas comparativo de la Defensa en America Latina y Caribe**. Buenos Aires: RESDAL, 2014.
- FERREIRA, Verônica. Entre emancipadas e quimeras - imagens do feminismo no Brasil. **Cadernos AEL**, n. 3/4, 1995/1996.
- GIANNINI, Renata Avelar. Género, Fuerzas Armadas y policía: la participación del Cono Sur en operaciones de paz. In: Donadio, Marcela; Mazzotta, Cecilia. **La mujer en**

las instituciones armadas y policiales: resolución 1325 y operaciones de paz en América Latina. Buenos Aires: RESDAL, 2009.

_____. **Promover gênero e consolidar a paz:** a experiência brasileira. Artigo Estratégico 9, Insitituto Igarapé, setembro de 2014.

HOBBSAWN, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o Estado:** teoria e política das Relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

LOMBARDI, Maria Rosa; BRUSCHINI, Cristina; MERCADO, Cristiano. **As mulheres nas Forças Armadas brasileiras:** a Marinha do Brasil 1980-2008. São Paulo: FCC; DPE, 2009.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **A Resolução 1325/2000 e seus Planos de Ação no Cone Sul:** uma aproximação de gênero nas missões de paz. Buenos Aires: RESDAL, 2009.

_____. As mulheres chegam aos quartéis. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIII. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher:** do destino biológico ao destino social. Vitória: Edufes, 2001.

QUÉTEL, Claude. **As Mulheres na Guerra (1939-1945).** São Paulo: Larousse do Brasil, 2009. 2v.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade,** Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul.-dez., 1995.

FEMINISMOS, PATRIARCADO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: AS DENÚNCIAS REGISTRADAS NA DEAM/VITÓRIA/ES (2002-2010)*

Mirela Marin Morgante**

Resumo: O artigo realiza um panorama histórico que articula o contexto de emergência da segunda onda do movimento feminista brasileiro, suas primeiras manifestações reivindicativas, a criação das DEAMs, e a utilização dos conceitos de gênero e patriarcado no exame da violência contra a mulher e de seus mecanismos de legitimação e perpetuação. Em seguida, a análise do artigo se volta para a pesquisa na fonte primária, que são os Boletins de Ocorrência (BOs) registrados na DEAM/Vitória do ano de 2002 a 2010. Selecionou-se aquelas denúncias cujos agressores tinham ou já tiveram algum tipo de relação afetiva com a vítima, por se tratar da maioria dos casos (66%) e por apresentar maior potencial ofensivo, tornando a violência progressivamente mais grave. Elaboraram-se estatísticas a partir das informações constantes nos BOs, assim como análises demonstrativas dos relatos dados pelas vítimas às escrivãs da Delegacia, evidenciando a gravidade da violência de gênero em Vitória (ES) e as dificuldades para o seu enfrentamento.

Palavras-chave: Feminismo; Patriarcado; Violência de gênero.

Abstract: The article presents a historical overview that links the emergency context of the second wave of the Brazilian feminist movement, their first claims manifestations, the creation of DEAMs, and the use of gender and patriarchy concepts in the examination of violence against women and its legitimation mechanisms and perpetuation. Then, the analysis of the article turns to research in primary sources, which are the police reports (BOs) recorded in DEAM/Vitória of the year 2002-2010. Was selected those denunciations whose aggressors had or have had some kind of affective relationship with the victim, because it is the majority of cases (66%) and it presents larger offensive potential, becoming progressively more severe violence. Statistics elaborated from the information contained in BOs and the demonstrative analysis of the accounts given by the victims to the police, showing the severity of gender violence in Vitória (ES) and the difficulties in combating it.

Keywords: Feminism; Patriarchate; Gender violence.

* Artigo submetido à avaliação em 8 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 29 de setembro de 2015.

** Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: mirela_marin@hotmail.com.

A visualização da necessidade de fazer um sério enfrentamento da problemática da violência contra a mulher se fortaleceu principalmente a partir da década de 1970, quando surgiu a segunda onda do movimento feminista brasileiro¹ que, associada à sociedade e aos meios de comunicação, passou a denunciar inúmeros casos de homicídios e de agressões cometidas contra as mulheres. As reivindicações feministas abrangiam tanto questões trabalhistas, quanto a sexualidade, o corpo e os prazeres femininos. Mas uma das denúncias mais frequentes se referia aos crimes cometidos contra as mulheres, que eram exercidos, amiúde, por seus próprios companheiros. As organizações feministas passaram a discutir e a denunciar *ad nauseam* essa problemática, estabelecendo um vínculo com os imperativos comportamentais e ideológicos de uma sociedade patriarcal. Na década de 1980, surgiram então, diversas instituições voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher, como os SOS-Mulher e as DEAMs. Em 1985 foi fundada a primeira DEAM no Espírito Santo, onde as mulheres passaram a denunciar as violências que sofriam.

Após contextualizar as condições de emergência da segunda onda do feminismo no Brasil e suas primeiras manifestações políticas e sociais, além da emergência das DEAMs em todo o Brasil e especificamente em Vitória (ES), realiza-se uma aproximação com os conceitos primordiais para a análise da violência contra a mulher, muito discutidos pelos feminismos e no âmbito acadêmico para a compreensão dos mecanismos de poder que se articulam na perpetuação e legitimação da violência de gênero. Isso posto, o artigo volta-se para um exame das denúncias registradas do ano de 2002 a 2010, focando nos casos em que os agressores denunciados tinham algum tipo de vínculo afetivo com a vítima da violência.

A escolha do recorte temporal se deu por três motivos principais. Primeiro, por se tratar de um período marcado pela intensificação dos mecanismos jurídicos, políticos e sociais acionados pela federação e pelos estados e municípios para enfrentar as agressões de gênero. Segundo, pelo limite da fonte documental, que estava disponível para ser acessada e transcrita somente a partir do ano de 2002. E, finalmente, pelo limite de tempo, pois o trabalho de transcrição e compilação dos dados é extremamente árduo e o número de BOs registrados é bastante grande, somando cerca de 1.350 por ano, de forma que é preciso grande disponibilidade de tempo para dar conta de se estudar tantas ocorrências. Dessa forma, conseguiu-se compilar os dados constantes nos BOs de janeiro do ano de 2002 até dezembro de 2010, completando a década de 2000. O total de BOs registrados nesse período foi 12.085, dos quais 7.974 foram analisados no trabalho.

¹ É importante ressaltar que a primeira onda do feminismo no Brasil surgiu em finais do século XIX e início do século XX, e ficou caracterizada por uma luta focada no direito à educação, ao trabalho remunerado e nos direitos judiciais e políticos das mulheres – como o direito de ter propriedade e herança e de votar e ser votada (PEDRO, 2005).

As mulheres na segunda metade do século XX: trabalho, educação e cultura

Diversos foram os fatores que contribuíram para a emergência do feminismo nesse período histórico. O contexto de urbanização, migração e modificações nos padrões comportamentais da sociedade brasileira, com uma maior inserção feminina nos empregos formais e nas universidades, além de sua presença crescente nas manifestações de rua e nos sindicatos, foram elementos colaboradores na criação de um caldo de cultura favorável à emergência da segunda onda do feminismo no país. Cabe ainda ressaltar a influência do cenário de efervescência política e cultural dos Estados Unidos e da Europa, provocado pelos movimentos sociais que ali eclodiram, no aparecimento e no desenvolvimento da segunda onda do movimento feminista brasileiro.

A expansão industrial nacional, principalmente a partir da década de 1960, provocou uma urbanização descontrolada, com migrações em massa das pessoas que viviam nos campos indo para as cidades, acarretando em um inchaço demográfico no ambiente urbano e conseqüentemente, em um alto índice de desemprego e agravamento da situação de pobreza (NADER, 2008). Além disso, o Brasil passava por uma grave crise econômica, com alto nível de inflação e recessões. Essa conjuntura fez com que muitas mulheres cidadinas partissem para o mercado de trabalho como forma de complementar a renda familiar, o que significou uma ampliação dos horizontes socioculturais da mulher e uma diminuição do poder econômico e ideológico do homem dentro da esfera privada (NADER, 2008).

Cristina Bruschini (1988) evidencia dados precisos acerca da crescente participação feminina no mercado de trabalho nesse período de expansão urbana e industrial do Brasil. Segundo dados IBGE, a autora mostra que em 1970 as mulheres compunham 22,3% do total da força de trabalho das cidades. Em 1976 elas passaram a compor 28,9% dos trabalhadores urbanos. No ano de 1980 elas somaram 30,5% da força de trabalho cidadina e, em 1983, as trabalhadoras compuseram 30,6% do total da força de trabalho nas cidades brasileiras.

Para Cristina Bruschini (1988), este crescimento se deu devido a diversos fatores, dentre os quais ela destaca o desenvolvimento econômico brasileiro que expandiu o mercado de trabalho de uma maneira geral – isto é, para mulheres e para homens –, as modificações dos valores e dos comportamentos que contribuíram no sentido das mulheres terem a possibilidade de ofertar seu trabalho, a diminuição da taxa de fecundidade, o aumento do nível de escolaridade, e, por fim, a diminuição da renda de uma grande parcela da população brasileira.

Contudo, segundo a autora, a razão mais significativa para o aumento da presença feminina no mercado de trabalho foi o empobrecimento da população provocado pela

crise econômica de fins da década de 1970 e início dos anos de 1980, quando o índice de desemprego subiu consideravelmente e a inflação atingiu números recordes. Era cada vez mais importante a remuneração do trabalho feminino para complementar o orçamento doméstico, principalmente entre a população mais desfavorecida. Na classe média e em algumas famílias de menor renda, as novas e crescentes expectativas de consumo – surgidas devido ao aumento e à diversificação dos produtos – muitas vezes só poderiam ser satisfeitas com a contribuição da pecúnia feminina (BRUSCHINI, 1988).

Em artigo sobre o trabalho feminino durante o século XX, Maria Izilda Matos e Andrea Borelli (2012) também afirmam que a partir da década de 1960 as mulheres foram empregadas de maneira crescente e sistemática no Brasil, ocupando o mercado de trabalho de forma contínua, diversificada e intensa. As autoras apresentam basicamente as mesmas razões para o aumento da empregabilidade feminina, citando a diminuição do poder de compra e o arrocho dos salários como fatores que influenciaram tanto na sobrevivência quanto na possibilidade de consumo da população brasileira, o que acarretou em uma maior participação feminina nos trabalhos formais. Além disso, elas colocam a influência do “milagre econômico”, no qual houve um crescimento do setor produtivo, comercial e de serviços, oferecendo novas possibilidades de empregos para as mulheres, que não se restringiram somente aos trabalhos tradicionalmente femininos.

86

No que tange às modificações comportamentais e de valores da sociedade brasileira, as autoras explicam que elas foram influenciadas pelos movimentos feministas e de contracultura da Europa e dos Estados Unidos, que despertaram “[...] o desejo de autonomia financeira e de realização profissional nas mulheres das camadas médias” (MATOS; BORELLI, 2012, p. 143). Acrescenta-se aí a difusão da pílula contraceptiva, que possibilitou às mulheres o planejamento do exercício da maternidade, cuja consequência mais evidente foi a inserção e a permanência da população feminina no mercado de trabalho. Ademais, segundo Maria Izilda Matos e Andrea Borelli (2012), o uso do anticoncepcional incrementou a possibilidade de as mulheres investirem em carreiras profissionais.

Joana Maria Pedro (2012, p. 244) acrescenta que com a disponibilidade no mercado da pílula anticoncepcional passou a haver uma “[...] separação entre procriação e sexualidade, com o aval das ciências médicas”. O prazer feminino na relação sexual adquiriu relevância maior. Elas queriam que seus desejos e prazeres sexuais fossem levados em consideração, haja vista a diferenciação entre sexo e reprodução que se tornou mais acentuada com a difusão do método contraceptivo (PEDRO, 2012).

Maria Izilda Matos e Andrea Borelli (2012) evidenciam ainda outro fator que merece a atenção quando se fala da inserção das mulheres no mercado de trabalho na segunda metade do século XX: a promulgação do Estatuto da Mulher Casada em

1962. Foi com este decreto “[...] que se retirou do Código Civil o direito do marido de impedir sua esposa de trabalhar fora do domicílio” (MATOS; BORELLI, 2012, p. 142). Antes disso as mulheres podiam trabalhar fora de casa sem terem a necessidade de pedir autorização para o marido, o que foi concedido somente em 1943. Mas mesmo assim elas podiam sofrer o impedimento do exercício profissional por parte do cônjuge. É significativo que tal proibição só tenha deixado de existir em 1962, com o Estatuto.

Finalmente, é imprescindível ressaltar que a elevação do grau de instrução das mulheres, principalmente a partir da década de 1970, auxiliou na sua participação no mercado de trabalho. Conforme Maria Izilda Matos e Andrea Borelli (2012), houve uma expansão do ensino médio e universitário que contribuiu para a elevação do nível escolar e para a inserção das mulheres no âmbito educacional, em diversas áreas do conhecimento. As autoras mostram que entre 1970 e 1975 a quantidade de mulheres fazendo cursos universitários aumentou em cinco vezes, enquanto a quantidade de homens dobrou.

Para Cristina Bruschini (1988), as taxas de atividades trabalhistas femininas são maiores conforme o nível de escolaridade. Esta relação existe também entre os homens, mas de forma muito menos acentuada. Por meio de dados da PNAD de 1983, a autora mostra que no Brasil, com menos de 1 ano de instrução a taxa de atividade feminina é de 28,7%. Com 1 a 4 anos de instrução a taxa sobe para 31,4%. Com 5 a 8 anos de escolaridade as mulheres compõem 34,9% de trabalhadores ativos e, com 9 anos ou mais de instrução elas somam 60,2%. Assim,

O avanço da escolaridade entre as mulheres se ampliou nas décadas seguintes e gerou impacto no mercado de trabalho, tornando-as economicamente mais competitivas e capazes de enfrentar resistências e preconceitos e aumentar sua presença em setores até então impermeáveis ao feminino (MATOS; BORELLI, 2012, p. 145).

É importante salientar quando se fala na maior presença feminina nos trabalhos formais no Brasil na segunda metade do século XX que, como afirma Mariza Barros Ribeiro da Vitória (2010, p. 43), haja vista a dimensão do território nacional e as especificidades políticas das diversas localidades brasileiras, há uma impossibilidade de “[...] homogeneizar a economia das regiões, pois ocorreram disparidades quanto ao acesso à educação, às ofertas de trabalho e ao suporte social, fatores que favoreceram as mulheres o ingresso no mercado de trabalho”.

Com a visibilidade crescente que as mulheres foram conquistando na esfera pública, sua presença em reivindicações de rua e nos sindicatos se tornou maior e mais constante. Conforme Joana Maria Pedro (2012), antes mesmo do golpe militar de 1964 elas estavam presentes na Marcha da Família com Deus pela Liberdade –

manifestação de direita – e, após o golpe, em 1968, na passeata dos 100 Mil, em contestação ao regime militar. A autora acrescenta que no decorrer dos anos de 1960 a 1980 as mulheres tiveram grande atuação “[...] nos clubes de mães, nos movimentos por creche, nas marchas da ‘panela vazia’ (ou panelaços), nas reivindicações por anistia política (aos presos e aos perseguidos pelo regime) e no movimento Diretas Já (por eleições diretas)” (PEDRO, 2012, p. 240-241).

Joana Maria Pedro (2012) enumera ainda diversas outras atuações políticas e sociais desempenhadas pelas mulheres nesse período. Elas formaram associações de mulheres para discutir seus temas específicos, criaram as “casas da mulher” para abrigar as mulheres vítimas de violência, participaram ativamente e fizeram reivindicações dentro dos sindicatos – lutando pela criação de seções femininas e pela inserção das mulheres nas funções de diretoria – além de terem organizado vários encontros de trabalhadoras. A atuação feminina era ampla, como afirma Mariza Barros Ribeiro da Vitória (2010, p. 53), “elas estavam presentes nas fábricas, nas igrejas, no enfrentamento militar, nas campanhas contra a carestia, clamando por creches, entre outras frentes de enfrentamento”.

Para Céli Regina Pinto (2003, p. 44), os movimentos contra a carestia, os clubes de mães, o movimento pela anistia, assim como aqueles movimentos em que as mulheres reivindicavam “[...] melhorias nos postos de saúde, nas escolas, nas creches e nos serviços públicos em geral”, são movimentos de mulheres que devem ser distinguidos do movimento feminista, cujo propósito era denunciar a condição de opressão das mulheres. Segundo a autora, os movimentos de mulheres existiram nas classes médias e baixas do Brasil e ficaram caracterizados por serem organizações que se utilizavam dos papéis sociais femininos – como o papel de esposa, de mãe e de dona-de-casa – para fazer exigências e interferir na esfera pública. Enquanto o movimento feminista questionava justamente esses papéis sociais, mostrando que eles foram construídos historicamente e eram responsáveis pela inferioridade feminina na sociedade brasileira patriarcal. Com o passar do tempo, contudo, a distância entre esses dois movimentos “[...] que era quase uma resistência, tendeu a diminuir” (PINTO, 2003, p. 44).

Portanto, a partir da década de 1960, grande contingente de mulheres já experimentava uma liberdade conquistada e adquirida aos poucos desde o início da industrialização do Brasil, no final do século XIX. Em grande medida isso foi possível, como afirma Maria Beatriz Nader (2008), graças à participação cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, seu crescimento intelectual, sua expansão da individualidade e das condições materiais que conseguiram conquistar. A estrutura da família foi profundamente abalada na medida em que as mulheres recorriam cada vez mais ao divórcio e que não aceitavam mais a subordinação de gênero dentro do âmbito

doméstico (NADER, 2008). O poder do patriarca foi sendo diminuído progressivamente com a ascensão econômica e social da mulher, o que não ocorreu sem contestações e violências por parte do homem.

Os feminismos da segunda onda

Uma das primeiras manifestações da existência segunda onda do movimento feminista no Brasil ocorreu em 1972, quando o Conselho Nacional da Mulher promoveu um congresso onde se discutiu temas polêmicos na época, “[...] como o planejamento familiar e a posição da mulher diante da nova tecnologia até assuntos prosaicos como a ‘problemática da bábá’” (PINTO, 2003, p. 49). No mesmo ano ocorreram as primeiras reuniões de grupos de mulheres em São Paulo e no Rio de Janeiro. Conforme Joana Maria Pedro (2012), o método de divulgação das idéias do feminismo destes primeiros tempos consistia na realização de grupos de consciência ou reflexão compostos exclusivamente por mulheres, pois elas acreditavam que os homens as inibiam, onde eram abordados problemas particulares das mulheres e formas de enfrentar o machismo da sociedade. As reuniões seriam uma maneira de estabelecer uma rede do movimento feminista, na medida em que as participantes eram incumbidas de levarem novos membros para o grupo – quando ultrapassasse 24 participantes o grupo era dividido – e que a proposta era de que esses grupos se espalhassem por vários lugares (PEDRO, 2012).

Muitos dos grupos de reflexão feminista deram origem a periódicos visando à divulgação de suas visões e das atividades que estavam realizando, como foi o caso do *Nós Mulheres* e *Mulherio*, o que fortalecia a rede interativa do movimento feminista emergente (PEDRO, 2012). Posteriormente, outros periódicos foram lançados, como o *Brasil Mulher* em 1975, o *Nós Mulheres* em 1976, *Mulher Liberta Mulher* no ano de 1980, além do *Mulherio* e *Chana Com Chana* em 1981. Todos esses periódicos duraram pouco tempo, exceto o *Mulherio* que se manteve até 1987. Os questionamentos feministas marcaram presença também no teatro e na televisão, com peças teatrais e programas televisivos voltados exclusivamente para os problemas das mulheres contemporâneas.

Assim, o movimento feminista foi expandindo suas proporções e as questões específicas das mulheres ganharam ainda maior status e visibilidade em 1975, quando a ONU definiu este ano como o Ano Internacional da Mulher e o primeiro ano da década da mulher, realizando uma conferência no México sobre o assunto (PINTO, 2003). No mesmo ano foi aberto um espaço na reunião anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) para a discussão feminista, por mulheres intelectualizadas

da academia, que vigorou por 10 anos. Também foi organizado o Movimento Feminino pela Anistia em 1975.

Muitos eventos públicos, de natureza e abrangência diversos, tratando da problemática feminina, passaram então a ocorrer no Brasil. O primeiro deles, considerado o momento inaugural do movimento feminista brasileiro de segunda onda, foi realizado no Rio de Janeiro em 1975, na sede da Associação Brasileira de Imprensa e com o patrocínio da ONU, visando discutir “o papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira” (PEDRO, 2012, p. 246-247). Neste encontro ficou decidida a criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB) no Rio de Janeiro, onde haveria estudos relativos às questões específicas das mulheres e um departamento voltado para tratar dos problemas reais das mulheres da comunidade local, em uma clara proposta de conscientização dos grupos populares.

Em São Paulo, no ano de 1975, foi realizado o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista na Câmara Municipal de São Paulo, com o patrocínio da ONU e da Cúria Metropolitana (PEDRO, 2012). Joana Maria Pedro (2012, p. 247) aponta que foi a partir deste encontro que se instaurou, no final do mesmo ano e se manteve até 1979, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB), “[...] com o objetivo de ser um centro, com sede física e estatutos, de estudos e reflexão voltados para o desenvolvimento de uma ‘consciência nacional da condição da mulher’”.

90

No final da década de 1970, ocorreram ainda o I Encontro da Mulher que Trabalha, no sindicato dos aeroviários em 1977, o II Encontro da Mulher que Trabalha, no sindicato dos metalúrgicos, e o I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, ambos em 1978 (PINTO, 2003).

Céli Regina Pinto (2003, p. 67) observa que a partir do ano de 1979 dois acontecimentos influenciaram no rumo que o movimento feminista tomaria dali para frente: “[...] a anistia aos presos e exilados políticos e a reforma partidária”. Quanto à anistia, a autora explica que ela marcou um período de maior liberdade, maior possibilidade de se manifestar, com a repressão e o medo diminuídos, pois o AI-5 já não vigorava mais. Além disso, os anistiados que voltaram principalmente da Europa, traziam novas perspectivas reivindicativas, novas concepções de mundo e, amiúde, as pessoas que haviam idealizado os exilados políticos acabaram por se chocar. Sobre a relação da anistia com o movimento feminista brasileiro, Mariza Barros Ribeiro da Vitória (2010, p. 56) salienta que,

A anistia de 1979 que permitiu a volta das exiladas no começo dos anos 1980, fez com que as mulheres exiladas trouxessem em sua bagagem não apenas a colaboração de sua experiência política anterior, mas também a influência de um Movimento Feminista atuante, sobretudo na Europa. Além disso, a própria experiência de vida no exterior, com uma organização doméstica

distinta dos tradicionais padrões patriarcais da sociedade brasileira, repercutiu decisivamente tanto em sua vida pessoal, quanto em sua atuação política.

O outro fator que influenciou no desenvolvimento do feminismo no Brasil foi a reforma política, com o fim do bipartidarismo e o estabelecimento de espaços voltados para as muitas manifestações partidárias. As militantes feministas acabaram se dividindo entre os partidos, e entre uma luta na perspectiva de institucionalização do movimento e uma luta autonomista, que considerava a aproximação com o Estado uma forma de cooptação (PINTO, 2003). O movimento feminista não era homogêneo, diversas perspectivas e maneiras de atuação estavam presentes nessa segunda onda do movimento, podendo-se falar em *feminismos*, no plural, dando a ideia da dimensão das atuações e das frentes levadas a cabo por reivindicações feministas.

Nesse contexto, para Céli Regina Pinto (2003, p. 68), “surgem ao longo da década fortes grupos feministas temáticos, associados ou não a essa dicotomia, entre os quais se destacaram os que passaram a tratar da violência contra a mulher e da sua saúde”. Na década de 1980 também emergiu o *feminismo acadêmico*, cuja base situava-se no Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, e nas pesquisas feitas nas ciências humanas de maneira geral e na educação mais particularmente, por intelectuais das universidades mais conceituadas do Brasil, “[...] em algumas das quais surgiram Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher” (PINTO, 2003, p. 68).

91

Em finais da década de 1970 e princípios dos anos de 1980, as lutas feministas voltaram-se para a problemática da violência contra mulher. As conquistas que as feministas foram adquirindo ao longo do tempo no que diz respeito ao enfrentamento da violência de gênero estão associadas às novas relações que as mulheres conseguiram estabelecer na esfera política, qual seja, “[...] a conquista de espaços no plano institucional, por meio de Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher; a presença de mulheres nos cargos eletivos; e as formas alternativas de participação política” (PINTO, 2003, p. 68). Soma-se aí, a atenção dada pela mídia nacional aos casos de violência contra a mulher, sobretudo de caráter conjugal, e a pressão exercida pelas organizações feministas para que os agressores fossem punidos.

A violência contra a mulher em questão: os SOS-Mulher e as DEAMs

Em um momento em que a imprensa noticiava casos de agressões e homicídios cometidos “em defesa da honra masculina” contra as mulheres, e que as feministas denunciavam a impunidade dos agressores e questionavam os tradicionais papéis sociais de gênero, surgia o SOS-Mulher em todo o país, visando o atendimento das

mulheres em situação de violência. O SOS-Mulher foi a primeira instituição que pode ser considerada o pontapé inicial dado pelo Estado no sentido de denunciar as agressões cometidas contra as mulheres e de atender as vítimas de violência, culminando na posterior criação das DEAMs.

A proposta dos SOS-Mulher era fornecer um atendimento social, psicológico e jurídico às mulheres vítimas de violência, além de darem apoio nos casos em que as vítimas optavam por uma denúncia policial, que ainda eram feitas nas delegacias tradicionais, isto é, não especializadas. Jurandir Costa (1992, p. 172-173) afirma que os SOS-Mulher tinham intenções comuns, procuravam conscientizar as usuárias, o que “[...] significava possibilitar-lhes romper o isolamento; desenvolver a solidariedade com outras mulheres em situação semelhante (através da participação em atividades grupais); romper o relacionamento violento; e trabalhar para o próprio sustento e dos filhos”.

A ideia das militantes feministas idealizadoras dos SOS era conscientizar as vítimas de violência da sua condição e da realidade em que viviam, com a pretensão de que elas de lá saíssem com uma nova consciência social e, quem sabe, feministas também (BOSELLI, 2003). Era a própria sociedade patriarcal, com sua normatização dos papéis sociais de gênero e sua legitimação para o exercício da violência contra a mulher, que as feministas visavam problematizar em busca da conscientização das mulheres vítimas de violência. Por meio das conversas em grupo no SOS, as mulheres podiam compartilhar suas experiências pessoais e assim, “[...] descobrir coletivamente quais são os dispositivos de poder e autoridade, qual o universo de práticas e crenças que imperam na construção social, cultural e política da condição feminina” (GREGORI, 1993, apud BOSELLI, 2003, p. 54).

Contudo, os SOS-Mulher não vingaram e acabaram extintos em 1983. Maria Amélia Azevedo (1985) explica que a organização era composta por sócios e por consultores e, devido aos problemas financeiros, ela não pôde ser levada à frente. Baseada em Gregori, Giane Cristini Boselli (2003) expõe outro problema que pode ter contribuído para a falência da organização. Segundo ela, o foco exclusivo no método de conscientização não atraía muitas mulheres que eram vítimas de violência, estas almejavam auxílios mais concretos e imediatos, como creches, remédios, emprego, albergues e até mesmo advogados, psicólogos e assistentes sociais. Giane Cristini Boselli (2003, p. 55) esclarece que no Brasil, onde é praticamente inexistente ou ineficaz as proteções sociais e as de caráter previdenciário, “[...] as práticas do tipo SOS acabam prejudicadas. Poucos são os abrigos, creches, agências de emprego e direitos previdenciários que podem complementar o trabalho das militantes”.

Os SOS-Mulher, porém, deixaram seu legado. Jurandir Costa (1992) afirma que as posteriores delegacias especializadas se inspiraram nos SOS para fornecer

o atendimento social, psicológico e jurídico às mulheres que ali adentravam. Nesse sentido, a proposta de mostrar que a violência de gênero é um problema amplo, que não se limita às medidas policiais e jurídicas, se manteve nas DEAMs por meio da assistência psicossocial. E o autor acrescenta:

Por outro lado, a tendência, já presente nos SOS-MULHER, de tratar a violência contra as mulheres como uma questão coletiva e pública afirma-se com a criação das delegacias da mulher, pois o Estado passa a assumir o tratamento da violência, através de um organismo policial especializado, e as vítimas passam a ter, enfim, um lugar adequado, do ponto de vista institucional, onde exigir justiça (COSTA, 1992, p. 173).

Nesse contexto, ao longo da década de 1980, surgiram diversas Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEAMs), também chamadas de Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), como foi intitulada a primeira Delegacia voltada para o atendimento específico das mulheres vítimas de violência, de São Paulo, inaugurada no dia 05/08/1985 (SAFFIOTI, 2002). No mesmo ano, inaugurou-se a primeira DEAM do estado do Espírito Santo. Esta ficou localizada na capital, Vitória, e era conhecida como DEAM/ES, por ser a única DEAM existente no estado. Posteriormente, foram criadas DEAMs em outras cidades do Espírito Santo, de forma que a DEAM localizada na capital passou a ser conhecida como DEAM/Vitória.

Tanto os SOS-Mulher, como as posteriores DEAMs, refletiam a tentativa dos movimentos feministas e mesmo do meio acadêmico, de sistematizar e questionar a condição social da mulher, historicamente construída. Na ânsia pela compreensão dos mecanismos de poder que agem em consonância com a negação da individualidade feminina, com a manutenção da desigualdade e hierarquização de gênero e com a violência contra a mulher, os conceitos de patriarcado e de gênero, passaram a serem utilizados nas análises sobre a condição da mulher na sociedade brasileira daquele período.

93

Gênero e patriarcado: uma aproximação para a análise da violência contra a mulher

Segundo Joan Scott (1995), a categoria gênero é relacional. A sociedade e a cultura forjam distinções entre as mulheres e os homens de maneira que os sujeitos sociais são continuamente impelidos a buscar sua identificação de gênero, construída enquanto uma oposição binária. Nesse sentido, não somente as mulheres sofrem a imposição de uma identidade ideal feminina, como também os homens sofrem a exigência de se adaptarem ao seu papel social de gênero, de provedor, ativo, viril, racional e agressivo.

Sócrates Nolasco (1995) explica que a masculinidade é um modelo de gênero com o qual os homens se sentem constantemente na necessidade de corresponder, mesmo sabendo que nunca se adaptarão totalmente a essa normatização de gênero que exige deles a virilidade sexual, o trabalho remunerado, o provimento familiar, a posse e o domínio sobre as mulheres.

Como evidencia Heleieth Saffioti (2011), a construção da feminilidade e da masculinidade tal como foi realizada pela sociedade androcêntrica representa uma camisa de força. O homem acredita que deve exercer seu poder de domínio e agredir quando “necessário” e a mulher pensa que deve suportar a violência, principalmente quando é perpetrada por seu companheiro amoroso, “[...] porque seu ‘destino’ assim o determina” (SAFFIOTI, 2011, p. 85). Os Boletins de Ocorrência (BOs) analisados na pesquisa demonstram como é frequente por parte dos homens agressores a necessidade de atestarem a sua virilidade, o seu poder, a sua masculinidade por fim. Quando se viram ameaçados de exercerem plenamente a sua identidade de gênero, partiram para a agressão física, sexual ou psicológica contra as suas companheiras. Afinal, a violência e a agressividade fazem parte da dinâmica identitária masculina, e quando é “necessário” fazer valer o *status quo*, não há porque não fazer uso desse tipo de dispositivo legitimado socialmente.

94

Nesta perspectiva, é de grande valia a utilização do termo gênero quando se trata da problemática da violência contra a mulher. A categoria facilita a apreensão da dimensão social e cultural do que é “ser mulher” e “ser homem”, em um distanciamento de qualquer determinismo biológico que justifique as diferenças sociais entre os sexos. Permite visualizar que a violência reproduzida contra as mulheres está relacionada, não raro, aos estereótipos e papéis sociais de gênero, que prescrevem um padrão de conduta ideal para as mulheres e para os homens. Assim, haja vista a categoria gênero representar um conjunto de normas – construído pela sociedade e pela cultura – que modelam os comportamentos, os símbolos e os papéis sociais das mulheres e dos homens, pode-se falar em violência de gênero e não tão somente em violência contra a mulher. O significado de gênero na sociedade brasileira de princípios do século XXI pode representar a legitimidade, quando não a causa, de muitas agressões de gênero. Mas é importante entender que os atuais significados e representações de gênero foram construídos por uma sociedade patriarcal.

Para Heleieth Saffioti (2011), o sistema patriarcal corresponde ao regime atual de relações entre a mulher e o homem, que, além do âmbito familiar, perpassa todas as instituições, toda sociedade civil, o Estado, e o direito. Funciona como uma engrenagem quase automática que pode ser acionada por ambos os sexos, de forma que a mulher pode atuar muitas vezes como cúmplice do sistema patriarcal.

O movimento feminista denunciou a ordem patriarcal, que permite aos homens o domínio sobre as mulheres e a submissão desta no corpo social.² Sobre o advento do conceito, Christine Delphy (1981, p. 66) observa que,

[...] l'Université n'a joué aucun rôle dans la création de ce concept, ou d'ailleurs d'aucun autre concept politique, de même qu'elle n'a joué aucun rôle dans l'émergence du mouvement social, le féminisme, qui a élaboré les analyses et les concepts dont nous parlons. Cependant elle en joue un, de toute évidence, en accueillant ce débat [...].³

Para a autora, o conceito foi criado pelo movimento feminista e posteriormente a universidade passou a utilizá-lo, contribuindo para o debate e a problematização das complexas redes simbólicas e materiais que compõem o sistema patriarcal. Segundo Christine Delphy (1981), o conceito de patriarcado deve ser utilizado de maneira substantiva, como foi introduzida pela segunda onda do movimento feminista com um objetivo estritamente político: de denunciar o sistema patriarcal enquanto um sistema de opressão das mulheres. Para a autora, “[...] la raison profonde de la transformation de ce terme en concept majeur d'une théorie de la situation des femmes, c'est la perception que l'oppression des femmes fait système” (DELPHY, 1981, p. 61).⁴ Ou seja, o termo patriarcado se tornou um conceito primordial de uma teoria feminista a partir da compreensão de que a dominação das mulheres na sociedade contemporânea é realizada e perpetrada por meio de um sistema, o sistema patriarcal.

95

Nessa perspectiva, quando se fala dos estereótipos de gênero, dos papéis sociais das mulheres e dos homens, das normas de conduta dos sexos, ou mesmo das representações e dos símbolos embutidos na concepção do que vem a ser uma mulher ou um homem, tratam-se de padrões que foram forjados pela sociedade patriarcal e que só existem tomando como ponto de partida a vigência do patriarcado na contemporaneidade. O sistema patriarcal interfere na personalidade e nas percepções dos indivíduos, de modo a estabelecer identidades de gênero com os quais mulheres e homens devem se adaptar.

² Trata-se aqui de *mulheres* e *homens* enquanto categorias sociais, seguindo a definição de Bourdieu (2010, p. 17) em que a palavra *categoria* “[...] tem o mérito de designar ao mesmo tempo uma unidade social – a categoria dos agricultores – e uma estrutura cognitiva, e de tornar manifesto o elo que as une”. Ou seja, não se trata de um sentido individualizado, não obstante ocorrerem situações de dominação masculina e de submissão feminina em esferas individuais, o que não caracteriza uma regra imutável ou uma essência que marca todos os homens e todas as mulheres.

³ “[...] a universidade não desempenhou nenhum papel na criação deste conceito, ou mesmo de qualquer outro conceito político, da mesma forma que não desempenhou nenhum papel na emergência do movimento social, o feminismo, que elaborou as análises e os conceitos de que falamos. Contudo ela desempenha um papel, de toda evidência, acolhendo esse debate [...]”. Tradução nossa.

⁴ “A razão profunda da transformação desse termo em conceito maior de uma teoria da situação das mulheres, é a percepção de que a opressão das mulheres faz um sistema”. Tradução nossa.

Assim, a identidade masculina vigente na sociedade patriarcal tem como parâmetro o trabalho, a virilidade, a força e a racionalidade, enquanto a feminina se baseia no cuidado doméstico, na obediência, na passividade e no sentimento. As relações de gênero, por seu turno, também tomam como parâmetro a marcação identitária, de modo que o homem acredita ter a posse e o domínio sobre a sua companheira e pensa ser dever feminino cuidar da casa e da família enquanto ele se responsabiliza pelo provimento doméstico. O problema emerge quando esses padrões de gênero não são cumpridos por ele mesmo ou pela sua companheira, o que pode desencadear em atos de violência por parte dos homens, o que é bastante comum de visualizar nos BOs registrados na DEAM/Vitória de 2002 a 2010.

Portanto, os conceitos de patriarcado e gênero são inseparáveis e devem ser abordados concomitantemente, pois são complementares um ao outro. Como Christine Delphy (1981) observa, o conceito de patriarcado partiu do movimento feminista e atingiu o meio acadêmico. Da mesma maneira, pode-se dizer que o entendimento acerca da violência contra as mulheres partiu das denúncias perpetradas pelo movimento feminista, para adquirir maior visibilidade tanto no Estado quanto no meio acadêmico. O âmbito jurídico brasileiro passou a regulamentar o que se entende por violência contra a mulher, abrangendo os tipos de violência – física, sexual, psicológica e patrimonial – e os espaços relacionais privados e públicos em que ocorrem as agressões de gênero.

96

As mulheres vítimas de violência procuravam a DEAM/Vitória para denunciar seus companheiros, maridos, pais, irmãos, namorados, entre outros agressores, homens ou mulheres. Grande parte dessas denúncias eram contra companheiros ou ex-companheiros, maridos ou ex-maridos, namorados ou ex-namorados, que juntos compõem 66% do total de agressores denunciados na delegacia no período que compreende o ano de 2002 ao ano de 2010.

Foi sobre esse grupo social, qual seja, pessoas que tinham ou já tiveram uma relação afetiva com a vítima no momento em que houve a agressão, que a pesquisa se debruçou, haja vista ser a maioria dos casos e apresentar um potencial ofensivo de grande magnitude, pois “[...] tende a acontecer repetidamente e pode acabar em agressões de maior gravidade, como é o caso do homicídio de mulheres que foram inúmeras vezes ameaçadas e/ou espancadas anteriormente” (AGENDE, 2005, p. 5). É principalmente dentro de uma relação afetiva que os estereótipos, as representações, os símbolos e os papéis sociais de gênero são confrontados, exigidos e reproduzidos. É na esfera conjugal que as identidades femininas e masculinas, construídas cotidianamente pela sociedade patriarcal vigente, encontram um lugar privilegiado de manifestação e reprodução. Os BOs registrados na DEAM/Vitória são uma demonstração do apego

dos agentes sociais envolvidos na relação afetiva, às identidades de gênero forjadas pelo patriarcado.

Os números da violência de gênero: as denúncias registradas na DEAM/Vitória (2002-2010)

Nos BOs registrados na DEAM/Vitória entre os anos de 2002 a 2010, em que o agressor era ou já havia sido próximo afetivamente da vítima (7.974 casos), é possível encontrar dados referentes tanto à vítima, quanto ao agressor, – há casos cujo ato agressivo foi cometido pela companheira/namorada, mas na grande maioria foram companheiros/namorados/maridos –, como a naturalidade, a idade, a cor, o estado civil, o grau de parentesco entre os envolvidos, o tempo de convivência do casal, a profissão, a escolaridade, o bairro e a cidade onde viviam, o horário e o local da agressão. Também era caracterizada a natureza da violência, que poderia ser ameaça, perseguição, injúria, lesão corporal, agressão, entre outros. Todas essas informações foram dadas pelas vítimas às escrivãs da Delegacia no momento de registro da ocorrência. Houve raras denúncias feitas por um terceiro, e não pela própria vítima, e nesse caso quem fornecia os dados era o(a) noticiante.

Além dessas informações básicas, a vítima costumava relatar para as escrivãs fatos como a convivência do casal e dos filhos, a condição econômica da família e o ocorrido no momento da agressão, expondo as motivações que elas acreditavam terem levado à violência por parte de seus companheiros. Há um espaço nos BOs intitulado “relato da vítima” onde as escrivãs transcreviam tais narrativas das mulheres vítimas de violência. Elas completavam os BOs registrando as medidas tomadas, como representação, exame de lesões corporais, entrevista social e somente registro do fato.

Por meio de um trabalho extremamente árduo, devido à falta de estrutura física e material da DEAM/Vitória, foram coletados manualmente todos os dados constantes nos BOs dos 9 anos que compreende a pesquisa realizada, ou seja, de 2002 a 2010. Foram confeccionadas fichas similares aos BOs, contendo todos os campos relativos à vítima e ao agressor, além do relato da vítima e das medidas tomadas. Essas fichas foram preenchidas manualmente com base nos BOs originais no espaço físico extremamente limitado da DEAM/Vitória.

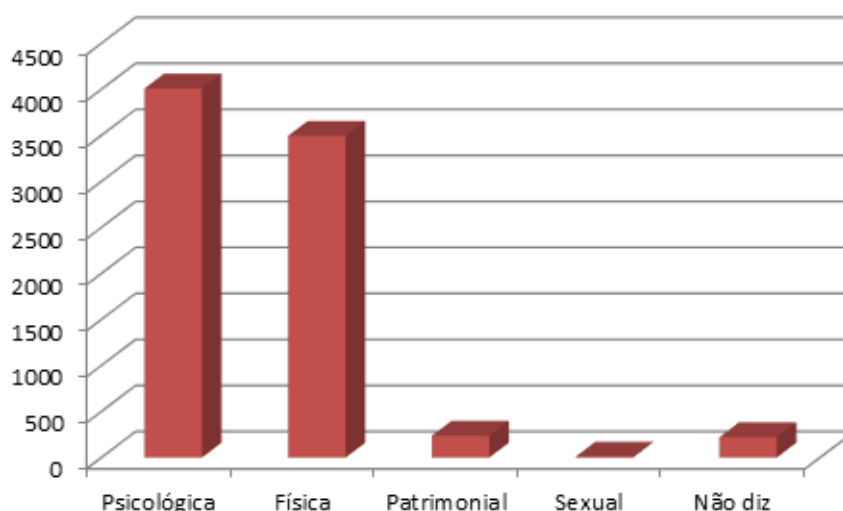
Após esta primeira etapa de coleta manual dos dados, foi realizada uma segunda etapa, com a transcrição de todas as informações dos boletins de ocorrência que foram feitos manualmente, para o banco de dados do programa Microsoft Access, formulado especificamente para esse fim. Com todas as denúncias de 2002 a 2010 (12.085 BOs)

transcritas para o Microsoft Access, ficou mais acessível e prático o trabalho com os BOs, facilitando a seleção e o cruzamento de dados.

Por fim, vale ressaltar que o nome, tanto da vítima quanto do agressor, assim como qualquer outra informação que permita a identificação dos envolvidos nas ocorrências, não consta nos arquivos que foram confeccionados para a pesquisa ora apresentada. Devido à orientação da delegada responsável pela DEAM/Vitória, não era permitida a transcrição de informações que identificasse as vítimas ou seus agressores nas fichas, ou seja, não se poderia copiar os dados de identificação das vítimas e dos agressores tais como o nome, o número do documento de identidade e do CPF, o endereço de residência e o telefone. Também convém deixar claro que os dados dos BOs não foram perfeitamente preenchidos, pois muitos espaços nos boletins de ocorrência não foram preenchidos e não contêm a informação referente ao campo. Porém, tal fato não impede o cruzamento de dados e apresentação de estatísticas, que podem dizer muito sobre as fontes, mesmo considerando as suas limitações.

Como os campos relativos à natureza da ocorrência foram caracterizados de forma bastante heterogênea, mas que muitas vezes diziam respeito a um mesmo tipo de agressão, eles foram separados de acordo a caracterização de violência da Convenção Belém do Pará (AGENDE, 2005), ou seja, em violência psicológica, física, patrimonial ou sexual. Por exemplo, houve casos de calúnia, difamação, ameaça, perturbação à tranquilidade, ofensas morais, constrangimento, injúria, entre outros, que são, na verdade, casos de violência psicológica. Assim como lesão corporal, agressão e vias de fato, são casos de violência física. É comum constar dois tipos de agressão em uma mesma denúncia, como a violência psicológica e física ou a patrimonial e psicológica. Levando em consideração que todo tipo de agressão traz consigo a violência do tipo psicológica, classificou-se em violência psicológica somente aquelas que eram exclusivamente psicológicas. Nos casos em que a violência psicológica é acompanhada de agressão física, patrimonial ou sexual, contabilizaram-se essas agressões isoladamente.

Assim, foi verificado que de um total de 7.974 boletins de ocorrência cujos agressores foram companheiros das vítimas, em 4.010 boletins (50,3%) a agressão foi exclusivamente psicológica, como ameaça, perseguição, perturbação à tranquilidade, etc, em 3.496 ocorrências (44%) houve a violência física, amiúde acompanhada da psicológica, em 237 BOs (3%) a agressão foi patrimonial, como roubo, retenção de objetos, abandono de lar, entre outros, em 10 ocorrências a agressão foi sexual e, em 221 BOs (2,8%) não constava o tipo de agressão sofrida. O gráfico abaixo evidencia a relação dos tipos de agressão mencionamos nas ocorrências nos anos de 2002 a 2010.

Gráfico 1 - Tipos de violência registrados na DEAM/Vitória/ES (2002 a 2010)

O baixo número de agressões do tipo sexual (somente 10 casos) ocorridas nesses 9 anos se deve ao fato de que muitas vezes a violência sexual não foi caracterizada enquanto tal pelas escrivãs que registraram os BOs. É comum verificar relatos nos quais houve uma violência sexual, mas constar no campo “natureza da ocorrência” como uma violência física ou psicológica. Foi o que aconteceu no boletim de ocorrência de número 467/02, registrado no dia 24/04/2002, em que a vítima de 27 anos, natural de Minas Gerais, negra, casada, do lar, moradora do bairro Consolação (Vitória/ES), relatou que foi agredida por seu marido de 30 anos, natural do Espírito Santo, negro, casado, pintor, que morava junto com a vítima. Ela narrou que seu relacionamento com o marido estava desgastado. Na data da agressão eles chegaram em casa depois de uma festa e o autor tentou ter relações sexuais com ela. Diante de sua negação, ele rasgou a calcinha dela e tentou a violar com o dedo. Ela conseguiu fugir.

Nesse caso, consta na “natureza da ocorrência” como lesão corporal. É evidente que houve a violência sexual perpetrada pelo próprio marido, mas tal informação foi negligenciada pela DEAM/Vitória. Além disso, vale considerar que a própria vítima muitas vezes tem resistência em denunciar a violência sexual, devido à dificuldade em se comprovar o abuso, de forma que “[...] apresentar queixa é muito dissuasivo, mesmo porque pressupõe revelar o que há de mais secreto nas mulheres, sua intimidade sexual” (MATOS; SOIHET, 2003, p. 18). Daí a quantidade ínfima de denúncias sobre a violência sexual – somente 10 em um total de 7.974, isto é, 0,1%.

Quanto ao fato de que a maior parte das denúncias foi de caráter psicológico (50,3%), deve-se considerar que a violência contra as mulheres não é um fenômeno isolado e sem repetições, é, em verdade, contínuo e cíclico, podendo-se falar em

etapas distintas no ciclo da violência (ALVES; DINIZ, 2005, p. 388). Em um primeiro momento é construída a tensão entre o casal, manifestando-se, nesta primeira fase, mais como psicológica e patrimonial, com ameaças, crise de ciúmes, agressões verbais e destruição de objetos. Nessa etapa a mulher acredita que pode controlar a situação, todavia, há um aumento da tensão, de maneira que a violência se torna mais grave, passando para seu aspecto físico, com chutes, empurrões, tapas, murros, queimaduras, cárcere privado, entre outros. Apesar de a maioria dos casos de violência registrada na DEAM/Vitória ser de ordem psicológica, é grande a possibilidade da agressão se transformar em violência física em um momento posterior.

Outro dado que consta nos BOs diz respeito à naturalidade da vítima e do agressor. Há uma enorme diversidade de cidades de procedência dos envolvidos na violência e em alguns casos é mencionado somente o estado onde eles nasceram. Agruparam-se então, as cidades de origem tanto da vítima quanto do autor da agressão entre aquelas pertencentes à região da Grande Vitória, as que são de outros estados do Brasil – abrangendo os campos em que não consta a cidade, mas somente o estado –, aquelas em que somente é mencionado que são no Espírito Santo, as que são do interior do Espírito Santo ou aquelas cidades situadas em outro país, além de contabilizarmos os BOs onde não consta essa informação, que se caracterizou como “não diz”.

100

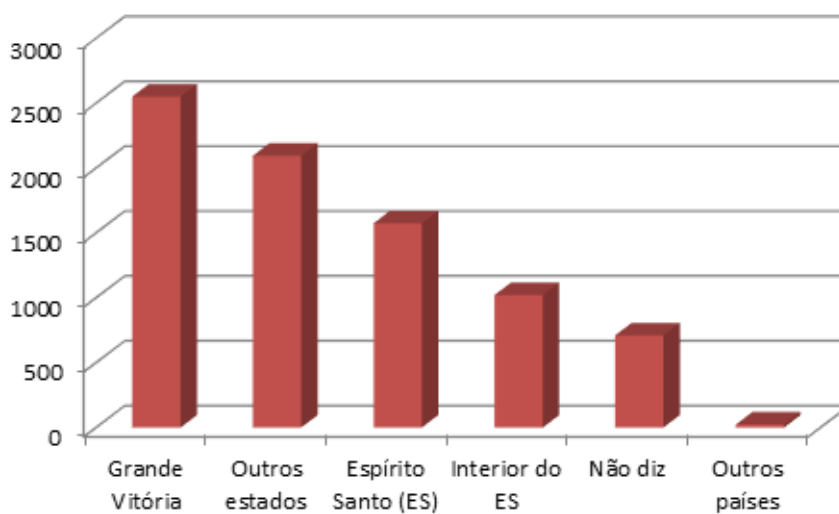
De um total de 7.974 denúncias, a maioria das mulheres nasceu na Região Metropolitana de Vitória (3.165 BOs), seguidas por aquelas que vieram de outros estados (2.054 BOs), em que se destaca o estado de Minas Gerais, além de em muitas ocorrências constarem que as vítimas nasceram no Espírito Santo (1.210 BOs) ou no interior do estado (1.425 BOs). Em 111 boletins de ocorrência não contém a informação sobre a naturalidade das vítimas e, em apenas 9 boletins as noticiantes são de outro país.

Quanto aos autores da agressão, 2.550 nasceram na Região Metropolitana de Vitória, 2.095 são naturais de outros estados, 1.574 vieram do Espírito Santo, sem haver uma precisão da cidade, 1.021 nasceram no interior do estado, 24 vieram de outros países e, em 710 casos não contém essa informação. Nota-se que há mais estrangeiros agressores do que vítimas e que é maior o número de desconhecimento da naturalidade entre os agressores. Entende-se que isso ocorre pelo fato de ter sido a vítima – na grande maioria dos casos – quem forneceu as informações registradas nos boletins. Os gráficos abaixo demonstram a naturalidade das mulheres vítimas de violência, assim como dos agressores, cujas denúncias foram registradas na DEAM/Vitória do ano de 2002 ao ano de 2010.

Gráfico 2 - Naturalidade das mulheres vítimas de violência (DEAM/Vitória-ES - 2002 a 2010)



Gráfico 3 - Naturalidade dos autores da violência (DEAM/Vitória-ES - 2002 a 2010)



No que tange à raça das mulheres vítimas de violência e dos autores agressores, os BOs apresentam dados relevantes. O campo dos boletins de ocorrência concernentes a essa informação se refere à "cor" para tratar da raça dos envolvidos nas agressões, separando-se cores parda, branca ou negra, cujas categorizações foram feitas pelas vítimas.

Gráfico 4 - Cor das mulheres vítimas de violência (DEAM/Vitória-ES - 2002 a 2010)

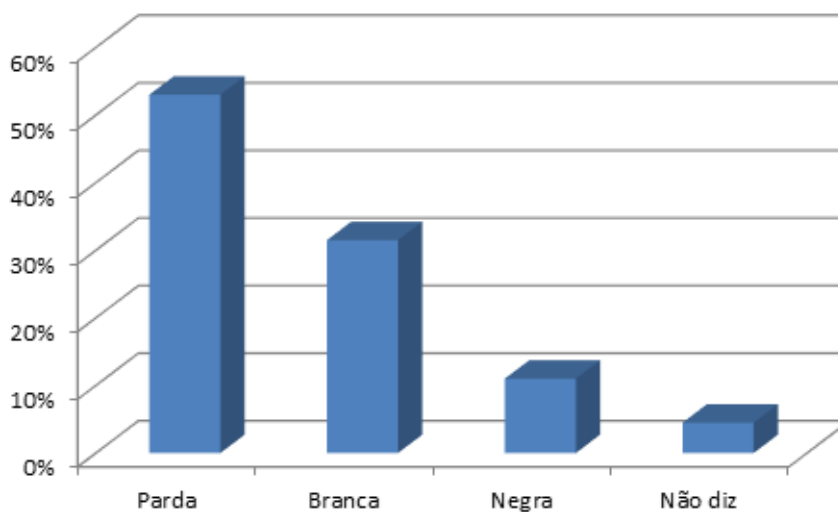
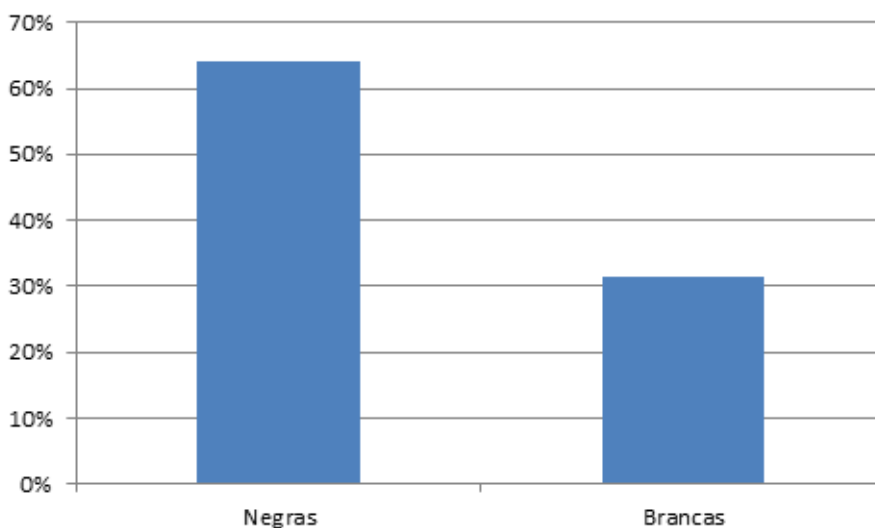


Gráfico 5 - Raça das mulheres vítimas de violência (DEAM/Vitória-ES - 2002 a 2010)



102

A maior parte das mulheres se autodeclarou como parda (53% - 4.224 BOs), seguida por aquelas que se consideravam brancas (31,5% - 2.514 BOs), as negras (11% - 885 BOs) e em 351 BOs (4,5%) não consta essa informação. Conforme o Dossiê Mulheres Negras (MARCONDES *et al.*, 2013) a população negra abrange os pretos e pardos. A DEAM/Vitória, contudo, cometeu um equívoco nesse sentido. Se a classificação era por cores, deveriam constar as cores parda, branca e preta. Quando se fala em negro, está-se referindo aos pardos e pretos. Não obstante esse engano cometido pela DEAM/Vitória, somando as mulheres que se autodeclararam pardas e as mulheres que se consideraram negras, 64% (5.109 BOs) das mulheres vítimas de violência entre 2002 e 2010 eram negras.

É evidente que se aborda somente os casos em que as vítimas fizeram a denúncia da violência que vivenciaram. Cotidianamente há situações de violência contra as mulheres perpetradas por seus companheiros ou ex-companheiros, mas que acabam não sendo denunciadas devido à dificuldade da vítima em reconhecer que foi agredida, ou ainda, como afirma Heleieth Saffioti (2002, p. 6), “[...] muitas vítimas de violência doméstica negam as ocorrências, já que sentem vergonha de relatá-las”. Além da vergonha que as vítimas sentem em fazer a denúncia, elas amiúde sentem medo da reação dos companheiros ou ex-companheiros ao tomarem conhecimento do boletim de ocorrência, ou mesmo temem pelas consequências legais e sociais da denúncia.

Um exemplo do medo que acomete muitas vítimas em fazer a denúncia está no BO de número 19/05, registrado no dia 05/01/2005. A vítima de 28 anos, natural de Afonso Cláudio (ES), solteira, doméstica, moradora do bairro Tabuazeiro (Vitória/ES), relatou o medo que sentia em denunciar as agressões perpetradas pelo seu amásio de 58 anos, natural de Cachoeiro de Itapemirim (ES), branco, solteiro, pedreiro, que morava junto com a vítima. Ela contou que convivia com o autor há 14 anos, com quem tem 2 filhos, e sempre viveu uma relação de violências constantes por parte dele, mas nunca teve coragem de denunciar, pois ele a ameaçava caso ela fizesse a denúncia. A vítima viveu durante 14 anos uma relação violenta sem fazer qualquer denúncia e sofreu agressões, mas se silenciou por medo e vergonha de conviver com o seu agressor.

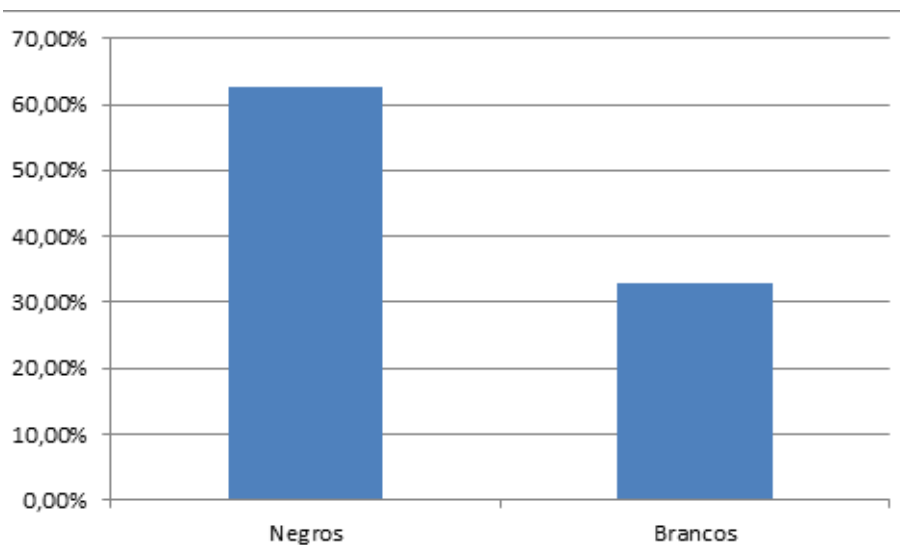
Além disso, há uma percepção um tanto subjetiva por parte das mulheres do que seria um caso de violência contra a mulher passível de ser denunciada. Para Heleieth Saffioti (2011), principalmente quando se trata de violência doméstica ou familiar, os limites entre a quebra de integridades físicas, psicológicas, patrimoniais ou sexuais, e a ideia de ter que suportar a agressão, são demasiado tênues. A mulher pode considerar determinada agressão como uma quebra de sua integridade, ou entender como fazendo parte de seu destino de gênero, como uma obrigação de suportar a violência, seja ela perpetuada por seu pai ou por seu marido.

Nessa perspectiva, muitas mulheres sofrem cotidianamente a violência, mas acabam não denunciando. Isso poderia ser uma das explicações para o baixo número de mulheres brancas que denunciaram a violência. Elas podem não terem tido coragem para tanto ou mesmo não terem percebido que foram agredidas. Mas o mesmo se aplica às mulheres negras, pois para ambas, muitas vezes a percepção da violência é bastante difícil, assim como a coragem em denunciar. O fato é que muito mais mulheres negras denunciaram e relataram as agressões sofridas.

Quanto aos agressores, constam nos boletins que 46, 6% (3. 722 BOs) são pardos, 33% (2. 634 BOs) são brancos, 16% (1. 290 BOs) são negros e, em 4, 2% (328

BOs) não há essa informação. Somando os negros e os pardos, 62,6% (5.012 BOs) dos agressores são negros, enquanto os brancos são 33%.

Gráfico 6 - Raça dos autores da violência de gênero (DEAM/Vitória-ES - 2002 a 2010)



Há um número menor de agressores negros (62,6%) do que de vítimas negras (64%), enquanto é maior a quantidade de agressores brancos (33%) do que de vítimas brancas (31,5%). Isso significa que além da desigualdade de gênero presentes nesses casos de crimes cometidos contra as mulheres, é perceptível também a desigualdade de raça, tanto no interior da relação afetiva quanto na maior quantidade de negros entre os envolvidos na situação de violência de gênero. Os dados demonstram que houve casos nos quais os companheiros ou ex-companheiros eram brancos e as vítimas negras, o que implica em assimetrias de gênero e de raça, aumentando o contraste de poder entre ambos. Mas há que se considerar também, que apesar das discrepâncias na quantidade de mulheres negras agredidas e homens negros agressores, entre as duas categorias sociais é significativo que a maior parte – acima dos 60% – sejam negros.

O Dossiê Mulheres Negras se utiliza da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD) para demonstrar as disparidades de gênero e raça ainda bastante presentes no Brasil no final da década de 2010 (MARCONDES *et al.*, 2013). Tendo como base o Programa Brasil sem Miséria para definir a situação de pobreza da população, o Dossiê evidencia que os negros, mulheres e homens, estão entre os mais pobres do país. Contudo, mesmo dentre a população negra, são as mulheres as maiores vítimas da pobreza e da miséria. A proporção se inverte na medida em que aumenta a renda dos negros e brancos, com os primeiros se tornando minoria e os segundos a maioria

da população do Brasil. Enquanto as mulheres negras estão na base da pirâmide social e econômica, os homens brancos estão no topo da hierarquia, podendo-se falar em feminização e negritude da pobreza.

Isso posto, trata-se aqui da violência de gênero que foi denunciada e perpetrada no interior de grupo social vulnerável em todos os sentidos, não somente em termos de renda, como também de acesso às condições básicas de existência, como saúde, educação, moradia e cultura, além da desigualdade de gênero e racial persistente na nossa cultura que implica em representações e símbolos da negritude, principalmente feminina, extremamente desvalorizados.

A escolaridade das mulheres vítimas de violência e dos homens agressores também diz muito sobre a condição de vida e a situação sociocultural dos envolvidos nas agressões de gênero registradas na DEAM/Vitória. É grande o número de BOs que não constam a informação da escolaridade, tanto da vítima quanto do agressor, representando mais de 60% dos casos. Não obstante, pode-se depreender da tabela, que as mulheres vítimas de violência são mais escolarizadas que seus algozes, com 9,1% de mulheres cursando ou com o ensino superior concluído, enquanto os autores estão com a taxa de 5,5%. Já com analfabetismo e primeiro grau completo e incompleto, os agressores são maioria, com 15,3%, e as mulheres contam com a taxa de 14%. Portanto, a maior escolaridade feminina em detrimento da masculina não impede a violência de gênero, ao contrário, parece ser o caso mais comum. As tabelas a seguir demonstram as escolaridades das vítimas e dos autores da violência.

105

Tabela 1 - Escolaridade das mulheres vítimas de violência (DEAM/Vitória/ES - 2002 a 2010)

Escolaridade da vítima	BOs
Não diz	4.850
Analfabeta	52
1º grau incompleto	800
1º grau completo	268
2º grau incompleto	387
2º grau completo	830
Superior incompleto	208
Superior completo	518
Pós-graduanda	43
Pós-graduada	18
Total	7.974

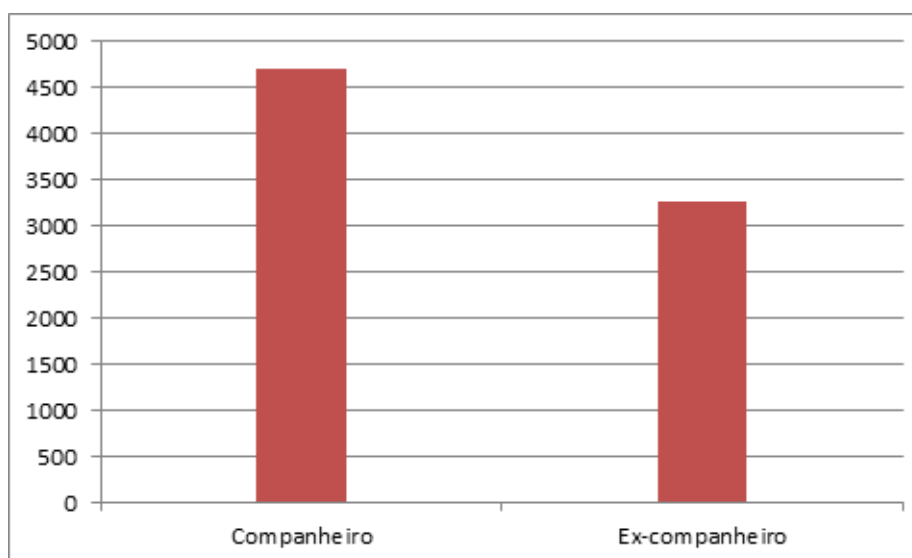
Tabela 2 - Escolaridade dos autores da violência de gênero (DEAM/Vitória/ES - 2002 a 2010)

Escolaridade do autor	BOs
Não diz	5.251
Analfabeto	53
1º grau incompleto	877
1º grau completo	289
2º grau incompleto	268
2º grau completo	764
Superior incompleto	106
Superior completo	337
Pós-graduando	19
Pós-graduado	10
Total	7.974

Outro aspecto que merece atenção de ser relatado na pesquisa acerca da violência de gênero reproduzida por aqueles que mantinham ou já mantiveram algum tipo de relação afetiva com a vítima no momento da agressão, é justamente a proporção de agressores que eram companheiros das mulheres agredidas quando cometeram o ato violento, e dos que já não eram mais companheiros, em que o vínculo afetivo estava desfeito no momento da agressão. O gráfico abaixo demonstra a proporção.

106

Gráfico 7 - Grau de parentesco entre as vítimas e os autores da violência de gênero (DEAM/Vitória/ES - 2002 a 2010)



É significativa a quantidade de agressores que já não tinham qualquer tipo de relação afetiva com a vítima (41%, 3.264 BOs) em comparação às agressões perpetradas pelos companheiros das vítimas (59%, 4.710 BOs). Quase metade dos autores da violência não eram mais maridos, companheiros ou namorados das vítimas, mas continuavam perseguindo-as e vigiando suas condutas morais e sexuais. Muitas vezes, os ex-companheiros agressores tinham filhos(as) com a vítima, o que implicava em relações de cobrança moral e financeira constantes, tanto da vítima para com o agressor, quanto do agressor para com a vítima, o que acabava em violências por parte do homem.

Esse parece ter sido o caso do boletim de ocorrência de número 210/03, registrado no dia 11/02/2003, em que a vítima de 34 anos, natural da Bahia, parda, casada, representante comercial, moradora do bairro Maruípe (Vitória/ES), relatou a agressão por parte de seu ex-marido de 33 anos, natural de Minas Gerais, pardo, casado, garçom, morador do bairro Central de Carapina (Serra/ES). Segundo sua declaração, na data do fato o autor foi até a sua casa perguntar por que ela não mandou os filhos do casal para passar o final de semana com ele. Ela respondeu que não faria isso até ele pagar a pensão atrasada. Ele então começou uma discussão, ameaçou enforcá-la e, quando estava indo embora, disse que se ela não mandasse as crianças na próxima semana, iria mandar matá-la.

No boletim de ocorrência de número 07/04, registrado no dia 01/05/2004, a vítima de 29 anos, natural de Minas Gerais, branca, separada, doméstica, moradora do bairro São Pedro (Vitória/ES), denunciou as constantes violências sofridas por parte de seu ex-marido, branco, separado, agricultor, morador da cidade de Brejetuba (ES). A noticiante relatou que está separada do autor há 8 anos e que a filha do casal havia ficado com ele. Em todas as visitas que a vítima fazia à filha, o autor ameaçava-a de morte e de espancamento.

É também bastante comum nas ocorrências da DEAM/Vitória que não haja nenhuma prole envolvida na relação da vítima e do agressor, mas o ex-companheiro continuava vigiando a conduta moral e sexual da ex-companheira, não raro tentando reatar a relação de ambos, mesmo que já estivesse com outra companheira.

O boletim de ocorrência de número 48/07, registrado no dia 15/01/2007 demonstra bem essa relação de posse do homem com a ex-companheira. A vítima de 21 anos, natural do Rio de Janeiro, parda, separada, vendedora, moradora do bairro Santo Antônio (Vitória/ES), declarou que sofreu agressões e ameaças por parte de seu ex-amásio de 26 anos, natural de Vila Velha (ES), pardo, motorista, residente do bairro Jardim Tropical (Serra/ES). Segundo o relato, eles conviveram por 2 anos e meio. Ela rompeu a relação devido às agressões do ex-companheiro, mas o agressor não aceitou

o término, perseguindo e controlando os passos da vítima, situação que piorou após ela ter iniciado um novo namoro. O autor fez inúmeras ameaças de morte e à vítima.

O mesmo sentimento de posse por parte de um ex-companheiro levou a outra denúncia. No BO de número 1019/06, registrado no dia 18/10/2006, a vítima de 28 anos, natural do Espírito Santo, negra, solteira, doméstica, moradora do bairro Jaburu (Vitória/ES), denunciou seu ex-amásio de 31 anos, natural da Bahia, branco, ajudante de obra, morador do bairro Jabour (Vitória/ES). Ela relatou que se separou do autor, mas ele não a deixa em paz. Quando bebe fica louco e a ameaça de morte caso ela não reate a relação com ele, além de quebrar utensílios domésticos.

É significativa a quantidade de agressores que já não tinham uma relação afetiva com as vítimas, mas continuavam perseguindo-as e tentando a todo custo reatar a relação ou simplesmente impedi-las de viver outras. Importou neste artigo fazer um panorama geral dos agentes sociais em que pesa a relação afetiva, envolvidos na dinâmica da violência de gênero que foram denunciadas na DEAM/Vitória no período de 2002 a 2010. Para tanto, abordou-se o histórico da criação das DEAMs no Brasil, assim como dos conceitos que passaram a ser analisados e discutidos nos movimentos feministas e no âmbito acadêmico, dando suporte à compreensão dos mecanismos de poder envolvidos nas relações afetivas.

108

O conceito de patriarcado, forjado no interior dos movimentos feministas, demonstra qual é o pano de fundo, de caráter social e cultural, que permeia a violência de gênero e legitima sua continuidade. Os números evidenciados a partir das denúncias registradas na DEAM/Vitória (2002 a 2010) contra companheiros ou ex-companheiros, acerca da raça, da escolaridade, da naturalidade e do tipo de agressão sofrida pelas vítimas, permite ter uma ideia do grupo social envolvido nas dinâmicas de violência, assim como da gravidade dessa problemática em Vitória (ES). Os dados demonstram que as agressões ocorrem no interior de relações afetivas permeadas por disputas de poder, marcadas por seu turno, por uma hierarquia e desigualdade simbólica e comportamental de gênero. A sociedade patriarcal que persiste no novo milênio no Brasil, se pauta justamente na desigualdade de gênero em termos de poder, de dominação e de condutas morais e sexuais, legitimando a reprodução da violência contra a mulher.

Todos os dados aqui apresentados são elucidativos do quanto os sujeitos sociais, particularmente os homens agressores, se apegam às identidades de gênero, construídas simbolicamente por meio do sistema patriarcal. A questão da violência sexual, que tem como pressuposto a submissão e a obediência feminina aos prazeres do "cônjuge", assim como o sentimento de posse por parte dos companheiros e, inclusive, de ex-companheiros, com relação às mulheres, são alguns dos casos mais dramáticos do apego de muitos agressores ao modelo de identidade masculina historicamente construído.

É uma identidade agressiva por excelência, apática, competitiva, com sede de poder e de domínio. É evidente que há uma articulação entre as subjetividades do sujeito e as posições-de-sujeito que os discursos e práticas de uma sociedade de dominação masculina exigem que o homem assuma. Mas é necessário pensar em como desconstruir essa identidade masculina pautada em tamanho descaso, tamanha violência, que mata e agride não somente as mulheres, como também os próprios homens.

Referências

- AGENDE. Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento. **10 anos da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher:** Convenção Belém do Pará. 3. ed. Brasília: Agende, 2005.
- ALVES, S. L. B.; DINIZ, N. M. F. "Eu digo não, ela diz sim": a violência conjugal no discurso masculino. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 58, n. 4, p. 387-392, jul.-ago. 2005.
- AZEVEDO, M. A. **Mulheres espancadas:** a violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985.
- BOSELLI, G. C. **Instituições, gênero e violência:** um estudo da Delegacia da Mulher e do Juizado Criminal. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRUSCHINI, C. Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher (1975-1985). In: CARVALHO, N. V. (Org.). **A condição feminina.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- COSTA, J. Apoio às vítimas: SOS-Mulher e Delegacias. In: COSTA, A. O; BRUSCHINI, C. (Org.). **Entre a virtude e o pecado.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- DELPHY, C. Le patriarcat, le féminisme et leurs intellectuelles. **Nouvelles Questions Féministes**, n. 2, p. 58-74, out. 1981.
- MARCONDES, M. M. et al. (Org.). **Dossiê mulheres negras:** retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.
- MATOS, M. I; BORELLI, A. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, C. B; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2012.
- MATOS, M. I; SOIHET, R. **O corpo feminino em debate.** São Paulo: Ed. da UNESP, 2003.
- NADER, M. B. **Paradoxos do Progresso:** a dialética da relação mulher, casamento e trabalho. Vitória: Edufes, 2008.

- _____. Mapeamento e perfil sócio-demográfico dos agressores e das mulheres que procuram a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher Vitória (ES). 2003-2005. **Fazendo Gênero**, Florianópolis, p. 1-8, ago. 2010.
- NOLASCO, S. **O mito da masculinidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- PEDRO, J. M. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, C. B; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.
- PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- _____. Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade. In: CORRÊA, M. Gênero e cidadania. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 1, p. 59-70, 2002.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul.-dez., 1995.
- VITÓRIA, M. B. R. **Violência doméstica: a realidade das mulheres que denunciam**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

A OUTRA FLORBELA ESPANCA*

Renata Oliveira Bomfim

Resumo: Durante muito tempo a crítica biográfica esboçou um retrato acabado de Florbela Espanca (1894-1930), tornando-a conhecida como a poetisa da dor, da saudade e da melancolia. Entretanto, novos olhares estão sendo lançados sobre a obra da escritora portuguesa, revelando que ao invés da malograda poetisa, estamos diante de uma personalidade poética atuante, extemporânea, e desafiadora do ideário feminino de sua época, uma *persona dramatis* que nesse artigo chameide “Outra”, aludindo à mulher como alteridade. Apresentamos nesse estudo, aspectos da vida e da obra da poetisa alentejana, destacando o contexto social e cultural no qual ela viveu e produziu, bem como, salientamos a importância do movimento feminista para as escritoras do final do século XIX e início do século XX. Esses apontamentos são resultado das pesquisas que culminaram na tese de doutorado “A flor e o Cisne: diálogos poéticos entre Florbela Espanca e Rubén Darío”, de nossa autoria.

Palavras-chave: Florbela Espanca; Poesia; Feminismo.

Abstract: For a long time, the biographical critics outlined a finished portrait of FlorbelaEspanca as a poetess of grief, yearning and melancholy. However, now the works of the Portuguese writer is being observed from new points of view, revealing that instead of a frustrated poetess we stand before an active, extemporary poetic personality, who challenges the feminine system of ideas of her epoch, a *persona dramatis* whom, in this article, I called The Other, alluding to a woman as the otherness. In this study we present, aspects of life and work of the poetess from the Alentejo, pointing out the social and cultural context in which she lived and produced, as well as we highlight the importance of the feminist movement of the end of 19th and the beginning of the 20th century for women writers. These writings result from the research that culminated in our PhD thesis “The Flower and the Swan: poetic dialogues between FlorbelaEspanca and Rubén Darío” of our own.

Keywords: Florbela Espanca; Poetry; Feminism.

111

* Artigo submetido à avaliação em 1 de outubro de 2015 e aprovado para publicação em 7 de novembro de 2015.



Florbela Espanca (1894-1930)

112 Pesquisas que culminaram na tese de doutorado “A flor e o cisne: diálogos poéticos entre Florbela Espanca e Rubén Darío”, permitiram que pudéssemos visualizar uma imagem mais nítida da poetisa portuguesa Florbela Espanca (1894-1930), para além da conhecida poetisa da dor, da saudade e da melancolia; da “malograda poetisa” descrita por José Agostinho em 1931.

Deparamo-nos com uma mulher estrategista e diplomática, grávida, destemida, desafiadora, irônica e brincalhona, peregrina e em trânsito, uma Florbela “espantosa e quase inverossímil” (DAL FARRA *apud* VILELA, 2012, p. 132). Em 1979, a escritora e biógrafa de Florbela, Agustina Bessa-Luís (1979, p. 38), declarou que, para ela, o melhor “retrato” da poetisa foi feito por uma mulher que em uma tarde a viu numa ocasião: “Era alta, estava vestida de branco, e um lenço vermelho caia-lhe do bolso sobre o peito. Havia um enxame de homens em volta dela, e eu pensei que ela correspondia à ideia que se faz de uma poetisa”. Florbela foi uma mulher extemporânea e se a sua imagem ia ao encontro do que se pensava acerca de uma poetisa, certamente, essa era diametralmente oposta ao ideário feminino de sua época.

Para a pesquisadora Ana Luisa Vilela (2012, p. 9), Florbela Espanca é uma “personalidade que, fundamentalmente, nos deslumbra e desconforta, nos intriga e nos comove”, e que é, também, um desafio para a crítica, na medida em que, “controvertidamente, seu contributo tornou-a um marco referencial da poesia portuguesa do século XX”.

Ao ingressamos na aventura de conhecer um pouco mais sobre a mulher por trás do mito, observando como, equivocadamente, durante muito tempo, o amálgama vida e obra marcou a leitura de sua obra e a história da sua recepção, nos acercamos da teoria da Estética da Recepção. Foi na década de 1970 que Hans Robert Jauss (1994) criticou a objetividade e pouca abertura em relação a fatores externos dos métodos praticados nas análises dos textos literários, que não reconhecia a importância do leitor

no processo da leitura e entendimento da obra, além de negligenciar a historicidade do texto. Citamos Jauss para destacar que a obra poética de Florbela foi recebida de maneira diferente em diversos momentos da história, como mostra o horizonte de expectativas do público, desde seus primeiros escritos, até os dias de hoje. Primeiramente, ela conheceu o silêncio e, posteriormente, o furor da crítica patriarcal e falocêntrica de sua época e, após a sua morte por suicídio, a poetisa foi desclassificada pela igreja católica, que desaconselhou a leitura dos seus poemas, como sendo um péssimo exemplo, de uma pessoa moralmente perniciosa. Ana de Castro Osório afirmou que Florbela Espanca não abriu para si “nenhum horizonte profissional” a não ser o de “literata”, e esse atributo era “o mais desagradável que podia ser dito de uma senhora, que era vista com um livro na mão” (ESPANCA, 1995, p. 16).

Na contramão do *status quo*, Florbela trouxe incômodos à sociedade moralista de sua época. Foi por meio do soneto, modelo clássico de expressão lírica preferida pelas poetisas da época, chamadas pela crítica masculina intolerante e misógina de “poetisas-de-salão”, que Florbela ousou enunciar um discurso prenhe de erotismo. Antônio Ferro (1931), no artigo que deu visibilidade nacional a Florbela, escreveu que a poeta figurava em seu fichero como sendo “uma das poetisas da colméia”, mais uma das “cigarras do [...] lirismo inofensivo” de “palcos” e de “salas”; mas, depois de ler seus sonetos mais atentamente, percebeu que era “uma poetisa autêntica”. José Agostinho (1931) escreveu: “Se D. Florbela nos tivesse mandado seus livros, teríamos agora pungentíssimos remorsos”, pois, “a injustiça do nosso silêncio teria sido flagrante e abominável”; mas não lhos mandou.

A escritora Agustina Bessa-Luís escreveu a biografia romanceada de Florbela em 1979. Nela, observamos que José da Rocha Espanca, padre de Vila Viçosa, em 1892, escreveu o *Compêndio de notícias de Vila Viçosa*. O religioso detalhou aspectos do território alentejano, defendendo que “os celtas foram os primeiros habitantes do Alentejo” e que os “Belos” foram “os tais Celtibeiros com cheiro fenício” (BESSA-LUÍS, 1979, p. 10). Daí que o padre Antônio Joaquim da Rocha Espanca tenha batizado a filha adúltera de João Maria Espanca como Flor-Bela. Bessa-Luís (1979, p. 7) associando o universo da poeta alentejana ao do bardo-celta, situado entre dois mundos, oscilando entre a morte e o renascimento, “ligado à função sacerdotal” e a manifestação da poesia lírica ou histórica. A avó paterna de Florbela, Joana Fortunata Pires Garção, serviu no convento de Santa Cruz de Vila Viçosa até se casar com José Maria Espanca. O casal teve dois filhos, José de Jesus da Rocha Espanca e João Maria Espanca, futuro pai de Florbela.

Os Espanca tinham pendências para as artes. João Maria Espanca, além de grande boêmio, era artista e tinha um espírito aventureiro. Ele aprendeu o ofício de sapateiro com seu pai, mas acabou se tornando dono de um antiquário e viajava de localidade

em localidade comprando utensílios para serem revendidos. João Maria conheceu a Espanha, andou pelo Marrocos, pela França e, numa dessas viagens, adquiriu um Vitascópio de Édson, máquina que projetava imagens em movimento. Passou então a trabalhar exibindo filmes nas casas das famílias que o contratavam tanto em Lisboa, quanto em outras regiões. Além de ter trabalhado com cinematografia, sendo um dos pioneiros dessa arte em Portugal, o pai de Florbela teve um estúdio fotográfico em Vila Viçosa (Photographia Moderna). A existência do estúdio facilitou um acompanhamento do crescimento de Florbela, e temos imagens de sua infância, adolescência e algumas que mostram a poeta na idade adulta.

Florbela Espanca nasceu no dia 8 de dezembro de 1894, um dos dias mais importantes do calendário português: dia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, padroeira de Portugal. Foi na igreja de Nossa Senhora da Imaculada Conceição que foi batizada pelo padre primo de seu pai. Embora Florbela tenha nascido sob a égide da santa da “imaculada conceição”, levando em consideração o modelo moral aceitável estabelecido pela igreja católica na época, a sua história familiar e pessoal se apresenta como um desvio desse modelo: Florbela é fruto de uma relação extraconjugal. A esposa de João Maria Espanca, Mariana do Carmo Inglesa, mais velha que João Maria e com um dote significativo, não podia ter filhos; assim, consentiu que o marido se unisse a Antônia da Conceição Lobo. A mãe biológica de Florbela era de origem muito humilde e foi criada em situação de quase miséria por uma senhora que atendia pelo sobrenome Lobo. Como destacou Concepción Delgado Corral (2005), “foi com dotes de Don Juan” que João Maria Espanca raptou Antônia Lobo, levou-a para o seu estabelecimento e depois a instalou em uma casa fora do centro da cidade. Mariana Toscano do Carmo, chamada de “Inglesa” porque vinha de uma família que tinha olhos azuis, consentiu na vida dupla do marido e, após o nascimento de Florbela, tornou-se sua madrinha de batismo. A menina foi batizada como *Florbela D’alma da Conceição Espanca*, filha de Antônia da Conceição Lobo e de “pai incógnito” (ESPANCA, 1999, p. XLV). Antônia da Conceição Lobo gerou também o irmão único de Florbela, Apeles, três anos mais novo, que foi criado junto à irmã por João Maria Espanca e Mariana Inglesa. Em 1908, Antônia faleceu, tinha então vinte e nove anos.

Florbela Espanca relatou ter vivido uma infância feliz e cercada de cuidados e registrou numa carta: “Tive os melhores professores de tudo na capital do Alentejo (que se são melhores não são bons), de bordados, de pintura, de música, de canto” (ESPANCA, 1995, p. 31). Na época, a família tinha uma situação financeira estável e a educação de Florbela ficou a cargo da madrinha e madrastra Mariana Inglesa. Desde muito cedo Florbela mostrou aptidão para a literatura, tanto que, em 1903, aos nove anos, escreveu o seu primeiro poema, intitulado “a vida e a morte”, que ela dedicou ao seu pai:

O que é a vida e a morte
Aquela infernal inimiga
A vida é o sorriso
E a morte da vida a guarida

A morte tem os desgostos
A vida tem os felizes
A cova tem a tristeza
E a vida tem as raízes

A vida e a morte são
O sorriso lisonjeiro
E o amor tem o navio
E o navio o marinheiro
(CORRAL, 2005, p. 231).

Quando completou onze anos, Florbela já escrevia em francês, embora os textos apresentassem erros ortográficos. Foi entre julho e setembro de 1907 que fez experiências com a prosa e escreveu o conto "Mãe" (CORRAL, 2005, p. 33).

A casa de Florbela Espanca ficava bem próxima à residência de verão da Família real. De acordo com Bessa-Luís, (1979, p. 10), "a euforia castiça" tomava conta do povo quando os reis chegavam, e os acontecimentos relacionados com os membros da monarquia eram acompanhados de perto pelos Espanca, em função do interesse de João Maria pela política. A corte dos Bragança era "pobre, sentimental, velhaca, dorida de intrigas domésticas", e "suas banalidades fecundavam as demagogias das praças públicas", e, como destacou Bessa-Luís (1979, p. 11), Florbela ouvia os passos dos oficiais na "galanteria das caçadas reais", mas "Vila Viçosa decepcionava-a".

115

Em 1908, a família de Florbela mudou-se para Évora, para que esta pudesse continuar os estudos no Liceu de André Gouveia. Apenas Florbela e outra menina frequentavam o Liceu. Florbela estudou até 1913, quando largou os estudos para se casar, deixando inconclusa a 7ª série. Apenas em 1917, a poeta concluiria o ano de estudo que faltou para que pudesse entrar na sonhada Faculdade de Letras.

Importantes acontecimentos políticos aconteceram nesse período, entre eles destaca-se a morte do Monarca D. Carlos e do príncipe herdeiro, Luis Felipe, ambos assassinados na Praça do Comércio, em Lisboa. Após o regicídio ocupou o trono o segundo filho de D. Carlos e D. Amélia, D. Manuel, que reinou como D. Manuel II, mas a monarquia foi perdendo força. Posteriormente, houve sucessivos governos provisórios em Portugal, até que em 1910 foi instaurada a República (BOURDON, 2010). Dal Farra (ESPANCA, 1994, p. 58) destacou que, se Florbela não teve ocasião de comungar diretamente dos ideais republicanos, ela os incorporou "à influência de João Maria Espanca", seu pai, que era um defensor e militante ferrenho da causa. Dessa forma, a poeta tanto apreciava quanto exaltava tais doutrinas. Convém destacar que, desde

1914, a Liga Republicana de Mulheres Portuguesas e a Associação de Propaganda Feminina haviam sido dissolvidas pela ditadura.

Florbela batizou o seu primo, Túlio Espanca, em 1913, e nesse mesmo ano se casou com Alberto de Jesus Silva Moutinho, amigo de muitos anos do Liceu. Começam as mudanças: Florbela mudou-se para Redondo e o casal passou por graves dificuldades económicas, pois o único rendimento provinha das aulas particulares que ambos ministravam para alunos do colégio. A situação tornou-se insustentável ao ponto de Florbela se ver obrigada a retornar para Évora. O casal então passou a morar com João Maria Espanca e a dar aulas no colégio de Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Florbela voltou novamente para Redondo e foi então que passou a escrever poemas.

Observamos que a poeta passou por muitas dificuldades financeiras. Não é de se estranhar o fato de que a publicação de seus livros tenha ficado ao encargo de seu pai, João Maria Espanca.

Durante muito tempo, a crítica míope acusou Florbela Espanca de ter sido uma poetisa apolítica, bem como de ser superficial e refugiar-se no mundo dos sonhos. Mas Florbela não foi alheia aos acontecimentos de sua época. Em 1915 situação de Portugal era convulsa, foi quando Florbela se declarou anarquista e começou a escrever os poemas que reuniria, em 1917, no caderno *Trocando Olhares*. O manuscrito *Trocando Olhares* foi descrito pela crítica Dal Farra como um “objeto arqueológico” de caráter “híbrido” da poética florbeliana, que faz trânsito entre “a limpidez absoluta” e “um emaranhado quase indecifrável”, ao mesclar a caligrafia esmerada com esboço de poemas rascunhados e cheio de retificações (ESPANCA, 1999, p. 17).

116

O ingresso de Portugal na Primeira Guerra Mundial, em 1916, moveu partidários republicanos e poetas engajados como Raul Proença, interlocutor importante para a poética florbeliana e editor do *Livro de Mágoas*, de Florbela. O *Livro de Mágoas* foi publicado em 1919, com poemas retirados do manuscrito *Trocando Olhares*, em 1923 a poetisa publicou o *Livro de Sórora Saudade* e, em 1931 veio a lume, postumamente, a obra *Charneca em flor*.

Florbela Espanca reflete sobre o fazer poético e sobre as condições às quais esse fazer está sujeito, como, por exemplo, a historicidade da condição da mulher, e este é um posicionamento político que corrobora o nosso posicionamento quanto a poeta ter vivenciado o engajamento via poesia. Foi no influxo de variadas interlocuções e diálogos, a saber, com Madame Carvalho, Júlia Alves, Raul Proença e, mais, com o mercado literário e com o seu tempo, que Florbela atravessou “o limiar entre o privado e público” (ESPANCA, 1999, p. 143).

Deparamo-nos aqui com o aporte bakhtiniano. Mikhail Bakhtin (1895-1975) fez parte da escola formalista, mas divergiu dela ao reivindicar uma abertura sobre

o mundo e sobre o “texto social”, além de propor o dialogismo como condição *sine qua non* do discurso (COMPAGNON, 2001, p. 111). Bakhtin (2003) postulou que a linguagem é um fenômeno que só acontece na relação do sujeito com o outro, também é ela que, no processo de interação social, constitui a consciência do sujeito. Os pensamentos de Bakhtin e de Jauss, referentes à historicidade no âmbito literário, possuem consonâncias. Para Jauss (1994, p. 47-48), a coerência da história geral é homogeneizadora, pois “a historicidade da literatura revela-se, justamente, nos pontos de interseção entre diacronia e sincronia”. O pensador alemão chama a atenção para o fato de a obra de arte não surgir no vazio, e nem por si só. Esse pensamento vai ao encontro de Bakhtin, para quem “a obra de arte é viva e significativa do ponto de vista cognitivo, social, político, econômico e religioso, num mundo também vivo e significativo” (BAKHTIN, 1993, p. 30):

O meio social deu ao homem as palavras e as uniu a determinados significados e apreciações; o mesmo meio social não cessa de determinar e controlar as reações verbalizadas do homem ao longo de toda a sua vida. Por isso todo o verbal no comportamento do homem (assim como os discursos interior e exterior) de maneira nenhuma pode ser creditado a um sujeito singular, tomado isoladamente, pois não pertence a ele, mas sim ao seu grupo social. [...] Nunca chegaremos às raízes verdadeiras e essenciais de uma enunciação singular se a procuramos apenas nos limites de um organismo individual singular, mesmo quando tal enunciação concernir aos aspectos, pelo visto, pessoais e íntimos da vida de um homem (BAKHTIN, 2004, p. 86).

117

A partir do aporte bakhtiniano, observaremos que não foi apenas Florbela que teve dificuldades na enunciação do discurso poético. Constatamos que de todos os lugares destinados pelo sistema patriarcal à mulher, seja de mãe, esposa, amante ou de musa, existe um que só foi possível por apropriação, o de escritora. Quando pesquisávamos na Torre do Tombo, acerca do movimento feminista português do primeiro quartel do século XX, nos deparamos com uma matéria publicada no dia 27-3-1912, no Jornal lisboeta *O Século*, que trazia como título: “Uma mulher de Letras: A CONDESSA DE PARDO BAZÁN”. Essa publicação mostra o empenho das escritoras feministas, e de alguns intelectuais, para que Emilia Pardo Bazán fosse admitida na Academia Espanhola:

Emilia Pardo Bazán é hoje não apenas a primeira figura de escritora de que a Espanha e a península se podem orgulhar, mas também umas das primeiras da Europa, quer no romance, quer na crítica literária. A sua vasta bibliografia encerra verdadeiras obras primas, que lhe grangearam a maior e mais justa reputação. Artista perfeita, prosadora admirável, espírito brilhante e sagaz, d’uma cultura de que o seu sexo nos não dá muitos exemplos, ela conseguiu, mercê dos seus méritos singulares e d’um trabalho que ainda não buscou descanso, impor-se de maneira que, apesar de todos os preconceitos e das relutâncias dos anti-feministas, faz parte do Conselho de Instrução Pública

hespanhol e é presidente da secção de letras no Ateneu de Madrid. Vagando, há pouco, uma cadeira na academia, por morte do grande matemático e sábio poliglota Eduardo Saavedra, produziu-se em Hespanha um entusiástico movimento como o fim de lembrar e até impor o nome ilustre de Pardo Bazán para o preenchimento da referida vaga. A insigne autora de *La madre naturaleza* e de tantas outras maravilhas literárias é galega, motivo porque esse movimento é na Galiza apoiado com um ardor excepcional. Resta ver se a Academia tem a coragem de se honrar com a admissão entre os seus membros de uma senhora que é incontestada na glória [o restante da página estava cortado]" (*O Século*, 27-3-1912).

Assim como a escritora Emilia Pardo Bazán (1851-1921) encontrou dificuldades para alcançar o reconhecimento do seu talento literário, outra escritora galega, Rosalía de Castro (1837-1885), também teve que enfrentar muitos preconceitos até ter reconhecido o seu valor. As vicissitudes da biografia de Rosalía de Castro, assim como as de Florbela Espanca, contribuíram para que em torno da mesma se erijisse uma aura que acabou por mitificá-la. Rosalía e Florbela vivenciaram situações semelhantes, como, por exemplo, foram ambas frutos de relações extraconjugais, o que na época em que viveram era algo que a sociedade tolerava, mas não aceitava. Florbela Espanca cantando a dor, a saudade, a sensualidade, o erotismo, a terra alentejana, o sonho, as vaidades. Rosalía também desenvolveu na sua poesia temas variados, ela cantou a dor, a saudade, a religiosidade, questões existenciais como o questionamento do sentido da vida, a Galiza e trouxe para o primeiro plano os marginalizados (órfãos, mendigos, mães solteiras, os imigrantes galegos). Fiéis às suas verdades interiores, tanto Florbela Espanca, quanto Rosalía de Castro têm destacada, por inúmeros críticos, a coragem, por cantarem temáticas relevantes para a emancipação das mulheres, numa época em que o peso opressivo da cultura patriarcal inviabilizava o discurso feminino. Esses são exemplos da importância do movimento feminista no processo de emancipação feminina.

Vale destacar que as mulheres do século XIX foram potências produtivas domésticas, e as mais pobres, entre outras atividades, produziam artefatos que vendiam nos mercados, eram costureiras e operárias. Já as mulheres burguesas trabalhavam para os seus maridos. Muitas vezes elas exerciam as mesmas funções que os homens, mas não eram remuneradas equitativamente. Michelle Perrot (1988) destaca que o feminismo surgiu como movimento social, e não político, e isso fortaleceu a ideia de que política não era coisa de mulher. Foi a partir de 1848 que o feminismo se desdobrou em variadas direções e despertou uma forte resposta social contrária, tanto que os sindicatos passaram a lutar para que as feministas não tivessem espaço nem remuneração no mercado de trabalho. Nessa época, muitos sindicatos exigiam que fosse extinto o trabalho feminino fora do lar. Não conseguindo impedir a inserção da mulher no mercado de trabalho, o sistema regulamentou a sua atuação. O principal

veículo de difusão dos ideais feministas foi a imprensa. As mulheres liam os jornais diários, se apropriavam dos folhetins e foram, pouco a pouco, conquistando espaço. Florbela publicou em variados jornais e revistas. A poeta publicou, entre os anos de 1916 e 1930, no *Notícias de Évora*, *A Voz Pública*, *O Século da Noite*, no *Diário de Lisboa*, na *Revista Seara Nova*, *Europa*, *Dom Nuno*, *O Primeiro de Janeiro*, *Revista Civilização*, *Diário de Coimbra*, *Portugal Feminino* e no suplemento feminino do jornal *O Século*, *Modas & Bordados*. O jornal *O Século* era esquerdista, e podemos observar a notícia de seu lançamento no dia 28-1-1912, nasceu com o objetivo de instruir donas de casa, mas acabou por tornar-se espaço para as poetisas feministas publicarem seus textos:

De há muito tempo que vínhamos recebendo indicações sobre a falta, em Portugal, de uma publicação que, reunindo a modicidade do preço à perfeição da fatura, permitisse a toda mulher portuguesa, qualquer que fossem os seus meios, seguir a evolução das modas e bem assim a de todos os trabalhos femininos que constituem as melhores prendas de uma boa dona de casa. Sentíamos, nós também, essa falta. É certo que se vendem no nosso país alguns milhares de publicações francesas, inglesas e espanholas, contudo o que se faz lá fora n'essa especialidade [...] Sairá todas as quartas-feiras um suplemento de *Modas e Bordados*, com oito grandes páginas, cheias de figurinos que acompanham, dia a dia, a moda estrangeira, mas, adaptados ao nosso meio; publicará também numerosos desenhos de bordados, letras, rendas, etc. , etc. , que forneçam a todas as senhoras modelos de trabalhos em todos os gêneros; dará explicações detalhadas de todas essas gravuras e desenhos; fornecerá bons conselhos práticos sobre tudo quanto diz respeito à mulher, e, n'uma secção especial, encarregar-se-á de respondera todas as perguntas que lhe sejam enviadas (*O Século*, 1912).

119

Entretanto, no dia 4-2-1912, o jornal *O Século* destacou um detalhe interessante: que o suplemento cuidaria a sério "de todos os assuntos que dizem respeito à educação de uma boa e sensata dona de casa", isto é: "será um jornal, um dos poucos jornais que se pode deixar nas mãos de uma menina, sem que a sua leitura lhe infiltre no espírito más tentações, antes lhe aperfeiçoe o seu natural bom gosto e lhe inspire ideias sãs".

A escrita feminina em Portugal, na época em que Florbela produziu a sua obra, não era tabula *rasa*, ou seja, Florbela Espanca não surgiu no vácuo, como destacou Bakhtin. No início do século XX muitas mulheres passaram a escrever poesia. Esse fenômeno foi descrito como "um surto de poetisas" pela crítica, o que remete o termo "poetisa" para o campo da patologia, relacionando-o com a ideia de doença, epidemia. As poetisas alcançaram grande popularidade, especialmente na década de 1920. Um breve olhar para o cenário da escrita feminina do século XIX mostra que entre os anos de 1849 e 1851, foi publicada a revista *Assembléia Literária*, dirigida por Antônia Gertrudes Pusich, uma das primeiras escritoras que ousou assinar o próprio nome numa publicação, numa época em que as identidades eram resguardadas por meio de pseudônimos. Em 1868, surgiu a revista *A Voz Feminina*, que abriu espaço para as mulheres

que desejassem publicar. Em 1867, Maria Amália Vaz de Carvalho lançou a obra *Uma primavera de mulher*, que suscitou do crítico Ramalho Ortigão este comentário: “o pai e o marido, e não mais Deus, eram os novos tutores e médicos da mulher”, declarou ainda que essas mulheres deveriam se submeter “dócil e amorosamente” a estes nos períodos de sua existência (ALONZO, 1994, p. 22). A tendência à patologização pode ser observada na propaganda das pílulas Pink, uma entre muitas que prometiam força e saúde ao sexo considerado frágil.

Belas Senhoras, cuidado, muito cuidado: Cuidado com a primavera encantadora, sim, mas perigosa! Sois fracas, todos os vossos órgãos são fracos. O vosso sangue está carregado de impurezas, e os vossos rins demasiado fracos não podem eliminar essas impurezas. É mister, porém, que elas saiam. Sairão pela pelle, e o vosso belo rosto não tardará a ser deteriorado, afeiado, por uma quantidade de cousas detestáveis: erupções, fogaçens, borbulhas, grandes furunculoses até. O vosso intestino é fraco. [...] Purificam o sangue, e o pouco sangue que tendes está impuro. Tonificam o sistema nervoso, que tanto tendes fatigado nas festas e prazeres da sociedade, ou nas fainas do trabalho, têm grande necessidade de um tônico. As Pílulas Pink estimularão todos os vossos órgãos. Se não vos tardardes agora já, pagareis bem cara a vossa negligência: tome pois as PILULAS PINK” (O SÉCULO, 1912).

A escritora portuguesa Ana Plácido (1831-1895), amante do escritor Camilo Castelo Branco e, posteriormente sua esposa, escandalizou a sociedade portuguesa chegando a ser presa por adultério. Ana Plácido também utilizava pseudônimos.

120

No século XX surgiram em Portugal O *Grupo Português de Estudos Feministas* (1907), *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*, em 1911, a Associação de Propaganda Feminista, em 1914, e o *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*. Todos esses movimentos foram dissolvidos em 1926 pelo Estado Novo. As mulheres que participaram do *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* se reuniram em torno da revista *Portugal Feminino*, da qual Florbela foi assídua colaboradora durante o último ano de sua vida. O reconhecimento do público não era algo inalcançável. Escritoras como Branca de Gonta Gonçalo (1880-1944), Alice Moderno (1867-1946), Domitila de Carvalho (1871-1966), conciliaram a escrita com atitudes femininas esperadas e aceitáveis, sendo aplaudidas por homens e mulheres. Maria de Carvalho (1889-1973), por exemplo, prefaciou a obra de Gonta Colaço destacando qualidades tradicionalmente femininas como a beleza, a modéstia e o altruísmo, e Virgínia Victorino (1898-1967), autora de *Namorados*, fez tanto sucesso que sua obra foi editada doze vezes. Essa obra de Virgínia Victorino se afasta da produção de Florbela por não abordar temáticas como a sensualidade.

Isabel Freire (2010, p. 53) destaca o fetichismo dos discursos opressores na época do Estado Novo: “as Raparigas que aspirassem a outro destino menos doméstico e menos ‘puro’ colocaria em forte risco a sua virtude”. Publicações católicas como a revista *Stella* traziam o apelo dramático das mães e das educadoras advertindo para

que se tomasse cuidado com as meninas, pois estas corriam perigo no alucinado século (FREIRE, 2010, p. 53). Segundo essa revista: “Não é com matemática e história na cabeça, o nome da fita recente ou do romance em voga que as pobres raparigas vão saber viver”, antes é por meio da educação cristã (FREIRE, 2010, p. 53).

A feminilidade de Florbela Espanca não foi domada, a sua obra se aproxima da de Judite Teixeira (1880-1959), poeta que, na mesma época em que Florbela lançou o *Livro de Sórora Saudade* (1923), publicou a obra *Decadência*, cujos exemplares foram apreendidos sob a acusação de serem imorais, por terem um forte teor sensual e fazerem alusão ao lesbianismo, atração considerada perversa (ALONZO, 1994). Suilei Monteiro Giavara (*apud* VILELA, 2012, p. 190) nos faz saber que Judite Teixeira provavelmente conhecia Florbela, pois dirigia o jornal *Europa* na época em que Florbela publicou o soneto “Charneca em flor”, em junho de 1925.

Florbela Espanca resistiu transgredindo, cantando o corpo, a liberdade, e a carga de sensualidade presente na sua obra poética vinculou-a a uma inextricável associação entre o prazer sexual e o proibido, ou seja, ao pecado. É preciso atentar para o fato de que Florbela viveu em um tempo no qual as mulheres não tinham liberdade sexual, ou seja, não tinham direitos plenos sobre o seu corpo e sobre a sua sexualidade. A liberdade que hoje se materializa no direito ao prazer, que já não é apenas reservado aos homens, era vetada às mulheres consideradas honestas, e o corpo, com suas sensações e demandas, era considerado um tabu. Observemos que, mesmo no século XXI, a sexualidade e o sexo, para a maioria das pessoas, ainda fazia parte da intimidade e continua pertencendo ao campo do privado. O poema “III”, que está reunido na seleção intitulada “He hum não querer mais que bem querer”, mostra de forma explícita os caminhos do desejo e da sedução por onde passa o eu poético florbeliano.

*Frêmito do meu corpo a procurar-te,
Febre das minhas mãos na tua pele
Que cheira a âmbar, a baunilha e a mel,
Doido anseio dos meus braços a abraçar-te,*

*Olhos buscando os teus por toda a parte,
Sede de beijos, amargor de fel,
Estonteante fome, áspera e cruel,
Que nada existe que a mitigue e a farte!
(ESPANCA, 1999, p. 258).*

Florbela integrou esse grupo de poetas que cantou o amor, a dor, a desilusão e que foi alvo de muitas críticas no primeiro quartel do século XX. Um dos muitos críticos, que era contra a inserção da mulher no campo da poesia, e, diga-se de passagem, do discurso, foi Ramalho Ortigão. Desde 1877, na obra *As Farpas*, Ortigão apregoava o quanto a educação das mulheres as desviava de sua missão própria: “preparar o caldo”. Chamamos a atenção

para a forma como, nos poemas recolhidos no jornal esquerdista *O Século*, a atitude era de abnegação das mulheres, de submissão frente ao masculino. Temáticas como o elogio da saudade e de outros temas portugueses, a culinária e a religião eram corriqueiros na imprensa da época. Se a escrita feminina não era vista com bons olhos, como veremos detalhadamente mais adiante, ela era tolerada, desde que não se desviasse do ideário feminino da época. A escrita feminina era considerada a expressão de “mulheres de alma delicada, e com espíritos igualmente delicados” (*O Século*, 1919).

Florbela não escapou a muitas das temáticas comuns à sua época, nem foi poupada de críticas, mas o amor que descreve na sua poesia não é submisso, antes, é um amor ansioso, que deseja um para “além...”, tanto do objeto amoroso, pois seu amor espalha-se para “Este e Aquele, o Outro e a toda gente...”, até alcançar a despersonalização e “Amar! Amar! E não amar ninguém!”, como observamos no poema “Amar”:

Eu quero *amar, amar*, perdidamente!
Amar só por *amar*; Aqui...além...
Mais Este e Aquele, o Outro e a toda gente...
Amar! Amar! E não *amar* ninguém!
(ESPANCA, 1999, p. 232).

122

Como observamos, Florbela Espanca levou uma vida extemporânea. Foi literata, lugar social que na sua época não era bem visto quando ocupado por uma mulher. Dona de uma personalidade autêntica, corajosa, a poeta tinha consciência das dificuldades do campo de trabalho que escolhera. Diferente da maioria das mulheres de sua época, Florbela teve acesso à educação. A poeta cresceu em um ambiente politizado, pois seu pai, João Maria Espanca, era militante republicano atuante. Como vimos, Florbela publicou dois livros em vida, o *Livro de Mágoas* (1919) e o *Livro de Sórora Saudade* (1923). A sua terceira obra, o livro *Charneca em flor* (1931), foi publicado postumamente por Guido Battelli, professor italiano que dava aulas na Universidade de Coimbra. Battelli é um personagem controverso da história editorial florbeliana. Após a morte de Florbela, ele manipulou documentos e inaugurou um movimento de associação entre a vida e a obra de Florbela. Se por um lado essa associação mecanicista fez com que o nome de Florbela ficasse conhecido em todo Portugal, por outro desviou a atenção do público e da crítica da imanência de sua obra. Destacamos que, a partir do pressuposto bakhtiniano, a obra poética de Florbela dialoga com a tradição literária popular e culta e com o seu tempo, com a crítica, com o mercado literário. Rico é, também, o diálogo interno que estabelece em cada um de seus livros, seja com o amado, com a natureza, ou consigo mesma. Tanto Bakhtin quanto Jauss apontaram para a importância da historicidade para o entendimento da obra de um determinado escritor; e foi em consonância com esse pensamento que lançamos o olhar para a escrita realizada por mulheres no final do século XIX e início do século XX, e as suas implicações. Constatamos que Florbela, mesmo

utilizando uma forma poética rígida, o soneto latino, cantou a liberdade e o erotismo, temáticas tabus na sua época. Essa ousadia e insurreição feminina, revelados por essa “Outra” Florbela, a poeta insurreta, vincularam os seus escritos ao campo da alteridade.

Referências

- AGOSTINHO, José. Uma grande poetisa. **O Libertador**, Lisboa, p. 4, 08/02/1931. Compulsão, recolha e digitalização do texto por Maria Lúcia Dal Farra.
- ALONSO, Cláudia Pazos. **Imagens do eu na poesia de Florbela Espanca**. 1994. 275 f. Thesis (PhD) – University of Oxford, Oxford, 1994.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. _____. **Freudismo**: um esboço crítico. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BESSA-LUIS, Agustina. **Florbela Espanca, a vida e a obra**. Lisboa: Arcádia, 1979.
- BOLTON, Lesley. **O livro completo da mitologia clássica**. São Paulo: Madras, 2002.
- COMPAGNON, Antonie. **O Demônio da Teoria**: Literatura e senso comum. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.
- CORRAL, Concepción Delgado. **Florbela Espanca**: asa no ar, erva no chão. Porto: Editora Tartaruga, 2005.
- ESPANCA, Florbela. **Florbela Espanca**. Organizado por Maria Lúcia Dal Farra. Rio de Janeiro: Agir, 1995 (Nossos Clássicos, n. 121). _____. **Florbela Espanca**: Trocando olhares. Estudo introdutório e estabelecimento do texto e notas de Maria Lúcia Dal Farra. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1994. _____. **Poemas Florbela Espanca**. 3. ed. Estudo introdutório, edição e notas de Maria Lúcia Dal Farra. Martins Fontes, 1999.
- FERRO, Antonio. Uma grande poetisa portuguesa. **Diário de Notícias**, Lisboa, p. 1, 24/02/1931. Compulsão, recolha e digitalização do texto por Maria Lúcia Dal Farra.
- FREIRE, Isabel. **Amor e sexo nos tempos de Salazar**. 2.ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.
- JAUSS, Hans Robert. **História da Literatura como provocação à teoria literária**. São Paulo: Ática, 1994.
- JORNAL O SÉCULO**. Compulsão, recolha e digitalização do texto por Renata Oliveira Bomfim, Torre do Tombo, Lisboa, 2003.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- VILELA, Ana Luisa et al. (Org.). Dossiê: Florbela Espanca: o espólio de um mito. **Revista Callipole**, n. 21, v. 1, 2012 (Número especial).

OS COMERCIAIS E A REPRESENTAÇÃO DA MULHER: A EXPLORAÇÃO DO CORPO E DA IMAGEM FEMININA NA MÍDIA*

Fernanda Tais Brignol Guimarães^{*1}

Vinícius Oliveira de Oliveira^{*2}

Resumo: Diante da representação da mulher como objeto, advinda do contexto midiático com certa inclinação ao imaginário masculino, pretendemos, neste artigo, investigar como está constituído e em quais formações discursivas estão inscritos os discursos mobilizados em dois comerciais, um da Ford e outro da Volkswagen, exibidos nos anos de 2000 e 2014, respectivamente. Nossos resultados apontam para o fato de que o discurso que emerge nos diversos contextos sociais sempre está atrelado a diferentes contextos sócio-históricos, o que revela além de sua inscrição no contexto imediato ou de enunciação, uma estreita relação com o contexto amplo que constitui a sua historicidade. Dessa forma, nosso gesto de interpretação revelou, através dos já-ditos e pré-construídos, o não-dito mobilizado nesses discursos, caracterizando duas representações diferentes da mulher, que se relacionam com o contexto de produção e circulação dos comerciais, bem como com seu público-alvo.

Palavras-chave: Comerciais; Representação da mulher; Exploração do corpo e da imagem feminina na mídia.

Abstract: The representation of women as mere objects is something that comes from the male imaginary. In order to explain this chauvinist view, we intend, in this paper, investigate how is constituted and in which discursive formations are inscribed the mobilized discourses in two commercials: one created by Ford and the another one created by Volkswagen. These commercials were exhibited in 2000 and 2014. Our results point to the fact that the discourse that emerges in the different social contexts is always grounded in different socio-historical contexts, and it shows that besides its inscription in the immediate context or in the context of enunciation, This way, our interpretation revealed through "sais" and "not sais" mobilized in theses discourses, characterizing two different representations of women, that are related to the context of production and circulation of commercials, besides this its target public.

Keywords: Commercials; Representation of Women; Exploration of body and the female image in the media.

* Artigo submetido à avaliação em 25 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 1 de outubro de 2015.

^{*1} Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Pampa (2012) e Pós-Graduação pela mesma instituição (2013). Mestre em Letras (Linguística Aplicada), com bolsa CAPES, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas (2015).

^{*2} Possui graduação em Letras – Português e Inglês pelo Centro Universitário Franciscano (2013). Mestre em Letras (Linguística Aplicada) da Universidade Católica de Pelotas (2015). Atualmente, é doutorando em Letras (Linguística Aplicada) e bolsista CAPES pelo mesmo Programa de Pós-Graduação.

Muitos comerciais utilizam a imagem da mulher como uma referência significativa para a atração do seu produto aos consumidores do sexo masculino. Isso já é tão corriqueiro que passa despercebido e parece natural. O corpo da mulher é explorado e comparado ao objeto a ser consumido. Geralmente isso ocorre em comerciais de produtos tidos como “essencialmente masculinos”, que remetem a um imaginário de determinado produto como parte do universo masculino. Um exemplo desse tipo de produto é o carro, objeto de desejo do homem, símbolo de virilidade, muitas vezes, associado ao poder de compra e ao ego.

Ainda nos dias atuais existe grande preconceito em torno da mulher como proprietária de carro, o que faz vir à tona o imaginário de que o carro é um produto “essencialmente masculino”. Quem nunca ouviu a famosa e preconceituosa frase “mulher no volante, perigo constante”? Ou então, “lugar de mulher é na cozinha, pilotando fogão”? Esse tipo de discurso machista reforça a formação imaginária em torno do objeto carro como um produto masculino, que faz parte do universo masculino, reforçando uma visão primitivo-dogmática-patriarcal que designava superioridade do gênero masculino em comparação com o gênero feminino. Essas frases, por sua vez, estão atravessadas por uma ideologia atrelada a significados emergentes do contexto sócio-histórico anterior à emancipação da mulher. Assim, esse tipo de discurso remete ao estereótipo da mulher dona de casa, que ocupa o espaço restrito da casa, isto é, o espaço privado e não o espaço público. Seus afazeres se limitam a cuidar dos filhos, do marido, da casa e demais atividades essencialmente técnicas que visam estabelecer ordem ao lar em que vivem.

O carro tomado como um produto que faz parte do universo masculino está presente no imaginário do homem como uma extensão de seu poder com relação à mulher. Além das famosas frases machistas envolvendo o carro, esse imaginário pode ser constatado também nas sequências discursivas que compõem letras de músicas da atualidade, como por exemplo: Camaro Amarelo “Agora fiquei doce igual caramelo. Tô tirando onda de Camaro Amarelo. Agora você diz: ‘vem cá que eu te quero’ quando eu passo de Camaro Amarelo” e Fiorino “De Land Rover é fácil, é mole, é lindo. Quero ver jogar a gata no fundo da Fiorino”. Essas sequências discursivas mostram o imaginário do objeto carro como um facilitador para a conquista da mulher, o que mobiliza a memória discursiva fazendo vir à tona no interdiscurso expressões do tipo “pegar mulher”, presente nos já-ditos, nos pré-construídos ideologicamente em torno da imagem da “mulher objeto”, do corpo feminino como produto.

Outro exemplo de produto, geralmente, associado ao imaginário da “mulher objeto” é a cerveja, que também está ligada à imagem de um produto que faz parte

do universo do homem, constituindo-se como um produto geralmente consumido pelo público masculino. A expressão “loira gelada” para designar a cerveja reforça o que pode ser constatado em muitos comerciais do produto, em que o corpo da mulher é comparado à garrafa de cerveja e que o consumo do produto remete ao consumo também do corpo feminino.

Nos comerciais desse tipo de produto, associado ao imaginário da “mulher objeto”, geralmente, há um discurso de hierarquização, em que a mulher é vista de forma inferiorizada com relação ao homem, como se não fosse dotada das mesmas capacidades. Sendo apresentada, na maioria das vezes, vestindo pouca roupa e tendo sua imagem associada ao produto, como se fizesse parte da aquisição daquele produto feita pelo homem.

Essa diferença convencionalizada socialmente por aqueles que têm um pensamento machista, hierarquiza o homem, como aquele com poder de compra em busca da satisfação de seus desejos, se torna natural e cria uma imagem da mulher ligada somente a um corpo perfeito, que satisfaça o desejo masculino. Dessa forma, muitas mulheres, mais distantes do imaginário feminista, passam a ter sua auto-estima atingida, recorrendo a procedimentos estéticos, plásticas, dietas, tudo em busca do corpo perfeito.

126 Além disso, alguns desses comerciais, dependendo do teor de seu conteúdo, costumam passar a qualquer hora do dia, sendo assistidos por adultos e crianças. Dessa forma, os adolescentes, que ainda não têm sua opinião formada, passam a ser os principais atingidos pela forma como a mulher é representada na mídia.

Os meninos crescem com a visão de que a mulher é só um corpo bonito, um objeto que serve ao prazer masculino, tornando-se adultos sem o mínimo respeito pela mulher. E as meninas acabam comprando essa versão que a mídia impõe da mulher perfeita, objeto de desejo sexual, e acabam prejudicando a própria saúde em busca de uma imagem perfeita.

A mídia, que é um meio de informação de massa, que atingi um público diversificado (ORLANDI, 2012a), deve ser feita com responsabilidade. A mídia sem responsabilidade social pode, inclusive, contribuir para a violência doméstica, aumento da prostituição e, até mesmo, tráfico de mulheres. Diante da necessidade de coibir esse tipo de representação da mulher na mídia, como objeto sexual, de forma a contribuir para que essa hierarquização entre os gêneros se desfaça. E, dessa forma, exigir responsabilidade social de um meio de informação de massa, como é a televisão, justifica-se o presente artigo.

Tendo como objeto de análise dois comerciais de carros, um da Volkswagen e outro da Ford exibidos nos anos 2000 e 2014, respectivamente, buscamos no

presente estudo, compreender como se constitui a formação discursiva e como se dá a formação do imaginário por trás das representações da mulher nesses comerciais. Buscamos, ainda, investigar os tipos de discursos mobilizados nos comerciais mencionados e como esses discursos se organizam de acordo com o tipo de público consumidor que se pretende atingir, em determinado contexto histórico, dadas as condições sócio-históricas de formulação, produção e circulação do discurso presente nesses comerciais.

Dessa forma, temos o objetivo de encontrar respostas para as seguintes questões: 1. Os comerciais de produtos tidos como “essencialmente masculinos”, que fazem parte do imaginário de poder e de virilidade do homem, como é o caso do carro, por exemplo, se utilizam necessariamente de uma representação da mulher como objeto? 2. Como se constrói a imagem da mulher nos comerciais de carros da Volkswagen (2000) e da Ford (2014)? Por qual motivo? Quais os tipos de estratégias utilizadas para atingir determinado público consumidor ao longo dos anos? O que mudou com relação à representação da mulher nesses comerciais, tendo em vista o grande aumento de consumidoras de carros, atualmente?

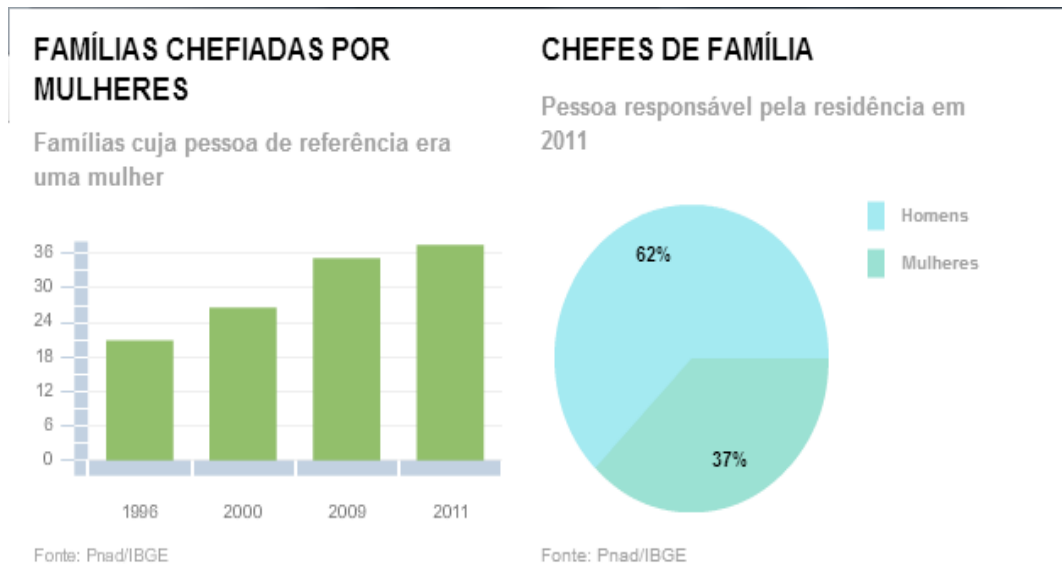
Sabemos que todo o discurso que circula na sociedade funciona de forma a atender determinados fatores que dizem respeito a determinado contexto de produção e de circulação, a determinada formação imaginária. O discurso não tem origem em si mesmo, portanto não somos origem do que dizemos. Nosso discurso mantém relação com outros discursos passados e também antecipa discursos futuros. Através da antecipação que o enunciador faz de seu destinatário, os discursos vão sendo construídos, não como algo solto, mas de forma que o que está sendo dito atualiza outros dizeres e se inscreve em dada formação discursiva, dada formação imaginária. Por tanto, para entender como os discursos funcionam é preciso ir além da superfície discursiva, é preciso buscar os entrecruzamentos discursivos e a ideologia que atravessa o dizer. Para que o discurso faça sentido devemos sempre observar as condições de produção e de circulação desse discurso, o seu contexto sócio-histórico.

Como forma de buscar respostas para as questões por nós colocadas, buscamos relacionar o discurso dos comerciais que serão analisados ao seu contexto sócio-histórico, às circunstâncias de produção e de circulação desses comerciais. Dessa forma, atentemos para a mudança no modo de vida das mulheres ao longo da última década, conforme revelam os dados de indicadores sociais. Segundo dados do IBGE¹, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a proporção de famílias

¹ Os dados fazem parte da amostra *Síntese de Indicadores Sociais*, divulgada pelo IBGE no dia 28/11/2012, e foram acessados através do site UOL NOTÍCIAS. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas->

chefiadas por mulheres cresceu mais do que quatro vezes nos últimos dez anos. Em 1996, 20,81% dos lares tinham como chefe uma mulher, segundo pesquisa do IBGE na época. No censo realizado em 2000, a porcentagem subiu para 26,55%, já em 2011, segundo informações da Pnad, Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio, 37,4% das famílias têm como pessoa de referência uma mulher.

Figura 1 - Famílias chefiadas por mulheres



128

Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/11/28/numero-de-mulheres-chefes-de-familia-cresce-mais-do-que-quatro-vezes-segundo-ibge.htm>>. Acesso em: 26/08/14.

Diante dessas informações partimos do pressuposto de que o grande aumento de mulheres chefes de família reflete uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho, ou seja, a mulher com maior poder de compra, o que revela também um possível aumento de consumidoras de carros desde os anos 2000 até 2014. Dessa forma, há também uma mudança de posicionamento, que se inscreve em diferentes formações discursivas, de acordo com o contexto sócio-histórico, com relação à representação da imagem da mulher nos comerciais de carros.

Vejamos a seguir alguns gestos de interpretação possíveis com relação ao nosso objeto de análise, ou seja, os comerciais da Volkswagen (2000) e da Ford (2014).

[noticias/2012/11/28/numero-de-mulheres-chefes-de-familia-cresce-mais-do-que-quatro-vezes-segundo-ibge.htm](http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/11/28/numero-de-mulheres-chefes-de-familia-cresce-mais-do-que-quatro-vezes-segundo-ibge.htm)>. Acesso em: 26/08/14.

Figura 2 - Imagem do comercial do Gol 1.0, exibido no ano de 2000



Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Di78V7yT-VA>>. Acesso em 25/08/14.

129

Neste comercial do Gol Geração III 1.0 16V 4p, da Volkswagen, exibido no ano de 2000, tem-se uma mulher nua posicionada a frente do carro, com uma tarja preta cobrindo partes íntimas de seu corpo. O enquadramento da câmera conduz o olhar do espectador diretamente do corpo da mulher para o carro. O fundo de cor cinza apresenta-se de forma neutra para não poluir a imagem obrigando o direcionamento do olhar do espectador que vai num movimento da mulher para o carro. A mesma tarja que serve para censurar partes do corpo nu também serve para indicar os acessórios que compõem o carro, os quais vão sendo mencionados pela mulher num tom de voz suave, acompanhado por movimentos sensuais.

A maneira como a mulher se refere ao carro, dirigindo-se a um possível comprador, remete a um jogo de sedução. Ela utiliza seu corpo para, através de movimentos sensuais e do tom meloso da voz, seduzir quem está do outro lado da tela. A cor vermelha do carro também faz emergir significados ligados à sedução, à paixão, ao erotismo. A música ao fundo reforça ainda mais a ideia de sensualidade e de jogo de sedução.

Diante da forma como a cena se apresenta e da maneira como a mulher se dirige a quem está do outro lado da tela, como forma de sedução, alçamos um gesto de interpretação que nos permite dizer que o discurso mobilizado pelo comercial está voltado para o público masculino. Há uma comparação da mulher com o carro,

colocando-os em um mesmo patamar e, dessa forma, mobilizando a memória discursiva da "mulher objeto".

Essa comparação entre mulher e carro pode ser observada, por exemplo, através do movimento que a mulher faz com seu corpo quando fala do carro. A partir da sequência discursiva "esse é o gol 1.0 16 válvulas 4 portas que ao contrário de outros carros por aí, não vem pelado", ao mencionar a expressão "não vem pelado", a mulher posiciona seu corpo nu, como forma de demonstrar o que está falando. Ela utiliza-se do chamado efeito metafórico, em que há deslocamento, deslize para outro lugar de sentido, transferência (ORLANDI, 2012b) ao comparar seu próprio corpo nu com o carro sem acessórios. Podemos dizer que o corpo da mulher é utilizado para materializar o discurso que está sendo mobilizado sobre o carro.

A comparação da mulher com o carro vai se confirmando ao longo de todo o comercial. A todo o momento o corpo da mulher é visto em relação ao objeto carro. Para cada acessório do carro que é mencionado, a mulher ganha uma peça de roupa, ou algum tipo de acessório feminino, como: colar, óculos, bolsa, entre outros. No final do comercial, em que o carro está completo, tendo sido mencionado todos os acessórios que o acompanham, a mulher também aparece totalmente vestida e arrumada.

Nosso gesto de interpretação nos leva a perceber que a todo momento a mulher está sendo comparada ao objeto carro, através de inúmeras significações que emergem no discurso mobilizado no comercial, como por exemplo a alusão aos olhos verdes da mulher, quando mencionado que o carro possui vidros verdes ou, então, através do famoso "fiu fiu" (assovio destinado às mulheres nas ruas como uma forma vulgar de elogio ao corpo feminino) que fecha o comercial. Tudo isso nos leva a perceber a comparação que é feita do carro sem acessórios "pelado", com o corpo nu da mulher, que também ganha acessórios conforme são mencionados os acessórios do carro.

Voltando ao imaginário do carro como objeto que representa o poder masculino, o poder de compra, o poder da conquista, a virilidade, nosso gesto de interpretação nos faz ir além dos sentidos que estão na superfície do discurso do comercial da Volkswagen. O que nos leva a fazer emergir o discurso inscrito em uma Formação Discursiva, ligada a situação sócio-histórica de produção e de circulação do comercial, ou seja, o ano 2000, em que o homem ainda era visto como o grande consumidor de carro, com maior poder aquisitivo e, portanto, maior poder de compra. O comercial da Volkswagen mobiliza um discurso totalmente voltado para o público masculino, agindo no inconsciente e no imaginário do homem, como estratégia de venda do carro. A partir do que é dito, o discurso desse comercial mobiliza o não-dito "adquira esse carro e você terá essa mulher". Através do não-dito no discurso

mobilizado no comercial, a mulher é apresentada como um plus a mais na compra do carro, como um bônus.

As condições sócio-históricas determinam a FD em que os discursos que circulam na sociedade estão inscritos. Como vimos através de nosso gesto de interpretação com relação ao comercial do Gol Geração III, que circula em um contexto sócio-histórico em que ainda existe o imaginário do homem como grande consumidor de carro, e o imaginário do carro como forma de poder, poder de compra, poder em relação à mulher. Dessa forma, o comercial mobiliza um discurso voltado para o público masculino, remetendo à memória discursiva da “mulher objeto”, aquela que como o carro pode ser vista como propriedade do homem, que serve ao poder masculino, ao desejo e satisfação sexual.

Observemos agora outro comercial de carro, da Ford, que circula atualmente, no ano de 2014.

Figura 3 - Imagem do comercial da Ford, exibido no ano de 2014



Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DgyHppxlehM>>. Acesso em 25/08/14.

O comercial da Ford mobiliza a memória discursiva dos contos de fada, em que há a representação da mulher como princesa à espera de um príncipe encantado que venha salvá-la. Porém, empreendemos um gesto de interpretação que nos permite dizer que há um deslocamento de sentido, uma ruptura no discurso mobilizado pelo comercial. Há um movimento de subversão, já que são apresentadas à princesa três opções de príncipes encantados, “Imagina se toda história tivesse três finais felizes para escolher, agora comprando um Ford você tem três opções de ofertas [...] vá a um distribuidor Ford e escolha o seu final feliz. ”

O discurso mobilizado no comercial da Ford, diferentemente do comercial da Volkswagen, anteriormente analisado, põe a mulher no comando. A mulher é quem mantém o poder sobre o homem. Podemos dizer que num processo de paráfrase e

polissemia, em que há o jogo entre o mesmo e o diferente (ORLANDI, 2012a), são mobilizados os pré-construídos e os já-ditos inscritos em uma formação discursiva, em que a mulher é vista ideologicamente como objeto, porém em um movimento de subversão, de ruptura do discurso, mobiliza a representação de um “homem objeto”.

Através do jogo que se estabelece entre o que já sabemos, já conhecemos sobre os contos de fadas e o novo, a ruptura, o diferente, torna-se possível nosso entendimento com relação ao que está sendo dito. Para que o discurso faça sentido é necessária a repetição, é necessário que já faça sentido antes. Só assim se torna possível a ruptura, a mobilização do diferente, o deslize de significados, como ocorre no comercial da Ford, em que a noção que temos sobre o que é uma princesa é atualizada, num processo de (re)significação, mostrando-se aí a subversão.

Seria ingênuo de nossa parte se não reparássemos na mudança de posicionamento com relação à representação da mulher nos comerciais de carro, ao longo de uma década. Através de gestos de interpretação, é possível trazer para a discussão questões ligadas à exterioridade do discurso, que agem, porém, no simbólico produzindo sentidos que se escondem atrás da opacidade da linguagem. Questões essas que apontam para um significativo aumento de consumidoras de carro ao logo dessa última década. Considerando que o comercial da Ford circula na atualidade, no ano de 2014 e que no contexto sócio-histórico atual a mulher possui maior poder de compra, um comercial que mobilizasse um discurso voltado somente ao público masculino, deixaria de lado essa grande parcela compradora de carros, que são as mulheres da atualidade. Não que no ano 2000 as mulheres não comprassem carros, mas, ao logo dessa última década, com o aumento da presença da mulher no mercado de trabalho aumentou também seu poder aquisitivo e o consumo de carros pelo público feminino.

O discurso como parte de uma dada formação discursiva, inscrita em um dado contexto sócio-histórico, significa de acordo com as mobilizações sociais desse contexto. Segundo nos diz Pêcheux (1997):

– o estudo das variações específicas (semânticas, retóricas e pragmáticas) ligadas aos processos de produção particulares considerados sobre o “fundo invariante” da língua (essencialmente: a sintaxe como fonte de coerções universais) [...]

– o estudo da ligação entre as “circunstâncias” de um discurso – que chamaremos daqui em diante suas condições de produção – e esse processo de produção. Esta perspectiva está representada na teoria lingüística atual pelo papel dado ao contexto ou à situação, como pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão (PÊCHEUX, 1997, p. 74-75, grifos do autor).

Assim, no comercial da Ford, temos a representação do homem como objeto, como bônus com relação à compra do produto. Nesse caso é a mulher que está no controle da situação. Percebemos que a subversão, mobilizada no discurso desse comercial, se revela por um duplo viés. O primeiro funcionando através dos já-ditos, pré-construídos que envolvem o imaginário da “mulher objeto”, utiliza-se do mesmo (paráfrase) para dizer o diferente (polissemia) e põe o homem na posição de objeto, que serve para satisfazer o desejo feminino, a partir do momento em que a mulher está no controle e pode escolher o seu final feliz.

Já o segundo tipo de subversão se dá com relação aos já-ditos, pré-construídos referentes à memória discursiva dos contos de fadas, em que os saberes discursivos, inscrevem-se em uma FD que revela o imaginário da mulher dependente, representado através da imagem da princesa à espera de um príncipe que venha salvá-la e, só assim, ter seu final feliz. No caso do comercial é mobilizado outro saber que rompe com essa imagem da mulher dependente do homem. A princesa pode optar pelo final feliz que deseja, a partir da possibilidade de escolha de três príncipes diferentes. Esse saber discursivo inscreve-se em outra FD, ao passo que mobiliza o imaginário da mulher independente, que está inserida no mercado de trabalho e que, portanto, tem o poder de escolha sobre sua própria vida.

Esse tipo de princesa remete ao imaginário da mulher moderna, independente, presente no mercado de trabalho, que mantém maior poder de compra, e que, portanto, passa a se fazer mais presente na parcela da população consumidora de carros. Nos dias atuais, um comercial de carro como aquele exibido pela Volkswagen nos anos 2000 deixaria de abarcar grande parte dos consumidores em potencial de seu produto, que são as mulheres modernas, as mulheres da atualidade.

Todo discurso está inscrito em determinada formação discursiva, a qual engloba a formação imaginária de determinado contexto sócio-histórico. Isso nos permite dizer que o discurso que emerge em diferentes condições sociais, sob distintas circunstâncias, não está composto somente de elementos mobilizados em sua interioridade, mas revela estreita ligação com elementos constituintes de sua exterioridade. Para entendermos bem como se dá o funcionamento de determinado discurso devemos levar em consideração tanto as condições de seu contexto imediato, ou seja, as condições da enunciação, quanto às condições do contexto amplo, que dizem respeito à sua inscrição na história, sua historicidade. A respeito disso, Orlandi (2011) nos diz que “Essa relação com a exterioridade, com a situação – contexto de enunciação e contexto sócio-histórico – mostra o texto em sua *incompletude*” (ORLANDI, 2011, p. 194). A respeito da incompletude do texto atentemos para a definição de Orlandi (2012a):

A incompletude é característica de todo processo de significação. A relação pensamento/linguagem/mundo permanece aberta, sendo a interpretação função dessa incompletude, incompletude que consideramos como uma qualidade e não um defeito: a falta, como temos dito em abundância, é também o lugar do possível na linguagem. É isto que chamamos "abertura do simbólico", à qual juntamos o fato de que a questão do sentido é uma questão que não se fecha [...] (ORLANDI, 2012a, p. 19, grifos do autor).

No caso dos comerciais analisados, percebemos que o primeiro apresenta um discurso que reflete as condições de um contexto amplo, em que há o imaginário da mulher inscrito na história. Seu discurso traz à tona a representação tanto da mulher dependente, inferior ao homem, quanto da mulher como objeto, que serve para satisfazer os desejos masculinos. Já no segundo comercial, percebemos um discurso que se inscreve nas condições do contexto imediato, do contexto de enunciação, que leva em conta a emancipação da mulher, isto é, do contexto que apresenta o imaginário da mulher moderna, com maior poder de compra, independente, capaz de decidir por si mesma, em que a mulher não mais é vista como dependente do homem.

Levando em consideração a posição-sujeito assumida pelo discurso publicitário, como no caso dos comerciais analisados, em que se tem o objetivo de persuasão, de convencimento sobre as vantagens em se adquirir determinado produto, o discurso antecipa a melhor forma de atingir, agradar determinado público consumidor. Como vimos, o discurso dos comerciais aqui apresentados mantém estreita ligação com o seu contexto de produção e circulação, isto é, reflete a exterioridade discursiva, o fato de quem, naquele momento, tem maior poder de compra e, portanto, quem está naquele momento na posição de comprador em potencial do carro anunciado no comercial.

134

Referências

Comerciais

Comercial da Volkswagen, do Gol Geração III. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Di78V7yT-VA>>. Acesso em: 25/08/14.

Comercial da Ford. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DgyHppxlehM>>. Acesso em: 25/08/2014.

Obras de apoio

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 6 ed. São Paulo: Pontes Editores, 2011.

- _____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2012a.
- _____. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. 2. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2012b.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- UOL NOTÍCIAS. Proporção de mulheres chefes de família cresce mais do que quatro vezes em 10 anos, diz IBGE. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/11/28/numero-de-mulheres-chefes-de-familia-cresce-mais-do-que-quatro-vezes-segundo-ibge.htm>>. Acesso em: 26/08/14.

PROBLEMATIZANDO GÊNEROS: UM OLHAR SOBRE O CINEMA BRASILEIRO EM BUSCA DE RESISTÊNCIA AO PATRIARCADO*

Aline Ariana Alcântara Anacleto

Fernando Silva Teixeira-Filho

Resumo: O presente texto busca apresentar uma reflexão que vai além da categorização identitária, como um modo de interrogar a construção de premissas definidoras de gêneros e alia-se ao conceito de performatividade para abordar a impossibilidade de definição de identidades, por meio de características normalizadas para a definirem, em busca de uma forma de resistência e enfrentamento aos ideais patriarcais. Apoiando-nos no conceito de performatividade, propomos construir uma análise crítica das personagens femininas dos cinco primeiros filmes brasileiros elencados pelo ranking de maior bilheteria entre os anos de 2002 a 2012 produzidos por cineastas mulheres. Trata-se de filmes com temáticas diversas, que apresentam personagens mulheres e seus modos de definições identitárias de gênero.

Palavras-chave: Feminino; Performatividade; Teoria *queer*.

136

Abstract: This paper aims to present a discussion that goes beyond identity categorization as a way of interrogating the construction of defining premises of gender from the perspective of performativity to address the impossibility of defining identities by means of normalized features to define it, in search of a form of resistance and confrontation to the patriarchal ideals. Then, we propose to build a critical analysis of the female characters of the first four Brazilian films produced by female filmmakers and ranked as blockbusters between the years 2002 to 2012. They are films with various themes and feature women characters and their modes of definitions of gender identity.

Keywords: Femininity; Performativity; Queer theory.

* Artigo submetido à avaliação em 19 de outubro de 2015 e aprovado para publicação em 21 de novembro de 2015.

Introdução

Em cenário brasileiro, os estudos de gênero se consolidam no final da década de 70, com fortalecimento dos movimentos feministas que possuíam reivindicações específicas do universo feminino, no que tange o jurídico, cultural e social. Ao longo dos anos, esta luta por direitos de igualdade, construiu uma significativa representação da imagem da mulher na sociedade, que busca ultrapassar a imagem tradicional e estereotipada, advinda de forças patriarcais e machistas. A construção dessa mudança é o resultado de muitas elaborações críticas e teóricas por parte da comunidade acadêmica que, interessada nos estudos culturais e pós-estruturalistas, começou a pensar criticamente sobre as questões de gênero, e mais especificamente sobre a posição e representação da mulher no contexto sócio-cultural.

Este é um pensamento questionador e, por isso, posiciona-se diferente do caráter universal e naturalista presente na sociedade que determina uma identidade fixa aos sujeitos. Uma sociedade que não aceita e não atribui significado a possíveis identidades, rejeitando sujeitos que não se enquadram ou não se assumem detentores de determinada identidade fixa e/ou adequada à única possibilidade aceitável: identidades heterossexuais. Ao restringir-se desse modo, a sociedade testemunha diariamente conflitos culturais, encarados como conflitos do insistente choque entre as não universalidades, que não se veem dentro de um conceito universal. No escopo dessas problematizações encontram-se as relações de gêneros, a qual hegemonicamente compreende-se que o sexo biológico é o definidor do gênero, como se a morfologia do corpo anunciasse e estabelecesse o gênero dos sujeitos, e como consequência, seus modos de desejar e de sentir prazer. É uma perspectiva em que a única possibilidade existente se configura em uma posição binária de macho/fêmea, masculino/feminino. Como possibilidade única torna-se norma e sua dissidência rejeitada.

Este trabalho, portanto, visa contribuir com o questionamento da norma heteronormativa, advinda de padrões patriarcais, e do modo como são criados e determinados os gêneros. Constitui-se como um ensaio da tese de doutorado, em andamento, denominada *De Mulher pra Mulher: As imagens da cinematografia brasileira pela ótica de diretoras de cinema no período de 2002 a 2012*, com o objetivo central de compreender a construção da imagem da mulher na cinematografia brasileira, em busca de apresentar uma reflexão pautada nas críticas atuais do feminismo e da teoria *queer* aos padrões heteronormativos, sexistas e machistas da sociedade que vão além da categorização identitária, como um modo de interrogar a construção de premissas definidoras de gêneros e alia-se ao conceito de performatividade para abordar a impossibilidade de definição de identidades.

Para isso, foram escolhidos como fonte de dados para compor este ensaio os cinco filmes brasileiros dirigidos por mulheres que mais renderam bilheteria no período de 2002 a 2012, sendo eles: *Xuxa em o Mistério da Feiurinha*, de 2009, dirigido por Tizuka Yamazaki, que obteve renda de R\$ 8.484.823,94, com 1.307.135 de público; *Acquaria*, de 2003, dirigido por Flávia Moraes, que obteve renda R\$ 4.466.393,00, com 837.695 de público; *Ó Pai Ó*, de 2007, dirigido por Monique Gardemberg, com renda de R\$ 3.172.654,00 e público de 397.075; *Desenrola*, de 2011, dirigido por Rosane Svartman, com renda de R\$ 2.673.784,14 e público de 331.423 e, por último, *As Melhores Coisas do Mundo*, de 2010, dirigido por Laís Bodansky, com renda de R\$ 2.257.084,00 e público de 300.165.¹

Os dados foram organizados em uma ficha de análise fílmica, composta por três partes principais. A primeira se refere ao levantamento dos créditos dos filmes, a fim de identificar quem participou da produção cinematográfica; a segunda refere-se à identificação do enredo e dos principais personagens que constroem a trama, com o objetivo de compreender a história e como seus personagens são apresentados; e, por último, a terceira parte que corresponde a articulação da temática do filme com a proposta do trabalho de problematização dos personagens, principalmente os femininos, em relação aos gêneros, as demarcações de identidades e suas dissidências, como forma de enfrentamento a opressão designada pelos poderes patriarcais.

138

Os enredos das produções cinematográficas são diversos e tratam de temáticas que contam com personagens homens e mulheres no elenco capazes de abordar a problemática envolvente na definição e naturalização das identidades femininas e masculinas. Como é o caso do filme *Xuxa em O Mistério da Feiurinha* ao contar uma história que se passa no mundo encantado, quando as princesas dos contos de fadas, prestes a celebrarem botas de prata com seus príncipes, se reúnem para tratar do caso do desaparecimento da princesa Feiurinha, que se não aparecer também pode causar o desaparecimento de todas as outras princesas e suas respectivas histórias. As princesas então decidem pela ida de Cinderela até o mundo real, a fim de descobrir o que aconteceu com a princesa sumida. Lá Cinderela passa por aventuras e com a ajuda de umas crianças descobre que a princesa foi esquecida porque sua história nunca havia sido contada. Diante do desafio, Cinderela busca resolver o problema de Feiurinha. Ao encontrar um escritor, pede que ele, então, escreva a história da princesa desaparecida. A história é escrita, quando a esposa do escritor a relembra, a contando para todas as princesas.

Em relação ao filme *Acquaria*, estrelado pela dupla Sandy e Junior, este possui como enredo principal a história de um planeta terra desgastado pelas constantes

¹ Dados obtidos do Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual, ligado a Agência Nacional de Cinema (ANCINE).

agressões à natureza, tornando a água escassa, tendo apenas como fonte as chuvas que ocorrem esporadicamente. Devido a isso, torna-se o bem mais precioso e motivos de guerras, que devastaram a população, restando apenas alguns povos, sobrevivendo em cidades em ruínas. O filme inicia com a invasão de um grupo de bárbaros à família dos dois irmãos, a fim de roubar um estoque de água e uma suposta máquina de fazer água. Após matar os pais, o líder do grupo leva um dos irmãos, Sara, e a cria como filha. Quinze anos depois, Sara se perde e Kim - seu irmão de sangue - a encontra perdida e quase morta no deserto. Ela passa a viver junto com Kim, Gaspar e Guili, espécie de irmãos adotados. Na rotina de conseguir alimento e esperar pela água da chuva, todos vivem em função de construir a máquina de água, projeto dos pais de Kim e Sara. Ao terminarem de construir e testar como a máquina funciona, são surpreendidos pelo mesmo grupo de bárbaros que criou Sara, os quais novamente buscam a máquina de água. Sara comovida pela convivência com os rapazes, os salvam e acaba matando seu pai adotivo. Ao mesmo tempo, uma tempestade se aproxima, ao buscar refúgio, Gaspar cai em um campo de rede e se desintegraliza, desaparecendo do deserto. Como desfecho final, Sara, Kim e Guili, conseguem abrigo e descobrem que a tempestade desenterrou do deserto a cidade Acquaria, lugar que possui água em abundância.

Já o filme *Ó Paí Ó*, permeado pelo multiculturalismo, narra histórias inter cruzadas de personagens do Pelourinho no último dia de carnaval. Tudo se passa neste último dia com os animados moradores de um cortiço dançando, cantando e fazendo festa pelo carnaval. Incomodada, Dona Joana, a síndica, dona do prédio, evangélica fervorosa, desliga a água, a fim de acabar com festa do carnaval para seus condôminos. Neste contexto, o enredo cruza histórias típicas e culturais da Bahia, como a própria Dona Joana, evangélica fervorosa, temente a Deus, síndica e dona do cortiço. Possui dois filhos pequenos, Cosme e Damião, os quais saem perambular, pedir dinheiro e comida, pelas ruas de Salvador, sob a mentira de que vão à igreja. Roque, pintor de carrinhos de café, negro, trabalhador, vive nas ruas do pelourinho, esbanjando talento, dança e canta. Compõe música para o grupo musical Araketu, já que Tata líder do grupo é seu amigo de infância. Possui um desafeto com Boca, traficante local, racista, que luta para que sua fama não seja desmoralizada. Roque encantado com a sensual Rosa, dançarina, sobrinha de Neuzão, que vem do interior 'ganhar a vida' na capital. Neuzão, dona de bar, lésbica, faz o tipo linha dura. Consola Psilene, irmã de Carmem, que acaba de chegar do exterior, bancando a europeia, embora apareçam indícios de que sua ida para o exterior foi frustrada e lá trabalhou como prostituta para juntar dinheiro e voltar ao Brasil. Carmem, por sua vez, mantém uma espécie de orfanato em casa, recolhendo crianças abandonadas e, ao mesmo tempo, realiza abortos clandestinos como forma de renda. Ainda mora no cortiço, a travesti Yolanda, amante de Reginaldo,

motorista de táxi, que está com sua esposa grávida, Maria, a qual sonha em ir embora do cortiço. Raimunda, jogadora de búzios. Também compõe a trama, Baiana, que possui uma banquinha de acarajé, a qual todos os personagens são fregueses e ali confrontam e solidarizam-se com seus problemas. Seu Jerônimo, dono de loja com peças para encantar os gringos, turistas do pelourinho, a qual presa pela segurança de seu estabelecimento, subornando os guardas civis.

O filme *Desenrola* problematizando o tema adolescência e sexualidade, narra a história de Priscila, uma garota virgem de 16 anos, de classe média alta. Morando no Rio de Janeiro ela se acha esquisita por não gostar muito de praia e ter medo de entrar no mar. Se sente atraída por Rafa, surfista, frequentador assíduo da praia, o garoto popular e mais velho, que anda com as garotas mais bonitas e populares. Motivada por um trabalho de escola, do professor de matemática, o grupo de Priscila decide levantar quantitativamente quantas garotas no ensino médio ainda são virgens. Para responder esta pergunta, entrevistam alunas da escola, fazem alguns filmes, e buscam descobrir as experiências de perda da virgindade. Faz parte de seu grupo de trabalho, Tize, irmã de Rafa, com quem Priscila, aos poucos vai estreitando as amizades, por esta ser popular, irmã de Rafa e já ter perdido a virgindade. As duas se aproximam, Tize chama Priscila para um acampamento de fim de semana. Lá Rafa salva Priscila de um afogamento no mar, ensina-a nadar e tira sua virgindade, mesmo estando envolvido com outra garota. Ela se apaixona ainda mais. Em uma brincadeira de roda Tize, se irrita com a pergunta do seu namorado sobre sexo sem camisinha e acaba contando que está grávida. As duas tornam-se amigas confidentes. Neste mesmo acampamento, participa Boca, um garoto virgem, que espalhou um boato de que havia transado com Priscila. Ela se irrita em primeiro momento, mas depois deixa o boato parecer verdade, a fim de que a notícia de não ser mais virgem, lhe renda popularidade. No entanto, Boca acaba se apaixonando por Priscila e se arrepende do boato. Em uma tentativa de perder a virgindade com uma garota de programa, esta lhe aconselha que o que faz uma mulher feliz são as atitudes para conquistá-la. Assim, Boca investe em ações românticas para conquistá-la, porém, Priscila acaba acreditando que as ações vêm de Rafa. Ao perceber que não, decepçiona-se. Boca ainda insiste na conquista, compõe uma canção para Priscila e esta se rende, os dois ficam juntos.

E, por último, o filme *As Melhores Coisas do Mundo*, o qual retrata os lances e enlacs da rotina de adolescentes. O filme retrata de forma atual as implicações da adolescência no mundo dominando pelas virtualidades. O personagem que liga a trama, Mano, é um adolescente de 15 anos, que está aprendendo a tocar guitarra com Marcelo, pois deseja chamar a atenção de uma garota popular e sexy, Valéria. Seu professor de violão, que também se torna seu amigo e confidente. Seus pais, Camila e

Horácio, estão se separando, o que afeta tanto ele quanto seu irmão mais velho, Pedro, principalmente ao descobrirem que o motivo da separação é a homossexualidade do pai. Embora Pedro esteja mais preocupado com seu relacionamento em crise, a qual desperta nele um sentimentalismo exacerbado. A melhor amiga e confidente de Mano é Carol, que está apaixonada pelo professor Artur. Amizade que fica abalada, ao 'vazar' o segredo de Carol, um beijo dado no professor, que tem como consequências o afastamento do professor da escola. Em meio a estas situações, Mano precisa lidar com os colegas de escola em momentos de diversão e também sérios, típicos da adolescência nos dias atuais.

As histórias destes personagens e o modo como eles são apresentados nas narrativas dos filmes são um instrumento de análise crítica do cinema; por meio delas é que se possibilita compreender como a arte cinematográfica possui enraizamento com a construção das identidades de gênero, principalmente no que tange aos modelos hegemônicos, que são capazes de ratificar a subordinação das mulheres em relação aos homens. Portanto, o cinema, por meio da produção de imagens, é capaz de apresentar a realidade presente na sociedade, uma vez que demonstra a vida organizada pela cultura e como estão estabelecidos os valores e as normas que regulam os corpos, os gêneros, podendo também ser capaz de identificar, por meio de produções cinematográficas, como os novos valores e normas surgem e alteram a estrutura dos antigos.

A produção dos gêneros e suas dissidências

O conceito de gênero então pode ser pensando pela perspectiva das construções cinematográficas, uma vez que este se constitui como o produto de um discurso de identidade incorporado por relações de poder patriarcais, de modo que o gênero o qual um sujeito pertence, não é mais que uma mera e superficial ideia registrada em algum corpo.

Para Judith Butler, em sua trilogia de livros *Bodies That Matter. On the Discursive Limits of Sex* (1993), traduzido para o espanhol como *Cuerpos que Importam: Sobre los Límites Materiales y Discursivos del Sexo* (2002), *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity* (1999), traduzido como *El Género em Disputa, El feminismo y la Subversión de la Identidad* (2007) e *Undoing Gender* (2004), traduzido como *Deshacer El Género* (2006), a normativa da sociedade baseada na organização do gênero, serve para regulação da sexualidade, na tentativa de deslocar a posição política deste conceito, para uma posição de essência ao ser humano, discordando da ideia de que o gênero seja social, enquanto o sexo é da ordem da natureza

Os filmes, do ponto de vista identitário, apresentam personagens clichês,² que pouco rompe com o patriarcado, ou seja, as normas estabelecidas de construção de gêneros masculinos e femininos. Como é o caso das personagens princesas do filme *Xuxa em O Mistério da Feiurinha*, em que todas as princesas dos contos de fadas da *Walt Disney* são da realeza, ricas, brancas, de alta classe social, casadas com príncipes herdeiros. Para elas um bom casamento e uma gravidez, de preferência de um menino, são os resultados de um final feliz, uma vida bem-sucedida.

Os elementos considerados do universo feminino são exacerbados e em consonância, os príncipes passam o filme todo pensando em futebol, considerado esporte essencialmente masculino, portanto, os gêneros são retratados por meio de esteriótipos dos papéis de homens e de mulheres, em uma relação de poder baseada exclusivamente no patriarcado, reafirmando os poderes dos homens na monarquia.

A compreensão que se tem é de que há uma categorização de identidade, por meio de uma descrição de sujeitos e dos papéis que devem exercer e esta identificação acaba se construindo como universal, normatizante e por consequência gera um processo de exclusão daqueles que não necessariamente encontram-se dentro da norma. Sendo assim, aponta-se a heterossexualidade como a norma social hegemônica, uma vez que as categorizações de identidade giram em torno da atribuição do que é feminino e do que é masculino (LOURO, 2001).

142

Caso semelhante ocorre no filme *Acquaria*, que também apresenta estereótipos de gêneros, com papéis demarcados do feminino e do masculino, embora inicialmente o filme apresente uma personagem mulher guerreira, com características que são capazes de questionar a visão tradicional de mulher. Como exemplo, na cena em que Kim e Sara saem para pescar. Ele com um instrumento, uma arma, consegue pegar um peixe pequeno. Ela, apenas com seu bumerangue, pesca um peixe bem maior. Assim, passa a pescar sempre sozinha. Contudo, os papéis se alteram, após criar um laço afetivo com seu irmão de sangue e laço amoroso com Gaspar, seu posicionamento se modifica, ela se torna mais sensível, vulnerável, chora, assumindo posição normativa do gênero feminino, após se apaixonar.

Existem na construção dessa personagem e no modo como se relaciona com os personagens masculinos, os posicionamentos dos gêneros. Sara não pode ser boa pescadora e, ao mesmo tempo, estar apaixonada. Há sempre um jogo dual entre masculino e o feminino, referindo-se a epistemologia do par binário universalizante e dominador que compõe a construção do homem/mulher, macho/fêmea, universal/particular, cultura/natureza, mente/corpo, razão/emoção (MATOS; CIPRIANO, 2008).

² A expressão clichê toma sentido neste texto a partir da ideia do lugar comum, pela repetição com frequência. Por esta perspectiva, os personagens clichês apresentados pelos filmes são personagens apresentados de forma ao gênero sempre corresponder ao sexo biológico, com características bem demarcadas, que expressam e definem o que é ser homem e ser mulher.

O filme *Ó Paí Ó*, ao tratar em seu enredo da questão do multiculturalismo que povoa o Pelourinho, se diferencia em parte desta demarcação taxativa dos gêneros, uma vez que, nem todas as mulheres são retratadas de forma submissa e/ou dependentes dos homens. Nele, as mulheres trabalham fora de casa, demonstrando certa autonomia para ganhar a vida sozinha. Como é o caso de Rosa, por exemplo, que embora sob os cuidados de sua tia lésbica Neuzão, que a protege como se fosse uma menina indefesa, sai de casa no interior, para tentar a vida na cidade grande. Contudo, há também traços de machismo que indicam a soberania do gênero masculino sob os outros gêneros. Como exemplo, o machão que possui como amante uma travesti, mas não a assume, mantendo a aparência pela união com uma mulher que no momento está grávida. Além disso, se tem o trejeito macho da personagem lésbica, que resolve as brigas de bar sozinha e ainda protege a sobrinha Rosa. A personagem Psilene, envergonhada por ter voltado do exterior sem um casamento rico e bem-sucedido. Reitera seu machismo quando assume em uma das cenas, que os homens devem sim ser machistas: “pois pra mim homem tem que ser machista mesmo, porque o Sr, já imaginou que meu marido faz isso, me paga uma passagem pra eu poder passar o carnaval sozinha em Salvador, o que é que ele ta querendo seu Reginaldo, hein...” (sic).

Neste caso, *Ó Paí Ó*, apesar de apresentar algumas situações que problematizam as questões dos gêneros, não necessariamente possui um enredo que questiona a visão tradicional patriarcal e heteronormativa, na maioria das vezes, a história conta com elementos que reificam esta visão tradicional, como exemplo, a proteção de Neuzão sobre sua sensual sobrinha, como se por sua beleza, ela fosse atraída e iludida pelos homens; Carmem, que em uma espécie de compensação por seus abortos, recolhe crianças abandonadas, redimindo-se como mãe; a própria Psilene e sua vergonha pelo não sucesso de um casamento, por ter tido que se prostituir para voltar ao Brasil, como se a única saída para felicidade fosse ter um bom casamento com um homem rico.

Outra história que indica a problematização dos gêneros, mas não toma esta como foco de discussão, se refere ao filme *As Melhores Coisas do Mundo*, não somente por trazer o tema da homossexualidade do pai de um adolescente, mas também pelo modo como esperam que sejam o desempenho dos papéis masculinos e femininos no mundo adolescente e a forma como reagem quando estes papéis não são exatamente exercidos. O menino deve ser o ‘comedor’, “tratar a mulher como vagabunda, porque assim elas gostam” (sic), reitera um dos personagens adolescentes em sua fala. A gentileza, o carinho e o respeito, só servem para relacionamentos sérios. A menina tem que ser gostosa, passiva e se render aos encantos do macho comedor.

A história é contada de forma que possibilita o questionamento da visão tradicional de mulheres e como as adolescentes devem se comportar para seguir um

padrão, como exemplo, se tem o desenho que Mano faz da menina que se veste em um estilo diferente e, por isso, é considerada “*sapatão*” (*sic*), na forma como ela reage, dizendo a ele que as meninas a acham mais interessante; no modo como a popularidade de Valéria é afetada por sua exibição em rede social. São situações da história que apontam para a produção dos gêneros, embora, o enredo não apresente uma saída, um enfrentamento para esta problemática de que as mulheres devem seguir um padrão de comportamento feminino desde a adolescência.

Assim também se centra a história do filme *Desenrola* em relação às questões de gêneros, o enredo explora de forma bastante sutil e tímida a temática, demarcando bem os papéis masculinos e femininos nas tramas dos adolescentes, principalmente como cada gênero deve agir no momento de perder a virgindade. Ao colocar em pauta temas referentes a sexualidades de adolescentes, apresentando a personagem principal como uma jovem lidando com o tema da virgindade, discute como as meninas estão lidando com este tema ainda tabu, dentro de seus próprios universos de atuação. De certa maneira, quando Priscila assume uma posição ativa, a fim de ganhar popularidade e não desmente o boato de Boca, sobre uma suposta transa, assume um papel ativo, que inclusive faz com que ele se apaixone por ela. Talvez em uma visão tradicional, o boato seria uma ofensa e provavelmente ela seria a apaixonada da história. Entretanto, esta posição ativa de assumir uma transa que não aconteceu, pode se configurar como uma captura de Priscila às próprias demarcações identitárias. Como se sua popularidade estivesse unicamente atrelada ao fato de que adolescentes de sua idade para serem populares já devem ter perdido a virgindade.

144

Ao questionar estes personagens pela perspectiva dos estudos pós-estruturalistas, remete-se a um sujeito não ontologicamente inato, uma vez que, o contexto cultural em que os sujeitos estão inseridos não é desarticulado de sua constituição, como se estivesse enquadrado numa externa teia de relações culturais. Esta é a problematização central realizada por Butler, em seu texto *Contingent Foundations: Feminism and the Question of “Postmodernism”*, traduzido para o português e publicado na Revista Cadernos Pagu em 1998 como *Fundamentos Contingentes: O Feminismo e a Questão do “Pós Modernismo”*. Neste texto, Butler expõe a possibilidade de constituição do sujeito, afirmando que o sujeito constituído não é determinado, mas continuamente produzido, aberto constantemente a um processo de ressignificação, tornando esta constituição um movimento político de sujeitamento, sem especificar e/ou ressaltar um conteúdo único e universal a cada categoria identitária (BUTLER, 1998).

A problematização de sujeito de Butler se volta para a desconstrução do par binário sexo/gênero, discutindo a ideia de que o sexo é natural e o gênero é construído, premissa fundacional do movimento feminista. Sua reflexão questiona a possibilidade

de uma identidade definida, apontando a não existência do sujeito baseado no par sexo/gênero, que a política feminista quer apresentar. Partindo de uma crítica em que o par sexo/gênero é arbitrário, Butler indica que o sexo não é natural, assumindo características discursivas e culturais, tanto quanto o gênero (BUTLER, 2007, p. 58). Neste sentido, Butler define o corpo como instrumento ou meio de inscrição dos gêneros aos sujeitos. Partir desta afirmação leva a compreensão do gênero como independente do sexo, como um meio cultural por meio do qual um sexo se forma, “uma superfície politicamente neutra sobre a qual atua a cultura” (BUTLER, 2007, p. 56).³

São histórias que pouco questionam, ou se posicionam criticamente ao caráter universal e naturalista presente na sociedade sobre os gêneros, um caráter que, na verdade, delimita e fixa identidades de gêneros, que se perfazem ao desconstruir o peso fundamentalista que a sociedade carrega, quando categoriza o ser humano, pensando estarem bem fundamentadas no argumento da natureza e do patriarcado, ao encarar as identidades dos sujeitos como instâncias naturalizadas.

As histórias apresentadas, de forma geral, se guiam pela configuração heteronormativa, sem questionar o conceito de identidade como descrição da realidade e a entende como um conceito capaz de possibilitar uma imposição que normatiza a categoria mulher e a categoria homem, com o objetivo de ser um mecanismo importante e responsável por garantir a perpetuação da estabilidade do conceito de sexo e de gênero, atrelados à questão da identidade (BADINTER, 2005).

Neste contexto, a produção dos gêneros, mesmo dadas às possibilidades de emancipação, ficou atrelada às práticas que regulam o sexo sob uma ótica heterossexual, em uma relação de oposição, de assimetria, entre o homem e a mulher, que configuram as características do macho e da fêmea, determinadas como inerentes e naturais à própria condição de masculino e feminino (BADINTER, 2005).

Neste escopo de análise, as relações de gêneros se encontram em evidência, a qual hegemonicamente compreende-se que o sexo biológico é o definidor do gênero, como se a morfologia do corpo anunciasse e estabelecesse o gênero dos sujeitos, e como consequência, seus modos de desejar e de sentir prazer. É uma perspectiva em que a única possibilidade existente se configura em uma posição binária de macho/fêmea, masculino/feminino. Como possibilidade única torna-se norma e sua dissidência rejeitada.

Compreender o deslocamento da configuração binária masculino/feminino baseado no par sexo/gênero dos personagens dos filmes compreende ir além do modo como são produzidos/apresentados os gêneros nos enredos. É preciso considerar se os filmes possibilitam dissidências dos personagens no que tange os gêneros, aqueles que não se enquadram e/ou tentam escapar da normativa.

³ Trad. “una superficie politicamente neutral sobre la cual actúa la cultura”.

Sobressai-se nesta análise a história contada em *Xuxa em O Mistério da Feiurinha*, em que a dissidência evidente é apresentada pelas bruxas dos contos de fadas, uma vez que são elas que ameaçam o final feliz da família heteronormativa, composta pelos príncipes e princesas. Além disso, ao replicar e misturar os clássicos contos de fadas, o filme se polariza entre a verdade e a mentira, o bom e ruim, o certo e o errado, apresentando de forma clara a dissidência, na figura das bruxas, como algo ruim, feio, errado, monstruoso.

Essa imagem de figura monstruosa da bruxa dos contos de fadas articula-se ao pensamento do autor americano Henry Benshoff que explora em seu livro *Monsters in The Closet* (1997), a ideia de que as imagens de figuras monstruosas presentes nos cinemas remetem às dissidências, representadas principalmente pelos homossexuais. Para o autor a estranheza do monstro perturba o equilíbrio narrativo e problematiza o *status quo*, uma vez que estes monstros, sobretudo nos filmes de ficção científica e terror, são representações da alteridade, codificados de forma *queer* (estranha), já que incomoda as normativas existentes, fortemente estabelecidas e representadas pela heterossexualidade. O autor ressalta a presença dos monstros articulados com a questão das dissidências em todos os gêneros das narrativas cinematográficas, embora considere que os gêneros terror e ficção científica, ao invocarem os elementos não realistas e as figuras metafóricas óbvias, são mais eficazes para construir estes artefatos monstruosos. Explica ainda que o personagem feminino serve como a origem monstruosa e que o homem masculino torna-se monstruoso quando assume características femininas, seja no momento em que exhibe estas características, seja quando faz escolha do objeto sexual tradicionalmente reservado às mulheres (BENSHOFF, 1997). Benshoff chega à conclusão de que “o monstro tradicionalmente é vencido pelas forças da normalidade” (BENSHOFF, 1997, p. 10)⁴ e este seria o fio condutor da análise dos enredos cinematográficos que trazem a figura monstruosa como representação das dissidências. O autor ainda explica que os enredos se perfazem por uma história em que um personagem de um casal heterossexual, ou até mesmo ambos personagens, se envolvem na trama do vilão, geralmente representado por meio de uma figura monstruosa, entretanto, até o fim do filme o vilão/monstro é destruído por multidões patriarcais, heterossexuais e o casal resgatado, protegido das forças homossexuais e seguros para não serem levados a novas e outras experiências *queer* (BENSHOFF, 1997).

De forma diferente é apresentada a dissidência no filme *Acquaria*, por meio dos laços de adoção da personagem Sara. A cena em que ela mata o pai adotivo para salvar seu irmão de sangue apresenta uma cena emblemática para os estudos

⁴ Trad. “monster is traditionally vanquished by the forces of normality”.

pós-culturais, uma vez que apresenta a dissidência morta, o rompimento com os laços de afeto, de amor, laços criados a partir da adoção, para reiteração do *status quo* do patriarcado, representados pelos laços de consanguinidade. A adoção é entendida como uma ameaça, uma vez que possibilita a geração de filhos por laços diferentes dos consanguíneos, tornando outras formas de construção familiar possíveis, como uma alternativa à matriz heteronormativa, sustentada pelas relações consideradas naturais entre sexo/gênero/desejo/práticas sexuais. A adoção seria então um escape da matriz bioparental, termo cunhado por Fernando Teixeira-Filho, ao compreender os processos de filiação por meio da relação “parentalidade/laços de sangue/filiação/descendência”, consonantes com a matriz heteronormativa (TEIXEIRA-FILHO, 2010, p 252). A cena do filme mostra a dissidência dizimada, quando esta se torna capaz de ameaçar o parentesco consanguíneo, desse modo, se tem a hegemonia dos laços de sangue, criada e reafirmada para manter o discurso heteronormativo, advindo do patriarcado e do machismo, a fim de cuidar da manutenção da pureza da raça, conforme proposto por Teixeira-Filho (2010, p. 253) “ser adotado ou não é uma construção cultural, resultante de normas que estruturam as práticas sociais de filiação e operam sobre nossos corpos de maneira muito incisiva e potente”.

Há um destaque para a história do filme que apresenta um enredo preocupado com a questão da nacionalidade, da busca de raízes, do esforço em não perder a memória do pertencimento a um lugar, a uma família, a um espaço. A manutenção deste pertencimento é valorizada pelos laços de sangue, questão fundamental para despertar e manter o desejo de Nação. Logo, não se abre espaço para a dissidência, conforme aponta Butler, em que compreende que a idealização da elite patriarcal é manter uma nação embranquecida e heterossexual, uma vez que somente isso garantiria reconhecimento e legitimação no âmbito da sociedade.

Para Butler, este sentimento de nação aliado ao sentimento de reconhecimento e pertencimento torna-se significativo para pensar as relações de parentesco consanguíneos ou dissidentes. Assim sendo, as formas de reconhecimento advindas da normalização do Estado, concede a manutenção do desejo de nação, priorizando os laços heterossexuais e consanguíneos, deslegitimando qualquer relação que não esteja permeada por esta lógica.

Em relação ao filme *Ó Paí Ó* o enredo pouco rompe com os padrões sociais, os personagens, por mais marginais que sejam, estão atrelados a um padrão de família, heteronormativo, vivenciando sentimento de frustração, ao se aproximarem da dissidência. Como é o caso da beata que espera o marido voltar, criando os filhos nas regras de Deus; Psilene, com sua frustração de não ter casamento bem-sucedido, fingindo ter encontrado marido rico na Europa, quando na realidade se prostitui

para voltar ao Brasil; Carmem, que compensa seus abortos recolhendo crianças para sustentar e Reginaldo, pai de família que tem como amante uma travesti, Yolanda. Embora esta personagem seja uma representação da dissidência, é apresentada como uma mulher apaixonada por um homem, deseja casar-se com ele, adotando então padrões heteronormativos

Entretanto, o enredo de *Ó Paí Ó* contribui para possibilidades de rompimento com o patriarcado no momento em que se considera o agenciamento dos sujeitos subalternos, representados pelos personagens que perpassam o Pelourinho. A história possibilita questionar as normas e padrões sociais estabelecidos, principalmente no que tange as relações de poder, pela própria realidade das histórias dos personagens, como se os atores estivessem em uma *performance* teatral, vivendo e experienciando a realidade do povo do Pelourinho, negros, homens, mulheres, lésbicas, travestis, traficantes, coronéis, prostitutas... Como figura emblemática se aposta no personagem Roque, negro e pobre, mas envolto em uma perspectiva menos marginal, por seu talento, por ser trabalho, por sua honestidade, os quais lhe rendem um dueto com Tatá do grupo musical Araketu, em cima do trio elétrico, em pleno carnaval.

Em uma forte cena de discussão com o traficante branco Boca, o qual pede ajuda a Roque, este discute honestidade e coloca em pauta a defesa da integridade de sua raça, afirmando:

148

Eu sou negro. Eu sou negro sim. Mas por acaso negro não tem olhos Boca? Hein? Negro não tem mão, não tem pau, não tem sentido Boca? Hein? Não come da mesma comida? Não sofre das mesmas doenças, Boca? Hein? Não precisa dos mesmos remédios? Quando a gente sua, não sua o corpo tal qual um branco, Boca? Hein? Quando vocês dão porrada na gente, a gente não sangra igual, meu irmão? Hein? Quando vocês fazem graça, a gente não ri? Quando vocês dão tiro na gente, porra, a gente não morre também? Pois se a gente é igual em tudo, também nisso vamos ser, caralho!⁵

A narrativa dessa cena coloca em pauta para discussão as relações de poder das estruturas sociais, das representações simbólicas dessas estruturas e das questões de identidade as quais ela incita, promotoras de uma redobrada discriminação social, envolta não somente pelas condições sociais, mas pelas condições de classe, já que os personagens do Pelourinho, em sua maioria, são pobres, moradores de cortiço; pela raça, em sua maioria homens negros e mulheres negras; pelas questões de gênero, em sua maioria mulheres subordinadas ao poder patriarcal do machismo.

A cena ressalta como as segregações econômicas estão envoltas e vulneráveis a outros aspectos segregacionais, tais como raça, etnia, questões de gênero e

⁵ Trecho do filme *Ó Paí Ó*.

sexualidade, conforme aponta Richard Miskolci (2009) em seu texto *O Vértice do Triângulo, Dom Casmurro e as relações de gênero e sexualidade no fin-desiècle brasileiro*. O texto, por meio de uma análise sociológica do famoso triângulo amoroso brasileiro presente na obra literária *Dom Casmurro* de Machado de Assis, fornece aspectos para ampliar a compreensão da lógica heteronormativa, ao ditar por sua história triangular as regras das relações sociais, amorosas e sexuais, advindas das relações de poder da sociedade pós-colonial. Estes pontos de segregação ao produzirem preconceitos remetem então ao conceito de interseccionalidade, “que afirma a coexistência de diferentes fatores (vulnerabilidades, violências, discriminações), também chamados de eixos de subordinação, que acontecem de modo simultâneo na vida das pessoas” (WERNECK, 2007, p. 3). Portanto, como um aporte teórico, permite a compreensão das especificidades históricas e conceituais dos mecanismos que produzem, naturalizam e mantêm as desigualdades sociais, investigando as discriminações, as formas de opressão, as estereotipações, as subordinações, nos diferentes níveis, tanto no que se refere à estrutura social, quanto no que se refere às identidades e suas representações simbólicas (MATTOS, 2011).

Analisar as condições de subordinação e seus rompimentos possíveis, partindo da narrativa do contexto histórico, social e cultural apresentado pelo filme *Ó Paí Ó*, requer a análise de uma perspectiva interseccional, uma vez que esta possibilita a compreensão do imbricamento entre o sistema de gênero, de raça e de classe social e o modo como os personagens são agenciados para escapar dessas marcas reiteradas de subalternidade, o trabalho honesto de Roque, a vinda pra capital em busca de uma vida melhor de Rosa, os cuidados com as crianças abandonadas de Carmem.

O filme *As Melhores Coisas do Mundo* apresenta em tom problematizador a dissidência da composição familiar. Inicialmente, torna-se um drama na vida de Mano, aos poucos a homossexualidade de seu pai abre a ele outros caminhos, capaz de pensar sobre a possibilidade de outras relações afetivas. Situação que se potencializa após ser vítima de preconceito homofóbico, na cena em que apanha dos colegas de escola, pelo fato de ter pai gay, o que faz com que Mano repense seus posicionamentos e se permita experimentar uma relação de afeto com o pai e posicionar-se diferente dos comportamentos controladores e vigilantes das normas repassados no contexto da escola. Expõe-se de forma contrária, ao aliar-se com outros dissidentes e/ou apoiadores das diferenças na cena em que propõe o tema de campanha da chapa do grêmio da escola ‘Mundo Livre’, em uma alusão a liberdade almejada para vivenciar as diferenças e transitar sem problemas pelos espaços de convivência. Afirmando em metáfora que a “escola é um big brother do mal” (*sic*); “esta escola é uma bolha sem ar, é preciso estourar essa merda dessa bolha” (*sic*).

Contudo, o enredo do filme apresenta o posicionamento dos filhos a esta dissidência familiar e como é este posicionamento nas interações que possuem com outros contextos, como escola, amigos, namoradas. O posicionamento da mulher é sobreposto e desfocado. Mágoa, raiva, ressentimento, são os únicos sentimentos expressados por Camila, mãe de Mano e Pedro, como reação ao divórcio e a escolha do antigo parceiro por um novo companheiro do mesmo sexo. Sentimentos expostos em uma reunião de pais da escola dos filhos, culminando em boatos sobre a sexualidade do ex-marido, que ao chegar aos ouvidos dos colegas de escola de Mano, o agridem fisicamente.

Além de a história abrir poucos espaços para esta personagem mulher reagir às dissidências apresentadas, sua única reação mais marcante atinge o filho de forma agressiva e ela leva a culpa por seu filho ter sido vítima da homofobia. Embora seja importante ressaltar que esta situação rende ao filme uma de suas melhores cenas, pois quando Mano vai até a mãe cobrar-lhe o porquê contou em reunião de pais sobre o motivo de o divórcio ser a homossexualidade do ex-marido, eles discutem e Camila deixa cair um ovo no chão. Os dois se olham e iniciam um ataque de ovos ao mural de fotos e recados presente na cozinha, o qual possui ainda algumas fotos da família, ao acabarem os ovos, os dois se abraçam, choram e sorriem juntos.

É uma cena metafórica que possibilita expressar a quebra do contexto familiar, como a dissidência produz a ruptura da família nuclear heteronormativa dando espaços para pensar as conjugações de famílias plurais. O problema encontrado aqui é a falta do posicionamento da mulher. O filme mostra uma mulher que chora e fica com raiva, enquanto seu filho adolescente busca meios de lutar contra a homofobia. Será que a mulher não pode expressar seus sentimentos também em uma postura ativa? Ou será que a mulher também vai sempre reiterar o preconceito, como apresentado na cena em que Valéria, a garota sexy do colégio, por quem Mano está apaixonado, deixa de sair com ele, alegando que é difícil namorar com alguém que tem o pai gay, porque não teria como explicar isso a sua família.

O filme *Desenrola*, apesar de tratar de temas adolescentes relacionados a perda de virgindade, não problematiza questões de sexualidade, de modo a abrir espaços para pensar dissidências. Ao contrário, em muitos momentos, o enredo reitera as demarcações de gênero, como na cena em que Priscila perde a virgindade, com o garoto mais popular da turma, ele a seduz, a salva de um afogamento, depois a ensina a nadar no mar, sob a luz da lua, cumprindo todo um ritual, baseado na idealização do amor romântico. Neste ritual de sedução, permite que a primeira vez de Priscila aconteça, quando ele é agente ativo no processo. Diferente da cena que ele escapa de transar com ela, quando descobre que é sua primeira vez e ela está em uma posição ativa, topando perder a virgindade.

Sendo este o tema central do filme, a perda da virgindade é tratada de forma clichê, de que a menina deve estar apaixonada pelo menino com quem transara pela primeira vez, de que o menino deve ser um garanhão popular da escola, que não se prende a relacionamentos. Finalizando com clichê do amor romântico. Novamente é um filme que apresenta a personagem mulher como passiva na história, embora, neste caso, ela seja a personagem principal. Passa por temas que poderiam romper com os padrões sociais, uma vez que apresenta os gêneros em interação constante, dialogando sobre sexualidade e o modo como os adolescentes a descobrem e a definem.

Apesar de não explorar estes temas profundamente, permite a discussão do importante papel que a escola exerce na construção e (re)produção das subjetividades e questões de gêneros. Acredita-se que lançar um filme para o público adolescente, tratando sobre questões adolescentes relativas à sexualidade, é buscar ir ao encontro desta demanda apresentada na escola e raramente discutida por ela, propondo que esta seja um espaço de refletir sobre as normas identitárias e não de reiteração das mesmas. Na maioria das vezes, a própria escola não consegue cumprir uma proposta para além do discurso do patriarcado, tradicional e homogeneizador.

A escola, apresentada pelo enredo do filme, é este espaço desencadeador de vivências das experiências adolescentes, capazes de conjugar o modo de ser menino e menina, antes mesmo de conjugar o modo de ser humano e viver respeitando as diferenças, entretanto, as interações propostas pela história perfazem a mulher enquadrada nas regras heteronormativas, nem de leve esbarrando em mulheres dissidentes. Do mesmo modo, como somente dá a entender que o melhor amigo da personagem Priscilla está descobrindo a homossexualidade, do modo como lança o tema do aborto de uma gravidez na adolescência da personagem que se viu abandonada pelo companheiro, mas logo o tema é abafado quando o casal se entende e reatam o namoro.

Esta análise crítica sobre a reiteração de identidades correspondentes a uma única forma de ser mulher que os filmes apresentam de suas personagens mulheres remete ao pensamento de Butler sobre o fato de que a repetição é um instrumento cultural de produção de identidades naturalizadas de acordo com os regimes de naturalização do heterossexismo e do falocentrismo. Partindo destas mulheres e do poder das repetições identitárias, pode se compreender que o contorno das histórias que perpassam os filmes e seus personagens, traz à reflexão a ideia de uma identidade não fixa, em alguns momentos pela própria rigidez em que são mostrados os gêneros dos personagens e em outros pela pequena possibilidade de suas dissidências.

Identidades não fixas e a questão da performatividade: uma possibilidade de enfrentamento ao patriarcado

São cinco histórias, atravessadas por outras histórias, capazes de lançar a reflexão, por diferentes vias, a compreensão da não possibilidade de atribuição de uma categoria a um sujeito, por este possuir ou não determinada aparência, cor, raça ou sexo. São histórias que ampliam a compreensão da impossibilidade de observar o gênero a 'olho nu', identificando o sexo biológico masculino e feminino determinados como homens e mulheres, constatando traços e características que assim os definissem.

É possível lançar-se nesta perspectiva ao relembrar os trejeitos das personagens princesas e o modo como se relacionam entre si e com os príncipes; a personagem gótica Sara e sua mudança de posicionamento ao passo que se aproxima dos laços sanguíneos com o irmão; o multiculturalismo de classe, de raça, de gênero que perpassa as mulheres personagens do filme *Ó Paí Ó* e o modo como interagem com outros gêneros; a dissidência familiar presente no filme *As Melhores Coisas do Mundo* e o modo como essa dissidência silencia a mulher e a tipifica em seus sentimentos; e os clichês de amor romântico e perda de virgindade apresentados pelos personagens do filme *Desenrola*.

152 São todas situações que se relacionam e poderiam problematizar expressivamente a desarticulação da natureza existente entre o par sexo/gênero, conduzindo para a construção teórica de Butler, a qual se atenta para o fato de que não há corpo natural, um corpo que pré-exista a uma inscrição cultural, sugerindo então o gênero não como algo que se é, mas sim algo que se faz, um ato, uma seqüência de atos, um 'fazer' ao invés de um 'ser' (BUTLER, 2007).

São histórias de mulheres que fazem pensar os gêneros, não por suas dissidências, mas pela falta delas, por serem apresentadas sempre da mesma forma, com características que a sociedade, por meio de suas relações de poder, definiu e normatizou como características femininas e somente podem ser expressas por mulheres. A falta de pluralidade dos personagens femininos, a intensa e marcante definição do que é ser mulher – perceptível pela apresentação das mesmas características, em diferentes mulheres, nos diferentes filmes – não permite compreender os gêneros em suas complexidades, constituídos de totalidades que não se limitam. Apresentam, de forma simples, mulheres em diferentes contextos, mas que se comportam da mesma forma normatizada, submissa, oprimida pelos poderes dominantes machistas e patriarcais.

Diferenciam-se do gênero que "se tratará de un conjunto aberto que permite múltiplas coincidências e discrepâncias sem obediência a normativas de definição fechada" (BUTLER, 2007, p. 70). Logo, por seu múltiplo e complexo, o gênero não

pode ser da ordem do constativo, ou seja, constata-se o gênero homem ou mulher, por meio da identificação do sexo masculino ou feminino; mas sim da ordem da performatividade, conceito cunhado por Butler, a fim de demonstrar que o gênero é construído (BUTLER, 2007). Assim, o conceito de performatividade revela que não é a anatomia e/ou sexo biológico que irá compor o gênero do sujeito, mas sim as performances inscritas em seu corpo (BUTLER, 2007), considerando que a identidade é da ordem do evento, do contexto, e não da fixidez.

Afirmar que a identidade é um constructo performativo confere a desnaturalização de que há uma relação mútua e indissociável da sequência sexo/gênero/sexualidade, atribuindo complexidade a ideia de Butler. Parte da declaração de que o gênero não é natural, por não possuir uma relação essencial entre o corpo e o gênero de qualquer sujeito (SALIH, 2012).

Sendo assim, Butler aproxima gênero à escolha, não sendo esta uma atribuição dada pelo essencialismo da natureza, estando, então, mais próxima de uma escolha da ordem cultural. Contudo, não significa que esta escolha esteja simplesmente relacionada há um agente livre, colocado fora de seu gênero e este somente o seleciona (SALIH, 2012). Por essa perspectiva, o gênero se constrói o tempo todo, como uma sequência de atos que se dá no contexto dos discursos, os quais não se pode fugir, uma vez que não há possibilidade do sujeito, um agente social, estar fora dos termos discursivos, pelos quais se constrói o gênero e o sexo. Assim são os personagens dos filmes, dissidentes ou heteronormativos, constroem uma performance de gênero, costurada ao contexto social e cultural, aos quais estão inseridos. Como exemplo, a personagem Neuzão, de *Ó Paí Ó*, lésbica, performa o gênero masculino, fazendo a linha dura, machona, briguenta, que resolve tudo sozinha e a seu jeito, respondendo de certa forma a um comportamento padrão social específico para mulheres lésbicas.

Este é um personagem em consonância com a declaração de Butler, de que o gênero é um efeito de construções culturais que marcam e definem o corpo (SALIH, 2012). Compreender o gênero como uma construção não naturalizada, leva a afirmação de que "o gênero não é um substantivo, mas demonstra ser performativo, quer dizer, constituinte da identidade que pretende ser" (BUTLER, 2003, p. 25). A performatividade descreve o gênero como um estilo corporal constituído pela cultura e é esta mesma que o impede de uma livre escolha do sujeito sobre seu gênero.

Em seu livro *Cuerpos que Importan*, Butler retoma a ideia de performatividade e sua íntima relação com a escolha do gênero, reafirmando, com a intenção de esclarecer, que a performatividade é uma reiteração de normas anteriores ao sujeito e por esta reiteração ser um movimento permanente, acaba materializando aquilo que nomeia (BUTLER, 2002). Como exemplo, se tem a personagem Sara e o tema adoção levantado

por sua história, constituindo a adoção como normas e práticas de filiação que incide sobre os corpos de forma bastante potente, por meio, dentre outros, de aspectos performáticos linguísticos. Conforme explica Teixeira-Filho (2010, p. 253) “a língua, a partir de “atos de citação”, constrói realidades, como a noção de adoção, que são configuradas a partir de representação, de habitus e do próprio corpo”, compreendida, portanto, por meio da reiteração constante de um conjunto de normas capazes de legitimar a adoção.

É um contexto em que a linguagem assume papel importante, uma vez que para Butler a performatividade do gênero é o ato que faz existir aquilo que ele nomeia, ou seja, a linguagem e o discurso constroem o gênero: “não existe um eu fora da linguagem, uma vez que a identidade é uma prática significativa, e os sujeitos culturalmente inteligíveis são efeitos e não causas dos discursos que ocultam a sua atividade” (BUTLER, 2003, p. 145).

A teorização da autora defende a premissa do gênero como uma construção discursiva de uma produção cultural, em que gênero é encarado como produzido e não um fato natural, partindo do sexo biológico dos sujeitos. Este desenvolvimento das ideias de Bulter denuncia como os sujeitos são enquadrados dentro de uma identidade fixa para uma normalização compulsória dos corpos, afirmando a obrigação da existência de uma coerência entre corpo/prática sexual/desejo.

154

Ao denunciar este enquadramento fixo, a autora constrói a descontinuidade existente entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais, abrindo espaço para a reflexão de que a performatividade do gênero é o resultado das repetidas ações e atos dos gêneros, o que acabará lhe atribuindo um caráter de naturalidade e o mantendo na estrutura binária da ordem heterossexual.

Considerações finais

A perspectiva de análise dos filmes pela ótica dos gêneros permite esclarecer a norma reguladora do sexo e compreender o par binômio sexo/gênero pela ordem do performático, atribuindo regras aos modos como os corpos devem se materializar, marcando-os de acordo com o sexo biológico, exigindo práticas sexuais, mediante a produção de gêneros. São personagens envolvidos em histórias que problematizam, o aspecto performativo dos gêneros, e até mesmo o que se denomina de suas subversões, dissidências, dependentes exclusivamente das determinações culturais, que o marcam e conseqüentemente o levam a conjuntura de uma norma heterossexual que conduz as relações dos gêneros na sociedade.

As personagens mulheres apresentadas pelos filmes constituem-se como um desdobramento da matriz heterossexual, de modo que o enredo em que estão inseridas as constrói em correspondência com a relação binária entre sexo/gênero, representando-as de forma tradicional, baseada nas submissões aos poderes patriarcais. Assim, contribuem para reforçar a verdade, já existente, sobre o sexo e a sexualidade, por meio de práticas reguladoras que determinam a identidade de gêneros dos sujeitos, ou seja, há uma definição dos papéis exercidos pelas mulheres que reforça ainda mais os ideais da sociedade patriarcal.

Isto porque os filmes atribuem às imagens de seus personagens composições capazes de multiplicar a vida cotidiana, organizando-a e regulando-a. Assim, o cinema, ao produzir imagens, marca posições e papéis sociais, exprimindo e impondo crenças em um quadro imaginário da coletividade. Neste sentido, a imagem é categoria fundamental para compreender a potencialidade do cinema, no momento em que ele confere sentido e significado de valor, as próprias imagens produzidas.

Neste contexto, encontram-se as imagens das mulheres produzidas pelo cinema brasileiro e analisadas criticamente à luz das problematizações das questões de identidade e de gênero, em uma tentativa de esclarecer se estas se deslocam dos fundamentos patriarcais. Portanto, analisar o gênero como performance, por meio das personagens mulheres do cinema brasileiro, possibilita a problematização se este cinema, entendido como mídia capaz de doutrinar os estilos de vida, tem contribuído como instrumento de resistência para as mulheres enfrentarem a violência da imposição dos gêneros advindas sobretudo pelo patriarcado.

Embora as histórias contadas pelos filmes abram espaços para problematizações a respeito da possibilidade dos gêneros serem construídos e não impostos, é importante ressaltar que os filmes trazem para os espectadores objetos visuais que os atraem e o desenvolvimento dos filmes coloca os sujeitos na posição visual, onde a narrativa se ocupa de organizar o significado para este objeto, de modo que este impulso visual seja capaz de projetar um desejo através dos objetos representados, conforme aponta Teresa de Lauretis, em seu livro *"Alicia Ya No: Feminismo, Semiótica e Cinema"* (1984).

Sendo assim, o desejo serve como uma alavanca capaz de impulsionar o cinema para que este atinja o imaginário dos sujeitos, suas memórias, recordações, representações e, assim, identificações. Este é um processo comum a homens e mulheres, contudo, quem define as imagens visíveis, em função de esquemas perceptivos e conceituais, as quais provocarão as narrativas e, conseqüentemente, o prazer visual é o patriarcado, a fim de organizar as formações ideológicas e sociais, possíveis pelos filmes, uma vez que estes apresentaram imagens de mulheres normatizadas pela lógica heterossexual, machista e patriarcal.

Pode se considerar então que o desejo despertado pelo cinema, exemplificado aqui por estas cinco produções nacionais, é criado por ideais masculinos, fundamentados no patriarcado e carregado de machismo, por isso, aponta Lauretis (1984), o cinema feminista, possui o objetivo de construir outra visão sobre o objeto de prazer (a mulher), diferente do cinema clássico masculino, ampliando as possibilidades e as condições de visibilidade das mulheres, deixando de articular a representação destas unicamente ligada ao prazer sexual. Irá construir assim outro objeto no cinema, buscando relacionar a mulher com a representação, com o significado e com a visão, por outra medida de desejo, além daquela que a coisifica como objeto sexual. Fato este que não foi possível observar e nem problematizar em relação as produções cinematográficas analisadas.

Diante disso, entende-se que o desejo tem dado as produções cinematográficas grande hegemonia no momento de pensar as constituições subjetivas, sobretudo, no que tange as mulheres, uma vez que elas são massivamente postas em imagens formadas por homens, destinadas ao cumprimento do desejo dos homens, embora também seja possível notar que as mulheres também são capazes de construir outro olhar, outros significados, outras imagens, as quais perpassam o desenvolvimento das produções cinematográficas de forma diferente, ampliando a possibilidade de serem representadas outras mulheres, diferentes daquelas construídas para satisfazerem os desejos visuais masculinos.

156

Referências

- ANCINE, Agência Nacional do Cinema. **Listagem de Filmes Brasileiros Lançados – 1995 a 2012**. Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual disponível em: <http://oca.ancine.gov.br/filmes_bilheterias.htm>. Acesso em: 25/05/2013.
- BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocado**: o feminismo e alguns destinos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BENSHOFF, Harry M. **Monsters in The Closet, Homosexuality and the Horror Film**. New York: Martin's Press, 1997.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo". **Cadernos Pagu**, v. 11, p. 11-42, 1998.
- _____. **Cuerpos que importan**. Sobre los limites materiales y discursivos del "sexo". Barcelona: Paidós, 2002.
- _____. O Parentesco é Sempre Tido como Heterossexual? **Cadernos Pagu**, v. 21, p. 219-260, 2003.

- _____. **El Género en Disputa**. El Feminismo y la Subversión de la Identidad. Barcelona: Paidós, 2007.
- LAURETIS, Tereza De. **Alicia Ya No – Feminismo, Semiótica e Cine**. Valencia: Ediciones Catedra, 1984.
- MATOS, Marlise; CYPRIANO, Breno Henrique Ferreira. Críticas feministas, epistemologia e as teorias da justiça social: em busca de uma teoria crítico emancipatória de gênero. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32. **Anais...** Caxambu, Minas Gerais, 2008.
- MATTOS, Patricia. O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XV. **Anais...** Curitiba, Paraná, 2011.
- SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Trad. Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva. Os segredos da adoção e o imperativo da matriz bioparental. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, 18, n. 1, 2010.
- WERNECK, Jurema. **Construindo a equidade**: estratégia para implementação de políticas públicas para a superação das desigualdades de gênero e raça para as mulheres negras. AMNB. Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, 2007. Disponível em: <<http://www.amnb.org.br/Equidade%20AMNB.pdf>>. Acesso em: 10/04/2013.

‘PATRIARCADO PÚBLICO’: ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL*

*Cristiane Araújo de Mattos***

Resumo: O acesso à justiça, entendido de forma ampla, mostra-se como direito incontestado a ser ofertado a todo e qualquer cidadão ou cidadã independentemente de suas características físicas, classe social, fundamentos políticos ou religiosos. Infelizmente, especialmente quanto às perspectivas de gênero, as temáticas envolvidas ainda não se consolidaram como prioridade na agenda das políticas públicas brasileiras voltadas para a inclusão social. A valorização da mulher, pautada numa readequação de conceitos, apresenta-se como alternativa para fazer frente à violência - sob todas as formas - que ainda aflige as mulheres no Brasil, especialmente aquela que se perfaz pelo senso comum dos juristas.

Palavras-chave: Gênero; Justiça; Políticas públicas; Senso comum.

Abstract: Access to justice, understood broadly, it is shown as incontestable right to be offered to all and any citizen regardless of their physical, social class, political or religious grounds. Unfortunately, especially in regard to gender perspectives, the issues involved are not yet consolidated high on the agenda of Brazilian public policies for social inclusion. The empowerment of women, based on a readjustment of concepts, is presented as an alternative to face violence - in all its forms - which still afflicts women in Brazil, especially one that makes up the theoretical common sense of lawyers.

Keywords: Gender; Justice; Public policy; Common sense.

* Artigo submetido à avaliação em 13 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 20 de setembro de 2015.

** Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo.

A questão do acesso: em que consiste a plenitude?

Garantido pelo artigo 5º, inciso XXXV, da Carta Magna vigente desde 1988, o acesso à justiça é direito fundamental no Brasil. Tal acesso, entretanto, não pode ser entendido apenas no seu aspecto material, palpável, pela fixação de locais a que se denominem 'fóruns' ou mesmo pela oferta estatal de representação em Juízo, tipicamente exercida pela Defensoria Pública, inclusive com isenção de custas processuais para aqueles comprovadamente debilitados financeiramente. Para além, a questão do acesso invoca um ideal valorativo de Justiça, intrinsecamente humano, e que responde às aspirações de responsabilização judicial, nos casos de violação de direitos, contra aquele agente causador do dano. O acesso, sem "as reservas e as oposições" poderia exemplificar o que Bobbio (1992) entende como exequibilidade dos direitos sociais do homem.

O acesso pleno ao Judiciário se constituiria em um dos mecanismos de exercício pleno da cidadania, no que diz respeito aos aspectos jurídicos da (con)vivência social, a fim de superar as históricas desigualdades sociais e políticas que, dentro de um sistema democrático, ainda impedissem a universalidade do exercício fático dos direitos ora legislados.

Entretanto, mesmo que a possibilidade de acesso formal tenha exibido expansões ao longo das duas últimas décadas e meia que decorreram da promulgação da Constituição vigente¹, a necessidade de ampliação e afirmação dos direitos humanos das minorias ainda é ponto da agenda político-social a suscitar reconhecimento. Dentro deste contexto, questões relativas a gênero, ainda que tenham galgado espaço nos debates legislativos, especialmente quando analisadas sob recorte religioso, representam uma temática um tanto quanto obscura no Judiciário, especialmente porque cabe aos seus representantes a determinação do que, no caso concreto, deva ou possa ser tomado como passível de garantir a estabilidade da ordem social.

É preciso considerar, portanto, que a decisão judicial, emanada por um (ou mais) indivíduo(s) cuja autoridade se perfaz especialmente designada pelo Estado, carrega consigo aspectos ideológicos e sócio-políticos que ultrapassam a própria natureza do julgado ou do dever de julgar, ou seja, a interpretação de um fato pelo magistrado, tal qual a interpretação de um texto, é inseparável daquele que a efetiva, de seus propósitos e de seu próprio contexto histórico e social (CARRILHO, 1995). Traduzindo suas posições e pensamentos em sentenças ou acórdãos, juízes descrevem condutas aceitáveis ou

¹ Não se pretende discutir a precariedade dos recursos materiais e humanos das Defensorias Públicas, quando existentes, ou mesmo a lentidão da prestação jurisdicional que se perpetua como dificultadora de um acesso efetivo à Justiça de forma equânime, quanto ao peticionamento, e célere, quanto à resposta.

repudiáveis, construindo posições e categorizações de grupos de sujeitos. Cumpre ressaltar que, qualquer que seja seu grau hierárquico, enquanto juiz, aquele indivíduo (ou grupo) fala em nome do próprio Judiciário, do próprio Estado e, ainda que se trate de uma decisão específica, em caso concreto, forma (ou contribui para a formação de) expectativas de padrões sociais que reforçam as bases das relações de poder.

Neste sentido, Foucault (1999), destacando as estruturas das relações de poder, evidencia o papel do Direito e de seus operadores na manutenção de padrões e papéis que, longe de garantir equidade de condições, são garantidores da perpetuação de um sistema que reforça estas próprias estruturas. Assim, ainda que se lute por igualdade fática de direitos entre homens e mulheres, se o padrão referencial dos agentes estatais postular pela manutenção de uma hierarquização entre os mesmos, esta hierarquização será exibida no discurso jurídico, ainda que intrinsecamente (TORRESAN e COSTA, 2010). E, uma vez incorporados ao discurso, enquanto sentença, os padrões referenciais tomados como base para as decisões, no caso concreto, farão ‘lei entre as partes’, elevando o discurso a um patamar de ‘verdade’ histórica e socialmente consagrada pelo monopólio estatal da jurisdição (WARAT, 1987).

A fim de garantir (ou reforçar) a confiabilidade na idealizada imparcialidade da prestação jurisdicional, as decisões devem contar com fundamentação, sob pena de nulidade, como preceitua o inciso IX do artigo 93 da Constituição Federal, o que não garante sua imunidade quanto a influência de fatores extraformais, ocasião em que, como afirma Monteiro (2007, p. 6119), “a justificativa passa a ser, tão-somente, uma tentativa de racionalizar *a posteriori* uma decisão tomada *a priori*, sob influxo do emocional, e ainda apresentá-la como razoável”. Tomado como ‘verdadeiro’ porque devidamente emanado de autoridade estatal legítima para proferi-lo, o discurso tornar-se-á ‘regra’ de direito capaz de delimitar uma atuação permissiva ou punitiva, conforme se filie, direta ou indiretamente, a outras regras socialmente estabelecidas.

Em perspectiva semelhante, Foucault (2002, p. 81-83) apresenta a figura do criminoso como aquele que “rompeu o pacto” e que, por isso, deveria ser punido, conforme Beccaria, Brissot e Lepeletier de Saint-Fargeau, com banimento, isolamento moral, trabalho forçado ou pena de talião. Ultrapassados pelos mecanismos de controle médico, psicológico, pedagógico e criminológico característicos do século XIX, o isolamento moral parece ser o único a sobreviver como “mecanismo de exclusão local” com “isolamento no interior do espaço moral, psicológico, público, constituído pela opinião”, especialmente na reprodução de estereótipos e preconceitos, entendidos como uma visão pré-concebida e generalizada quanto aos atributos, características ou papéis a serem desempenhados por integrantes de determinado grupamento social (COOK; CUSACK, 2010).

Estado-patriarca: o 'gênero do Direito' no senso comum dos juristas

No caso das decisões que envolvem questões de gênero, o estereótipo é percebido pelo reforço na delimitação de papéis sociais designados para homens e mulheres (LOURO, 2000), podendo culminar na punição moral daquela ou daquele que se desvie do padrão referencial do julgador, ainda que este/a seja, no caso concreto, a própria vítima. Exemplo recente é o da negativa judicial de proteção, nos moldes da Lei Maria da Penha, à Eliza Samúdio, fundamentada na inexistência de “relação íntima de afeto duradoura”, ainda que a própria lei não determinasse lapso temporal, o que, segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), “remete aos padrões antigos de preconceito contra as mulheres”.² Desconsiderando as mais recentes inovações conceituais dentro de políticas públicas, oriundas da luta pela modificação de paradigmas referentes à questão de gênero (SARTI, 2005), a decisão de denegação de medida protetiva da gravidez a uma mulher que alega estar sendo agredida pelo pai de seu filho, ainda que não configure relação familiar (“duradoura”), certamente configura relação de intimidade. Uma vez no círculo de proximidade da vítima, o suposto agressor tem um acesso a ela que um estranho não teria. Eis o objetivo da lei: proteger a mulher dentro das relações privadas, ou domésticas.

Importa salientar que, mesmo analisados por uma juíza, a acusação de agressão física e o conseqüente pedido de proteção da vítima não escaparam da análise moral de seu comportamento, exibindo bem a categorização das mulheres e a destinação de graus de proteção legal conforme se encaixem neste ou naquele modelo. Buscando justificativa na lei e exibindo um *senso comum* de culpabilização das mulheres, a juíza reforça um sistema de subordinação que passa pelas relações familiares, profissionais e sociais em que estão envolvidas estas mulheres consideradas indignas da proteção da própria lei.

Dentro deste ciclo, relações simbólicas naturalizam o androcentrismo já característico das instituições jurídicas e reforçam o isolamento moral pela conseqüente marginalização e subordinação de status. Estereotipadas pela própria instância de poder que deveria protegê-las da violência sofrida, a negação de cidadania, pela negação de acesso *pleno* à Justiça, se caracteriza, reproduzindo subjetividades perpetuadoras de

² “Antes das investigações relativas ao seu desaparecimento e que resultaram na condenação do ex-goleiro Bruno Fernandes das Dores de Souza por seu homicídio e ocultação do cadáver Eliza Samúdio, grávida do jogador, já havia registrado boletim de ocorrência antecipando o fato e solicitando proteção judicial. Sob pena de “banalizar a Lei Maria da Penha”, a juíza Ana Paula Delduque Migueis Laviola de Freitas, titular do 3º Juizado de Violência Doméstica do Rio de Janeiro, negou o pedido alegando que Eliza não poderia se beneficiar das medidas protetivas, nem “tentar punir o agressor” utilizando-se dos agravantes de pena previstos na referida Lei. As ameaças, a negativa de aplicação da Lei Maria da Penha e a remessa dos autos para a Vara Criminal (comum) se deram em outubro de 2009, oito meses depois fora noticiado o desaparecimento de Eliza” (MATTOS, 2014).

assimetrias não só entre homens e mulheres, mas, também, entre as próprias mulheres (ANDRADE, 2007).

De base patriarcal, o julgamento moral das mulheres por representantes de esferas específicas de poder, revela uma dupla vitimização. Além de sofrer os mais diversos tipos de violência, a classificação das mulheres de acordo com sua 'reputação', acaba por imputar a elas parte (ou mesmo a totalidade) da responsabilidade pela violência sofrida. Subjugada nas relações privadas, a mulher sofre, ainda, o risco de julgamento e execração públicos, caso pretenda o exercício pleno de cidadania pela invocação do direito à prestação jurisdicional que, constitucionalmente, lhe assiste. Perpetuando papéis hierárquicos de gênero, o Judiciário nega, em sentido amplo, o acesso que a ela cabe prover, ao mesmo tempo em que relativiza sua própria importância ao distanciar-se da democracia e da justiça social, ou, em outras palavras,

[...] como o mundo só "existe", como mundo, na medida em que for compreendido/interpretado, é possível dizer que, se a Constituição Federal estabelece que o Brasil se constitui em um Estado Democrático de Direito, colocando à disposição dos juristas os instrumentos para a sua implementação, é dizer, a função social do Estado; e se ela, a Constituição Federal, não é aplicada, então não há função social do Estado (STRECK, 2014, p. 368).

162

Explicitando o pacto social "do qual toda sociedade é coprodutora", uma vez violada ou descumprida a Constituição, tem-se a própria violação ou descumprimento do contrato social, nos dizeres de Streck (2014, p. 345). Neste sentido, a negação de direitos de cidadania é clara. O Estado se faz inadimplente ainda que aparente, nas suas relações internas e internacionais, se mostrar atuante.

No âmbito internacional, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 1979, foi ratificada pelo Brasil em 1984 e as reservas apontadas eliminadas em 1994. Indicando compromisso dos Estados signatários com a promoção da igualdade plena entre homens e mulheres no acesso aos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos, a Convenção proíbe práticas discriminatórias oriundas da sociedade ou do Estado, direcionando a este a responsabilidade pela adoção de medidas passíveis de modificar os padrões socioculturais tendentes à perpetuação das desigualdades. Entretanto, pesquisa realizada dentre os integrantes do Poder Judiciário Estadual do Rio de Janeiro constatou que 90% dos desembargadores e juizes não recorrem frequentemente a este e aos outros documentos internacionais que tratam dos direitos das mulheres (CUNHA, 2005).

É possível perceber a lentidão com que as normas de proteção são aplicadas pelos juizes, quer correspondam ao Direito Internacional, quer se reflitam em normas

pátrias, especialmente pela dificuldade de desconstrução de padrões pessoais de conduta explicitamente destoantes da objetividade e impessoalidade que se espera dos juízes. Um bom exemplo é a negativa de aplicação da Lei Maria da Penha, nos autos de nº 222. 942-8/06, pelo juiz Edílson Rumbelsperger Rodrigues, de Sete Lagoas/MG. Ao considerar a lei “herética porque é anti-ética; herética porque fere a lógica de Deus; herética porque é inconstitucional e por tudo isso flagrantemente injusta”, o juiz fundamenta sua decisão pela inaplicabilidade da lei em argumentos puramente religiosos, com uma veemência (ou agressividade?) próxima da misoginia:

[...] a desgraça humana começou no Éden: por causa da mulher — todos nós sabemos — mas também em virtude da ingenuidade, da tolice e da fragilidade emocional do homem. Deus então, irado, vaticinou, para ambos. E para a mulher, disse: ‘[...] o teu desejo será para o teu marido e ele te dominará...’ (MATTOS, 2014).

Segundo Scott (1995), a partir das diferenças percebidas entre os sexos, são constituídas relações sociais que tem como elemento o gênero, que, por sua vez, possui quatro elementos ou aspectos. Os primeiros elementos apontados são “os símbolos culturalmente disponíveis” dentro de cada espaço físico-temporal que, analisados sob o conceito de representação da psicologia social permitiria a “leitura” dos símbolos de acordo com a realidade de cada grupo humano, de seus discursos de poder, sempre polarizando as construções representativas em bem/mal, certo/errado, entre outras (CARDOSO, 2000).

163

Ao exemplificar sua subdivisão de gênero, Scott refere-se à Eva e à Maria como símbolos de mulher dentro da tradição cristã do Ocidente. Considerando que a representação permite a construção da realidade a partir dos símbolos, torna-se socialmente inquestionável a existência de dois tipos de mulheres: Eva que representa o mal, o errado e o pecado, e Maria que representa o bem, o certo e a virtude. O discurso do juiz Edílson Rumbelsperger Rodrigues se acomoda – literalmente – ao contexto.

Para se determinar quais mulheres são Eva e quais são Maria, são necessários conceitos normativos que evidenciem as interpretações dos símbolos disponíveis, restringindo ao máximo a ampliação de suas determinações. Esses conceitos normativos, expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, são o segundo elemento de gênero apontado por Scott.

Bourdieu (1999), ao analisar os mecanismos e instituições encarregadas de garantir a perpetuação da ordem de gêneros, atribui à família, à Igreja e à escola a reprodução dos conceitos normativos que afirmam e reforçam o sentido do masculino e do feminino.

A família seria responsável pela demarcação precoce do feminino e do masculino pela divisão do trabalho amparada na distinção biológica entre homens e mulheres, limitando o ambiente doméstico e a criação dos filhos à mulher, ao mesmo tempo em que amplia o espaço do homem, destinando-lhe a tarefa de provedor.

A Igreja, agindo sobre o inconsciente e utilizando-se da simbologia dos textos sagrados, seria responsável pela implantação e reprodução de uma moral familiarista baseada na inferioridade da mulher e conseqüente dominação patriarcal.

Diante do antifeminismo da Igreja que entendia a mulher como personificação do mal, toda e qualquer falta deveria ser considerada para correção e adequação aos padrões de comportamento feminino ideal. Potencializa-se a condição de Eva em detrimento do *status* de Maria já que a elevação só seria possível se a mulher cumprisse perfeitamente seu papel, o que dependia da vigilância contínua de um elemento masculino. Dentro das famílias, as mulheres deveriam, por esse motivo, passar da tutela de seu pai para a tutela de seu marido. Cuidando desse, dos filhos e da casa, seu campo de atuação restringir-se-ia unicamente ao espaço físico privado, o que evitaria sua *contaminação* por influência do mundo externo já que tendentes ao erro e à má-conduta.

A escola, para Bourdieu, mesmo quando já liberta da tutela da Igreja, ainda carregaria o modelo patriarcal como ideal nas relações entre homens e mulheres, determinando distinções entre os conteúdos que seriam ministrados para uns e para outras.

164

Ainda tratando de fatores institucionais, Bourdieu elenca o Estado que "[...] veio ratificar e reforçar as prescrições e as proscricções do patriarcado privado com as de um patriarcado público". Ao legislar sobre as relações interpessoais em contexto familiar, econômico e social sob princípios androcêntricos, o Estado reafirma a supremacia dos homens sobre as mulheres. Essa visão política e econômica, voltada para a organização social é o terceiro aspecto das relações de gênero da primeira proposição de Scott.

Esse aspecto amplia o campo de leitura das construções de gênero do sistema de parentesco para a economia e a organização política, permitindo que, além da família, sejam considerados o mercado de trabalho, a educação e o sistema político no estudo da aparente permanência eterna na representação binária de gênero, conforme já proposto por Bourdieu.

No quarto aspecto do gênero está a identidade subjetiva que, para Nader (2001), ocorre muito cedo, firmando-se a partir do momento em que o indivíduo termina o processo de diferenciação da identidade sexual. Essa diferenciação faz parte do processo de socialização e certamente está carregada de padrões culturais reproduzidos pela família e injetados no indivíduo (BERGER; BERGER, 1999).

A naturalização de padrões socialmente impostos limita a atuação do indivíduo a “campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem” como se essa destinação não fosse um condicionamento em sucessão de aprovações/reprovações de condutas, e sim, consequência de se ser macho ou fêmea (SAFFIOTI, 1987, p. 8).

Os sistemas de simbolização culturalmente firmados no intuito de categorizar homens e mulheres atribuindo-lhes características *típicas* de machos e fêmeas acabam por confundir a diferença sexual com aspectos de gênero, reforçando o argumento da distinção biológica e, conseqüentemente, justificando as desigualdades. No entanto, as características sexuais não se mostram capazes de, por si, permitirem a valorização do homem em detrimento da mulher. Faz-se necessária a interpretação das representações sociais de tais características em determinado espaço físico e temporal, para perfeita visualização das construções dos modelos femininos e masculinos de conduta.

A naturalização das diferenças permite legitimar as condutas de homens e mulheres dentro de padrões biológicos, exibindo-as como inquestionáveis. Assim, o comportamento refreado de uma mulher ao lado da altivez do homem acaba por ser considerado natural, mesmo que sejam, em realidade, fruto da imposição, repetição e correção da atuação dos indivíduos na família, na escola e em sociedade. As identidades de gênero socialmente construídas são tomadas, portanto, como adequações às características físicas do indivíduo. Se corpos de homens e mulheres são evidentemente diferentes e se a identidade se adequa ao corpo, incontestáveis se mostram as desigualdades entre eles. A naturalização ou biologização de identidades em conformidade com o sexo cria, automaticamente, a formatação de conduta.

Os estereótipos, formados por aquela formatação, ao fazerem referência aos gêneros masculino e feminino, tendem a se acentuar, aumentando consigo a diferenciação que distancia homens e mulheres do ideal de igualdade. Dentro de um grupamento social, cada um dos gêneros desempenha papéis diversos e de diferentes formas, dependendo da cultura local e do período histórico. Scott, ao conceituar gênero como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, firma sua importância na significação das relações de poder, permitindo interpretar as relações homem-mulher dentro de um modelo de hierarquização.

Hierarquizados, ainda em conformidade com o padrão androcêntrico descrito por Bourdieu, os modelos femininos se atêm aos modelos masculinos e a eles se referem. Como são exercidas e reforçadas socialmente pelos indivíduos, sejam homens ou mulheres, as desigualdades são perpetuadas não como desequilíbrio, mas sim como características individuais intrínsecas. Determinados comportamentos são esperados das pessoas conforme o seu sexo e a sua idade. O desvio do padrão se mostra como falha no

processo de socialização, implicando em desequilíbrio das relações sociais. A instituição das diferenças nas quais estão firmadas as relações de poder dividem as relações sociais segundo funções masculinas e funções femininas, atribuindo nobreza às primeiras e subvalorização às segundas, concretizando a dominação masculina (LOURO, 1997).

O processo biologizante, na descrição de Bourdieu, se perfaz pela incorporação da dominação masculina, continuamente legitimada por suas próprias práticas simbólicas que acabam por reproduzir um sistema de adesão do dominado que, longe de concordância, exhibe uma relação encarada como natural. Adotados, por dominados e dominantes, os modelos *ideais* que reproduzem a hierarquização entre homens e mulheres, as relações decorrem tranquilamente porque todos mantêm suas atuações dentro dos padrões esperados (BERGER; BERGER, 1999).

A mulher a ser legalmente protegida, se se pretende "meter a colher", aproxime-se da figura sagrada de Maria sendo, portanto, idealizada como aquela à qual não se faz possível imputar quaisquer características maculadoras de sua moral. Tratando-se de uma idealização, baseada numa figura carregada de simbolismo, poucas são as mulheres que, em pleno século XXI, correspondem a este modelo fazendo com que, lado oposto, muitas sejam colocadas à margem.

Enquanto questões relativas à restrição de liberdade por equiparação moral, negação de direitos em virtude de condutas alheias ao objeto a ser discutido em juízo e a própria dominação masculina refletida na busca por justificativas para a ação do réu forem frequentes no Judiciário sem ultrapassar aquilo que Warat denomina como senso comum teórico dos juristas, os debates e intervenções dos setores públicos e privados se mostrarão imprescindíveis para o reconhecimento dos direitos das mulheres e para seu efetivo exercício, posto que

[...] se o agir do jurista toma (tais) foros de cotidianidade/familiaridade, a interpretação do texto jurídico-normativo torna-se pré-moldada (pret-à-porter), em que o Dasein mergulha numa 'espécie de anonimato (jurídico) que anula a singularidade de sua existência' (J. Penha), passando a viver da repetição de sentidos postos, independentes do contexto histórico-efetual e sem a necessária abertura para a compreensão, que é condição de possibilidade para a interpretação (STRECK, 2014, p. 373).

É preciso reconhecer que o magistrado é um ser humano que carrega consigo crenças e convicções e que, portanto, sua compreensão a respeito de uma determinada temática se amplia conforme novos horizontes lhe são abertos. Equivale dizer que interpretação, julgamento e fundamentação se baseiam na forma como o juiz ou a juíza se vê no mundo e, mais importante, na forma como percebe as relações caracterizadoras dos conflitos entre as partes. Assim, ainda que campanhas de reconhecimento e conscientização do público em geral sejam necessárias, não se pode

olvidar o direcionamento destas aos agentes públicos, dentro das especificidades de seu cargo ou função, especialmente se a eles incumbe a decisão quanto às questões de vida (e, às vezes, morte) de outros cidadãos.

Considerações finais

Direcionando-se ou pretendendo ampliar a abertura para o debate acerca da democratização do Estado e de suas instituições, o acesso à justiça, entendido de forma ampla, mostra-se como ponto incontestado a ser priorizado. Entretanto, como direito fundamental, é imprescindível que seja ofertado a todo e qualquer cidadão ou cidadã independentemente de suas características físicas, classe social, fundamentos políticos ou religiosos. Infelizmente, especialmente quanto às perspectivas de gênero, as temáticas envolvidas ainda não se consolidaram como prioridade na agenda das políticas públicas brasileiras voltadas para a inclusão social.

Ainda que, por força da persistência dos movimentos sociais, a questão da categorização das mulheres tenha ganhado notoriedade, nichos de incoerência e discriminação, dentro do próprio Estado, sobrevivem e são capazes de negar a muitas delas direitos básicos, como a proteção da própria vida, por exemplo.

Mesmo que os mecanismos de acesso tenham se ampliado, não se pode afirmar, categoricamente, que o Brasil corresponda ao ideal de cidadania inclusiva, pois ainda restam grandes desigualdades sociais e políticas a superar. O exercício fático de direitos, para além de sua simples grafia em lei, é postulado inequívoco para a caracterização da democracia e, neste sentido, convoca a sociedade e os representantes estatais como protagonistas de uma mudança a caminho da paridade de condições – reais – entre homens e mulheres.

A partir do reconhecimento da postura androcêntrica que se perfaz no senso comum dos juristas, a busca pela valorização da mulher, pautada numa readequação de conceitos, tem se mostrado como a melhor alternativa para fazer frente à violência – sob todas as formas – que ainda aflige as mulheres no Brasil. E o Judiciário é parte imprescindível neste processo de mudança.

Referências

ANDRADE, V.R.P. A Soberania Patriarcal: o Sistema de Justiça Criminal no Tratamento da Violência Sexual Contra a Mulher. **Direito Público**, v. 1, n. 17, p. 52-75, 2007.

- BERGER, P.; BERGER, B. Socialização: como ser membro de uma sociedade? In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1999, p. 200-214.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 01 nov. 2014.
- BRASIL. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Secretaria de Políticas para as Mulheres; Presidência da República, 2011.
- CARDOSO, C. F. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). **Representações: contribuição a um debate interdisciplinar**. Campinas: Papyrus, 2000. p. 9-39.
- CARRILHO, M. M. **Aventuras da interpretação**. Lisboa: Presença, 1995.
- CUNHA, J.R. et al. Direitos Humanos e Justiciabilidade: pesquisa no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. **Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos**, ano 2, n. 3, 2005.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Trad. Roberto Machado e Eduardo Jardim. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2002.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997
- _____. **O corpo educado**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.
- MATTOS, C. A. Gênero, História e Poder no Direito Brasileiro: o senso comum no discurso jurídico. In: ENCONTRO NACIONAL DO GT: GÊNERO/ANPUH. **Anais...** Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: <http://legpv.ufes.br/sites/legpv.ufes.br/files/field/anexo/cristiane_araujo_de_mattos.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2015.
- MONTEIRO, C. S. Fundamentos para uma teoria da decisão judicial. In: CONGRESSO NACIONAL, XVI. **Anais...** PUC Minas, Belo Horizonte, 15-17 nov. 2007.

- NADER, M. B. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. 2. ed. rev. Vitória: Edufes, 2001.
- SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1987.
- SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana R.; VITALE, Maria Amália (Org.). **Família**: redes, Laços e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 2005, p. 21-38.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul.-dez. 1995.
- STRECK, L. L. **Hermenêutica jurídica e(m) crise**: uma exploração hermenêutica da construção do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.
- TORRESAN, J.L.; COSTA, M. J. O preconceito de gênero no discurso jurídico: análise dos implícitos na sentença proferida no caso Richarlysson. **Bagoas**, v. 4, n. 5, p. 245-261, 2010.
- WARAT, L. A. As vozes incógnitas das verdades jurídicas. **Sequência**, v. 8, n. 14, 1987.

PALAVRAS E SILÊNCIOS: A AUSÊNCIA DE CENTROS DE REABILITAÇÃO DE AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL E AS QUESTÕES DE GÊNERO*

Ana Carolina Eiras Soares^{*1}

Neide Célia Ferreira Barros^{*2}

Resumo: Desde a entrada em vigor da famigerada Lei 11. 340/06, conhecida como Maria da Penha, muito se destacou as mudanças protetivas em relação às mulheres agredidas, todavia ainda são muito escassas as discussões a respeito da implementação dos centros de cuidado ao homem agressor. Então, partindo de uma fala da categoria de Gênero, apresentada pela historiadora Joan Scott, pretendemos neste trabalho salientar a importância de se pensar as masculinidades e lugares de cuidados do agressor como meio de promoção da igualdade de gênero.

Palavras-chave: Direito; Gênero; Masculinidade; Direitos Humanos; Lei 11. 340/06; Violência Doméstica.

170

Abstract: Intend to this paper to highlight the importance of thinking masculinities and aggressor's care places as a means of promoting gender equality, starting with a speech from the Gender category, presented by historian Joan Scott. Since the entry into force of the notorious Law 11. 340 / 06, known as Maria da Penha, much has outlined the protective changes in relation to battered women, but are still very few discussions about the implementation of the care centers to the offending man.

Keywords: Right; Gender; Masculinity; Human Rights; Law 11. 340/06; Domestic violence.

* Artigo submetido à avaliação em 13 de abril de 2015 e aprovado para publicação em 19 de maio de 2015.

^{*1} Doutora em História, professora efetiva da Universidade Federal de Goiás e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero (GEPEG) da FH/UFG.

^{*2} Graduada em Direito e História e mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás. Cursa Especialização em Direito Penal pela Faculdade Alfredo Nasser.

“Nos estreitos limites a que nos coagem a gramática
e a lei, ainda nos podemos mexer”
(Graciliano Ramos).

Introdução

Neste trabalho abordaremos a ausência de centros de educação e de reabilitação para autores de violência doméstica no Brasil, previsto na lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) e tentaremos compreender através da categoria de gênero o porquê da ineficácia da Lei ao cuidar de homens e como isso reflete na questão social e punitiva.

Este trabalho surgiu durante os processos da pesquisa histórica de mestrado que analisa a violência – especificamente homicídios – contra mulheres nas décadas de 1970-1980 na cidade de Goiânia, Goiás. Ao percorrer pelas conquistas feministas na seara do processo penal, chegamos a Lei Maria da Penha como parte fundamental para entendimento de mudanças e permanências de tais questões relacionadas às mulheres nas últimas décadas. Durante as leituras jurídicas e das teorias sociológicas foi-se saltando aos olhos algumas ausências quanto à prevenção da violência e a proteção das vítimas, em oposição à expressão da legislação vigente. Sendo talvez o mais expressivo silêncio, o dos espaços de ressocialização do agressor doméstico, proposta pela norma.

Deste modo, com base em análise de dados sobre projetos e espaços de cuidados com o agressor – a ínfima estruturação estatal – e a compreensão da teoria de gênero como “a cultura em torno do corpo sexuado” (SCOTT, 1990, p. 2). Procuraremos responder as seguintes questões: Porque não há um empenho estatal na criação dos Centros de Educação e de Reabilitação para os Agressores (CERA)? Por que é importante cuidar dos homens, como parte da relação de violência para preveni-la e evitá-la? E, é possível modificar as perspectivas que colaboram de maneira efetiva para a desobrigação do Estado com este grupo de indivíduos?

Tentaremos responder tais questionamentos ao longo deste trabalho, analisando primeiramente os dados que revelam a gritante desestrutura de cuidado ao masculino “autor de violência”, seguido pelos conceitos de masculinidade que favorecem a permanência de homens e mulheres em relações violentas; observaremos ainda a necessidade de se pensar a reeducação de tais e de que forma a possibilidade de uma pena alternativa pode contribuir com o rompimento de um ciclo de machismo e agressividade, e por fim, buscaremos através de um breve histórico do conceito de violência doméstica entender que as relações de gênero são históricas e mutáveis, e

que de certa forma a compreensão disto nos deixa esperançosos na possibilidade de uma reviravolta no entendimento das masculinidades. Pois cria uma probabilidade de um novo olhar social para o homem agressor, para entendê-lo como parte de uma melhoria, e não apenas um sujeito que deve ser excluído e isolado do convívio social, mas sim reeducado.

A lei e sua prática: dados da ausência

Em agosto de 2013 a afamada Lei 11.340/06, mais conhecida como Maria da Penha completou sete anos de existência, e nos ritos comemorativos a Presidenta da República Dilma Rousseff (BRASIL, 2013) destacou em seu discurso, na cerimônia de entrega dos relatórios da "CPMI da Violência Contra Mulher" a seguinte fala: "Esse é um crime que deve envergonhar tanto os homens quanto as mulheres. Seu enfrentamento é uma luta de todos nós, das mulheres, sobretudo, mas também dos homens". Esta fala pareceu bastante pertinente por ressaltar a participação masculina neste processo de combate ao abuso de Gênero, porém, entendemos que o enfrentamento à violência contra a mulher não deve apenas contar com a participação dos homens, mas compreendê-los como peças fundamentais para a contenção de tais fatos. Pois as relações de gênero são sobretudo relações de poder que envolve indivíduos, deste modo para conter opressões é fundamental a participação de todos os lados. E nesta perspectiva que observaremos neste trabalho a deficiência do Estado em cuidar do masculino agressor.

172

No começo de 2008, quase dois anos depois da Lei Maria da Penha entrar em vigor o Jornal Estadão anunciava: "Centros atenderão marido agressor". A matéria que ia ao ar (no sítio virtual do periódico) em Maio, avisava que até o próximo ano (2009) seria implementado pelo Governo Federal, em uma operação que envolvia diversos órgãos como Ministério da Justiça e Secretaria de Políticas para Mulheres, onze espaços de cuidado com o masculino agressor. Tais seriam implantados nas principais capitais brasileiras, como medida de punição alternativa, e seguiria o modelo do projeto piloto realizado em Nova Iguaçu (RJ)¹ sob o comando do psicólogo Fernando Acosta. Tal programa teria como base a própria lei 11.340/06, que prevê a reabilitação do agressor, como uma medida de promover a igualdade de gênero e o bem-estar social. Pois como dispõe a própria legislação, o cuidado com o masculino é um ponto relevante na estruturação de relações igualitárias.

¹ Projeto denominado Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica (SERH).

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - *centros de educação e de reabilitação para os agressores* (BRASIL, 2013, grifo nosso).

A mesma lei ainda dispõe em seu artigo 45 que “nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação” (BRASIL, 2014).

Entretanto, sete anos após o anunciado no jornal, ainda é extremamente precário e limitado a existência de tais centros. Além da não instauração dos tais onze pontos de assistência como havia sido prometido, ainda houve a desativação do SERH, que era o projeto piloto, em 2010,² por falta de auxílio de verbas governamentais. Atualmente a maioria dos grupos que se mantêm, surgiram da iniciativa particular de associações e grupos não governamentais.

Acreditamos que este é um problema que diz respeito a uma série de defasagens estruturais do Estado e todo seu arcabouço jurídico, social e carcerário, que não cabe tratar neste trabalho, contudo não se pode ignorar – e por isso esta abordagem – a clivagem de gênero, que institui políticas sociais a partir dos papéis de masculino e feminino na sociedade. Desta maneira, a intenção deste artigo é destacar que um dos motivos da ausência de espaços de atenção e cuidado ao homem agente de violência é a ideia de que é própria da masculinidade uma natureza agressiva, incapaz de expor-se a fragilidades, logo não carente de atenção ou cuidados, e impossível de ser modificado, por ser a violência uma condição inata do ser masculino.

173

Masculino, viril e invencível: “Homem não chora nem por dor, nem por amor”³

Partimos nossa abordagem da fala da historiadora Joan Scott, que afirma que Gênero é uma organização social em torno de um corpo sexuado. Ou seja,

² Nossa última referência, a dissertação de mestrado de Anderson Carvalho de Oliveira, constava que até a data da produção do trabalho, 2012, o centro se mantinha fechado.

³ Trecho da música “Homem não chora” interpretada pelo cantor Frejat que ironiza os papéis de masculinidade e as contradições de uma cultura que afirma que homem não deve demonstrar sentimentos.

desabonando um determinismo biológico, ela acredita que as concepções de masculino e feminino não são definidas pela genitália, e sim pela cultura e pela sociedade, sendo conseqüentemente históricos e mutáveis. Ou seja, o "ser" homem ou mulher se transforma com o passar do tempo, de cultura para cultura. Logo as noções de masculinidade e feminilidade são adquiridas através de um processo de aprendizagem. Desta maneira, como defende Simone de Beauvoir, "não se nasce mulher", mas torna-se uma, acreditamos também que não se nasce homem, se aprende a comportar-se como tal, através de vários processos educativos, que dentro de uma sociedade patriarcal remete a ritos de superação dos sentimentos e violência.

De encontro a isto Camila Louis Oliveira (2011, p. 867) afirma:

Os alicerces da identidade de gênero são lançados na infância do sujeito, na sua experiência na família, na escola e com amigos da mesma idade. Sendo este o quadro primário da socialização de gênero, um processo que orienta a conformação do que é ser homem ou mulher em nossa sociedade.

Assim, com processos pedagógicos, que não são relacionados apenas aos centros formais de ensino, mas difuso em toda relação social, se delineia os espaços e deveres do masculino e do feminino introjetando nos sujeitos papeis de gênero.

Anderson Eduardo Carvalho de Oliveira (2012, p. 25-26) adverte que apesar de masculino não ser "uma essência constante e universal, senão uma junção fluida de significados e comportamentos em mudança contínua e variante" se pode falar de um modelo hegemônico de masculinidade no patriarcado. Pois segundo este autor este "modelo hegemônico" está construído sobre uma ideia de tipo ideal masculino, que dificilmente é seguido por todos os homens, mas que tem "ascendência sobre outros modelos". Acresce que:

Esse modelo [...] ao incorporar os dogmas do sistema patriarcal, legitima e valoriza, sobretudo, a agressividade e a virilidade, que vão refletir em questões da esfera pública e da esfera privada, potencializando, dentre outros males, a ocorrência de situações de violência contra mulheres (OLIVEIRA, 2012, p. 25-26).

Este mesmo pesquisador afirma também que a construção deste modelo hegemônico de masculinidade está intimamente associada à negação de qualquer traço de feminilidade, ou seja, o homem se define como tal rejeitando qualquer aspecto que o associe a uma mulher, sendo um ponto importante a rejeição de qualquer demonstração de fragilidade e emoções, características consideradas "básicas" do feminino. De encontro a isso Susana Muszkat (2011, p. 148-149) diz que "há uma pressão cultural" para que eles reprimam seus sentimentos gerando em contrapartida

uma sensação de ansiedade e angústia, numa contínua necessidade de demonstrar-se como homens.

Assim, em um processo educativo, já na infância, as crianças aprendem a exercer seus papéis de gênero. Meninos são ensinados que não podem ou não devem chorar, sofrer ou se demonstrarem frágeis. Diz Anderson Eduardo Carvalho de Oliveira (2012, p. 26) que “os mais velhos mostram, corrigem e modelizam, utilizando as estratégias e perguntas legadas por gerações passadas, os que buscam acesso à virilidade, característica fundante da distinção entre meninos e meninas”.

E concluí Muszkat (2011, p. 148):

O modelo de masculinidade hegemônica-homofóbica não se restringe ao imaginário da população masculina, atingindo também a população feminina. Marcadamente idealizado, torna-se, por esta característica, impossível de ser atingido, exercendo, contudo, poder controlador sobre homens e mulheres. Se de um lado transmite uma herança de poder ao sexo masculino, de outro exige um desempenho – homem é forte, não se emociona, sabe resolver problemas, é competente, potente – que, quando não satisfeito, gera sentimentos de angústia, depressão e impotência.

Em um artigo sobre “Masculinidade, sexualidade e estupro” a pesquisadora Lia Zannota Machado (1998, p. 21) buscou trabalhar as construções de virilidade e para isso entrevistou nove presos do centro prisional *Papuda*, no Distrito Federal, condenados por estupro. Neste trabalho a autora concluiu que o “‘apoderar-se do corpo da mulher’ é o que se espera da função viril”, ou seja, o estupro, ainda que seja essa ideia extremada, “é muito mais o lugar do exercício da afirmação da identidade masculina especular, em que a subjugação do corpo da mulher reassegura sua identidade masculina”. Em outras palavras Machado percebe que ser homem não é apenas negar o ser mulher, mas também a ideia de poder e dominação sobre o corpo feminino. E assim se por um lado a construção de masculinidade se relaciona a poder e superioridade, da outra ponta cria-se um aprisionamento do homem em uma posição de autoridade, violência e virilidade que nem sempre este deseja exercer. Sendo também oprimido por seu papel opressor, ou seja, “o dominante também é dominado, mas por sua dominação” (BOURDIEU *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 26). Desta forma em uma sociedade que preserva tais estereótipos, os homens são impelidos a não se exporem a seus medos e fragilidades humanas.

Deste modo acreditamos que a cultura de masculinidade ligada a violência, a fortaleza e autossuficiência se manifesta e se institucionaliza na ausência de políticas públicas⁴ de cuidados ao masculino, em especial ao masculino agressor.

⁴ Considerando políticas Públicas como a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público.

Do cuidado com o autor de violência doméstica

Paula Licursi Prates (2013, p. 1) apresenta dados fornecidos pela ONU (2006) que informa que a maioria dos países do mundo não desenvolvem nenhum tipo de política (jurídica, de saúde ou social) para lidar com homens em relações de violência familiar. Assim “comparativamente, intervenções com os homens autores dessa violência têm recebido bem menos atenção de órgãos governamentais, não governamentais e pela academia”.

Benedito Medrado (2011, p. 472-477) salienta que estas omissões do Estado se manifestam na forma da Lei. Pois apesar de inúmeros avanços da Lei 11.340/06, incluindo o fato desta reconhecer que é preciso implementar ações com políticas que também incluam o homem, o mesmo dispositivo legal mantém um silêncio em relação as propostas de como devem ser tais medidas. Segundo este autor em nenhum momento a lei apresenta “uma definição clara sobre a estrutura e organização dos centros de atendimento aos agressores” Medrado defende ainda que é importante desconstruir essa ideia de dualidade entre algoz-vítima, pensando o agredido como passivo e o agressor como ativo, e ao contrário se deve considerar que as relações interpessoais implicam combinações e ambiguidades. Desta forma ele destaca a importância do cuidado do masculino como parte de prevenção à violência.

Diante disso vale destacar também o posicionamento de Heleieth Saffioti sobre relação de violência e processos de intervenção e interrupção. Afirma que:

As pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar. É por esta razão que não se acredita numa mudança radical de uma relação violenta, quando se trabalha exclusivamente com a vítima, sofrendo esta, algumas mudanças, enquanto a outra parte permanece sempre o que foi. Mantendo seu *habitus*, a relação pode, inclusive, tornar-se ainda mais violenta. Todos percebem que a vítima precisa de ajuda, mas poucos veem esta necessidade no agressor. As duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação da relação violenta (SAFFIOTI, 2004, p. 68).

Deste modo, entendendo que as relações de gênero são acima de tudo, relações de poderes, que envolvem masculinos e femininos. Assim, para se combater de forma eficaz este tipo de violência, não é possível lidar apenas com uma das partes envolvidas, ainda que as mulheres vitimadas devam ser prioridade para o Estado. Precisa-se pensar em mecanismos preventivos, que combata a estrutura patriarcal e violenta, como a educação de gênero em espaços formais como escolas, e o cuidado com os agressores e autores de violência – cada um em sua medida – para que o ciclo de agressões seja interrompido e não se perpetue nas próximas gerações.

Em favor desta compreensão, fala Barbara Musemeci Soares (2004, p. 9), coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC) do Rio de Janeiro:

Continuávamos, no Brasil, a tratar a violência contra as mulheres com a displicência de quem lida com uma questão irrelevante. Por sua vez, os movimentos de mulheres, que durante tantos anos procuravam chamar atenção para a gravidade desse problema, não atentaram para o outro lado da moeda. Sim era necessário proteger as vítimas e essa deveria ser, sem dúvida, a preocupação central e o objetivo de qualquer projeto. Mas como protege-las sem interferir no comportamento dos agressores, sem alterar os padrões culturais que a violência floresce, portanto o cerne do problema? Como continuar apostando somente na via da criminalização, que jamais se realiza de fato, sem formular, clara e precisamente, um projeto para lidar com os autores de violência? Como imaginar, finalmente qualquer esforço contra violência masculina possa prescindir da participação dos próprios homens?

Soares relata ainda que na experiência semelhante, realizada nos Estados Unidos, houve muita resistência de grupos ligados à luta de mulheres, pois estas acreditavam que o foco ideológico e das verbas deveriam ser destinados às vítimas e não aos agressores. Contudo, segundo ela, essa experiência significou “uma alternativa concreta às soluções estritamente punitivas e à forma negligente que a violência doméstica sempre foi abordada” (SOARES, 2004, p. 9). Pois a criação de grupos de atendimentos a homens agressores buscava prevenir e reduzir a violência intrafamiliar e ao mesmo tempo aplicar penas alternativas, como meio de desafogar o sistema carcerário e trazer uma solução mais humanizada a criminosos de menor potencial ofensivo. Pois como mesmo explica, é uma irracionalidade manter – com custos ao Estado - “prisioneiros que, de modo geral não oferecem risco à população” e conclui:

177

Na prisão, a violência tende apenas recrudescer, alimentada pelos códigos masculinos de sobrevivência na selva humana e pelo fortalecimento dos símbolos da virilidade violenta. Não há como supor que a estada em uma penitenciária possa transformar um homem que controla, humilha e espanca sua mulher em um marido respeitador e cooperativo (SOARES, 2004, p. 8).

Vale destacar que penas alternativas caberiam apenas a um grupo específico de abusadores. Paula Licurse Prates e Leandro Feitosa Andrade fazem uma diferenciação entre os termos “homens agressores” e “autores de violência”. Para estes o primeiro se refere a crimes graves contra a mulher como “estupro, tentativa de homicídio e homicídio”, enquanto o segundo seria parte de um crime considerado “‘leve’ e que não apresentam antecedentes criminais” (PRATES; ANDRADE, 2013, p. 5). Estes pesquisadores concluíram que os apenados em crimes de porte menos violento, que foram condenados a cumprirem entre quatro e seis meses de frequência semanal nos grupos de apoio de São Caetano do Sul, estado de São Paulo – local objeto de investigação de tal trabalho – sofreram importantes “mudanças de valores e de comportamentos em relação a violência contra as mulheres” (PRATES; ANDRADE, 2013, p. 6).

Considerando a posição de Prates e Andrade, entendemos que ambos devem passar por um processo educativo, contudo, agressores devem cumprir o processo de reeducação junto com a pena restritiva de liberdade, enquanto o autor de violência, poderia ter a possibilidade – analisando a gravidade do caso – de cumprir como pena alternativa a participação nos referidos grupos de cuidado. Vale ressaltar que segundo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pesquisadores de criminologia da Universidade de Brasília (UnB)⁵ a possibilidade de penas alternativas, como acompanhamento e atendimento psicológico, reduz de forma significativa o número de reincidências criminais (24% dos que tiveram penas alternativas voltam a cometer crimes, contra 54% das pessoas que foram integradas ao sistema carcerário).

Contudo salientamos que para além da pena alternativa, consideramos fundamental a reeducação em todos os casos de agressão. Sejam de maior ou menor potencial. Seja em centros de apoio psicológico fora ou dentro de prisões. Apesar da consciência da dificuldade e dos problemas que envolvem Execução Penal no Brasil, como desestruturação carcerária, que não nos cabe discutir neste momento, pensamos que é dever do Estado trabalhar com agressores e autores de violência, como um dos meios de romper com os abusos, desconstruindo a ideia patriarcal de masculino ligado à virilidade e agressividade. Pois a violência doméstica é um processo educativo, dado na cultura patriarcal, onde o homem aprende a exercer seu poder sobre o corpo feminino. Desta forma, este tipo de agressão, que tem sua causa na sociedade, pode ser combatido através de educação e reeducação.

178

Conceitos em transição: uma breve história da violência doméstica no Brasil

A violência contra a mulher nem sempre foi vista como um problema social, que dissesse respeito ao Estado. Durante muito tempo a chamada “correção marital” era entendida como parte do próprio casamento, uma vez que a mulher em uma posição de tutelada poderia ser corrigida com castigos físicos. Lana Lage e Maria Beatriz Nader (2012, p. 287) relatam que o Brasil permaneceu até o século XIX regido pelo Código Filipino, que permitia o marido assassinar sua esposa em caso de adultério, sem sofrer nenhuma sanção penal. Dizem: “Legitimada pela ideologia patriarcal, institucionalizada e garantida por lei, a dominação masculina fez do espaço do lar um *locus* privilegiado para a violência contra mulher”. Mesmo com as modificações legais trazidas pelo Império (1822) e posteriormente pela República (1889), até a primeira metade do século XX era possível notar que atos de castigos físicos – ou até mesmo assassinatos

⁵ Fonte: O sucesso das penas alternativas. *Jornal Estadão*.

– eram tidos como parte do privado e próprios do relacionamento conjugal, logo não era um problema social.

Isto pode ser notado ao analisarmos o periódico mensal *Revista Feminina* que foi publicada em São Paulo de 1914 até 1936. Nesta revista, como o próprio nome diz, dedicada às mulheres da elite brasileira – uma vez que tinha ampla circularidade – trazia em suas escritas duras críticas aos assassinatos de mulheres que pelo relatado, era comum e visto como parte dos ritos da vida em sociedade, ainda que ilícitos raramente o agressor ou assassino era punido. Muitas destes protestos publicados pela revista foram feitos por Anna Rita Malheiros, codinome do médico e escritor Claudio de Souza, que participou da publicação durante grande parte da existência do periódico. Em seus textos, ainda que com ressalvas, trazia algumas pautas do movimento feminista do período, como o sufrágio universal e de uma maneira secundária, o assassinato de mulheres. Em março de 1918, por exemplo, Anna Rita fez uma crítica a instituição do tribunal de Júri, pois segundo ela, este normalmente absolvía homens assassinos de suas esposas que alegavam a defesa da honra como justificativa do crime. Dizia em protesto: “A certeza da absolvição é incentivo para que taes crimes diariamente augmentem de números. É tao facil ser o heroe quando a victima não pode se defender e ha o Jury para absolver e a sociedade para applaudir” e concluía que se erapossível a absolvição de homicídios com a justificativa da passionalidadeo Processo Penal perdia seu sentido, pois para ela qualquer crime era motivado por alguma forma paixão. Dizia que se era este o caso, “não há mais necessidade de cadeias” (BARROS, 2014, p. 43-44)

179

Contudo, apesar de vozes insurgentes, a ideia de que práticas violentas eram questões da esfera privada permaneceu durante boa parte do século passado. Sobre isso corrobora Livia Batista da Costa (2006, p. 18-20) em seu trabalho que diz “essa apreensão da violência contra a mulher como um problema social é recente [...] a maioria das pesquisas realizada sobre esse tema refere-se ao período que se inicia com a década de 1970”. E define: “Refiro-me ao termo ‘problema social’, na medida em que esse fenômeno é tratado como um problema da alçada das esferas que compõe o corpo social, como o Estado, a Justiça e a polícia”. Desta forma para esta autora, as práticas violentas passaram a ser tidas como “violência doméstica” a partir do empenho dos movimentos de mulheres, que sentiram a necessidade de discutir e prevenir este tipo de comportamento, levando-o a ser considerado criminoso.

Lage e Nader (2012, p. 290-310) acompanham estas modificações através das representações dos assassinatos ou graves agressões contra mulheres publicados nos Jornais, fazendo um percurso de 1905 até 2010. Afirmam que: “Esse material revela as motivações e justificativas para a violência, os valores em jogo e as opiniões predominantes em cada contexto” salientando assim as “mudanças e permanências” da

sociedade brasileira “no que diz respeito à violência contra mulheres”. Neste percurso estas autoras elencam dez casos, cabendo a nós destacar três deles. O primeiro de 1905, relata a tentativa de assassinato de Joanna Maria Ramos, que é contada pelos jornais de forma jocosa, uma vez que era de uma baixa classe social, negra e frequentava “gafiera”. Logo, pelo consenso coletivo era uma mulher que recebeu a punição merecida por sua “performance sedutora”. Deste modo, o Estado não toma parte do ocorrido, não o entendendo como algo a ser combatido. O segundo caso é de Eliana de Grammont, assassinada em 1981 pelo famoso cantor da época, Lindomar Castilho, que foi preso apesar de possuir grande reputação no cenário nacional. Parte disto se deveu às pressões do movimento feminista, que através de campanhas públicas impeliu o Estado a se posicionar em relação a violência contra mulheres. O último caso, de Eliza Samudio (2010), morta pelo amante Bruno Fernandes, famoso jogador de futebol do clube Flamengo revela a conservação de uma moral patriarcal, apesar das conquistas sociais adquirida pelos movimentos de mulheres, uma vez que muito foi colocado em questão sua condição como ex-atriz pornô e amante. Mesmo com tais questões colocadas em jogo, o ex-goleiro e mandante do assassinato da amante, continua preso. Segundo as autoras, a conclusão do trabalho é que há o conflito de duas formas de moral; uma em que predomina a “ideologia patriarcal” cuja consequência é a “banalização da violência”, que revela a permanência do patriarcado e outra que diz que “a violência de gênero não será mais aceita” e denota uma clara mudança na concepção social. Assim, entre mudanças e permanências e possível notar claros avanços na criação de leis que buscam criar mecanismos de proteção e coação da violência de gênero. E estas autoras consideram que tais melhorias se devem especialmente à luta de mulheres. Deste modo concluem:

O protagonismo feminino nas transformações sociais, desde a maior inserção da mulher no mercado de trabalho até a conquista de políticas públicas, tem afirmado a capacidade das mulheres de lutar por uma vida melhor, enfrentando e modificando os sistemas de dominação social fundamentados nas desigualdades de direitos entre homens e mulheres (2012, p. 310).

No Brasil, a partir do final dos anos 1970 o feminismo começou a ganhar força e se manter mais organizado em diversos centros regionais. Houve neste período, a criação da Comissão de Violência contra Mulher, e diversos SOS, oferecendo auxílio as mulheres vítimas de violência. Em 1985 o Conselho da Condição Feminina de São Paulo propôs a criação de uma delegacia especializada ao atendimento da mulher, que gerou as chamadas DEAM, que dá um atendimento direcionado e exclusivo às mulheres (MACHADO, 2010, p. 25). Já a passagem dos anos 1980 para 1990, como nos fala Leila Barsted e Jaqueline Herman (2001, p. 29-35) foi marcada pela institucionalização

das reclamações, em sua maioria dirigidas pelos movimentos feministas solicitando posicionamentos das autoridades em desfavor a qualquer tipo de abuso contra a mulher. Primeiro, garantiu-se com a nova Constituição Federal de 1988, diversos direitos inéditos. A nova legislação aprovou às mulheres reconhecimento da igualdade na família, o repúdio à violência doméstica, a igualdade entre filhos, o reconhecimento dos direitos reprodutivos etc. Na década seguinte, com a implementação da chamada Constituição Cidadã, que passou a considerar tratados de Direitos Humanos com um peso acima de qualquer legislação federal, equiparados somente a Carta Magna, iniciou-se uma série de conquistas femininas. Em 1993 a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reconheceu os direitos das mulheres e das meninas como “parte inalienável, integrante e indivisível dos direitos humanos universais” (2001, p. 34); ainda na primeira metade desta década, realizou-se a Convenção de Belém do Pará (1994), que deu força de lei para a Declaração que visava prevenir, punir e erradicar a violência contra Mulher. Das lutas femininas criou-se também em 2006 a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) que como relata Maria Berenice Dias (2007, p. 25) gerou diversos avanços significativos. Dentre eles propostas de intervenção social para se dizimar o ciclo de violência doméstica.

Em suma, houveram diversas conquistas, e dentre elas entendemos que a principal foi na mudança conceitual, onde atos de agressão passaram a serem vistos como um problema público e como uma violência a ser combatida. E o Estado, apesar de inúmeras dificuldades no cumprimento legal, passou a se responsabilizar socialmente por estes grupos agredidos. Isso muito se deveu às pressões de confrarias que já entendiam que as questões do doméstico também era uma questão política, e que o que acontecia nos espaços privados também dizia respeito a toda sociedade. Desta forma o que era tido como uma pratica social aceitável, passou a ser enxergado como algo extremamente errado. Ainda que haja permanências patriarcais no que tange a agressão a mulheres, muito se avançou na noção de que as violências domésticas são um problema de toda coletividade.

Isso corrobora com a ideia de que as concepções são transformadas socialmente, assim como os conceitos de espaços da masculinidade e da feminilidade, como já mencionamos anteriormente. Pois se no começo do século XX, Anna Rita Malheiros denuncia os assassinatos de mulheres, segundo ela aplaudidos pela população, hoje em dia há uma punibilidade muito maior de maridos assassinos. E um entendimento social de que as mulheres não merecem e nem devem serem mortas por qualquer motivo que seja, pois o bem jurídico da honra não é superior ao da vida. Isso denota uma mudança no que se entende por lugares de masculino e feminino, pois há um século atrás era aceitável ao homem em um lugar de detentor do poder sobre a vida

e a morte de suas parceiras. Vemos, que há ainda permanências patriarcais, todavia há um deslocamento profundo na ideia dos papéis da mulher e do homem em sociedade, contribuindo ainda mais para a proposta de Joan Scott que gênero é a cultura que se constrói a partir do corpo, sendo esta mutável ao longo do tempo.

Deste modo, se foi possível mudar – ainda que haja muitas questões a serem tratadas, melhoradas e ampliadas – algo que oprimia um grupo, se foi repensado e reestruturado na sociedade, logo a questão do autor de violência também pode ser reavaliada, e entrar nas pautas da responsabilização estatal. Pois se o homem agressor é em partes um reprodutor de sua cultura de machismo, criar mecanismos para ajuda-lo e reeduca-lo, pode ser um importante instrumento de contenção de diversos abusos de gênero.

Considerações finais

Assim, a partir das análises levantadas ao longo deste artigo, que demonstram que apesar de ser previsto na Lei 11. 340/06 e do reconhecimento de alguns setores da sociedade da importância de se reeducar o homem agente de abusos contra mulher, seja autor de violência ou agressores, ainda há uma desresponsabilização do Estado no que toca o cuidado com o masculino, no que chamamos de silenciamento diante da proposta da Lei. Salientamos mais uma vez que entendemos ser prioritário o zelo pelas mulheres vítimas, no entanto não se pode esquecer o outro polo desta relação violenta, para que se rompa tal ciclo.

Neste trabalho observou-se também que grande parte desta ausência de cuidados se deve a um conceito patriarcal arraigado que associa o homem a invencibilidade, a virilidade, violência e fortaleza. Todas estas qualificadoras de masculinidade excluem simultaneamente a ideia de que o homem pode ser reeducado ou que mereça atenção em seu sofrimento, uma vez que se vê como inato do masculino a agressividade e o que decorre dela. Contudo foi possível perceber, que ao contrário do que se propõe tal moral que naturaliza os espaços sociais de cada sexo ignorando a cultura que se constrói em torno deles, os espaços de mulheres e homens podem ser repensados na sociedade, e reelaborados, uma vez que determinadas limitações naturalizantes geram sofrimento e relações desordenadas e penosas. Percebemos que é de extrema importância o processo de reeducação, seja dentro do sistema carcerário ou fora dele. Como nos casos de autores de violência, com a possibilidade de uma pena alternativa. Haja visto que um sistema carcerário precário só aumentaria os graus de agressividade, enquanto as estatísticas demonstram que o processo de ressocialização através de penas de reeducação, são mais eficazes.

Também vimos que a partir de processos de lutas, mulheres modificaram a concepção de castigos físicos para que fossem desnaturalizados e vistos como algo repugnante pela sociedade. E ainda que permaneça resquícios de um patriarcalismo, muito se avançou nos direitos protetivos das mulheres. Destarte, compreende-se que se foi possível transformar um conceito e resignificá-lo socialmente, também é possível repensar socialmente a condição dos homens agentes de violência, com o fim de melhorar as condições de vida de toda sociedade, eliminando de maneira eficaz abusos de gênero.

Por fim, salientamos que este trabalho pretende ser uma contribuição aos estudos de gênero, olhando para o homem não apenas como agressor, numa visão dicotômica de vítima e algoz, e enxergando as possibilidades da desconstrução de uma masculinidade ligada à violência, como parte importante do processo de extinção deste tipo de mal social. Destacando mais uma vez a importância de se colocar em vigor a Lei Maria da Penha, no que fala sobre a responsabilização estatal na criação de espaços de cuidados aos homens. Se apropriando da fala de Joan Scott (2006, p. 33) que diz em primeira pessoa: "Sou [...] otimista a respeito do que uma lei pode fazer a longo prazo. Pois, com todas suas imperfeições, segue sendo um instrumento de mudança que poderia alcançar o objetivo desejado".⁶ Deste modo, esperamos que este texto seja uma contribuição nas amplas discussões que vêm sendo travadas, e que seja parte de uma mudança na busca de uma sociedade onde homens e mulheres possam se relacionar de maneira mais justa e harmônica.

Referências

- BARSTED, Leila Linhares. Lei e realidade social: Igualdade X Desigualdade. In: BARSTED, Leila Linhares; HERMANN, Jacqueline. **As mulheres e os Direitos humanos**. Rio de Janeiro: Cepia, 2001.
- BARROS, Neide C. F. **Anna Rita Malheiros**: um olhar sobre a *Revista Feminina* (1915-1921). Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRASIL. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na sessão solene do Congresso Nacional para entrega do Relatório Final da CPMI da Violência contra a Mulher**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-sessao-solene-do-congresso-nacional-para-entrega-do-relatorio-final-da-cpmi-da-violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em: 19/10/2013

⁶ Livre tradução do espanhol.

- BRASIL. **Lei 11.340/06**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 19/10/2013.
- COSTA, Livia Batista. **Da defesa a honra à defesa a vida**: uma história da violência contra a mulher na cidade de Goiânia. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.
- DIAS, Maria Berenice. **A lei Maria da Penha na Justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- LIMA, Lana Lage da Gama ; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: PEDRO, Joana Maria. PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.
- MACHADO, Lia Zanota. Masculinidade, sexualidade e estupro. As construções da virilidade. **Revista Cadernos Pagu**, v. 11, p. 231-27, 1998.
- _____. **Feminismo em Movimento**. São Paulo: Francis, 2010.
- MEDRADO, Benedito; LEMOS, Ana Renata; BRASILINO, Jullyane. **Violência de gênero**: paradoxos na atenção a homens. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122139013>>. Acesso em: jan. 2015.
- MENDES, Vannildo. Centros atenderão marido agressor. **O Estado de S. Paulo**, 26 mai. 2008. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso, centros-atenderao-marido-agressor, 177917, 0.htm>>. Acesso em: 19/10/2013.
- MUSZKAT, Susana. Novas práticas na abordagem de gênero e violência intrafamiliar. **Revista Direito e Humanidades**, n. 20, 2011.
- OLIVEIRA, Camila Louis; PASQUALIN, Vinicius Cardoso; COELHO, Elizabete. O conceito de masculinidade e a relação com a violência: uma reflexão acerca da homofobia. In: SEMINÁRIO INTERMUNICIPAL DE PESQUISA, XIV: UNIVERSALIDADE DOS SABERES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, **Anais...** Universidade Luterana do Brasil, campus Guaíba, 2011. Disponível em: <<http://guaiba.ulbra.br/seminario/eventos/2011/artigos/psicologia/salao/792.pdf>>.
- OLIVEIRA, Anderson Eduardo Carvalho de. **Atendimento a homens autores de violência contra a mulher**: lacunas, desafios e perspectivas. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- O sucesso das penas alternativas. **Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral, o-sucesso-das-penas-alternativas-imp-, 569695>>. Acesso em: jun. 2015.
- PRATES, Paula Licursi; ANDRADE, Leandro Feitosa. Grupos reflexivos como medida judicial para homens autores de violência contra a mulher: contexto sócio histórico. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO O GÊNERO, 10. **Anais...** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Coleção Brasil Urgente, 2004.
- SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 15, n. 2, jul.-dez. 1990.
- _____. In: BORDERIAS, Cristina (Org.). **Joan Scott y Las políticas de la Historia**. Barcelona: Icaria Editorial, 2006.
- SOARES, Bárbara Musumeci. Os homens do século XXI. In: ACOSTA, Fernando. **Conversa de homem a homem: grupo reflexivo de gênero. Metodologia**. Rio de Janeiro: Inst. Noos, 2004.

“VAGABA PENHA”: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PRÁTICAS DE ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS DE GÊNERO NAS DELEGACIAS DE POLÍCIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES*

Suellen André de Souza**

Resumo: O artigo pretende analisar as práticas policiais de administração de conflitos de gênero em delegacias de polícia distritais da cidade de Campos dos Goytacazes a partir da execução da Lei 11.340/06 – Maria da Penha, que prevê a criminalização da violência e a proteção aos direitos humanos das mulheres no Brasil. Serão focalizados os conflitos entre diferentes representações sociais acerca da violência contra a mulher e como essas representações interferem no atendimento policial prestado as mesmas. Sancionada no dia 7 de agosto de 2006, a Lei 11.340 foi elaborada através de um demorado processo de discussões e audiências públicas, com a presença de inúmeros segmentos sociais, com o objetivo de acabar com a banalização da violência contra a mulher, a reprivatização dos conflitos de gênero e a descriminalização do mesmo, conforme ocorria nas práticas de mediação desses conflitos nos Juizados Especiais Criminais. Entretanto, a observação etnográfica realizada nas delegacias de polícia distritais da cidade de Campos dos Goytacazes apontou para o fato de que as representações tradicionais de gênero interferem nas formas de administração desse tipo de conflito, desqualificando-o como objeto de intervenção policial.

Palavras-chave: Gênero; Representações sociais; Delegacia de polícia.

Abstract: The article aims to analyze police practices of gender conflict management at district police stations of the city of Campos dos Goytacazes from the implementation of Law 11.340/06 - Maria da Penha, which provides for the criminalization of violence and protection of human rights women in Brazil. Conflicts between different social representations of violence against women and how these representations interfere with the police service provided they will be focused. Sanctioned on August 7, 2006, Law 11.340 was developed through a lengthy process of discussions and public hearings, with the presence of numerous social groups, in order to end the trivialization of violence against women, the privatization of conflicts of gender and the decriminalization of same as occurred in mediation practices of such conflicts in the Special Criminal Courts. However, ethnographic observation made in district police stations of the city of Campos dos Goytacazes pointed to the fact that traditional gender representations interfere in the forms of administration of this type of conflict, disqualifying him as an object of police intervention.

Keywords: Gender; Social representations; Police station.

* Artigo submetido à avaliação em 15 de outubro de 2015 e aprovado para publicação em 5 de dezembro de 2015.

** Mestra em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

Introdução

Os movimentos contestatórios pós-Segunda Guerra Mundial impulsionaram a luta pelos direitos humanos, devido às grandes violações destes direitos durante as duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945). A partir da Declaração dos Direitos Humanos de 1948, que generalizou a questão, o movimento feminista apresentou suas reivindicações,¹ iniciadas desde a década de 20, a partir da concepção de que grupos humanos particulares necessitam de direitos que contemplem suas especificidades, devido a sua vulnerabilidade ao longo da história (PIOVESAN, 2005; HIRATA, 2009).

Alguns eventos internacionais motivaram e influenciaram a luta pelos direitos das mulheres em todo o mundo. Dentre eles, destacamos: A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher e, a partir dele, a década das Nações Unidas para as Mulheres, Igualdade, Desenvolvimento e Paz; em 1969 ocorreu a Convenção Americana de Direitos Humanos, assinada em San José, Costa Rica, entrando em vigor em 1978; a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher ou CEDAW, promovida pela ONU em 1979; e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – a Convenção de Belém do Pará,² aprovada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA – em 1994.

187

No Brasil, o eixo central assumido pelo movimento feminista³ nesse período esteve voltado para a publicização de problemas antes considerados de ordem privada. Através do lema “o pessoal é político”, diversos eventos foram organizados para se pensar a questão feminina em nossa sociedade, cunhando slogans,⁴ que refletiam, principalmente, a preocupação com a violência vivida pelas mulheres (LIMA, 2007).

No âmbito legislativo, um importante instrumento de administração de conflitos de gênero no campo da segurança que causou grande impacto e resistência foi a Lei 11.340/06 - Maria da Penha. Sancionada no dia 07 de setembro de 2006, a lei, inovadora e conforme os princípios e preceitos da normativa internacional de proteção aos Direitos Humanos das Mulheres, significou a concretização de um instrumento legal de combate à violência contra a mulher, ou seja, reconheceu a “violência contra

¹ O feminismo como “movimento coletivo de luta de mulheres” se expressou de fato na segunda metade do século XX (HIRATA, 2009, p. 144).

² Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/convencaoobelém1994.pdf>>.

³ Utilizo a palavra movimento como todos os movimentos de mulheres ocorridos no mundo e, de modo especial, no Brasil e na Argentina, reconhecendo ainda suas particularidades e peculiaridades que os diferenciam um dos outros.

⁴ “Quem ama não mata”, “Em briga de marido e mulher, vamos meter a colher”, “Homem que é homem não bate em mulher”, “Toda mulher tem direito a uma vida livre de violência”, “Sua vida recomeça quando a violência termina”, “Onde tem violência todo mundo perde”.

a mulher”, seja ela efetuada no âmbito privado ou público, como crime. A elaboração da lei foi motivada principalmente pelo descontentamento com relação ao tratamento dado a esses casos no âmbito da Lei 9.099/95, que criou os Juizados Especiais Criminais – JECrim. Esses juizados foram implantados para proporcionar uma forma mais simples e célere de administrar conflitos envolvendo delitos considerados de menor potencial ofensivo, isto é, crimes com pena máxima não superior a dois anos. Esses crimes incluíam a lesão corporal leve e a ameaça, que tipificavam a maior parte da violência cometida contra as mulheres. Assim, os JECrim foram assolados por esses casos, que chegaram a constituir quase 80% dos conflitos administrados por esses juizados (MACHADO, 2003, p. 67). No entanto, as práticas de mediação de conflitos ocorridas nos JECrims contribuíram para a banalização da violência contra a mulher, a reprivatização dos conflitos de gênero⁵ e a descriminalização desse tipo de violência (OLIVEIRA, 2010). Como resposta, a mobilização feminista deu origem à Lei 11.340/06 - Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha foi elaborada através de um demorado processo de discussões e audiências públicas, com a presença de inúmeros segmentos sociais. O nome Maria da Penha foi dado em homenagem a uma farmacêutica, Maria da Penha Maia Fernandes, que ficou paraplégica após sofrer, em 1983, duas tentativas de homicídio pelo marido em sua casa. O processo de investigação judicial foi iniciado dias depois da agressão e se arrastou por 19 anos até que houvesse uma decisão definitiva dos tribunais do país, o que só ocorreu após intervenção da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Em abril de 2001, a Comissão, baseada nesse caso, responsabilizou o Estado brasileiro por negligência, omissão e tolerância em relação à violência contra as mulheres, estabelecendo recomendações não somente a título individual, de reparação à violência sofrida por Maria da Penha, mas também para todas as mulheres brasileiras, mediante a adoção de medidas político-jurídicas e de políticas públicas para o enfrentamento da discriminação contra as mulheres no país. Somente em 31 de outubro de 2002 o réu foi preso.

Articulada conceitualmente com os tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil, a Lei 11.340/06 - Maria da Penha explicita as ações que devem ser incluídas no enfrentamento à violência contra a mulher: punição, proteção, prevenção e educação. Ao qualificar a violência contra a mulher como uma das formas de violação de Direitos Humanos, a lei estabelece uma série de mudanças nos procedimentos judiciais e policiais no tratamento desses casos.

⁵ Utilizamos aqui o conceito de gênero tal como definido por Joan Scott em *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Para Scott (1990), “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, implicando na articulação de quatro categorias de elementos relacionadas entre si: símbolos culturalmente disponíveis; conceitos normativos que procuram limitar as possibilidades de interpretação desses símbolos; relações sociais e identidades subjetivas.

No campo da punição, temos as ações previstas com relação às medidas de justiça criminal, com o retorno da instauração de inquérito (abolido na Lei 9.099/95) visando à apuração dos fatos notificados no registro da ocorrência; aplicação de medidas de prisão em flagrante delito, prisão preventiva ou como decorrente de decisão condenatória; proibição da aplicação de penas alternativas ou pagamento de multa como pena isolada; restrição da representação criminal para determinados delitos; e o veto da aplicação da Lei n. 9.099/95 aos crimes que se configurem como “violência doméstica e familiar contra a mulher”, segundo o disposto nos artigos 5º e 7º.

O segundo princípio norteador da lei contempla medidas de proteção à integridade física e os direitos da mulher, que se executam por meio de medidas protetivas de urgência, que preveem a possibilidade do juiz conceder, no prazo de 48h, a suspensão do porte de armas do agressor, afastamento do agressor do lar, distanciamento da vítima, de seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; a decretação da prisão preventiva do agressor através de requerimento do juiz expedido ao Ministério Público, dentre outras. Integram também esse princípio as medidas de assistência, de modo que a atenção à mulher em situação de violência se dê de forma integral, contemplando, além do atendimento jurídico civil e criminal, o atendimento psicológico e social.

Por fim, temos as medidas de prevenção e de educação, compreendidas como estratégias possíveis e necessárias para coibir a reprodução social do comportamento violento e a discriminação baseada no gênero.

Nesse sentido, a Lei Maria da Penha é considerada um marco histórico no processo de criminalização dos atos violentos cometidos contra as mulheres e reforça a luta do Movimento Feminista para tornar esse tipo de violência uma questão a ser tratada pelas diferentes esferas do Poder Público, buscando o reconhecimento do mesmo como uma das formas de violação dos Direitos Humanos, um problema social, político-jurídico, cultural e de polícia. No entanto, a aplicação da lei, constitui um grande desafio para o Movimento Feminista, que a concebeu como um instrumento de combate à violência contra a mulher e de proposição de políticas públicas de gênero.

Entretanto, a administração jurídica de conflitos interpessoais, envolvendo relações de proximidade e afetividade, implica na confrontação entre classificações pretensamente universais e diferentes códigos de conduta, legitimados culturalmente, o que constitui um desafio a ser enfrentado no âmbito das práticas desenvolvidas, mas também da reflexão teórica sobre o tema.

Com base em observação etnográfica realizada em duas delegacias distritais do interior do Estado do Rio de Janeiro, incluídas no Programa Delegacia Legal⁶ entre os

⁶ Implantado no Rio de Janeiro, a partir de 1999, durante o governo de Anthony Garotinho, teve como objetivo

anos de 2009 e 2010, este trabalho apresenta uma análise da aplicação da Lei Maria da Penha no âmbito da Polícia Civil, com o objetivo de identificar quais os fatores que interferem nas formas de administração de conflitos de gênero nessas delegacias.

A aplicação da Lei Maria da Penha

Passados alguns anos da promulgação da Lei 11.340/06 – Maria da Penha, ainda encontramos grande resistência à sua aplicação entre policiais e operadores do Sistema Judiciário. A etnografia realizada em duas delegacias distritais do interior do Estado do Rio de Janeiro revelou como as representações tradicionais de gênero, que legitimam a violência contra a mulher, sobretudo a conjugal, interferiam nas práticas de atendimento às mulheres e também nas críticas feitas à lei. Os policiais apresentam muita resistência à aplicação da lei, chegando a considerá-la inconstitucional. Um dos policiais afirmou que não gosta da nova lei, pois “protege demais as mulheres, aí elas procuram a delegacia por qualquer motivo e algumas vezes elas realmente dão motivo [à violência]”. Outro policial argumentou ainda que considerava a Lei 9.099/95 melhor porque as mulheres podiam retirar a queixa no outro dia, servindo, aí sim, para o que queriam, apenas dar um susto no agressor, sem precisar ocupar tanta gente. Disse ainda que, por causa da nova lei, se cria toda uma mobilização e quando a mulher chega à justiça desiste do caso.

A delegacia é procurada, em sua maioria, por pessoas de baixa renda, e seus conflitos, principalmente se forem interpessoais, são constantemente desqualificados, e esses indivíduos são tratadas como cidadãos de segunda categoria. Um exemplo dessa desqualificação é a fala de um inspetor, chefe de um plantão que, ao fazer a triagem⁷ dos atendimentos ainda no balcão, gritou: “Esse povo não tem mais o que fazer em casa não? Uma roupa para lavar ou coisa assim? Vem para a delegacia dia de domingo passar o tempo?”. Essa representação implica em inúmeras ações de desrespeito e desqualificação desses indivíduos, pois, mesmo que haja uma ordem de atendimento, de acordo com a ordem de chegada das pessoas a delegacia, todos os outros conflitos considerados casos de polícia de fato ultrapassam a vez dos que já estão esperando ou promovem a aceleração do atendimento dos casos inferiores para que chegue logo

modernizar a Polícia Civil. Além de uma infra-estrutura física padronizada, que garante a visibilidade dos espaços, e da eliminação da carceragem, foi implantado um sistema informatizado que permite o acesso aos dados por todos os policiais e autoridades credenciadas. Ver: Paes (2006).

⁷ A triagem é uma prática em que o inspetor chama as pessoas ao balcão para saber do que se trata o registro. Dessa forma ele determina os que são verdadeiramente casos de polícia e os que devem ser encaminhados para outros locais. Vale lembrar que esse procedimento só é feito por um inspetor.

a vez dos casos que mais interessam. Em um dia de etnografia podemos perceber que uma mulher foi rapidamente atendida pelo inspetor, pois estava chegando à delegacia um caso de estelionato, que o mesmo gostava muito de atender. O policial disse a atendente do balcão que só não ia deixar de atender a mulher porque já havia pegado o papel de atendimento dela e a mesma já estava sentada em sua mesa. Mas que era para a atendente segurar o caso de estelionato que ele queria atender.

Uma importante observação a ser feita diz respeito à qualificação dos casos de violência contra a mulher observada nessas unidades policiais. Os inspetores os qualificam como “farofa”, “feijoada”, “fubá” ou “fubasada”. Todos esses termos remetem ao espaço da cozinha, lugar por excelência atribuído as mulheres. Em uma delegacia pesquisada, os papéis gerados pela atendente do balcão que são utilizados para compor a fila do atendimento têm um desses nomes anotados na parte superior pelo mesmo inspetor relatado no caso acima que chefia o plantão, para que todos os outros policiais saibam do que se trata o caso a ser registrado.

Outro procedimento recorrente em uma delegacia pesquisada que demonstra o descaso dos policiais diante desses conflitos pode ser exemplificado pela “intimação farofa” (denominação ouvida dos atendentes do balcão). Esta intimação é constituída por um papel impresso, intitulado “intimação”, com os dados do inspetor e da delegacia, e com espaços para preencher o nome do intimado, a data e o horário em que deve comparecer a delegacia. O papel é entregue às mulheres para despachá-las mais rápido e não implica na oficialização da denúncia, pois nenhum dado entra no sistema digital da delegacia. Em um caso observado, o inspetor perguntou à vítima se ela sabia o endereço do agressor e se conhecia alguém que poderia entregar a intimação. Diante da resposta afirmativa, a intimação foi dada a ela, o que é proibido pela Lei Maria da Penha.⁸

Diferentes argumentos policiais objetivam desestimular as mulheres a fazer o registro de ocorrência. O fato de que, nesse novo contexto, as denúncias de delitos tipificados como lesão corporal leve e ameaça podem resultar na prisão do agressor é enfatizado na argumentação dos policiais contra o registro da ocorrência, como forma de intimidar as mulheres e convencê-las a buscar a resolução do conflito em outras instâncias, inclusive a religiosa, conforme evidenciado no diálogo abaixo:

Inspetor: O que houve?

Denunciante: Eu estou separando do meu marido e ele não aceitou.

I: É paixão. Não existe crime quando existe amor.

⁸ Lei 11.340/2006 (Maria da Penha) - Art. 21. A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público. Parágrafo único. A ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor.

D: É tudo por amor, mas agredindo não, né?

I: Mas o sujeito perde a cabeça porque tá apaixonado. Até no trânsito agente perde a cabeça [...]

D: No sábado retrasado ele foi a minha casa pedindo pra voltar, entrou em casa a força, pediu para voltar e eu disse que não, porque eu já não aguento mais as traições, as coisas que ele me fez.

I: Mas Deus manda a gente perdoar.

D: Eu sei que temos que perdoar 70x7, mas não aceito, ele me agrediu. Eu perdoaria se ele não me agredisse, ele fica nervoso e violento. Eu não aguento mais [...].

I: Já existe algum outro registro em andamento?

D: Já.

I: De confusão com ele?

D: Não, de agressão mesmo.

Esse diálogo demonstra a desqualificação e banalização do conflito que justificaria a não intervenção policial no caso, que fica muito claro quando o inspetor o define como uma “confusão”. Em outro caso, que corrobora essa afirmação, ocorreu quando a vítima apresentava uma queixa de ameaça, após ter sofrido também uma tentativa de homicídio do marido, que tentou colocar fogo no colchão que ela dormia. Ao ouvir a história contada pela mulher, a inspetora retrucou: “O problema é embriaguês. Bêbado fala coisa que gente sã não fala”.

192

Vale notar que a pena de detenção, como estabelecida na Lei Maria da Penha é de 3 (três) meses a 3 (três) anos, aumentada de um terço se a vítima for portadora de deficiência (art. 44 § 9 e § 11). O Código Penal brasileiro, por outro lado, determina que, quando o condenado não for reincidente e tiver recebido pena igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto (art. 33, § 2c). Determina ainda que a pena restritiva de liberdade pode ser substituída por penas restritivas de direitos nos seguintes casos: quando a pena privativa de liberdade não for superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa (art. 44, I); quando o réu não for reincidente em crime doloso (art. 44, II); ou ainda quando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente (art. 44, III).⁹

Essas alternativas, facultadas aos juízes, não são informadas às mulheres pelos policiais, que, ao contrário, enfatizam a pena de prisão como o único desfecho da denúncia: “Esse registro que você vai fazer vai gerar um inquérito, e uma pena de um a três anos de prisão e isso não tem volta. É registro criminal”.

Se, na vigência da Lei 9.099/95, a pouca gravidade ou mesmo desmoralização da pena pela determinação do pagamento de cesta básica eram argumentos utilizados

⁹ Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/down/CodPenal.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2010.

para se fazer o registro, no contexto da Lei Maria da Penha,¹⁰ é justamente a gravidade da pena o argumento utilizado para desestimulá-lo.

Com a vigência da Lei 11.340/06 - Maria da Penha, novas regras foram instituídas para a realização do atendimento policial às mulheres vítimas de violência, entretanto, a pesquisa mostrou que essas regras nem sempre são observadas nas práticas dos policiais que atendem nas delegacias pesquisadas. Esse fato certamente decorre da "ética policial", caracterizada por Kant de Lima (1995) como um conjunto de regras e práticas fundamentadas em uma interpretação autônoma da lei e que muitas vezes desobedece sistematicamente aos preceitos legais. Mas, nos casos de violência contra a mulher, derivam também das representações sociais (CHARTIER, 1990) que naturalizam e banalizam esses conflitos. Essas representações, compreendidas como "categorias fundamentais de apreensão e de apreciação do real", "sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam", ao estruturar esquemas de percepção da realidade, orientam também as práticas sociais e constituem um princípio teórico-metodológico eficaz para entender como se constroem as relações de gênero.

Além disso, a tradição patriarcal¹¹ ainda atuante na sociedade brasileira, ao desqualificar a "violência contra a mulher" como crime e conseqüentemente como uma questão de ordem pública, desqualifica também a administração institucional desses conflitos, como se depreende do ditado popular: "Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher". Assim, tanto a intervenção policial nesses conflitos quanto a judicial são afetadas por representações que interferem nas práticas, fazendo com que a legislação vigente encontre resistências em sua aplicação.

As representações de gênero tradicionais, que desqualificam as mulheres que reagem à violência procurando as instituições públicas, refletem-se por vezes em expressões rudes e pejorativas, como o termo aplicado à lei por uma inspetora: "Vagaba Penha". A mesma policial afirmou ainda ter instruído alguns homens a baterem mais nas mulheres quando chegassem em casa, mas que parou de falar isso porque "pode dar problema". Podemos apreender ainda desse caso, e de outros aqui relatados também protagonizados por inspetoras mulheres, que as representações de gênero, que atribuem papéis a serem cumpridos por homens e mulheres no âmbito social e justificam a agressão caso os mesmos, principalmente as mulheres, não o façam, são compartilhadas também pelas mulheres. Uma técnica do balcão, ao atender uma mulher vítima de agressão que possuía unhas compridas e muito bem pintadas, disse

¹⁰ Lei 11.340/2006 - Maria da Penha - Art. 17: É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

¹¹ Denominamos "tradição patriarcal" a um conjunto de representações articuladas em um modelo de relações familiares, legitimado como tradição (LIMA, 2009; LIMA; SOUZA, 2009).

à pesquisadora que provavelmente ela havia apanhado porque não fazia nada dentro de caso e que havia chegado a essa conclusão ao ver as unhas da mulher.

O descaso com os casos de violência de gênero é compartilhado por vários profissionais presentes na delegacia, sejam eles técnicos do balcão, policiais civis, advogados ou policiais militares. Em um caso específico, em que os PMs apresentavam um flagrante, na ocasião do registro foi omitido um objeto utilizado para agressão simplesmente porque o policial que deu o primeiro depoimento esqueceu de relatá-lo, como pode ser observado no diálogo abaixo:

Policial Civil: Como foi?

Policial Militar 1: Deu tapa, soco, pegou a pá, e com uma colher quente queimou a coxa dela.

PC: Chegou a ferir ela com isso [um espeto]? Não, né?

PM1: Não.

PC: Queimou ela com uma colher quente?

PM1: Foi, porque ela tava fritando uma linguiça para ele comer e encostou na perna dela. E a pá.

PC: Caramba, teve isso tudo? Você botou no seu registro a pá? [dirigindo-se ao segundo PM]

PM2: Não.

PC: Então esquece a pá.

PM2: É, esquece.

194

Outras consequências práticas dessa visão tradicional dos conflitos de gênero são: a priorização de outros delitos, deixando as mulheres, mesmo as que apresentam lesões graves, esperando durante muito tempo para serem atendidas, o que é utilizado explicitamente como uma forma de desestimular o registro da ocorrência; a não realização de registros de ameaça por falta de testemunhas; a não caracterização de casos como flagrantes, mesmo quando isso poderia ser feito; o preenchimento incorreto ou falho dos boletins de ocorrência (que acontece também com outros tipos de crime); e, principalmente, a insistente tentativa de dissuadir a vítima da denúncia.

A pesquisa mostrou também que grande parte da resistência policial à aplicação da Lei Maria da Penha vem do fato da violência contra a mulher não ser encarada como uma questão de âmbito público e sim particular e/ou social, como declarou um inspetor: “Isso não é caso de polícia e sim um problema social e as pessoas estão lotando a delegacia com isso”. Essa interpretação retira do âmbito policial a responsabilidade pela administração desse tipo de conflito.

Em um caso assistido, a Lei Maria da Penha foi utilizada contra a mulher e ela foi detida junto com o agressor. A delegada compreendeu que o homem estava com tantas lesões quanto a vítima e aceitou a representação do mesmo contra a mulher, aplicando a legislação para os dois casos. A mulher argumentou que as lesões que causou no homem foram em legítima defesa, pois no momento da agressão estava

com uma de suas filhas, que possui uma deficiência física, no colo e tentou defendê-la dos ataques.

Em uma das delegacias pesquisadas encontramos ainda alguns cartazes que intimidam os usuários a realizar o registro. São eles:

Lembre-se sempre: estou aqui para resolver o seu problema, portanto trate-me com educação e respeito.

Estou trabalhando, se quiser que eu faça algo de extraordinário, por favor, avise-me.

Alguns deles dizem respeito diretamente aos conflitos familiares e de gênero: Evite o constrangimento de receber um não como resposta, sendo assim não me peça: - para dar susto, - para quebrar galho, - para retirar o registro de ocorrência; Ao comparecer na delegacia policial, verificar se a origem de seu problema não foi motivado por: fofoca, desocupação, ciúme, bebida em excesso, herança familiar.

Os policiais dessa unidade justificaram a existência dos cartazes devido ao fato de terem que repetir com muita frequência essas frases. Assim, quando as mulheres chegam à delegacia com questões consideradas despropositais, eles solicitam que leiam os cartazes.

Observamos, a partir desse caso, que a aplicação da Lei Maria da Penha está à mercê das interpretações dos agentes responsáveis por sua aplicação. Esse fato decorre também das diferentes definições que estão sendo dadas a esse fenômeno. A própria Lei 11.340/06 – Maria da Penha, ao utilizar do termo *violência doméstica e familiar contra a mulher*, possibilita o desvio do foco das relações de gênero para as relações familiares e, nesse sentido, se distancia das representações feministas sobre esses conflitos, abrindo espaço para a valorização da situação familiar em detrimento da mulher como sujeito de direitos. Na nova lei, embora o artigo 5º defina a “violência doméstica e familiar contra a mulher” como “qualquer ação ou omissão *baseada no gênero* que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (grifo nosso), considera que esta pode ocorrer no âmbito da unidade doméstica (referindo-se ao espaço), da família (referindo-se à comunidade de indivíduos) e “em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação”. Nessa definição cabem não apenas as relações entre cônjuges/companheiros, mas também entre indivíduos “que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa”,¹² o que multiplica os tipos de conflito passíveis de enquadramento na lei, além daqueles motivados pelas desigualdades de gênero no âmbito das relações conjugais, que constituíram o alvo inicial das ações feminista e que ainda representam cerca de 90% dos casos que chegam às delegacias.¹³

¹² Art. 5. Parágrafo 2º.

¹³ Ver: AZEVEDO, 2008.

Assim, além da violência de gênero, são incluídos conflitos entre ascendentes, descendentes, irmãos etc. , mediante a existência de “relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade”.¹⁴ A questão da desigualdade de gênero e da mulher como sujeito de direitos se dissolve na busca de promover a harmonia familiar, pela difusão de padrões de comportamento que muitas vezes implicam na submissão da mulher à hierarquia familiar tradicional.

Como observa Marcela Beraldo de Oliveira:

O uso da noção de ‘violência doméstica’ no campo do direito tirou o foco da violência contra a mulher e, ao transportá-la para o âmbito familiar, homogeneizou em uma única expressão vários os tipos de violência: contra a mulher, contra os filhos, contra os idosos, de filhos contra mães etc (2010, p. 199-200).

A utilização de diferentes categorias/representações sobre a violência cometida contra as mulheres implica, portanto, em diferentes delimitações do fenômeno que condicionam práticas diversas de administração desses conflitos no âmbito das ações judiciais e policiais.

Considerações finais

196

Apesar da Lei Maria da Penha estabelecer novas normas de administração de conflitos de gênero nas delegacias de polícia, especializadas ou não, verificamos que a aplicação desse ordenamento jurídico tem se dado de forma arbitrária e particularizada, em função de um ethos próprio à polícia e de representações de gênero tradicionais e ainda hegemônicas na sociedade brasileira.

Entendemos, portanto, que as dificuldades apontadas no atendimento às mulheres em situação de violência nas delegacias de polícia derivam, em grande parte, do fato de que os conceitos construídos pelo movimento feminista, em nível nacional e internacional, que fundamentaram a formulação das políticas públicas de gênero no Brasil, entre elas as delegacias especializadas, não foram ainda totalmente subjetivados por todos aqueles que foram ou são responsáveis por executar as políticas públicas de gênero, seja no nível político-jurídico ou operacional. A interferência de valores e comportamentos sociais pelas políticas públicas muitas vezes esbarram em práticas e representações sociais legitimadas como tradição.

¹⁴ Art. 44. O art. 129 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações: § 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos.

A partir da análise do impacto da Lei no trabalho cotidiano das delegacias de polícia pesquisadas, podemos afirmar que não adianta somente a criação de novas leis, elaboradas sob a ótica feminista para o enfrentamento da violência contra a mulher, é preciso que exista um trabalho de convencimento para promover a adesão às representações de gênero que desnaturalizem as relações desiguais entre homens e mulheres, sobretudo nas relações conjugais. Adesão necessária não somente no âmbito da Polícia e da Justiça, mas da sociedade brasileira como um todo.

Referências

- Anteprojeto de Lei sobre violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 2004.
- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. Sistema penal e violência de gênero: análise Sociojurídica da Lei 11.340/06. **Sociedade e Estado**, v. 23, n. 1, 2008.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Lei Maria da Penha – Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006**: coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: SPM, 2006.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre Práticas e Representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990.
- HIRATA, Helena. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, 2009.
- KANT DE LIMA, Roberto. **A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro**. Seus Dilemas e Paradoxos. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- LIMA, Lana Lage da Gama. As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher no Rio de Janeiro: uma análise de suas práticas de administração de conflitos. In: NADER, Maria Beatriz, LIMA, Lana Lage da Gama. **Família, Mulher e Violência**. Vitória: Edufes, 2007.
- _____. As Práticas de Administração de Conflitos de Gênero no Cotidiano das Delegacias de Polícia. **Dimensões - Revista de História da Ufes**, n. 23, p. 117-139, 2009.
- LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André de. Representações de Gênero e Atendimento Policial a Mulheres Vítimas de Violência. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 6, n. 2, p. 61-85, 2009.
- MACHADO, Lia Zanotta. Atender vítimas e criminalizar violências: dilemas das delegacias de mulheres. In: AMORIM, Maria Stella et al. (Org.). **Juizados Especiais Criminais, Sistema Judicial e Sociedade no Brasil**. Niterói: Intertexto, 2003.
- OLIVEIRA, Marcella Beraldo. **Justiças do Diálogo**: uma análise da mediação extrajudicial. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PAES, Vivian Ferreira. **A Polícia do Estado do Rio de Janeiro**: análise de uma (re) forma de governo da Polícia Judiciária. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 43-55, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 15, n. 2, p. 28-50, jul.-dez. 1990.

O ACESSO À JUSTIÇA NO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES*

*Luana Rodrigues da Silva***

Resumo: Este artigo visa analisar o tratamento judicial oferecido pelos operadores de direitos as mulheres vítimas de violência nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher no município de Campos dos Goytacazes com a finalidade de identificar os atendimentos oferecidos nesse espaço. A pesquisa aponta, primeiramente, a Lei 11.340/06-Maria da Penha como concretização da luta pelo reconhecimento do direito das mulheres de viver sem violência, defendido pelo movimento feminista e de mulheres desde os anos 70, denunciando esse tipo de violência como um problema social no qual o Estado deveria intervir de fato. Além disso, as feministas criticaram o Sistema de Justiça Criminal, apontando o tratamento sexista dos tribunais brasileiros nos casos de violência contra a mulher, o que contribuía para a impunidade dos agressores, mesmo em casos de homicídio.

Palavras-chave: Gênero; Políticas públicas; Justiça.

Abstract: This article aims to analyze the judicial treatment offered for the rights of operators women victims of violence in the Domestic and Family Violence against Women in Campos dos Goytacazes city for the purpose of identifying the psychological services in this space. The research points out, first, the Law 11.340/06 - Maria da Penha as achievement of the struggle for recognition of women's right to live without violence, advocated by the feminist and women's movement since the 70s, denouncing this kind of violence as a problem social in which the State should intervene in fact. Moreover, feminists have criticized the Criminal Justice System, pointing sexist treatment of Brazilian courts in cases of violence against women, which contributed to the impunity of perpetrators, even in cases of murder.

Keywords: Gender, Public policy, Justice.

199

* Artigo submetido à avaliação em 25 outubro de 2015 e aprovado para publicação em 29 de novembro de 2015.

** Bacharel em Ciências Sociais e mestra em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Especialista em Organização e Gestão das Instituições de Justiça Criminal e Segurança pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Exclusão e da Violência (NEEV/UENF) e do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-INEaC).

Este artigo tem objetivo de analisar as práticas de administração de conflitos oferecidos pelos operadores de direitos caracterizados como violência doméstica e familiar contra a mulher sobre aplicação da Lei 11.340/06 - Lei Maria da Penha, verificando como os atendimentos são realizados por eles no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Município de Campos dos Goytacazes.¹

As políticas públicas de gênero implantadas no Brasil são oriundas de mobilização dos movimentos feministas e de mulheres que lutavam pelo reconhecimento dos direitos das mulheres conquistado constitucionalmente e que o Estado brasileiro deveria assegurá-los.

Para nortear essas políticas públicas no Brasil os estudos de gênero ajudaram no entendimento sobre as relações entre homens e mulheres. De acordo com Joan Scott (1990) podemos compreender que gênero é um elemento constitutivo das relações sociais de poder, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, implicando na articulação de símbolos culturalmente disponíveis; conceitos normativos que procuram limitar as possibilidades de interpretação desses símbolos; relações sociais e identidades subjetivas.

Compreendeu ainda que o conceito gênero é uma categoria de análise histórica, que rejeita o determinismo biológico como explicação para as diferenças dos comportamentos e desigualdades entre os sexos, e as considera como uma construção social, que institucionaliza os papéis considerados socialmente adequados, tanto para os homens quanto para as mulheres (SCOTT, 1990). Assim, a violência que as mulheres sofrem cotidianamente no espaço doméstico foi caracterizada como uma violência de gênero.

As críticas vindas das feministas iniciaram-se nos anos 70 quando tornaram públicas as ocorrências cotidianas de violência conjugal, particularmente os assassinatos de mulheres por seus companheiros e ex-companheiros. Denunciaram os tratamentos jurídicos misóginos e discriminatórios do Código Penal e Civil quando se tratavam de ações judiciais que tinham como crimes relações conjugais e afetivas. A atuação do Sistema de Justiça Criminal para os casos de assassinatos de mulheres se baseava por decisões judiciais tendenciosas a fim de alcançarem absolvição dos acusados.

¹ A pesquisa integra um projeto desenvolvido no Núcleo de Estudos da Exclusão e Violência da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (NEEV/UENF), que focaliza a Rede de Atendimento à Mulher no Estado do Rio de Janeiro. O NEEV está vinculado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT InEAC), com sede na Universidade Federal Fluminense - UFF. A pesquisa foi desenvolvida por meio de análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação etnográfica, tendo com um de seus resultados a dissertação de mestrado intitulada *Violência de Gênero: análise das práticas de administração de conflitos no juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher (2011-2012)*, de Luana Rodrigues da Silva, defendida em 2013, sob orientação da professora Lana Lage da Gama Lima.

Além disso, verificaram nesses julgamentos que os tribunais costumavam julgar, além do crime em si, a conduta das vítimas, muitas vezes responsabilizadas pela violência sofrida. Um caso para destacar foi o assassinato de Ângela Diniz, morta, em 1974, pelo seu namorado Doca Street. Esse assassinato teve uma grande repercussão nacional, uma vez que o autor do crime foi absolvido em primeira instância, baseado no argumento construído pelo o seu advogado que o acusado agiu em legítima defesa da honra, devido à “conduta devassa” da vítima. Naquela ocasião, Doca Street havia declarado depois da sentença que “matou por amor”. Essa declaração provocou reações do movimento feminista e de mulheres que levantaram a bandeira de “quem ama não mata”. O resultado final desse acontecimento foi anulação do julgamento e condenação do réu em uma outra posterior.

Quanto a atuação policial, o movimento feminista e de mulheres fizeram duras condenações aos atendimentos aos casos de violência contra a mulher, uma vez que eram tratados com descasos e que as mulheres, ao tentarem denunciar seus agressores, se deparavam, com vários obstáculos nas delegacias de polícia que contribuíam para que elas se desmotivassem a realizar a denúncia contra os seus agressores (SILVA, 2013).

As denúncias do movimento feminista acabaram contribuindo para a discussão sobre a promoção de políticas públicas que coibissem, por meio da criminalização, a violência cometida contra as mulheres, que culminou em mudanças legislativa e de estrutura jurídica, como a criação de Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres em diversos Estados, em meados dos anos 80; a Lei Maria da Penha, em 2006 e os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; em 2015 aprovação do projeto de Lei 8. 305/14 que classifica o feminicídio como crime hediondo e o inclui no Código Penal como homicídio qualificado.

A criação da Lei n. 11.340/06, uma lei específica para o combate a violência contra a mulher, foi um marco na luta contra a violência de gênero no Brasil.² A proposta dessa lei teve como motivação as insatisfações acerca das sentenças judiciais realizadas pelos tribunais ao longo dos anos que agravou-se ainda mais com os julgamentos aplicados pelos Juizados Especiais Criminais (JECrims), criados pela Lei 9. 099/95.

Instituído no Brasil baseado em modelo de justiça dos Estados Unidos, os JECrims estão inseridos no processo de judicialização das relações sociais, significando uma crescente invasão do direito na organização da vida social. Com sua criação, se tornaram

² De acordo com Souza (2013), a lei 11. 340/06 sua criação foi inspirada em outras legislações semelhantes na América Latina, dezessete países que aprovaram legislações voltadas à criação de aparatos jurídicos que viessem a erradicar e proteger as mulheres da violência de gênero: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, Uruguai, Brasil e Venezuela. A implantação dessas legislações, segundo a autora, foi resultado de reivindicação do movimento feminista de alcance internacional, que propiciou que houvesse discussões sobre a condição da mulher em diversas sociedades.

o novo aparato do poder judiciário, responsável por julgar crimes com pena máxima de dois anos de reclusão com práticas de administração voltadas para a consensualidade entre as partes, com a finalidade de promover celeridade, economia processual e desburocratizar o poder judiciário (VIANNA *et al.*, 1999; DEBERT; GREGORI, 2008).

Os resultados das sentenças judiciais nos JECrims não significaram o reconhecimento dos direitos das mulheres. Porque, cerca de 70% a 80% dos casos julgados nesses juizados tinham como principais crimes lesão corporal leve e ameaça com vítimas na sua maioria mulheres e os acusados dos processos judiciais homens que tiveram alguma relação afetiva com elas. (AZEVEDO, 2001; BURGOS, 2003; OLIVEIRA, 2006; DEBERT; GREGORI, 2008; PASINATO, 2010).

As práticas de administração de conflitos do JECrim verificadas tiveram como consequência a banalização da violência doméstica (sobretudo com a imposição do pagamento de cestas básicas como pena), no arquivamento dos processos, na renúncia por parte da vítima e na reprivatização dos conflitos (LIMA, 2009). Portanto, a ênfase na conciliação e na preservação da família, à custa dos direitos das mulheres, reforçou os papéis de gênero tradicionais e a submissão feminina, provocando o descontentamento de usuárias e do movimento feminista (SILVA, 2013).

Diante dessas denúncias e críticas sobre atuação do Sistema de Justiça Criminal no Brasil, a elaboração da Lei nº 11.340 teve base o anteprojeto preparado por organizações não governamentais feministas³ que pautou-se nas diretrizes da *Convenção de Belém do Pará*. Depois de amplo debate sociedade brasileira por meio de audiências públicas por todo território brasileiro, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM encaminhou o projeto de Lei 4. 559/2004 para o Presidente da Câmara dos Deputados e para o Presidente da República, pedindo a promulgação da uma lei que viesse a criminalizar a violência contra a mulher, tendo na sua exposição de motivos referenciado a condenação do Estado brasileiro em instâncias internacionais no caso de Maria da Penha Fernandes.⁴ Assim, em 7 de agosto de 2006 a lei foi promulgada.

Nesse sentido, no processo de elaboração, a lei procurou dar respostas às reivindicações sociais, principalmente vindas do movimento feminista, incorporando algumas de suas propostas, bem como reafirmar os princípios previstos na Constituição

³ Advocaci, Agende, Themis, Cladem/Ipê, Cepia e Cfemia.

⁴ O nome Maria da Penha foi dado em homenagem a uma farmacêutica, Maria da Penha Maia Fernandes, que ficou paraplégica após sofrer, em 1983, duas tentativas de homicídio pelo marido em sua casa. O processo de investigação judicial foi iniciado dias depois da agressão e se arrastou por 19 anos até que houvesse uma decisão definitiva dos tribunais do país, o que só ocorreu após intervenção da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Em abril de 2001, a Comissão, baseada nesse caso, responsabilizou o Estado brasileiro por negligência, omissão e tolerância em relação à violência contra as mulheres, estabelecendo recomendações não somente a título individual, de reparação à violência sofrida por Maria da Penha, mas também para todas as mulheres brasileiras, mediante a adoção de medidas político-jurídicas e de políticas públicas para o enfrentamento da discriminação contra as mulheres no país. Somente em 31 de outubro de 2002 o réu foi preso.

de 1988 e situar os acordos assinados pelo país nos tratados internacionais, como se depreende de seu art. 1º:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (LEI 11.340/06 – LEI MARIA DA PENHA, art. 1º).

A principal mudança promovida pela Lei Maria da Pena foi o reconhecimento da especificidade da violência de gênero dentro do campo jurídico, reproduzindo o que determina a Convenção de Belém do Pará:

Para os efeitos desta lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial (LEI 11.340/06 - MARIA DA PENHA, art. 5º).

De acordo com a lei Maria da Pena, a violência doméstica e familiar contra a mulher pode ocorrer em várias situações que não só restringe a esfera doméstica, pois esse tipo de violência pode abranger tanto o âmbito familiar, o âmbito da unidade doméstica e qualquer relação de afeto. Estabelece uma série de mecanismos para promover a intervenção das instituições públicas nos conflitos de gênero, visando resguardar a integridade física, moral, sexual, patrimonial e psicológica das mulheres nas relações domésticas, privadas e afetivas.⁵ Um dos mecanismos propostos, está a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para fazer atendimento exclusivo para esses casos, definidos como “órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher”(Art. 33 da Lei nº 11.340/06); prevê de três meses a três anos de prisão ao agressor,⁶ com

203

⁵ Articulada conceitualmente com os tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil, a Lei 11.340/06 - Maria da Pena explicita as ações que devem ser incluídas no enfrentamento à violência contra a mulher: punição, proteção, prevenção e educação. Ao qualificar a violência contra a mulher como uma das formas de violação de Direitos Humanos, a lei estabelece uma série de mudanças nos procedimentos judiciais e policiais no tratamento desses casos.

⁶ Vale esclarecer que o Código Penal, no art. 44º, prevê que penas privativas de liberdade podem ser substituídas por restritivas de direito quando “I - aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, ou qualquer que seja a pena aplicada se for culposo; II - o réu não for reincidente em crime doloso e III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias, indicarem que essa substituição seja suficiente” (CÓDIGO PENAL, Art. 43). Portanto, ressaltamos que as sentenças de detenção aplicada pela lei 11.340/06 podem ser convertidas a penas restritivas de direitos (prestação pecuniária; perda de bens e valores; prestação de serviço à

aumento da pena para 1/3 quando a vítima for deficiente física; garanti o atendimento para casal homoafetivo; retorna o inquérito policial, prever medidas protetivas e proibi a aplicação da lei 9.099/95 para os casos de violência contra a mulher.

O município de Campos Goytacazes, situado ao norte do Estado do Rio de Janeiro, possui um Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, implantado simultaneamente com inauguração do novo fórum da Comarca da cidade em 2007. O juizado, desde o seu início, divide o espaço com o Juizado Especial Criminal, sob a responsabilidade de um mesmo juiz titular, o que significa a existência de duas lógicas de administração de conflito distintas num mesmo local, a da Lei 9. 099/95, que prioriza a conciliação entre as partes, a transação penal e a suspensão condicional do processo, e a da Lei 11. 340/06.

A pesquisa de campo no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher foi realizada nos períodos de março a maio de 2011 e de setembro a novembro de 2012. O retorno ao campo teve como objetivo observar se a decisão de 9 de fevereiro 2012 do Supremo Tribunal Federal sobre a incondicionalidade da violência contra a mulher, referente aos delitos de lesão corporal, provocaria alguma mudança nas práticas de atendimento jurídico. Porque em fevereiro de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que, nos delitos tipificados como lesões corporais - mesmo de natureza leve ou culposa - praticadas contra a mulher em âmbito doméstico, a ação judicial passaria ser uma ação pública incondicionada à representação. Cabendo, então, ao Ministério Público iniciar a ação após a apresentação da queixa, independente do fato desta ser feita pela vítima ou não, isto é, a denúncia pode ser feita por terceiros, o que garante a abertura e continuidade do processo sem necessitar a representação da mulher, ou seja, o processo é aberto ainda que a mulher não denuncie seu agressor formalmente. Segundo o Cavalcante (2012):

A proteção à mulher esvaziar-se-ia, portanto, no que admitido que, verificada a agressão com lesão corporal leve, pudesse ela, depois de acionada a autoridade policial, recuar e retratar-se em audiência especificamente designada com essa finalidade, fazendo-o antes de recebida a denúncia. Dessumiu-se que deixar a mulher - autora da representação - decidir sobre o início da persecução penal significaria desconsiderar a assimetria de poder decorrente de relações histórico-culturais, bem como outros fatores, tudo a contribuir para a diminuição de sua proteção e a prorrogar o quadro de violência, discriminação e ofensa à dignidade humana. Implicaria relevar os graves impactos emocionais impostos à vítima, impedindo-a de romper com o estado de submissão (ADI 4424/DF, rel. Min. Marco Aurélio, 9. 2. 2012).

Já para outros delitos, como crimes contra a honra (injúria, calúnia e difama), a ação continua privada, e, para os casos da ameaça, a necessidade de representação

comunidade ou à entidade pública; interdição temporária de direitos e limitação de fim de semana).

permanece, isto é, a ação penal pública condicionada em que a renúncia do processo por parte da vítima tem que ser justificada em audiência com o juiz.

Durante a pesquisa em 2011, constatou de dois procedimentos judiciais na administração juizado: a Audiência de Pautão e as Audiências de Instrução e Julgamento (AIJ). As audiências de pauta se referem uma audiência introdutória com reuniões coletivas com o objetivo de dar celeridade e informalidade aos atendimentos jurídicos, e, se caracteriza pela intimação das mulheres que têm algum processo referente à ação penal pública condicionada à representação em andamento, para uma conversa com o juiz, com a finalidade de esclarecer dúvidas sobre a Lei Maria da Penha e, por fim, decidir sobre a continuidade ou não da ação judicial. Portanto, visa com essa audiência fazer uma triagem dos processos judiciais que possam ir para Audiência de Instrução e Julgamento.

A quantidade dos pautões obedece à demanda de processos que entra no JVD-EC. Em 2011, as audiências de pauta ocorreram um dia por mês. Acompanhamos, no mês de abril, oito audiências de pauta em um mesmo dia. No mês seguinte sete audiências. O número de audiências de pauta é determinado pelos contingentes de mulheres intimadas a comparecer no juizado para serem atendidas.

Nessa audiência há um procedimento padrão adotado pelo juizado em todas as audiências desse tipo, com duração em média de 15 a 25 minutos cada uma delas e com um grupo de 10 a 15 mulheres. Nos pautões que foram pesquisados, antes de iniciar a audiência, realizou-se um pregão para convocar as vítimas para entrarem na sala de audiência até que todos os assentos do juizado estivessem ocupados. Nesse momento, o juiz, o promotor, o defensor público e os assessores do juizado já estavam presentes e acomodados em seus lugares na sala de audiência. Nessas audiências observadas, as mulheres raramente vinham acompanhadas por um advogado e,⁷ quando estavam representadas, o eram pelas advogadas do Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher - NIAM.⁸

Durante toda audiência, o juiz inicia se apresentando como responsável pelo juizado e continua a apresentar os outros representantes da justiça. Percebe-se que desde as apresentações até os esclarecimentos sobre a Lei Maria da Penha para as usuárias, em que estas decidirão acerca da continuação do processo, ele foi, na maioria das vezes, o único que se pronunciou no decorrer da audiência.

⁷ No art. 16 da Lei Maria da Penha, determina-se que “nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público” (Lei nº11.340/06 - Lei Maria da Penha).

⁸ O Núcleo Integrado à Mulher - NIAM foi extinto em 18 de maio de 2011, quando a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes o transformou em Centro de Referência de Assistência Social da Mulher – CREAS, deixando esse espaço de atender somente às mulheres e passando a atender à família, incluindo crianças, adolescentes, idosos (VALVERDE, 2013).

Boa tarde, senhoras! Eu sou Este (a) é Eu sou o juiz titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e vamos explicar o porquê nós chamamos todas vocês aqui. Vocês foram convocadas porque há um ponto em comum entre vocês. Vocês sofreram alguma violência que se enquadra na Lei Maria da Penha. [...] E, normalmente, o processo que se enquadra na Lei Maria da Penha determina que o juiz mantenha um contato pessoal com as mulheres antes de iniciar o processo para poder ouvi-las e saber se querem continuar com o processo.

Depois das apresentações, juiz cita alguns motivos que levariam as mulheres a cogitarem querer ou não dar prosseguimento com o processo judicial. Na observação dessas audiências era comum presenciar as palavras destimuladoras quando se referia ao processo judicial, pois dizia que algumas mulheres poderiam não querer a ação judicial porque era "chato", "demorado" e "constrangedor" mantê-lo.

Às vezes, há mulher que pode estar sendo ameaçada e precisa dar continuidade ao processo. Mas existem casos em que a mulher não quer levar o processo adiante, uma vez que voltou para o seu marido e este não a ameaça e nem a agride mais. Ou há, ainda, alguns casos em que o casal está separado, mas este não incomoda mais e vive distante. Também tem mulher que prefere encerrar com o processo devido ao incômodo de ter que ir à delegacia, depois ter que vir ao fórum para dar o depoimento de novo, já que se sente constrangida por ser chato e demorado passar por isto. E é por isso que a lei determina que eu mantenha contato com as senhoras para saber se querem ou não levar o processo judicial adiante. E, esta decisão, vocês precisam fazer na frente do juiz.

206

Assim como, explica que embora o juizado tivesse competência tanto para área civil e criminal conforme prever Lei Maria da Penha,⁹ naquele espaço só as questões de caráter criminal seriam levadas em consideração. Já as outras questões de caráter civil, como partilha de bens, divórcio, pensão alimentícia, deveriam as vítimas procurarem a Vara de Família, recomendando que procurem a Defensoria Pública para que as dúvidas sejam esclarecidas.

Além disso, faz observações caso as vítimas queiram a extinção da ação penal contra o acusado destacando que atitude iria deixar o acusado com "a ficha limpa", pois o processo seria arquivado.

O que acontece se a mulher quiser parar com o processo? Mandarei a polícia extinguir a investigação e o processo terá um fim. A ficha dele ficará limpa e o processo será arquivado. E se quiserem dar continuidade, o que significa? O juiz manterá o contato com vocês. Caso queiram o julgamento, chamarei as senhoras, o réu, as testemunhas para ouvi-los e no fim darei uma sentença judicial.

⁹ Outras pesquisas apontam que alguns juizes titulares do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ou de Varas Criminais, ao estarem em contato com processos civis e criminais, preferem administrar os conflitos que tenham cunho criminal e, por fim, buscam encaminhar para outras Varas, de Família ou Civil, os processos civis (AZEVEDO, 2011; BEZERRA, 2011; GOMES, 2010).

Quanto a renúncia ao processo por parte delas mulheres, ele informa que em caso de reincidência das agressões e das ameaças, as mulheres poderiam retornar à delegacia para fazer um novo registro de ocorrência e instaurar um novo processo no juizado. No entanto, o novo processo não seria incorporado na denúncia no anterior, já que este estaria arquivado.

Foram poucas às vezes no decorrer da pesquisa dessa audiência, que as mulheres tentaram pedir conselhos, relatando os conflitos e os casos de violência que sofriam. Mas logo, eram interrompidas pelo magistrado recomendando que procurassem um advogado, defensor público ou tirasse dúvidas com o promotor de justiça que estava ali presente para que pudessem conversar sobre a sua situação. A argumentação do magistrado baseava na necessidade de ser imparcial no processo judicial, assim, não poderia fazer qualquer tipo de escuta.

O juiz não pode orientar as senhoras no que devem fazer. Não adianta vir me perguntar. Porque, assim, o juiz perde a imparcialidade, logo fico proibido de fazer audiência. A lei me proíbe de dar orientações individuais a vocês.

No final de cada audiência, o juiz informa que as mulheres presentes devem decidir se querem ou não extinguir com o processo. Percebe-se que o discurso do magistrado exerce grande influência na decisão de renúncia por parte das vítimas, porque os argumentos utilizados pelas mulheres para sua desistência baseavam em quatro justificativas: o juizado não iria resolver a questão de fato; o réu não a incomodava mais; o processo aí não dar em nada mesmo; ou traria muito desgaste se continuasse. Essa constatação foi observada em conversas que as vítimas mantinham entre si e/ou com familiares e amigos acompanhantes.

O resultado sobre os oito pautões foi a presença no juizado de um total de 210 mulheres. Dessas somente 25 mulheres decidiram dar continuidade ao processo, portanto, nesse dia somente 12% dos processos tiveram continuação e 88% foram arquivados. Esses números foram constatados com a contabilização realizada no término da audiência pelos assessores do juizado que são responsáveis por administrarem os serviços burocráticos do espaço.

Ao refletir sobre a dimensão simbólica do Direito, Cardoso de Oliveira (2008), apontou que, ao administrar conflitos, o poder judiciário parte do princípio de que os fatos que chegam aos tribunais devem ser tratados a partir da interpretação dos códigos, que orientam as formas institucionalizadas de extirpar os conflitos. No entanto, como analisa o autor, os procedimentos judiciais se mostram em dissonância com a necessidade daqueles que acessam a justiça, causando um sentimento de insatisfação, uma vez que as práticas judiciais não atendem às perspectivas dos litigantes porque

desconsideram que os conflitos têm uma dimensão moral que não é contemplada (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2008).

Quando entrevistados sobre a prática do pautão os operadores do Direito justificaram da necessidade desse procedimento porque era um mecanismo para fazer uma triagem dos processos de violência doméstica e familiar contra a mulher, dando celeridade àqueles que permanecessem no juizado.

Isso foi observado em um dia de Audiências de Julgamento e Instrução - AIJ, em que três sessões marcadas não ocorreram, porque nenhuma das vítimas compareceu, o juiz, em uma conversa informal com todos os que estavam presentes na sala de audiências (promotor de justiça, defensor público e um assessor), explicou a relevância da realização do pautão, pois permitia "fazer uma filtragem dos processos, já que muitos desses não têm dado em nada". O magistrado afirmou que, assim, o tempo poderia ser reservado aos casos mais grave como o de uma audiência do dia anterior, em que compareceu uma mulher que havia sido espancada e estava sendo ameaçada pelo seu ex-marido.

O caso se refere a uma vítima que havia faltado à audiência de pautão, mas mesmo assim procurou o juizado para se informar sobre o que deveria fazer. Foi concedida a ela uma audiência no mesmo instante com o juiz e a promotora de justiça, antes de iniciar a AIJ do dia. Ao entrar na sala de audiência, os operadores já estavam cientes que a vítima gostaria de não continuar com o processo, pois a funcionária do juizado já havia perguntado isso quando estava no corredor e ela os informou. A mulher com uma criança no colo foi conduzida a entrar na sala de audiência. O juiz, com o processo em suas mãos, disse que foi informado que ela queria finalizar a ação judicial e se isso se procedia. Ela concordou. Então, o juiz a inquiriu perguntando se o agressor não a havia procurado mais e nem a agredido. Nesse momento, a vítima, nervosa, relatou que o seu ex-marido a tinha procurado no dia anterior e feitos ameaças, alegando que a casa onde ela morava era dele e, por conta disso, a agrediu, não respeitando a criança em seus braços. O juiz e a promotora intercederam, incentivando-a que continuasse com o processo e recomendaram que ela procurasse a defensoria pública para orientá-la: "Eu diria a senhora que procure um defensor público aqui no primeiro andar do prédio. Porque o juiz não pode tomar partido. Mas um defensor pode dizer o que a senhora deve fazer para que ele pare de importuná-la".

Ao ouvir isso, a mulher disse que iria continuar com o processo. Contudo, perguntou a promotora o que faria caso o seu agressor voltasse a importuná-la. Foi recomendado que ela fosse de novo à delegacia para fazer um novo registro e procurasse o defensor público. Depois dessa conversa, a vítima foi liberada, no entanto, antes dela sair, o promotor reafirmou a recomendação de que não deixasse de ir à

defensoria pública. Portanto, esse tipo de oitiva individualizada, foi uma prática rara durante a pesquisa em 2011.

Nesse sentido, nas audiências de pauta, quando os operadores do direito ao procedem à triagem dos casos, como mecanismo para separarem os processos graves em relação aos não graves, determinam os casos que supostamente merecem ser atendido pelo juizado, sem considerar a dimensão simbólica dos insultos sofridos e, assim, reprivatizam os conflitos, sem oferecer uma solução que satisfaça as denunciadas (SILVA, 2013).

Ao serem questionados se essas audiências coletivas poderiam provocar a desistência das mulheres em relação ao processo todos os operadores não viam o procedimento como algo negativo. O magistrado afirmou em não acreditar que isso ocorria, porque na sua concepção as mulheres ao estarem no juizado tinham a total liberdade de tirar suas dúvidas, já que o agressor não estava presente. Por outro lado, concordava que uma audiência individual seria mais apropriada para conversar com as usuárias do que a coletiva. No entanto, defendeu que o objetivo do pauta era extinguir com os processos que não iriam mesmo ter prosseguimento:

[...] elas respondiam com toda liberdade, tiravam as dúvidas quando desejavam. Apesar de não ser um contato longo, mas era explicado a elas o que estava acontecendo e, na verdade, era a oportunidade de dizer com liberdade, porque os maridos não estavam presentes [...] e não podia entrar homem ali. O objetivo era dar a elas o direito de responderem com liberdade. É claro que se essa triagem pudesse ser feita de maneira individual seria muito melhor do que coletivamente. Mas, em um grupo de 10 ou 15 pessoas, como a gente estava fazendo, não compromete a situação. Se não é o ideal, pelo menos o resultado é muito mais positivo do que negativo. Porque a redução dos processos inúteis valia, vamos dizer assim, o ponto negativo de você fazer uma audiência coletiva, quando o ideal fosse individual. O fato de ser coletiva, não chega a prejudicar, vamos dizer, no meu modo de ver, a vontade da mulher, não chega a viciar. Então, ela tem condição de dizer se quer seguir com o processo ou não, seja em uma audiência coletiva ou em uma individual. Na individual, a oportunidade dela de tirar dúvidas seria maior. Na coletiva é menor, mas ela sempre foi orientada na possibilidade de, acabando a audiência, ir conversar com o promotor e o defensor, com quem tivessem que lhe dar aquela orientação ali.

209

Esse mesmo pensamento destacado pelo magistrado também é defendido pelo promotor e o defensor, pois ambos acreditam que esse tipo de audiência coletiva não prejudicava a decisão da mulher. Para o promotor público

Eu não vejo problema, porque como eu disse é uma audiência coletiva apenas para se ouvir a manifestação de vontade. Não se permuta ali nada, o desejo da vítima de prosseguir ou não. Então, como o tema é muito simples, não vejo problema nenhum de fazer isso desta forma. Quando alguém quer expor a sua situação, mais devagar, quer um aconselhamento, algo assim, como já aconteceu comigo, não há nenhum problema o promotor atender pessoalmente e dar a orientação ao caso concreto, mas, de uma maneira

geral, como é uma coleta de manifestação e de vontade, não vejo problema ser feito desta forma.

A visão do defensor público sobre o pautão é semelhante:

[...] O pautão tem sido marcado, independente do requerimento da mulher ou não. Mas uma audiência visando efeito prático, talvez chamar a mulher e explicar para ela se ela quer prosseguir ou não, dá a voz a ela. Busca esse efeito prático. E tem-se conseguido, na medida em que, pelo até a onde eu sei, a maioria tem feito essa retratação quando chega a essa audiência e tal. Mas ela tem base legal no aspecto legal de ter uma obrigatoriedade, o juiz marca a audiência. Ele marca porque ele tem tanto processo em andamento com essa característica, que ele acaba marcando, para explicar a todas conjuntamente. Claro, que ela só vai cumprir o seu objetivo se a mulher, vítima de violência, entender ao fim o que ela se destina. Ali, não é uma imposição, elas desistem, ela não está obrigada a retirar sua manifestação de vontade no sentido para prosseguir, é tão somente para, se ela quiser por questões que não interessam quais sejam, mas se ela quiser, ela pode tirar, se ela quiser pode retratar a denúncia anteriormente oferecida. Então, é óbvio que ela só atinge ao objetivo se a mulher entender a finalidade desse ato. Se ela entender o objetivo está atingido. Ela vai se retratar ou não dar retratação, se quiser representar sua vontade livremente.

Em fevereiro de 2012, a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF de mudar a representatividade para ação pública incondicionada para delitos tipificados como lesão corporal, mesmo que de natureza leve ou culposa, praticados contra a mulher em âmbito doméstico transformou a dinâmica da audiência de pautão no juizado, porque a maioria dos casos atendidos ali é assim tipificada conforme dos dados no ano de 2012:

210

Tabela 1 - Principal tipificação de crimes entre 01/01/2012 e 04/09/2012 no Juizado

Tipificação	Quantidade	%
Lesão corporal decorrente de violência doméstica (Art. 129 e /ou 11- CP)	409	55%
Ameaça (Art. 147- CP)	209	28%
Vias de fato (Art. 21, DI 3.688/41)	37	4.9%
Injúria (Art. 140- CP)	27	3.6%
Estupro de vulnerável (Art. 217-a- CP)	11	1.4%
Estupro (Art. 213- CP)	9	1.2%
Dano	7	0.9%
Violação de domicílio (Art. 150- CP)	4	0.5%
Furto	4	0.5%
Maus tratos (Art. 136- CP)	3	0.4%
Outros	23	3.09%
Total	743	100

Fonte: Dados da estatística do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher do município de Campos dos Goytacazes/RJ.

Dessa forma, audiências de pauta passariam a ser pouco realizadas em virtude da decisão do STF, já que caberia ao Ministério Público a responsabilidade de promover a ação judicial. Essa deliberação foi alvo de críticas do magistrado e do defensor durante as entrevistas realizadas. Pois, para esses a mudança não constituiu um avanço nos direitos das mulheres porque a desempodera de tomar sua própria decisão o que for melhor e nem atendia à realidade vivenciada nos juizados. Como afirmou o juiz:

O Supremo Tribunal Federal, com todo respeito do mundo, cometeu um inequívoco imenso ao estabelecer que a mulher não possa desistir, não pode retratar as ações penais relativas à lesão corporal. [...]hoje, a mulher vai e conquista espaço profissional, conquista uma série de questões e ela volta a ser tutelada pelo Estado. Você imagina uma situação. O Estado tira, se o filho, em determinado momento, briga lá com a mãe, aperta a mão da mãe e a mão fica vermelha, aquilo causa lesão corporal, gera um processo, a mãe não tem direito de perdoar o filho, porque o Supremo Tribunal Federal não deixa. Qualquer pessoa que for agredida só leva um processo frente se ela quiser. A mulher não. Se for agredida, ela é tutelada pelo Estado. É como o Estado brasileiro dissesse que “- você não tem capacidade de decidir a sua vida. Eu que decido por você. Se você tem que levar o processo para frente”. A mulher não tem o direito de ter uma discussão lá com o marido. Não é que estou defendendo a agressão, não. O que estou defendendo é a liberdade dela de ter uma discussão com o marido ou com filho e querer voltar com o marido. Por que não? Se ela está sob pressão, se ela está com medo, a situação é outra. E, vamos dizer assim, cabe ao judiciário, à polícia intervir, especificamente, nesse caso e dizer que: “- ela está aqui, está se retratando porque ela está com medo. Porque o cara ameaçou lá fora”. Aí, é um caso que precisa de análise. Até um caso de não aceitar essa retratação. Então, se ver que ela está com a vontade viciada. Agora, se ela está com vontade de perdoar o filho e vontade de perdoar o marido, por que não? Por que não?

211

Por fim, na visão do Juiz a decisão só contribui para que houvesse Audiências de Instrução e Julgamento desnecessárias, já que muitos desses processos não irão a frente e vão de encontro à vontade da vítima, resultando em falsos depoimentos proferidos por estas para proteger o acusado de futuras penalidades.

[...] O que acaba acontecendo na prática? A mulher vem aqui e começa a mentir. Porque ela já viu que não pode tirar o processo, ela mente: *Não foi bem assim*. Lá na polícia, ela diz que foi agredida. Mas, quando chega aqui, no fórum, ela começa a mentir. Ela não está mais brigada com o marido, está dormindo com ele, está morando com ele, com marido ou filho, ou seja, ela não quer mais confusão com ele, ela quer voltar, quer continuar bem. Ela quer ver o cara que ela perdoou condenado? De jeito nenhum. Começa a mentir. Começa a dizer que não foi assim: *naquele dia eu cáí, eu estava nervosa*. Quem acompanha, a gente tem um percentual de atos inúteis imensos. [...] do ponto de vista prático, a decisão do Supremo foi extremamente infeliz. Mas por quê? O objetivo é fazer política pública.

Outro que defendeu a mesma ideia do magistrado foi o defensor público que criticou a decisão do STF, uma vez que para ele colocar a mulher ainda mais vitimizada, já que a falta de direito de representar permitiria que ela fosse alvo de novas agressões do acusado. Ademais, alega que se a mulher tem condições de representar por delitos mais graves contra ela, logo teria as mesmas condições sobre os delitos mais leves.

[...] acho que houve esta desconsideração, a meu sentir, equivocada, porque essa medida, essa posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal, acaba impedido em determinados casos a felicidade da mulher. Porque, às vezes, a mulher é vítima de violência, mas regressa o relacionamento que ela mantinha com o agressor. E aquele processo quando não é extinto acaba servindo para a quebra da harmonia daquele casal. Então, acho que o Supremo Tribunal perdeu a oportunidade de deixar a cargo da mulher vítima de violência na hipótese de lesão corporal leve a representação. Até, porque se ela tem condição de representar quando é ameaça, por que ela não teria em relação à lesão corporal leve e grave? Gravíssima, não! Seria ação incondicionada. Se ela tem condição de representar quando um crime de estupro, por que ela não teria essa condição no caso da lesão? Então, eu acho que a decisão do tribunal peca por retirar da mulher esta autonomia de vontade e por quebrar o sistema.

Assim, para o defensor público a mudança só trouxe um aumento de audiências no juizado, pois obrigava o juiz a fazer o procedimento que é legalmente previsto, mas que não tem nenhuma efetividade processual.

212

Na verdade, o que acaba acontecendo é a instrução desnecessária. Porque quando o juiz ouve a mulher por causa da decisão do Supremo, ele vai determinar que o sujeito seja processado. E, aí, esse recebe aquela denúncia, ele vai marcar a audiência para instruir, porque a tarefa dele ali é colher as provas do fato que aconteceu lá atrás. Então, ele vai marcar a audiência [...] para ouvir a mulher quer dizer que não quer nada contra o sujeito, quer que aquele processo seja arquivado. Embora essa manifestação seja desinfluyente e que, às vezes, [...] se esbarra com mulheres mentindo para aliviar a situação do companheiro [...]. Então, essa decisão tem esse efeito.

Ao contrário dos depoimentos dos outros operadores, o promotor público percebia que a decisão do STF como positiva, pois a esta em ressonância com o espírito da lei que é enrijecer os crimes cometidos contra a mulher.

Olha, essa decisão tem sido alvo de muitas críticas. Porque muitos entendem que o Supremo Tribunal Federal aniquilou a autonomia da vítima. Trouxe algum desassossego, algum mal-estar naquelas situações em que a vítima já se reconciliou e não pode mais desistir do processo. Embora, realmente haja algumas críticas quanto a esta decisão, acho que, de uma maneira geral, para mudar essa cultura de agressão à mulher, foi positivo. Algumas situações concretas, como falei, geram algum constrangimento e algum mal-estar, mas, de uma maneira em geral, até para aumentar o senso de oportunidade e responsabilidade das vítimas quanto à procura do sistema de repressão estatal, acho importante. Assim, com o passar do tempo, mostrará à

comunidade geral que as decisões precisam ser respeitadas, uma vez que aberto o procedimento criminal, isto é sério e pode trazer, consequências. Isso, a meu ver, traz um senso de oportunidade e de responsabilidade melhor para a mulher. Embora, como eu já falei, reconheço as procedências de algumas críticas, mas era preciso decidir e acho que a decisão foi correta. Justamente por estar em sintonia com o próprio espírito da lei, que é voltado para o maior enrijecimento do sistema penal.

Quanto a audiência de instrução e julgamento AIJ, acontece quando não há extinção do processo por parte das ofendidas durante a audiência de pauta ou quando existe um processo de ação penal incondicionada à representação em andamento no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher. Os procedimentos que abarcam a audiência AIJ pautada por certa formalidade em que estarão presentes os representantes da justiça, as partes com ou sem advogados, as testemunhas e os assessores do juiz fazendo a parte burocrática.

Durante essa audiência, o magistrado inquirir todos que estão envolvidos um por um começando pela vítima, testemunhas e acusado. Todas as questões perguntadas e respondidas são registradas nos autos do processo a partir de sua interpretação. Depois oferece a palavra para os outros representantes da justiça para fazerem suas questões.

No final dessa dinâmica, o objetivo é fazer a mediação do conflito entre as partes,¹⁰ para que possam ter algum consenso, principalmente, nos casos em que identificam a possibilidade de diálogo. O juiz pergunta-os, qual a solução para finalizar com o conflito entre eles. Houve momento, em que se observou que os operadores do direito apelaram para a responsabilidade paterna e materna sobre a prole, como verificado em uma audiência de AIJ, com o defensor público: “Vocês não podem viver com violência. Vocês têm que viver com muito amor, paz e carinho. Porque vocês têm três filhos e precisam cuidar deles. Os pais são o orgulho das crianças e são os seus exemplos” (registro do caderno de campo em 2011). Também o advogado de uma das vítimas se expressou dessa maneira:

Vocês são pais, seus filhos irão se espelhar na vida por meio da conduta de vocês. Eles precisam crescer em um ambiente sadio, porque filho é sempre filho. Então, vocês precisam preservar este ambiente, não que vocês irão se tornar amigos, mas pelo menos que os filhos de vocês se sintam amados por vocês (Registro do caderno de campo em 2011).

¹⁰ Segundo Mello e Baptista (2011), de acordo com o projeto de formação de mediadores no âmbito do Tribunal, mediação de conflito é uma forma de incentivar as pessoas dialogarem acompanhadas por uma terceira pessoa que ajudará, de maneira imparcial, a chegarem a uma solução para os seus conflitos sem a interferência da decisão exterior do juiz. As autoras analisam que “tal técnica foi apresentada como uma ferramenta capaz de levar as pessoas a perceberem interesses e sentimentos mútuos, proporcionando uma aproximação entre elas e ampliando sua capacidade de administrar o conflito com base no que consideram justo” (MELLO; BAPTISTA, 2011, p. 102).

Em entrevista com o defensor público, ressaltou a necessidade de obter o consenso entre as partes por meio do diálogo, já que considera só assim terá uma composição positiva e obter o fim da violência.

Eu vejo como ponto positivo. Eu vejo como uma possibilidade das pessoas, de uma forma rápida de estarem na frente do magistrado, que representa o Estado, de terem voz. Então, a mulher vai contar os seus problemas, as suas aflições e suas preocupações. O que ela entende como justo, para ser protegida da mesma forma o homem. Saindo daqui uma possibilidade de consenso. Porque, eu acho muito mais fácil de ser cumprido quando não é imposto. Às vezes, a imposição traz uma "peste" de que o outro é culpado. Eu te imponho, porque vejo você como culpado. Mas quando as pessoas conversam e chegam ao consenso, acho que a questão é mais de civilidade do que de imposição. Então, a decisão é mais fácil de ser cumprida. E a pessoa fica satisfeita de ter sido ouvida: "- Olha eu estive na frente do juiz. O juiz me ouviu, o promotor me ouviu, o defensor me ouviu, nós chegamos a um consenso". Acho que tem esse lado, além de pedagógico, tem este lado estimulante de composição de conflito. Porque, se você para pensar, às vezes, é muito doido e doentio. Você não resolveu um problema que é seu e com o seu companheiro e eleger o árbitro, que você nem conhece e nem conhece os seus conflitos, para que ele tome uma decisão, que, fatalmente, essa decisão irá desagradar um dos dois lados. E, às vezes, as pessoas não têm essa capacidade de conversar antes de chegar até aqui e acabam conversando à força na frente do juiz. Então, isso possibilita essa conversa, possibilita essa composição, essa harmonização do conflito pelos próprios atores.

214 A defesa que o defensor público faz para que as partes dialogassem e chegassem a um consenso foi também justificada no final de uma audiência em que comentou que gostava de conversar com as partes, pois acredita era bom fazer a escuta, pois relembrou que de um caso no juizado que estava sob a administração de outro juiz no qual acusado não foi permitido de se pronunciar durante a audiência. Após o ocorrido, ele assassinou a vítima. Portanto, esse episódio fez com que o defensor optasse mais pelo diálogo entre as partes.

Prosseguindo a análise sobre a necessidade de ter diálogo com o réu, o magistrado defende que a prisão deve ser o último recurso utilizado. Acredita que pode evitar que as mulheres venham a ser penalizadas com novas agressões se for aplicada esta medida judicial imediatamente. Ele faz uma analogia dizendo que o réu é igual a um filho em que todos sabem que bater não é educar, e que o diálogo é melhor maneira de obter resultado positivo. Nesse sentido, para ele, a aplicação da ordem de prisão só deve ocorrer em casos graves e quando o acusado não respeita a justiça, como ele considera abaixo:

A prisão é uma coisa muito, vamos dizer assim, grave. A prisão é justiça para aquela pessoa [...] que não respeita a mulher e não respeita a justiça, que pratica crime e é criminoso quanto mais. Mas esse não é um perfil majoritário dos nossos clientes. A maioria dos nossos clientes é de pessoas ignorantes que batem na mulher porque acham que podem bater. Então, acho que a

orientação é muito mais importante do que botar um cara trinta dias preso e, depois, dar uma sentença e acabar soltando o réu lá na frente e ele sair com mais raiva da mulher, podendo matá-la. [...] Muitas vezes, é melhor você orientar do que criar uma forma de punição. Vamos fazer uma comparação, não é idêntica, mas a situação nos permite entender. Antigamente, se entendia que educava filho batendo. Hoje, a gente já aprendeu, a sociedade já aprendeu, que bater não produz nenhum efeito. Então, não tem menor sentido bater no filho. Deve-se chamar a atenção desse filho, mas não bater. Então, eu faço essa comparação. A prisão é como se estivesse batendo no filho, [...] se puder evitar bater é mais eficaz e mais eficiente. Então essa orientação tem causado bons resultados. A prisão é uma coisa excepcional.

Portanto, as audiências de Instrução e Julgamento - AIJ pautam pela administração de conflito que chegam ao espaço por meio da mediação de conflitos a fim de que possa minimizar os impactos da decisão judicial para o acusado. Por outro lado, foram observadas que muitas às vezes as partes saíam das audiências não conscientes acerca do resultado da ação. Pois, o que era considerado era entendimento dos operadores do direito, sobretudo o do poder judiciário, tinham sobre os autos do processo, que definiria as ações que devem a seguir, sem levar em consideração se houve ou não a compreensão das partes sobre toda dinâmica apresentada.

Assim, podemos compreender a política pública de gênero no Brasil é fruto de luta histórica do movimento feminista e de mulheres pelo reconhecimento da desigualdade de gênero que acabam infligindo o direito da mulher. A Lei 11.340/06 trouxe mecanismos para coibir, erradicar e prevenir a violência contra a mulher trazendo inovações judiciais como as medidas protetivas e medidas de urgências, incorporou o conceito de gênero nos seus códigos penais, e estabeleceu a criação de juizados específicos que oferecessem tratamento jurídico especial aos casos de violência contra a mulher.

No entanto, com a criação Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Campos dos Goytacazes desde 2007, apresenta uma administração por parte dos seus operadores que apontam para permanência de alguns princípios previstos pela Lei 9.099 aplicado sobre a Lei 11.340. Pois, a celeridade, informalidade e a mediação dos conflitos são procedimentos judiciais que têm orientado a maneira como estão sendo realizados as audiências nesse espaço. Os discursos ouvidos durante as audiências de pauta e também nas de Instrução e Julgamento, deixam claro que os procedimentos têm destimulado a permanência da ação judicial e provocado o seu arquivamento.

Além disso, as audiências chamam a atenção para a maneira como as representações de gênero herdadas do modelo patriarcal de família continuam influenciando as decisões judiciais. Isso fica mais claro quando fazem críticas à decisão do Supremo Tribunal Federal - STF sobre a incondicionalidade dos processos, defendendo a liberdade da ofendida em querer restabelecer o convívio com o seu agressor e de querer reestabelecer à harmonia da sua família, esquecendo todos os tipos de constrangimento que levam à decisão de

retirar o processo incluindo o medo que têm do agressor. E a defesa em obter o diálogo entre as partes a fim de minimizar a aplicação da lei.

Apesar da Lei 11.340/06 ser considerada como um avanço no campo jurídico para o reconhecimento da gravidade da violência de gênero e um importante mecanismo de proteção e prevenção para esse tipo de crime, infelizmente, ainda alguns os tratamentos judiciais, que foram alvo de críticas do movimento feminista, permanecem sendo reproduzido diariamente no discurso e nas práticas dos operadores do direito nas audiências judiciais.

Referências

AMORIM, Maria Stella; KANT DE LIMA, Roberto; BURGOS, Marcelo B. **Juizados Especiais Criminais e Sociedade no Brasil: "ensaios interdisciplinares"**. Niterói: Intertexto, 2003.

AZEVEDO, Rodrigo G. Juizados Especiais Criminais: "uma abordagem sociológica sobre a informalização da Justiça Penal no Brasil" **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.16, n. 47, p. 97-110. 2001.

216 _____. Relações de gênero e sistema penal. **Violência e conflitualidade nos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher**. Porto alegre: EDIPUCRS, 2011.

BEZERRA, Hygina J. S. A. **A Aplicação da lei Maria da Penha à luz da perspectiva de gênero – sensitiva: "o acesso à justiça da mulher vítima de violência doméstica em João Pessoa – PB"**. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) - Centro de ciências jurídicas da Universidade Federal de Paraíba, Paraíba, 2011.

BRASIL. Lei n. ° 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: mar. 2012.

_____. Informativo Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo654.htm>>. Acesso em: mar. 2012.

BURGOS, Marcelo B. Tipos de demanda, perfil das partes e formas de administração dos conflitos pelos Juizados Especiais Criminais. In: AMORIM, Maria S.; LIMA, Roberto K; BURGOS, Marcelo B. (Org.). **Juizados Especiais Criminais e Sociedade no Brasil: "ensaios interdisciplinares"**. Niterói: Intertexto, 2003, p. 159-176.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. A dimensão simbólica os direitos e a análise de conflitos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 53 n. 2, 2010.

CAVALCANTE, Karla Karênina Andrade Carlos. Ação penal pública condicionada e incondicionada. **Âmbito Jurídico**, v. III, n. 11, 2002.

- CHARTIER, Roger. **História Cultural entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990.
- DEBERT, Guita; GREGORI, Maria Filomena. Violência e Gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 165-221, 2007.
- GOMES, Carla de Castro. **A Lei Maria da Penha e as práticas de construção social da violência contra a mulher em um juizado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- SILVA, Luana R. **Violência de Gênero: análise das práticas de administração de conflitos no juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher (2011-2012)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2013.
- MELLO; Kátia Sento sé; BAPTISTA, Bárbara Gomes L. Mediação e conciliação no judiciário: Dilemas e significados. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social**, v. 4, n. 1, p. 97-122, 2011.
- VALVERDE, Gisele Filippo. Políticas Públicas de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher: Interpretações e implicações das PP's de Assistência Social e de Gênero nos serviços de atendimento à mulher vítima de violência. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, X: DESAFIOS ATUAIS DOS FEMINISMOS. **Anais...** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- OLIVEIRA, Marcella. **Crime Invisível**: a mudança de significados da violência de gênero no Juizado Especial Criminal. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.
- PASINATO, Vânia. Juizados Especiais de violência doméstica e familiar da mulher e a Rede de serviços para atendimento de mulheres em situação de violência em Cuiabá. **Cadernos do Observe**, n. 2, Salvador, 2010.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 15, n. 2, p. 28-50, jul.-dez. 1990.
- SOUZA, Suellen A. Leis de Combate à violência contra a mulher na América Latina: Uma breve abordagem histórica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVII: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL. **Anais...** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.
- VIANNA, Luiz W. et al. Judicialização das relações sociais. **A Judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Reavan, 1999.

GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO PROJETO 'MULHERES DA PAZ' DE TERRA VERMELHA/ES*

Ana Carla de Oliveira Pinheiro*¹

Lana Lage da Gama Lima*²

Resumo: Este artigo analisa alguns aspectos do projeto "Mulheres da Paz", uma ação de segurança pública do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) que teve o objetivo de capacitar mulheres para atuarem como mediadoras sociais em suas comunidades. O estudo realizado no projeto Mulheres da Paz da região de Terra Vermelha, no município de Vila Velha/ES, analisou de que forma as representações sociais de suas beneficiárias/operadoras influenciaram na condução da política, considerando, sobretudo, os desafios e dificuldades que uma política pública com recorte de gênero encontra para lidar com questões como a cidadania e emancipação femininas.

Palavras-chave: Projeto Mulheres da Paz; Representações sociais; Gênero.

Abstract: This article examines some aspects of the project "Mulheres da Paz", a public security action of the National Program for Public Security with Citizenship (PRONASCI) that aimed to empower women to act as social mediators in their communities. The study in the project Mulheres da Paz of the Terra Vermelha region, in the municipality of Vila Velha/ES, examined how the social representations of their beneficiaries / operators influenced the conduct of policy, considering above all the challenges and difficulties a public policy with a gender clipping is to deal with issues such as citizenship and women's emancipation.

Keywords: Peace Women Project; Social representations; Genre.

* Artigo submetido à avaliação em 23 de outubro de 2015 e aprovado para publicação em 30 de novembro de 2015.

¹ Socióloga e doutoranda do Programa de Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense (PPGSP/UENF), pesquisadora do Núcleo de Estudos e Exclusão da Violência (NEEV/UENF).

² Professora Titular da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF); coordenadora do Núcleo de Estudos e Exclusão da Violência (NEEV/UENF); pesquisadora associada ao INCT/InEAC.

Introdução

O presente artigo apresenta algumas reflexões sobre o projeto Mulheres da Paz, uma política de segurança pública com recorte de gênero cujo objetivo foi capacitar mulheres para atuarem como mediadoras sociais em suas comunidades. Pelo período de um ano, por meio de uma pesquisa etnográfica, se analisou como as representações sociais de suas beneficiárias/operadoras embasaram suas práticas e influenciaram na condução da política visando compreender como o contexto cultural interfere na execução de uma política pública.

As análises ora apresentadas foram possibilitadas pela pesquisa realizada no ano de 2011 junto ao grupo, formado por vinte e quatro mulheres,¹ que compôs o Projeto Mulheres da Paz de Terra Vermelha, no município de Vila Velha, no Espírito Santo.

O projeto Mulheres da Paz foi uma ação que integrou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI),² no eixo *Integração do Jovem e da Família*, tendo como principal finalidade promover a aproximação das mulheres com os jovens de sua comunidade. O trabalho das mulheres consistia em identificar, orientar e encaminhar esses jovens residentes aos projetos sociais para eles desenvolvidos, prioritariamente o Projeto de Proteção em Território Vulnerável (PROTEJO) - também uma ação do PRONASCI -, com vistas a prevenir o envolvimento destes jovens com a criminalidade e/ou engajá-los em atividades sociais, culturais, esportivas, comunitárias etc.

O projeto Mulheres da Paz foi uma proposta de autoria da Central Única das Favelas (CUFA), uma organização social criada a partir da união de várias favelas do Rio de Janeiro, que ressaltava a relevância do ativismo das mulheres nas comunidades em mobilizações em prol da justiça e da paz. A ideia do projeto nasceu baseada num suposto vínculo moral e afetivo que é estabelecido entre as mulheres de comunidades e os jovens, o que possibilitaria uma abordagem preventiva ao envolvimento criminal desses últimos por meio do aconselhamento e orientação.³

Formulado no ano de 2007, no âmbito do Ministério da Justiça, o projeto recebeu o nome de "Mães da Paz". Em 2008, a lei 11.707/08 reformulou o PRONASCI como um todo, e, conseqüentemente também o "Projeto Mães da Paz". Essa nova lei revisou as atribuições e definições do projeto, bem como modificou o seu nome, passando a denominá-lo "Projeto Mulheres da Paz" (PRONASCI, MJ, BRASIL, 2009).

¹ O grupo iniciou com vinte e cinco mulheres, mas funcionou efetivamente com vinte e quatro.

² Baseado no Paradigma da Segurança Cidadã, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) visava realizar ações tradicionais de segurança - baseadas no policiamento ostensivo e na repressão - aliadas às ações de caráter social. Para isso buscou articulação e parcerias com diferentes ministérios e secretarias (Ministério da Justiça, 2007).

³ Informações obtidas por meio de entrevista com a Ex-Coordenadora Nacional do Projeto Mulheres da Paz.

Nessa nova versão, seu escopo foi ampliado visando contemplar também questões referentes à cidadania e proteção das mulheres. Assim, formalmente, as “mulheres da paz” passaram a ser vistas também como beneficiárias da política.

Diz-se formalmente porque, não somente o nome, que já mobiliza uma carga ideológica bem grande – tema que será debatido mais adiante –, mas também o enquadramento do projeto num eixo de ação orientado aos jovens, como referido linhas atrás, já sinalizavam as dificuldades de que esta política entendesse – e atendesse – efetivamente as mulheres como suas beneficiárias diretas.

O projeto se revelou como uma tentativa de institucionalização das práticas combativas das mulheres em suas comunidades, inspirado, especialmente, nos inúmeros movimentos sociais formados por mães que transformaram alguma dor em ativismo político, como, por exemplo, os movimentos das Mães da Praça da Sé, as Mães de Acari, as Mães de Maio, as Mães da Praça de Maio, a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, o Movimento Feminino pela Anistia, dentre outros.

Por isso, uma dificuldade intrínseca do projeto foi o apego e a reprodução de uma representação social que associava a mulher ao papel de mãe e cuidadora, valendo-se de uma visão mitificada do amor maternal,⁴ socialmente naturalizado. Isso acabou implicando negativamente na capacidade da política em promover a cidadania e autonomia femininas, pois reforçava um modelo tradicional de família, que sabemos se estrutura no patriarcalismo, ou seja, um modelo no qual *as relações de poder dentro da família, que inclui a submissão feminina, são justificadas como tradição* (LAGE, 2009).

Neste sentido, é pertinente a análise de que o projeto, em seus aspectos formais, tangenciou questões especificamente femininas, pois, mobilizou *ao mesmo tempo, noções e pressupostos maternalistas associados à feminilidade e colocados à serviço dos objetivos da política social* (SORJ, 2011, p. 148), tendo como diferencial apenas o fato de ser acompanhada por uma *sensibilidade de gênero*,⁵ no sentido em que focalizava as mulheres como protagonistas de suas ações (JENSON, 2009).

Conflitos e desafios para a formulação de uma política pública com recorte de gênero

Segundo Scott (1990) o termo gênero é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, e indicar que as representações que o termo encerra são

⁴ Sobre este tema ver Badinter (1985).

⁵ Conceito trabalhado por JENSON (2006; 2009), por meio do qual analisa as políticas públicas que centram foco na mulher, mas relacionando-a ao cuidado.

“construções culturais”, ou seja, são criações inteiramente sociais de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.

Portanto, esta é uma categoria basilar para compreensão do Projeto Mulheres da Paz, sobretudo, porque ele nos ajuda a compreender as construções sociais de identidades subjetivas, que definem papéis de homens e mulheres na sociedade, e que estão inscritas na concepção do projeto. O “Mulheres da Paz” aciona as representações socialmente naturalizadas sobre o papel da mulher como mãe e cuidadora, atribuindo às mulheres a função social do cuidado com os filhos e com a família, função esta admitida como um destino social e biológico da mulher (NADER, 2001, p. 98).

Por isso, é compreensível que o projeto tenha sido alvo de importantes críticas e reações de alguns segmentos sociais, especialmente, por parte do movimento feminista, que questionava as condições materiais e institucionais oferecidas para a atuação das mulheres nesta ação, e pelas representações que ele engendrava.

Dentre as críticas mais fundamentais podemos citar duas. A primeira se referia ao fato de que o projeto não garantia a segurança das mulheres, pois as intervenções propostas pela ação as expunham a perigos reais – considerando-se as características das localidades onde o PRONASCI foi desenvolvido, que nos termos do programa, eram regiões onde se registravam altos índices de criminalidade violenta - apoiado numa ideologia sexista. E, a segunda, mais elementar ainda que a primeira, foi a questão de uma política para as mulheres não ter como sujeitos de sua ação as próprias mulheres.

Incorporando parte das críticas, a lei 11. 707/08 que instituiu o Projeto Mulheres da Paz, implicou na alteração da redação do Projeto Mulheres da Paz. No entanto, para o movimento feminista a mudança da redação não alterou a concepção do projeto, o que gerou descontentamento frente à desconsideração às suas principais questões. Ilustrativo disso é a fala da representante da Articulação da Mulher Brasileira (AMB), uma entidade feminista, quando admitiu que “o máximo que conseguiram, após séries de discussões e três reuniões no Ministério da Justiça, foi a modificação do nome do programa (*sic*)” (TEIXEIRA, 2009).⁶

Por sua vez, o nome não foi uma questão trivial. Ao contrário, foi um tema de extrema importância. Durante o processo de elaboração do Projeto Mulheres da Paz emergiram diversos conflitos e divergências entre feministas e outros movimentos de mulheres que, orientadas por referenciais e objetivos distintos, defenderam posicionamentos dissonantes. Uma questão para a qual Costa (2005) já chamava a atenção, ao afirmar que:

⁶ Essa fala foi registrada nos anais da Conferência Nacional de Segurança Pública, realizada em Brasília no ano de 2009. Cf. : Ministério da Justiça. *Cadernos Temáticos da Conseg. Movimentos Sociais e Segurança Pública: a construção de um campo de direitos*, ano 1, n. 9, 2009.

[...] embora o movimento feminista se insira no movimento mais amplo de mulheres, dele se distingue por se basear basicamente na defesa dos interesses da mulher, questionando os sistemas culturais e políticos construídos pelos papéis de gênero. Ao passo que o movimento de mulheres se aglutina em torno de diferentes demandas sendo algumas vezes vinculado a outros movimentos ou ao Estado (COSTA, 2005).

No caso do Projeto Mulheres da Paz isso se explicitou no momento da escolha do nome.⁷ Dos vários embates que o processo gerou com certeza a escolha do nome foi um dos mais acirrados. Nomear não é uma coisa simples, pois, por meio de um nome se atribuem identidades e se revelam as representações e ideologias daqueles que são responsáveis por fazê-lo. E, neste momento estavam em disputa diferentes formas de compreender a mulher como sujeito político e social.

Entre as feministas, o nome foi contestado, sobretudo, pela carga ideológica mobilizada que associava o papel social da mulher, exclusivamente, à sua natureza biológica da maternidade, e como responsável pelo cuidado e pela tutela de outrem.⁸ Além disso, excluía o homem da responsabilidade de também promover a paz.

Por seu turno, outros movimentos de mulheres não viam essa representação como problemática; ao contrário, entendiam esta característica como um capital a ser valorizado nas mulheres, pois, para muitas mulheres que participaram dos encontros para formatação do projeto, a maternidade não era um conflito, mas sim um dado constituinte da subjetividade feminina, ou seja, para elas “as mães são as portadoras da vida”, “as mães, companheiras e mulheres estão sempre à frente da organização para essa mudança”.⁹

Todos os debates entabulados durante o processo de elaboração da política serviram para evidenciar as tensões do próprio movimento de mulheres, que já haviam se apresentado em outros pontos, e se tornou mais explícito em torno do dilema sobre o nome. Relatos dos moderadores dos grupos focais dão conta de que algumas mulheres se sentiram “sufocadas pelas feministas, e não gostariam de trabalhar com elas”.¹⁰ Falas como esta ressaltaram os conflitos surgidos naquele espaço, e demonstraram a persistência das dissensões existentes entre o movimento de mulheres e o movimento feminista.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), ensejando um consenso, defendeu o nome “Lideranças da Paz”, pois, admitiria também a possibilidade

⁷ Dados obtidos por meio do relatório produzido pela empresa Socius Consultoria Jr. Em Ciências Sociais que foi contratada para a realização do grupo focal com 200 mulheres, no ano de 2007, para o Ministério da Justiça, à época da elaboração do projeto, e, que foi fornecido pela ex-Coordenadora Nacional do Projeto Mulheres da Paz”.

⁸ *Idem.*

⁹ *Idem.*

¹⁰ *Idem.*

de inclusão de homens como operadores da paz, enfraquecendo a associação entre o feminino e o cuidado. No entanto, o acordo surgiu em torno do nome “Mulheres da Paz”, pelo fato de que suas principais beneficiárias eram mulheres e que a maioria dos movimentos em favor da paz é capitaneada por mulheres.

Por seu turno, também de grande relevância foi o ponto a respeito de o projeto estar voltado para um programa cujo foco é outro segmento, a saber: os jovens e, mais especificamente, os jovens masculinos. Um tema que fortaleceu os questionamentos sobre a focalização da ação em relação às questões de gênero.

Por isso, é pertinente avaliar que o projeto Mulheres da Paz em vez de uma política pública de gênero deve ser compreendido, fundamentalmente, como uma ação com uma sensibilidade de gênero, ou seja, uma política pública que incentiva a participação política e social da mulher, mas, cujo foco direciona-se para o cuidado de outrem (JENSON, 2009), corroborando representações sociais sobre a maternidade como destino (NADER, 2001).

Isso significou, que, embora o projeto se direcionasse às mulheres, seu objetivo central não eram elas, mas sim o atendimento e o cuidado a uma clientela considerada vulnerável, nesse caso os jovens. A razão de existência do Projeto Mulheres da Paz, para além de atender a demanda de políticas para mulheres, foi uma ação orientada para o cuidado dos jovens que integrariam o PROTEJO. É o que esclarece a ex-coordenadora do projeto:

O PRONASCI como um todo não via a necessidade de autonomia dessas mulheres, isso era uma coisa que o Mulheres da Paz via, mas o PRONASCI não via, o PRONASCI só entendia a existência dessas mulheres pra cuidar da meninada ...(Ex-Coordenadora Nacional do Projeto Mulheres da Paz, 2011).

Uma fala que fortalece, portanto, a crítica feminista às principais diretrizes do projeto no tocante às questões de gênero, pondo o questionamento sobre como o programa garantiria os direitos, a segurança e a cidadania das mulheres já que não propunha ações concretas para isso.

A concepção do projeto Mulheres da Paz se deu calcada na representação tradicional do papel social da mulher, que reproduziu uma ideia naturalizada das funções femininas ligadas à maternidade e seus derivados (acolhimento, afeto, cuidado, orientação etc). Assim, se faz da ação privada uma ação para a vida pública, e, neste sentido, guarda profundas semelhanças com tempos passados, em que a “mulher era então educada para “maternar”, cuidar dos outros. [...] sendo esta função naturalizada e reproduzida por intermédio da socialização de meninos e menina” (MORAES, 2003, p. 497).

A ação mulheres da paz de terra vermelha: a prática de suas operadoras

Pertencente à Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), o município de Vila Velha foi habilitado a receber o conjunto de ações do PRONASCI,¹¹ em 2009, e, por consequência, o Projeto Mulheres da Paz. O projeto foi desenvolvido na região da Grande Terra Vermelha, nos anos de 2010 e 2011. Embora seja um território geograficamente extenso e demograficamente populoso,¹² nesta localidade se formou o menor grupo de “mulheres da Paz” da RMGV, contando com um total de vinte e cinco mulheres.¹³

Integraram o projeto em Terra Vermelha mulheres que informaram ter algum tipo de engajamento e/ou identificação com o trabalho comunitário, tais como: participação na associação de moradores, filiação a movimentos sociais ou religiosos etc. Com idades variando entre 18 anos e 54 anos, eram mulheres em sua maioria casadas ou em união consensual, e com filhos.

As atividades do projeto nas comunidades foram precedidas de uma capacitação denominada *Curso Promotoras Legais Populares*, uma metodologia adotada como tecnologia de intervenção social (SORJ; GOMES, 2011).

Com uma carga horária obrigatória de 240 horas, o curso foi metodologicamente dividido em quatro temas geradores: 1) cidadania e direitos humanos; 2) questões de gênero e protagonismo feminino; 3) mediação de conflitos e; 4) desenvolvimento pessoal. Todos realizados em formato de oficinas através de módulos temáticos, denominados de: a) Mulheres Protagonistas; b) Mulheres de Direitos; c) Mulheres Mediadoras; d) Mulheres de Presença e; e) Mulheres Perceptivas. O programa da capacitação apresentou objetivos abrangentes com vistas à formação de valores ligados à cultura de paz e convivência. Uma vez inscritas no curso as mulheres já passavam a ter direito ao recebimento da bolsa.¹⁴

Em Terra Vermelha, as ações se concentraram nas questões socioassistenciais, como, por exemplo, cadastramento das famílias no Centro de Referência da Assistência

¹¹ O PRONASCI foi implantado em regiões metropolitanas que registravam altos índices de violência e criminalidade acordo com o “Diagnóstico da incidência de homicídios nas regiões metropolitanas”, produzido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). In: Manual de Convênios do PRONASCI, Apresentação. 2008.

¹² A região da Grande Terra Vermelha reúne um total de vinte e três bairros contabilizando uma população de aproximadamente 44 mil hab. Fonte: Censo, 2010. Disponível em: <http://www.valorcapixaba.com.br/noticias/205_indicadores_socioeconomicos_dos_bairros_do.html>. Acesso em: 03/11/12.

¹³ Dentre os vinte e três bairros que compõem a região, foram escolhidos para receber o projeto os bairros de Terra Vermelha, Residencial Jabaeté, João Goulart, Barramares e Morada da Barra, sendo selecionadas cinco mulheres para cada bairro. Os cinco bairros juntos reúnem cerca de 25 mil hab.

¹⁴ O projeto previa o repasse de recursos diretos à suas beneficiárias por meio de uma bolsa-auxílio mensal, no valor de R\$190 (cento e noventa reais). O período de duração do projeto Mulheres da Paz foi de um ano, dividido entre a capacitação e atuação comunitária.

Social (CRAS) do bairro, auxílios com cestas básicas, vagas em creches etc. Ações das quais as próprias “mulheres da paz” foram beneficiárias, pois, eram necessidades delas também. A participação no projeto permitiu-lhes, por intermédio da equipe multidisciplinar e da prefeitura, maior facilidade de acesso aos equipamentos públicos da comunidade. Para caracterizar a dramaticidade e os conflitos que permearam a ação cabe ressaltar o fato de que algumas das próprias mulheres vivenciavam em sua vida privada as questões com que teriam que lidar como operadoras do projeto. Neste sentido, instalava-se um dilema no desenvolvimento do “Mulheres da Paz” sobre como conjugar suas demandas como operadoras, e, ao mesmo tempo beneficiárias da política.

Num projeto com recorte de gênero, contraditoriamente, as questões especificamente femininas foram as que se mostraram muito complicadas de serem tratadas, especialmente, o tema da violência contra as mulheres. Pelo fato de entrarem na casa das pessoas, as questões de violência/(in)segurança com que se deparavam eram em sua maioria casos de violência familiar e doméstica. No entanto, orientadas por representações tradicionais acerca de família, as “mulheres da paz” empreendiam grande esforço na conciliação de situações nas quais estavam em questão a quebra dos laços familiares, situações verdadeiramente problemáticas cuja mediação extrapolavam bastante o âmbito de sua atuação.

Neste aspecto, fazia todo sentido a crítica de Teixeira (2009) sobre o fato de que:

O termo ‘paz’ segue nomeando movimentos e projetos, mas sem nenhum aprofundamento enquanto conceito político. ‘Mulheres da Paz’, ‘Território da Paz’. Que paz é essa que está sendo proposta? Essa paz nos interessa? Nesse território da paz não existiria a repressão à violência contra as mulheres? Com o fim do tráfico de drogas, as mulheres também estarão livres da violência? A paz estará na rua. Mas, e nas casas? Precisamos criticar e disputar o conceito de paz porque nós mulheres, não queremos nem guerra que nos mate nem paz que nos oprima (TEIXEIRA, 2009).

Assim, os relatos reproduzidos a seguir tratarão especificamente desta temática, ou seja, a violência doméstica, a fim de exemplificar os desafios de implantação de uma política quando os valores culturais são mobilizados para sua execução. Num primeiro caso, numa situação na qual um casal estava perto de se separar uma “mulher da paz” interveio de modo explícito de modo a evitar a separação, pois, para ela:

às vezes é a falta de conversar...teve um casal que eu peguei que. . eles viviam brigando ...viviam brigando...viviam brigando...quero vender a casa ...quero me separar...eu comecei a conversar, porque mulher da paz não era só chegar preencher o negócio e vai embora [...] a gente sentava...a pessoa tem necessidade de falar eu escutava ela dizia os problemas dela...já instintivo eu já procurava aconselhar. . com todo carinho falei que tinha que ter diálogo que não adianta uma pessoa viver com a outra se não puder conversar que não sei o que...e fui acompanhando aquela família. Desistiu de vender a casa ...não

vou dizer que está mil maravilhas mas tão se suportando, estão conversando, estão se respeitando, sabe [...] *ia destruir a família toda por falta de diálogo e eu que coloquei na cabeça da mulher que tinha que ter diálogo* porque ele eu não ia conversar com ele sozinha sobre isso, né...eu conversei com ela e ela seguiu meu conselho e foi legal [...] hoje tá tudo bem, [...] não se separaram, não venderam a casa e não destruíram a família, foi muito positivo, eu fiquei feliz com esse resultado...(GECILDA, mulher da paz do bairro Residencial Jabaeté, relato extraído do grupo focal realizado em janeiro de 2012, grifo nosso).

A ênfase dada pela entrevistada ao fato de ter convencido a mulher de que era necessário restabelecer o diálogo para manter a família explicita que para ela *a mulher* é responsável pela harmonia do lar e manutenção da união da família, reiterando a concepção da tradicional família patriarcal.

Esse relato também indica outra limitação do projeto quando coloca as mulheres como portadoras dos valores da "cultura de paz" e desconsidera as desigualdades nas relações de gênero existentes em nossa sociedade. Ocorre que, quando a mediação precisa ser feita com os homens, por vezes as mulheres se sentem inibidas ou são proibidas de fazê-lo, o que ficou claro na fala da entrevistada quando afirma que "como mulher não iria falar com ele [homem] sozinha".

Um valor exaltado pelas "mulheres da paz" foi o da *união da família*, por isso, a conciliação, em vez da mediação, sempre foi um recurso adotado; desconsiderando-se o fato de que algumas vezes esse procedimento se constituía num equilíbrio precário em relações afetadas pela desigualdade e violências cotidianas, e, estabelecendo-se essa "união" em detrimento dos direitos e do bem-estar das mulheres, a quem era imposto um sacrifício em prol da família.

Segue-se abaixo mais um exemplo dessa constatação e cuja gravidade da situação narrada põe questões sobre algumas intervenções produzidas pelas "mulheres da paz".

uma situação que eu passei eu conheço uma menina, e...ela é muito minha colega, o marido dela *vivia espancando ela batendo nela tendo relação [sexual] com ela a pulso* e eu cheguei bem na hora e ele fazia isso na frente das crianças aí eu fui. . eu vi aquela situação ...e ele tava mamado [bêbado]. aí eu fui pra casa ...tirei as crianças de dentro de casa junto com ela foi pra casa da mãe tal passou. . no outro dia aproveitei cedo, fui lá na casa dele, aí eu peguei ele cedo tinha acabado de acordar, conversei com ele, mostrei os direitos, né... os direitos ...da mulher mostrei o que ia acontecer com ele se ela formasse [formalizasse] uma denúncia e tal...aí deixei um livrinho de...um livrinho para ele ler quais os direitos da mulher aí depois desse livrinho acabou, nunca mais ele triscou a mão nela e a família dela é totalmente diferente do que era antes [...] eu com a aprendizagem de mulheres da paz eu aprendi muita coisa que eu já ajudei muitas famílias. (MARIANA, mulher da paz do bairro João Goulart, relato extraído do grupo focal realizado em janeiro de 2012, grifo nosso).

Uma grave denúncia que exigia ações bem mais contundentes do que uma orientação. O relato expõe a ocorrência de conciliação em situação flagrante de violência, e em que esse recurso, possivelmente, não seria a melhor solução. Ele chama a atenção para a crença, por parte da entrevistada, de que a leitura do *livrinho* (que era a lei Maria da Penha) pudesse conscientizar o agressor e fazer com que parasse com as práticas de violência contra a sua mulher, dentre as quais o estupro. E, com isso ter contribuído para a reestruturação da família. Ressalte-se aqui que não se desconsidera a importância e a capacidade do acesso à informação promover mudanças de comportamentos, mas a dramaticidade do relato não nos permite concluir que uma ação tão pontual processasse a transformação necessária àquela situação.

Ambos os relatos nos alertam para a gravidade e para o quão alarmante é a problemática da violência familiar e doméstica em nossa sociedade, outrora silenciada e privatizada, e, atualmente, por ação de diversos segmentos sociais, tratada por leis, políticas e equipamentos públicos especializados. Mas, eles também dão conta de como se reforçavam nas práticas das “mulheres da paz” uma visão naturalizada sobre os papéis de homens e mulheres na sociedade, e mais especificamente, na família. Com efeito, agindo assim, em defesa da manutenção da família, “se minimiza os efeitos da violência sobre a mulher justamente porque suas representações sobre a família têm diluído a violência contra a mulher na violência familiar, *deslocando o foco das relações de gênero para as relações familiares em geral*” (LAGE, 2007, p. 134, grifo nosso).

227

A manutenção da família em seus moldes tradicionais vigora no cerne das representações sociais sobre o papel da mulher na sociedade e, foi o principal propósito de ação de algumas “mulheres da paz”, informadas pelas noções de família estruturada/família desestruturada como causas explicativas da delinquência juvenil e aumento da criminalidade.

Por sua metodologia de investir nas mulheres, mas para dedicar cuidados a outrem, na prática, o limite do Projeto Mulheres da Paz foi reforçar padrões e comportamentos relacionados às naturalizações do instinto materno *vis-à-vis* com o fato de atuar como uma política incompleta no que tange à cidadania feminina. Para algumas das operadoras/beneficiárias do projeto os temas da capacitação, no que se refere às questões de gênero, sobretudo, a violência doméstica, não foram completamente incorporadas ao seu universo conceitual, porque uma capacitação pode interferir, mas não transformar totalmente uma cultura.

No entanto, não podem ser ignorados os ganhos trazidos pelo projeto às “mulheres da paz”, tanto em termos objetivos quanto subjetivos. Dentre eles podem ser citados, uma relativa autonomia financeira conseguida a partir dos repasses das bolsas e de novos contatos sociais estabelecidos que permitiram a inclusão laboral de algumas mulheres; o incentivo à escolarização e acesso à cultura que algumas tinham

abandonado como projeto de vida; e, a assimilação e incorporação de conceitos que reverberaram na sua atuação familiar e comunitária.

Embora tímido em termos de abrangência, o projeto produziu efeitos positivos no âmbito privado de algumas daquelas mulheres, e acabou por constituir-se numa rede de sociabilidade e apoio entre elas, reforçando mais uma vez o duplo caráter delas como operadoras e beneficiárias da política.

Foram muitas as peculiaridades do projeto desenvolvido em Terra Vermelha, dentre elas se destaca o caráter assistencialista que a política assumiu. Mas a característica mais importante, nesta avaliação, foi a dificuldade de articulação com o PROTEJO, indo de encontro, neste aspecto, ao que previam as premissas e objetivos institucionais do PRONASCI.

Diferentemente do que estabeleciam as diretrizes formais do projeto no âmbito do programa na execução do projeto Mulheres da Paz de Terra Vermelha, as ações não foram prioritariamente orientadas para o atendimento dos jovens PROTEJO, ao contrário, deles se afastaram notoriamente, perdendo sua identificação com o objetivo de acompanhá-los em suas atividades formativas. Do mesmo modo, o PROTEJO não se viu relacionado ao Projeto Mulheres da Paz, desenvolvendo suas atividades de modo independente às ações das “mulheres da paz”, o que acarretou no fim num completo distanciamento entre os projetos.¹⁵

228

Isso se explica, em parte, pelo descompasso temporal na execução de ambos os projetos – o PROTEJO iniciou suas atividades quando já findava as ações das “mulheres da paz” na comunidade – e, em parte, pela dificuldade do trabalho com alguns jovens que eram público-alvo prioritário da ação do PROTEJO, ou seja, jovens em situação infracional ou em cumprimento de medida socioeducativa. Seja pela recusa e resistência destes, ou pelo medo de algumas “mulheres da paz”. Como consequência, em Terra Vermelha, o Projeto Mulheres da Paz não assumiu, necessariamente, o papel “maternalista” que estava representado na concepção do projeto, embora isso não tenha significado um alinhamento com as ideias do movimento feminista.

Considerações finais

Como uma ação de segurança pública, o Projeto Mulheres da Paz, surgiu como uma proposta de institucionalização de movimentos sociais iniciados pelo ativismo de

¹⁵ A pesquisa revelou que as mulheres da paz contribuíram com a indicação de alguns dos adolescentes que integraram o PROTEJO, e participaram de poucas atividades promovidas pela coordenação do PROTEJO, sempre como convidadas sem figurar como parte ativa das atividades deste projeto.

mulheres que fizeram da busca por justiça a bandeira de suas lutas, visando multiplicar essas experiências. No entanto, a política recebeu contornos característicos de acordo com o contexto sociocultural no qual foi implementada.

A partir da experiência de Terra Vermelha, se pode comprovar que o contexto cultural interfere, indubitavelmente, na execução de uma política dando-lhe aspectos e objetivos específicos em virtude das práticas dos agentes. Desse modo, compreendemos que, a despeito dos limites e objetivos institucionalizados por uma política, os sujeitos envolvidos no seu desenvolvimento são orientados por suas representações do mundo social, e, por isso, empreendem na realização de suas ações, estratégias próprias para atingir os fins que são moldados por essas representações.

Por estratégias particulares, o projeto Mulheres da Paz de Terra Vermelha atingiu os objetivos que foram colocados pelo próprio grupo como prioritários, a despeito daqueles estabelecidos pelo PRONASCI, dentre os quais foram identificados: I) a orientação sobre direitos para que as pessoas acessassem sua cidadania; II) a visitação das famílias para conversar com parentes dos jovens para conhecer melhor a situação de cada um deles e; III) juntamente com a equipe multidisciplinar o encaminhamento das principais demandas assistenciais encontradas nas visitas domiciliares. Funcionando assim mais como uma ação socioassistencial, e menos como uma ação de segurança pública.

Referências

- BRASIL, Ministério da Justiça. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, 2007.
- _____. Medida Provisória nº 384, de 20 de agosto de 2007, que “Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, e dá outras providências”.
- _____. Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), alterado pela Lei nº 11.707, de 19 de junho de 2008.
- COSTA, A. A. A. O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma Intervenção Política. **LABRYS - Estudos Feministas**, v. 7, jan.-jul. 2005.
- LIMA, Lana Lage da Gama. Representações de Gênero e Atendimento Policial a Mulheres Vítimas De Violência. **Revista Internacional Interdisciplinar – INTERthesis**, v. 6, n. 2, jun.- dez. 2009.
- _____. **Política Pública e Cultura**: as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Trabalho apresentado na VII Reunião de Antropologia do Mercosul, 2007.

- MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. Tradução Rosa Krausz. São Paulo: Perpesctiva, 2009.
- MORAES, Maria L. Q. Cidadania no feminino. In: História da Cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.
- NADER, Maria Beatriz. A mulher e as transformações sociais do século XX: a virada do histórica do destino feminino. **Dimensões - Revista de História da Ufes**, n. 7, p. 61-71, 1998.
- _____. Reclusão Biológica e Transgressão Feminina: a mulher entre dois destinos. **Dimensões - Revista de História da Ufes**, n. 13, p. 92-103, 2001.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Termo de referência para Contratação de Serviços de Pessoa Jurídica para Contratação de equipe técnica, Capacitação de Equipe Multidisciplinar, Seleção e Capacitação por oficinas das Mulheres do Projeto mulheres da paz, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), no território da Região da Grande Terra Vermelha, município de Vila Velha, mai. 2009.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 15, n. 2, p. 28-50, jul.-dez. 1990.
- SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.) **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto 2012, p. 220-237.
- SORJ, Bila; GOMES, Carla. O gênero da "Nova Cidadania": o Programa Mulheres Da Paz. **Sociologia & Antropologia**, v. 1, n. 2, p. 147-164, 2011.
- TEIXEIRA, Analba Brasão. As políticas de segurança e a violência contra as mulheres: a luta por visibilidade, direitos e reconhecimento da diversidade. **Cadernos Temáticos da Conseg. Movimentos Sociais e Segurança Pública**: a construção de um campo de direitos, ano 1, n. 9, 2009.

FAMÍLIA, DEMOGRAFIA E MULHERES: DIÁLOGO ENTRE CAMPOS HISTÓRICOS*

*Francesco Suanno Neto***

Resumo: Este texto procura desenvolver um aprofundamento na discussão a respeito dos campos da História da Família, da História das Mulheres e da Demografia Histórica, a partir das possibilidades e necessidades de contato entre eles, proporcionadas, ou mesmo exigidas, para o preenchimento das lacunas e a elaboração de novas hipóteses de trabalhos. Para tanto empreende-se discussões específicas de cada um dos campos. O enfoque nessas questões visa promover a desmistificação das generalizações historiográficas, que, muitas vezes, impedem de enxergar as multifacetadas famílias e das relações de gênero na História do Brasil.

Palavras-chave: Família; Mulheres; Demografia.

Abstract: This text seeks to develop a deepening in the discussion of the fields of Family History, Women's History and Historical Demography, as of possibilities and needs contact between them, provided, or even required, to fill the gaps and development of new hypotheses of work. Therefore, undertakes to specific discussions of each of the fields. The focus on these issues aimed at promoting the demystification of historiographical generalizations that often prevent them from seeing the multifaceted families and gender relations in the history of Brazil.

Keywords: Family; Women; Demography.

231

* Artigo submetido à avaliação em 13 de julho de 2015 e aprovado para publicação em 17 de agosto de 2015.

** Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (2014). Licenciado e bacharel em História pela mesma instituição (2008).

232 **A** chamada “História Nova” representou, para os historiadores, uma verdadeira revolução metodológica. Do empenho dos integrantes da Escola dos *Annales*, encontra-se a insistência na pluralidade de temáticas, o que permitiu o alargamento do território da História e de suas fontes, além do contato substancial com demais áreas de conhecimento na interpretação dos objetos. Como consequência, ocorreu uma ampliação no território de interesse dos historiadores, o qual alcançou patamares impensáveis pela historiografia tradicional europeia. A expressão “tudo é história”, marca da historiografia dos *Annales*, representa bem essa perspectiva. Peter Burke (1992, p. 16) aponta que a preocupação desse grupo com a abrangência das atividades dos seres humanos encorajou as práticas historiográficas interdisciplinares.

A expressividade desses novos paradigmas é confirmada por sua larga utilização no conteúdo da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, criada no ano de 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre. Os fundadores utilizaram-na como um verdadeiro amplificador do apelo à prática e à abordagem interdisciplinar no fazer do historiador. Burke (1997, p. 38) sublinha que, em seus escritos, Febvre expressava sua combatividade em defesa de um “novo tipo de história”, pautada pela pesquisa interdisciplinar, por uma história-problema (isto é, uma disciplina orientada por problemas), uma história da sensibilidade (que se interessa pelas pessoas, suas intimidades e contradições) e, por fim, uma história total (que leva em conta aspectos além do político, social ou econômico).

Dessa forma, percebe-se que, desde o surgimento da *Annales*, houve uma ampliação dos diálogos entre os campos históricos, o que, de acordo com o historiador José D’Assunção Barros, dentre outras definições

[...] também pode ser entendido como uma “modalidade histórica” ou uma subespecialidade da História enquanto âmbito disciplinar – corresponde àquelas subdivisões que começaram a ser idealizadas ou percebidas no interior da História-Disciplina, à medida que a historiografia foi se tornando cada vez mais complexa (BARROS, 2011, p. 193).

Os chamados “campos históricos” estão em permanente contato e mutação. De acordo com a necessidade, as relações são feitas em busca de resultados mais precisos. Além disso, novos campos são constantemente inaugurados, bem como outros antigos vão perdendo o interesse conforme as ideologias e paradigmas de uma respectiva época.

Para compreender então a ideia dos diversos campos históricos, Barros propõe três critérios de divisões da História. O primeiro se conhece por *dimensões* e pode ser definido como o primeiro plano do historiador diante de determinada sociedade ou o seu enfoque inicial. Por exemplo, a História Demográfica, a partir dessa percepção, seria uma dimensão ou uma forma de o historiador enfatizar certa perspectiva da

vida social. O segundo grupo de critérios divisores do saber histórico se refere aos métodos – modos de fazer a disciplina –, aos tipos de fontes e aos modos como o historiador trabalha com elas. Como exemplos de abordagens, podem-se citar a História Quantitativa, a História Regional, a História Oral ou a História Serial. O terceiro e último grupo elencado são os *domínios*, que se referem de forma mais direta às temáticas escolhidas pelos historiadores. Esse conjunto de temas possui um número indefinido de possibilidades. Entre elas, destacam-se os “agentes históricos”, como a mulher ou o trabalhador, os “ambientes sociais”, como o rural e o urbano, os “âmbitos de estudo”, como a arte e a sexualidade, entre muitas outras possibilidades.

Algumas questões adjacentes precisam ser mencionadas para a compreensão de como se estabelecem as relações entre *dimensões*, *abordagens* e *domínios*. As inúmeras combinações de enfoques, métodos e temas são verificadas nos mais diversos estudos da História.

É relevante ressaltar que os *domínios*, por exemplo, tendem a ser englobados por uma *dimensão* ou mesmo divididos entre duas ou mais *dimensões*. Isso significa dizer que as *dimensões*, as *abordagens* e os *domínios* da História não devem ser vistos como compartimentos, mas sim como espaços de interatividade, nos quais se operam os diálogos historiográficos por excelência.

A visão compartimentada é nociva ao conhecimento histórico, afinal, os campos não podem se constituir como prisões limitadoras da ação do historiador, em vez disso, precisam ser entendidos

233

[...] como dimensões, abordagens e domínios que se interpenetram. O que possibilita a conexão de certos campos históricos, em um momento específico que é o da realização da pesquisa e da reflexão historiográfica, é o objeto de estudo constituído pelo historiador. É esse objeto de estudo que chamará a si certas possibilidades de conexão entre os campos históricos (BARROS, 2011, p. 206).

A hiperespecialização do profissional da História tem grande potencial para prejudicar o desenvolvimento da disciplina por inteiro, pois uma pesquisa que trabalhe com resultados de caráter quantitativo, se aventada por avaliações qualitativas, é capaz de proporcionar resultados mais relevantes e mesmo mais precisos.

Enfim, o entendimento das possibilidades empreendidas junto aos diálogos entre *dimensões*, *abordagens* e *domínios* históricos se torna imprescindível para o florescimento de uma disciplina mais plural e preocupada com resultados socialmente relevantes. Barros afirma que o caleidoscópio historiográfico vive suas mutações e que “estes rearranjos são eles mesmos produtos históricos, derivados das tendências de pensamento de cada época e das suas motivações políticas e sociais” (BARROS, 2010, p. 21).

Tanto no Brasil quanto no exterior, os historiadores estão convencidos de que, escondidos em seus campos de trabalho, dificilmente conseguirão responder às problemáticas mais complexas colocadas pela História. Um diálogo específico que se iniciou na Europa e nos Estados Unidos e que, na década de 1970, estabeleceu-se no Brasil tomou proporções e chegou a resultados relevantes para a História Social. A partir da publicação do livro *História Social da Criança e da Família*, de Philippe Ariès, no ano de 1962, deu-se um progresso metodológico importante nos estudos sobre família. Foi observado que o campo de *dimensões* da História Demográfica poderia avançar sobre os estudos dos *domínios* da História da Família, e esse contato possibilitaria uma série de revisões na historiografia, pautando-se principalmente em coletas de dados diretamente dos arquivos.

No decorrer da década de 1970, no Brasil, historiadores influenciados por esses novos aportes metodológicos, principalmente pela Demografia Histórica, começaram a repensar a unanimidade que representava os modelos explicativos da família existentes na História do Brasil.

Os estudos inseridos na *dimensão* da História Demográfica e nos *domínios* da História da Família, sobretudo da História das Mulheres, puderam aproveitar o fim das limitações dos paradigmas tradicionais e se colocaram à disposição para uma verdadeira conversa entre esses campos históricos, o que culminou na publicação de importantes projetos e trabalhos desses três campos.

234

No Brasil, os estudos específicos sobre família foram escritos somente no século XX, e o sociólogo Gilberto Freyre foi o autor mais lido e criticado. Seu olhar pioneiro para o cotidiano familiar da população marcou a historiografia brasileira e trouxe inovações significativas quanto aos métodos de análise e às interpretações da sociedade brasileira estabelecida.

Na obra *Casa-grande & senzala*, publicada em 1933, Freyre (2006) buscou demonstrar que a família brasileira era o resultado da transplantação do modelo familiar português adaptado ao ambiente colonial e que esse modelo possuiria características patriarcais e inclinações conservadoras. Além disso, Freyre argumentou que a casa-grande, junto à senzala, representou um complexo sistema econômico, social e político, chegando a afirmar que a história social da casa-grande era a história íntima de quase todo brasileiro.

O autor se tornou precursor da difusão de um modelo de estrutura familiar que comumente é chamado de "família patriarcal brasileira", no qual eram estimuladas a dependência na autoridade do pai e a solidariedade entre os parentes. Durante décadas, essa obra foi exaustivamente pesquisada e debatida dentro e fora da academia, o que fez com que tal modelo se tornasse parâmetro para toda a história da família brasileira.

As obras da historiografia brasileira posteriores à publicação de *Casa-grande & senzala*, um clássico nacional com alcance internacional, possuem influência direta de Freyre: suas preocupações foram retomadas, tanto para corroborá-las quanto para contestá-las.

Além de Freyre, Antonio Candido (1951) também se tornou um expoente dos estudos sobre a instituição familiar. O artigo *The Brazilian Family*, publicado em 1951, foi além dos estudos de Freyre nesse aspecto. Candido pesquisou os modelos de família existentes no Brasil entre os séculos XVI e XIX e afirmou que a sociedade colonial era formada pelas porções familiar, que seria patriarcal, e não familiar, que reuniria um contingente humano socialmente inferior.

Para o autor, a composição da família brasileira era baseada na solidariedade do parentesco, não ficando limitada apenas a pais e filhos, e integrava assim grupos maiores. Por conta da mistura étnica, da escravidão institucionalizada e da baixa densidade populacional brasileira, o abastardamento tornou-se comum e criou uma configuração na qual o núcleo familiar legal funcionava como eixo de sustento da sociedade.

De acordo com Freyre e Candido, algumas características do período colonial brasileiro, como a descentralização administrativa, a profunda concentração fundiária e a rigorosa dispersão populacional, foram responsáveis pela instalação de uma sociedade do tipo paternalista, na qual as relações sociais de caráter pessoal eram fundamentais. Ressalta-se que a estrutura econômica essencialmente agrária, latifundiária e escravocrata impulsionou a formação dessa sociedade paternalista.

O modelo de família patriarcal se sustentou a partir da incorporação de seus membros aos clãs, assim garantindo a indivisibilidade dos bens e do poder. Dessa forma, observa-se que, tanto para Freyre quanto para Candido, ainda no período colonial brasileiro, a distância da metrópole e as dificuldades da vida nos trópicos estimulavam as pessoas a procurarem a proteção de figuras mais poderosas que desfrutavam de um favoritismo por parte da Coroa. Essa iniciativa privada paternalista e autoritária gozava de prestígio social, econômico e moral. Enfim, a composição da família brasileira era entendida como uma vasta parentela em expansão tanto verticalmente, por meio da miscigenação, quanto horizontalmente, pelos casamentos oficiais entre as camadas altas brancas (SAMARA, 2004, p. 13).

Por muito tempo, aquele modelo patriarcal de família criado por Freyre serviu de base para toda e qualquer caracterização da família brasileira. O consenso permaneceu imaculado e estático, sendo aceito plenamente pela historiografia durante mais de 40 anos. Mesmo a possível existência de variações temporais ou geográficas não era colocada em pauta, e esse parâmetro ofuscava as outras possibilidades modelares de famílias (SAMARA, 2004, p. 8).

A permanência de um modelo de referência estático se devia principalmente ao fato de que poucos pesquisadores recorriam a arquivos e fontes alternativos. Essa restrição metodológica impedia a contestação de obras basilares da historiografia brasileira.

Pesquisadores europeus e norte-americanos, como Louis Henry e Peter Laslett, observaram que a Demografia Histórica poderia avançar sobre os estudos da família e passaram a propor novos caminhos e abordagens à historiografia, pautando-se em coletas de dados diretamente dos arquivos.

Os historiadores, no Brasil, influenciados principalmente pela Demografia Histórica, começaram a criticar o olhar unilateral do modelo explicativo da família patriarcal instituído por Freyre. Estudos e pesquisas em arquivos, de caráter tanto qualitativo como quantitativo, evidenciaram que as famílias de tipo patriarcal não foram as mais comuns no Brasil Colônia, sendo mais habituais as famílias de estrutura mais simples e com menor número de integrantes. Essas constatações buscaram comprovar que o modelo de família freyreano foi indevidamente utilizado para identificar a família brasileira.

Entre as principais críticas feitas ao modelo patriarcal de família estabelecido por Freyre, aponta-se que ele seria muito genérico para atender a toda territorialidade brasileira. Engessado, o modelo não conseguiria explicar as variações nas estruturas familiares geradas em função do tempo, do espaço e dos grupos sociais.

236 Além disso, como alerta Danda Prado (1985), existe um fator determinante para a existência da família patriarcal, que é a manutenção de um patrimônio. Esse, como se sabe, não é o caso de sociedades marcadas por uma desigualdade social pujante e cujos membros precisam contar com sua força de trabalho para sobreviver. A autora afirma que esse argumento ajuda a desmistificar a ideia de que os arranjos familiares do passado eram estáticos, abrindo espaço para a provável existência de arranjos mais plurais.

Cabe destacar que, também para Mariza Corrêa (CORRÊA *apud* ALMEIDA, 1993), a família de tipo patriarcal existiu e possuiu um importante papel, contudo não permaneceu sozinha, muito menos caracterizou por completo o processo de formação da sociedade brasileira em sua territorialidade e temporalidade. A autora afirma que a historiografia brasileira esteve baseada no padrão dominante que a família patriarcal se tornou, como se a história de vida de um personagem central fosse suficiente para entender toda a história brasileira ou, ainda, como se todas as possibilidades se reduzissem naturalmente a um caminho único, limitando desdobramentos múltiplos.

Corrêa reflete sobre as formas de organização familiar no Brasil e conclui que seria impossível reduzir as possibilidades inscritas em todo espaço territorial e temporal a pouquíssimas variações. Para ela, o conceito de família patriarcal como foi usado pela historiografia tradicional achatou as diferenças e alocou os objetos de estudo em moldes que acabaram se tornando pontos centrais de referência da História Social brasileira.

Apesar das ressalvas, é fato que características discutidas a respeito das famílias patriarcais estão presentes em outras estruturas familiares da sociedade brasileira. Mesmo nas famílias que viviam à margem dos latifúndios monocultores, a autoridade era a figura do homem, que também detinha o poder econômico e decisório e exercia domínio sobre os outros membros de sua unidade doméstica. Samara aponta que o chefe da família cuidava tanto dos negócios quanto da preservação da linhagem e da honra familiar; assim, o homem buscava valer-se diante da mulher, dos filhos e dos demais dependentes. Devido à necessidade de enfatizar a autoridade masculina, a esposa representava um papel restrito apenas ao âmbito familiar. Ao se casarem, as mulheres passavam da guarda do pai para a do marido, mantendo os cuidados domésticos, bem como os da prole (SAMARA, 2004).

Todavia, expoente nos estudos a respeito de família no Brasil, Samara demonstra que a aplicação do modelo de família patriarcal como predominante no Brasil, dos séculos XVI ao XIX, faz-se de modo genérico. A autora menciona que estudos contemporâneos às suas pesquisas mostram que o modelo patriarcal foi usado de forma imprópria. Também relata que, principalmente nos séculos XVIII e XIX, as famílias possuíam estruturas mais simples, distinguindo-se, assim, do complexo tipo familiar patriarcal. Este assumiu diferentes configurações de acordo com sua localização geográfica e temporal e, mesmo assim, tal modelo foi, por décadas, utilizado como única referência para toda sociedade.

Ainda na obra *A família brasileira*, Samara demonstra que as famílias extensas – compostas de casais com muitos filhos, parentes, escravos e agregados – não foram o tipo predominante em São Paulo. Utilizando a Demografia Histórica, a partir de uma investigação junto às contagens de população, a autora afirma que as famílias paulistas eram de estrutura mais simples e com poucos integrantes. Por conta disso, ela destaca a ineficiência do modelo patriarcal freyreano em adequar-se à sociedade paulista e, conseqüentemente, à sociedade brasileira como um todo. Samara aponta que sua constatação não invalida a concepção de família patriarcal de Gilberto Freyre, porém esta estaria geograficamente centralizada nas áreas de lavoura canavieira do Nordeste colonial.

Corroborando os argumentos de Samara, Corrêa, no artigo *Repensando a família patriarcal brasileira*, publicado na obra *Colcha de retalhos*, de 1993, insiste que não há possibilidade sequer de imaginar a história da família brasileira que não em um panorama mais rico. Para ela, a utilização de apenas um modelo achatou as diferenças, comprimindo-as até caberem em um único molde, que foi utilizado amplamente como referência quando se discutia a família no Brasil até os anos de 1970. Além disso, seria inadequado afirmar que a família brasileira, dispersa e flexível, tenha se acomodado num modelo único e rígido, no qual se mudam os personagens, mas não os papéis.

Corrêa é incisiva na crítica à homogeneização cometida pela literatura. A estudiosa chega a comparar Freyre e Candido aos “darwinistas sociais” do século XIX, que modelavam a história de acordo com as formas correspondentes às camadas “senhoriais”.

Ao encontro dos resultados das pesquisas realizadas por Corrêa e a partir de uma ampla pesquisa em arquivos, Samara questiona quando e como foi substituído o tipo patriarcal por outros, que demais modelos coexistiram com o patriarcal na sua forma tradicional e quais variações ocorreram nos papéis masculinos e femininos em função dessa modificação. Samara, ao utilizar o exemplo paulista, conclui que a família extensa ou patriarcal assumiu características diferentes, variando suas relações de acordo com o contexto regional e, ainda, transformando-se com o tempo. Por fim, relata que, não só em São Paulo, mas também em Minas Gerais, eram mais comuns as famílias que se estruturaram de forma mais simples e com menor número de integrantes. Chega, inclusive, a inferir que “Tudo leva a concluir que o panorama se repete para outras áreas, mesmo se considerarmos aquelas ainda não pesquisadas” (SAMARA, 2004, p. 84).

A partir desse novo panorama, Corrêa aponta que o modelo de família patriarcal tornou-se o “retrato da família brasileira”, sendo usado por muito tempo como parâmetro desta. Além disso, a homogeneização do modelo freyreano levava à conclusão de que os outros tipos de modelos familiares eram inexpressivos. Destarte, a autora questiona se seria possível reproduzir todos os personagens da história brasileira apenas na figura de um senhor e conclui que, para responder a esse questionamento, seria necessária uma análise interna dos textos de Gilberto Freyre e Antonio Candido. Para ela, nos estudos dos dois autores, ocorre uma homogeneização histórica, já que tratam de situações bem localizadas no tempo e no espaço, além de os textos terem sido colocados como matriz comum de toda sociedade brasileira.

Visando confirmar esse entendimento de homogeneização, Corrêa demonstra que, para a produção de tabaco e algodão, cultivados largamente em diversas regiões brasileiras, era preciso um baixo investimento inicial de capital se comparado ao necessário em um engenho de açúcar. Ademais, a produção diversificada não exigia a presença de um número significativo de escravos, em alguns casos, o cultivo poderia ficar a cargo apenas dos membros da família. Assim, demonstra-se que um modesto conjunto de digressões já seria suficiente para enriquecer o panorama da família brasileira com novos elementos, modificando o quadro estático identificado por Corrêa, qual seja,

O problema principal de ambos os textos – Casa Grande e Senzala e “*The Brazilian Family*” – é o contraste entre essa sociedade multifacetada, flexível e dispersa, e a tentativa de acomodá-la dentro dos estreitos limites do engenho ou da fazenda, lugares privilegiados do nascimento da sociedade brasileira (CORRÊA *apud* ALMEIDA, 1993, p. 24).

Logo, ficam evidentes a existência conjunta de vários modelos e a necessidade de verificação dos tipos de família existentes em diferentes regiões e temporalidades. Na obra *Mulher: do destino biológico ao destino social*, publicada em 1997, Nader observa que “Não há uma única história da família, um único modelo, mas sim uma verdadeira diversidade de formas domiciliares que variam, não só ao longo da história, mas em pontos imprecisos do tempo” (NADER, 1997, p. 45).

Existe uma distinção, que cabe aqui ser colocada, entre os conceitos de família e unidade doméstica. As unidades domésticas podem ser compostas por uma ou mais pessoas que dividem as despesas essenciais da vida doméstica e, neste caso, as pessoas podem ou não ter relações de parentesco. De forma mais genérica, a unidade doméstica compreende todas as pessoas que residem juntas em um domicílio. Já o conceito de família abrange as unidades domésticas formadas por pelo menos duas pessoas e cujos membros possuam algum parentesco em determinado grau, por meio dos laços de consanguinidade, adoção ou casamento. Embora as funções da unidade doméstica e da família se confundam, os conceitos são diferentes, e os pesquisadores devem ter cuidado ao utilizá-los (SABOIA; COBO, 2013).

A percepção de que o passado brasileiro possui evidentes digressões ao modelo patriarcal sugere minimamente um ambiente mais diverso no que diz respeito à configuração das famílias e unidades domésticas. A abordagem dessa diversidade como ponto de partida possibilita a ampliação do campo de visão da historiografia sobre o *domínio* da História da Família. Notar a complexidade das composições das famílias estimula o contato com outras *dimensões, abordagens e domínios* da História. Em específico, a aproximação entre a História da Família e a *dimensão* da Demografia Histórica conduziu reflexões pertinentes para a historiografia tanto no Brasil quanto no exterior.

Pelo mundo, séries documentais de caráter quantitativo possibilitaram estudos importantes que buscavam entender os processos humanos em várias áreas das Ciências Sociais. Na Europa do pós-guerra, mais precisamente a partir da década de 1950, historiadores interessados nas fontes quantitativas se debruçaram sobre a História Social e passaram a discutir, primeiramente, a história dos preços e das populações. Já na década de 1970, os trabalhos de caráter quantitativo começaram a marcar a história cultural, fazendo-se presentes em estudos tanto da História da Religião quanto da História das Mentalidades (BURKE, 1997).

No Brasil, os historiadores também abriram os olhos para a utilização dos dados demográficos do passado na construção de modelos e narrativas mais próximos da realidade. Isso ocorreu principalmente a partir da década de 1970. Aliar as pesquisas de caráter qualitativo com os dados quantitativos proporcionou um enriquecimento

ímpar para a História Social Brasileira, principalmente sobre a História da Família e nos estudos sobre as mulheres. Para Ismênia Tupy (2000), ao longo das últimas décadas, a chamada Demografia Histórica transformou os estudos da família em um dos principais eixos da História Social Brasileira.

A autora destaca uma série de possibilidades nos estudos de caráter demográfico, por exemplo, o papel crucial da Demografia Histórica no debate a respeito da família escrava no Brasil. As listas nominativas de habitantes, matrículas de escravos, registros de casamentos e outros são instrumentos importantes na investigação das famílias de livres e escravos, bem como na relação estabelecida entre essas pessoas. Todavia, o acesso às fontes ou o estado de conservação destas dificultaram os trabalhos, principalmente nas pesquisas realizadas em arquivos, pois o estado precário deles, além da falta de arquivistas especializados, tornou a atividade do pesquisador ainda mais árdua.

Apesar das adversidades, a potencialidade dos trabalhos que utilizam fontes demográficas é reconhecida pela historiografia. Sérgio Odilon Nadalin (1994), nesse sentido, na obra *Demografia numa perspectiva histórica*, de 1994, destaca que as contagens de população locais bem como o censo de Curitiba de 1797 se fazem como uma “fotografia” da população contada. Para o historiador, esse modelo de fonte capta um instante do dinamismo da população, um momento específico ou até mesmo sua estrutura.

240

Dessa forma, os estudos históricos pautados em fontes demográficas trouxeram novas perspectivas aos tradicionais métodos praticados. A revelação de modelos novos promoveu um embate junto às correntes tradicionais, e o resultado foi uma verdadeira revisão. O exemplo mais expressivo se fez na História da Família, como foi discutido anteriormente.

Para Maria Luiza Marcílio (1984, p. 11), na obra *População e Sociedade*, publicada em 1984, o contato entre a Demografia e a História resultou em uma união bem-sucedida, pois

[...] cada uma trouxe como contribuição seu dote específico: da Demografia vieram técnicas e métodos exigentes, rigorosos, quantitativos e um tratamento especial para as fontes de informação, a fim de se chegar ao conhecimento dos fenômenos vitais e sistemas humanos das coletividades pretéritas. Da História vieram as formas de analisar estruturas e conjunturas sociais, fundadas na quantificação e na metodologia qualitativa, preocupadas em descobrir a complexidade e a relatividade do homem global.

Para Marcílio, o então encontro das duas áreas produziu uma nova ciência, a Demografia Histórica, que, nos últimos tempos, vem revelando uma sociedade enriquecida, multifacetada e, acrescenta-se ainda, mais complexa.

Os trabalhos que versam sobre o século XIX discutem os documentos, os quais são marcados por uma significativa mudança na importância dada às estatísticas pelos

governos da época. Altos investimentos foram feitos com o intuito de mensurar com mais detalhes o tamanho das populações, seus movimentos, suas subdivisões étnicas e até mesmo religiosas.

A obtenção de estatísticas oficiais colocava a nação na vanguarda da “civilização” e, ao mesmo tempo, abastecia o serviço público com um mapeamento da população em forma de dados. Dentre outras potencialidades, destacam-se a quantificação dos contingentes militares, a matematização do recolhimento de tributos e a racionalização dos investimentos públicos. Tarcísio Botelho (2005, p. 331) aponta que as estatísticas oficiais possuíam até mesmo um caráter moral que “prepararia o país para tal compromisso, um encontro com a civilização”.

Durante o período mercantilista português, verificou-se uma racionalização da administração colonial e até as listas nominativas da época passaram por uma sofisticação. A partir de então, os dados coletados deram destaque às questões econômicas em detrimento das militares. Essas informações buscavam se articular mais diretamente a uma política de estímulo à ocupação do território e ao crescimento da população (NADALIN, 1994).

No âmbito internacional, essa sofisticação ocorreu principalmente no decorrer do século XIX, quando o interesse dos europeus pela produção de informações estatísticas cresceu. Já em 1834, verifica-se o ímpeto público nos dados estatísticos com a fundação da *Statistical Society of London*. Além disso, data de 1853 a realização do primeiro Congresso Internacional de Estatística, organizado pelo “pai das estatísticas públicas”, Adolphe Quételet, em Bruxelas. Esse encontro voltaria a acontecer durante todo o século, marcando o crescente interesse pelas informações estatísticas da população.

No Brasil do século XIX, também se observa uma preocupação especial com os dados demográficos. A transição política, representada pelo processo de independência, produziu um repertório significativo de continuidades de projetos e estratégias da época de domínio colonialista português. Entre outras continuidades, destaca-se a metodologia utilizada nas contagens de população, afinal, os mesmos procedimentos e preocupações da Coroa portuguesa circulavam no nascente Império brasileiro. Até o período conhecido como Regência, para a delimitação dos responsáveis e a apuração das informações, eram basicamente utilizados os mesmos métodos dos tempos coloniais, ou seja, os encarregados mantiveram-se praticamente os mesmos do período anterior. Estes organizavam listas locais com a discriminação de todos os residentes na região, e, por sua vez, as listas eram enviadas aos governos centrais das províncias, os quais ficavam incumbidos de interpretar os resultados e, quando necessário, enviá-los ao Rio de Janeiro, sede imperial.

Outra permanência de caráter técnico nos procedimentos das contagens de população são as categorias censitárias, que estavam claramente de acordo com a ordem social segmentada do escravismo vigente. Para Botelho, a preocupação em registrar a cor seria uma clara herança do passado colonial português. De forma geral, os levantamentos dividiam a população em três grupos – os brancos, os de ascendência africana nascidos no Brasil (mestiça ou não) e, por fim, os pretos. Cabe ressaltar que, onde a população indígena fosse relevante, essa categoria também era utilizada, podendo ser descrita como “caboclos”. Botelho destaca que “essa herança portuguesa, ou mesmo ibérica, teria depois uma importância significativa na construção da nação brasileira, e com isso me refiro à centralidade dada à questão racial na definição da nossa nacionalidade” (BOTELHO, 2005, p. 327).

Contar os brasileiros tinha por objetivo a medição do alcance da nação no que diz respeito ao recolhimento de impostos e, sobretudo, dispor de dados sobre o recrutamento militar. A aglutinação desse arcabouço de informações demográficas relacionava-se diretamente à potencialidade do nascente império. De acordo com a perspectiva vigente desde a colônia, quanto maior a população, mais próspero seria o futuro da nação.

Com o advento do Segundo Reinado, uma nova perspectiva se instituiu. Os interesses anteriormente citados foram mantidos, contudo, uma questão se destacou devido a uma emergente necessidade. De acordo com Botelho (2005, p. 328), houve uma reconstrução da ordem política e, assim, após a experiência regencial, fez-se necessário “estabelecer as bases de um sistema eleitoral confiável”. Dessa forma, para a construção de uma máquina eleitoral mais sofisticada e para controlar satisfatoriamente tal sistema, tornou-se essencial conhecer melhor a população brasileira.

A empreitada de contar a população no Brasil não aconteceu sem percalços, uma vez que, por ser um império de proporções geográficas continentais, houve muitas dificuldades na condução das contagens. As localidades se tornavam ainda mais distantes devido à precariedade dos sistemas de comunicação, bem como de transporte. Tudo isso em um contexto modesto no que diz respeito ao aparelho estatal, o qual carecia de investimentos e mantinha gastos excessivos.

Outras dificuldades podem ser cogitadas, como a presença de silvícolas hostis ou mesmo a resistência da população diante de práticas pouco compreendidas. As contagens, com frequência, enfrentavam a desconfiança popular e, entre as desconfianças dos processos, eram comuns tanto o receio pelo recrutamento, muitas vezes forçado, quanto a possibilidade de aumento dos impostos. Até mesmo o lento processo de laicização da administração pública imperial ocupou o imaginário de resistência da população diante das contagens. Botelho averigua que, entre a população livre negra, existia um medo de uma possível reescravização (BOTELHO, 2005).

Apesar das dificuldades na produção dos documentos, eles se fazem de suma importância para os historiadores. A partir deles, por exemplo, Marcílio (1984) observou, para o século XIX, quatro sistemas demográficos no Brasil. Esses sistemas buscam agrupar dados colhidos junto à produção dos historiadores demógrafos. O primeiro se chama Sistema Demográfico das Economias de Subsistência, no qual as relações sociais são baseadas no trabalho familiar, a noção de propriedade da terra é fluida e, como o próprio nome destaca, a agricultura caracteriza-se pela subsistência. Nesse sistema, a escravidão está em segundo plano, e o parentesco possibilita sanar as dificuldades a partir da ajuda mútua, conhecida como “mutirão”. Entre as principais características demográficas, ressaltam-se a mortalidade relativamente elevada, a fecundidade, o crescimento natural e o número de famílias legítimas igualmente elevado.

No segundo, Sistema Demográfico das Economias de *Plantation*, a monocultura latifundiária e escravista era pano de fundo para famílias extensas e, pelo menos as dos proprietários, além de extensas, eram comumente legítimas, possuindo formas de transmissão da terra bem estruturadas. A manutenção da propriedade da terra resguardava-se por casamentos endogâmicos ou até mesmo consanguíneos. Destacam-se, entre as características demográficas, uma mortalidade elevada da população livre e a fecundidade legítima alta se comparada às regiões de policultura ou subsistência; contudo, configura-se um lento ritmo de crescimento natural.

O terceiro é conhecido como Sistema Demográfico das Populações Escravas e se caracteriza principalmente pela constante tentativa de limitação, por parte dos senhores de escravos, da formação de famílias legítimas e estáveis, o que provocou taxas de nupcialidade insignificantes. Além disso, as doenças e as péssimas condições de alimentação e trabalho provocavam um alto grau de mortalidade, resultando assim num crescimento vegetativo normalmente negativo dos escravos no Brasil do XIX.

O último é denominado Sistema Demográfico das Áreas Urbanas no Século XIX e possui aspectos demográficos bem diversos, com estruturas e ritmos opostos aos das áreas rurais. Além disso, os trabalhadores possuem um grau de especialização maior, mesmo entre os escravos. A natalidade é menos elevada que no campo, e o crescimento vegetativo passa por períodos intercalados entre positivo e negativo (MARCÍLIO, 1984).

Marcílio deixa claro que esses sistemas propostos são um panorama dos estudos de sua época e que devem ser criticados e debatidos. A partir da compreensão dessas limitações e possibilidades, fica clara a necessidade de se estabelecerem modelos e, principalmente, serem compreendidas suas complexidades para o fomento de uma História Social mais completa do século XIX. De tal modo, como se pôde observar, o aproveitamento desse modelo de análise documental em forma quantitativa traz

alternativas importantes para a pesquisa histórica, permitindo novas análises, sobretudo no contexto da História Social no Brasil.

Apesar dos significativos avanços metodológicos relatados, alguns personagens ficam ofuscados ou mesmo subapresentados nas fontes. Esse é, muitas vezes, o caso das mulheres. Andréa Lisly Gonçalves (2006), na obra *História & Gênero*, de 2006, frisa que a subapresentação das mulheres nas fontes demográficas, por exemplo, é devido ao fato de os “recenseadores” associarem a mulher ao trabalho doméstico, socialmente menos valorizado. A autora também aponta que os sub-registros, os quais podem ser observados tanto no Brasil quanto em países europeus, expõem os preconceitos dos responsáveis pela contagem, no que diz respeito ao espaço feminino de atuação, circunscrito no âmbito doméstico.

Cabe destacar que, em volumosas séries documentais de caráter demográfico, o que se procura ressaltar sobre as mulheres é justamente seu papel social na reprodução. Assim, as estatísticas dão atenção principal à faixa etária entre 15 e 49 anos, considerada a idade fértil feminina (GOLDANI, 1997, p. 67-84).

Dito isso, é notório o silêncio das fontes quando se procuram as ações e a vida das mulheres no passado. Michelle Perrot, na obra *Minha história das mulheres*, de 2008, elenca três razões para essa invisibilidade. Primeiramente, as mulheres não eram vistas no espaço público, o único que despertava interesse e pautava os relatos. O espaço feminino de atuação era a família, o privado. Para Perrot (2008, p. 17), as mulheres “aparecem sem nitidez, na penumbra dos grupos obscuros”. A segunda razão para o silêncio das fontes sobre as mulheres é que elas eram pouco vistas e pouco se falava delas. De forma geral, há poucos registros sobre elas. Já a terceira razão diz respeito à dissimetria sexual das fontes, em que se observa um volume desproporcional de fontes sobre os homens. Cabe apontar também que, na maior parte dos casos, os registros oficiais são de autoria masculina e, por isso, possuem o olhar, os preconceitos e os estereótipos de homens.

Assim, a apresentação das mulheres nas fontes, por vezes, desconsidera a identidade ou o nome das personagens, sendo mencionadas de forma trivial e destacadas apenas por sua cor, profissão ou grupo pertencente (negras, lavadeiras ou mães, por exemplo). Essa ressalva esclarece a forma como as fontes históricas tradicionalmente descrevem as mulheres e alerta o pesquisador para os estereótipos. Faz-se necessária uma leitura nas entrelinhas das fontes com o intento de levantar contestações diante da simplicidade com que se trata a questão das mulheres na História. Enfim, a releitura das fontes tradicionais e a seleção de novos volumes documentais podem oferecer parâmetros para uma crítica interna e externa mais eficaz, além de possibilitar a escrita de uma História da Mulher mais factível.

O surgimento da demanda pelo estudo da história das mulheres se relaciona diretamente com as pautas do Movimento Social Feminista e tem início por volta das décadas de 1960 e 1970. Para Perrot (2008), a história das mulheres passou por importantes mudanças no decorrer de sua construção: da história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada chegando finalmente à história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho e da política.

Alguns fatores, para Perrot, ajudam a compreender como a mulher se tornou objeto de estudo das ciências humanas. Os fatores científicos se caracterizam por uma aliança entre a História e a Antropologia, que redescobria a família. Ocorrida na década de 1970, essa associação foi amplificada pela expansão da Demografia Histórica. Então, a partir da família, novos personagens e questionamentos são inseridos no interesse dos pesquisadores, e a mulher é um desses personagens.

Cabe destacar que, apesar dos importantes diálogos, existem diferenças de abordagens e objetos entre a História da Família e a das mulheres. A confusão é recorrente devido ao atrelamento tradicional entre a vida da mulher e a família. Segundo Nader (1997, p. 68), todos os registros da mulher estão ligados, de alguma forma, à família, bem como à sua identidade, que “foi construída em torno do casamento, da maternidade, da vida privado-doméstica e da natureza à qual foi ligada”.

Outros fatores dizem respeito aos planos sociológico e político. Quanto ao primeiro, cita-se, por exemplo, a presença maciça da mulher nas universidades a partir dos anos 1970, o que provocou uma feminização do ambiente, promovendo uma nova demanda ou, pelo menos, cultivando um público receptivo à história das mulheres. No plano político, as mulheres se tornaram objeto de estudos das Ciências Sociais como consequência, sobretudo, do movimento de liberação das mulheres e do apoio de universidade e de intelectuais interessadas na História. Como resultado desse fator político, houve uma demanda em busca de ancestralidade e legitimidade, ou seja, as mulheres queriam ser inseridas na História, além de iniciarem um aprofundamento teórico nos estudos de gênero.

Segundo Perrot (2008, p. 20), a partir dessas novas ambições teóricas, “nasceu o desejo de um outro relato, de uma outra história”. Essa História fundamentada teoricamente e agrupada sob a interdisciplinaridade abandonou o entendimento de vitimização e destacou, para as mulheres, o papel de atrizes da trajetória histórica humana. Chegou ao ponto de sair de uma História das mulheres e alcançar uma História de gênero, que possui caráter relacional preliminar, isto é, faz-se a partir da relação entre o gênero masculino e o feminino e não somente de um deles.

Para a condução da História das relações de gênero, é preciso entender que o conceito de gênero é eminentemente político, pois foi cunhado e começou a ser utilizado

a partir do Movimento Social Feminista. Segundo Carolina M. S. Coelho (2009, p. 16), as feministas “reconheceram as determinações biológicas implícitas no termo sexo e buscaram um conceito que abrangesse as dimensões psicológicas, sociais e culturais da feminilidade e da masculinidade”. Isso significa que esse movimento assumiu o entendimento das relações entre homens e mulheres como construídas socialmente e que estas são, antes de tudo, relações de poder. Tal perspectiva foi impactante no interior da disciplina histórica, uma vez que colocou em debate as diferenças entre os sexos e as formas como se estabeleciam as relações de poder em diferentes escalas. Por fim, constatou-se que os estudos com a perspectiva de gênero são também um modo de dar significado às relações de poder existentes na sociedade.

Para Joana Maria Pedro (2005, p. 88), o uso da categoria “Gênero” por historiadores permitiu um foco nas relações entre homens e mulheres, bem como nas relações específicas entre os próprios homens e entre as próprias mulheres. Para a autora, há a possibilidade de se verificar que, “em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero”.

O caráter relacional destacado proporcionou uma ampliação significativa no leque de fontes para a história das mulheres. Nesse momento, foi abandonada a estratégia de procurar fontes nas quais as mulheres se faziam protagonistas, e as lacunas foram transformadas em oportunidades de verificação do papel desempenhado pelas mulheres em contextos diversos (GOLÇALVES, 2006).

246

A partir de então, as pesquisas realizadas em arquivos provocaram uma verdadeira revolução documental, que se expressou principalmente diante da relação entre os *domínios* da História das mulheres e da família, com a *dimensão* documental da Demografia Histórica.

Enfim, o processo de interesse pelo cotidiano iniciado pelos historiadores da chamada Escola dos *Annales* provocou uma profunda reflexão nos objetos de trabalho dos historiadores. Antigos campos foram reformulados, e novos campos, estabelecidos. Além disso, a interdisciplinaridade, mais que incentivada, foi exigida para a condução de uma história-problema.

O diálogo entre os três campos discutidos – Família, Demografia e Mulheres – foi bastante frutífero. O retorno aos arquivos, o largo aproveitamento das fontes de caráter quantitativo e, principalmente, o aporte metodológico da Demografia Histórica proporcionaram a condução de trabalhos importantes para a compreensão da História Social brasileira.

Especificamente no caso da História das mulheres, a busca de fontes e modelos para expressar os papéis e relações sociais das mulheres, antes silenciadas, fez-se também a partir das opções de fontes demográficas. O caminho até esse encontro

perpassou pelo íntimo diálogo entre os campos da História da Família, que, desde a década de 1970, serviu-se dos dados quantitativos, e da História das mulheres.

As relações, debates e contribuições envolvendo os estudos sobre família e demografia também são marcantes. Samara (1989) destaca o interesse constante dos demógrafos-historiadores na família. Para a autora, esse ainda é um contato inovador e existe muito que se pesquisar.

Nesse sentido, cabe relatar que os frutos do diálogo entre os três campos estão longe de se esgotarem. Os aspectos específicos da temporalidade, as características da colonização, a diversidade étnica da população e a extensão territorial do país são, entre muitas outras particularidades, fatores da composição social complexa estabelecida no Brasil.

Para se entender melhor essa realidade repleta de facetas, os estudos monográficos se tornam necessários. Verificar a realidade em diferentes contextos contribui, para além da comparação, na montagem de um panorama e de modelos mais diversos e adequados ao passado brasileiro.

Referências

- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- _____. **Teoria da História**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BOTELHO, T. R. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 321-341, 2005.
- BURKE, Peter (Org.) **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.
- _____. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.
- CANDIDO, Antonio. The Brazilian family. In: SMITH, T. Lynn; MARCHANT, Alexander (Org.). **Brazil: portrait of half a continent**. Nova York: The Dryden Press, 1951.
- COELHO, Carolina Marra Simões. Gênero: teoria e política. **Dimensões - Revista de História da Ufes**, Vitória, n. 23, p. 13-27, 2009.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ALMEIDA, Mariza Suely. **Colcha de retalhos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.
- GOLDANI, Ana Maria. Demografia e feminismo: os desafios da incorporação de uma perspectiva de gênero. In: AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas:**

desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 67-84.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **População e sociedade**: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984.

NADALIN, Sérgio Odilon. **A demografia numa perspectiva histórica**. São Paulo: ABEP, 1994.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. Vitória: Edufes, 1997.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, v. 24, n. 1, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PRADO, Danda. **O que é família**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SABOIA, Ana Lucia; COBO, Barbara. Famílias Conviventes no Censo Demográfico 2000. In: SEMINÁRIO AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. **Anais...** Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/SaboiaCobo.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

TUPY, Ismênia. Demografia histórica e família escrava no Brasil: o estágio atual da questão. **População e família**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 227-480, 2000.

INFÂMIA, ESCÂNDALO E PECADO: RELAÇÕES DE CONCUBINATO NO BRASIL COLÔNIA*

Ana Lucia Santos Coelho**

Resumo: O concubinato foi uma relação bastante presente na sociedade brasileira do período colonial até o século XVIII. Essa prática foi considerada pela Igreja Católica um “pecado grave”, chegando a ser punida com penas rígidas que iam desde simples admoestações até o degredo. Por meio das visitas eclesiais, tal instituição fiscalizava e controlava o comportamento social, evitando a continuidade da mancebia. Sendo assim, o presente trabalho, tendo como referencial teórico a História Cultural, analisou as relações de concubinato no Brasil Colônia, enfatizando suas variadas representações, bem como as apropriações construídas pelos agentes desse período histórico.

Palavras-chave: História do Brasil Colônia; Representações; Concubinato.

Abstract: Concubinage was a type of interpersonal relationship very much present in Brazilian society throughout the colonial period and until the eighteenth century. This sort of practice was deemed a grave sin by the Catholic Church and it was often punished with severe penalties ranging from simple admonition to the exile. By means of ecclesiastical visitations, the Church oversaw and controlled social behavior in order to prevent the continuity of concubinage. This work, based on the theoretical framework of Cultural History, examines the concubinage relations in colonial Brazil, emphasizing its various representations and appropriations built by the agents of this historical period.

Keywords: History of colonial Brazil; Representations; Concubinage.

249

* Artigo submetido à avaliação em 25 de julho de 2015 e aprovado para publicação em 29 de agosto de 2015.

** Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: ana.scoelho@hotmail.com.

Introdução

No período do Brasil Colônia, o controle da vida cotidiana foi intensamente buscado pela Coroa portuguesa e Igreja Católica. Rígidas normas de conduta religiosa e civil foram criadas na tentativa de vigiar os costumes das comunidades que começavam a povoar as capitanias brasileiras.

Apesar disso, os desvios do comportamento “ideal” sempre estiveram presentes, mesmo sob o risco de penas severas. Nesse cenário, o concubinato foi um comportamento considerado ilícito pela Igreja, uma vez que se baseava em um relacionamento conjugal entre homem e mulher que viviam como casados, sem terem preenchido, de fato, as solenidades legais de um casamento.

Quando utilizada pela hierarquia eclesiástica, durante o período da Colônia, a palavra concubinato fazia referência a uma falta grave e a um pecado, caracterizando relações não geradas pelo casamento. Nesse sentido, as interpretações de Santo Agostinho, no século V, e as ordenações do Concílio de Trento, no século XVI, foram decisivas na criação de tal representação, atribuindo condição de crime passível de excomunhão, degredo e até mesmo cárcere.

Não possuindo legislação específica como a do matrimônio, não contando com diretrizes canônicas, tampouco atribuições aos homens e mulheres, o concubinato se constituiu, então, em grande desafio histórico e historiográfico aos que pretenderam examiná-lo em diferentes períodos.

Ainda assim, enfrentamos o desafio. E baseando nossa análise nas de pesquisadores como Londoño (1999), Silva (1984), Souza (1983) e Vainfas (2014) discutimos o concubinato como comportamento da população brasileira entre os séculos XVI e XVIII, apresentando também as penalidades aos que desviavam do comportamento considerado legal.

A historicidade da palavra concubinato

A palavra concubinato aparece no ocidente durante o governo de Augusto, entre os séculos I a. C. e I d. C. Nesse período, são identificados dois tipos de relações que seriam consideradas ilícitas em razão da posição social das mulheres nelas envolvidas: *Concubinatus*, designando as relações maritais com mulheres inferiores ou de comportamento duvidoso; e *Stuprum*, se referindo às relações com moças de família ou viúvas (LONDOÑO, 1999, p. 21).

Dessas duas relações referidas, o *Concubinatus* era a única permitida legalmente. Conforme previa a *Lex Iulia et Papia*, lei sobre casamento e adultério, sancionada por

Augusto entre 18 a.C. e 9 d.C. , os membros da ordem senatorial e todos os homens nascidos livres poderiam se unir a prostitutas, alcoviteiras ou mulheres condenadas por adultério – sem a possibilidade de serem punidos. O *concupinatus* era, então, uma relação não marital entre um homem, casado ou não, e uma mulher solteira, geralmente de *status* social inferior. Desprovida da *affectio maritalis*, ou seja, da intenção de contrair matrimônio, a relação não gerava os vínculos e os direitos reconhecidos ao *iustum matrimonium* (casamento legítimo) (FRIER; MCGINN, 2004, p. 51).

Mesmo sem as prerrogativas legais da herança e sucessão, o *concupinatus* se manteve forte. Para Grimal (1991, p. 132), inclusive, seria a ausência de tais aspectos que daria a essa relação um caráter diferenciado e até mesmo mais verdadeiro. Segundo o autor, representava o “último estágio da evolução do casamento e como que sua última ‘humanização’: união de fato, resultante apenas da ternura, visava menos a autorizar a libertinagem que a substituir um casamento impossível”.

Contudo, com a consolidação do cristianismo e a crescente autoridade dos concílios, essa interpretação afetiva do concubinato foi questionada. O Concílio de Toledo, em 400 d.C. , por exemplo, discutiria a feição dúplice dessa relação, determinando que os maridos tivessem a concubina unicamente a título de esposa e excomungando todos os que, casados, continuassem tendo concubinas (LONDOÑO, 1999, p. 22).

Foram as ideias de Santo Agostinho, no século V, entretanto, que produziram um posicionamento decisivo da Igreja sobre o concubinato. Tratando da concupiscência nas relações, o bispo de Hipona asseverou que o casamento deveria funcionar exclusivamente como fonte de procriação, influenciando gerações de teólogos medievais que passariam a condenar o ato carnal sem fins reprodutivos (NADER, 2004, p. 84).

Nesse sentido, o bispo Cesario de Arles, no século VI, combateria em seus sermões o concubinato com as escravas; no século IX, o imperador Carlos Magno o consideraria um impedimento ao casamento; e, no século XIII, a própria Igreja Católica, por meio do seu *Corpus Juris Canonici*, condenaria todas as relações carnis fora do casamento, decretando a procriação e a educação dos filhos como finalidade primordial do matrimônio e transformando-o em um dos sete sacramentos cristãos (NADER, 2004, p. 86).

O concubinato, então, deixaria de ser uma situação legal e tornar-se-ia um estado “criminal” diante das leis divinas e humanas. Os comentários e escritos eclesiásticos foram, paulatinamente, definindo o concubinato como um “[...] espaço de fornicação contínua, intencionalmente prolongado entre duas pessoas, o que o diferenciaria da simples fornicação e o consideraria mais grave que esta” (LONDOÑO, 1999, p. 23).

Nesse contexto, em meados do século XVI, o Concílio de Trento passou a considerar o concubinato de estado “criminal” para “pecado grave”. Penas rígidas foram aplicadas àqueles que vivessem nesse tipo de relação: excomunhão, caso não houvesse arrependimento e emenda dos pares, e expulsão das concubinas das localidades. Silva

(1984, p. 41) entende que tais medidas funcionaram como o “pronto remédio” aos que permaneceram na ilicitude matrimonial.

Portanto, do afeto ao ato, do oficial ao ilícito, do crime ao pecado, a representação e a apropriação do concubinato foi construída e difundida atendendo a uma diversidade de interesses morais, políticos e religiosos. E no epicentro dessas questões, a Igreja foi certamente a mais severa e vigilante das instituições a zelar pelo seu poder, não deixando escapar toda e qualquer oportunidade de fixar admoestações, penas e multas a todos os que estivessem unidos “[...] com infâmia, escândalo e perseverança no pecado [...]” (*Constituições...*, V, XXII, 980).

Os traços do concubinato no Brasil Colônia

O entendimento doutrinal dos decretos do Concílio de Trento se irradiaram para todas as regiões do mundo sob a influência católica – inclusive possessões ultramarinas. No caso do Brasil, essa extensão de poder foi identificada nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, ordenadas por D. Sebastião Monteiro da Vide em 1707, que definiram o que a Igreja brasileira entenderia por concubinato: “[...] ilícita conversação do homem com mulher continuada por tempo considerável” (*Constituições...*, V, XXII, 979). As *Constituições* também delimitaram as características principais desse tipo de relacionamento: publicidade, coabitação e continuidade. Sendo essa última a mais importante, uma vez que distinguia o concubinato da fornicação ocasional e com parceiros diferentes (SILVA, 1984, p. 36).

Na sociedade do século XVI, o concubinato se tornaria prática comum, iniciada desde o momento que os portugueses deixavam suas esposas na Europa e assumiam relações ilícitas ao chegarem no Brasil. Pereira (2002, p. 3-4) explica que em um primeiro momento, o colono português manteve relações extraconjugais com as nativas do Novo Mundo, e posteriormente, com as escravas negras, que passaram a constituir aqui o maior contingente populacional feminino.

As uniões com índias e escravas tornaram-se tão frequentes que o padre Manoel da Nóbrega tratou da questão em uma de suas cartas, de 9 de agosto de 1549: “Nesta terra há um grande pecado, que é terem os homens quase todos suas negras por mancebas, e outras livres que pedem aos negros por mulheres, segundo o costume da terra, que é terem muitas mulheres” (MOREAU, 2003, p. 103). De fato, para Goldschmidt (1998, p. 130) “o concubinato foi o delito da carne mais presente na alçada episcopal, tanto em São Paulo, como na Bahia e em Minas Gerais [...]”.

Assim, generalizado na maior parte da Colônia, o concubinato, desde o século XVI, foi o espaço por excelência das relações sexuais e da procriação. Mas o que teria motivado tamanha expansão do concubinato em terras brasileiras? Quais condições,

pressupostos e fatores teriam concorrido para que tal prática fosse disseminada a ponto de homens casados coabitarem e sustentarem suas concubinas em suas residências na presença de suas próprias esposas?

Em sua obra *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*, Ronaldo Vainfas (2014, p. 111) sustenta que o concubinato resultava, em primeiro lugar, da situação colonial e da escravidão. O autor argumenta que a falta de mulheres “brancas e honradas” e a convicção que tinham os portugueses de seus privilégios sexuais, mesmo se casados, levá-los-iam cada vez mais para o mundo do concubinato.

[...] Mas quase nunca se casavam, ou nem sequer cogitavam fazê-lo, com essas mulheres degredadas pelo colonialismo e pelos valores ibéricos de pureza racial, mesmo que por elas se apaixonassem. Muitos solteiros viviam amancebados por anos a fio, preferindo a morte à vergonha de esposas mulheres infamadas pelo sangue, pela cor ou pela condição social.

Os homens afortunados que ousassem se casar com negras, índias ou mulatas, ficariam impedidos de concorrer aos cargos burocráticos da monarquia, como: ingressar nas Ordens Militares de Cristo, Aviz e Santiago; obter o posto de vereador nas câmaras municipais; associar-se a determinadas irmandades e instituições de caridade; integrar o clero; entre outros. Apesar desses impedimentos, muitos senhores conseguiam burlar as normas lusitanas, mantendo as relações proibidas e beneficiando-se, simultaneamente, de vários cargos (VAINFAS, 2014, p. 113-114).

253

Na história do Brasil Colônia, não faltaram casos de autoridades, juizes e até mesmo governadores envolvidos em concubinato com negras ou mulatas. Na devassa de 1753 em Minas Gerais, por exemplo,

[...] o padre Manoel Ribeiro Taborda [admoestou] o médico Manoel Pires Sardinha por ser concubinado com suas três escravas e, em seu testamento datado de 1755, o dito médico [nomeou] três mulatinhos, filhos dessas suas respectivas escravas, como seus herdeiros universais (*Livro de Testamento*, 1755, 120 *apud* PEREIRA, 2002, p. 4).

Entretanto, o amancebamento com escravas não foi costume somente entre os grandes senhores. Homens humildes também o faziam, como é o caso do “pintor Jacinto Ribeiro, que vivia ‘de suas portas adentro’ com a escrava Leonor, ou o ferrador João Teixeira de Carvalho, amancebado com duas mulatas em sua casa” (VAINFAS, 2014, p. 113).

Comuns em Salvador, Vila Rica e outras regiões, tais relações confundiam-se, muitas vezes, com as da prostituição, em que homens simples se utilizavam de suas escravas para adquirirem o sustento diário. A historiadora Laura de Mello e Souza (1983, p. 154), em sua obra *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, comenta, inclusive, acerca do rancheiro Manuel Lobo que vivia amancebado com sua

escrava Juliana, obrigando-a a se relacionar sexualmente com outros homens, de preferência, negros, a fim de que a mulher parisse mais crioulos.

Não obstante a escravidão ser fator central das relações de concubinato na Colônia, Silva (1984, p. 50-56), no livro *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*, defende que outro importante fator deve ser considerado ao fortalecimento dessa prática: as dificuldades financeiras e burocráticas impostas pela Igreja ao casamento legal. De acordo com a autora, o processo do casamento era lento, caro e complexo, o que exigia dos noivos enormes despesas e diversos documentos: certidões de batismo, para a comprovação da idade núbil; atestados de residência, essenciais à verificação do passado dos nubentes que residiram em outras paróquias; e certidões de óbito do primeiro cônjuge, indispensáveis contra as constantes bigamias da época. Assim,

[...] contrair matrimônio representava, para amplas camadas da população, sobretudo negros e pardos forros, mas também brancos pobres, uma despesa e um trabalho tal com papéis que a maioria preferia viver em concubinato estável, constituindo família e vivendo como marido e mulher. A tendência para o concubinato não pode, portanto, ser encarada apenas como uma questão de "libertinagem", mas também como a resultante de obstáculos econômicos à celebração do casamento (SILVA, 1984, p. 55).

254 Logo, diante de tantos obstáculos financeiros e burocráticos, homens e mulheres se amancebavam e viviam a vida conjugal dentro de suas possibilidades. Situação paradoxal, pois, a mesma Igreja que condenava essa relação como "pecado grave" era a mesma que, por conta de suas inúmeras exigências, acabava por incentivá-la.

Se podemos dizer, então, que o concubinato era incentivado pela própria Igreja, que meios e ações ela utilizava para vigiar e punir os que viviam esse tipo de relação? Como descobria quem estava amancebado e quais as penas impostas a tais indivíduos?

Segundo Samara (1993, p. 59), "o controle era exercido através das visitas [eclesiásticas] feitas às diversas paróquias [...]". De ano em ano, as capitâneas recebiam um Reverendo visitador, que chamava a população a depor e fazia perguntas das mais variadas possíveis. A chegada dessa figura, geralmente um bispo ou seu preposto, era marcada com a celebração de uma missa solene na matriz. O escrivão, cumprindo o cerimonial, lia o edital, anunciando a todos os presentes as razões da visita. A seguir, os moradores considerados de boa conduta, eram conclamados a denunciar os "pecados públicos e escandalosos" (JANUÁRIO; RESENDE; TURCHETTI, 2011, p. 341).

Nos interrogatórios da visita havia quarenta quesitos aos quais as testemunhas deveriam oferecer respostas. As perguntas abrangiam os campos mais diversos, cobrindo além da vida espiritual, aspectos da vivência material. Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa (1980, p. 3) reúnem os interrogatórios em seis grupos, de acordo com os delitos discriminados: 1) Crimes contra a Santa Sé ou contra a Doutrina da Igreja (blasfêmia,

feitçaria, simonia, entre outros); 2) Crimes cometidos por clérigos ou religiosos; 3) Crimes de caráter econômico; 4) Crimes contra a instituição da família (incesto, bigamia, concubinato, sodomia, entre outros); 5) Crime contra os costumes; 6) Crimes relativos à própria devassa.

O acusado de concubinato ou de qualquer um desses delitos deveria comparecer diante do visitador, admitir a transgressão da doutrina, assinar o termo de culpa e pagar uma multa. O texto das *Constituições*, nesse sentido, é bastante claro quanto às penalidades cabíveis a um caso de amancebamento:

E ainda que devem preceder as três admoestações do Sagrado Concílio Tridentino, para effeito dos leigos amancebados poderem ser censurados, e castigados com as penas de prisão, e degredo, e outras, isso não impede, para que logo pela primeira, segunda, e terceira vez possam ser multados em penas pecuniárias as quaes os fação temer, e emendar, e tirar do pecado [...]" (*Constituições...*, V, XXII, 979).

Após a primeira admoestação, se os concubinários fossem solteiros pagariam oitocentos réis cada um e "[...] sendo ambos, ou algum delles casado [pagaria] cada um mil réis" (*Constituições...*, V, XXII, 980). Depois da segunda admoestação a pena duplicava, e na terceira vez, "[...] sendo ambos solteiros, [pagaria] cada um delles seis cruzados; e se [fossem] casados, ou algum delles, cada um [pagaria] três mil réis" (*Constituições...*, V, XXII, 981).

Se ainda assim o casal persistisse no pecado, proceder-se-ia contra eles "[...] com maior pena pecuniaria, e com as de prisão, degredo, ou excommunhão, segundo o que parecer mais conveniente, e accommodado para se conseguir a emenda que se pretende [...]" (*Constituições...*, V, XXII, 982).

Silva (1984, p. 41) nos informa que apesar de todas essas punições, a mais frequente aplicada pelos párocos aos que viviam em concubinato era a simples exclusão da comunhão. A autora esclarece que

mesmo que a Igreja tivesse vontade de punir aquele comércio sexual ilícito prolongado [...] os párocos só conseguiam efetivamente punir [...] com penas leves, [e] jamais com as penas pecuniárias estabelecidas pelas *Constituições*, aqueles que ousavam assumir seu pecado.

De qualquer forma, com punições leves ou rígidas, o concubinato proporcionava a ocasião perfeita para que a Igreja evidenciasse, por meio da justiça eclesiástica, sua posição de instituição normatizadora. Desejando tornar-se mais eficiente em seu controle, a Igreja atacou os desvios morais mais visíveis, corriqueiros e conhecidos de muitos (LONDOÑO, 1999, p. 17).

Assim, a partir da vigilância da Igreja e denúncia dos moradores de cada capitania, companheiras de muitos anos transformaram-se em meretrizes e senhores

que amavam suas escravas viraram criminosos. A igreja, então, criou um quadro de devassidão, escândalo e censura onde havia apenas formas triviais de sobrevivência (LONDOÑO, 1999, p. 18).

Considerações finais

O concubinato foi, portanto, uma prática intensamente censurada pela Igreja Católica durante o período colonial. O controle dessa instituição, entretanto, não se estabeleceu da noite para o dia, mas adveio de representações construídas ao longo de séculos.

Controle imerso em lutas entre representações – produtoras e produto de práticas culturais, de ordenações simbólicas, que permitiram apropriações e significações sobre a realidade. Trabalho de classificação e delimitação que produziu configurações múltiplas, por meio das quais a realidade foi contraditoriamente construída (CHARTIER, 1990, p. 17; 2009, p. 7).

Nesse sentido, pensamos o concubinato articulado às práticas de construção, difusão e internalização de valores, pois entendemos que a maneira pela qual a Igreja investiu de sentido a moralidade de sua época foi determinada pelos seus interesses em descrever o mundo afetivo como pensava que ele deveria ser, e não como era de fato.

E de fato, o mundo dos concubinários não se submeteu totalmente às representações eclesiais. Apesar de todas as precauções para afastar homens e mulheres da ilicitude matrimonial, não foi possível assegurar que os indivíduos não se apropriassem de seus próprios desejos ou possibilidades. Até porque o concubinato era uma prática muito anterior à regulação religiosa, que tem seus primórdios, como vimos, na Roma imperial.

É importante compreender, então, que a mancebia era uma das muitas práticas culturais que fazia parte da sexualidade colonial, e não, necessariamente, um desvio sobre o qual pesava uma mácula – a mácula surgiria com a Igreja, e embora tal prática fosse vista pela esfera eclesial como torpe e imoral, não simbolizava para uma significativa parte da população motivo de medo ou repulsa.

A Igreja estava ciente dessa situação e sabia que não poderia utilizar penas tão severas quanto gostaria. Dessa forma, identificamos no Brasil Colônia um jogo de papéis e pessoas, no qual, mais importante que a penalização das relações de concubinato era mostrar-se como instituição penalizadora, isto é, um jogo a fim de influenciar a percepção alheia, visando uma normatização de comportamentos.

Acreditamos, finalmente, que para além dos jogos e normas, o concubinato representou no período colonial – como talvez ainda hoje represente –, um espaço

do lidar ou superar tensões sexuais, étnicas e econômicas, uma opção mais afinada às múltiplas realidades dos sujeitos, que por um motivo ou outro, estabeleceram os vínculos possíveis à sobrevivência.

Referências

- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Bertrand Brasil, 1990.
- _____. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- FRIER; B. W.; MCGINN, T. A. J. **A casebook on Roman family law**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Rea. **Convivendo com o pecado na sociedade colonial paulista**. São Paulo: Annablume, 1998.
- GRIMAL, Pierre. **O amor em Roma**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- JANUÁRIO, Mayara Amanda; RESENDE, Maria Leônia Chaves de; TURCHETTI, Natália Gomes. "De jure sacro": a inquisição nas vilas d'El Rei. **Varia História**, v. 27, n. 45, p. 339-359, 2011
- LONDOÑO, Fernando Torres. **A outra família**: concubinato, igreja e escândalo na Colônia. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. Devassa nas Minas Gerais: do crime à punição. **Boletim do CEPEHIB**, n. 3, São Paulo, p. 2-7, 1980.
- MONTEIRO DA VIDE, Sebastião. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Lisboa: Typographia 2 de dezembro, 1853.
- MOREAU, Filipe Eduardo. **Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta**. São Paulo: Annablume, 2003.
- NADER, Maria Beatriz. Casamento: um estigma do destino feminino. In: LARANJA, Anselmo Laghi et al. (Org.). **Exclusão social, violência e identidade**. Vitória: Flor & Cultura, 2004, p. 78-95.
- PEREIRA, Maria Angélica. Concubinato: traço cultural do Brasil Colonial. **Caos**, João Pessoa, n. 4, p. 1-8, 2002.
- SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

OS CONTOS DE FADAS NO CINEMA: UMA PERSPECTIVA DAS CONSTRUÇÕES DE GÊNERO, SUA HISTÓRIA E TRANSFORMAÇÕES*

Renata Santos Maia^{*1}

Cláudia J. Maia^{*2}

Resumo: Este artigo tem como tema as rupturas e permanências nas construções de gênero, sob a perspectiva do cinema de animação baseado nos contos de fadas. Para isso, traça uma trajetória histórica das animações cinematográficas no ocidente procurando evidenciar as modificações que se deram entre as práticas do patriarcado e o comportamento feminino e masculino no âmbito da história social e das relações de gênero na passagem do século XX para o XXI. Para o desenvolvimento do presente estudo foi utilizada como metodologia a revisão bibliográfica e a análise fílmica.

Palavras-chave: Gênero; Contos de fadas; Cinema de animação.

Abstract: This article focuses on the breaks and continuities in gender constructions under the animated film's perspective based on fairy tales, and it traces a historical trajectory of the animated film in the West seeking to highlight the changes that occurred between practices of patriarchy and male and female behavior in the social history and gender relations in the passage from the twentieth to the twenty-first. For the development of this study was used as methodology the literature review and the film analysis.

Keywords: Gender; Fairy tales; Animated film.

258

* Artigo submetido à avaliação em 12 de setembro de 2015 e aprovado para publicação em 23 de outubro de 2015.

^{*1} Doutoranda em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros. Graduada em História pela mesma instituição. E-mail: renatasantosmaia@yahoo.com.br.

^{*2} Doutora em História pela Universidade de Brasília. Atualmente é professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros e líder do Grupo de Pesquisa Gênero e Violência – CNPq. E-mail: cjmaia@gmail.com.

Os contos de fadas, uma variação das fábulas,¹ foram, durante muito tempo, em diversos lugares do mundo, um dos canais de transmissão de valores e ensinamentos para a vida, e possuem, até hoje, um caráter pedagógico que, além de revelar traços do humano, também comunica exemplos de conduta que facilitam o convívio social. Essas histórias foram se reinventando e em cada época buscaram retratar, à sua maneira, as relações sociais e de gênero e os modos de ver e viver próprios ao momento de cada sociedade para além do caráter moral que algumas das fábulas trazem ao final. E também enveredaram, nesse percurso, da literatura para o campo do cinema de animação.

Quando pensamos nesse gênero cinematográfico, as primeiras imagens que nos vêm à mente são as produzidas pelos estúdios *Walt Disney*. Isso porque a difusão e o consumo de filmes estadunidenses, sejam eles de animação ou não, têm uma proporção muito grande no Brasil. O próprio circuito comercial de exibição abre pouco espaço para a divulgação de produções nacionais e também para as provenientes de outras partes do mundo. Sendo assim, o cinema de animação que não obedece aos padrões hollywoodianos fica normalmente confinado aos guetos ou ao sistema alternativo de exibição de filmes - como os cineclubes ou festivais de cinema que procuram oferecer e divulgar produções que não estejam inseridas tão profundamente nessa lógica capitalista.

No Brasil, temos alguns festivais que se dedicam a esse gênero cinematográfico como o *Animamundi* – Festival Internacional de Animação do Brasil –, e o *Animage* – Festival Internacional de Cinema de Animação de Pernambuco. Além de ser um espaço para a exibição e divulgação de curtas e longas de animação de todo o mundo, esses festivais ainda possibilitam uma grande interação com o público através de oficinas e palestras.

O objetivo deste artigo não é apresentar uma evolução técnica² do cinema de animação, mas sim, apontar como a abordagem das representações sociais e, principalmente, das construções de gênero foi sofrendo modificações ao longo da sua trajetória histórica dentro das obras cinematográficas de animação que marcaram o século XX e o início do século XXI. São levadas em conta somente as produções que carregam em suas abordagens um diálogo com os contos de fadas disseminados pela cultura oral e registrados na literatura.

¹ “A fábula é um gênero literário que tem sua origem no Oriente, mas foi particularmente desenvolvido por um escravo chamado Esopo, que viveu no século VI. a.C., na Grécia antiga. Esopo inventava histórias em que os animais eram os personagens. Por meio dos diálogos entre os bichos e das situações que os envolviam, ele procurava transmitir sabedoria de caráter moral ao homem”. Disponível em: <<http://eremptm.files.wordpress.com/2010/08/fabulas-iii.pdf>>.

² Cabe assinalar que o marco fundador desse segmento cinematográfico é o ano de 1882, na França, por Émile Reynaud, que conseguiu com seu praxinoscópio (sistema de animação de doze imagens que permitia rodar filmes de 500 a 600 imagens) exibir, ainda em preto e branco e sem som, uma sequência de imagens animadas.

As fábulas encantadas que deram origem aos roteiros de cinema tiveram sua procedência na narrativa oral e não eram exatamente encantadoras. Robert Darnton (1986), ao estudar as maneiras de pensar na França do século XVIII a partir dos contos populares, nos dá uma noção de como se estruturavam essas histórias e de como elas estavam intrinsecamente associadas ao cotidiano das pessoas que as relatavam, e relacionadas também com o imaginário que circulava no período e com aquilo que tocava essas pessoas no íntimo.

Partindo do enredo de fábulas como *Cinderela* e *Pequeno Polegar*, o autor remonta à França setecentista para demonstrar como a pobreza e a fome assolavam os camponeses de forma brutal, colocando-os à beira da morte ou da indigência. A partir daí compreendemos porque mais uma boca para alimentar não era bem recebida no núcleo de uma outra família, ou como o abandono dos filhos, diante da impossibilidade de alimentá-los, era algo corriqueiro (contextos da história de *Cinderela* e *Pequeno Polegar*, respectivamente).

O cenário onde as histórias se desenrolam costuma ser hostil como a própria vida dos camponeses e apresenta ideais de felicidade que, quase sempre, incluíam um bom prato de comida. Por isso, Darnton ressalta que “por trás das fantasias e do divertimento escapista dos contos populares, existe um substrato de realismo social” que retrata um cotidiano cruel com ameaças e perigos por toda parte (1986, p. 59). Essas histórias não eram direcionadas às crianças, especificamente, pois a noção de infância³ ainda estava em processo de construção, mas contadas em momentos de sociabilidade entre os camponeses, em que também as crianças estavam presentes.

Perseguindo os resquícios dessas fábulas, Darnton traça um panorama do universo camponês e, como um detetive, vai ao encalço das pistas deixadas pela tradição oral para revelar histórias que vão do estupro e da sodomia ao incesto e ao canibalismo, como é o caso da história primitiva da *Bela Adormecida* que foi estuprada durante o sono por um príncipe já casado, e de *Chapeuzinho Vermelho*, que bebe o sangue e come a carne de sua avó como se fosse um lanche. Mas alerta, também, que os contos perderam muito deste áspero realismo, recebendo toques de refinamento quando reunidos por Charles Perrault, Marie Catherine D’Aulnay e, mais ainda, com os Irmãos Grimm.

³ De acordo com Philippe Ariès (1981), a partir do final do século XVII, o surgimento das escolas como espaço de aprendizado para o mundo, e o cultivo de laços afetivos mais estreitos dentro da família nuclear, que passou a se organizar em torno da criança, tornou possível a emergência da concepção de infância tal qual conhecemos hoje e fez a criança sair do antigo anonimato.

Das fábulas literárias para as telas da Disney: o predomínio da visão tradicional de mulher

Foi a partir das coletâneas dos Irmãos Grimm, principalmente, e também de Perrault que a *Disney* levou para o cinema algumas das histórias dos contos infantis. A primeira foi *A Branca de Neve e os Sete Anões*, em 1938. O filme, assim como o conto, apresenta a história de uma jovem órfã que causa inveja e rivalidade na madrasta ao ser considerada a mais bela do reino, e por isso é condenada à morte, detalhe que reforça no senso comum a ideia de que as mulheres são rivais em potencial, principalmente quando o assunto é a beleza. O seu algoz, um caçador, se apieda da menina e a deixa livre para seguir sua vida longe dali. Branca de Neve encontra os sete anões e passa a viver com eles, cuidando dos afazeres domésticos. A madrasta má, no entanto, ao descobrir que a garota ainda estava viva, se disfarça e oferece a ela uma maçã envenenada que a faz cair em sono profundo.

Essa cena evoca a passagem bíblica em que a serpente oferece a Eva uma maçã que representará a sua desgraça. Tanto no filme como na Bíblia, temos duas figuras femininas e o fruto que conduzirá uma delas ao encontro da figura masculina. Em *Branca de Neve* é só nesse momento em que entra em cena o príncipe, cuja única função na história é dar na donzela o beijo que a desperta novamente para a vida e em seguida eles se casam para viverem felizes para sempre.

Essa história deixa subentendido que apenas a união conjugal e legítima pode realmente proteger a mulher de possíveis perigos, visto que mesmo morando com sete anões (homens), foi apenas depois de se casar com o príncipe que Branca de Neve finalmente se vê resguardada das artimanhas de sua madrasta malvada. Essa constatação remete aos argumentos de Carole Pateman (1993) sobre o contrato sexual (como a autora denomina o casamento), para ela anterior ao contrato social, e que carrega as marcas do patriarcado, já que assegura os direitos dos homens sobre as mulheres em troca dessa suposta proteção, e que converte a diferença sexual em diferença política. Para a autora, elas foram impelidas a fazer parte dessa situação porque "os costumes sociais destituíram as mulheres da oportunidade de ganharem o seu próprio sustento, de modo que o casamento era a única chance para elas terem uma vida decente" (PATEMAN, 1993, p. 236).

A partir do sucesso alcançado com a primeira adaptação dos contos de fadas para o cinema, vieram outras: *Cinderela* (1950), *A Bela Adormecida* (1959), *A Pequena Sereia* (1989), e *A Bela e a Fera* (1991). As duas primeiras produções, assim como *Branca de Neve*, apresentam figuras femininas pouco participativas nas tramas, embora as histórias carreguem nos títulos os seus nomes. Elas são claramente escolhidas por

seus futuros maridos que se apaixonam, antes de tudo, pelos atributos considerados imprescindíveis em uma mulher desses períodos, e que as princesas apresentam, sejam de beleza ou de dotes como saber cuidar da casa e saber cozinhar.

Ariel e Bela já são protagonistas mais consistentes nas suas histórias, ainda que idealizem o amor romântico e o casamento. No caso da sereia Ariel, ela é fascinada pelo mundo dos humanos e acaba se envolvendo com um príncipe. A partir daí, ela não mede esforços para realizar o sonho de viver com ele um romance que terá como desfecho o casamento. Bela, por sua vez, é uma garota culta e cheia de sonhos que se vê obrigada a viver confinada em um castelo por Fera para poupar a vida do pai. Mas depois se apaixona e busca a realização do seu amor.

Essas princesas expressam um ideal de feminilidade que predominou entre as mulheres de classe média dos anos dourados, mas possui raízes ainda nos tempos atuais. Os casamentos não costumavam mais ser arrançados nesse período, mas as moças deveriam ser virtuosas para conseguirem um bom partido, além de serem resignadas e ciosas de que a “felicidade conjugal depende fundamentalmente dos esforços femininos para manter a família unida e o marido satisfeito” (PINSKY, 2004, p. 608).

Repletas de doçura e meiguice, as singularidades das princesas vão se apagando à medida em que se aproxima a necessidade de cumprir o destino social de todas elas: o casamento. Mesmo que isso signifique abandonar a família, os amigos e o lugar onde viviam, como é o caso de Ariel e Bela; ou estar entregues à eventualidade de que apareça um príncipe ou uma fada-madrinha capazes de livrá-las de sua condição, descortinando outras possibilidades de vida, como acontece com Branca de Neve, Aurora e Cinderela. Dessa forma, quando não são figuras inertes à espera de um salvador ou uma interferência sobrenatural, são personagens que sacrificam outras áreas da sua vida social em nome da realização amorosa.

Para Liliane Machado, a associação mulheres/casamento/felicidade e seu destino inexorável como senhoras do lar são alimentados por um interdiscurso presente nos filmes de animação (desde a década de 1930, com Branca de Neve), na literatura, na publicidade e tantas outras mídias que apontam o matrimônio como o único caminho seguro para a realização feminina.

Outra característica marcante no perfil dessas princesas é que são todas boas “moças de família”, como o modelo desejado para as mulheres nos anos 1950, na definição de Carla Bassanezi Pinsky: detentoras de “gestos contidos, respeitavam os pais, preparavam-se adequadamente para o casamento, conservavam sua inocência sexual e não se deixavam levar por intimidades físicas com rapazes” (2004, p. 610). Como não lembrar da Bela, Pocahontas e Mulan e seu amor incondicional pela figura do pai, e toda a expectativa que elas manifestam em relação à concretização da união com seus príncipes?

Além disso, como assinala Margareth Rago,

ser mulher, até aproximadamente o final dos anos 1960, significava identificar-se com a maternidade e a esfera privada do lar, sonhar com um “bom partido” para um casamento indissolúvel e afeiçoar-se a atividades leves e delicadas, que exigissem pouco esforço físico e mental (RAGO, 2004, p. 31).

Da mesma forma, uma legítima princesa deveria ter sua existência voltada para a espera do seu príncipe e de um casamento que durasse para sempre.

A partir da repercussão dos ideais e das reivindicações defendidas ainda na segunda onda do Movimento Feminista – desde a década de 1970 –, que foi marcada pela necessidade de externar as diferenças identitárias, desconstruindo a ideia universal de mulher como categoria uniforme, e de uma demanda do próprio público composto por meninas/mulheres que queriam se ver representadas nessas histórias, houve a inserção de heroínas com traços físicos que remetiam a outras etnias nas animações produzidas pela *Disney*.

É assim que surgem novos filmes tendo como protagonistas uma árabe, Jasmine, princesa do filme *Aladdin* (1992); uma índia – *Pocahontas* – filme de 1995; uma asiática – *Mulan* – filme de 1998; e uma negra chamada Tiana do filme *A Princesa e o Sapo* – de 2009. Em relação a este último filme é interessante destacar que Tiana é uma mulher que busca, antes de tudo, pelo menos em boa parte da história, a independência financeira com a abertura do seu próprio negócio, um restaurante, em um período, anos 1920, em que as mulheres, sobretudo negras, sofriam com a discriminação e a falta de oportunidades.

A despeito da diversidade em alguns traços do rosto e a cor da pele, elas conservam o mesmo biotipo: magro e cheio de curvas, pois beleza costuma ser um aspecto de grande importância na caracterização das princesas. Além disso, possuem praticamente a mesma estatura, cabelos fartos e bem penteados como pode ser percebido na figura 1:

263

Figura 1 - Princesas *Disney*



Da esquerda para a direita: Jasmine, Branca de Neve, Mulan, Aurora, Cinderela, Pocahontas, Tiana, Bela, Ariel e Rapunzel. **Fonte:** <<http://www.pipocablog.com/post/3172/conheca-com-todas-as-princesas-da-disney>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

Outros estúdios entram em cena: representações de gênero mais plurais

Apesar de ser a *Disney*, no ocidente, o estúdio que mais produziu animações e que maior destaque ganhou nesse campo, outros estúdios dos Estados Unidos e também de outras partes do mundo lançaram filmes em que as construções e representações de gênero são abordadas. Em 1997, a *20th Century Fox* lançou *Anastasia*, filme que conta a história de uma princesa russa no contexto da Revolução Bolchevique retratada como um acontecimento negativo, enquanto a família de Nicolau II aparece como vítima. Anastasia e a avó são as únicas sobreviventes da dinastia Romanov. No filme a princesa escolhe viver seu amor por Dimitri, um rapaz humilde, e abre mão do seu lugar no trono e da herança, o que remete mais uma vez à ideia do sacrifício em nome do amor romântico. Merecem destaque, ainda, o período e o contexto em que este filme foi lançado: seis anos após o fim da União Soviética. Sendo assim, uma personagem russa representou naquele momento a possibilidade de conquistar um mercado antes fechado para o capitalismo, e explica o fato de a revolução socialista ter sido trabalhada como algo bárbaro e ruim.

Em 2005, a *Europa Filmes*, uma produtora independente, lançou *Deu a louca na Chapeuzinho*. Nesse filme, a história da menina de capuz vermelho ganha os contornos de um caso policial sobre o roubo das receitas de guloseimas em toda a floresta. Mas, ao contrário da versão tradicional, onde o Lobo é o grande devorador de meninas e vovozinhas indefesas, neste filme ele atua como um repórter investigativo. Chapeuzinho, por sua vez, é uma campeã nacional de Karatê que não hesita em utilizar golpes para se defender. E a vovó, longe de ser uma senhora frágil, é na verdade uma amante dos esportes radicais, que não gosta de tricotar ou jogar bingo, e sim, de viver ao extremo as sensações que novas experiências podem lhe proporcionar, participando clandestinamente de várias competições e vencendo muitas delas. Descobrimos, também, que o verdadeiro vilão da história é um simpático e, aparentemente, inofensivo coelhinho, estratégia que desconstrói a associação entre maldade e feiúra.

Neste filme, vários paradigmas envolvendo conceitos de feminilidade, masculinidade e velhice são quebrados dando lugar a outras representações que estão sintonizadas com os comportamentos adotados na contemporaneidade por mulheres, homens e idosos. A vovó de Chapeuzinho é uma senhora que contraria a antiga concepção de velhice, "antes entendida como decadência física e invalidez, momento de descanso e quietude no qual imperavam a solidão e o isolamento afetivo", e se insere em um novo modelo que "passa a significar o momento do lazer, propício à realização pessoal que ficou incompleta na juventude, à criação de novos hábitos, *hobbies* e habilidades e ao cultivo de laços afetivos e amorosos alternativos à família" (SILVA, 2008, p. 161).

A *Europa Filmes* lançou também, em 2007, *Deu a louca na Cinderela*, filme que satiriza o equilíbrio entre bem e mal nos contos de fadas. Ella (apelido de Cinderela), protagonista da história, foge do modelo convencional de princesa desde a aparência, possui cabelo curto (corte tipo “joãozinho”), até a conduta diante das adversidades, pois vai à luta para escrever seu final feliz ao invés de ficar esperando que uma intervenção externa ou sobrenatural mude sua condição e seu destino. O príncipe dessa história é um sujeito bobalhão, atrapalhado e narcisista, embora tenha bom coração. Ele passa todo o filme consultando um manual dos contos de fadas para saber o que deve fazer durante o desenrolar da trama. Vemos aqui a ironia em relação à figura do príncipe e herói.

Deu a louca na Branca de Neve (2009) é mais uma adaptação do conhecido conto feita pelo estúdio *Focus Filmes*, que continuou a onda de “enlouquecer”⁴ as princesas das histórias infantis e criou uma Branca de Neve adolescente egoísta e esnobe que precisa resgatar os valores ensinados por sua falecida mãe. Ela, a princípio, só quer saber de festas e dos cuidados com a própria aparência. Só depois de ser desprezada pelas amigas e por toda a população do reino é que começa a rever seu comportamento.

O surgimento da *DreamWorks Animation*,⁵ um novo estúdio com propostas mais ousadas em relação aos contos de fadas, causou um estrondoso sucesso ao lançar em 2001 o filme *Shrek* que subverteu, em parte, os roteiros tradicionais dos contos infantis. Esse filme traz um casal de protagonistas que rompe com os ideais de beleza e comportamento esperados de príncipe e princesa e lança novas identidades de gênero. Além disso, as clássicas princesas, que aparecem com maior participação no terceiro filme, são resignificadas e abandonam sua doçura e bondade habituais para ganhar contornos cômicos.

Os filmes fazem um interdiscurso e também um contradiscurso com essas personagens e suas histórias, já que ao mesmo tempo em que estabelecem um diálogo com a sua origem, os contos clássicos e as animações da *Disney*, também ridicularizam a forma de pensar e o comportamento delas. Branca de Neve, Bela Adormecida (Aurora), Cinderela e Rapunzel apresentam comportamentos infantis e egoístas, como na cena em que estão fugindo pelas tubulações de esgoto depois do golpe de estado aplicado pelo Príncipe Encantado, e começam a discutir por causa da aparência para estabelecer quem é a mais bonita do reino:

⁴ Os títulos dos filmes *Deu a louca na Cinderela*, *Deu a Louca na Branca de Neve* e *Deu a louca na Chapeuzinho* são adaptações para as versões brasileiras. Os títulos originais são *Happily Never After* (em uma tradução próxima ao português seria: “nunca felizes para sempre”), *Happily Never After 2 – Snow White another bite on the apple* (“Nunca felizes para sempre 2 – Branca de Neve, outra mordida na maçã”) e *Hoodwinked* (que em português significa “enganar”), respectivamente.

⁵ A *DreamWorks Animation* foi fundada em 1994 por Steven Spielberg, Jeffrey Katzenberg e David Geffen e tem se destacado na produção de obras destinadas ao público infantil.

Cinderela: Ai, que lugar nojento! Eu 'tô' me sentindo um trapo.
Branca de Neve: Olha, desculpa, mas isso não 'tá' legal pra mim.
Bela Adormecida (sendo carregada nos ombros de Dóris): Só sabe pensar em você, não é, Branca? Sua atitude não ajuda nem um pouco.
Branca de Neve: Minha atitude? Está com inveja porque fui eleita a mais bela do reino.
Rapunzel: Ah, sim, aquele concurso fajuto, não é?
Branca de Neve: Ah, dá um tempo, Rapunzel. 'Rapunzel, Rapunzel, por que não joga seu aplique de tranças para mim'.
Rainha Lílian: Meninas, deixem de lado as picuinhas e vamos trabalhar juntas(SHREK, PDI/DreamWorks, 2007).

A cena evoca, mais uma vez, a rivalidade feminina quando o assunto é a beleza e os desentendimentos em virtude da inveja. E, depois que são presas, ao invés de deixarem as diferenças de lado para resolverem a situação, continuam se alfinetando. Não se importam com o fato de o reino estar em poder de pessoas mal-intencionadas, revelando que prefeririam ter se aliado aos adversários para não perder o conforto de que gozavam como afirma Branca de Neve: "se tivéssemos ficado onde eu sugeri estaríamos tomando chá em xícaras com formato de coração e comendo um delicioso bolo com geleia de framboesa. Eu não dou a mínima para quem está governando o reino" (SHREK, PDI/DreamWorks, 2007).

266 Ao perceber o comportamento das amigas, Fiona lhes interpela para que busquem juntas uma saída, ao que Branca de Neve responde que nada poderiam fazer além de esperar pelo resgate porque são: "apenas três princesas super gostosonas, dois monstregos de circo (se referindo ao gato e ao Burro, que também estavam presos), uma ogra grávida e uma velha (Rainha Lílian)" (SHREK, PDI/DreamWorks, 2007). Ou seja, não havia ali uma figura masculina para defendê-las ou tomar as rédeas da situação. Além disso, ao empregar os termos "velha" e "monstregos de circo", a princesa traz à lembrança mais estereótipos do imaginário social.

Podemos inferir que o argumento proferido por Branca de Neve e o comportamento adotado por ela e as demais princesas cumprem o papel de produzir um contradiscurso e ironizar as princesas *Disney*, pois reproduzem um discurso patriarcal que diz às mulheres que elas são frágeis e incapazes de agir por conta própria, precisando da proteção de um homem, sendo este o pensamento ainda predominante no período em que os filmes, onde aparecem essas personagens originalmente, foram produzidos. Tal arranjo acaba por estabelecer qual é o lugar das mulheres e o seu papel na sociedade: o lar e a submissão, esperando que parta dos homens a solução dos seus problemas.

Por isso é que Foucault (1987, p. 113-114) salienta que não existe enunciado livre de raízes, neutro ou independente; "mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio de outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde

tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja”. A fala de Branca de Neve remete a um enunciado maior de assujeitamento das mulheres sob a égide do patriarcado. Felizmente, o filme mostra também que é possível existir cooperação entre as mulheres e não somente rivalidade, e elas acabam por superar as diferenças e formam um grupo de reação que, corajosamente, enfrenta soldados e seres monstruosos, adotando uma postura aguerrida como demonstrado na figura a seguir:

Figura 2 - Princesas em ação



Fonte: <<http://sinopse365.blogspot.com.br>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

Em *Shrek Terceiro* é feita uma referência ao movimento feminista, quando as princesas se unem para lutar contra o Príncipe Encantado. Nessa cena, a rainha derruba as paredes da prisão usando golpes com a cabeça, Cinderela afia seus sapatinhos de cristal (para utilizá-los como arma), e as demais princesas rasgam as mangas e barras dos vestidos, queimam um sutiã, como forma de protesto, e vão à luta para derrubar o usurpador do poder no Reino Tão Tão Distante. Cenas como esta demonstram que o filme traz, em seus meandros, possibilidades de se pensar novos horizontes para os estudos feministas e as teorias de gênero.

Embora a série de filmes *Shrek* tenha agregado uma abordagem irreverente aos contos de fadas, desconstruindo vários dos seus estereótipos, algumas permanências da visão tradicional se fazem presentes como a preocupação com o casamento, que aparece como local seguro e de resolução dos problemas ou anomalias, visto que Fiona, a princípio, quer se casar para quebrar a maldição que a transforma em ogra todas as noites. Esse destino social é tão forte e impregnado no imaginário coletivo como ideal de felicidade que continua presente na maioria das animações cinematográficas e

adaptações dos contos de fadas destinados às crianças, mesmo nos que se pretendem uma paródia deles, como é o caso de *Shrek*. Tanto que Fiona cumpre seu desígnio social e biológico: casa-se e tem três filhos e, com isso, realiza também o ideal romântico.

Por ter sofrido vários desdobramentos, a história de Shrek e Fiona mostra o que acontece depois do casamento e do “felizes para sempre”, problematizando as dificuldades do relacionamento e também a chegada dos filhos. O filme mostra que ter filhos exige um esforço que nem sempre é acompanhado do prazer, trazendo à tona a face nada glamourizada desse processo. Por outro lado, essa construção evidencia também a ideia de que só se constitui a família com o nascimento dos filhos. Mas, mesmo nessa permanência, nota-se uma ruptura, pois, ao enfatizar o cotidiano do casal, percebemos que no celebrado “felizes para sempre”, que comumente encerra a maioria dos filmes desse gênero cinematográfico, não dá para ser feliz o tempo todo.

No filme são abordadas ainda questões como alteridade, a intolerância ao diferente, necessidade de se enquadrar em padrões de beleza e comportamento fixados pela sociedade e os relacionamentos humanos. Também são apresentadas, nessa nova configuração das histórias infantis, diferentes identidades de gênero e formas plurais de vivenciar a sexualidade, como é o caso das personagens transgêneras Dóris e Mabel, originalmente as irmãs feias da Cinderela. Tudo isso pode ser entendido como reflexo das modificações vividas na contemporaneidade, e que ganham uma visibilidade maior a partir do impacto da mídia e dos novos mecanismos tecnológicos. Como reflete Guacira Lopes Louro (2008, p. 23).

As possibilidades de viver os gêneros e as sexualidades ampliaram-se. As certezas acabaram. Tudo isso pode ser fascinante, rico e também desestabilizador. Mas não há como escapar a esse desafio. O único modo de lidar com a contemporaneidade é, precisamente, não se recusar a vivê-la.

Ainda dentro dessa análise a mesma autora salienta que as transformações são inerentes à história e à cultura, mas atualmente elas têm se mostrado mais nítidas e dinâmicas, fazendo surgir novos comportamentos, estilos de vida, saberes e formas de relacionamento, que levaram à percepção de uma diversidade cultural que não era tão evidente (LOURO, 2008, p. 19).

O protagonismo feminino: a maternidade e o par romântico saem de foco

De tempos em tempos, ocorrem mudanças de caráter social, econômico e político que alteram as imagens e construções sobre o comportamento feminino e masculino instituídos como modelo por uma determinada sociedade e, por isso, a necessidade

de se adaptar. Essa situação é bastante perceptível nos contos de fadas que, desde tempos remotos, são transmitidos de uma geração a outra de forma a estabelecer os valores e as necessidades que norteiam o seu viver em sociedade. Robert Darnton (1986, p. 26), ao analisar os contos populares do século XVIII, é bastante esclarecedor nesse sentido:

na verdade, os contos populares são documentos históricos. Surgiram ao longo de muitos séculos e sofreram diferentes transformações, em diferentes tradições culturais. Longe de expressarem as imutáveis operações do ser interno do homem, sugerem que as próprias mentalidades mudaram.

Dessa forma, pode-se considerar que a emergência de uma diferente abordagem desses contos é também reflexo das mudanças que vêm ocorrendo desde o final do século XX, trazendo consigo o debate acerca das noções de gênero e da sexualidade, entre outras inquietações. No século XVIII, uma das grandes preocupações do ser humano era a sobrevivência, por isso a atenção estava voltada para as necessidades e funções básicas do organismo humano como a alimentação, o sexo, a excreção, como demonstra Darnton em sua análise. No entanto, conforme o indivíduo vai suprindo essas necessidades, outras mais complexas vão surgindo, como a de discutir e entender as diversas formas de se relacionar e ressignificar suas práticas cotidianas.

Diante dessa nova onda dos filmes de animação que passaram a incorporar elementos atuais e muita ironia em relação aos contos clássicos, a *Disney* procurou se adaptar. Em 2010, foi a vez de *Enrolados*. Novamente inspirada em um conto dos Irmãos Grimm, a animação conta a história de Rapunzel, uma princesa que vive aprisionada em uma torre, só que desta vez ela é uma jovem prestes a completar dezoito anos e não se mostra nada frágil. O príncipe é um sujeito que vive de dar pequenos e grandes golpes, como roubar joias e alimentos, e ao invés de livrar a princesa do perigo, é muitas vezes salvo por ela.

A nova versão de Rapunzel usa a farta cabeleira não apenas como adorno estético ou para que o príncipe suba até a torre a fim de resgatá-la; as madeixas parecem ter vida própria e são utilizadas em várias situações como uma espécie de membro extra do corpo da moça, além de ter o poder de cura e de rejuvenescimento, motivo pelo qual Rapunzel foi sequestrada ainda criança por uma vaidosa mulher. Apesar de proporcionar um protagonismo maior à princesa, essa é mais uma história cujo enredo envolve os quesitos "amor e sacrifício", pois Rapunzel renuncia ao seu poder para salvar a vida de Flynn ao cortar seu denso cabelo para curar o amado de um feitiço mortal. O romance ocupa grande importância no enredo, e o final sugere a união do casal de protagonistas, que se confirma com a posterior divulgação, em 2012, de um curta que se desenvolve em torno da cerimônia de casamento entre Rapunzel e Flynn.

Em 2012, a *Disney* lançou *Valente*. Este filme trouxe uma verdadeira inovação ao não criar um par romântico como protagonista da história. O enredo desenvolve-se basicamente sobre a relação entre Merida e Elionor, sua mãe, defensora da tradição, que quer fazer dela uma princesa requintada enquanto a garota não aceita se submeter às suas exigências e desafia a disciplina imposta pela progenitora.

É interessante perceber que o filme apresenta outras possibilidades de comportamento para as mulheres como destreza no uso do arco e flecha e de desbravar lugares desconhecidos sem ninguém para oferecer proteção. Merida quer ser livre para fazer suas próprias escolhas e não se sujeita às regras de etiqueta e aos trajes desconfortáveis da realeza. Na disputa organizada para decidir o seu futuro marido, a princesa compete pela própria mão e se mostra mais habilidosa que os demais participantes, vencendo a todos. Ao tomar as rédeas do próprio destino, Merida demonstra um empoderamento do feminino. Os príncipes, por outro lado, são bastante desengonçados, o que só reforça o talento da jovem.

Para Liliane Machado (2013), essa história resgata e regenera a figura materna positivamente e retrata a relação das duas de forma cúmplice e solidária. Além disso, como ressalta a autora, ao contrário de outras princesas que contam com a ajuda de um referencial masculino para resolver suas querelas, Merida tem de lidar com seus problemas sozinha, e mais tarde conta com a ajuda da mãe.

270

Recentemente, houve uma polêmica envolvendo essa princesa, que chegou a ter sua imagem reformulada para uma linha de brinquedos e, por isso, ganhou um corpo mais curvilíneo para parecer uma garota mais velha e mais sensual, diferente da “moleca” de cabelos emaranhados apresentada no filme. O cabelo ruivo e cacheado revela, inclusive, traços da personalidade da princesa e ajuda a compor a personagem. Devido à repercussão negativa dos retoques, a *Disney* retomou a versão original de Merida,⁶ o que evidencia a preferência do público por representações inovadoras de princesas/mulheres.

Frozen, Uma Aventura Congelante (2013), inspirado em *A Rainha da Neve* de Hans Christian Andersen, surgiu como mais um inovador sucesso lançado pela *Disney* ao apresentar uma história centrada na relação entre duas irmãs, suas inseguranças e conflitos. E longe dos maniqueísmos de outrora, o maior vilão dessa vez é o medo do desconhecido. Elsa é a irmã mais velha, que se torna rainha de Arendelle alguns anos após a morte de seus pais em um naufrágio. Isolada desde a infância por causa de seus poderes congelantes, a moça passa a ser triste e taciturna. Anna, a caçula, é o oposto: cheia de energia e uma enorme necessidade de contato humano, mas que sofre com

⁶ Cf. : <<http://virgula.uol.com.br/lifestyle/beleza/apos-polemica-disney-retoma-versao-original-da-princesa-merida>>.

o segredo sobre os poderes de Elsa que as afastou quando crianças.

O enredo se desenrola na busca de Elsa pelo autoconhecimento que leva à reconciliação com a irmã. O ponto alto da trama ocorre quando o ato de amor verdadeiro que quebraria o feitiço lançado sobre o coração de Anna (contrariando todas as expectativas) parte não do beijo de seu par romântico, mas da comunhão entre as duas irmãs quando Anna se sacrifica para salvar a vida de Elsa, e recebe dela o abraço fraterno que descongela literalmente e metaforicamente o coração de ambas. As cenas que mostram Elsa se libertando da opressão que sofria por ser diferente evidenciam o seu empoderamento que se traduz na letra da canção principal do longa-metragem:

Livre estou, livre estou
Com o céu e o vento andar
Livre estou, livre estou
Não vão me ver chorar
Aqui estou eu e vou ficar
[...]
O meu poder envolve o ar e vai ao chão
Da minha alma fluem fractais de gelo em profusão
Um pensamento se transforma em cristais
Não vou me arrepender do que ficou pra trás
Livre estou, livre estou
Como o sol vou me levantar
Livre estou, livre estou
A tempo de mudar
Aqui estou eu
Vendo a luz brilhar
Tempestade vem
O frio não vai mesmo me incomodar (FROZEN, DISNEY, 2013).

271

O filme, além de ter seu foco em duas personagens femininas, segue o movimento já demonstrado em animações anteriores de colocar os personagens masculinos como coadjuvantes e desconstruir sua imagem de herói. É o que ocorre com o príncipe Hans, que se revela um grande interesseiro ao seduzir a princesa Anna apenas para alcançar o trono. Enquanto o outro personagem masculino, Kristoff, um plebeu criado por *trolls*, e que não chega a ser um herói, auxilia na busca da princesa pela resolução do seu conflito com a irmã.

Assim como *Valente*, o filme enfatiza um drama familiar e a solidariedade entre duas mulheres. *Frozen* questiona e mostra quão perigosa pode ser a ideia de se casar com alguém que acabou de conhecer, atitude tão comum nos relacionamentos dos contos tradicionais. É importante ressaltar também que o tradicional costume da *Disney* de criar princesas com padrões estéticos de corpos magros e curvilíneos se mantém, além da farta cabeleira sedosa e bem penteada.

Nessa história não há casamentos e mesmo o romance encontra-se em segundo

plano, sendo que a personagem principal, Elsa, não tem qualquer envolvimento amoroso durante todo o longa-metragem, pois sua realização pessoal está em poder se revelar ao mundo como realmente é, dominar e usufruir de seus poderes sendo também uma boa governante para o seu reino.

O “felizes para sempre” está, cada vez mais, cedendo lugar à busca interior pela felicidade que não está mais condicionada ao romance entre homem e mulher, mas pode ser encontrada em uma relação fraterna, no âmbito profissional, ou mesmo em conhecer sua própria essência.

Todas as animações cinematográficas assinaladas neste artigo se inserem no que Teresa de Lauretis denominou de tecnologias de gênero: um conjunto de aparelhos semióticos (como a televisão, o cinema, a música) que constroem representações sobre o feminino e o masculino designando identidades, valores, códigos de conduta e hierarquias sociais. Lauretis tem como pressuposto a ideia de que os gêneros são construídos e que as mídias participam, assim como os discursos institucionalizados, dessa construção.

É também a partir de Lauretis que se entende o sistema sexo-gênero como a construção de uma representação sobre o feminino e o masculino onde há uma relação de poder e hierarquia, que “é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado a indivíduos dentro da sociedade” (LAURETIS, 1994, p. 212). Por isso, faz-se necessário questionar e desconstruir a história, entender os mecanismos de exclusão, de constituição de discursos e os aparatos de construção social e cultural do feminino e do masculino, até para poder romper com essa visão binária. Pois, de acordo com Tânia Navarro-Swain (2014), é preciso conhecer os mecanismos de produção de assujeitamento ao sistema sexo-gênero para operar a sua desconstrução.

Nota-se que as heroínas das animações mais recentes são protagonistas efetivas de suas histórias, são ativas, questionam, são complexas, têm sentimentos conflitantes, enfim, possuem uma natureza genuinamente humana, e os personagens masculinos, por sua vez, perderam o estereótipo de homem perfeito com causas nobres a defender e a responsabilidade pelo bem-estar e felicidade da princesa.

Considerações finais

Nesse percurso pela história do cinema de animação, visto através da perspectiva das construções de gênero, observamos que as representações tradicionais já não despertam tanto a atenção do público, fazendo com que os estúdios responsáveis pela

produção desse tipo de cinema procurem se adaptar às transformações do mundo contemporâneo, oferecendo, assim, representações de gênero mais sintonizadas com mulheres e homens atuais.

Por isso, as figuras femininas presentes nas produções mais recentes inauguram um novo discurso e representações múltiplas sobre as mulheres: desde personagens que passaram a incorporar o papel da mulher inserida no mercado de trabalho, determinada e independente como a personagem Tiana; representações femininas da terceira idade com figuras auto-suficientes e sintonizadas com o presente como a avó de Chapeuzinho; ao das adolescentes lidando com os limites impostos pelos pais, e também de guerreiras que lutam por seus ideais ou para defenderem a si mesmas dos perigos, como Mulan e Fiona. Há ainda as produções cuja mensagem vai além do entretenimento e se constituem em uma reflexão mais profunda sobre o autoconhecimento e contra a opressão como é o caso de Elsa, em *Frozen*.

Dessa forma, as fronteiras entre o feminino e o masculino estabelecidas pelo modelo patriarcal de sociedade vão se dissolvendo, tornando-se cada vez mais tênues. Então, assistimos a uma falência do modelo de homem másculo, forte e dominador; e também da mulher frágil, submissa e maternal.

Nos filmes produzidos no século XXI, aparecem personagens femininas que se destacam por discursos bem articulados, sabem se defender e satirizam os personagens que desempenhariam a função de "príncipes" na história, sendo que também estes sofreram uma reformulação, passando a refletir parte das angústias e contradições que fazem parte do universo masculino, como a obrigação de se mostrarem sempre fortes e corajosos para ratificarem sua masculinidade.

Observando a transição do século XX para o XXI, através do retrospecto dessas animações, é possível perceber que há um posicionamento mais crítico em relação ao patriarcado e um interesse maior em dar visibilidade aos guetos, em um processo gradual de fazer emergir discursos que não podem mais permanecer silenciados.

Referências

- ARIÈS, Philippe. **História Social da Família e da Infância**. Tradução de Dora Fraksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

- LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MACHADO, Liliane M. Macedo. O futuro das princesas. **Labrys, estudos feministas**, n. 23, jan.-jun. 2013.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres nos anos dourados. In: _____. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.
- RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI: ou carta de alforria. In: VENTURINI, Gustavo et al. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SILVA, Luana Rodrigues Freitas. **Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento**. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 155-168, 2008.
- NAVARRO-SWAIN, Tânia. **Identidade pra que te quero?** Disponível em: <www.tanianavarroswain.com.br/.../identidade%20p%20q%20te%20qyero>. Acesso em: 9 nov. 2014.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E O PATRIARCADO: UM ESTUDO SOBRE O SERTÃO DE PERNAMBUCO*

Kalline Flávia S. Lira

Ana Maria de Barros

Resumo: O presente artigo investiga as relações de gênero e de poder existentes na violência contra as mulheres no sertão do Araripe de Pernambuco. O artigo foi baseado nos aportes teóricos de Saffioti (1994; 2004; 2005) sobre gênero e patriarcado, além de documentos nacionais e internacionais sobre a violência contra as mulheres. Sobre o lócus do sertão, utilizamos como referências Albuquerque Jr. (2001; 2003) e Freyre (2003). Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo de caso sobre a realidade do Sertão do Araripe, com uma pesquisa de campo, a partir de uma abordagem quanti-qualitativa. As fontes da pesquisa estatística foram três locais que atendem mulheres em situação de violência. Os dados coletados referem-se aos anos de 2010 a 2013. As entrevistas com mulheres em situação de violência foram realizadas em 2014. Concluímos que, apesar de compreender as agressões que sofrem como uma situação de violência, as mulheres minimizam a gravidade. Mesmo não se percebendo apenas no papel de esposa e de mãe, a maior participação da mulher sertaneja no espaço público ainda não reconfigurou as relações de gênero e de poder no âmbito privado, permanecendo a cultura patriarcal que impõe a subordinação das mulheres diante dos homens.

Palavras-chave: Violência; Gênero; Patriarcado.

Abstract: This article investigates gender relations and power existing in violence against women in the interior of the Araripe in Pernambuco. The article was based on the theoretical contributions of Saffioti (1994; 2004; 2005) about gender and patriarchy, as well as national and international documents on violence against women. About locus of the hinterland, we use as references Albuquerque Jr. (2001; 2003) and Freyre (2003). From a methodological point of view, it is a case study about the reality of the Hinterland of Araripe, with a field research through case women in situations of violence, from a quanti-qualitative approach. The sources of statistical research were three sites that assist women in situations of violence. The data collected relate to the years 2010 to 2013. Interviews with women in situations of violence were carried out in 2014. We realize that despite understand the aggressions that suffer as a situation of violence, women minimize the severity. Even not realizing just in the role of wife and mother, the greater participation of backlands women in public space have not reconfigured gender relations and power in the private sector, maintaining the patriarchal culture that imposes the subordination of women before men.

Keywords: Violence; Gender; Patriarchate.

* Artigo submetido à avaliação em 9 de setembro de 2015 e aprovado para publicação em 20 de outubro de 2015.

Introdução

A violência tem ocupado, cada vez mais, lugar de destaque no nosso cotidiano, ocasionando debates e discussões em todo o mundo, no intuito de minimizar os seus efeitos. O impacto da violência pode ser visto globalmente, pois, por ano, mais de um milhão de pessoas perdem suas vidas e muitas outras sofrem lesões não fatais, em decorrência da violência interpessoal e coletiva (KRUG et al. , 2002). Em relação à violência, há uma dificuldade para definirmos seu conceito, devido ser um fenômeno que provoca forte carga emocional em quem a comete e em que a sofre ou a presencia. Não há um único fator que explique por que as pessoas se comportam de forma violenta.

O referido estudo trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa sobre a violência doméstica contra as mulheres. A aproximação com a temática ocorreu juntamente ao trabalho num Centro de Referência que atende mulheres em situação de violência, localizado no Sertão de Pernambuco, por isso a escolha deste locus para a pesquisa.

A mulher no sertão, principalmente residente na zona rural, vive com escassez de quase tudo: água, alimento, serviços de saúde e de educação, emprego. Elas trabalham em casa e na roça, principal meio de subsistência. Morando em vilas onde uma casa pode estar há quilômetros de distância da outra, ficam expostas a quase tudo, inclusive à violência do marido. A ideia de que mulher não deve trabalhar fora, e sim cuidar da casa e do marido ainda existe e é muito intensa também no sertão.

No entanto, não podemos supor que é diferente para a mulher que reside na zona urbana da cidade. Se por um lado as oportunidades de emprego e educação são maiores, a "vigilância" também é. Os considerados "crimes de honra" ainda acontecem. Afinal, o conceito de que "homem que é homem lava honra com sangue" persiste. As mulheres da zona urbana são monitoradas pelo marido e principalmente pela família dele, que não quer ter o "nome manchado".

Percebe-se que, de várias maneiras e intensidades, a mulher tem sua vida cerceada e limitada pelo desejo e/ou imposição de sua família e da sociedade. Não pode estudar nem trabalhar se o marido não permitir. Não pode não querer ter mais filhos. Não pode se separar. Simplesmente não pode *ser*. E isto também é realidade para a mulher do sertão.

Neste sentido, é importante ressaltar que a história da família no Brasil tem como base o patriarcado, trazendo arraigado o conceito de dominação masculina sobre as mulheres. Essa tradição se perpetua, mesmo que simbolicamente. O homem era tido como "dono" da mulher. Na sociedade patriarcal, o pai tinha todo o poder sobre a família. E assim, com o casamento, a mulher deixava de ser "posse" do pai para ser do marido. E com tanto poder, o homem podia tudo contra a mulher, inclusive violentá-la.

No Brasil, o início dos debates para a criação de uma lei que coibisse a violência contra as mulheres foi a necessidade de caracterizar a violência doméstica e familiar como uma violação dos direitos humanos das mulheres e a importância de garantir proteção e atendimento humanizados para as vítimas, já que ficou notório que a mulher corria mais riscos de ser vítima dentro de sua própria casa.

Foi através de um panorama de altos índices de violência contra as mulheres que esse artigo foi refletido. Esse estudo se justifica pela falta de pesquisas específicas que analisam o contexto sociocultural do sertão para a compreensão dos números da violência contra as mulheres. O objetivo do artigo é analisar a violência contra a mulher através dos dados estatísticos de várias pesquisas realizadas no Brasil, como também coletados em três locais que atendem as mulheres no Sertão do Araripe. Para ampliar o entendimento da temática, realizou-se também entrevistas com mulheres em situação de violência.

O presente artigo não chega – e nem pretendia chegar – a indicar um caminho preciso e completo para a solução da violência contra as mulheres no sertão, mas tem o intuito de problematizar a questão através dos dados estatísticos coletados e das falas tocantes das mulheres que aceitaram participar da pesquisa.

A violência contra as mulheres no Brasil

277

A violência, fenômeno universal e humano, é um problema multifacetado, e nenhuma causa isolada pode explicá-la, porém intervém em diferentes níveis (individual, social e comunitário) e é influenciada pelo ambiente externo. Há uma dificuldade para definirmos a violência, por ser um fenômeno que provoca forte carga emocional em quem a comete e em quem a sofre ou a presencia, e por seu conceito variar de sociedade para sociedade, sendo um fenômeno biopsicossocial. Não há um único fator que explique por que as pessoas se comportam de forma violenta. Assim, há várias definições, e aqui utilizamos a de Pinheiro e Almeida (2003, p. 14):

Violência provém do latim *violentia*, que significa “veemência”, “impetuosidade”, e deriva da raiz latina *vis*, “força”. Certamente, deve ter havido alguma interação entre “violência” e “violação”, a quebra de algum costume ou dignidade. Isso é parte da complexidade do termo.

Portanto, a violência é uma força intencional, não necessariamente física, que provoca dano contra alguém. A violência pode ser expressa através da opressão, do abuso da força, do preconceito, agressão física ou verbal, entre outras formas. Segundo D’Oliveira (1996), a violência passou a ser reconhecida como uma questão pública a

partir do século XIX, não porque tenha se tornado necessariamente mais intensa, mas por causa do aparecimento de um discurso ético e moral, que ocasionou iniciativas para conceituar e compreender o fenômeno, vinculado à ideia moderna de igualdade social.

Entendendo a violência como um tema múltiplo, de naturezas diversas, consideramos como objeto de estudo desta pesquisa uma forma particular, que é a violência contra as mulheres. O conceito de violência contra as mulheres é uma expressão criada pelo movimento social feminista, e faz referência, de modo geral, a sofrimentos e agressões que estão tradicional e profundamente enraizados na vida social, percebidos como situações normais, quando dirigidos especificamente às mulheres pelo simples fato de serem mulheres.

A violência contra as mulheres não é algo novo, existe desde a antiguidade, e por muito tempo a violência contra as mulheres foi socialmente aceita, acarretando a tolerância atual ao fenômeno. Durante décadas a violência de gênero não foi considerada no Brasil. Dessa forma, quando o marido matava a esposa tendo como justificativa uma suposta traição da mesma, ele não era punido. Assim, foi sendo construída a forma de perceber a violência, e a maneira de coibi-la, com base nas desigualdades de sexo, classe social e cor (PITANGUY, 2003). Por isso, mesmo nos dias atuais a legislação reprovando a violência contra as mulheres a aceitação sociocultural está tão arraigada que as próprias as mulheres em situação de violência ainda têm dificuldade de se perceber como vítimas, e não reconhecem as agressões sofridas como violência.

278

Podemos perceber a amplitude da questão através dos dados da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (VENTURINI *et al.*, 2004) que revelam que pelo menos 6, 8 milhões de mulheres brasileiras vivas já foram espancadas ao menos uma vez, e 31% dos casos tinham ocorrido entre os últimos doze meses em que a pesquisa foi feita. A pesquisa chegou ao número alarmante de que a cada quinze segundos uma mulher é agredida no Brasil. A pesquisa ainda mostra que a responsabilidade do marido ou parceiro como principal agressor varia entre 53% (ameaça à integridade física com armas) e 70% (quebradeira), sendo que os outros agressores mais comuns são ex-marido, ex-companheiro e ex-namorado. Segundo o Mapa da Violência (WASELFISZ, 2012), o local mais comum de ocorrência da violência contra as mulheres é a residência da vítima, fato em quase 72% dos casos. Ainda de acordo com o Mapa, em quase metade dos casos, o agressor era parceiro, ex-parceiro ou parente da mulher, o que demonstra a vulnerabilidade da mulher no âmbito de suas relações domésticas, afetivas e familiares.

Assim, com números tão preocupantes, tornava-se premente uma lei que coibisse a violência contra as mulheres. Em 2006, por iniciativa do Estado de Pernambuco, foram realizadas Vigílias pelo Fim da Violência contra as Mulheres no

intuito de denunciar a violência e os homicídios de mulheres. Neste mesmo ano, finalmente foi aprovada uma Lei que prevê o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres – a Lei 11. 340/2006.

A “Lei Maria da Penha”, como ficou conhecida, no seu artigo 5º, define violência doméstica ou familiar contra a mulher como sendo toda ação ou omissão, baseada no gênero, que cause morte, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família e em qualquer relação íntima de afeto, em que o agressor conviva ou tenha convivido com a agredida (BRASIL, 2006). O advento desta Lei foi importante, principalmente por ampliar o conceito de violência doméstica contra a mulher, enquadrando várias tipificações.

A violência contra a mulher é tão ampla que atualmente, no Brasil, é difícil conhecer alguém que não tenha contato com a problemática. Segundo pesquisa do Instituto Patrícia Galvão (2013), 54% das pessoas entrevistadas conhecem uma mulher que já foi agredida por um parceiro, e 56% conhecem um homem que já agrediu uma parceira. Ainda segundo dados da pesquisa, sete em cada dez pessoas entrevistadas acreditam que a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos. Ideia corroborada por dados já apresentados do Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2012). Os números são claros e mostram que, efetivamente, as mulheres sofrem mais violência em casa e por seus parceiros íntimos.

Podemos perceber através desses números como a violência praticada contra as mulheres está socialmente construída e aceita, criando um espaço na sociedade para a dominação masculina e a submissão feminina. Isto pode perpetuar a situação de desigualdade, colocando o homem num lugar de detentor de poder sobre a mulher. Por isso, recorreremos a dois conceitos importantes – o de gênero e o de patriarcado, fundamentais para compreender as questões de violência e para analisar aquelas praticadas contra as mulheres no Brasil, e mais especificamente no Sertão de Pernambuco, lócus de nossa pesquisa.

279

Mulher-macho, sim sinhô? Problematizando o gênero no sertão

Segundo o último censo, a mulher constitui a maioria da população brasileira. O Estado de Pernambuco segue a estimativa nacional, tendo mais de 50% de população feminina (IBGE/BRASIL, 2010). No entanto, ela ainda busca a definição do seu papel, da sua individualidade e de suas subjetividades. Continuamos a viver numa sociedade patriarcal em que os padrões há muito vêm sendo moldados, distinguindo diferenças e definindo o que a mulher pode ou não exercer na sociedade.

Para Perrot (2007), a mulher é excluída da história diversas vezes. A autora pontua que a mulher passou a ser objeto de estudo histórico apenas a partir da década de 1960. Antes disso, a produção sobre as mulheres era contada pelos homens. A autora diz que os corpos femininos foram subjugados, dominados e violentados de diversas formas, e que havia um tabu em torno do sangue menstrual que durante séculos foi ligado à impureza, assim como a virgindade que era tida como o capital mais precioso das moças solteiras, obsessivamente vigiada e protegida pela família e pela sociedade.

Assim, com o tempo, essa representação social da mulher como esposa e mãe foi se consolidando, e historicamente foi sendo construída a ideia da plenitude feminina reduzida aos deveres conjugais, dependência sexual e maternidade, e a mulher que era considerada frágil e suscetível aos excessos da sexualidade passa a ser vista como portadora de uma sensibilidade natural expressa pelo seu destino, a maternidade, e seu espaço como sendo o do lar.

As noções do “ser mulher” mudaram ao longo da história de acordo com as transformações sociais ocorridas. Com a sociedade industrial, a mulher passou a adotar uma posição de operária nas fábricas e indústrias, saindo do espaço doméstico como único lócus de suas atividades diárias. Se antes disso, as mulheres deveriam apenas servir ao marido e aos filhos nos seus afazeres domésticos, ou ainda se limitando às tarefas no campo, a partir da Revolução Industrial houve uma nova realidade econômica no mundo, o que acarretou a ida das mulheres para trabalhar com as máquinas. Essa passagem trouxe algumas consequências, já que o trabalho era exaustivo no início do processo de industrialização. Na tentativa de dar conta da mudança que vem ocorrendo em relação às mulheres, buscou-se um conceito, o de gênero, para tentar entender a configuração de sociedade, e, conseqüentemente, a violência (ainda) existente nela.

O que entendemos por gênero surgiu, segundo Saffioti (2005), em seu artigo junto com Stoller em 1968.¹ No entanto a autora afirma que os estudos de gênero começaram a ter repercussões a partir do artigo de Rubin, originalmente publicado em 1975 (RUBIN, 1993). Os primeiros aportes teóricos sobre gênero apresentavam os conceitos de sexo e gênero intimamente atrelados, numa relação dicotômica entre a condição humana biológica versus a social. Assim, essa primeira ideia de gênero foi e ainda é pensada, por algumas correntes feministas, a partir das diferenças construídas em momentos históricos diversos, bem como em lugares distintos, que contribuem na construção de diferentes formas de desigualdade. Dessa forma, pelo menos inicialmente, essa concepção de gênero parte da ideia da diferença biológica existente entre homens e mulheres e, vinculada a essas distinções, os múltiplos lugares sociais historicamente construídos e propostos a cada um deles e cada uma delas

¹ O artigo ao qual Saffioti se refere é “Gênero e Patriarcado”, de autoria dela junto a Robert Stoller.

que instituem os alicerces de práticas discriminatórias e desiguais entre as pessoas (SAFFIOTI, 1994).

Para Saffioti (2004), o gênero não se restringe a uma categoria analítica, porque também é histórica. O conceito de gênero não implica desigualdade e poder, nem evidencia a parte oprimida. A desigualdade entre os gêneros é refletida nas relações desiguais, sejam no trabalho, em casa ou na sociedade como um todo. Saffioti (1994) também aponta que as diferenças entre homens e mulheres devem ser entendidas como fruto de uma convivência social mediada pela cultura e não como naturais. A autora sugere que a afirmação de que o gênero vem em primeiro lugar é conferir-lhe prioridade sobre os demais eixos de estruturação social. Isto porque as categorias raça/etnia e classe social são também filtros de percepção que servem de parâmetros para a organização das relações de poder.

Entendemos, para fins deste estudo, que gênero diz respeito às relações de poder e à distinção entre atributos culturais impostos a cada um dos sexos e suas peculiaridades biológicas. O gênero é o sexo socialmente modelado, ou seja, as características tidas como masculinas e femininas são ensinadas desde o berço e tomadas como verdadeiras, pela sua repetição cultural, não havendo determinação biológica dos comportamentos e atitudes, e sim um aprendizado social. Dessa forma, o Nordeste, mais especificamente o sertão nordestino, devido a sua singularidade sociocultural, tem uma forma particular de significar o gênero mulher.

Durante muito tempo, o "ser mulher" no Nordeste esteve no imaginário social ligado ao cangaço, dando ênfase a estereótipos de um ambiente hostil e violento. A mulher era vista como "mulher de coragem", referindo-se às cangaceiras, trazendo arraigado esse estigma de "mulher macho", capaz de assumir qualquer tipo de trabalho por mais duro que fosse, onde a criminalidade atribuída a elas não levava em consideração as circunstâncias que as fizeram entrar para o cangaço. A mulher sertaneja estava associada a valores morais rígidos e tradicionais, vistas como mulheres sérias, trabalhadoras, centradas na vida familiar, e apegadas a terra e a acompanhar seus maridos.

Nesse ambiente de caatinga, a construção do "ser mulher" não era algo fácil, e a vaidade e os sentimentos como amor, acabavam dividindo espaço com a dor e o medo. Parece que o senso comum cristalizou a ideia da masculinização da mulher como algo corriqueiro do sertão nordestino, colocando-as num lugar fixo e determinado. Segundo Falci (2000), no sertão, ao nascerem, as mulheres eram chamadas de "mininu fêmea".

Albuquerque Jr. (2003) afirma que a mulher sertaneja ainda é vista como uma mulher lutadora, resistente à seca, honesta, cheia de filhos dos quais cuida com muito amor e carinho, seja ela rica ou pobre. A mulher sertaneja além de trabalhar nos

afazeres domésticos, é aquela que também trabalha em pequenas indústrias e auxilia nos serviços do marido, podendo substituí-lo, caso haja necessidade. Embora isso não seja mais totalmente verdade, ficou no imaginário coletivo a imagem da mulher do sertão como “mulher-macho”.

Essa identidade feminina nordestina foi construída em relação ao homem nordestino. Na ideia de estabelecer o homem nordestino como aquele que não tem medo, de pensá-lo como forte e resistente ao clima árido que assola o sertão, tornou o homem viril, macho e corajoso. Assim, a mulher também foi sendo construída em relação a esta identidade masculina, e igualmente em decorrência das condições de sua região, passou a ser masculinizada, ou seja, estabeleceu-se que a mulher tinha que ser macho para sobreviver aos obstáculos, “era uma exigência da natureza hostil e da sociedade marcada pela necessidade de coragem e destemor constante” (ALBUQUERQUE JR. , 2001, p. 247).

Se por um lado temos a masculinização da mulher sertaneja, ao mesmo tempo, nos é dado uma mulher nordestina que vive às voltas de seu “coronel”, levando-se em conta o estereótipo do machão nordestino. Segundo Falci (2000), mesmo as mulheres mais ricas, tinham a vida cerceada pelos homens. No sertão nordestino do século XIX, as mulheres de classe social alta, até as que tinham estudo, estavam limitadas ao espaço privado, do lar. As mulheres não eram consideradas cidadãs políticas, e por isso o campo público, seja econômico, político, social ou cultural, não era destinado às mulheres.

Assim, foi construído um lugar para a mulher que é do trabalho duro, e da ajuda ao marido. Alguns elementos explicam a masculinização da mulher do Nordeste, como a seca e a ausência dos maridos que migram com ela, forçando as mulheres a assumirem as tarefas deles e também seu lugar na família. Aquelas denominadas “viúvas da seca” tinham que aprender a viver no universo masculino para sobreviver à ausência do marido. Essa rigidez das mulheres na época da seca e a necessidade de estar masculinizada são elementos ainda presentes na literatura regionalista (ALBUQUERQUE JR. , 2003). Os discursos preconceituosos acabaram naturalizando os papéis de gênero.

Embora a imagem da mulher sertaneja tenha sido construída principalmente embasada nas questões da seca e da pobreza do Nordeste, no século XXI algumas mudanças aconteceram. Sem dúvida o aumento do acesso à educação e à saúde pública ajudaram as mulheres a ressignificarem seus papéis para além de esposa e de mãe, passando a ocupar outros espaços, como o do mercado de trabalho, alcançando níveis mais altos de escolarização e renda. Estes dados serão apresentados na seção sobre o Sertão do Araripe.

Apesar do exposto, no Brasil ainda vigora padrões, valores e atitudes discriminatórias, apesar dos significativos avanços e conquistas históricas alcançadas pelas mulheres – afinal, de totalmente submissa ao poder masculino, lutou para conseguir maior espaço no lar e visibilidade no espaço público. As novas dinâmicas macrossociais acarretaram mudanças que repercutiram no âmbito da família e nas relações de gênero. A inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, a influência dos movimentos feministas pela igualdade de direitos, o avanço da ciência em relação aos métodos contraceptivos, a melhoria educacional das mulheres, dentre outras, traz um conjunto de “novos valores”, ligados a uma situação mais igualitária entre o homem e a mulher. Juntam-se a isto, mudanças demográficas, econômicas, políticas e culturais, que têm consequências nas questões do poder exercido por homens e mulheres na sociedade.

Na casa grande e na senzala: patriarcado no sertão

No Brasil, as primeiras narrativas históricas sobre as mulheres tiveram início na década de 1980 e foram muito marcadas pela preocupação com a dialética da dominação versus opressão, dando pouco ou nenhum destaque às múltiplas formas de resistência que as mulheres elaboraram ao longo do tempo para fugir à dominação masculina (DEL PRIORE, 2000). Segundo Araújo (2000), as leis do Estado e da Igreja, os pais, irmãos, tios, tutores, além da repressão vinda dos velhos costumes misóginos, eram utilizados para tentar conter a sexualidade feminina, que no entendimento da época, caso conseguisse se libertar, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas.

No Brasil colônia, o homem branco era a figura central, e a mulher branca tinha funções como supervisionar as tarefas de escravas e escravos, além da maternidade. A mulher era completamente submissa ao homem, pois este era quem tinha o poder (SILVA, 1992). Na sociedade ainda escravocrata, as mulheres brancas eram educadas em um ambiente rigidamente patriarcal. Para escaparem do domínio do pai, as mulheres casavam. No entanto, passavam para o domínio do marido, perpetuando a posição submissa das mulheres frente à figura masculina. Desde essa época já havia diferenças em função da classe social. Independente do seu papel na sociedade se tivesse vida ociosa ou produtiva, a mulher aceitava a completa supremacia do homem sobre ela mesma e na sociedade. E assim, o processo de socialização da mulher conduzia-se para uma total submissão.

A relação de dominação-submissão é fomentada por uma estrutura social machista e patriarcal. Sabemos que o machismo está estabelecido numa relação que

coloca o senhor (o patriarca) na posição de dominador, detentor da força e de um poder absoluto sobre tudo e todos, inclusive o poder de dominação sobre as mulheres, pois, como bem apresenta Freyre (2003), a força concentrou-se nas mãos dos senhores, considerados donos das mulheres. Essa posição de patriarca, considerada comum e natural, foi construída há milênios.

Analisando a sociedade brasileira, Freyre (2003) deixa evidente o lugar do homem historicamente construído desde o Brasil colonial, como sendo o patriarca dono inclusive das mulheres. Essa violência simbólica que constitui a mulher como objeto, portanto submissa e submetida ao desejo do outro, está longe de ser uma atitude localizada na individualidade dos atores sociais. Ao contrário, está inscrita na própria trama social historicamente situada. Seja na casa (fruto dos acordos privados), seja na senzala (fruto das relações públicas de comércio e opressão) e nas linhas tênues que separam esses dois cenários, a propriedade, o patrimônio, enfim, o poder é do patriarca.

Por outro lado, Saffioti (2005) enfatiza a importância de ver a questão do patriarcado de forma relacional, onde duas partes estão envolvidas, pois mesmo numa ordem patriarcal, as mulheres têm algum poder. A autora lembra que apesar do patriarcado referir-se à questão de gênero, perpassa todo o corpo social, ou seja, está ligada a toda sociedade e não apenas às questões de gênero e tem o controle como valor central da cultura gerada pela dominação-exploração patriarcal.

A concepção do patriarcado é originada do próprio nome, *pater* (pai), o que tem o poder. Para esta pesquisa, entendemos o patriarcado conforme Aguado (2005, p. 28), modelo construído como um

[...] conjunto de sistemas familiares, sociales, ideológicos y políticos que determinan cual es la función o papel subordinado que las mujeres deben interpretar con el fin de adecuarse y mantener un determinado orden social. Y para ellos se han utilizado mecanismos diversos a lo largo de la historia, entre ellos, la violencia directa o indirecta, la fuerza, la presión social, los rituales, la tradición, la ley, la educación, la religión, el lenguaje etc.

Assim, o patriarcado é exercido e perpetuado através de vários sistemas sociais como a família, a religião, o ambiente escolar e do trabalho, entre outros. Essa relação entre homens e mulheres baseada no patriarcado é evocada por diversas autoras tradicionais do feminismo, tendo suas bases fortemente vinculadas a uma orientação marxista, trazendo muito a relação dicotômica na perspectiva do explorador/explorado, sobretudo considerando aspectos socioeconômicos. Para Saffioti (1994), a violência doméstica é parte das relações de dominação-exploração dentro da lógica do patriarcado, sendo que este é uma forma de expressão do poder político, ideia com a qual concordamos.

No senso comum, as representações dos homens nordestinos estão ligadas ao coronel, ao jagunço, ao cangaceiro: coragem, destemor, valentia, virilidade. Para Albuquerque Jr. (2003), alimentar esse mito do homem sertanejo como “cabra-macho” é contribuir para alimentar um modelo de masculinidade baseada numa relação entre homens e mulheres que vigora desde o Brasil colônia, e por isso, é naturalizada, tida como eterna. Esse modelo de homem termina por vitimar os próprios homens, já que os instiga a situações de risco, colabora com a violência contra as mulheres, e termina por exigir, dos homens, renúncias afetivas e emocionais, como paternidade e expressão de sentimentos. Para o autor, a macheza nordestina torna os homens infelizes.

Albuquerque Jr. (2001) analisa os discursos de Freyre (2003) e uma série de outros intelectuais que viam na sociedade da época uma feminização, uma horizontalização onde as fronteiras tanto espaciais, sociais e culturais entre o “ser homem” e o “ser mulher” eram vistas como naturais/ biológicas. Analisando esses discursos, Albuquerque Jr. (2001) mostra como a identidade regional nordestina é inventada como uma “reação viril” perante a passividade das “pessoas” da região. O tipo nordestino surge como um tipo voltado para a preservação de um passado regional, tradicional e patriarcal que estaria desaparecendo e dando lugar a uma sociedade “matriarcal”, efeminada. Conforme o autor, nesse discurso, está se falando do nordestino enquanto homem, um macho, não enquanto palavra que serve para se referir a toda espécie humana, pois a ideia de nordestino que está emergindo é pensada no masculino, não havendo lugar para o feminino nessa figura.

Esse tipo regional criado dentro um discurso eugenista, procurava naturalizar os comportamentos e valores do nordestino; o discurso antro-po-geográfico procurava explicar as características físicas, os traços subjetivos e os códigos culturais do nordestino como produto tipificado pela natureza da região; e o discurso literário desenhava o nordestino como aquele que partilhava da superioridade dos fortes, temido, capaz de tudo, valente, corajoso em uma região que até a mulher é “macho sim senhor”. Este discurso se vale de uma série de imagens e enunciados que constituíam os tipos regionais anteriores como o sertanejo, o brejeiro, o praieiro, o vaqueiro, o coronel, o senhor de engenho, o caboclo, o matuto, o beato e o retirante. Enfim, os discursos tradicionalistas ou regionalistas localizam o falo como significante central na forma de ser do nordestino, e assim, a figura do nordestino que emerge nos anos 1920, vai conduzir toda uma galeria de tipos regionais ou tipos sociais marcados por uma vida rural, por uma sociabilidade tradicional, e acima de tudo, desenhado com características masculinas.

No entanto, a sociedade do final do século XIX e início do XX, a política coronelística tinha o homem como sendo o poderoso, o machão. Se existia prazer, era o homem quem deveria sentir, pois a mulher estaria ali simplesmente para servir o homem viril

e forte sempre que ele tivesse vontade. Essa é um exemplo claro de uma sociedade patriarcal, na qual a mulher tem seu único espaço o da casa, para lavar, cozinhar e cuidar dos filhos, e no momento em que o homem quisesse se satisfazer sexualmente, ela deveria estar pronta. No sertão, existente numa sociedade patriarcal, o homem dominava sua casa e as fronteiras dos currais eleitoras, e assim as mulheres tinham pouco oportunidade para reivindicar por espaços dentro da sociedade construída para ela servir ao homem. E assim, como a violência normatiza a conduta dos homens do sertão nordestino, tanto entre coronéis quanto entre os cangaceiros, os jagunços, os machões, o poder do mando, sem descartar o uso da força é o que prevalece.

O sertão do Araripe de Pernambuco

A expressão "Sertão" pode ser usada para nomear, mais especificamente, as regiões do interior dos Estados nordestinos. Nesses lugares se concentram algumas das cidades com maiores índices de desigualdades sociais do país, além de baixos indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Geograficamente, o sertão nordestino é caracterizado pela presença do clima semiárido, da vegetação de caatinga, irregularidades nas distribuições de chuvas, solos secos e temperaturas elevadas. Euclides da Cunha no seu livro *Os Sertões*, enfatiza a superioridade do Sul em relação ao Norte,² tanto pela influência do clima como pela influência da raça, já que a região seria povoada por uma "sub-raça".

Seja na imprensa do Sul, seja nos trabalhos de intelectuais que adotam os paradigmas naturalistas, seja no próprio discurso da seca, o Norte aparece como uma área inferior do país...A certeza de que o rápido desenvolvimento do Sul, notadamente São Paulo, se explicava por ser um Estado de clima temperado e raça branca, levava a que não se tivesse dúvidas do destino desta área, puxar o trem descarrilhado de uma nação tropical e mestiça. O Norte ficaria naturalmente para trás (ALBUQUERQUE JR. , 2001, p. 62).

A famosa obra de Euclides da Cunha traz um discurso ambíguo, pois produz uma estereotipia negativa quando inferioriza o sertão/nordeste, mas apresenta uma estereotipia positiva ao enaltecer seu povo. Essa ambiguidade também é percebida com a representação da figura da mulher, pois de forma geral a mulher era sinônimo de "sexo frágil" e vista como dócil, delicada, meiga. No entanto, quando se tratava da mulher do Nordeste, ou mais especificamente do Sertão, eram lançados outros

² Utilizamos a palavra Norte como no original. Durante muito tempo, e talvez ainda hoje aconteça, o Norte e o Nordeste são chamados de "Norte". Como dizia Patativa do Assaré, é o "Brasil de baixo" em oposição ao "Brasil de cima".

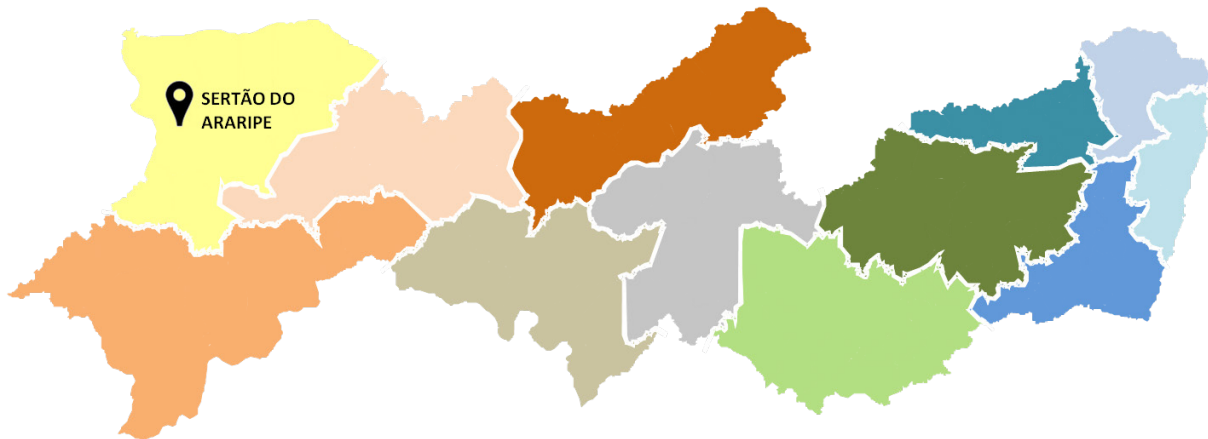
adjetivos, como matuta, caipira, cafona, e outros termos que ligavam à ideia de lugar não civilizado.

A região do Araripe está localizada na extremidade noroeste de Pernambuco, limitando-se com os Estados do Ceará e Piauí e com as regiões Sertão Central e Sertão do São Francisco. A região está localizada na porção mais ocidental de Pernambuco e faz parte da região semi-árida do Nordeste. O sertão araripeano tem como limites: ao Norte o território do Cariri (Ceará); ao Sul o município de Parnamirim e território do Sertão do São Francisco (Pernambuco); a Leste o município de Serrita (Pernambuco); e a Oeste o território Vale dos Guaribas (Piauí). A média das distâncias para a capital, Recife, é de 573,3 km, sendo Araripina o mais distante (620,6 km) e Moreilândia o mais próximo (516,2 km).

A região tem uma população estimada pelo IBGE (BRASIL, 2010) de 313.547 habitantes, que corresponde a 3,56% da população estadual, e uma área de 11.613,76 km², que representa 11,81% do território estadual, com uma densidade demográfica de 27 hab. /km². O Sertão do Araripe é compreendido por dez municípios: Ouricuri, Bodocó, Exu, Granito, Moreilândia, Santa Cruz, Santa Filomena, Trindade, Ipubi e Araripina. Dentre eles, destacam-se as cidades de Ouricuri e Araripina, como polos regionais.

Figura 1 - Localização do Sertão do Araripe no Estado de Pernambuco

287



Fonte: <<http://www.ablogpe.com>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

Alguns dados são significativos para refletirmos sobre a posição da mulher no Sertão do Araripe. Como dito anteriormente, alguns avanços foram alcançados. Conforme dados do IBGE, no município de Ouricuri, em 2010 51, 1% das mulheres contribuíam para o rendimento familiar contra 35,6% no ano 2000 (BRASIL, 2010). No que se refere à educação, o analfabetismo entre as mulheres diminuiu: de 34,7% em 2000, para 24,6% em 2010. Da mesma forma, a taxa de abandono escolar entre as

mulheres de 18 a 24 anos passou de 55% em 2000, para 47% em 2010. No entanto, a taxa de mulheres com 25 anos ou mais e fundamental incompleto ainda é alta – 54% em 2010. Em Recife, o percentual é bem mais baixo: 24,3% (BRASIL, 2010).

Os dados mostram a inserção da mulher no mercado de trabalho, cada vez mais economicamente ativa e peça importante para a subsistência familiar, e também reflete a diminuição do analfabetismo, significando a entrada das mulheres nas escolas. Por outro lado, o alto número de mulheres sem Ensino Médio completo mostra que, por algum motivo, elas têm abandonado os estudos precocemente.

Em relação à violência, em Pernambuco, no ano de 2012, foram 210 mulheres mortas, havendo uma redução de 38% em relação a 2006, onde tivemos 319 mulheres assassinadas no Estado (SDS, 2014). Segundo a Secretaria de Defesa Social, Pernambuco ocuparia o 11º lugar no ranking nacional. No entanto, pesquisa divulgada pelo Instituto de Políticas Econômicas Aplicadas (IPEA) sobre o feminicídio no Brasil, Pernambuco ocupa o 5º lugar, atrás apenas do Espírito Santo, Bahia, Alagoas e Roraima (GARCIA *et al.*, 2014).

Conforme os dados da Gerência de Análise Criminal e Estatística de Pernambuco (GACE/SDS, 2014), através do programa Pacto Pela Vida, o número de homicídios no Estado vem diminuindo. Contra essa tendência, o número de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) no Sertão do Araripe passou de 72 em 2012, para 92 em 2013. Da mesma forma, quatro mulheres foram assassinadas em 2012; em 2013, o número mais que dobrou. O Sertão do Araripe é a região do Estado que não conseguiu diminuir efetivamente os números da violência. A Tabela 1 resume os dados entre os anos de 2011 e 2013.

Tabela 1 - CVLI total e de mulheres no Sertão do Araripe – Anos 2011 a 2013

MUNICÍPIO	2011		2012		2013	
	CVLI TOTAL	CVLI MULHER	CVLI TOTAL	CVLI MULHER	CVLI TOTAL	CVLI MULHER
ARARIPINA	30	1	20	0	12	2
BODOCÓ	3	0	10	2	12	0
EXU	15	0	0	0	5	0
GRANITO	1	0	3	0	0	0
IPUBI	8	1	10	0	12	1
MOREILÂNDIA	3	1	3	1	3	1
OURICURI	19	2	16	0	25	4
SANTA CRUZ	2	0	1	0	2	0
SANTA FILOMENA	5	0	1	0	0	0
TRINDADE	12	0	8	1	21	2
TOTAL	98	5	72	4	92	10

Não estão disponíveis no site da SDS os dados referentes ao ano de 2010. **Fonte:** GACE/SDS, 2014.

Considerando os altos índices de homicídios de mulheres registrados no ano de 2013 na região do Araripe, podemos inferir que o número de mulheres em situação de violência é, de fato, inquietante. A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011) prevê a criação de uma rede de combate à violência de gênero e atendimento integral às mulheres em situação de violência. No Sertão do Araripe, no entanto, essa rede é pequena, e em alguns momentos, desconexa e desarticulada. Não há Delegacia Especializada (DEAM), não há Casa-Abrigo nem de Acolhimento Provisório. Os equipamentos existentes parecem não atuar em rede, e os casos que chegam à Delegacia não são encaminhados aos Centros de Referência, e as unidades de saúde (quando) fazem a notificação de violência não encaminham as mulheres para outros serviços de atendimento psicossocial. A Tabela 2 abaixo apresenta os dados coletados no ano de 2014 em três equipamentos da rede de enfrentamento da violência contra as mulheres na região: o Hospital Regional Fernando Bezerra (HRFB); o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) Regional; e a Delegacia de Polícia Civil.

Tabela 2 - Dados da violência contra a mulher no Sertão do Araripe – Anos 2010 a 2013

LOCAL DE REGISTRO	2010	2011	2012	2013
HRFB – Ouricuri	5*	155	195	256
CREAS Regional – Ouricuri	12	6	3	3
Delegacia de Polícia Civil de Ouricuri	N. I.	46**	193	128
TOTAL	17	207	391	387

*Dados de Abril e Dezembro de 2010. ** Dados de Agosto a Dezembro de 2011.

Fonte: HRFB/CREAS Regional/Delegacia de Ouricuri, 2014

A Tabela 2 demonstra claramente a falta de articulação entre os órgãos, expressos nas diferenças entre os números de cada um dos serviços. Importante frisar, por exemplo, que os números do HRFB são de toda a regional; assim, as 193 ocorrências da Delegacia em 2012 não estão contidas nas 195 notificações, visto que, conforme dados por municípios, foram 110 notificações apenas de Ouricuri. Os números revelam, portanto, que os encaminhamentos não são realizados ou ainda que as mulheres em situação de violência doméstica não conhecem e/ou não confiam e/ou não utilizam a rede de enfrentamento da violência contra a mulher na região do Araripe de Pernambuco, e por isso, órgãos importantes como o CREAS, que realizam atendimento psicossocial, tenham números tão pequenos de casos diante da enorme demanda da Delegacia e do Hospital.

As mulheres em situação de violência no sertão do Araripe

No intuito de compreender com mais profundidade a problemática da violência contra as mulheres no Sertão do Araripe, realizamos entrevistas com mulheres em situação de violência doméstica atual ou passada. Para análise dos dados qualitativos, utilizamos a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2004), para identificar os conteúdos subjacentes e latentes das entrevistas. Dentro da análise de conteúdo, escolheu-se a análise categorial, que funciona pelas operações de desmembramento do conteúdo em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. As categorias de análise escolhidas são relacionadas ao nosso aporte teórico apresentado neste artigo.

O universo da pesquisa envolveu cinco mulheres, e todas tinham sido atendidas em algum ponto de atenção da rede de enfrentamento a violência, entre os anos de 2010 a 2013 – o recorte temporal da pesquisa. Restringimos os municípios de residência para Ouricuri e Araripina, visto que são os polos regionais e com maiores índices de violência contra as mulheres. O Quadro 1 apresenta as características das participantes da pesquisa.

290

Quadro 1 - Características das participantes da pesquisa

MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	OURICURI – 3 ARARIPINA – 2
ÁREA DE RESIDÊNCIA	ZONA URBANA – 4 ZONA RURAL – 1
COR DA PELE	BRANCA – 1 PARDA – 3 PRETA – 1
IDADE	18 A 29 ANOS – 1 30 A 49 ANOS – 3 50 ANOS OU MAIS – 1
RENDA* MENSAL DA MULHER	ATÉ 1 SM – 1 ATÉ 3 SM – 2 ATÉ 5 SM – 2
GRAU DE ESCOLARIDADE	ATÉ ENSINO FUNDAMENTAL – 2 ATÉ ENSINO MÉDIO – 1 SUPERIOR COMPLETO OU MAIS – 2

*Cálculo realizado usando como referência o SM de 2014: R\$ 724, 00.

Conforme demonstrado no quadro acima, conseguimos entrevistar mulheres que representam um universo diversificado: da zona urbana e rural, com graus de escolaridade variados, diferentes condições financeiras, e de todas as faixas etárias.

Isso corrobora o fato de que a violência doméstica contra a mulher não se restringe a determinada classe ou cor, mas já está difundida, infelizmente, em nossa sociedade como um todo.

No que refere à análise das entrevistas, na primeira categoria analítica, buscamos compreender a visão das mulheres em situação de violência doméstica sobre a violência sofrida. A entrevistada Esperança³ demonstrou entender que as agressões que sofreu era uma violência, pois além de violência física, relatou também violência psicológica e patrimonial. Apesar de seu entendimento de que sofria violência doméstica, Esperança ainda permaneceu casada por vários anos: “Sempre tem a questão de achar que tem que estar juntos por causa dos filhos. É frustrante ver seus sonhos de família sendo destruído”. Isto corrobora a ideia de que a mulher tem como principal papel (ou destino) de esposa e de mãe, e sente-se desamparada se os perde. Evidente que isso não é algo inerente, e corrobora a noção de gênero utilizada neste estudo, em que o papel de cada um é aprendido sócio-culturalmente.

A entrevistada Superação mostrou claramente que as mulheres tendem a minimizar a violência psicológica e moral: “[o marido] me chamou de rapariga, prostituta, um monte de coisa. [...] Me agredia sempre verbalmente. [...] Eu fui muito espancada. Mas fui espancada só uma vez!”. Ou seja, enquanto as agressões eram verbais, Superação não tomou nenhuma atitude, rompendo a relação apenas na violência física. Será que as agressões verbais doem/marcam menos que as físicas?

Já para a entrevistada Felicidade, os xingamentos são tão cruéis quanto as tapas: “[ele xinga] os palavrões que nordestino fala: sataná, desgraça, vai se f..., vai tomar no...”. No entanto, diz que pelas agressões verbais não tem coragem de se separar: “Eu teria [coragem] se ele aprontasse de novo [arrumar outra mulher]”. Está claro, portanto, que o homem firma sua condição de autoridade no lar, mesmo quando é infiel e agride a mulher. Afinal, o adultério é historicamente permitido ao homem na cultura patriarcal.

A segunda categoria analítica buscou compreender as relações de gênero existentes na situação de violência doméstica contra as mulheres. Esperança relata uma situação: “Minha filha tinha quebrado o braço, eu estava trabalhando e ele [o marido] em casa sem fazer nada. Mas ele dizia que eu tinha que levar ela ao médico porque eu era a mãe”. As situações domésticas e familiares, portanto, são legitimadas como funções da mulher e não do homem. Mesmo quando a mulher já ultrapassou o âmbito privado e conseguiu adentrar o mundo público através do mercado de trabalho, ela é sobrecarregada pelas tarefas domésticas, ainda entendidas como exclusivas das mulheres.

Para a entrevistada Mudança, as mulheres do Sertão têm medo de denunciar o

³ Os nomes são fictícios e foram escolhidos pelas próprias entrevistadas.

marido agressor (ela mesma não o fez), e que em São Paulo isso não acontece, as mulheres denunciam logo (ela já morou em São Paulo, quando “fugiu” do marido agressor). Talvez, de fato, em São Paulo seja mais fácil manter o anonimato da denúncia. Segundo Mudança, em municípios pequenos rapidamente sabe-se quem denunciou algum crime. No entanto, diz que isto acontece porque “a maioria das mulheres daqui não tem coragem, e é ‘besta’. Hoje, se o ‘cabra’ me bater, ele só bate uma vez, eu denuncio”. Essa ideia da mulher sertaneja como frágil e sem coragem de denunciar o agressor está ligada a figura do coronel, concebidos como homens autoritários, brutos e ignorantes, assim como era o primeiro companheiro de Mudança, que ele nunca denunciou, preferindo fugir. A mulher seria considerada indefesa, e precisava do homem para lhe proteger. No entanto, muitas vezes, era esse homem “protetor” que cometia a violência.

A última categoria analítica foi a relação de poder, em que buscamos compreender a cultura patriarcal e a dominação masculina. A entrevistada Esperança pontua que a dominação masculina é exercida constantemente, mesmo que existam formas de resistência e contestação. A ideia de que o homem é “dono” da mulher rompe até mesmo as barreiras do casamento: “No começo [mesmo depois de separada] ele queria continuar mandando em mim. Porque eu ainda entrava na onda, numa forma meio inconsciente, me via escrava de umas coisas, ele me manipulava, ligava pra mim direto. Era horrível. Parecia filme de terror”. Essa dominação também é reflexo da sociedade patriarcal em que vivemos onde o poder do pai passa para o marido. Através do recorte sertanejo, trazemos a contribuição de Albuquerque Jr. (2001). Segundo o autor, alimentar a ideia do homem do sertão como “cabra-macho” contribui para naturalizar a relação entre homens e mulheres baseada num modelo de masculinidade que vigora desde o Brasil Colônia: um homem corajoso, viril e valente.

Uma questão importante é trazida pela entrevistada Superação – o fato de seu ex-marido não cumprir a medida protetiva: “Na realidade, não é uma coisa que parte dele. Os lugares, eu evito completamente, eu vivo minha vida tentando evitar [o encontro]”. Isso nos remete ao poder dos “coronéis” do sertão nordestino, que eram figuras de grande influência e submetiam ao seu poder os delegados e os juizes. Não sabemos se este é o caso, mas a analogia é pertinente. Por outro lado, reforça-nos a ideia de que o homem é do âmbito público e que por isso não tem seu espaço restringido; enquanto a mulher é do âmbito do privado, e deveria se restringir à sua casa.

Já a entrevistada Socorro nos revela outro lado da situação de violência: ela mantém financeiramente a casa, já que o companheiro está desempregado. Mesmo assim, a dominação masculina permanece. Socorro, inclusive, explica a agressão que sofreu um dia, dizendo que foi ela que começou. Por mais que a mulher seja provedora financeira da casa, o homem permanece como provedor moral, reafirmando a posição

da mulher como submissa ao homem. Essa situação é corroborada pela pesquisa do IPEA (GARCIA *et al.*, 2014) que apontou que para 64% dos entrevistados, o homem deve ser a cabeça do lar, apesar do número de mulheres chefes de família só aumentar.

Na nossa pesquisa, foi de suma importância a narrativa de Felicidade quando ela resgata uma fala de sua mãe: “Minha mãe diz: Mas milha filha, ‘palavrão’ não dói. Tu não lembra que teu pai me xingava?”. Reforçando essa situação, Felicidade ainda menciona que todas as irmãs também já passaram por momentos difíceis no casamento, ou pior segundo ela, porque o marido de uma delas agredia fisicamente. Essa afirmação aponta o macho nordestino agressivo, que não demonstra fraqueza, é frio e cruel, conforme Albuquerque Jr. (2007), e que ainda é legitimado na cultura sertaneja. Ou seja, homem tem que ser “macho” e as mulheres enquanto seres “frágeis” tem que se conformar com algum tipo de violência, e melhor ainda se for “apenas” verbal, já que segundo Felicidade seu marido diz: “Eu te xingo para não te bater”. Podemos pensar o quanto esta frase traz a violência simbólica que é submetida às mulheres cotidianamente.

A entrevistada Mudança relata algo impressionante e até mesmo cruel. No episódio em que comenta ter sofrido uma agressão física intensa, com pisadas em seu rosto, ela disse que não procurou nenhum serviço de saúde, cuidou dos ferimentos em casa, visto que seu companheiro não a permitia sair. O cerceamento da vida da mulher numa relação de poder desigual tem alcances em todas as áreas de sua vida, inclusive nas questões de saúde. É claro que isso se devia ao fato que, talvez, Mudança tivesse que explicar os ferimentos, e algum profissional poderia perceber que era devido a uma violência. Importante destacar que o poder tem alcance no corpo, marca, investe, sujeitando-o. É justamente no corpo que o homem mais demonstra sua dominação sobre a mulher.

Considerações finais

A violência contra as mulheres, principalmente a cometida no âmbito doméstico, talvez seja a expressão exacerbada da insuficiente autonomia das mulheres em várias situações, seja por motivações financeiras, envolvimento emocional e afetivo ou ainda, pelas próprias convenções de gênero, que atribuem papéis definidos socialmente para homens e mulheres os quais, embora cada vez mais assumam identidades múltiplas, ainda se inserem nessa ordem social e familiar persistentemente patriarcal. Essas concepções expressam a desigualdade de poder que marca o próprio conceito de gênero, fazendo com que o considerado “feminino” seja frequentemente desvalorizado em relação ao “masculino”.

Nossos resultados revelam que a mulher do Sertão, atualmente, não se vê apenas no papel de mãe e esposa, pois conquistou sua liberdade, chegando ao espaço público, encontrando seu lugar no mercado de trabalho e nos estudos; no entanto, a hegemonia masculina ainda é muito presente. A mulher oscila entre sua antiga posição, restrita ao papel de esposa e mãe, e a atual. Em virtude do paradigma dominante em nossa sociedade, a mulher acumulou diversos papéis, que a sobrecarregam. De alguma forma, as mulheres ainda percebem certa discriminação quando elas saem do restrito mundo privado, e os dados mostram que não houve consenso entre as entrevistadas sobre se existe diferença das relações de gênero e de poder no sertão e em outros lugares, como a capital.

A definição de papéis de provedor para o homem e cuidadora para a mulher, típicos da forma de estruturação social patriarcal, é fator de intensificação de conflitos conjugais, pois quanto mais maridos e esposas cobram de seus cônjuges tais papéis tradicionais, mais tensão e brigas emergem em seus relacionamentos.

O gênero, como debatido nesta pesquisa baseado nas ideias de Saffioti (1994; 2004), é uma ação contínua das relações sociais entre homens e mulheres, sendo um modelo de submissão da mulher diante do homem, e um reflexo de um longo processo de opressões e condicionamentos sociais. Na maioria das sociedades, as relações de gênero são desiguais. Da mesma maneira que diferentes sociedades estão expostas a vários tipos e graus de risco, homens e mulheres, em função da organização social das relações de gênero, também estão expostos a padrões distintos de sofrimento, adoecimento e morte. Desse modo, é imprescindível incorporar a perspectiva de gênero na análise do perfil epidemiológico e no planejamento de ações, que tenham como objetivo promover a melhoria das condições de vida, a igualdade e os direitos de cidadania da mulher.

Importante refletir sobre um aspecto: a mulher que vive numa relação em que sofre agressões físicas, psicológicas e morais constantes, às vezes, para romper este laço tem que mudar completamente sua vida, abandonando casa, família, amigos, enfim, tudo o que conhece e construiu, como o caso de Mudança, e até mesmo de Esperança, que terminou ficando longe dos filhos. É o lado mais perverso da violência, onde quem mais sofre com a situação, tende a sofrer as maiores perdas também com a separação; essas perdas não são apenas financeiras, mas principalmente emocionais. Talvez a frase mais marcante tenha sido a da entrevistada Felicidade: seu marido diz que a agride verbalmente para não bater, como se a violência verbal/psicológica fosse menos grave que a violência física.

Diante do exposto, apesar dos significativos avanços e conquistas históricas alcançadas pelas mulheres – afinal, de totalmente submissa ao poder masculino, lutou

para conseguir maior espaço no lar e visibilidade no espaço público –, no Brasil ainda vigora padrões, valores e atitudes discriminatórias. As novas dinâmicas macrossociais acarretaram mudanças que repercutiram no âmbito da família e nas relações de gênero. A inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, a influência dos movimentos feministas pela igualdade de direitos, o avanço da ciência em relação aos métodos contraceptivos, a melhoria educacional das mulheres, dentre outras, traz um conjunto de “novos valores”, ligados a uma situação mais igualitária entre o homem e a mulher. Juntam-se a isto, mudanças demográficas, econômicas, políticas e culturais.

A imagem de mulher que se desenha não mais se relaciona com a dependência e a passividade, ao contrário, é incentivado como valor a independência feminina, conquistada principalmente no mundo do trabalho. Os espaços público e privado continuam dicotomizados, mesmo com a mulher tendo maior acesso ao mundo público através do trabalho e da escolarização. Parece inegável o reconhecimento de mudanças significativas, trazidas por este novo contexto, nos padrões de relações de gênero e a nova configuração das relações de poder que as envolvem. Ou seja, mesmo que as mulheres tenham conquistado avanços significativos como o direito ao voto, ao trabalho fora do ambiente doméstico e à educação, algumas ainda permanecem submissas aos homens devido às relações de gênero e de poder tão fortemente arraigadas na nossa sociedade, que não é diferente no Sertão do Araripe de Pernambuco.

Por fim, esclarecemos que este estudo não tenta demonstrar que a violência contra a mulher acontece mais no sertão do que em outros lugares, mas evidencia que as propostas de intervenções não podem ser desvinculadas das questões socioculturais e históricas. É importante pensar que a região tem uma grande zona rural, altos índices de analfabetismo e evasão escolar, o mercado de trabalho é escasso, entre outros fatores. E por todas essas questões, não podemos esconder que o Sertão do Araripe de Pernambuco, lócus de nossa pesquisa, ainda apresenta números alarmantes de violência contra as mulheres.

Referências

- AGUADO, Ana. Violencia de género: sujeto femenino y ciudadanía en la sociedad contemporánea. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de (Org.). **Marcadas a Ferro**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005, p. 23-34.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2001.

- _____. **Nordestino**: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Catavento, 2003.
- ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 45-77.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Diário Oficial da União. **Lei Maria da Penha**. Cria mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Casa Civil, 8 ago. 2006. Seção 1, p. 1.
- _____. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=260990&idtema=132&search=pernambuco|ouricuri|sistema-nacional-de-informacao-de-genero-uma-analise-dos-resultados-do-censo-demografico-2010>>. Acesso em: 05 mar. 2016.
- _____. Presidência da República. **Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres**. Informativo: Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, DF, 2011.
- D'OLIVEIRA, Ana Flávia P. L. **Gênero e violência nas práticas de saúde**: contribuição ao estudo da atenção integral à saúde da mulher. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- DEL PRIORE, Mary. Apresentação. In: _____ (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 241-277.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 49. ed. São Paulo: Global, 2003.
- GARCIA, Leila P.; FREITAS, Lúcia R. S. de; SILVA, Gabriela D. M. da; HÖFELMANN. **Violência contra a mulher**: feminicídios no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2014.
- INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres**. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2013/livro_pesquisa_violencia.pdf>. Acesso em: 04 out. 2013.
- KRUG, Etienne G.; DAHLBERG, Linda L.; MERCY, James A.; ZWI, Anthony B.; LOZANO, Rafael. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Brasília: OMS; Opas; UNDP; Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

- PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme. **Violência Urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.
- PITANGUY, Jaqueline. Introdução. In: PENA, Maria Valéria Junho; CORREIA, Maria C.; BRONKHORST, Berenice van. **A questão de gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: CEPIA/Banco Mundial, 2003.
- RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a "economia política do sexo". Recife: SOS Corpo, 1993.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Posfácio: Conceituando o Gênero. In: SAFFIOTI, Heleieth I.; MUÑOZ-VARGAS, Monica. **Mulher Brasileira é Assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, p. 271-283.
- _____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- _____. Gênero e Patriarcado. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de (Org.). **Marcadas a Ferro**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005, p. 35-76.
- SDS. Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco. **Informe mensal da conjuntura criminal**. Disponível em: <<http://www.sds.pe.gov.br/>>. Acesso: 30 jan. 2014.
- SILVA, Marlise Vinagre. **Violência contra a mulher**: quem mete a colher? São Paulo: Cortez, 1992.
- VENTURINI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (Org.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. Instituto Sagari. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: <<http://mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso: 8 ago, 2013.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO CASAMENTO: UM ESTUDO INTERGERACIONAL*

Cristiane Galvão Ribeiro^{*1}, *Lúcia Maria dos Santos Barreto*^{*2}, *Amanda Saraiva Maia*^{*3},
Janiele Santos da Silva^{*4}, *José Valter Fernandes da Silva*^{*4}, *Josefa Valéria Eneas Leite de Sousa*^{*4},
Linderson Christian Sales de Oliveira^{*4}, *Tamara Maia Gurgel*^{*5}

Resumo: Considera-se importante a investigação de como se formam e como funcionam os sistemas de referência que todo ser humano possui através de suas construções na relação com o mundo, e a transmissão das Representações Sociais como fator psicossocial dessa construção e relação. O presente estudo objetivou apreender e comparar as Representações Sociais de jovens, adultos e idosos acerca do casamento e da relação conjugal, para entender as semelhanças e diferenças de tais representações, buscando uma melhor compreensão de como esta dimensão da vida humana é vivenciada nas diferentes gerações. Tratou-se de uma pesquisa de campo do tipo descritiva, de natureza qualitativa. Para alcançar os objetivos propostos, 128 participantes de ambos os sexos, divididos em três grupos etários, responderam a um questionário de pesquisa, instrumento construído pelas pesquisadoras. Os dados obtidos foram analisados através da técnica de análise de conteúdo temática de Bardin. Foi possível verificar, que as Representações Sociais do casamento são ancoradas principalmente na ideia de constituição de família e objetivadas em expressões de sentimentos positivos em relação ao parceiro, como companheirismo, compreensão. Porém foram notadas diferenças relevantes em relação ao modo como o casamento é representado coletivamente nas faixas etárias investigadas.

Palavras-chave: Representação social; Casamento; Gerações.

Abstract: It is considered important the research on how are formed and how works the referral systems that every human being has through his constructions in his relation to the world, and the transmission of the Social Representations as a psychosocial factor of this construction and relation. This study had the objective to apprehend and compare the social representations of youth, adults and seniors about marriage and marital relationship, to understand the similarities and differences from such representations, seeking a better understanding about how this dimension of human life is experienced in different generations. This was a field research of the descriptive type, and of qualitative nature. To achieve the proposed goals, 128 participants from both genders, divided into three age groups, answered a survey questionnaire, which was elaborated by the researchers. The obtained data were analyzed through Bardin's thematic content analysis technique. It was possible to verify that the Social Representations of marriage are anchored mainly in the idea of family formation and objectified in expressions of positive feelings toward the partner, as companionship and understanding. But were observed significant differences in the way marriage is represented collectively in the age groups investigated.

Keywords: Social representation; Marriage; Generations.

* Artigo submetido à avaliação em 13 de setembro de 2015 e aprovado para publicação em 18 de outubro de 2015.

^{*1} Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba professora adjunta do Centro Universitário de João Pessoa. E-mail: cristianegr@ig.com.br.

^{*2} Mestra em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Professora assistente do Centro Universitário de João Pessoa. E-mail: luciasantosbarreto@uol.com.br.

^{*3} Realiza o curso de graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba.

^{*4} Realiza o curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário de João Pessoa.

^{*5} Graduada em Psicologia do Universidade Federal da Paraíba.

Introdução

O presente estudo buscou compreender as representações sociais acerca do casamento e da relação conjugal na contemporaneidade, compartilhadas entre três gerações adultas, portanto, foi necessário seguir um percurso teórico-metodológico fundamentado nas mais diversas concepções de casamento e família encontradas na literatura, assim como o método de análise qualitativa das representações sociais. Para tanto, abordaremos o desenvolvimento humano e o ciclo de vida familiar, assim como a evolução histórica e social do casamento e do núcleo familiar, que sempre esteve atrelado ao desenvolvimento da sociedade como um todo.

O desenvolvimento humano é um processo que se inicia desde o nascimento e permanece durante toda a vida, este é determinado por multifatores, tais como hereditariedade, maturação neurofisiológica, a cultura e a sociedade que o indivíduo está inserido, bem como as transformações históricas (LEPRE, 2008). As constantes mudanças comuns ao ser humano, juntamente com o organizar-se e o reorganizar-se gerados por estas mudanças, permite que este reestruture a sua relação com o mundo, abrindo novas possibilidades ao curso de seu desenvolvimento (SIFUENTES *et al.*, 2007). Sendo assim, as preferências do indivíduo são realizadas e determinadas por padrões constituintes de sua construção sócio histórica.

Sob a perspectiva dos autores supracitados o curso de vida, tal como a infância, a adolescência, bem como os demais estágios seguintes são exemplos de padrões desenvolvidos pelo indivíduo a partir de suas interações e reconstruções com o meio que o cerca. A partir dessa perspectiva, entende-se que cada estágio desse desenvolvimento traz consigo transformações significativas para o indivíduo, ao mesmo tempo em que reconstrói a sua historicidade biopsicossocial.

A vida afetiva, emoções e sentimentos experienciados, também fazem parte do desenvolvimento humano, compõem o homem e a mulher e constituem um aspecto de fundamental importância na vida psíquica. As emoções e os sentimentos são como alimentos da psique e estão presentes em todas as manifestações humanas. Os vínculos criados entre homens e mulheres são essencialmente de origem interna, fundados e alimentados a partir de razões muitas vezes desconhecidas, é uma necessidade pessoal que envolve afetos e muitas vezes expectativas que dão sentido especial à conduta de cada um expressando-se em forma de desejos, sonhos, fantasias, palavras, atitudes, pensamentos, e é o que impulsiona na consumação do matrimônio (BOCK *et al.*, 2001).

Norgren (2004) ressalta que os casais idosos têm mais tempo para ficar juntos, para se dedicar um ao outro e ele atribui este fenômeno ao fato de que o cuidado dos filhos deixa de ser uma tarefa central e a vida profissional perde destaque ou se

interrompe. Contudo a qualidade da relação não está associada ao tempo de relação ou ao tempo de dedicação, mas a percepção que o parceiro tem do outro, influenciando na qualidade de vida e de relação, bem como, na manutenção do relacionamento.

O grupo familiar de pertença também possui papel fundamental na constituição deste, o qual determina e organiza a sua personalidade, exercendo assim grande influência, principalmente no comportamento individual e na forma de conceber o mundo (PRATTA; SANTOS, 2007). Portanto, ainda que o processo de envelhecer ocorra individualmente, o ser humano sofre as influências do meio em que vive, e isso ocorre em qualquer etapa da vida, assim, a esfera familiar afeta diretamente, o modo como o sujeito vivencia este processo.

Desse modo, a família desempenha a função de um modelo ou um padrão cultural, sendo esta também o primeiro grupo social ao qual o ser humano já nasce inserido e a partir do funcionamento familiar tem-se a compreensão da ideia de ciclo de vida da família. Lopes *et al.* (2006) trazem as concepções de Carter e McGoldrick (1995) sobre o desenvolvimento de ciclo de vida da família, dentre os quais dividem-se em seis estágios: 1) os jovens solteiros; 2) o novo casal; 3) famílias com filhos pequenos; 4) famílias com filhos adolescentes; 5) o ninho vazio; e, finalmente, 6) famílias no estágio tardio de vida. A passagem do primeiro estágio para o segundo estágio é marcada pelo ritual de casamento, podendo ser um casamento civil e/ou religioso.

300

Para Ponzetti Jr. (*apud* LOPES *et al.*, 2006) a formação de um novo casal é um processo praticamente universal, tal como após este a designação de um novo papel social perante o ambiente, neste caso o papel de marido ou mulher, demarcando assim claramente a formação de um núcleo familiar. Narciso (2002) aponta como motivo principal para o casamento, a constituição familiar e atualmente a aquisição de *status* e respeito frente à sociedade. Este autor também defende que, o casamento na velhice assume um papel de constituinte da identidade, sendo importante para a manutenção da integridade pessoal no processo de envelhecimento.

Autores como Fiedrich Engels e Pierre Bourdieu fizeram uma análise crítica à evolução histórica e social do núcleo familiar. O marxista Engels, com base nos estudos de Morgan¹ transcorre algumas etapas antecedentes ao atual modelo de família monogâmica, que foi precedida pelo matrimônio por grupos, e até mesmo pela prática de poligamia entre os homens, e poliandria entre as mulheres.

A instituição família, como a conhecemos hoje, baseia-se na monogamia e está fundamentada na chefia absoluta do homem, tem como finalidade expressa a

¹ Morgan foi o primeiro que, com conhecimento de causa, tratou de introduzir uma ordem precisa na pré-história da humanidade, e sua classificação permanecerá certamente em vigor até que uma riqueza de dados muito mais considerável nos obrigue a modificá-la (ENGELS, 1984. p. 21)

procriação de filhos de paternidade indiscutível, tendo em vista a herança dos bens pelos herdeiros diretos, perpetuando assim o nome e poder do patriarca. Engels (1984) discorre ainda sobre a origem da desigualdade de gênero e o vínculo entre o desenvolvimento da família e de uma sociedade antagônica:

Assim, pois, nos casos em que a família monogâmica reflete fielmente sua origem histórica e manifesta com clareza o conflito entre o homem e a mulher, originado pelo domínio exclusivo do primeiro, teremos um quadro em miniatura das contradições e antagonismos em meio aos quais se move a sociedade, dividida em classes desde os primórdios da civilização, sem poder resolvê-los nem superá-los (ENGELS, 1984, p. 73).

Neste contexto, descrito pelo teórico revolucionário alemão, identifica-se o estabelecimento de um padrão familiar, caracterizado por maior solidez dos laços conjugais, aos quais só o homem pode romper; ainda lhe é concedido não só o direito de exercer a infidelidade conjugal, bem como o de punir mais rigorosamente a mulher que aja da mesma maneira, dado que leva o autor a concluir o caráter específico da monogamia que via de regra tornou-se uma imposição à mulher exclusivamente (ENGELS, 1984).

A teoria bourdieusiana encara o casamento como arranjo político, o autor compara-o a um jogo que tem por objetivo a manutenção da casa e da honra. A metáfora do jogo coloca o casamento individual como o resultado de um jogo de estratégias dependente de casamentos anteriores. Outra metáfora utilizada pelo autor exemplifica a manipulação dos limites genealógicos ou da distância geográfica, onde a distância equivale ao sentido do casamento, e que permite assimilar ou excluir parceiros ou inimigos em contextos políticos específicos.

Esta concepção coloca o casamento e a instituição família como campo social, e aponta para a socialização, que – segundo o conceito de *habitus* em Bourdieu (1987) é implementada com o desenvolver de uma série de produções de *habitus*, no decorrer da vida dos agentes. Neste ponto Silveira (2006) destaca:

A família implementa-se como categoria social objetiva (estrutura estruturada) e subjetiva (estrutura estruturante). Na primeira, os agentes familiares apresentam-se como executores da estrutura. São agentes ‘passivos’ diante de algo que se encontra fora das suas dimensões individuais. A segunda é impregnada do individual para o social, isto é, os membros familiares tornam-se ativos, mediante as determinações estruturais.

Pode-se concluir, que há um vasto campo de análise da construção socio-histórica do ser humano como pertencente a um contexto familiar, em evolução interpessoal e intergrupala que reflete na vida de todos ao seu redor, é visível então, a necessidade

de se ampliar os estudos às diversas gerações, diferenciando assim suas vivências e percepções, a partir do conjunto de saberes sociais partilhados que perpassa ou se modifica de geração para geração.

Representações sociais

O estudo das Representações Sociais permite a investigação de como se formam e como funcionam os sistemas de referência que todo ser humano possui através de suas construções na relação com o mundo. Segundo Moscovici (2003), para se compreender melhor o funcionamento do comportamento humano e o modo como os atores sociais se agrupam, devem-se considerar conjuntamente os afetos, as condutas, a organização, a sistematização de como eles compartilham crenças, atitudes, valores, perspectivas futuras e experienciais sociais.

A representação social, diferentemente das representações coletivas, não é somente uma herança dos antepassados, transmitida de maneira determinista, estática e preestabelecida, mas um conhecimento construtivo, de caráter social, que se origina nas conservações interindividuais e intergrupais (MOSCOVICI, 1984). A representação social é vista como sendo um processo público de criação, elaboração, difusão e mudança do conhecimento compartilhado no discurso cotidiano dos grupos sociais (DOISE, 1990; 1992; MOSCOVICI, 1984; 2003).

Desse modo, Doise (1990) afirma que a utilização das teorias sociais é bastante útil, na medida em que se lida com um marco conceitual que envolve tanto o nível intrapessoal de análise como interpessoal e o grupo. Para que tenhamos uma compreensão mais apurada de como as relações sociais invadem os campos sociais, Moscovici sistematizou processos cognitivos regulados por fatores sociais que são a objetivação e a ancoragem. Coutinho (2004) reafirma a importância da objetivação e ancoragem, elaborados por Moscovici, alegando que são responsáveis pela interpretação e atribuição de significados do objeto social. Assim, a ancoragem é entendida como uma forma de classificar ou dar nome a alguma coisa, e objetivar é entendido como a transformação de algo abstrato em algo mais concreto ou, ainda, como a transformação de algo que está na mente em algo do mundo real. A objetivação visa transformar algo que está no nível abstrato, desconhecido para outro do mundo real, mais acessível, tornando-o mais concreto e objetivo (SILVA, 2010).

Neste sentido Ribeiro (2011) afirma que as representações são, essencialmente, fenômenos sociais que, mesmo acessadas do seu conteúdo cognitivo, devem ser

compreendidas a partir do seu contexto de produção, trata - se do que as pessoas pensam e sentem e o do modo como fazem. Não é uma imagem estática de um objeto na mente das pessoas, está em contínuo movimento veiculada a prática social. É um processo psicológico que se constitui enraizado na história social, compreendido nas condições de vida dos grupos e na linguagem por eles utilizada (LUNA; NASCIMENTO, 2010).

As representações sociais do casamento demonstram que este pode ser vivenciado como “o lugar onde se encontra a felicidade” (SILVA; TRINDADE; SILVA JR. , 2012, p. 440), ou como “um lado reconfortante, um contraponto para enfrentar as demandas e exigências do mundo do trabalho”. Nesta última, família e casamento são entendidos como locais de apoio e do alívio do estresse e das pressões cotidianas, o que pode contribuir para a satisfação em nível pessoal e relacional (PERLIN; DINIZ, 2005).

O casamento já não pode ser visto como uma instituição estática e homogênea, também já não é encarado como algo indispensável e duradouro. Para Gomes e Paiva (2003), o casamento deve ser situado de modo a se distanciar do modelo institucional do passado, estando mais relacionado, na atualidade, a uma noção de mutatividade, transformação, flexibilidade em relação ao novo e diferente, instituindo um espaço de desenvolvimento interpessoal e criatividade.

A complexidade das modificações nos papéis e funções sociais de homens e mulheres, e o envelhecimento populacional colocam os estudiosos do comportamento e das relações humanas diante da necessidade de ampliar o foco de análise das relações interpessoais para compreender as representações sociais acerca do casamento entre gerações. Desse modo questiona-se, qual é a representação social das pessoas em diferentes gerações do casamento e da relação conjugal?

303

Métodos

Este estudo é caracterizado por uma pesquisa de campo, descritiva, e de natureza qualitativa; o mesmo sendo financiado pelos próprios pesquisadores. Considerou-se o método qualitativo como adequado porque ele se configura através de uma maior preocupação com o fenômeno, buscando compreender o modo como os significados são construídos. A pesquisa foi realizada na cidade de João pessoa, onde foram entrevistados 128 participantes, de ambos os sexos, sendo 59 do sexo masculino e 69 do sexo feminino, divididos em três grupos por faixa etária, o primeiro grupo formado por 51 pessoas com idade entre 18 e 40 anos, o segundo grupo

formado por 42 pessoas na faixa de 41 a 59 anos, e no terceiro grupo 35 pessoas com idade maior que 60 anos.

O instrumento utilizado foi um questionário elaborado pelos próprios pesquisadores. Os dados foram analisados através da Técnica de análise de conteúdo temática de Bardin (2010). O critério de inclusão da amostra foi a de estarem casados ou em relações estáveis há pelo menos 01 ano e aceitarem participar do estudo assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Resultados

A partir da análise de conteúdo acerca das representações sociais de jovens adultos entre 18 e 40 anos sobre a temática "casamento", verificou-se a distribuição de 260 unidades temáticas em duas categorias e 07 subcategorias, conforme observado (Tabela 1):

Tabela 1 - Análise de conteúdo das respostas dos participantes de 18 a 40 anos ($n=51$)

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	f
Concepção do casamento (f=82)	União	35
	Expressão de sentimento positivo	33
	Família	09
	Compartilhar situações adversas	05
Elementos necessários a uma boa relação conjugal (f=178)	Sentimentos positivos em relação ao outro	53
	Atitudes positivas em relação ao outro	116
	Estrutura de vida	09

Na primeira categoria que revelou a "*Concepção do casamento*", surgiram 04 subcategorias: União ($f=35$), Expressão de sentimento positivo ($f=33$), Família ($f=09$) e Compartilhar situações adversas ($f=05$). Já na segunda categoria "*Elementos necessários a uma boa relação conjugal*" emergiram 03 subcategorias: Atitudes positivas em relação ao outro ($f=116$); Sentimentos positivos em relação ao outro ($f=53$) e Boa Estrutura ($f=09$). Na tabela abaixo (Tabela 2) estão representadas as categorias que compõem a representação social que o grupo dos adultos com idade entre 41 e 59 anos, tem acerca do casamento, da qual emergiram 202 unidades temáticas, divididas em duas categorias e 11 subcategorias.

Tabela 2 - Análise de conteúdo das respostas dos participantes de 41 a 59 anos ($n=42$)

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	f
Concepção do casamento (f=80)	Expressão de sentimentos positivos	31
	Constituição de Família	18
	União	11
	Convivência	10
	Compartilhar situações adversas	08
	Comunicação	02
Elementos necessários a uma boa relação conjugal (f=122)	Sentimentos positivos em relação ao outro	66
	Amor	30
	Compreensão	11
	Diálogo	10
	Estrutura financeira	05

Da primeira categoria "Concepção do Casamento", surgiram 05 subcategorias: Expressão de Sentimentos Positivos ($f=31$), Constituição de Família ($f=18$), União ($f=11$), Convivência ($f=10$), Compartilhar situações adversas ($f=08$) e Comunicação ($f=02$). Já da segunda categoria "*Elementos necessários a uma boa relação conjugal*", obtivemos 05 subcategorias: Sentimentos positivos em relação ao outro ($f=66$), Amor ($f=30$), Compreensão ($f=11$), Diálogo ($f=10$), Estrutura Financeira ($f=05$).

A análise do grupo de idosos (Tabela 3), apresenta uma representação social do casamento que totalizou 149 unidades temáticas distribuídas em duas categorias e 08 subcategorias.

305

Tabela 3 - Análise de conteúdo das respostas dos participantes com mais de 60 anos ($n=35$)

CATEGORIAS	SUBCATEGORIA	f
Concepção do casamento (f=55)	Afeição em relação ao outro	21
	União	13
	Convivência	12
	Estrutura de Vida	05
Elementos necessários a uma boa relação conjugal (f=94)	Companheirismo	19
	Afeição em relação ao outro	27
	Compreender o outro	32
	Atributos / Qualidades	16

A primeira categoria referente à "*Concepção do casamento*" ($f=55$) subdividiu-se em 04 subcategorias: Afeição em relação ao outro ($f=21$); Convivência ($f=12$); União ($f=13$) e Estrutura de vida ($f=5$). Na segunda categoria "*Elementos necessários a uma boa relação conjugal*", emergiram 04 subcategorias: Compreender o outro, ($f=32$) afeição em relação ao outro ($f=27$), Companheirismo ($f=19$) e Atributos/Qualidades ($f=16$).

Discussão

A discussão dos dados foi estruturada de acordo com as categorias obtidas. Sendo assim discutiremos, primeiramente, as concepções do casamento nos diferentes grupos etários, e posteriormente, os elementos necessários a uma boa relação conjugal, buscando assim uma melhor compreensão da representação social do casamento entre gerações.

Concepção do casamento

Nesta primeira categoria, percebemos que o casamento, para os mais jovens, está ancorado na noção de união, objetivada através da necessidade de duas pessoas estarem juntas: *“União de duas pessoas que se gostam”*, de acordo com os estudos de Araújo (2002) nota-se que alguns indivíduos mais jovens da sociedade atual tendem a casar-se com o intuito único de viver com o (a) parceiro (a) sem planejar imediatamente a construção de uma família constituída também com filhos, podendo está união estar relacionada com fatores econômicos e psicológicos considerados por este como centrais do relacionamento.

306

Ressalta-se, porém, que os jovens pesquisados pelo nosso estudo trazem basicamente a necessidade de unir, justificada pela união de duas pessoas que possuem sentimentos positivos recíprocos, os quais também podem estar ou não implícitos outros fatores psicológicos, sociais ou econômicos. Surge também nos resultados à necessidade da união por status civil e religiosidade, denotando uma preservação da antiga e ainda atual representação da união estável pautada na legitimação judicial e religiosa (ZORDAN; FALCKE; WAGNER, 2009).

União (5) / União de duas pessoas (4) / Família unida (2) / União de duas pessoas que querem seguir juntos (2) / União civil e/ou religiosa de duas pessoas (2) / União estável (2) / Viver juntos (2) / Duas vidas em uma só (2) / União perfeita.

Nota-se também que o investimento emergido nas respostas dos jovens adultos pode ser associado às considerações de Zordan, Falcke e Wagner (2009, p. 60), que defendem que:

No casamento contemporâneo, os ideais do amor romântico, de que a união é única e eterna, tendem a fragmentar-se, principalmente, devido à emancipação e à autonomia das mulheres. Hoje, os parceiros não aceitam que o casamento não corresponda às suas expectativas de felicidade, prazer, compreensão mútua e companheirismo [...].

Esta consideração fica explícita ao se considerar os conteúdos na segunda subcategoria evidenciada por este grupo, na qual o casamento é ancorado na expressão de sentimentos positivos em relação ao cônjuge, e objetivado através de sentimentos como: "Amor (6) / Respeito (5) / Companheirismo (4) / Cumplicidade (3) / Carinho (2)".

Nota-se apenas o surgimento e a prevalência de sentimentos positivos, girando em torno de um ideário do amor perfeito, citado por Araújo (2002) como uma problemática moderna, tendo em vista que este ideal de casamento pautado no amor romântico coloca a prova à duração do casamento, pois este amor-paixão geralmente não possui uma duração extensa e sendo assim o amor conjugal ligado a ele também não dura. Araújo (2002, p. 74) ainda ressalva que: "Esse é o grande desafio que os casais modernos enfrentam nos dias de hoje e que os leva a redefinir expectativas e idealizações sobre o casamento".

Nota-se paralelamente a este foco na perspectiva positiva do casamento trazida pelos participantes do primeiro e do segundo grupo, o surgimento da subcategoria "Compartilhar Situações Adversas" e ao se comparar a frequência de resposta no que se refere na categoria *Concepção do Casamento*, percebe-se que nestes dois grupos esta subcategoria possui as menores frequências, tendo respectivamente no Grupo 1 uma frequência de 5 respostas que se enquadram nessa subcategoria, e no Grupo 2 uma frequência de 8 respostas enquadradas nessa subcategoria. O aumento da frequência no segundo grupo de adultos pode sugerir maior incidência destas situações neste grupo, conforme maior tempo de relação.

Desse modo percebe-se que esses grupos etários pesquisados retratam o casamento focando em seus pontos positivos, girando em torno do que foi anteriormente denominado como amor-romântico ou podendo ser intitulado numa perspectiva psicanalítica como um apaixonamento de caráter ilusório, ou seja, o eu do indivíduo apaixonado busca uma fusão narcísica ou completude a partir da união com o objeto de amor idealizado, o caráter ilusório deve-se por causa da atitude do apaixonado em projetar no objeto os seus próprios ideais narcísicos lhe atribuindo perfeições inexistentes, sendo assim essa ilusão funciona como uma defesa contra a realidade (FREUD, 1976).

A partir desse embasamento psicanalítico é possível pontuar que esta perspectiva de casamento está entrelaçada com uma idealização, no qual os conjugues buscam viver um amor perfeito e ignorando quaisquer aspectos negativos que podem surgir conforme o tempo de relacionamento se prolonga, tais como discussões envolvendo aspectos psicológicos, sociais e financeiros que estão interligados intimamente ao fenômeno do casar-se.

Quando comparamos, no entanto, os dois primeiros grupos, não podemos dizer que há grandes diferenças, mas, há algum distanciamento dos mais jovens, em

relação à visão do casamento institucionalizado, que tinha como objetivos principais a procriação e constituição de família.

Embora este tenha sido o modo dominante de se pensar a relação conjugal, nota-se que não só entre os mais jovens como também o grupo de adultos mais maduros, assim como entre os idosos, prevaleceu uma concepção do casamento ancorada na afeição em relação ao outro, objetivada, através de:

Respeito (6) / Amor (4) Amizade (3) / Paciência (1) / Confiança (1) / Sabedoria (1) / Consideração (1) / Compreensão (1) / / Uma relação baseada no amor, respeito, compreensão mútua e complementando tudo isso, muita renuncia de ambos em favor de uma vida de paz, principalmente, com a vinda dos filhos. (1) / Aceitação de erros (1) / Tratar bem (1).

Contudo, com exceção dos idosos, as respostas dos outros dois grupos de adultos trouxeram uma concepção do casamento ancorada também no modelo de constituição de família:

Vida a dois para formar família/ fundamentação da vida em família/ união da família/ família/ a sagrada família/ união que gera frutos/ relação conjugal/ duas pessoas vivendo a mesma vida/ construção de uma vida/ relacionamento entre duas pessoas/ Desenvolvimento e procriação da espécie/constituir família/ união de duas pessoas que se amam (5) / união a dois.

308

Ou seja, está ancorada na concepção de casamento – historicamente construída pelos valores religiosos e morais – na qual, como afirma Pretto (*et al*, 2009. p. 396) “o casamento vai se configurando como o espaço mais apropriado para a realização do amor”. Percebe-se também que a perspectiva de casamento surge paralela nos três grupos com aspectos tradicionais ou modernos, tal como conclui os estudos de Silveira (2006), de acordo com esta autora as concepções antigas mesclam-se as novas, dessa forma o presente e o passado consolidam o trabalho de instituição da família.

Partindo do ponto de vista de que os idosos por serem mais tradicionalistas – além de mais apegados à religião – esperava-se, que este grupo, bem mais que os jovens, tivessem uma representação social de casamento como meio para constituição de família, no entanto percebe-se a concepção de casamento muito mais ligada à afetividade, união e ainda convivência.

Conviver (2) / É a convivência entre um homem e uma mulher (2) / É viver os dois na maior tranquilidade, com paz e harmonia, sem agonia/ É a convivência do casal “diuturnamente” (*sic*) / Se dá bem um com o outro, evitar confusão, companheirismo (*sic*) / Cumplicidade/ É um conjunto de cooperação mais deveres entre duas pessoas, que se entendem e se amam/ O convívio de duas pessoas/ É uma relação boa, não tem briga, somos parceiros, cada um tem seus afazeres/ Viver bem, nunca brigar.

A convivência também foi destacada pelo grupo de adultos na faixa dos 41 a 59 anos, objetivada através: “A vida a dois (4) / viver bem (2) / conhecer defeitos e qualidades (2) / partilhar rotina”, para Calligaris (*apud* GOMES; PAIVA, 2003) a diferença na perduração do bom relacionamento estaria no esforço dos parceiros em conviver com a rotina de todos os dias, tal como as qualidades e defeitos dos seus conjugues.

Ainda percebemos que os idosos não pontuaram algo como adversidades no relacionamento, entretanto, quando falam em convivência, mencionam “Viver bem, nunca brigar/ Se dá bem um com o outro, evitar confusão, companheirismo (*sic*)”, evidenciando um modo diferente de lidar com tais adversidades e conflitos, “evitando-os” para manter uma boa convivência.

Para Barboza (2011) é necessário certo nível de tensão entre os cônjuges, tensão que surge da convivência de duas pessoas com experiências e valores diferentes, necessidades e expectativas que, na maioria das vezes, não serão totalmente atendidas. Para a autora os conflitos em um relacionamento conjugal são inerentes ao casamento, sendo necessário saber administrá-los, do contrário cria-se a crise do casamento. Porém as situações adversas citadas pelos participantes, não estão relacionadas apenas a conflitos entre o casal, mas também a dificuldades, problemas, tristezas, etc.

Como afirma Barboza (2011) para que aja uma interação conjugal é necessária intimidade suficiente e esta intimidade é alcançada imprescindivelmente pelo estabelecimento de uma comunicação aberta e livre entre o casal. Aqui podemos destacar o que, para o segundo grupo da nossa amostra seria não apenas necessário, mas, constituinte, visto que a concepção trazida, não é de comunicação somente como elemento, mas também, de casamento sendo um diálogo constante, concepção ancorada na comunicação, e objetivada através de “Um discurso aberto e livre/ dialogar sobre tudo”.

Por fim, do grupo dos idosos, ainda emergiu a categoria “estrutura de vida”, nesta subcategoria pode-se apreender a alta carga de importância que o casamento tem para os idosos, consistindo em algo bastante significativo e sendo qualificado como altamente positivo:

É a estrutura da vida; é a mola da família / Me casei muito nova, passei por muitas dificuldades, mas para mim foi muito importante para minha vida/ É compartilhamento de vida/ É a melhor coisa do mundo, ter uma companheira/ Casamento é a melhor coisa do mundo. Tenho uma mulher maravilhosa que cuida e gosta de mim.

Para Gomes e Paiva (2003, p. 9), o casamento está mais relacionado, a uma noção de mutatividade, transformação, flexibilidade em relação ao novo e diferente, instituindo um espaço de desenvolvimento interpessoal e criatividade e deve ser visto

como um “veículo para o desenvolvimento individual uma abertura para encarar o novo contido na rotina do dia-a-dia, crescimento tendente à maturidade e criação de um ‘espaço potencial’ entre os cônjuges”.

Elementos necessários a uma boa relação conjugal

Em relação ao primeiro grupo pesquisado, caracterizados na Tabela 1, os participantes destacam a necessidade de demonstrações de sentimentos e atitudes positivas como um elemento necessário para haver a satisfação conjugal. Dentre desses sentimentos percebe-se a perseverança do amor ($f=33$) e compreensão ($f=13$) e dentre as atitudes foi evidenciado o Respeito ($f=32$), Companheirismos ($f=17$), Confiança ($f=13$) e Fidelidade ($f=9$) como os mais significativos.

Oltramari (2009) conceitua o amor pelo conjugue como um sentimento de gostar incondicionalmente deste, tendo como objetivo só lhe fazer o bem. O referido autor também ressalva a importância do amor na atualidade, o defendendo como mais importante atualmente do que antigamente, pois a partir dele o casal pode trazer estabilidade a sua vida conjugal, o considerando assim um “importante elemento para conjugalidade”.

310

Pretto, Maheirie e Toneli (2009) postulam a importância da criação de laços que possibilitem que o casal resista a conflitos, atribuindo para isto, à necessidade de outras formas de sentimentos ou atitudes que coexistam com o amor, como por exemplo, a compreensão, a confiança e o respeito. Essa demonstração de afetos é também imprescindível para estabelecer um sentimento valorativo ao relacionamento, principalmente no que diz respeito ao aspecto emocional, sob a perspectiva dos autores essa demonstração atribui um caráter de satisfação e prazer ao relacionamento, principalmente para aqueles que evidenciam e configuram práticas de cuidados com o parceiro, por meio da cumplicidade, fidelidade, companheirismo, respeito e dedicação.

No que diz respeito à subcategoria “Estrutura de Vida”, os participantes demonstraram a importância de haver uma estruturação no relacionamento, tanto de valor emocional, moral e financeiro. A autora Neves (2007) traz a concepção do sociólogo William Goode (1959), o qual postula que a estrutura do relacionamento amoroso determina a intensidade de atração, a proximidade ou afastamento de uma pessoa de um relacionamento íntimo, desse modo, consideremos que estes valores emocionais, morais e financeiros podem influenciar diretamente na estabilidade ou não de um relacionamento conjugal saudável, todavia Barboza (2011, p. 302) afirma que: “Embora o casamento envolva compromissos, provações e renúncias, também deve ser fonte de prazer, divertimento e felicidade”.

No segundo grupo da amostra, constado na tabela 2, vê-se igualmente a necessidade do amor e de outros sentimentos positivos, como no primeiro grupo, no qual se percebe uma maior valorização dos componentes emocionais no relacionamento; Carvalho e Paiva (2010) ressaltam que os relacionamentos modernos por possuírem ainda uma duração incerta, existem neles uma maior busca de satisfação entre os conjugues, estas associadas principalmente ao aspecto emocional.

Este primeiro grupo por se tratar ainda de casais que ainda se encontram no começo do relacionamento demonstraram mais destacadamente os aspectos emocionais, enquanto no segundo grupo já surge outros componentes considerados tão importantes quanto o amor e o afeto, tais como o diálogo, a compreensão e a responsabilidade financeira. De acordo com Barboza (2011), na interação conjugal é indispensável à abertura de um diálogo gerador de liberdade e intimidade suficiente para o casal.

Desse modo, vê-se que o casamento para o segundo grupo etário principia a necessidade de maior entrosamento entre ambas a parte e conota ao mesmo tempo a importância de ter uma constituição social e econômica estável, que permita condições adequadas de moradia e a possibilidade da constituição de um lar, com filhos ou não. O referido autor ainda ressalva que atualmente ainda é dada nos relacionamentos grande importância ao amor, à individualidade, à independência emocional e econômica, à maternidade e paternidade.

No que se refere à necessidade de Estrutura Financeira para um relacionamento satisfatório, apontada pelo segundo grupo, nota-se que diversos aspectos justificam e consolidam o casamento e podem ser aspectos cruciais no relacionamento de alguns casais, a necessidade de obter bem materiais, prestígio social ou crescimento e estabilidade financeira podem tornar a união mais desejável (ZORDAN; FALCKE; WAGNER, 2009).

O terceiro grupo etário, também evidencia conteúdos referentes à necessidade de afetos, mais prevalecem principalmente discursos de compreender o outro, companheirismo e qualidades que são importantes no relacionamento. Vê-se assim uma clara diferença cultural entre as gerações aqui estudadas, em comparação com os demais grupos, nos quais se nota uma maior estima aos aspectos sentimentais do relacionamento, o terceiro grupo atribui maior valoração aos aspectos que auxiliam na convivência do casal, os autores Beall e Sternberg (*apud* NEVES, 2007) postulam o amor como uma construção social e emocional não universal sofrendo variações culturais.

Percebe-se que para estes indivíduos o relacionamento sofreu a partir da convivência e do cotidiano uma mudança em sua representação e constituição, caracterizando-se por uma compreensão e companheirismo pautados de afetos em relação a outro, para que seja possível uma intimidade que propicie igualdade entre os parceiros e uma comunicação emocional de ambas as partes (BARBOZA, 2011).

Os participantes desse grupo etário também evidenciam a importância de qualidades, tais como Inteligência, Humildade, Sabedoria, Paciência, Seriedade, Responsabilidade, Tolerância e Maturidade emocional em ambas as partes; esses atributos postulados aqui como qualidades, possibilitam que o casal estabilize, conserve e sustente da melhor forma a relação, tendo em vista que está se baseia na convivência diária de duas pessoas com experiências, valores, necessidade e expectativas diferentes.

Considerações finais

A análise dos dados coletados possibilitou uma melhor compreensão a cerca das representações sociais dos diferentes grupos etários pesquisados. No que tange a concepção do casamento, nota-se relevantes divergências entre os indivíduos pesquisados. Enquanto os participantes que formaram o grupo de jovens adultos evidenciam sentimentos associados principalmente ao simbólico da união e a demonstração de atitudes positivas para com o cônjuge, o grupo dos adultos acrescenta a essas duas características a importância da convivência e principalmente da família como forma de concretização do relacionamento.

312

Enquanto nos idosos destacaram-se atitudes de afeição para com o conjugue e bem como de união e convivência, tendo em vista que nessa etapa do ciclo familiar, o casal encontra-se vivendo basicamente em companhia do parceiro. No que diz respeito aos elementos necessários para um bom casamento surge no primeiro e segundo grupo, sentimentos e atitudes positivas em relação ao conjugue, enquanto para os idosos prevalece a necessidade do companheirismo, de compreender o outro, bem como de afeição e qualidades que visam melhorar a convivência.

Nessa perspectiva vê-se que nos dois primeiros grupos prevalece primariamente o lado emocional do relacionamento e secundariamente os aspectos de estabilidades, podendo ser de fator social ou econômico, como o segundo grupo em que surge maior destaque à necessidade de estabilidade financeira para a formação de uma família; é notável também o surgimento em menor escala de conceber o casamento como um "compartilhamento de situações adversas", nota-se assim que durante o processo de construção do casamento podem surgir situações adversas dentro do núcleo familiar, provocando a necessidade de estabilidade financeira e emocional, pois ambas possibilitam uma melhor resolução dessas problemáticas.

Desse modo é notável um maior amadurecimento nesse grupo etário, no qual se relaciona principalmente com a idade dos participantes, do mesmo modo é perceptível nos participantes idosos, à representação do casamento ancorado e objetivado na convivência e rotina, fenômeno que pode então explicar o porquê dos mesmos

enfatarem a compreensão como um dos elementos mais importantes para manter um bom relacionamento, pois a partir da compreensão mútua conseguem superar as dificuldades que possam ter surgido ao longo do tempo no relacionamento, desenvolvendo assim uma estabilidade emocional na relação.

Chama-se a atenção também o fato de haver em todos os grupos etários pesquisados uma maior frequência de respostas relacionadas aos aspectos positivos da vida a dois, enquanto os aspectos negativos surgem numa representatividade menor, possivelmente isso se deva ao fato dos aspectos negativos serem desprivilegiados ou mesmo omitidos pelos sujeitos pesquisados, numa tentativa de superar apenas aspectos simbólicos associados comumente ao relacionamento, ignorando assim os conteúdos subjacentes e os que trazem empecilhos ou inviabilizariam o relacionamento a dois.

Sendo assim, o presente estudo possibilitou uma compreensão sobre como esses três grupos etários percebem seus casamentos, a partir do estudo foi possível notar que um relacionamento amoroso sofre a influência de diversos fatores, os quais variam de acordo com os aspectos psicológicos, sociais, culturais e econômicos de cada casal. Para a amostra pesquisada algumas características se destacam tais como o amor, a compreensão mútua, a demonstração de afetos, a estabilidade financeira e a união, considerado pelos participantes como fatores importantes em um relacionamento.

Neste contexto, é de suma importância, que não cessem os estudos acerca do tema, principalmente com o intuito de gerar novas pesquisas sobre a representação social do casamento em outros contextos, para que seja possíveis futuras realizações de comparações interculturais, auxiliando assim na compreensão das mudanças ocorridas tanto no modo de pensar, como no comportamento das pessoas, e ainda no desenvolvimento das suas relações interpessoais.

313

Referências

ARAÚJO, Maria de Fátima. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações.

Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 22, n. 2, p. 70-77, 2002.

BARBOZA, S. N. As diversas formas de conjugalidade na eterna busca da felicidade

Polêm!ca, v. 10, n. 2, p. 299-306, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BOCK, Ana Mercês Bahia et al. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- CARVALHO, F. C. G. ; PAIVA, M. L. de S. C. O olhar de três gerações de mulheres a respeito do casamento. **Bol. psicol**, v. 59, n. 131, p. 223-235, 2010.
- COUTINHO, M. P. L; ARAUJO, L. F. ; GONTIÈS, B. Uso da maconha e suas representações sociais: estudo comparativo entre universitários. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 469-477, 2004.
- DOISE, W. Les representations sociales. In: GHIGLIONE, C. ; RICHARD, J. P. (Org.). **Traité de psychologie cognitive**. Paris: Dnod, 1990.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Trad. Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- FREUD, S. Narcisismo: uma introdução. In: _____. **A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1976 [1914], p. 85-120.
- GOMES, I. C. ; PAIVA, M. L. S. C. Casamento e família no século XXI: possibilidade de holding? **Psicol. estud.**, v. 8, p. 3-9, 2003.
- LEPRE, R. M. Desenvolvimento humano e educação: diversidade e inclusão. In: **Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental**. São Paulo: Bauru, 2008.
- LOPES, R. C. S. et al. Ritual de casamento e planejamento do primeiro filho. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, 2006.
- LUNA, V. L. R. ; NASCIMENTO, Z. A. **Desafios da Psicologia contemporânea**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2010.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- _____. The phenomenon of social representations. In: FARR, M. ; MOSCOVICI, S. (Ed.). **Social representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- NARCISO, I. S. Janela com vista para a intimidade. **Psychologica**, v. 31, p. 49-62, 2002.
- NEVES, A. S. A. As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: a caminho do "amor confluyente" ou o retorno ao mito do "amor romântico"? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 609-627, 2007.
- NORGREN, M. B. P. et al. Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível. **Estud. psicol.**, v. 9, n. 3, p. 575-584, 2004.
- OLTRAMARI, L. C. Amor e conjugalidade na contemporaneidade: uma revisão de literatura. **Psicologia em Estudo**, v. 14, n. 4, p. 669-677, 2009.
- PAIVA, M. L. S. C. Casamento e família no século XXI: possibilidade de holding? **Psicologia em Estudo**, v. 8, p. 3-9, 2003.
- PERLIN, G. ; DINIZ, G. Casais que trabalham e são felizes: mito ou realidade? **Psicol. clin.**, v. 17, n. 2, p. 15-29, 2005.

- PRATTA, E. M. M. ; SANTOS, M. A. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, 2007.
- PRETTO, Z. ; MAHEIRIE, K. ; TONELI, M. J. F. Um olhar sobre o amor no ocidente. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 2, p. 395-403, 2009.
- RIBEIRO, C. G. **Representações sociais da violência doméstica**: qualidade de vida e resiliência entre mulheres vítimas e não vítimas. Tese (Doutorado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.
- SIFUENTES, T. R. ; DESSEN, M. A. ; OLIVEIRA, M. C. S. L. Desenvolvimento humano: desafios para a compreensão das trajetórias probabilísticas. **Psicologia - Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 23, n. 4, 2007.
- SILVA, J. A. P. A teoria das representações sociais na pesquisa interdisciplinar. **Revista de ciências humanas**, Florianópolis, v. 44, n. 2, p. 537-541, 2010.
- SILVA, P. O. M. ; TRINDADE, Z. A. SILVA JUNIOR, A. As representações sociais de conjugalidade entre casais recasados. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 17, n. 3, p. 435-443, 2012.
- SILVEIRA, I. T. Sociedade, educação e família. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 22, p. 180-193, 2006.
- ZORDAN, E. P. ; FALCKE, D. ; WAGNER, A. Casar ou não casar? Motivos e expectativas com relação ao casamento. **Psicol. rev.**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 56-76, 2009.

Artigos

BUROCRACIA E BANALIDADE DO MAL: UMA ARTICULAÇÃO ENTRE OS PENSAMENTOS DE WEBER E ARENDT*

Samuel Henrique Machado*¹

Ernesto Schönle Junior*²

Resumo: A pretensão nesse estudo é analisar o vínculo estabelecido por Hannah Arendt entre (a) suas teorizações em torno do que chamou de “banalidade do mal”, na obra *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, e (b) a teoria da burocracia de Max Weber, na obra *Economia e Sociedade*. O propósito é elucidar o argumento arendtiano sobre as características específicas que indicam o aspecto universalizante dos princípios moralistas enunciados pelo oficial nazista Eichmann, em seu julgamento, bem como demonstrar o sintoma que este produziu, dado seu assujeitamento pela racionalidade burocrática do Terceiro Reich. Finalmente, o propósito é demonstrar para as áreas de ética e política a validade da análise de Arendt, análise esta que permitiu uma formulação teórica original sobre o mal e sua implicação na sociedade.

Palavras-chave: Banalidade do mal; Burocracia; Racional-legal; Dessubjetivação.

Abstract: The main objective of this study is to analyze the link made by Hannah Arendt between (a) her theorizing about what she called the “banality of evil” in *Eichmann in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil*, and (b) theory of bureaucracy of Max Weber, *Economy and Society*. The purpose is to elucidate the Arendt’s argument about specific characteristics that indicate the universalizing aspect of moral principles of the Nazi officer Eichmann in his legal judgment, as well as demonstrate the symptoms produced by him, given its subjection by bureaucratic rationality of the Third Reich. Finally, the purpose is to demonstrate to the disciplines of ethics and politics, the validity of Arendt’s analysis. Her analysis was the basis for the initial theoretical formulation over evil and its implications for society.

Keywords: Banality of evil; Bureaucracy; Legal-rational; Desubjectivation.

317

* Artigo submetido à avaliação em 21 de setembro de 2015 e aprovado para publicação em 23 de outubro de 2015.

¹ Graduado em Filosofia pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Pós-graduado em Sociologia pela Universidade Gama Filho.

² Psicanalista. Graduado e mestre em Psicologia pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Realiza pós-doutorado em Letras pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Membro do Centro de Estudos Lacaneanos (CEL).

Introdução

O objeto de estudo desse trabalho aborda as teorizações de Hannah Arendt em torno do que chamou de “banalidade do mal” (conceito que se mantém ainda polêmico e incompreendido), em virtude de sua análise do julgamento de Adolf Eichmann, tenente-coronel nazista responsável pela deportação de centenas de judeus aos campos de extermínio. O fio condutor será mostrar que a inferência de Arendt subscreve a teoria da burocracia tão bem caracterizada pelo sociólogo alemão Max Weber.

O ponto de vista sob o qual o tema é aqui abordado revela sua importância para as ciências humanas, especificamente para os campos da ética e da política, pois pressupõe um fenômeno de efeito social corrosivo e/ou desintegrador, o qual merece um olhar bastante atento. Trata-se do assujeitamento moral do indivíduo em função de protocolos burocráticos em nome do que Weber chamou de “honra do funcionário público”, quando vertida pela moral dos últimos fins, a qual pressupõe o reto seguimento do fluxo protocolar de sistemas burocráticos, sem afetações subjetivas, como compaixão, remorso, respeito à vida e outros; a disfunção que faz do funcionário zeloso um sujeito instrumentalizado, incapaz de resistir às ordens que recebe.

318

Em outras palavras, é possível daí compreender como o desenvolvimento de alguns fenômenos sociais de gênese “visionária” (delirante, como o de uma sociedade “pura e perfeita” e aniquiladora da pluralidade, enquanto diversidade daqueles que se manifestam) é condicionado pela racionalidade legal de sistemas burocráticos formalistas, os quais, em função de sua aplicabilidade rotineira e estanque, acabam por exigir do indivíduo o cumprimento acrítico de suas prescrições.

Nesse ponto, nota-se a intersecção fraturada entre ética e lei, uma zona infame onde o pensar e o julgar críticos são extirpados, permitindo que as muitas formas de violência se normatizem – eis o antídoto para que o mal se manifeste de modo que passe a ocupar o lugar daquilo que é ordinário, cotidiano.

A banalidade do mal, segundo Arendt

Em 1963, Arendt escreveu uma série de artigos para o *The New Yorker*, mais tarde reunidos e publicados sob o título *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trata-se de um ensaio filosófico sobre o processo de julgamento (ocorrido em 1961) de Adolf Eichmann, um oficial nazista responsável pelo transporte de inúmeros judeus para campos que alimentavam a indústria da “Solução Final”. Ele foi julgado culpado por crimes contra a humanidade e condenado à morte pela força.

Arendt esteve presente nesse processo de julgamento e o relato que publicou sobre o mesmo chocou a comunidade judaica. *Grosso modo*, podemos resumir-lo em duas teses: 1) Eichmann perdeu a faculdade de juízo moral, o que pressupõe a perda conjunta da capacidade de pensar criticamente; e 2) os membros do *Judenrat* cooperaram com os nazistas no assassinato de judeus.

Óbvio que são afirmações que causam um mal-estar tremendo. Ela pagou o preço. Caiu no descrédito da comunidade acadêmica, perdeu amigos, foi tachada de nazista. É preciso entender, contudo, que Arendt viu no holocausto a encarnação do mal, e que não inferiu quaisquer juízos próprios de valor moral sobre o oficial nazista e/ou sobre o *Judenrat*.

Sobre Eichmann, suas conclusões tratam de sua incapacidade de pensar autonomamente – algo que se assemelha a uma leitura psicanalítica. Ou seja, é possível inferir de seu relato que o sujeito pensante dentro de Eichmann não era o próprio Eichmann, mas o princípio egoico-agressivo do *Führer*. O que ela concluiu é que Eichmann não era um “monstro”, nem mesmo um antissemita, mas um “mero burocrata”, um indivíduo de face objetal, cujas ações se enquadram no ridículo, por vezes no engraçado. Tal tese reside no intelecto superficial de Eichmann, no seu profundo distanciamento da realidade e no seu “horível dom de se consolar com clichês” (ARENDR, 2013, p. 68). Nesse sentido, Arendt (2013, p. 67) articula:

Apesar de todos os esforços da promotoria, todo mundo percebia que esse homem não era um ‘monstro’, mas era difícil não desconfiar que fosse um palhaço. E uma vez que essa suspeita teria sido fatal para toda a empresa, além de dificilmente sustentável diante dos sofrimentos que ele e seus semelhantes causaram a milhões de pessoas, suas piores palhaçadas mal foram notadas e quase nunca reveladas na imprensa.

Essa tese não livra Eichmann da culpa, mas também não o coloca na posição de genocida pretencioso e engenhoso, como Israel queria fazer a comunidade judaica crer. A posição do oficial era a de um produto de uma racionalidade monstruosa. Em outras palavras, Arendt entendeu que no decurso político do Terceiro *Reich*, Eichmann (e, por indução, conclui-se que também vários outros soldados nazis) tivera sua consciência ética extirpada pela autoridade racional-legal da burocracia nazi. Ou seja, ele perdeu aos poucos a capacidade de inferir o certo e o errado, o justo e o injusto, segundo os parâmetros do pensar crítico-reflexivo. E isso o colocou na condição de sujeito idiotizado, amputado da consciência de responsabilidade ética.¹

¹ Eis o sucesso dessa racionalidade burocrática: não necessita contar com “monstros”, mas com sujeitos comuns, supérfluos no pensar e obedientes.

É muito importante que haja a compreensão sobre tal condicionamento, pois é justamente o que possibilita o entendimento do conceito arendtiano “banalidade do mal”: o mal que atingiu proporções extremas na Alemanha nazi não foi um produto engenhoso de um único homem mal ou de mais de um; foi, sim, o resultado de ações de sujeitos burocratizados, despojados de reflexividade crítica pela nuvem ideológica perverso-burocrática de uma “Sagrada Alemanha” – ou seja, aos poucos cada um se transformou num dente de uma imensa engrenagem, num fiel seguidor da lei, incapaz de empregar sobre a lei a força corrosiva do pensar.

A culminância dessa acefalia pode ser exemplificada assim: num momento o sujeito cumpre com o dever de assinar simples relatórios de compra de mantimentos, no outro, cumpre com o dever de assinar a deportação de judeus para os campos de extermínio. O sentimento em ambos? O mesmo: o do dever cumprido em nome da lei!

Trata-se, pois, de uma posição aquém da faculdade de julgar e de total submissão à lei. Com isso, a legitimidade da lei nazi exerceu sentido absoluto, o que deu plena sustentação às ordens de Hitler e serviu de estopim para todo um universo sistêmico de burocracias administrativas que deram legalidade às piores atrocidades – tal como Arendt (2013, p. 167) atesta:

Eichmann, muito menos inteligente e sem nenhuma formação, percebeu pelo menos vagamente que não era uma ordem, mas a própria lei que os havia transformado a todos em criminosos. Uma ordem diferia da palavra do *Führer* porque a validade desta última não era limitada no tempo e no espaço – a característica mais notável da primeira. Essa é também a verdadeira razão pela qual a ordem do *Führer* para a Solução Final foi seguida por uma tempestade de regulamentos e diretivas, todos elaborados por advogados peritos e conselheiros legais, não por meros administradores; essa ordem, ao contrário de ordens comuns, foi tratada como lei. Nem é preciso acrescentar que a parafernália legal resultante, longe de ser um mero sintoma do pedantismo ou empenho alemão, serviu muito eficientemente para dar a toda a coisa a sua aparência de legalidade.

320

A segunda tese do livro de Arendt, de que o *Judenrat* (Conselho Judeu) cooperou com os nazis, fala sobre a obediência desse conselho para com as diretivas dos soldados nazistas na coleta de informações do censo e na organização de deportações de membros da sua própria comunidade para os campos de concentração. Arendt sabia que tal conselho era constantemente vigiado e que as ações de seus membros eram controladas por severas condições coercitivas (sendo a pena de morte a mais grave), o que implica agir por temor.

Por isso, nada foi mais doloroso para Arendt do que sua conclusão (sem sentido de censura, mas de narrativa sobre uma infeliz realidade) sobre a cumplicidade do *Judenrat* na aniquilação de seu próprio povo. Ela acordou com o senso comum ao

afirmar que Eichmann não tinha o direito de negar sua responsabilidade moral pelos crimes que cometeu, mas a afirmação conjunta de que os membros do *Judenrat*, dado sua pusilanimidade, também falharam com sua responsabilidade, causou um tremendo alvoroço na comunidade judaica. E como se não bastasse, sua alegação de que Eichmann cometeu seus crimes na posição de um burocrata impessoal, esvaziado de motivações e de consciência moral e/ou amputado da faculdade de julgar, foi um estrondo “imperdoável” por parte daqueles incapazes de perceber o quanto a lógica burocrática tem o poder de ocultar a banalização do mal.

No que diz respeito à responsabilidade, a qual Arendt faz referência, considera-se aquela das ações que necessitam ser sempre avaliadas de acordo com suas consequências, bem como pela capacidade de o agente responder por essas consequências. Considera-se, outrossim, que haja capacidade crítico-reflexiva sobre o que torna justa ou injusta uma consequência, independente das condições externas.

Contudo, em tempos sombrios ocorre um estado de coisas que torna muito difícil localizar essa responsabilidade. Culmina que muitos indivíduos perdem a capacidade de julgar autonomamente as ações à sua volta, o que os coloca à mercê de decisões que eles próprios restringem aos representantes no governo e/ou ao aparato governamental. Sentem, assim, que suas próprias decisões passam a inexistir. Esquecem mesmo de suas responsabilidades individuais e coletivas.

Foi algo dessa natureza sombria que atingiu os membros do *Judenrat*. E foi esse um dos motivos que levou a muitos interpretar que Arendt não teve piedade ao tirar conclusões sobre a falta de responsabilidade dos membros desse conselho. Disseram que foram conclusões precipitadas e mesmo crivadas de arrogância e crueldade. Mas, ela o fez em nome do espírito humano e da sua faculdade de julgar, que compreende a recusa a qualquer pessoa, mesmo às vítimas, do direito de fugir à sua responsabilidade. Ela própria levou muito a sério a responsabilidade de expor essas ideias; e ao defender uma verdade mais condizente com a ética individual, ela exerceu, sem sombra de dúvidas, autoridade intelectual, embora em condição solitária.

Quanto à tese de que a racionalidade-legal burocrática Nazi levou Eichmann a agir pelo viés da banalidade do mal, é preciso entender em que sentido. Para tanto, deve-se antes discorrer atentamente sobre teoria weberiana da burocracia.

A burocracia, segundo Max Weber

Para Max Weber, o progresso das sociedades é facilitado por três tipos de autoridade, os quais exercem no contexto da sociedade uma dominação. Tais tipos

ele identifica como *tradicional, carismático e racional-legal*. A primeira pressupõe o apego aos valores geracionais, como, por exemplo, a autoridade dos reis “dada por Deus”, ou a dos papas. A segunda é bastante excepcional, dado que se organiza sobre atributos pessoais do líder; ou seja, requer a pessoalidade entre o líder e seus seguidores, baseada não no vínculo racional, mas no emocional. Já o tipo racional-legal de autoridade, tem como premissa a legitimidade do padrão de regras normativas, sob as quais é justificada a autoridade de emitir comandos. Esse terceiro tipo de autoridade constitui a base do conceito de burocracia e da fundação da era moderna, cujas “regras calculáveis têm importância predominante, dado que a peculiaridade da cultura moderna, especialmente a de sua base técnico-econômica, exige precisamente esta calculabilidade do resultado” (WEBER, 1999, p. 213). Assim, é somente através da coordenação burocrática das atividades humanas, organizadas de acordo com princípios racionais-legais, que o planejamento em larga escala de recursos de poder governamental é possível. É com ela que os objetivos do Estado, da economia, ciência e tecnologia são atingidos de forma eficiente.

Weber se opõe à afirmação do senso comum que toma a burocracia como um obstáculo, uma lentidão no serviço público. Ele defende que os tipos burocráticos de organização são tecnicamente superiores a todas as outras formas de administração e que constituem a instrumentalidade por excelência da era moderna, o mais bem-sucedido exemplo da história da administração pública, graças à sua maior vantagem, a previsibilidade dos resultados.

Por outro lado, ele atenta que é justamente em função dessa racionalização que a burocracia sofre algumas disfunções, como a incapacidade de lidar com as particularidades de casos individuais – o que pressupõe um distanciamento da intensidade da vida ou da ‘boa vontade’ humana, como queria Immanuel Kant.

Tais disfunções são fruto da rotina que o corpo burocrático consolida na sociedade, a ponto de se tornar estanque. Nesse descompasso, Weber reflete sobre a diferença entre o político e o burocrata: o primeiro é dado a novos projetos e mudanças; o segundo é dado à rotina habitual que lhe permite prever os resultados. Weber entendeu que a governamentalidade subordinada à burocracia é algo problemático, em função de sua tendência à inflexibilidade na aplicação das regras. Ou seja, para ele a natureza específica da burocracia.

Desenvolve sua peculiaridade específica, bem-vinda ao capitalismo, com tanto maior perfeição quanto mais se desumaniza, vale dizer, quanto mais perfeitamente consegue realizar aquela qualidade específica que é louvada como sua virtude: a eliminação do amor, do ódio e de todos os elementos sentimentais, puramente pessoais e, de modo geral, irracionais, que se subtraem ao cálculo, na execução das tarefas oficiais (WEBER, 1999, p. 213).

Portanto, pode-se entender que com tanta ênfase no profissionalismo, no lugar das escolhas pessoais de uma autoridade arbitrária, há na coordenação burocrática a garantia de que a objetividade racional seja sempre a ordem do dia.

O espírito burocrático nazi e a banalização do mal

As estruturas burocráticas das instituições sociais articuladas por Weber nos remetem ao panóptico benthamiano, no viés de Michel Foucault, onde os trabalhadores são constantemente supervisionados, analisados, testados, controlados e repreendidos quando não são bons seguidores das normas. Nesse mesmo viés, as pessoas sentem que a burocracia envolve todos os domínios de suas vidas, lhes impondo restrições.

Dessa forma, o aparato burocrático não considera a importância do papel das relações informais que existem em todas as organizações humanas. E dado sua autoridade racional-legal, ameaça as normas e práticas que regem e governam a comunidade democrática, aquela de acordo com o modelo da *polis* grega, que tradicionalmente tolera o *heteros* da divergência, o diálogo plural da diferença em manifesto.²

A regularidade estanque dos sistemas burocráticos, ao contrário do modelo democrático grego, exige a homogeneidade das disposições pessoais, ou seja, o imobilismo informal em nome de seu puro funcionamento. Sobre isso, nos fala Zygmunt Bauman (1998, p. 139):

A combinação de maleabilidade e desamparo constitui um atrativo a que poucos visionários aventureiros e autoconfiantes poderiam resistir. Também gera uma situação em que eles se tornam irresistíveis.

Com os mensageiros do grandioso projeto à frente da moderna burocracia estatal, livres das restrições dos poderes não políticos (econômicos, sociais, culturais), temos a receita para o genocídio. O genocídio ocorre como parte integrante do processo pelo qual é implantado o grandioso projeto. O projeto lhe dá a sua legitimação; a burocracia estatal, o seu veículo; e o imobilismo da sociedade, o "sinal verde".

É importante notar, entretanto, que a organização informal em sistemas burocráticos é aceita em alguns campos da gestão atual, tal como Chester Barnard (1971, p. 136) afirma: "as organizações informais são necessárias para a operação de organizações formais, como um meio de comunicação, de coesão, e de proteção à integridade do indivíduo". Porém, essa importância das organizações informais

² Embora seja um diálogo de origem nacional e especificamente masculino – uma questão problemática que Arendt levanta ao tratar do sentimento de cidadania na contemporaneidade, livre da dupla marginalização comum em torno da nacionalidade de origem e do sexo feminino.

não é o foco no modelo burocrático de Weber. Ele se concentra em estruturas especificamente objetivas, pois mesmo que apresente algumas condições sociais, políticas e comportamentais dos indivíduos na organização, sua perspectiva emerge principalmente do quadro problemático da organização formal. É nessa mesma perspectiva que Arendt enquadró o oficial Nazista Eichmann. Ela entendeu que ele, na qualidade de um burocrata, de um técnico mecanicista, separou-se de sua humanidade, de suas emoções, da ética social e até mesmo de suas convicções pessoais. Ou seja, Eichmann sofreu a substituição da dignidade humana e do espírito e vontade autônoma, pelo projeto visionário e pelo funcionamento burocrático da máquina de guerra nazista.

Na visão de Arendt, Eichmann assumiu a identidade de um burocrata, especialista em sua área, no sentido apresentado por Weber, um "especialista não-envolvido pessoalmente e, por isso, rigorosamente objetivo" (WEBER, 1999, p. 213). Sobre isso, Habermas (2010, p. 818) escreve em sua obra *Teoría de la acción comunicativa*:

A medida que la razón objetiva se reduce a razón subjetiva, la cultura pierde la capacidad de reconciliar los intereses particulares por medio de convicciones compartidas. [...] La fuerza clarificadora de este diagnóstico se hace sobre todo patente cuando se entiende la burocratización de los ámbitos de acción como tecnificación del mundo de la vida que despoja a los actores del contexto de sentido de sus propias acciones.

324

Em outras palavras, as forças da burocracia Nazi fizeram Eichmann substituir seu senso de certo e errado durante a execução de suas tarefas diárias por decisões, por regras e instruções prescritas pela (ir) racionalidade nazi, que exerceu com eficácia sua autoridade. Assim, passou a lidar com judeus, e mesmo com não-judeus, não como pessoas reais, mas como casos e/ou coisas a serem tratadas dentro da calculabilidade e previsibilidade dos resultados: se essa coisa/caso atende às regras e leis da burocracia, então ela serve; se não atende, então ela deve ser negligenciada, mesmo que seja digna de ser servida a partir de um ponto de vista humano.

Dessa forma, Arendt entendeu que Eichmann era um ser supérfluo, ou um não-ser pensante: uma desqualificação ontológica, dado que a administração nazi foracluiu a pessoalidade de Eichmann, fazendo com que não conseguisse se divorciar dessa demanda racional-legal, por não ter mais o domínio de sua "livre vontade". É nesse sentido que Weber (1999, p. 222) afirma que "onde quer que a burocratização da administração tenha sido levada conseqüentemente a cabo, cria-se uma forma praticamente inquebrantável das relações de dominação. O funcionário individual não pode desprender-se do aparato do qual faz parte".

Assim, Arendt entendeu que Eichmann, desprovido das habilidades crítico-reflexivas sobre seus atos, não detinha como causa *sui generis* uma ideologia que o

qualificasse como “monstro assassino”. Dito de outro modo, o que gerou a maldade de atos de Eichmann fora algo tão mais superficial, a formalidade de uma coordenação burocrática – como ela mesmo afirma:

Há alguns anos, em relato sobre o julgamento de Eichmann em Jerusalém, mencionei a “banalidade do mal”. Não quis, com a expressão, referir-me a teoria ou doutrina de qualquer espécie, mas antes a algo bastante factual, o fenômeno dos atos maus, cometidos em proporções gigantescas – atos cuja raiz não iremos encontrar em uma especial maldade, patologia ou convicção ideológica do agente; sua personalidade destacava-se unicamente por uma extraordinária superficialidade (ARENDE, 1993, p. 145).

Portanto, por ser engolido por essa estrutura organizacional formal, Eichmann é mergulhado numa postura deontológica, cujo imperativo é o ‘agir em nome do dever para com o Estado alemão, independente das consequências’. Por isso mesmo, a qualquer momento poderia ser substituído, pois qualquer outro burocrata seria suficiente para ocupar o seu lugar.

Considerações finais

Ao entender que não foi uma maldade patológica que afetou Eichmann, mas, sim, uma maldade funcional, que aos poucos se apoderou de atos funcionais do oficial, Arendt não pode concluir outra coisa senão a ideia de que Eichmann nada mais fez do que agir como se o princípio de suas ações fosse o mesmo do legislador – em nome do dever para com o imperativo categórico do Terceiro *Reich*: ‘age de tal modo que o *Führer*, se souber de sua atitude, a aprove’ (ARENDE, 2013, p. 153).

Numa perspectiva pós-moderna e/ou da realidade “pós-humana”, a qual “desponta como o espaço de construção de identidades funcionais, múltiplas e tecnológicas, mas substancialmente sem alma [*Geist*] e sem autêntica humanidade” (MANCINI, 2006, p. 73), ou, como teorizou Agamben, ao nos dizer do sujeito pós-traumático como “aquilo que restou de Auschwitz” (sendo o paradigma da sociedade atual o “campo de concentração”), industrializou-se o homem da “vida nua”, ou seja, o homem destituído de suas faculdades fundamentais: tal como ocorreu com Eichmann, que, enquanto sujeito instrumentalizado, agiu em nome dos últimos e delirantes fins do Terceiro *Reich*, seguindo com obediência cadavérica os parâmetros egoico-agressivos de bem supremo (o ideal da “suprema raça”), oferecidos pela organização formal da Alemanha nazista.

Aqui cabe uma analogia: a gênese da identificação desse sujeito pós-moderno sem profundidade nem intensidade (por vezes fixado no culto aos bens de consumo),

figura-se à obediência acéfala e midiática do zumbi, seja como opção moral (vide Eichmann), seja como opção de prazer (vide os drogaditos). Não seria este o ponto em que todos os engajamentos possíveis do *Dasein* incorrem no risco de desmoronarem sobre si mesmos, deixando a vida humana a mercê de uma falta completa de sentido? Não estaríamos, assim, vivendo um novo *soft* fim da história, um “apocalipse zumbi”, enquanto desaparecimento da referência simbólica individual? Pois se a subjetividade humana é a própria história – como disse Lacan, em 58, ao comparar inconsciente e história, na medida em que o homem é a sua história (subscrevendo, assim, o *Desein* heideggeriano) –, poderia se falar então de um homem pós-moderno destituído de história porque dessubjetivado, excluído da faculdade de juízo moral.

Tal desaparecimento da referência simbólica deu-se em Eichmann: as burocracias administrativas do nazismo, transformadas em normas rígidas, não autorizadas da personalidade e da pluralidade dos saberes, serviram como dispositivos eficazes de dominação e de encobrimento do sujeito Eichmann, legando-o uma face objetual ao destituí-lo da faculdade de julgar. O resultado foi a mediocridade de seu pensamento. Nessa condição, acabou por cumprir de modo cadavérico “as palavras do *Führer*, que tinham força de lei (*Führerworte haben Gesetzeskraft*)”; o que significa, para Arendt (2013, p. 165), “entre outras coisas, que uma ordem vinda diretamente de Hitler não precisava nem ser escrita”, ou seja, “as *palavras* do *Führer*, seus pronunciamentos orais, eram a lei do mundo”.

326

Se a razão era emancipatória em sua origem iluminista, na pós-modernidade ela se converteu em racionalidade totalitária, tecnicista e instrumental; conversão que instaurou o moderno estado de exceção, cujo espaço precursor foi o campo de concentração nazi. Para Agamben, esse moderno estado de exceção é um estado anômico onde “não só sempre se apresenta muito mais como uma técnica de governo do que como uma medida excepcional, mas também deixa aparecer sua natureza de paradigma constitutivo da ordem jurídica” (2004, p. 18). Ou seja, é um estado que conta com um universo de mecanismos políticos no próprio aparato jurídico, sob o qual os sujeitos livres são, em verdade, sempre assujeitados ao poder.

Assim, tal universo de mecanismos pode ser dito um universo de dispositivos dessubjetivantes, o qual acaba legando ao sujeito uma mera existência (uma vida nua), onde a apatia, o esvaziamento de consciência moral e do próprio pensar reflexivo compõem a realidade (objetual) do sujeito. Nessa defasagem de autonomia, é dado o lugar para a banalização do mal.

A própria Hannah Arendt articulou que os campos de concentração nazi destinaram-se “não apenas a exterminar pessoas e degradar seres humanos, mas também serviram à chocante experiência da *eliminação*, em condições cientificamente

controladas, *da própria espontaneidade como expressão da conduta humana*" (1989, p. 488-489). Agambem subscreve Arent e acrescenta que o modelo vigente na atualidade é o "campo de concentração", não se referindo a um lugar externo e isolado, que objetiva destruir fisicamente os "inoportunos", mas à *nomos* da *polis*, com sua estrutura do estado moderno escondida, seu arcabouço ideológico cujo fim é o despojo dos sujeitos da condição de cidadão/detentor de direitos, ou, em casos mais severos (como na organização nazi), o despojo da própria condição de sujeito. Ou seja, o modelo do "campo" como um lugar de exclusão do diálogo democrático, constitutivo do que Arendt chamou de "mundo comum".

Referências

- AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- _____. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha. Homo Sacer III. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARENDR, Hannah. **A dignidade da política**: ensaios e conferências. Trad. Antonio Abranches. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- _____. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- _____. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BARNARD, C. I. **As funções do executivo**. São Paulo: Atlas, 1971.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- CURY, Antônio. **Organização e métodos**: uma visão holística. São Paulo: Atlas, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Trotta, 2010.
- MANCINI, Roberto. Tarefa essencial hoje é aprender a ver o valor humano universal. **Cadernos IHU em formação**, São Leopoldo, n. 29, p. 73-74, 2008.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. v. 2.

VALORES DE CONSCIÊNCIA: CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA, EXPERIÊNCIA E ORIENTAÇÃO EM MANOEL BOMFIM*

Clayton José Ferreira**

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar a crítica historiográfica e os apontamentos sobre a elaboração da escrita da história no ensaio *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (1930) de Manoel Bomfim (1868–1932) além de seus argumentos sobre a possibilidade de orientação através das experiências do passado. Tais compreensões referem-se a muitos dos debates a respeito do saber histórico na Primeira República. A hipótese é de que, para Bomfim, a história possui um papel moral e orientador intrínseco a sociedade, o que aponta para a necessidade de abordar dimensões subjetivas e objetivas da realidade plástica na historiografia.

Palavras-chave: História da Historiografia; História Intelectual; Manoel Bomfim.

Abstract: This article's goal is to introduce the historiographic critique and observations about history's writing elaboration, in "O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política" essay, written by Manoel Bomfim (1868-1932) and published for the first time in 1930. These comprehensions refer to many debates about de historic knowledge in brazilian First Republic. The hypothesis, to Bomfim, is: history has a moral and guiding act, which is intrinsic to society. It points to a need for objective and subjective approaching dimensions from plastic reality in historiography.

Keywords: History of Historiography; Intellectual History, Manoel Bomfim.

* Artigo submetido à avaliação em 23 de setembro de 2015 e aprovado para publicação em 27 de outubro de 2015. Este texto é resultado parcial da pesquisa realizada sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel junto ao Programa de Pós-Graduação da UFOP e fomentada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Agradecimentos especiais para a Prof. Helena Azevedo Paulo de Almeida pela tradução para o inglês do resumo, ao Me. André Ramos pela minuciosa leitura e apontamentos e pela revisão realizada pela Prof. Nayara Santos. Artigo aceito no dia 06 de Novembro de 2015.

** Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Em *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (1930), ensaio escrito por Manoel Bomfim (1868-1930),¹ encontramos muitas compreensões importantes acerca do debate sobre a escrita da história no final do século XIX e início do XX no Brasil. O tema é tratado de forma transversal, a saber, a sensação de atraso do Brasil (social, econômico, político, etc.) em contraste com a Europa e os Estados Unidos da América e o esforço em desconstruir certo desprestígio conferido a história e as tradições nacionais, duas principais questões de Manoel Bomfim. Neste ensaio o autor não possui a intenção de sistematizar a história e a historiografia,² mas interpretar o passado brasileiro e fazer um balanço historiográfico crítico enquanto debate seus dois principais problemas. Como destacou a historiadora Rebeca Gontijo:

Enfocando a atividade crítica da historiografia – expressa, principalmente, no livro *O Brasil na História* –, é possível recuperar sua reflexão sobre a história, onde estão presentes observações sobre como a história deveria ser escrita, que não se referem unicamente à narrativa historiográfica, mas que também tocam em questões metodológicas referentes à relação entre objetividade e subjetividade no trabalho do historiador (GONTIJO, 2003, p. 129-154).

Escrever história neste período, para Bomfim, significava estar intrinsecamente ligado a uma obrigação moral a despeito da tomada de consciência de que há problemas a serem enfrentados com urgência para promover o *progresso*; categoria usada com frequência nesta experiência histórica. Significava também legitimar a soberania de uma nacionalidade, frente a outros povos. Para Bomfim, dar conta desta tarefa significava nacionalizar a escrita da história sobre o Brasil, pois não se podia esperar que um historiador de outra nação, que não compartilhasse as mesmas experiências sob uma identidade nacional possuísse necessariamente este mesmo ideal moral e legitimador como princípio. Inclusive, segundo o ensaísta, os historiadores patrocinados pela

¹ Bomfim possuía formação em medicina, estudou psicologia e pedagogia, atuando a maior parte de sua carreira como professor, autor de ensaios (*A América Latina: males de Origem* em 1905, *Lições de Pedagogia*, em 1915, *Noções de Psicologia*, em 1917, *A Cartilha*, em 1922, *Lições e Leituras*, *Crianças e Homens*, *Livro dos Mestres*, todos em 1922; *Pensar e Dizer*, em 1923, *O Método dos Testes*, em 1928, *O Brasil na América*, em 1929, *O Brasil Nação* em 1931, *Cultura e educação do povo brasileiro*, em 1932), artigos em revistas (a maior parte com temática educacional - colaborou com a fundação da revista *Pedagogium em 1897*, *A Universal* em 1901 e *O Tico-Tico* em 1905), livros didáticos (*Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias*, de 1899, *Livro de leitura: para o curso complementar das escolas primárias*, em 1901, *Através do Brasil*, em 1910), foi diretor do *Pedagogium* (instituição que reuniu tecnologias educacionais) e redator de diversos jornais (onde escreveu artigos de cunho educacionais). A vida de Bomfim foi minuciosamente estudada na biografia sociológica realizada por Ronaldo Conde Aguiar (2000, p. 521-525).

² Bomfim comete algumas imprecisões históricas como, por exemplo, atribuir à existência de uma experiência de nação tanto antes como no ato do rompimento político com Portugal. Para uma leitura mais aprofundada a respeito dos conceitos de pátria, país e nação na colônia, no Império Português e com a independência política do Brasil ler o trabalho de Jancsó e Pimenta (1999).

monarquia evidenciavam que nem mesmo o sentimento de pertencimento poderia despertar, necessariamente, este ideal.

Bomfim esforçou-se por refletir sobre o ofício do historiador e, ao realizar este procedimento, tentou provocar seus leitores historiadores a fazerem o mesmo. Escrever história para Bomfim significava atrelar-se a uma grande responsabilidade já que uma das perspectivas da ciência do período delimitava o que o ensaísta chamava de "degradação" ligada à composição étnica brasileira e suas capacidades. Para o autor, o historiador deveria estar consciente das consequências que reificar tais argumentos poderiam ter: um impacto desmoralizante e desmotivador na sociedade do período. Era necessário, portanto, desvelar a nossa verdadeira "tradição" e "potencialidades" (BOMFIM, 1930, p. 265). As paixões nacionais, aquilo que compõe uma espécie de caráter e sentimentos compartilhados pelos indivíduos, as afinidades de uma sociedade, seriam aqui uma importante dimensão para o trabalho intelectual do historiador. Não se trata, de forma alguma, propor um fechamento da sociedade brasileira ao mundo dentro de suas "qualidades", mas ao contrário, recomenda servir-se do que é brasileiro e, deste modo, contribuir para o que ele mesmo chamava de um momento cosmopolita da civilização, ou melhor, ao ideal civilizacional que norteava Bomfim e seus contemporâneos. Afinal, a respeito da tradição, também era possível "fecundá-la no contato de outros povos" (BOMFIM, 1930, p. 56).

330

Escrever história era, inevitavelmente, se envolver na formação moral dos seus leitores. Seria possível, criar tal consciência aos leitores através do desvelamento de tradições que demonstrassem o quanto as potencialidades do homem brasileiro no passado foram múltiplas. Não era possível obter uma objetividade restrita a despeito disto. As subjetividades são de singular importância para a compreensão de uma experiência passada. A história evidenciaria que o brasileiro não é um "degradado" ou que suas capacidades não são determinadas pela sua composição étnica. Era preciso compreender as motivações, as "vocações" da nação e, dessa forma, incentivar e trazer ânimo para as identidades e as mentalidades, estimulando assim o desenvolvimento social, e conseqüentemente o político e econômico. O trabalho historiográfico precisava se preocupar com o desvelamento das multiplicidades, daquilo que as constituiu e dos processos que revelassem as potencialidades dos povos. Este esforço, portanto, possuía um objetivo claro: era preciso legitimar a soberania de países considerados mestiços dando maior respaldo a participação da América Latina ao ideal de "civilização integrada", característico do final do século XIX e início do século XX (ARANTES, 1992, p. 22-25).

Em sua obra, Bomfim, preocupou-se em estudar e analisar uma importante parte da bibliografia de cunho histórico e sociológico que tematizavam o Brasil. No trabalho

eleito como nossa fonte, o autor faz referências às perspectivas historiográficas de autores como Varhangen, Southey, Frei Vicente do Salvador, Silva Guimarães, Euclides da Cunha, Oliveira Lima, Claudio Manoel da Costa, Paulo Prado, Capistrano de Abreu, Armitage e Rocha Pitta. Sua análise possui clara preocupação quanto à importância documental. É possível encontrar em *O Brasil na História*, citações de variados documentos administrativos, cartas, experiências de viajantes em algumas localidades do Brasil e textos que compõem suas fontes. Um dos aspectos da sua crítica se dá quanto às escolhas documentais³ dos historiadores que podem acabar por comprometer o resultado final do seu ofício. Sendo assim, analisa o trabalho de alguns destes autores citando quais documentos ao comporem seus textos, acabariam por evidenciar outras possibilidades e conclusões sobre os processos históricos.

Crítica historiográfica

Podemos verificar tal crítica quando escreve-se a respeito do argumento, encontrado nos trabalhos de Sarmiento e Garcia Calderon, de que a “atividade sertanista” dos Paulistas era criminosa, violenta, impune e que seus esforços eram somente para “captivar índios e caçar minas” (BOMFIM, 1930, p. 104-108). Segundo Bomfim, estes autores se utilizaram apenas das fontes escritas dos jesuítas e não tiveram o discernimento de que poderia haver outras documentações que matizavam as informações ali contidas. Também seria necessário, considerar que, por estarem atrelados à valorização da tradição a qual pertenciam, estes autores poderiam reafirmar estas “injúrias” contra os paulistas por considerar que eles teriam no desbravamento do oeste da América do Sul tomado terras consideradas castelhanas pelo tratado de Tordesilhas. Porém, no seu balanceamento da historiografia nacional, Bomfim aponta ter encontrado, muitas vezes, o mesmo estereótipo.

Os sertanistas poderiam ser reconhecidos também como aqueles que expandiram as terras brasileiras. Deste modo aponta que um documento da Câmara de São Paulo, datado de 1627, reporta ao governo metropolitano o aumento de suas posses através dos sertanejos (BOMFIM, 1930, p. 106). Aponta mais afrente que “a observação de um Silva Guimarães” ou “Muratori” não possuíam “sinceridade histórica”, apesar de serem “escrutadores de arquivos”. Muratori teria escrito que “admitte-se, ali [São Paulo], a escoria de todas as nações” e que “aspiram levar uma vida impunemente licenciosa”, já que eram independentes e a capitania não os governava. Contra esta conjectura,

³ Metodológicas, teóricas, que envolvem o interesse do patrocinador do historiador ou mesmo omissão ligada as suas concepções ideológicas.

Bomfim aponta, em uma carta dirigida ao rei datada de 1613 e escrita por letrados dizendo representar alguns grupos de paulistas, “queixumes” que os “governadores geraes em outra cousa não entendem nem estudam sinão como nos hão de esfolar, destruir e afrontar. Nisto gastam o seu tempo, elles não nos vêm nos governar e reger, nem aumentar a terra que o Sr. Martim Affonso ganhou” (BOMFIM, 1930, p. 107).

Neste exemplo, há o apontamento em relação ao uso arbitrário das fontes, além de sua utilização sem o emprego da crítica ao não procurar confrontar as informações de um documento, com as possibilidades diversas que outro pode conter. Nas notas de rodapés das páginas citadas aqui se encontram reflexões e referências, porém, similar a outros autores contemporâneos a Bomfim; não há referencia ao local onde se encontram a maioria dos documentos utilizados.⁴ Como característica da própria historicidade da obra, o autor preocupa-se com a possibilidade de verificar sua pesquisa informando o ano, qual o gênero do documento (carta, ofício, etc.), a autoria e em qual local foi escrito.

Quando trata das informações contidas em livros nos informa como verificá-las em rodapé, como no exemplo: “Carta de Cromwell, transcripta por Carlyle, na obra dedicada ao mesmo grande homem, sob o numero XXXL” (BOMFIM, 1930, p. 102). Outro exemplo é quando, indo ao encontro de Euclides da Cunha, Bomfim escreve em nota que, “todo aquelle sertão, em torno de Canudos” possui nas “designações topográficas”, remanescentes de várias etnias indígenas. Como fonte, cita o autor do artigo que leu, a revista, o tomo e a página, além de citar as páginas de *Os sertões*, nos possibilitando assim verificar suas informações e conclusões. É Possível, portanto, evidenciar certa preocupação com a possibilidade de o leitor verificar como trilhou sua investigação, utilizando-a com caráter de prova documental a respeito daquilo que informa ou argumenta. Nestas mesmas páginas, Bomfim inclusive critica a falta da utilização de referências em obras que leu (BOMFIM, 1930, p. 217). Muito a frente, ainda aponta que as documentações consideradas indiscretas ao governo podem ser destruídas por iniciativa estatal, o que deve ser levado em consideração para melhor compreender processos históricos.

Se descrevendo como “historiógrafo”, Bomfim escreve: “estas páginas, nutridas e inspiradas na história, não são, todavia, para systematização histórica dos sucessos. Esses ocorrem, aqui, como documentação, explicação, comentário...Nestas condições, a mesma ordem de acontecimentos, a mesma crise histórica, si tem importância justificativa, será invocada duas, trez vezes” (BOMFIM, 1930, p. 265). Esta passagem

⁴ Sobre como a referência e a possibilidade de verificação das informações contidas nos documentos em outros autores na primeira república e o tratamento documental em geral, é necessária maior investigação a qual, neste presente trabalho, não foi uma questão que procuramos nos envolver.

aponta claramente uma característica que comumente encontramos no gênero ensaístico do período, a repetição. Aqui há a tentativa e o esforço de explorar e evidenciar a argumentação em suas diversas possibilidades, mesmo que isto envolva retornar novamente a um mesmo ponto. Segundo o autor, muitos problemas históricos não são objetos de novos estudos devido a certa compreensão de que alguns historiadores apresentaram respostas definitivas. Isto ocorreria por excesso de prestígio e autoridade dada ao trabalho de historiadores como Varnaghem. Em *O Brasil na História* aponta a necessidade de recriar constantemente novas interpretações sobre o passado.

As identidades e as tradições nacionais teriam sido formadas através dos conflitos com países vizinhos, de forma reflexa, ou seja, através de relações conflituosas ou não, entre duas identidades dicotômicas em formação. As mobilizações entre as diversas capitanias, além do desbravamento ao oeste e ao sul, garantiram não apenas a defesa, mas o aumento e a unidade territorial. Ao redigir sua obra a criticar o Brasil, adotar modelos de interpretação "importados", defender a monarquia e apontar o atraso nacional em uma atitude desmotivadora, Varnaghem estaria deturpando a tradição do país. Segundo este historiador "a unidade do Brasil foi resultado da independência com a monarquia bragantina, e que, autônoma, a nação se desencadeou em desordens e facções, finalmente dominadas pela força orgânica da política monarchica" (BOMFIM, 1930, p. 110). Para Manoel Bomfim, autores como Varnaghem, Moreira Azevedo e Fernandes Pinheiro, estariam a favor de um governo monárquico, num esforço de manutenção de privilégio da aristocracia bragantina e seus agregados. Através da documentação analisada, Bomfim compreende que as rebeliões posteriores à independência, tanto quanto as anteriores ao império, não tinham nenhum interesse separatista, mas sim reivindicavam algumas melhorias ou indignações diversas (BOMFIM, 1930, p. 71-85). Aqui começa a sua crítica em relação à autoridade de Varnaghem como historiador. Aponta que suas investigações estavam atreladas ao seu serviço à monarquia: seria o "systematizador desta história – para o império e contra o Brasil" (BOMFIM, 1930, p. 111). De forma contrária, o autor inglês Southey demonstrou o valor, a potencialidade dos povos do Brasil, mesmo sendo um estrangeiro, já que em sua obra demonstrou o papel fundamental da população na formação brasileira (BOMFIM, 1930, p. 80-127).

Um throno assim mal parado precisava justificar-se, e ter aparências de motivos. Surgiu, então, o côro dos historiadores bragantinos, com o intuito mal escondido de demonstrar – que a nação deveria pertencer á dynastia "que fizera a independência". E com esse título, so, não bastasse, entraram, os empreiteiros dessa história, a infamar o Brazil, sonogando qualidades essenciais do seu caráter, inventando vícios e crimes por conta da nação, para terem ocasião de apontar serviços e benemerencia do mesmo throno. O primeiro effeito desta história desnaturante e antibrasileira foi o crime de

deixar-se ignorada, para o grande público nacional, a obra em que o Brasil é apresentado ao mundo, pela primeira vez como nação definitiva, de valor demonstrado – a *Historia do Brazil* de Roberto Southey. [...] Um Varnaghem, apenas superado, em capacidade de deturpação, pelo inesquecível escrevedor da *Função do império*; comparável em descriterio aos Moreira Azevedo e Fernandes Pinheiro. Não havia, para esses, outra orientação histórica, sinão os degrãos do throno (BOMFIM, 1930, p. 111).

A historiografia monárquica procurava, segundo Bomfim, em tudo *nutrir* a existência do seu regime. Sendo assim, as rebeliões eram categorizadas pejorativamente como “insurreição” ou “conjuração” por Varnaghem (BOMFIM, 1930, p. 109-111). Em Bomfim, a historiografia produzida no império fundava seus princípios na legitimação do poder político imperial, e por isso, era necessário problematizar suas informações. Neste processo, a história oficial acabava por sonegar a existência de outros historiadores que não possuíam tais filiações, como o próprio Southey e frei Vicente do Salvador. O livro deste último teria sido finalizado em 1627, mas não pôde ser publicado. A tarefa foi conferida a seu amigo português, Manoel Severim de Faria, que, acredita Bomfim, apesar de ter reconhecido o valor do trabalho de frei Vicente, pensou ser melhor apenas arquivar duas cópias na Torre do Tombo. Citando a hipótese de Capistrano de Abreu,⁵ Bomfim acreditava que a obra de Frei Vicente foi impedida de ser publicada pelas autoridades portuguesas devido as suas duras críticas ao Estado. Segundo Frei Vicente do Salvador, a metrópole, tida como excessivamente exploradora, se importava apenas em colher “suas rendas e direitos”, e as “ cousas públicas” se encontravam em abandono. Além disto, Bomfim acreditava que a produção literária do Frei, por conduzir sua *História do Brasil* com um “amor à terra natal”, poderia produzir um sentimento nacionalizante à colônia, o que seria um atentado a aquilo que o regime, de até então, chamava de estabilidade política (BOMFIM, 1930, p. 111-119).

O livro teria tido uma publicação oficial do governo⁶ onde faltavam partes que criticavam a administração, segundo o prefácio de Capistrano de Abreu. Bomfim confere a Frei Vicente uma maior respeitabilidade, pois, segundo o próprio Frei, escrevia sua história sem motivos para não tratar do que pensava, já que a faz “sem receber mercê alguma, porque os serviços do Brazil raramente se pagam”.⁷ Por este motivo o trabalho deste autor seria mais verossímil. Segundo Capistrano, Varnaghem teria tido uma cópia do manuscrito de Frei Vicente de Salvador, e nunca a trouxe a público.⁸ Capistrano acredita que Varnaghem utilizou de tais manuscritos como

⁵ O escritor do prefácio da edição do livro do Frei Vicente que Bomfim tinha em mãos.

⁶ Bomfim não menciona quando.

⁷ Bomfim cita a página onde se encontram estas informações no livro de Frei Vicente do Salvador, porem aqui não conseguiu recuperar a edição que ele utiliza.

⁸ Em nota Bomfim explica como, por um acaso, isto se deu (BOMFIM, 1930, p. 119).

fontes, assim como outros “documentos que não especifica e não são conhecidos”. Dessa forma, Bomfim faz apontamentos, novamente, a respeito da necessidade do historiador apresentar em sua obra como exerceu e orientou seu ofício. Em relação à crítica da historiografia monárquica:

Para elles, (historiadores da monarquia) desde a *História Geral do Brasil*, o verdadeiro mérito esta na quantidade de erudição com que encharcam as paginas [...] para symbolo da nulidade irritante, inane de ideias, mirrada de expressão [...] [Varnaghem] teria valido como escarafunchador de archivos... Esse mesmo valor, elle o perdeu, no apossar-se da história – para torna-la cousa sua, e fazel-a nos interesses da sua fofa ambição. Historiador – grande historiador, não tinha, nem a capacidade reconstrutora de Mommesem, nem o poder evocador de Thierry, ou a sciencia estilizada de Taine, ou um tom humano Michilet e Gibson (BOMFIM, 1930, p. 120-122).

Para a escrita da história

Através deste trecho e dos autores que Bomfim aponta podemos entender melhor sua compreensão de como a historiografia deve apresentar seu conteúdo. Os autores citados se esforçam em dar síntese através de racionalidades que interligam os processos os quais investigam. Estevão Martins nos apresenta um quadro sobre a história científica e o positivismo do século XIX e início do século XX de grande utilidade para nossos problemas. Certa vertente positivista acreditou criar uma história científica e objetiva se abstendo de “paixões”, julgamentos e interpretações. Segundo Martins, o historicismo é pensado como a forma científica da história surgida no século XIX (MARTINS, 2008, p. 17). Segundo as prerrogativas historicistas do século XIX, o passado possui especificidades que se relacionam com o presente e o futuro através de um sentido, ou seja, uma filosofia da história. Para compreender esta relação e sentido os historiadores produzem método e ciência. O relativismo, ou seja, a impressão de que não se pode representar ou conhecer o passado devido as determinações de cada presente respectivo não são prerrogativas do historicismo, mas são a consequência que foi liberada com o que Martins chama de “desvio ou exacerbação contraproducente para o procedimento metódico”, a crítica das fontes e a compreensão (MARTINS, 2008, 18-19).

Há uma correlação, portanto, entre indivíduo-evolução que podem ser representados por excessos que aparentam se polarizarem, como a factualidade (particularidade, individual) ou a teorização (generalização, evolução, progresso). Estes são os *fatores de risco* os quais Iggers chama a atenção segundo Martins. Tornou-se também um legado desagradável do historicismo esta associação automática que

muitas vezes foi e é feita entre positivismo e historicismo. Uma versão ingênua do positivismo sacralizou as fontes e as informações coletadas em favor do conjunto (MARTINS, 2008, p. 19). A confusão com o positivismo empirista “gerou uma expectativa descabida de veracidade material”, uma constante busca e tematização da objetividade (MARTINS, 2008, p. 26).

Acredito que é contra tais proposições que Manoel Bomfim orienta sua crítica historiográfica que, apesar de não estar sintetizada em algum momento específico, perpassa seus argumentos em todo o livro. Portanto, podemos compreender que em *O Brasil na História*: 1) A história possui um papel moralizador intrínseco em relação à sociedade, enquanto memória e tradição de um grupo identitário em formação. Portanto, negar abordar isto na historiografia seria inconsequente já que, de forma inevitável, a história escrita alimenta estas memórias e tradições, além de possuir uma relação orientadora. 2) Encarar este processo não era negar a objetividade. Além disso, cria espaço para outras dimensões da realidade plástica, já que enfrentar esta dicotomia (objetividade\subjetividade) é uma parte inseparável do ofício de historiador. 3) É inconcebível atingir expectativas objetivas tão elevadas já que qualquer motivação historiográfica refere-se a uma personalidade (uma “paixão”, diria Bomfim) e, simultaneamente, associa-se a sentidos coletivos. 4) Se tal objetividade fosse possível, esta seria estéril e inútil, pois este conhecimento teria apenas função de anedota, de curiosidade, de entretenimento e não de potencialização das experiências. 5) Todo conhecimento que provoca algum tipo de alteridade detém a capacidade de realizar algum impacto em seu leitor.

336

E as consciências se distinguem necessariamente, sobre o fundo da physionomia nacional. Assim se condensam, então, e se objectivam as aspirações geraes, para a concreta solidariedade dos interesses da nação. No simples indivíduo, para os efeitos da iniciativa e nacidade da acção, o mais importante – o *motivo de confiança*, esse tem de consistir em uma nítida consciência de virtude intima, ou intuição do próprio valor, como que projecção de energias sobre o futuro, pelo desejo de realizar. [...] E como a história é o próprio registro da tradição, nas suas páginas se encontram os mais significativos fatores de decisão e tenacidade, os mais vehementes motivos de confiança coletiva. [...] É quando, impondo-se para orientação, a história vale também como demonstração de mérito e capacidade de realização (BOMFIM, 1930, p. 36-37).

Para além de se portarem como “cronistas da factuality”, os historiadores e os intelectuais, em geral, teriam que possuir o dever moral de desvelar a tradição, assim, sendo agentes de potencialização das possibilidades nacionais e, como consequência, da orientação e, por fim do progresso. Com o intuito de abreviar estas compreensões, cita que “Kausskiaccentúa: ‘A importância prática da história está, sobretudo, em multiplicar as forças dos que sabem utilizar as experiências do passado’. É a história –

orientação e demonstração de valor” (BOMFIM, 1930, p. 37). Como a história, enquanto experiências do passado e expectativas para o futuro, não coincide necessariamente com a escrita da história, aquele que a escreve deve se atentar a tais expectativas, que podem influir na mentalidade social (BOMFIM, 1930, p. 109-111). Esta “historiografia oficial” do império teria tido um efeito desmotivador na identidade nacional e produzido uma imagem internacional negativada, onde o Brasil era visto como um país de desordeiros e degenerados. Em *O Brasil na História*, toda historiografia estaria atrelada de alguma forma a algum sentimento de pertencimento.

Desta sorte, crea-se na história, mais do que em qualquer das instituições concretas, o mundo onde se encontram os desejos e as realizações, através dos tempos e das classes sociais. Vão com ella os sentimentos dominantes e fecundos, sem que isto lhe contradiga a função essencial, antes beneficiando-a, pois que o sentimento é o próprio estímulo na consciência. E vemos, então, como as novas necessidades cream novas constituições, renovada a organização das forças essenciais no agrupamento humano [...]. Para tanto, exige-se da história rigorosa coordenação de perspectivas vívidas, planejadas em lógica. [...] Mesmo sem tal intuito explícito, nelles [os grandes povos], a história é, sempre, a expressão, exagerada até, da grandeza nacional. [...] Também, si não fora assim, nada mais fácil do que compor a história universal: bastaria justapor as histórias nacionais – e teríamos a total historificação dos povos. Ora, quem assim procedesse, só obteria uma somma, contradizendo-se dentro de si mesma; uma verdadeira monstruosidade, visto que as histórias parciais não se completam, nem se coincidem – nos limites de umas com as outras. [...] compõe-se um *historia geral* como complemento da nacional [...] para formar o fundo onde se destaquem os feitos em que se engrandece aquella a que ella vem servir, feitos cuja glória é, necessariamente, sombra para outros povos (BOMFIM, 1930, p. 38-39).

337

Enquanto a historiografia, sob o “estandarte” do império não procurava intuir algum valor as experiências no Brasil, as historiografias de outras nações apresentavam esta preocupação. Não trazer a consciência o fato de que a historiografia pode ter um impacto incentivador ou desmotivador nas mentalidades ou que possui um papel claramente político seria uma ingenuidade e uma falha metodológica. Esta falha compunha um dos problemas que davam ao Brasil um papel marginalizado e atrasado frente à comparação com outras nações. Era preciso disponibilizar a nossa compreensão a respeito da nossa história, sob o risco de que, se não o fizermos, outras nações criariam seus juízos centralizados no que tangem as suas realidades e experiências, podendo soterrar a abrangente diversidade do Brasil. Ao analisar alguns relatos de viajantes franceses sobre o Brasil em seu primeiro item do terceiro capítulo, intitulados respectivamente de “O critério francez” e “Deturpações e insuficiências da historia do Brasil”, Bomfim conclui que seus intuitos procuravam confirmar suas “fantasias” ao invés de investirem na compreensão do real (BOMFIM, 1930, p. 56-68).

O ideal de extremas objetividades, enquanto modelo de imparcialidade total, não é metodologicamente possível. Sobre este método, conclui Bomfim citando Schiller: “quem ‘quer escrever, limita-se a escolher os que exerceram uma influência essencial sobre a forma presente do mundo e as condições das gerações actualmente vivas’. E ahi está – a escolha, que é tudo” (BOMFIM, 1930, p. 42). Investigar cientificamente a história, para Bomfim, não equivale, portanto, a uma distância metódica com o objeto estudado, defendida pela cientificidade de sua época, principalmente por autores como Comte e aqueles que engendraram possíveis compreensões de positivismo (ALONSO, 1995, p. 11). A identificação sentimental não tenderia o escritor a distanciar-se da objetividade, mas ir ao encontro com a mesma (GONTIJO, 2003, p. 131-142).

É quase impossível, pois que tudo se faz como apreciação de valores moraes e mentaes, para os quaes não há outra medida sinão o mesmo nível em que se encontra a consciência definidora, incluída necessariamente numa refracção, que é a da tradição que a inspira. Pretender, no caso, o effectismo objectivismo, é pretender que o indivíduo saia de si mesmo, que dispense todo o critério de julgamento, como a de visar fora de qualquer horisonte. Não: o historiador, a definir valores, ha-de ficar no ponto de vista humano, na refracção da tradição a que pertence. [...] *Conhece-te, homem!* É uma condição indispensável de êxito, para os indivíduos, como para as sociedades. Mas, não se pode chegar diretamente a tal conhecimento, quando se trata da sociedade, porque nenhuma consciência individual poderia abranger o complexo das relações em que se exprime a conexão – entre a atividade actual de um grupo nacional e o resultado geral e definitivo da vida (BOMFIM, 1930, p. 41).

338

Nota-se que para Bomfim, é necessário tomar consciência das motivações que orientam o ofício do historiador visto que seu aspecto pessoal é ontológico, e, em seguida, informá-la no procedimento de escrita como uma possibilidade enriquecedora da compreensão das experiências passadas.⁹ Bomfim cria este ideal de empatia através dos autores (citados por ele) como Kausiski, Books Adans, Mommsen, Schiller e Carlyle. A ele são exemplos de autores que compreenderam o inevitável envolvimento sentimental em suas narrativas e escolhas. Conscientes a respeito do sentimento de pertencimento característico da formação dos Estados nacionais e sua consolidação, estes autores teriam, de alguma forma, colaborado na valorização das tradições de suas nacionalidades como apontado no primeiro capítulo, “A história pelos grandes povos”.

A citação que Bomfim faz de Mommsen¹⁰ resume esta sua prática de escrita, onde ele escreve que “não é a razão; é a paixão que faz a história, porque é a paixão

⁹ No caso do nosso autor, para investigar as potencialidades que demonstram de que o brasileiro foi capaz no passado.

¹⁰ Sem dúvida, Charles Darwin e Theodor Mommsen são as referências teóricas mais importantes para Manoel Bomfim. O primeiro é a base a respeito do princípio ético e político de Bomfim sobre o sucesso da espécie humana ser explicado pela sua sociabilidade e seus insucessos pela insociabilidade. O segundo é o expoente historiográfico teórico e metodológico o qual, para Bomfim, também assume parte desta cara responsabilidade ética e política.

que trabalha pelo futuro”, sendo que os grandes “quadros” da civilização humana serviriam como grandes exemplos estimuladores.¹¹ Apontar este olhar de valorização da história nacional significa também, para o nosso autor, instigar nas mentalidades a participação do processo de contribuição à expansão do ideal civilizacional e progressista. O sentimento de pertencimento, a busca pela identidade compartilhada entre os indivíduos, os posicionamentos das nacionalidades frente a outros povos e a sensação de que todas elas concorrem e compõem uma marcha ao progresso global são processos que lançam luz à compreensão das tensões e dos possíveis papéis que o conhecimento histórico poderia intuir.

Experiência e orientação

Quando trata da categoria *tradição*, o que desenvolve principalmente no primeiro capítulo de *O Brasil na História*, Bomfim dialoga em seu aparato erudito com Mommsen, Max Nordau e Kauski. Segundo o desenvolvimento da argumentação sobre o papel da tradição, esta poderia orientar os valores da sociedade moderna ao demonstrar as capacidades dos seus antepassados. Nos termos de Bomfim, estas experiências seriam uma “demonstração de valor” (BOMFIM, 1930, p. 37). O autor apoia tal ideia na concepção de que a história é também o registro da tradição, um argumento que segundo Bomfim, estaria na sua leitura da obra de Kauski. Aqui também se encontraria a pragmática da história: através das experiências do passado, enfatizar as potencialidades existentes nas múltiplas identidades de um povo. Por isto seria natural à historiografia de uma nação considerada desenvolvida promover valorização.

339

E compreende-se que todo progresso mental e social, para cada grupo humano, tem de fazer-se como reforço e apuro dos valores de consciência definidos na respectiva tradição. Daí a necessidade de buscar todos os fatos em que se torna sensível essa mesma tradição, e que as consciências mergulhem nela, até que a incorporem e lhe deem vida: a vida indispensável para o prosseguimento de fados próprios, pela plena expansão dos dons já revelados no passado. Não há que temer o termo: incluída no pensamento a ideia não nos leva a reacção, nem tende ao *chôvinismo*. Sim: a formula – tradição nacional não será para nós dique de estagnação, mas, nitidamente, formula de prosseguir, orientação indispensável, pois que o progresso humano – moral, político e social, só é possível como desenvolvimento e expansão da tradição em que o grupo nacional se definiu (BOMFIM, 1930, p. 12).

Ao mesmo tempo, não seria surpreendente que tal nação se coloque a frente de um processo histórico (considerado um *progresso* de forma econômica, política ou

¹¹ Grifo feito por Bomfim (1930, p. 38).

outros tantos) em detrimento de outros povos já que “Aos grandes povos, enquanto mantêm grandeza, não é difícil defender a própria história, e ter nellao necessário estímulo e inspiração”. É importante notar ainda que deste processo “resulta, finalmente, que há tantas *histórias universaes* quanto há de grandes tradições nacionais, que, assim, aparecem como centros de gravitação das outras tradições” (BOMFIM, 1930, p. 38-39). Nisto o autor intui que uma valorização exacerbada de uma nação pode acabar por tentar justificar dominações políticas ou hegemonias das mais diversas de um povo sobre o outro.

Infelizmente, a história nos responde, já o vimos, no critério de quem a faz, pois que, de facto, cada grupo vê e compreende a civilização de si para si, e deturpa os apreços geraes, como nas consciências se deturpa a nação do próprio valor pessoal. Os pretenciosos da língua chamam a esse modo de julgar de – *egocêntrico*. Apesar de toda a preciosidade da expressão, o facto, não teria maior importância, si não fora aquella circunstância – de que a deturpação se faz para proveito dos que já tem grandeza histórica, em detrimento dos menores, para maior afronta dos vencidos e dominados (BOMFIM, 1930, p. 41).

340

Seria esta outra tomada de consciência necessária por parte dos historiadores segundo Bomfim: escrever história sobre o “estandarte” de uma nação poderia justificar ou legitimar processos agressivos. Max Nordau julgava, segundo Bomfim, “ter explicado a essência das deturpações, quando nos diz: ‘o que era história para japonezes e hindus, nunca o foi para europeus e americanos...Logo, a história varia segundo os tempos e os lugares’”.¹² Uma historiografia vinculada às nações consideradas em maior “grau civilizacional” pode produzir explicações históricas centralizadas em suas constituições, ignorando a participação de outras tradições, de outras identidades, de outros povos, na formação dos diversos processos de burocratização e racionalização que caracterizam a modernidade. Para Bomfim, o historiador deve matizar na escrita da história as contribuições das possíveis tradições envolvidas em um “acontecimento” ou “ganho” no processo civilizatório. Deste modo, aponta que Hegel teria cometido tal erro, ao abordar que “a Europa é a finalidade incondicionada da História Universal”, o que legava às Américas e à Ásia as condições respectivas de escravas e colônia.¹³

Taesdespauterios constituem as últimas falsificações de criterio, no sentido de diminuir, ou, mesmo, desclassificar os povos hoje decahidos, em favor dos dominadores do momento, e que se atribuem, por isso, superioridades essenciais. [...] E é por isso mesmo que os *superiores* do momento procuram reforçar os seus valores de tradição com esses motivos de apparencia

¹² Manoel Bomfim cita a página quatro do livro *Le Sens de l'Historie* de Max Nordau, não menciona data (BOMFIM, 1930, p. 53).

¹³ O grifo foi feito pelo próprio Bomfim (BOMFIM, 1930, p. 54).

científica-; pulhices que se desmentem na própria história. O pior, no caso, é que, finalmente, nem se pode lóbrigar a realidade do passado, na destorção a que o submetem, de tradição em tradição, e tudo nos aparece como turbação e falsificações, de uma história sem logar para desenvolvimentos lógicos e necessários. Mentira verificada, mas, consentida, e aplicada no valor de exactidão, a história affasta a verdade e a restringe, no julgamento do Francez, ou a isola em presumpção, com os Germanicos, para, ao mesmo tempo, deprimir o brio do Hollandez, ou do Mexicano (BOMFIM, 1930, p. 52-53).

No ensaio analisado a história se constitui de múltiplas experiências passadas, as quais podem e devem através da historiografia, ser desveladas e interpretadas pela razão e pela subjetividade na busca pela orientação e potencialização das experiências do presente pelas do passado. A categoria *tradição*, para Bomfim, se define como práticas compartilhadas sobre como foi e pode ser o agir na diversidade da existência humana. Estas noções também são descritas quando o autor trata de problemas como o da defesa territorial. No momento onde a corte portuguesa foi transferida para o Brasil, uma série de medidas políticas centralizadoras teriam tido início, o que desestruturou práticas e comportamentos.

O acirramento da política teria desmembrado a estrutura do funcionamento orgânico da colônia de até então, além de ter forçado as tradições a se reconfigurarem: “causas de deturpação, inherentes a nossa própria historia, são esses influxos resultantes de uma metropole decahida, degradada em todas as suas energias, em que perverte os motivos políticos e o ambiente social, no mesmo esforço em que se apega a colônia que lhe dá vida e força aparente” (BOMFIM, 1930, p. 71). É possível compreender, portanto, que a *tradição* não é entendida como uma prática originária, única representante de uma nacionalidade verdadeira e autêntica ou que corresponderia a essência primordial da identidade de uma nacionalidade. Em o *Brasil na História*, o conceito de tradição é definido como um o qual possui historicidade: suas transformações vão ao encontro da plasticidade de novas experiências a serem compartilhadas pelo coletivo. Para Bomfim era possível, e necessário, fazer juízo destas tradições múltiplas. Nas palavras de Manoel Bomfim:

A historia seria um luxo perdido, inutil dispêndio de inteligência a que o homem não se entregaria, si não houvera a tradição, com a sua indiscutível utilidade – estímulo e orientação. Com esta compreensão cinemática da tradição, tudo nos parece lógico: ella é a forma de uma marcha orientada. A realização social se faz, necessariamente, em esforços individuais; mas é na tradição que se definem as possibilidades de harmonia entre o individuo e o conjunto social. Podemos considerl-a, pois, como a própria sociedade em continuação, tanto se condensamnella, as afinidades activas, graças às quaes se mantem e se desenvolve, em cada grupo, a vida social (BOMFIM, 1930, p. 14).

A historiografia “inane de ideias”,¹⁴ factual, cronológica era tratada para Bomfim como inútil, o que não corresponderia a sua compreensão do que é a história enquanto experiências dos homens no tempo. A história não seria um “recipiente” de exemplos ou uma *historia magistra vitae*. É apresentada como um aglomerado de experiências dos grupos, das identidades no tempo, e nela é possível verificar como aqueles homens, ligados às suas práticas, enfrentaram seus problemas, existiram em sua experiência de tempo histórico. Isto se torna claro, quando o autor aponta que as tradições podem ser transformadas por diversos fatores. Revelar tradições anteriores e as considerar parte do nosso passado pode, através de alteridades, “estimular” a sociedade: “Desde sempre atenderam os povos as suas glórias históricas; mas, só nos últimos séculos, foi a história considerada como orientadora e estimulante do progresso social. O facto se manifestou com o empenho em fazer a filosofia da história,¹⁵ para dellatirar inspirações de progresso – para definir o mesmo progresso, cuja a noção é bem recente” (BOMFIM, 1930, p. 21).

A multiplicidade de compreensões a respeito do mundo (historiografias, filosofias, ciências, etc.), torna, para Bomfim, impossível criar uma ordenação que dê conta da realidade como um todo. Aponta que a noção de filosofia da história possui historicidade, e foi uma necessidade recente nos últimos séculos que trouxe sua fundação. Os gregos ou os romanos, os quais ainda são consultados em seus estudos filosóficos, políticos e jurídicos, não conheceram uma noção de “progresso” similar a da modernidade. Segundo o autor:

Porque tal noção teve de ser inferida na própria vida moral, e só muito recentemente chegou a consciência humana a esse grão de intensidade e de profundidade, necessário para realizar a completa análise íntima, que permite reconhecer, em cotejo com os efeitos de outras consciências, as diferenças de grão e de desenvolvimento moral, refletidos na visão interior (BOMFIM, 1930, p. 21-22).

O que me parece é que, entre outras possibilidades, são separadas duas experiências de tempo histórico, uma moderna e uma anterior a esta. A formatação moderna teria se constituído quando uma espécie de moral analítica do mundo se tornou uma experiência compartilhada, naturalizada entre a mentalidade, quando cotejada, com outras temporalidades. Esta mentalidade se instaura, segundo o próprio Bomfim, quando as noções de “estados”, “mutações” e “evoluções” passam a fazer parte das mentalidades modernas. A ideia de progresso moderno não se instaurou

¹⁴ Com esta expressão Bomfim parece definir que esta historiografia acreditava não ser possível interpretar, fazer juízo ou compreender sentidos a história. Para ele, esta historiografia, com o intuito de se manter objetiva, se apresentava como “desveladora” dos detalhes factuais (BOMFIM, 1930, p. 120-122).

¹⁵ *Filosofia da história* como atribuição de sentido racional a história.

anteriormente já que nenhuma experiência “teve força para abalar a filosofia política e social, que, em Platão e Aristóteles, presume, sempre, estabilidade, em formas definitivas. Só muito tarde, quando prevalecem as concepções da segunda metade do século VIII, com Lessing, Prestley, Turgot, Goethe... é que a ideia de progresso se tornou noção definitivamente aceita [...]”. Ou seja, na experiência anterior à da modernidade, o mundo era marcado pelo esforço em criar estabilidades, em manter a forma. Na experiência moderna a “longa sucessão de formas e de *estados derivados* toma o valor de um facto próprio: é a evolução”.

Segundo Bomfim, a compreensão de progresso, como transformação se estende a toda natureza e universo. Apesar de ser uma noção *a priori* da própria existência física e biológica, este conceito é experimentado pela cultura como derivado da experiência histórica. Esta noção não é encarada aqui como um ganho incontornável, mas um processo histórico, como vimos, historizado. E é justamente por isto que as sociedades modernas ocidentais, ao não intensificarem suas experiências pelo passado ou tradição, incorre ao risco de anular seu aspecto transformador, progressista. Por isto, reifica novamente a importância da história: “cotejar” as experiências no tempo a fim de “potencializar”, dando “novas energias” ao presente. Esta noção também é naturalizada na modernidade, simultaneamente a outro processo intrínseco a ela. Podemos aponta-lo através da seguinte citação:

Ora, se tanto pretende e proclama a filosofia moderna é porque reconhece e proclama a igualdade de natureza moral entre os indivíduos. Foi, essa, a grande descoberta, de que decorre a própria noção de progresso. [...] “apezar de todas as desigualdades sociais e de aptidões, há analogia essencial nas almas” (BOMFIM, 1930, p. 23).

343

Bomfim, quer apontar aqui, o debate moderno sobre o direito natural do homem. Se estava naturalizado nas mentalidades modernas a experiência de que todos possuem os mesmos direitos e por isto podiam ir rumo a “conquista da igualdade entre os homens”, a ideia de que é possível adquirir melhorias converge com a de progresso. É para apontar a existência histórica das ideias e mentalidades que Bomfim evoca o processo que trouxe à modernidade a noção de igualdade. Se o direito natural é uma experiência histórica, temporalizada, é necessário investigar na história como ele se formatou para cotejá-lo (palavra utilizada pelo autor) com o presente e intensificá-lo, a fim tratar de sua manutenção. Assim produz-se um balanço crítico das possibilidades que o presente estaria projetando ao futuro.

A Bomfim, este era um exemplo caro a sua concepção de uma utilidade ontológica da história. O cotejamento desta tradição poderia trazer a “potencialização” a qual tanto insiste. A ele parece urgente, na sua experiência de tempo, que se faça esta

reavaliação. Havia o grande risco das novas ciências estabelecerem o contrário, criando uma nova tradição, uma nova mentalidade que determinava uma diferença entre os homens, mesmo baseando-se em falácias, o que traçava um entrave ao progresso.¹⁶ Investigar e matizar esta concepção científica na historiografia deveria ser uma questão para os historiadores afim de que se problematizasse uma possível desestruturação do ideal de igualdade entre os homens. Como este ideal possui existência histórica, ele poderia simplesmente se perder caso não fosse reificado. A citação a seguir também lança luz ao seu conceito de *evolução*, que me parece ser a simples passagem de um estado ao outro, sem necessariamente um valor qualitativo, demonstrando uma noção processual da história.

Tal desenvolvimento evolutivo nos explica porque, além da ideia mesma de progresso, outras ideias (e até métodos) que nos parecem essenciais, só tão tardiamente tenham surgido. [...] Há, mesmo, perfeita analogia entre o valor dado a noção de *progresso*, e a de *livre arbítrio*. Na realidade objectiva, não há progresso, pois que não poderia haver *melhor* ou *peior* – Há evoluções; mas, conscientes, no orientar e animar os nossos esforços, agimos como se houvesse, de facto, progresso, e conduzimos a acção para aquilo que, no subjectivo da espécie, consideramos como *melhor* (BOMFIM, 1930, p. 24-25).

344 Aqui é cabível tratarmos de outro ponto importante e marcante em sua obra. Manoel Bomfim era médico e estudou psicologia em sua viagem à França. Em 1902 foi a Sorbonne onde estudou psicologia experimental com Alfred Binet e George Dumas, entrando em contato com os livros de autores como Waitz, Martin de Moussy, Quatrefegat e Bagehot estudou (AGUIAR, 2000, p. 301). No texto de *O Brasil na História*, nota-se que os indivíduos são agentes de transformação da sua experiência. Porém, esta transformação apenas é possível, quando estes indivíduos se organizam em grupos "orgânicos", que compartilham práticas (tradições) e identidades como podemos perceber na citação anterior. Como as transformações, as experiências, as tradições, o progresso e os ideais e ideias, enfim, tudo aquilo que envolve o coletivo se torna generalizado? Como pode passar do esforço do indivíduo, a comoção generalizada das mentalidades e finalmente a realização social? Como provavelmente já foi possível perceber, para Bomfim o que permite entender estes processos é a noção de mentalidade coletiva.

A análise, feita por alguns indivíduos (como os historiadores, artistas, cientistas, e outros grupos) se coloca a frente da opinião pública como representante de uma síntese de determinadas experiências. Estas análises podem adquirir uma grande repercussão entre outros indivíduos, além de responder similarmente às questões

¹⁶ Refiro-me as teorias racialistas.

postas sobre as experiências de outros homens. Ainda, novamente explicitado nas palavras de Bomfim, ocorre “o cotejo das propriedades congêneres e das atividades análogas, de indivíduo a indivíduo” (BOMFIM, 1930, p. 23). Estas consciências seriam “refletidas” umas nas outras, através do cotejamento, do compartilhamento ou das afinidades, ou seja, ao verificar a similitude de análise (ou de uma questão) posta pela experiência, a mentalidade formada passa a ser compartilhada por coletividades e se torna naturalizada (BOMFIM, 1930, p. 25-31).

Na evolução da psyché, a *consciência reflectida* é estágio ultimo. Já havia história, e a humanidade era, ainda, uma qual nebulosa de consciência social, ate que a synthese – inteligência-sentimento foi bastante cohesa e lúcida para examinar-se a si mesma, na prescruta de seus processos de realização, e dos próprios diferentes modos de ser. [...] Como indivíduos, vamos nos sentindo de uma finalidade social, realizada no grupo a que pertencemos: é o progresso – político, moral, econômico ...incluindo no programa nacional, e que é, finalmente, uma relação de causalidade, entre acções pessoais e fins comuns [...] (BOMFIM, 1930, p. 25).

De acordo com suas concepções darwinistas (Bomfim deixou um livro inacabado intitulado *A moral de Darwin*), o meio influi de alguma forma no desenvolvimento da história humana, mas através das possibilidades geradas na solidariedade entre os agentes sociais. Moral, justiça, solidariedade, humanidade – são sentimentos que asseguram o progresso humano¹⁷ “pelo apuro e reforço constante dos sentimentos socializadores” (BOMFIM, 1930, p. 25). Assim sendo, o homem é agente transformador de seu meio, mas para que esta transformação se efetive de forma mais intensa é necessário formar consciência. Apenas o ser social é que define o caráter compartilhado entre os outros homens e, mesmo que a ação de muitos seja espoliada pela ação de poucos, estará sempre fadada à vontade social.

É possível notar tal argumento na sua interpretação sobre o regime monárquico português. A aristocracia que aqui se instaurou com a vinda da Corte em 1808 apoiou uma monarquia em prol da manutenção de seus privilégios, apesar das muitas revoltas sociais e pressão por uma política mais representativa. Porém, o influxo da vontade social teria repreendido o regime até que a sua vontade fosse feita (BOMFIM, 1930, p. 265-276). Dessa forma, a ação social, ou qualquer possibilidade de transformação são postas em prática pelos homens como uma manifestação da coletividade. O que põe este ser social a agir de forma orgânica, ou a não agir, seriam as mentalidades, que se formariam a partir do compartilhamento de experiências e identidades. Cabe lembrar o título completo do livro que aqui é colocado como nossa fonte: *O Brasil na*

¹⁷ Segundo Bomfim (1930, p. 25), para Darwin o sucesso da espécie humana é explicado pela sociabilidade e solidariedade e não pela sobrevivência do mais forte em um estado de todos contra todos.

História: deturpação das tradições, degradação política. Caso as tradições não sejam evidenciadas e intensificadas a fim de potencializar os sujeitos sociais enquanto agentes de transformação, a ação coletiva possivelmente estará comprometida, contra, inclusive um Estado oligárquico ou autocrático.

É na valorização das tradições que seria possível potencializar e orientar progressos (BOMFIM, 1930, p. 179-193). As experiências podem oferecer heranças e ressignificações através de cotejos ou esforços de síntese, mas não possuem causas e consequências diretas. Se o conhecimento contido no trabalho do historiador pode estar entre aqueles que influem nas mentalidades, potencializam e dão novos significados ao passado, em alguma proporção a historiografia constitui-se ativa na configuração do presente.¹⁸ Bomfim, procura instigar seus leitores historiadores a refletir sobre seu ofício e a tomar consciência da possibilidade de intuir no presente como uma tarefa, como uma responsabilidade característica da pesquisa e escrita da história. A historiografia é provocada a enfrentar dimensões de realidades passadas e assumir seus traços subjetivos e objetivos.

Referências

- 346 AGUIAR, Ronaldo Conde. **O Rebelde Esquecido**: tempo vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- ALONSO, Angela. **O positivismo de Luís Pereira Barreto e o pensamento brasileiro no final do Século XIX**. Coleção documentos. Série Teoria Política. IEA/USP, São Paulo, 1995. v. 9.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira**. Dialética e dualidade segundo Antônio Candido e Roberto Schwarz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão história magistral vitae no século XIX brasileiro. In: ARAUJO, Valdei Lopes de. MOLLO, Helena Miranda. NICOLAZZI, Fernando F. (Org.). **Aprender com a História?** O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- BENTIVOGLIO, Julio. A Historische Zeitschrift e a historiografia alemã do século XIX. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 6, 2011.

¹⁸ Com isso, não quero dizer que a historiografia fornece a única ou a melhor compreensão sobre as experiências passadas ou de ressignificação do passado. Existem, é claro, múltiplas, tais quais as memórias, a literatura, os museus, o folclore, entre muitos outros. É necessário apontar que estas outras possibilidades não fizeram parte das nossas questões, mas compõe a realidade da experiência de tempo de nosso recorte.

- BENTO, Luiz Carlos. Teórico, ensaísta ou rebelde: A importância do pensamento sócio-histórico de Manoel Bomfim para a historiografia brasileira". **Revista Expedições - Teoria da História e Historiografia**, Goiás, v. 1, n. 1, 2010.
- BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- _____. **O Brasil na América**: caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1929.
- _____. **O Brasil Nação**: Realidade e Soberania Brasileira. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2 vols., 1931.
- _____. **O Brasil na História**: deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.
- BOTELHO, André. Educação e modernidade no Brasil. **Cultura Vozes**, São Paulo, v. 93, n. 1, p. 122-145, 1999.
- _____. **O batismo da instrução**: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- BOTELHO, A. Passado e futuro das interpretações do país. **Tempo Social**, v. 22, p. 47-66, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: _____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Papirus: Campinas, 1996.
- CAMARA, Sônia. O Intelectual educador Manuel Bomfim e a Interpretação do Brasil e da América Latina. **HISTEDBR On-line**, v. 11, n. 44, 2011.
- CASTILHO, Mariana Moreno. O desejo da mímica e a consolidação da emergência de branquear e educar concebida por Silvio Romero. **Esboços - Revista do programa de pós-graduação em História da UFSC**, Florianópolis, n. 12-13, 2005.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- COSTA, Jean Carlo de Carvalho. "Nação, estado e raça em Manoel Bomfim: a impertinência bomfiniana em torno da identidade nacional". **Cronos**, Natal, v. 9, p. 417-438, 2008.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três. 1984.
- DANTES, M. Amélia (org.). **Espaços da ciência no Brasil (1800-1930)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- FILHO, Aluísio Alves. **Manoel Bomfim**: Combate ao racismo, educação popular e democracia racial. São Paulo: Expressão popular, 2008.
- GENETTE, Gérard. **Paratextos Editoriais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- GONTIJO, Rebeca. "Manoel Bomfim (1868-1932) e a escrita da História do Brasil". **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, p. 129-154, 2003.
- GOMES, Angela de Castro. **A república, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

- GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim: 'pensador da história' na Primeira República. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45 p. 6-7, 2003.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, v. 1, n. 1, 1998.
- _____. Usos da história, refletindo sobre identidade e sentido. **História em Revista**, Pelotas, v. 6, 2000.
- JANCSÓ, István, PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: SENAC, 1999.
- KROPF, Simone Petraglia. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. **Hist. cienc. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 1996.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC/RJ, 2006.
- LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de (Org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende. Historicismo: o útil e o agradável. In: VARELLA, Flavia Florentino; MOLLO, Helena Miranda; MATA, Sergio Ricardo da; ARAUJO, Valdeci Lopes de. **A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna**. Belo Horizonte: Argumentum, 2008, p. 15-48.
- MICELI, Sergio. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 15, n. 1, 2003.
- MORAES, João Quartim de. O positivismo nos anos 20: entre a ordem e o progresso. In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de. (Org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2003.
- NETO, Manoel Pereira de Macedo. Construindo percursos contra-hegemônicos: contribuições de Manoel Bomfim para a história, a historiografia e a educação brasileiras. In: Encontro estadual da ANPUH, XIII: História e historiografia: Entre o Nacional e o Regional. **Anais...** Guarabira, 2008. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2006%20%20Manoel%20Pereira%20de%20Macedo%20Neto%20TC.PDF>. Acesso em: 30 jul. 2015.
- NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na primeira república. In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de (Org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer história. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 37-52, 2010.
- PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 6, p. 103-122, 2011.
- PORTUGAL, F. T.; JACO-VILELA, A. M.; MONTEIRO, D. B. R. Dominação, história e evolucionismo na América Latina: a perspectiva de Manoel Bomfim. **Psico**, v. 41, p. 325-331, 2010.
- PORTUGAL, Francisco Teixeira. Psicologia e história no pensamento social de Manoel Bomfim. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 10, p. 596-612, 2010.
- ROSAVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 8-22, 1995.
- RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. **Textos de História**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 75-102, 1996.
- SCHWARCZ, Lília Mortiz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. **História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim**. São Paulo: Moderna, 1984.
- TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1978.
- TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- UEMORI, Celso Noboru. Darwin por Manoel Bomfim. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 56, 2008.
- VERGARA, Moema de Resende. As representações de ciência em espaços de divulgação no Brasil oitocentista uma nova pedagogia. ARAUJO, Valdeí Lopes de; MOLLO, Helena Miranda; NICOLAZZI, Fernando F. (Org.). **Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2005.

GEOPOLÍTICA DO BRASIL: A TRAJETÓRIA DE GOLBERY DO COUTO E SILVA E SUA PERSPECTIVA NO CAMPO INTELECTUAL*

*Alex Faverzani da Luz***

Resumo: Com o presente estudo, almeja-se reconstituir historicamente as principais etapas que elencam a trajetória do general Golbery do Couto e Silva, em especial no que se refere às suas publicações em torno das questões geopolíticas do Brasil, durante as décadas de 1950 e 1960. Ressalta-se, pois, que para o contexto da época suas obras contribuíram para o campo dos estudos geopolíticos, ao passo de se tornarem referências para todo o Cone Sul. Assim, a partir dessa perspectiva, busca-se ainda, identificar seu posicionamento no campo intelectual, de modo a analisar seu enquadramento no cotidiano das matrizes teóricas intelectuais de Pierre Bourdieu e Jean-Paul Sartre.

Palavras-chave: Golbery do Couto e Silva; Geopolítica do Brasil; Campo intelectual.

Abstract: With this study, we aim to reconstruct historically the main steps that we list the trajectory of General Golbery do Couto e Silva, in particular with regard to their publications on the geopolitical issues in Brazil during the 1950s and 1960s. It is noteworthy, therefore, that to the context of the time his works contributed to the field of geopolitical studies, while becoming references for the entire Southern Cone. Thus, from this perspective, we seek also to identify its position in intellectual field, in order to analyze their environment in the daily intellectual theoretical frameworks of Pierre Bourdieu and Jean-Paul Sartre.

Keywords: Golbery do Couto e Silva; Geopolitics of Brazil; Intellectual field.

350

* Artigo submetido à avaliação em 12 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 15 de setembro de 2015.

** Doutorando em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista CNPq. E-mail: alexfavorzani@hotmail.com.

Introdução

Com o término da Segunda Grande Guerra, novos rumores de disputas entre potências mundiais se instauram. Apesar da tamanha destruição proporcionada pelo confronto global, as desavenças não cessariam por si só, e “novas armas” fariam parte da nova modalidade de guerra, ou seja, o conflito ideológico. Assim, os Estados Unidos e a União Soviética, as duas maiores potências econômicas e militares da época, desencadearam um confronto ideológico que irá perdurar por muitas décadas, a Guerra Fria, e que repercutiu ao longo de toda a esfera do globo, na pretensão de conquistar aliados às suas ideologias que garantiriam o domínio do mundo.

Desse modo, direta ou indiretamente, as nações mundiais teriam de se posicionar, seja de forma favorável ou contrária aos ideais norte-americanos ou soviéticos. Com isso, tal processo demandaria articulações políticas e ideológicas no âmbito interno dos países que presenciavam o conflito, com seus respectivos posicionamentos.

Nesse sentido, assenta-se uma nova tendência aos estudos geopolíticos, que por um tempo se encontravam em baixa. Tais estudos tomariam novos rumos ao ponto de se tornarem mais abrangentes, de modo a focar além de aspectos estratégicos de guerra, como é o caso das questões políticas, econômicas, dentre outras.

No Brasil, os estudos de geopolítica se tornam em evidência, em especial a partir das bases militares do país, os quais priorizavam questões inerentes à organização política, econômica, psicossocial, etc. , que são evidenciadas ao longo do pensamento de Golbery do Couto e Silva a partir do final da década de 1950. Em suas obras, Golbery tecerá considerações na intenção de fomentar os estudos de geopolítica, aliados às ideias de geoestratégia e segurança nacional, em sua visão, com vistas a propor novos rumos estratégicos organizacionais e dar sustentação ao Estado. Além disso, destaca-se desde já seu posicionamento contrário aos ideais comunistas, e sua inclinação pró-americanista.

351

O contexto histórico da Guerra Fria e a Escola Superior de Guerra (ESG)

No decorrer da década de 1950, delinea-se a constituição de um novo cenário global, tendo em vista os acontecimentos vivenciados durante a Segunda Grande Guerra. No Brasil, a partir do período pós-guerra, instauram-se novas perspectivas de formação e inserção internacional, em especial no que diz respeito às instituições políticas, intelectuais e jornalísticas.

Ademais, convém ressaltar as influências e disputas ideológicas entre as duas maiores potências mundiais da época, de um lado os Estados Unidos, de outro a União

das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as quais travaram batalhas ideológicas de grande monta, dando origem à Guerra Fria. No âmbito da América Continental, em especial ao Brasil, na perspectiva de intelectuais e governos de características conservadoras, temia-se às possíveis influências comunistas de caráter revolucionário, que pudessem ganhar espaço nos meios políticos e sociais.

Atreladas a estes acontecimentos, inseriam-se as questões inerentes ao desenvolvimento do país, bem como às políticas de inserção internacional do Brasil. Nesse sentido, Silveira (2014, p. 90), salienta que “no contexto do pós-guerra, tratava-se, portanto, de pensar a política externa como eixo central dos projetos concorrentes de superação do subdesenvolvimento e de projeção internacional do país”, neste caso, especificamente voltado através da aceleração, “ou do aprofundamento em novas direções possíveis, do processo de industrialização de raiz *substitutiva*, no interior do cenário mundial polarizado da Guerra Fria”.

Assim,

No final dos anos 1950, a população brasileira, em crescimento relativamente acelerado, superava a marca dos 70 milhões de habitantes, em mobilidade indicativa de continuado êxodo rural ao longo da década. O valor bruto da produção industrial já ultrapassava aquele da produção agrícola, indicando a transformação definitiva da estrutura socioeconômica interna na direção do setor urbano-industrial. É nesse contexto que se articulava de forma sistemática a geopolítica da ESG – bem como suas derivações menos articuladas (SILVEIRA, 2014, p. 91).

352

A partir de então, destaca-se o papel preponderante da Escola Superior de Guerra, a qual emerge em 1949 “pela elite militar oriunda da Força Expedicionária Brasileira (FEB) sob o influxo da Missão Militar norte-americana que operava no país segundo acordo firmado no ano anterior”, desse modo, “a ESG, articulada ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), nasce sob evidente e conhecida influência política e doutrinária estadunidense, segundo inspiração do *National War College*” (SILVEIRA, 2014, p. 91).

Salienta-se que, durante a Segunda Guerra Mundial, grande parte dos militares brasileiros eram enviados aos Estados Unidos para receberem treinamento militar na National War College. Com isso, diante dessa relação de aproximação, identifica-se o afinamento entre os militares brasileiros para com as ideias norte-americanas no contexto da Guerra Fria, e conseqüentemente ao combate às ideias comunistas. Dentre estes militares, convém mencionar Golbery do Couto e Silva, o qual integrava à elite militar e posteriormente integrará à Escola Superior de Guerra.

Ainda, no que se refere à ESG, faz-se pertinente aduzir seu papel preponderante na formação e constituição das elites nos moldes de seu pensamento (ASSUNÇÃO,

2005, p. 9). Também é importante mencionar, que a constituição de tal elite não se dava apenas com os militares, mas também a integravam membros civis. Em sua proposta, consistia formar e preparar pessoas capazes de conduzir o país nos mais diversos segmentos organizacionais, desde que moldada a seus preceitos formadores.

Entretanto, assim que se estabeleceu a Escola Superior de Guerra, em seus moldes formais e constituintes, esboçava um papel formativo também das camadas civis dos setores público e privado, além de não mais objetivar, tão somente um Curso de Alto Comando, mas sim, instrumentalizar diretrizes no que tange ao “planejamento e a direção da Segurança Nacional” (.).

Na concepção de Assunção (1999), ressalta-se que em virtude da interação entre os oficiais brasileiros e os integrantes da missão militar norte-americana, no âmbito da influência política e doutrinária estadunidense, geravam-se divergências e diferenças perante ambos, pois segundo a autora:

O oficialato brasileiro considerava necessário preparar o conjunto da elite brasileira, militar e civil, para dirigir o Estado nessa nova conjuntura internacional, que demandava, nos olhos da cúpula militar, novos padrões de eficácia e eficiência no planejamento das ações estatais, pois o imperativo da segurança tornava mais complexas e dinâmicas as relações políticas endógenas e exógenas do país (ASSUNÇÃO, 1999, p. 40-41).

Logo, denotam-se as influências geradas sobre a Escola Superior de Guerra, as quais são relatadas com clareza por Assunção (1999, p. 41):

Dentre as muitas influências que a ESG sofreu, pode-se destacar a da teoria organicista/evolucionista em suas concepções de Estado e Sociedade, e, na questão da guerra revolucionária, da doutrina militar francesa, dos postulados militares espanhóis dos anos 50 e 60. Houve ainda forte influência de concepções geopolíticas. No plano da experiência política, os postulados referentes ao final da Segunda Guerra (como o papel histórico dos militares no interior do Estado) ganharam relevância. Houve também influência das relações dos cientistas políticos e militares norte-americanos, convencidos de que a existência de governos fortes se constituiria em precondição do desenvolvimento e amadurecimento das sociedades dos países dependentes, assim como da implantação da democracia no futuro.

Diante do supracitado, evidencia-se que a Escola Superior de Guerra sofreu influências de diversas correntes e segmentos, o que determinou o perfil formativo da instituição diante do cenário histórico e mundial que se desenhava.

Será, pois, neste contexto pós-guerra e Guerra Fria, que novamente se tornarão em evidência os estudos de geopolítica e geoestratégica, com vistas à inserção internacional do Brasil, bem como no que diz respeito à Segurança Nacional frente às ameaças comunistas, pois somente com um território seguro se torna possível que o

país funcione adequadamente. Tarefa pela qual, estará evidenciada com grande ênfase por Golbery do Couto e Silva, o qual será tratado a seguir.

A trajetória de Golbery do Couto e Silva e suas obras

Golbery do Couto e Silva nasceu em 21 de agosto de 1911 em Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul. Sua formação inicial se deu no Ginásio Lemos Júnior da mesma cidade, e logo em 1927, “ingressou na emblemática Escola Militar do Realengo, onde construiu uma trajetória de grande destaque em todas as instituições de formação militar que frequentou”. Em 1930, foi declarado ao cargo de Aspirante a Oficial, da arma de infantaria, onde adquiriu a primeira colocação perante os cadetes de todas as armas. “Participou nas operações da Revolução de 1932, servindo sucessivamente no QG da Sexta Brigada de Infantaria, no CPOR de Porto Alegre, na Diretoria de Material Bélico, na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e na Infantaria Divisionária da Quinta Região Militar” (SILVEIRA, 2014, p. 96).

Já em 1940, em plena atividade da Segunda Guerra, Golbery é transferido para o Décimo Terceiro Batalhão de Caçador, na cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina. “No final de 1941, prestou concurso de provas livres para admissão na Escola de Estado-Maior, sendo então o único oficial aprovado”. Após o término do referido curso no ano de 1943, recebeu a designação para servir junto ao Estado Maior da Terceira Região Militar. No ano seguinte, “foi para os Estados Unidos, onde recebeu treinamento militar no *Fort Leavenworth*. Logo depois ingressou na Força Expedicionária Brasileira, na condição de oficial de inteligência e informações” (SILVEIRA, 2014, p. 96).

Em 1945, ao retornar da Itália, Golbery é designado para integrar a Seção de Operações do Estado-Maior da Terceira Região Militar. No ano que segue, recebe transferência para o Estado-Maior do Exército, onde adquire promoção ao posto de major. Assim, ao final de 1946, diante do posto militar que ocupa é transferido para o Estado-Maior Geral, atual Estado-Maior das Forças Armadas. Em 1947, é nomeado para fazer parte da Missão Militar Brasileira de Instrução no Exército do Paraguai, onde atua pelo período de três anos. No segundo semestre de 1950, “foi classificado no Estado-Maior do Exército como adjunto da Seção de Informações. No ano seguinte, em outubro, seria promovido a tenente-coronel, novamente por merecimento” (SILVEIRA, 2014, p. 96).

Diante dessa forte trajetória inspirada à tradição militar, Golbery adquire raízes conservadoras que irão refletir ao longo de seu pensamento. Ao ingressar em 1952 na Escola Superior de Guerra, na função de adjunto no Departamento de Estudos, na

Divisão de Assuntos Internacionais, identifica-se “a articulação ideológica das Forças Armadas, que na busca de autonomia produzem seu próprio sistema simbólico que tende a constituir-se em poder e influência política na forma autoritária” (MUNDIM, 2005, p. 2).

Ainda, destaca-se que sua atuação na ESG, assume um caráter que passa a impor um pensamento dominante, no sentido de suas ideias conduzirem à ideologia institucional, “dando início a uma relação estreita e profícua”. No ano de 1954 é autor de *Memorial dos Coronéis*, “estímulo à demissão do ministro do Trabalho, Jango”, e o *Manifesto dos Generais*, “contra o próprio presidente Vargas”. Em 1955, foi um dos articuladores de um golpe que ficou conhecido como “novembrada”, “movimento que visava a impedir a posse do presidente eleito JK e seu vice, Jango, o que o levou à prisão” (ASSUNÇÃO, 2007, p. 1).

Nesse sentido, a “experiência na ESG e o concomitante envolvimento político de Golbery seriam essenciais para a elaboração e publicação das obras *Planejamento estratégico*, de 1955, e *Geopolítica do Brasil*, de 1958”, os quais integrarão a publicação da 2ª edição da obra *Geopolítica do Brasil*, em 1967, “que constitui uma referência fundamental para o pensamento político de todo o Cone Sul” (SILVEIRA, 2014, p. 97).

No Brasil, os estudos voltados à geopolítica se constituíram essencialmente no interior das Forças Armadas e instituições vinculadas aos órgãos de planejamento e outros que contemplem a geografia em âmbito nacional, tais como os Institutos Históricos e Geográficos e os de Geografia e Estatística. “A geopolítica passou por fases delimitadas no Brasil até ter em Golbery um momento específico, que seria marcado pelo clima de guerra fria” (MUNDIM, 2005, p. 4).

Ainda sob esta perspectiva, Mundim (2005, p. 4-5), trata acerca das raízes fundantes da geopolítica partindo de autores num contexto global aduzindo que,

[...] nas décadas de 1920 e 1930 que surgiriam os primeiros estudos que dariam formato a essa disciplina no Brasil, seguindo os autores Ratzel e Kjéllen. O pioneirismo desta sistematização seria atribuído a Everardo Backheuser (ainda que, segundo Miyamoto, Elyseo de Carvalho já em 1921 faria pela primeira vez menção à importância da geopolítica como fundamental aos rumos do Brasil), se firmando como um dos principais estudiosos da geopolítica no Brasil, sendo determinante para os trabalhos que viriam a surgir, em especial os do General Golbery, que em seus textos e esquemas tratando da elaboração de um estudo geopolítico no Brasil não pouparia menções a este autor. Backheuser buscava realizar suas análises transpondo as teorias de Ratzel e Kjéllen à realidade territorial e espacial brasileira, indicando de imediato uma preocupação em atribuir aos estudos geográficos uma perspectiva mais política.

Diante de tal abordagem, convém ressaltar que os primeiros indícios de estudos geopolíticos no mundo, os quais podem ser classificados como sendo as duas grandes

vertentes originais, ou seja, partiriam da concepção de Alfred Thayer Mahan e Halford John Mackinder, que também são utilizados no decorrer da obra de Golbery. A concepção de Mahan teve origem em sua obra intitulada *A influência do poderio naval na história* de 1890, cuja teoria defendida era de que a potência que constituísse um poder naval inigualável às demais nações, e conseqüentemente exercer domínio nos oceanos e nos grandes canais de acesso aos mares, teria domínio pleno do mundo. Por outro lado, na perspectiva de Mackinder, autor de *O pivô geográfico da história* de 1904, salienta acerca da existência de uma extensão territorial situada na Eurásia que nunca havia sido alvo de conquista por potências navais, a qual denomina de *Hertland*. Segundo ele, essa região seria repleta de riquezas minerais, água, florestas, dentre outros recursos, assim, a nação que detivesse domínio perante tal extensão territorial estaria apta a dominar o mundo.

Sendo assim, Golbery sustentaria suas construções teóricas e ideológicas, especialmente a partir desses referenciais teóricos, com vistas a desenvolver uma reconstituição histórica e conceitual em torno da geopolítica, da geoestratégia e também no que diz respeito à segurança nacional, os quais se encontram elencados ao longo de sua obra *Geopolítica do Brasil* de 1967 (2ª edição).

No que tange aos preceitos de geopolítica, Golbery destaca em uma de suas passagens que,

356

[...] temos, pois, que a Geopolítica, baseada na ciência geográfica e, em particular, no ramo denominado Geografia Política, serve de fundamentação geográfica e propõe diretrizes, calcadas nos conceitos básicos de espaço e de posição, à Política Nacional, tanto no domínio não-estratégico, desta e onde se visa o bem-estar, ao progresso, ao desenvolvimento atingíveis sem a ameaça de antagonismos internos ou externos, quanto na esfera da segurança nacional, isto é, da Estratégia (SILVA, 1967, p. 106).

Golbery ainda preleciona no que diz respeito à geoestratégia, aduzindo que “a estratégia deixa de ser apenas a arte dos generais, é também estratégia econômica, estratégia política, estratégia psicossocial [...]” (SILVA, 1967, p. 144-145), e também no que se refere à segurança nacional, considerando que “a estratégia é a Política de Segurança Nacional”, e ainda, “é o grau relativo de garantia que o Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus Objetivos [...]” (SILVA, 1967, p. 155).

Com isso, se faz pertinente evidenciarmos que Golbery traz os conceitos acima mencionados para o campo político, de forma a ampliar suas prerrogativas e estender um novo sentido aos estudos de geopolítica no Brasil a partir da década de 1960. Isto se justifica, por força da necessidade de corresponder ao cenário proposto pelo contexto da época, em especial à Guerra Fria e as possíveis ameaças comunistas ao

país. No entanto, convém deixar claro, que mais tarde, suas ideologias integrarão às prerrogativas que desencadearão o golpe militar de 1964, fazendo com que Golbery figure como um dos idealizadores do feito, dentre os demais partícipes.

Dando continuidade à linearidade de sua trajetória, cumpre elencar que em março de 1956, Golbery foi promovido ao posto de coronel, mais uma vez por merecimento, e posteriormente transferido para o Estado-Maior do Exército, lotado na seção de Operações, Subseção de Doutrina. Logo mais, em setembro de 1960, recebe nomeação para compor o Estado-Maior das Forças Armadas, ao cargo de chefe da Seção de Operações. Destaca-se também, que durante o governo de Jânio Quadros, em 1961, recebeu nomeação ao cargo de chefe de gabinete da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e, “quando da surpreendente renúncia do presidente, participou ativamente do movimento civil-militar contra a posse do vice-presidente João Goulart, sendo reconhecidamente um dos elaboradores da conhecida *solução parlamentarista*”, por ora implementada. No mesmo ano, Golbery solicita a transferência para a reserva (SILVEIRA, 2014, p. 97).

A partir de então, Golbery passaria a figurar no âmbito da vida civil e não mais por intermédio dos postos militares. Neste campo desempenhou atuações de lideranças institucionais, como foi o caso do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), do Rio de Janeiro, além do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), ambas “organizações financiadas pelo empresariado brasileiro e sabidamente por recursos estrangeiros, que desenvolveram intensa atividade conspiratória e de propaganda para a desestabilização do governo Goulart”. Além disso, Golbery sairia como um dos idealizadores do golpe de 1964, onde chefiou o órgão de inteligência do novo regime instaurado, “o Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual ele próprio concebera e articulara”, até o ano de 1967 (SILVEIRA, 2014, p. 97-98).

Em suma, “estritamente relacionados com a instituição estatal, a nação e o nacionalismo eram conceitos fundamentais no pensamento golberyano” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 7). A concepção de nação em Golbery dizia respeito à estrutura física representada pelo povo e pelo Estado devidamente organizado na forma política e administrativa, com a devida estrutura econômica e financeira, e ainda, as Forças Armadas. (SILVA, 1981, p. 378). E, por fim, “a segurança nacional estaria garantida quando se berrassem os antagonismos a estes objetivos comuns” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 7).

Golbery na perspectiva intelectual

Ao analisar a produção de um autor e/ou intelectual, se faz pertinente mencionar a existência de diferentes compreensões de acordo com o ângulo em que se analisa.

No caso de Golbery, em especial, pode-se aduzir que sua produção foi pequena se comparada a outros autores do mesmo período e talvez contexto, porém, deve-se levar em consideração a sua contribuição para o campo da geopolítica, eis que sua obra fora considerada expressiva para o campo de estudos dessa matéria para a época, especificamente para toda a extensão do Cone Sul.

Desse modo, convém ressaltar a posição de Golbery, pois estava inserido nas camadas do governo, em especial das elites militares, a qual detinha representatividade expressiva no contexto da época. Assim, desconsiderando suas concepções ideológicas que embasaram o golpe de 1964, bem como suas tentativas de destituir governos e, levando-se em consideração sua contribuição teórica, pode-se sim atribuir a caracterização de intelectual para Golbery, no caso deste trabalho, através das perspectivas teóricas de Bourdieu e Sartre, que serão brevemente analisadas na sequência.

Na concepção de Pierre Bourdieu, entende-se Golbery como intelectual, tendo em vista sua produção de bens simbólicos, pois a partir de suas contribuições influenciou a sociedade, e conseguiu impor suas concepções além de seu "pequeno mundo", de modo a atingir a comunidade nacional e, acima de tudo, a cultura política da época. Assim, para Bourdieu (2004, p. 12), "é preciso atentar que dentro da classe dominante existem frações dominantes que lutam pela legitimidade de sua dominação, quer por meio de sua própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores".

358

Por fim, na perspectiva de Jean-Paul Sartre, logo de início se descarta a possibilidade de Golbery se enquadrar como intelectual, por simples motivos: primeiro que para Sartre não há intelectual conservador, e segundo, o intelectual se define no campo da esquerda (militância, revolução), portanto, duas razões opostas à característica de Golbery. Porém, se analisarmos por outro viés, Golbery pode muito bem se enquadrar como um falso intelectual na perspectiva sartreana, a qual aduz que "na área dos conservadores, só existe o "cão de guarda", expressão de Paul Nizan para o "falso intelectual", ou seja, para o tipo que defende o particularismo da dominação com argumentos da ciência e da razão" (SARTRE, 1994, p. 8-9).

Considerações finais

Ao longo do trabalho se buscou evidenciar a trajetória de Golbery do Couto e Silva, desde sua inserção no âmbito militar, onde ocupou cargos importantes e de liderança devido ao seu destacado desempenho. Após, em 1961, quando passa a integrar a reserva como general, foca-se em atuar na esfera civil, pela qual também exerceu influências ao ocupar postos de liderança em instituições de renome na época.

No entanto, convém ressaltar o aparato ideológico que construiu no campo da geopolítica, onde ampliou as concepções de atuação do campo geopolítico, de modo a imprimir sua atuação no âmbito político, econômico e psicossocial. A partir daí, tornou-se possível desenvolver os conceitos e aceções em torno da geoestratégia, da segurança nacional e também de nação.

Ademais, suas obras exprimiam grande anseio em defender o Estado contra as ameaças comunistas, além de demonstrar fortes inclinações aos ideais norte-americanos. Além disso, se caracterizou como um homem conservador que prezava pela manutenção da ordem política, econômica, psicossocial e militar, os quais considerava o potencial nacional como perspectiva de progresso.

Contudo, não deixa de ser ingênua a pretensão de impor o controle político do capital e a crença no desenvolvimento subordinado como viés adequado para elevar o Brasil ao patamar de potência. No entanto, parece que substancialmente foram estas as bases ideológicas que mais tarde assentariam uma ditadura pela qual marcou drasticamente o país.

Por outro lado, se levarmos em consideração a parte que Golbery desenvolve estudos pautados na geopolítica, pode-se dizer que se constituiu em uma figura intelectual, conforme se justifica nas perspectivas analisadas de Bourdieu e Sartre.

Referências

- ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. **O satânico doutor Go**: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.
- _____. No princípio, era o medo: as bases do pensamento conservador do general Golbery do Couto e Silva. **Verinotio - Revista On-line de Educação e Ciências Humanas**, ano 1, n. 2, 2005.
- _____. O satânico Dr. Go: Golbery e um projeto de desenvolvimento e dependência para o Brasil. **Espaço Acadêmico**, n. 70, mar. 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. Raízes de um pensamento autoritário: possibilidades metodológicas de um estudo de Golbery do Couto e Silva. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, XXIII. **Anais...** Londrina, 2005.
- SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994.
- SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.

- _____. **Planejamento estratégico**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981.
- SILVEIRA, Helder Gordim da. Nacionalismo e Desenvolvimento na Guerra Fria: Confrontos Ideológicos na Política Internacional do Brasil em Golbery do Couto e Silva. In: ABREU, Luciano Aronne de; SILVEIRA, Helder Gordim da (Org.). **De Vargas aos militares**: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.